UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ESTADO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO: experiências internacionais comparadas – Brasil e Coréia do Sul

Glaudionor Gomes Barbosa

Recife
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ESTADO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO: experiências internacionais comparadas – Brasil e Coréia do Sul

GLAUDIONORGOMESBARBOSA

Tese de Doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política CFCH/UFPE para obtenção do título de Doutor em Ciência Política –área de concentração: Política Internacional, sob a orientação do Professor Doutor Marcos Costa Lima.

Recife
2012

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B238e Barbosa, Glaudionor Gomes.
Estado Nacional e desenvolvimento : experiências internacionais comparadas – Brasil e Coréia do Sul / Glaudionor Gomes Barbosa. – Recife: O autor, 2012.
401f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Costa Lima.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2012.
Inclui bibliografia.

1. Ciência Política. 2. Estado. 3. Estado Nacional.4. Desenvolvimento econômico. 4. Política econômica. I. Lima, Marcos Costa (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2013-28)

Ata da reunião da Comissão Examinadora para julgar a Tese do aluno **GLAUDIONOR GOMES BARBOSA** intitulada: Estado Nacional e Desenvolvimento: experiências internacionais comparadas – Brasil e Coréia do Sul, para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco.

Às 09hs do dia 20 de agosto de 2012, no Auditório do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, reuniram-se os membros da Banca Examinadora da Tese intitulada: Estado Nacional e Desenvolvimento: experiências internacionais comparadas – Brasil e Coréia do Sul, composta pelos professores doutores: Marcos Ferreira da Costa Lima (Orientador)UFPE, Ernani Rodrigues de Carvalho Neto(Examinador Interno)UFPE, Christine Paulette Yves Rufino Dabat(Examinadora Externa)UFPE, Ângela Santana do Amaral (Examinadora Externa)UFPE e Jayme Benvenuto Lima Júnior (Examinador Externo)UNILA. Sob a presidência do primeiro, realizou-se a arguição do candidato Glaudionor Gomes Barbosa. Cumpridas todas as disposições regulamentares, a Banca Examinadora considerou o candidato APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Quezia Cristina Cavalcanti de Morais, secretária da Pós-graduação em Ciência Política, lavrei a presente Ata que dato e assino com os membros da Banca Examinadora. Recife, 20 de agosto de 2012.

_____
Quezia Cristina Cavalcanti de Morais (Secretária)

_____
Profº Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima (Orientador)UFPE

_____
Profº Dr. Ernani Rodrigues de Carvalho Neto (Examinador Interno)UFPE

_____
Profª Drª Chistine Paulette Yves Rufino Dabat (Examinadora Externa)UFPE

_____
Profª Drª Ângela Santana do Amaral (Examinadora Externa)UFPE

_____
Profº Dr. Jayme Benvenuto Lima Junior (Examinador Externo)UNILA

_____
Glaudionor Gomes Barbosa (Doutor)

Para

Minha Avó, Rosa Ferreira de Lima.
(in memoriam)
Minha Mãe, Maria José Barbosa.
(in memoriam)

Por razões que ultrapassam as dimensões
espaciais e lógicas de uma Tese de Doutorado.

A idéia defendida nas últimas décadas, de que as grandes massas de população dos países pobres podem atingir os padrões de consumo da minoria da humanidade que vive hoje nos países altamente industrializados, como os Estados Unidos, não passa de um mito, de uma ilusão. (FURTADO, 1974).

Na verdade, o que acontece é que essa idéia - do desenvolvimento econômico - serve para levar os povos pobres a aceitar grandes sacrifícios em nome de um futuro que nunca vai acontecer. Essa idéia serve também para desviar as atenções das necessidades básicas da vida humana - alimentação, saúde, habitação, educação -, para cuja satisfação devem orientar-se os esforços de cientistas, economistas, políticos e de todos os cidadãos. O desenvolvimento de um povo só será possível por meio do atendimento a essas necessidades, para as quais precisam ser orientados os investimentos. (FURTADO, 1974).

A riqueza democrática é o tipo de domínio sobre os recursos que, em princípio, está disponível para todos em relação direta com a intensidade e eficiência de seus esforços. A riqueza oligárquica, em contrapartida, não tem qualquer relação com a intensidade e eficiência dos esforços de seus receptores e nunca está disponível para todos, não importa quão intenso e eficiente são seus esforços (ARRIGHI, 1997).

A análise dos sistemas mundiais sustenta que os países em busca de riqueza nacional numa economia capitalista mundial enfrentam um problema de “adição” semelhante, e de muitasmaneiras mais sério do que, àqueles enfrentado pelos indivíduos quando buscam riqueza pessoal numa economia nacional. As oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanços econômicospara todos os Estados. [...] desenvolvimento nesse sentido é uma ilusão [...] Não pode ser generalizada porque se baseia em processos relacionais de exploração e processos relacionais de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial (ARRIGHI, 1997)

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco, onde exerço o ofício de Professor e por esta instituição disponibilizar para a sociedade um curso de Doutorado da excelência do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Por consequência agradeço a todos os professores do deste Programa, tenham sido meus mestres de sala ou não, pois são eles que fazem o PPGCP. Estendo meus sinceros agradecimentos aos funcionários técnico-administrativos Quezia Cristina de Morais e Daniel Bandeira, pois eles são parte fundamental do sucesso do Programa.

Gratidão especial ao meu orientador, o Professor Marcos Costa Lima, pela sua competência técnica aliada à competência política, pela sua erudição nas ciências humanas, seu senso de justiça e companherismo, seu humanismo irredutível e pela paciência demonstrada com um aluno e orientando que, motivado por muitos afazeres, nem sempre cumpriu da melhor maneira seus prazos.

Ao Professor Ernani Carvalho fica meu sincero agradecimento, por ter desde o início acreditado no meu projeto e por ter, enquanto membro da banca de seleção defendido minha proposta de trabalho.

Minha gratidão às professoras de ensino básico (antigo primário) Dona Zezé, Dona Nita e Dona Ana, pois só depois de algum tempo na minha longa duração humana pude entender o quanto elas foram fundamentais, o quanto estas mulheres são fundamentais, sempre.

À Professora de Literatura no Colegial, Maria das Graças (Graça) que sempre conseguia me fazer enxergar o Brasil e o Mundo com olhos de assombro e curiosidade e por ter amenizado meu forte viés pela matemática e favorecido minha gradual, mas irreversível aproximação com as ciências humanas e sociais. Por ter plantado uma semente que produz bons frutos até hoje, depois de quatro décadas, a saber, que o conhecimento deve ser colocado sempre a serviço da sociedade e da justiça social.

Registro minha eterna gratidão aos mestres universitários com os quais eu aprendi o que realmente considero de mais importante da minha formação. Abraham Sicsú, Aldemir do Vale e Vera Borges no Bacharelado de Economia/UFPE; Adriano Dias, e Frederico Katz na Pós-Graduação de Economia/UFPE; Ivan Targino e Nelson Rosas na Pós-Graduação em

Economia/UFPB; Regina Célia e Raimundo Barroso na Pós-Graduação em História/UFPB; Marcos Costa Lima, Marcelo Medeiros, Enivaldo Rocha, Assis Brandão e Michel Zaidan no PPGCP/UFPE.

À convivência com pessoas tão diferentes e tão complementares como Andrea Steiner, Gilbergues Santos, José Maria Nóbrega, José Mário, Manoel Leonardo Santos e Maria Amália durante o curso de doutorado foi fundamental, tanto na aprendizagem, nos trabalhos pesados, quanto nas brincadeiras.

Aos meus irmãos e irmãs, Telma, Luís Claudio, Carlos André, Amauri e Ronaldo Carvalho pela amizade, pelo estímulo, sempre renovado e pela força permanente.

Aos meus filhos e filhas Claudia, Camila, Clausio, Caio, Vitor e Bianca pela alegria deles existirem e por eles tentarem compreender por que o pai estuda tanto e, às vezes, fica isolado trabalhando, trabalhando.

Aos colegas André Martins e Ana Paula, Professores do CAA/UFPE, pois sem aquelas amizades e o carinho que tiveram comigo nos momentos mais difíceis, teria sido muito mais doloroso o parto.

Novamente à Ana Paula por dividir tantas e tantas coisas comigo. Infinitos pedaços de vida. Obrigado por ajudar na revisão geral e na organização da bibliografia. Grato pelo auxílio, quando o computador queria atrapalhar.

Ao Caio Barbosa, meu filho, agora com 19 anos, estudante de História que sempre que me observava escrevendo ou lendo qualquer coisa que não fosse da Tese, dizia, entre brincalhão e muito sério: por que não vai escrever a Tese. Ele ajudou muito mais do que pensa, simplesmente porque reduziu minha tendência a fazer muitas coisas ao mesmo tempo e a nunca me negar a participar de bancas, eventos e de ser parecerista.

Por fim, fico grato aos institutos, centros e universidades dos quais coletei dados e acessei fontes primárias e secundárias.

RESUMO

A tese objetiva comparar as políticas do Estado Nacionale os resultados verificáveis em termos de desenvolvimento econômico e social do Brasil e da Coréia do Sul. O pressuposto teórico é de que o Estado tem alguma jurisdição sobre o movimento de capitais e mercadorias dentro de sua soberania territorial cujo significado mais importante é de que os entes estatais possuem poder suficiente, mas muito limitado pela competição interestatal e intercapitalista, para modificar a estrutura em camadas do sistema-mundo. Ou seja, a existência de três zonas, a saber, o Núcleo Orgânico, a Semiperiferia e a Periferia, onde prevalece uma estabilidade raramente mutável. Trabalha-se com as hipóteses de que a situação geopolítica e a integração com o capital do núcleo orgânico podem gerar níveis diferentes de desenvolvimento e que o papel do Estado é fundamental no estímulo ao desenvolvimento, na definição de estratégias de localização, de concentração, de associação virtuosa com o capital privado, com a produção rápida e ampla de capital do conhecimento. A industrialização brasileira ocorre sob o signo de um espirito ambivalente. Duas dualidades surgem e acompanham o desenvolvimento capitalista no Brasil: a necessidade concreta nos anos trinta de proteger e estimular o segmento agrícola (burguesia cafeeira), como forma de garantir a renda necessária para comprar as importações, tornou-se uma aliança que perdura na contemporaneidade, dado que é quase impossível separar os interesses burgueses urbanos e rurais. O poderoso agronegócio e a ausência de uma reforma agrária efetiva e abrangente confirmam esta tese. A segunda dualidade é aquela que sempre colocou de um lado agentes públicos e privados desenvolvimentistas daqueles partidários da chamada "finanças sadias" e de uma irredutível ortodoxia em teoria e em politica econômica. Esta oposição, em geral, disputa suas proposições e suas estratégias de ação não apenas na imprensa ou no parlamento, mas dentro do próprio aparelho de Estado. A Coréia do Sul, de forma diferente dos países latino americanos, incluindo o Brasil, foi fortemente beneficiada por grandes somas de ajuda externa, logo após a divisão do país em 1948, e continuou a receber recursos externos sob a forma de ajuda militar por muito tempo.Das diversas fontes pesquisadas surge uma forte evidência de que os fatores decisivos para o desenvolvimento econômico da Coréia do Sul cabem ao papel do Estado e ao mecanismo do planejamento econômico. Assim, a ultrapassagem da economia sul-coreana foi obtida através de uma estreita aliança formada por um estado forte, com foco no desenvolvimento pleno e por um setor empresarial forte e comprometido.

Palavras-Chaves: Estado. Desenvolvimento. Brasil. Coréia do Sul. Séculos XX e XXI.

ABSTRACT

The thesis aims to compare the policies of the National State and verifiable results in terms of economic and social development of Brazil and South Korea. The theoretical assumption is that the State has some jurisdiction over the movement of capital and goods within its sovereignty land whose meaning the most important state entities have enough power, but limited by interstate and intercapitalist competition to modify the layered structure of the world system. Works with the hypothesis that the geopolitical situation and the integration with the capital of the organic nucleus can generate different levels of development and that the State's role is crucial in stimulating the development, the definition of localization strategies, concentration, association virtuous with private capital, with the rapid production and extensive capital of knowledge. The industrialization occurs under the sign of an ambivalent spirit. Two dualities arise and accompany capitalist development in Brazil: a real need in the thirties to protect and stimulate the agricultural sector (coffee bourgeoisie), in order to guarantee the income needed to buy imports, became an alliance that continues in contemporary since it is almost impossible to separate the bourgeois urban and rural interests. The powerful agribusiness and the absence of an effective agrarian reform and comprehensive support this thesis. The second duality is one that has always placed on one side public and private developmental those supporters of the "sound finance" and an uncompromising orthodoxy in economic theory and policy. This opposition, in general, fight their propositions and their strategies not only in the press or in parliament, but within the State apparatus. South Korea, so different from Latin American countries, including Brazil, was strongly favored by large sums of foreign aid, after the division of the country in 1948, and continued to receive foreign funds in the form of military aid for a long time. Of the various sources researched strong evidence emerges that the decisive factors for the economic development of South Korea fit the role of the State and the mechanism of economic planning. Thus, passing the South Korean economy was achieved through a close alliance formed by a strong State, focusing on the full development and aalso strong and committed business sector.

Key Words: State. Developing. Brazil. South Korea XX and XXI centuries.

SUMÁRIO

Introdução..... 14

Justificativa..... 14

Problema..... 15

Revisão da Literatura..... 18

1. Capítulo I: Marco Teórico, Metodologia e Fontes..... 42

1.1. Sistema Mundial, estratificação em camadas e semiperiferia..... 44

1.2. Metodologia e Fontes..... 80

2. Capítulo II: A transição para uma sociedade urbana e industrial - o caso do Brasil 84

2.1. Uma digressão inicial..... 84

2.2. 1930: Estado, economia e industrialização restringida..... 90

2.3. Depois de Vargas: internacionalização da economia, Plano de Metas eGolpe de Estado..... 106

2.4. Ajuste recessivo, "Milagre Econômico", crise dos anos setenta e fim de um ciclo de acumulação..... 112

2.5. Análise de alguns indicadores..... 126

2.6. Palavras finais..... 129

3. Capítulo III: A transição para uma sociedade urbana e industrial - o caso da Coréia do Sul..... 136

3.1. Um longo passado histórico..... 136

3.2. A Primeira República Coreana (1948-1960)..... 148

3.3. A década de sessenta: a aceleração sul-coreana..... 155

3.3.1. Aspectos Gerais do Período..... 155

3.3.2. A questão do financiamento da produção nos anos sessenta..... 157

3.3.3. O Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico – 1º PQDE.. 161

3.3.4. O Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico – 1º PQDE... 167

3.4. A década de setenta: a consolidação de um modelo virtuoso..... 171

3.4.1. Aspectos Gerais do Período..... 171

3.4.2. A Questão do Financiamento da Produção nos anos setenta..... 176

3.4.3. O Terceiro Plano Quinquenalde Desenvolvimento Econômico (3º PQDE)..... 181

3.4.4. O Quarto Plano Quinquenalde Desenvolvimento Econômico (4º PQDE)..... 184

3.5. Palavras finais..... 188

4. Capítulo IV: Sociedade, Economia e Política no período recente: o caso do Brasil (1985-2010)..... 193

4.1. Os anos oitenta: a década perdida..... 193

4.1.1. O último Delfim e a crise dos primeiros anos oitenta..... 193

4.1.2. O Plano Cruzado e os resultados não-esperados..... 200

4.1.3. O Pós-Cruzado e o último Sarney..... 205

4.2. Os anos noventa: a década mais que perdida..... 210

4.2.1 A ideologia neoliberal e a reconstrução hegemônica..... 210

4.2.2. A disputa dos dois projetos para o Brasil nos noventa: vitória da alternativa neoliberal e Governo Collor..... 212

4.2.3. Plano Real e Governo Fernando Henrique Cardoso: estabilização com alto desemprego e baixo crescimento..... 216

4.3. O período 2003-2010: "A recuperação nacional restringida"..... 225

4.3.1. De como a esperança venceu o medo e depois perdeu ou a política como 225

exercício de "transfiguração".....

4.3.2. "Herança Maldita", Paloccismo e Primeiro Lula ou para que mudar o rumo?..... 227

4.3.3. Superando o paloccismo ou o segundo Lula: rumo ao PAC ou por que somos todos keynesianos..... 234

4.4. Economia brasileira recente: comportamento da absorção externa e da incorporação tecnológica..... 247

5. Capítulo V: Sociedade, Economia e Política no período recente: o caso da Coréia do Sul (1985-2010)..... 255

5.1. Os anos oitenta: a década ganha na Coréia do Sul..... 255

5.2. Os anos noventa: crise, recuperação e depois..... 265

5.2.1. A emergência da crise econômica e as questões da geopolítica..... 265

5.2.2. O papel do Capital do Núcleo Orgânico e do *Hegemon*..... 275

5.2.3. A recuperação com manutenção parcial do Modelo do Estado desenvolvimentista..... 287

5.3. O período recente..... 297

5.3.1. Questões preliminares..... 297

5.3.2. A Coréia do Sul e a Questão regional asiática..... 302

5.3.3. A crise global de 2008 e a Coréia do Sul..... 308

6. Capítulo VI: Análise comparativa e resultados..... 314

6.1. Linhas gerais do desenvolvimento econômico brasileiro..... 331

6.2. Linhas gerais do desenvolvimento econômico sul-coreano..... 348

6.3. Experiências comparadas e resultados observados..... 357

Conclusão..... 360

Referências bibliográficas..... 355

Introdução

1. Justificativa

Estudos sobre desenvolvimento são realizados em muitos centros de pesquisa acadêmica no Brasil. Alguns têm um enfoque puramente econômico e quantitativista, outros analisam o desenvolvimento com a política deixada do "lado de fora". Assim, as análises ficam incompletas e não respondem por que alguns países são muito ricos, outros são extremamante pobres e um terceiro grupo encontra-se a meio caminho entre a pobreza e a riqueza.

O objetivo geral do trabalho é de comparar as políticas do Estado Nacional, incluindo as políticas de investimentos, os estímulos ao capital do conhecimento, as políticas de incentivos às inovações e os resultados em termos de desenvolvimento econômico e social do Brasil e da Coréia do Sul.

Os objetivos específicos propostos pelo trabalho são:

(a) realizar uma discussão sobre as diversas teorias e os vários modelos de desenvolvimento;

(b) investigar comparativamente os processos políticos, sociais e econômicos no período 1980-2010 no Brasil e na Coréia do Sul.

(c) compreender como as políticas dos governos influenciaram os principais indicadores sócio-econômicos.

Uma pesquisa dessa natureza só se justifica se pretende encontrar algumas respostas às inquietações de quem se propõe realizá-la. É exatamente o caso desse projeto. Ou seja, esta proposta de trabalho busca entender o desenvolvimento sócio-econômico enquanto experiências internacionais comparadas.

O trabalho tem um corte teórico inovador ao partir de Marx e introduzir o modelo de Arrighi. Este autor supera os marcos teóricos que se baseiam em explicações para o atraso dos países na incapacidade de realizarem o mesmo caminho rumo ao desenvolvimento, o exemplo mais importante desse tipo de enfoque é Rostow (1956) com uma teoria etapista para o desenvolvimento. No mesmo sentido têm-se as teses da "razão cultural", cujo maior exemplo é Harrison (1985) com um livro de título bastante sugestivo: "*Subdesenvolvimento é um estado de*

espírito: a questão latino-americana". Supera também as visões dualistas, dos tipos moderno-atrasado e indústria-agricultura. Mesmo configurações dualistas de pensadores latino-americanos, com alguma base teórica em Marx, como as teorias do subdesenvolvimento e as teorias da dependência, são também, superadas, por serem incapazes de explicar um conjunto de países em estágio intermediário.

Lipietz (1988) explicita a necessidade de desconfiar de rótulos e da necessidade de investigar como realmente funciona cada país, como se desenvolveu os sucessivos períodos históricos e como as diversas categorias analíticas podem ser acopladas na análise específica de uma determinada formação social.

Este trabalho tem sua maior justificativa na possibilidade de comparar a natureza dos sistemas e regimes de governo, as políticas governamentais (num sentido amplo), os estilos de desenvolvimento e os resultados em termos de bem-estar de dois importantes países (Brasil e Coréia do Sul) que estão fora do núcleo orgânico do capitalismo, em uma situação, portanto, considerada como semiperiférica, mas que lograram com ritmos diferentes, níveis e potencial de desenvolvimento acima da maioria dos países chamados de emergentes, o que justifica a escolha. O caráter comparativo do trabalho é seu ponto forte, pois é possível, respeitando-se as histórias das formações sociais, econômicas e políticas e culturais de cada país, buscar o "aproveitamento inovativo" dos aspectos que deram certo.

2. O problema

Sabe-se que países como o Brasil passaram por diversas experiências com relação ao desenvolvimento ao longo dos "anos dourados", tentaremos resumir a trajetória brasileira de forma simplificada:

A transnacionalização das grandes empresas americanas foi, em boa medida, a responsável pela integração da economia mundial nas décadas de 50 e 60, num contexto de estabilidade da moeda americana e de nítida hegemonia dos Estados Unidos da América.

Por outro lado, as grandes empresas européias reagiram ao avanço das empresas norte-americanas e iniciaram movimentos de transnacionalização, ainda na década de 50. A economia brasileira muito se beneficiou dessa rivalidade intercapitalista, para atrair e negociar os investimentos estrangeiros em condições favoráveis, particularmente durante a expansão de

1956-1960 no governo de JK. Investimentos Diretos Externos (IDE)[1] em setores dinâmicos, como automobilística e mecânica, tiveram destacada contribuição para modificar o perfil da indústria brasileira e para concretizar um grande salto no processo de industrialização, viabilizados pelos investimentos públicos em infraestrutura e indústrias de base.

No início dos anos setenta, temos duas crises gêmeas: a crise do petróleo e a crise do dólar. A última provocada pela emergência de grandes déficits externos americanos, acompanhados por forte desregulamentação financeira, o que expandiu bastante o euromercado. Esse mercado financeiro global vai ser "engordado" pela massiva oferta de petrodólares após 1973. O Brasil foi conectado a esse novo mercado financeiro através de grandes empréstimos de forma a sustentar o último ciclo expansivo de substituição de importações, ou seja, é o II PND[2] em ação. O endividamento externo eleva-se abruptamente após a segunda crise das taxas de juros em 1979.

O início da década de oitenta é de crise provocada pelo encolhimento da liquidez internacional e pelo serviço da dívida. Essa década é rica em experimentos econômicos e pobre de resultados.

Na década de cinqüenta a economia brasileira cresceu em torno de 7% ao ano; nos anos sessenta (até 1967) o crescimento cai para 3% ao ano; na década de setenta o crescimento retoma para um patamar de 8,8% na média anual; no período que vai de 1980 até 2000 o crescimento volta a cair para pífios 1,6% ao ano.

---

[1] Os investimentos estrangeiros podem ser efetuados sob a forma de investimentos diretos ou de investimentos em carteira. O investimento direto é constituído quando o investidor detém 10% ou mais das ações ordinárias ou do direito a voto numa empresa; e considera-se como investimento em carteira quando ele for inferior a 10%. O investimento direto está dividido em duas modalidades: participação no capital e empréstimos intercompanhias. A participação no capital compreende os ingressos de recursos de bens, moeda e as conversões externas em investimento estrangeiro direto, incluindo os valores destinados ao programa de privatizações, relacionados com a aquisição/subscrição/aumento de capital, total ou parcial do capital social de empresas residentes. Os empréstimos intercompanhias compreendem os créditos concedidos pelas matrizes, sediadas no exterior, a suas subsidiárias ou filiais estabelecidas no país. (http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/IDE)

[2] II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico) implantado entre 1975-79, durante a gestão Geisel. Esse plano é considerado a mais ampla experiência de planejamento econômico no Brasil depois do Plano de Metas e teve importância fundamental na consolidação do processo de substituição de importações ocorrido no Brasil. Um dos objetivos do II PND era de solucionar o problema de dependência externa decorrente do desequilíbrio inter-setorial. Por isso concentrava investimentos no setor de bens de capital e de bens intermediários. Todavia, para realizar os investimentos seriam necessários recursos financeiros. Esses viriam principalmente dos chamados petrodólares. Com o II PND, o Brasil se transformou em um dos maiores tomadores de recursos (petrodólares) no mercado financeiro internacional. A avaliação que se faz do II PND costuma ser positiva. De modo geral, pode-se dizer que os objetivos de mudança estrutural que motivaram o Plano foram alcançados. (REGO & MARQUES, 2005).

Uma retrospectiva histórica da situação da Coréia do Sul nos trinta anos de crescimento do capitalismo mundial pode ser resumida brevemente e de forma estilizada da forma escrita abaixo.

No período que estamos revisando, economia e sociedade da Coréia do Sul se transformam rapidamente. O fato é que o Sistema de Bretton Woods aceitava o protecionismo, as políticas industriais e os esforços de crescimento baseado nas exportações. Foi nesse ambiente de relativa condescendência dos centros hegemônicos que a Coréia do Sul começou seu esforço para deixar de ser um país agrícola pobre, tornando-se uma importante economia industrial.

Coutinho (1999) argumentou que na década de cinqüenta, a indústria pesada era quase inexistente e a burguesia nacional coreana era extremamente fraca e dependente do Estado. Assim, sob o governo de Syngman Rhee foram dados passos nas seguintes direções:

(a) suporte à industrialização de bens de consumo não duráveis, de baixa intensidade de capital, através de combinação clássica de créditos favorecidos e de licença de importação;

(b) criação de grupos capitalistas nacionais através de operações subsidiadas de privatização de várias empresas que haviam sido encampadas pelo governo como herança da colonização japonesa;

(c) sob pressão americana iniciou-se a implantação de uma ampla reforma agrária, visando diminuir as tensões no campo e criar uma nova base social de apoio ao regime, sob forma de uma pequena burguesia rural;

(d) ainda sob a inspiração dos Estados Unidos, o governo coreano empreendeu nos anos cinqüenta um grande esforço de alfabetização e de desenvolvimento do ensino básico.

Em 1961 através de um golpe militar, o General Park Chung Hee chegou ao poder e governou por dezoito anos, isto é, até 1979. De maneira extremamente autoritária, o General Park guiou a Coréia em marcha acelerada nos anos sessenta e setenta para a industrialização, através de planos qüinqüenais. O desempenho econômico ao longo do período Park foi estupendo. O PIB cresceu quase que ininterruptamente a uma taxa média anual de 9,5% ao ano a partir de meados dos anos sessenta. Ressalte-se a importância do planejamento estatal e as medidas de controle sobre os movimentos de capitais.

Na década de cinqüenta a Coréia cresce 4,9% ao ano; nos anos sessenta a taxa de crescimento se eleva para 8,8 na média anual; na década de setenta o crescimento volta a

aumentar para 9,7% ao ano; no período que vai de 1980 até 2000 o crescimento cai para 5,4% ao ano.

A situação-problema exige que se investiguem historicamente como estes dois países se desenvolveram e como superaram (ou até que ponto superaram) o atraso, a pobreza e as desigualdades sociais. Ou seja, que se analisem os caminhos trilhados por essas nações até o atual nível de desenvolvimento.

O problema da pesquisa é de analisar porque, dadas as relações entre Estado Nacional e Desenvolvimento, por que os resultados em termos de desenvolvimento se apresentam diferentes no Brasil e na Coréia do Sul?

Este trabalho defende o seguinte conjunto de hipóteses:

(a) a situação geopolítica e a integração com o capital do núcleo orgânico pode gerar níveis diferentes de desenvolvimento, mesmo que não tire o país da zona que ele se encontra;

(b) o papel do Estado é fundamental no estímulo ao desenvolvimento, na definição de estratégias de localização, de concentração (parques tecnológicos), de associação virtuosa com o capital privado, com a produção rápida e ampla de capital do conhecimento;

(c) o papel do Estado é central quando faz uso do planejamento, socializando o investimento, "forçando" a Formação Bruta de Capital Fixo, ou seja, comandando a Acumulação de Capital com a cooperação voluntária ou não do capital privado;

(d) as inovações como elemento mais dinâmico no desenvolvimento capitalista, pode fazer a diferença na comparação de experiências internacionais.

3. Revisão da literatura

Rostow (1952) desenvolveu um modelo onde o processo de crescimento e desenvolvimento ocorre em três etapas: (a) um período longo (de aproximadamente um século), onde são criadas as condições prévias para a decolagem; (b) a decolagem que dura de duas a três décadas; e (c) um período final, onde o crescimento passa a ser normal e sustentado, além de relativamente automático. A decolagem é aquela etapa, durante a qual a taxa de investimento (acumulação de capital) cresce em tal magnitude que ocorre o aumento do produto real *per capita*, donde se derivam transformações radicais na economia e na sociedade. O crescimento

sustentado prolonga-se, perpetuando assim o desenvolvimento, o que levará à redução da pobreza.

Nurkse (1957) apresentou uma teoria em torno do conceito de "círculo vicioso da pobreza", a saber: os países (e as pessoas) permanecem pobres porque há uma constelação de forças que agem no sentido de perpetuar a própria pobreza. As relações que mantêm a pobreza e o atraso são, portanto, circulares.

Pobreza é uma condição de privação que não apenas impede a satisfação das necessidades básicas das pessoas, mas a inclusão do individuo na sociedade. O maior problema da pobreza não é apenas a escassez material, mas a impossibilidade do desenvolvimento das suas capacidades humanas. Assim, a pobreza gera um circulo vicioso que impede o desenvolvimento adequado das pessoas. Geralmente, as crianças nascidas em uma família pobre são prisioneiras de uma recorrência perversa. Nurkse (1957) didaticamente explicou o sentido desse círculo:

> Um homem pobre não tem o bastante para comer, sendo subalimentado sua saúde é fraca, sendo fisicamente fraco, sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é pobre, o que por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer, e assim por diante. Tal situação transposta para o plano mais largo do país pode ser resumida nesta proposição simplória: um país é pobre porque é pobre. (NURKSE, 1957: 7).

O principal elemento da relação circular de continuidade do atraso e da pobreza é o problema da formação de capital. Os países subdesenvolvidos possuem pouca poupança interna e são poucos equipados de capital. Nesse sentido, o desenvolvimento requer um esforço planejado de industrialização e um afastamento dos modelos de produção e exportações primárias.

Nurkse (1957) opera com uma abordagem onde a escassez de capital nos países periféricos resultava na condicionante principal da falta de dinamismo dessas economias. A pobreza se perpetua, porque baixos níveis de renda mal garantem a cesta básica de consumo. Com quase toda renda gasta em consumo implica em baixo nível de poupança e conseqüentemente nível insuficiente de investimentos. Assim, há um circulo vicioso que se retroalimenta. Nas palavras de Mantega:

> Para Nurkse, a população da periferia usufruía um baixo nível de renda, que era quase inteiramente consumida em suas necessidades básicas, pouco sobrando para a poupança e, conseqüentemente, para novos investimentos. Por sua vez, a baixa margem

> de investimentos representava pouco progresso técnico e modesto crescimento da produtividade, resultando num baixo ritmo de acumulação, que equivalia a um baixo nível de renda. Note-se que esse processo reitera a escassez de capital, uma vez que o baixo desenvolvimento tecnológico implica pouco dinamismo da produtividade, que mantém a renda baixa, boa parte da qual acaba sendo consumida, resultando numa baixa margem de poupança que, finalmente, imprime pouco dinamismo ao desenvolvimento tecnológico, e assim por diante. (MANTEGA, 1984: 49-50).

Nurkse sugere, "ondas recorrentes de progresso industrial", ou seja, a ação combinada de vários investimentos ao mesmo tempo, a fim de que cada empreendimento garanta o mercado de outro. Para efetivar as "ondas recorrentes" era imprescindível a presença, a coordenação e a planificação pelo Estado.

Outro argumento central de Nurkse é de que o progresso econômico não é nem natural nem automático. Ao contrário, as forças de resistências internas de cada sistema nacional tendem a estratificar o desenvolvimento num certo nível, às vezes bastante baixo. Se um agente externo quebra o círculo vicioso, as relações circulares assumem um papel virtuoso e provocam ondas de avanço cumulativo.

Prebisch ingressa na CEPAL em 1949. A principal contribuição teórica neste período são os estudos sobre o ciclo econômico. Para o autor o ciclo se apresentava como um movimento alternado de rendas que se contraíam e se dilatavam em um processo circulatório. Este processo não era nacional e sim internacional. Para Gurrieri (1982), a análise dos ciclos e da dinâmica econômica é essencial para a futura teoria do desenvolvimento econômico de Prebisch:

> [...] estudia cuidadosamente algunos autores como Keynes y Schumpeter y, a través del análisis de los ciclos y de la dinâmica econômica, comienza a sentar lãs bases de su teoria del desarrollo econômico. Pó eso sus primeiros escritos cepalinos constituyen a la culminación de uma etapa y el comienzo de una nueva (GURRIERI, 1982, Vol. 1: 15).

É interessante observar que o conceito Centro-Periferia, segundo Rodríguez (1981:31) foi concebido entre 1932 e 1943 e surge pela primeira vez nos escritos de Prebisch para um público mais amplo em 1946. Nas palavras do próprio autor:

> Os Estados Unidos, a meu ver, desempenham ativamente o papel de centro cíclico principal, não só no continente, mas em todo o mundo; e os países latino-americanos estão na periferia do sistema econômico [...] Por que chamo os Estados Unidos de centro cíclico? Porque deste país, em função da sua magnitude e de suas características, partem os impulsos de expansão e contração na vida econômica mundial e especialmente na periferia latino-americana, cujos países estão sujeitos às influências destes impulsos, como haviam estado anteriormente, quando a Grã-Bretanha tinha o papel de centro cíclico principal [...] Eu creio que o movimento cíclico é universal, que há um só movimento que vai se propagando de país a país. Portanto, não se deveria dividir o processo em várias partes independentes; não há um ciclo nos Estados Unidos e um ciclo em cada um dos países da periferia. Tudo constitui um só movimento, mas dividido em fases muito distintas com características claramente diferentes, segundo se trate do centro cíclico ou da periferia. Por esta última razão, apesar de ser o processo um só, as suas manifestações são muito diversas, de acordo com o lugar em que nos situemos ... Sustento, por isso, que é impossível aplicar uma política uniforme para abordar os problemas emergentes do ciclo econômico. Não é possível usar na periferia as mesmas armas de intervenção e regulamentação monetária que se usa no centro cíclico. (PREBISCH apud RODRIGUEZ, 1981: 34-35).

Segundo Gurrieri (1982), Prebisch inicia seu caminho cepalino orientado por sua idéia-chave de desenvolvimento econômico, que conservará sem grandes alterações em todos os seus trabalhos posteriores. Para Furtado (1985), foi no Brasil e no Chile onde germinaram as idéias plantadas por Prebisch nesta fase.

O sistema Centro-Periferia foi o conceito mais importante criado por Prebisch. Devem-se compreender como Centro, os países desenvolvidos produtores de bens industriais, e por periferia, entende-se um conjunto amplo de países em desenvolvimento ou subdesenvolvido, produtores de bens primários. A América Latina era parte importante dessa periferia da economia mundial.

Em 1963 Prebisch apresenta o conceito de insuficiência dinâmica – que é a incapacidade da economia de absorver o crescimento da população ativa e a desocupação provocada pelo progresso técnico. Desse modo é um corolário evidente que o desenvolvimento econômico não vem espontaneamente, mas através de um esforço centrado e racional, onde a acumulação e a redistribuição da renda não seriam comandadas pelo livre jogo do mercado, mas com a participação efetiva do Estado.

Durante o período na CEPAL, Furtado, a partir da ligação intelectual com Raul Prebisch começou a discutir e elaborar escritos sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, em que nível de atraso estava o Brasil e sobre quais condições era possível superar o subdesenvolvimento.

Segundo se pode entender das análises de Furtado a superação do modelo agrário-exportador, só foi possível graças ao acontecimento histórico mais importante e mais grave do século XX: a Depressão de 1929-1933. Contudo, essa mudança se era condição necessária para a superação do subdesenvolvimento, não era de modo nenhum condição suficiente. Mesmo com uma forte industrialização, o Brasil permanecia no campo dos retardatários, com parte significativa de sua população na miséria rural ou na nova miséria urbana engendrada pelo nosso capitalismo. Para Furtado, este quadro pós-industrialização ligava-se fortemente ao passado colonial do país.

Esta história gerava segundo o autor, um "desenvolvimento tecnológico dependente". Ou seja, o avanço tecnológico chegava à periferia por meio da difusão dos bens de consumo que eram produzidos no centro hegemônico do sistema. Desse modo, era visível que aquele processo não era introdutor de novas tecnologias, ao contrário, obrigava a periferia à aceitação de padrões de consumo e conseqüentes modos de vida que implicam um nível de acumulação absolutamente que não pode ser universalizado na zona periférica. Na verdade, era uma riqueza oligárquica, não distribuída por mecanismos de alocação de mercado. Exigindo, portanto, uma ação intervencionista do Estado. O fato é que a continuidade e o aprofundamento dessa situação só eram possíveis porque o tipo de capitalismo era livre para dispensar qualquer preocupação com qualquer homogeneidade social. O excesso de força de trabalho facilitava enormemente as decisões de consumo e investimento das elites nacionais.

Para abandonar este círculo vicioso – que reproduzia constantemente atraso e subdesenvolvimento – Furtado propugnava o robustecimento de uma sociedade civil organizada, a renúncia discricionária das teses tradicionais sobre vantagens comparativas e a uso amplo do planejamento como instrumento principal de política econômica do Estado Nacional, evitando a ação perniciosa do atavismo desordenado das forças de mercado. Com essas atitudes de independência seria possível um acabamento final e consistente da industrialização, atuar politicamente no esforço de diminuir sensivelmente as desigualdades de rendas, regionais, e o mais importante, que é o fortalecimento do mercado interno.

Segundo Furtado (1983) as elites nacionais enquanto beneficiárias do "capitalismo periférico", tentariam a todo custo reproduzir as formas de consumo dos países centrais, o que exigiria permanente concentração de renda. Assim, na gênese histórica do subdesenvolvimento, estavam o desenvolvimento dos países centrais e uma forte dependência cultural. Como sublinha Furtado:

> Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o processo de produção (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e forma de apropriação desse excedente) e o processo da circulação (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto), os quais, conjuntamente, engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes. (FURTADO, 1983: 80).

É possível fazer uma leitura de Celso Furtado (1958, p. 10) onde o mesmo procura os elementos fundantes e os eixos norteadores de uma política permanente de desenvolvimento, que equivale dizer que o autor buscava um conhecimento detalhado e aprofundado do sistema econômico, as tendências imanentes do mesmo, definições claras de objetivos a serem alcançados nos setores estratégicos da produção, o impulso adequado no tempo e no espaço dos meios de controle contra desequilíbrios internos e externos, finalmente a política econômica e administrativa para alcançar de forma sincrônica esses objetivos.

Furtado caracteriza o Brasil como um imenso e contínuo território possuidor de unidade política, social e cultural, mas do ponto de vista econômico, descontínuo e heterogêneo Compreendendo-se que quase 70% do território nacional eram na época um imenso vazio demográfico e econômico, o restante se dividia em dois sistemas econômicos: o sistema nordestino sem integração nacional, nem mesmo regional e o sistema sulista mais integrado, mas ainda com muitas atividades "tradicionais" e pouco nível de monetização.

> A produtividade média e as dimensões absolutas do mercado do sistema econômico do sul do Brasil já alcançaram nível suficientemente elevado para que esse sistema esteja em condições de gerar seu próprio impulso de crescimento. Não significa isso que tal economia possa prescindir dos meios externos de pagamento para crescer. A estrutura de seu sistema produtivo ainda é bastante rudimentar para que grande parte dos

> investimentos requeira uma contrapartida de cambiais. Mas o fato de que a procura externa deixe de crescer já não significa que essa economia deva entrar numa etapa de estagnação. (FURTADO, 1958: 13).

Em 1961 Furtado escreve *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.* Na parte relativa ao Desenvolvimento, o autor mostra "o estado da arte" da teoria do desenvolvimento na teoria econômica e destaca a importância dos processos históricos na consecução do desenvolvimento econômico. Na parte, sobre o Subdesenvolvimento, ele constrói várias críticas às concepções da teoria do desenvolvimento que dominam as academias. Segundo Furtado, além do caráter limitado das teorias, há uma preocupação exagerada com o crescimento econômico. Nega-se o fato de que o desenvolvimento econômico possui uma clara e irrevogável dimensão histórica.

Furtado (1974) discute e contesta a idéia muito difundida de que haveria um desenvolvimento inevitável dos países periféricos, que acompanharia o padrão histórico das economias centrais. O autor argumenta que aquela era uma situação bastante improvável, considerando, continua Furtado, que os países periféricos nunca serão desenvolvidos nos moldes dos países cêntricos. A saída seria uma forma alternativa de desenvolvimento econômico. Aqui merece um parêntese. Em 1997 (edição brasileira) Giovanni Arrighi provoca uma verdadeira revolução intelectual ao escrever "*A Ilusão do Desenvolvimento".* Onde o autor argumenta que existe uma configuração mundial em três camadas de forte estabilidade e que apesar de um país isoladamente ter condições – sobre restrições de várias ordens – de deslocar-se de uma camada para outra deste sistema mundial, a estrutura manter-se-á intacta. Em 1974, Celso Furtado escrevia "*O mito do desenvolvimento econômico"* uma obra que parece não ter sido completamente entendida até hoje. A semelhança teórica entre os dois autores é muito grande. Ambos concluíram que é simplesmente impossível aos países fora do núcleo orgânico (Arrighi) ou centrais (Furtado) atingir o desenvolvimento próprio dos países cêntricos. Acrecente-se: se houvesse esta possibilidade, os recursos mundiais seriam usados e consumidos em poucos anos, ou mais realisticamente ocorreria uma guerra total – perto da qual, a Segunda Guerra Mundial seria apenas escaramuças, de baixíssima potência – por aqueles recursos.

Uma preocupação permanente de Furtado era com uma ampla visão sobre a natureza complexa do processo de desenvolvimento, procurando compreender baseado no método histórico-estrutural, as origens mais profundas da formação econômico-social do subdesenvolvimento. Assim, é fundamental o reconhecimento do fato de que Furtado oferece

uma contribuição teórica impar a investigação dos processos históricos do desenvolvimento e de sua antítese, indo muito além da economia e deixando para muito atrás o economicismo. Desse modo, importa os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos.

Com as modificações introduzidas na economia mundial a partir da década de setenta a situação da periferia novamente sofre alterações sérias. Como observou Santos:

> O pensamento de Celso Furtado se situa em uma época marcada por diferentes conjunturas que pode ser levada em conta. Sua obra inicia-se no período posterior à Segunda Guerra, marcado pela política‘ nacional-desenvolvimentista’, atravessa as notáveis transformações do campo internacional causadas pelo aprofundamento da guerra fria (que, no Brasil, significou a implementação, pelos governos militares, do capitalismo associado sob a hegemonia dos Estados Unidos) e, por fim, acompanha o aprofundamento da transnacionalização financeira que marca o ciclo que se inicia desde meados da década de 70. (SANTOS, 1998: 4).

As reflexões de Furtado na década de noventa até seu falecimento em 2004 continuaram fiéis ao conjunto de sua obra, ou seja, a construção da Nação, como processo que unifique os espaços econômicos do país, por meio do fortalecimento do mercado interno, através da ação consciente do Estado Nacional de maneira a garantir uma integração mais venturosa entre as diversas regiões brasileiras. O fato é que a construção foi interrompida pela crise da economia brasileira nos anos oitenta do século passado e pela imediata subordinação daquela economia ao capitalismo global, sem nenhum condicionante que pudesse garantir um mínimo de autonomia ao Estado e a sociedade.

Furtado sempre evitou declarar-se marxista e era até bastante crítico a certa esquerda voluntarista, mas é evidente a influência de Marx na obra furtadiana, principalmente nos aspectos metodológicos. A assunção de uma origem keynesiana transformada na “escola estruturalista”, não esconde o uso correto do método histórico. A predominância da estrutura sobre a conjuntura, a análise primorosa do nacional inserido dinamicamente do mundial. O que move a pesquisa e as tensões do econômico com o político em Furtado é sua notável compreensão da dimensão histórica dos fenômenos econômicos no geral e do fenômeno do desenvolvimento-subdesenvolvimento em particular.

Hirschman (1961) encara a questão do desenvolvimento através de processos “*backward linkages”* **(efeitos para trás),** a saber, ele propõe o estabelecimento de indústrias com fortes

encadeamentos para trás como estratégia para promover o desenvolvimento. O resultado dessa estratégia era um crescimento desequilibrado, o que produziu muita polêmica no campo do desenvolvimento econômico. Na verdade, no capítulo quatro da sua principal obra "*Estratégia do Desenvolvimento Econômico",* o autor explicita sua estratégia de desenvolvimento para os países atrasados como um modelo de "*Unbalanced growth"* **(Crescimento desequilibrado)**, ou seja, desenvolvimento com desequilíbrio ou mais precisamente através de uma cadeia de desequilíbrio. A chave para a compreensão da teoria de Hirschman é a tese de que o desenvolvimento é sempre um processo normalmente desordenado. O autor atacou as teses de crescimento equilibrado. Teses que ainda hoje predominam na literatura econômica ortodoxa. Segundo Souza:

> Partindo-se das análises de Meade e de Solow, constatou-se que o modelo neoclássico é um instrumento simples e eficiente para mostrar a trajetória de crescimento de uma economia no longo prazo. Constatou-se que as produtividades do capital e do trabalho aumentam com maiores conhecimentos e que a renda per capita cresce com o progresso técnico no equilíbrio estável de longo prazo. Porém, considerando-se duas regiões ou países com desigual nível inicial de renda per capita e conhecimento técnico, as desigualdades entre eles deverão aumentar pela imperfeita mobilidade espacial de fatores. A área com estoque inicial superior de conhecimentos deverá crescer de modo mais acelerado pela existência de importantes economias externas e pela adoção mais intensa de novas tecnologias. A conclusão é a de que a convergência somente começará quando surgirem novos conhecimentos e economias externas importantes nas regiões ou países mais pobres. Isso poderá acelerar-se pela adoção de medidas favoráveis, que estimulem a difusão espacial do capital e do progresso técnico. (SOUZA, 2005: 336-349).

Além do mais Hirschman argumentava que os problemas de industrialização não requeriam uma solução simultânea, como afirmavam Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse e Arthur Lewis. Na realidade, na visão de Hirschman, os processos de industrialização recentes ocorriam por meio de um conjunto de soluções seqüenciais inteiramente diferentes dos seguidas pelos países de industrialização antiga. Ele minimizou as várias barreiras ao desenvolvimento, como: propriedade fundiária, instabilidade administrativa e falta de poupança.

Na visão do autor, os encadeamentos para trás correspondiam a induzir estímulos para os setores iniciais ou intermediários da cadeia produtiva e que forneciam os insumos

necessários para uma atividade qualquer. Encadeamentos para frente tendiam a induzir a criação de novas atividades. As fontes fundamentais do desenvolvimento seriam as atividades com alto potencial para criar encadeamentos, principalmente encadeamentos para trás. A idéia de que o desenvolvimento industrial ocorreria através de encadeamentos para trás era revolucionária, pois acarretava que um país que desejasse industrializar-se não precisava seguir o manual tradicional, mas sim, o desenvolvimento industrial encontraria seu caminho nas indústrias intermediária e básica. A industrialização de setores líderes arrastaria atrás de si o resto da economia. Hirschman generaliza seus aportes argumentando que poderia ser racional para os governos de países subdesenvolvidos concentrarem-se em atividades de grande escala, pois uma usina siderúrgica levaria o governo a garantir o êxito do empreendimento, em contraste com a aplicação dos mesmos recursos em um grande número de pequenos projetos (HIRSCHMAN, 1961: 144).

Myrdal (1973) afirmava que havia um hiato crescente entre os países ricos e os países pobres, explicado pelo "princípio da causação circular e cumulativa" que ele toma emprestado e adapta da obra de Nurkse. Nesse sentido, os governos dos países pobres, se desejam reduzir o hiato, devem promover uma distribuição mais eqüitativa da renda, a fim de aumentar a produtividade e consequentemente a produção.

Como outros autores da corrente desenvolvimentista, Myrdal defende que a saída para os países subdesenvolvidos está no planejamento econômico. Cada plano de desenvolvimento deve determinar o montante total de investimento e a quantidade de capital que deve ser utilizado em cada um dos setores principais da economia. O próprio governo deve intervir no sentido de direcionar a acumulação, assim como deve alavancar a parcela necessária da renda nacional para as diversas esferas de investimento produtivo.

Sintetizando o pensamento cepalino, pode-se dizer que o texto *"O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas"*, Prebisch (1949) representa a origem daquele pensamento, sendo, portanto, a configuração teórica do sistema de relações econômicas internacionais denominadas Centro-Periferia. Para Furtado (1985), o ponto de partida do texto era um "grito de guerra", um ataque frontal à chamada ordem mundial e a seus ideólogos: *"A realidade está destruindo na América Latina aquele pretérito esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de haver adquirido grande vigor no século XIX, seguia prevalecendo doutrinariamente até a bem pouco*

tempo". (Prebisch, 1949, p. 99).

Havia um suposto da economia ortodoxa de que a periferia se beneficiava no comércio mundial com o centro. Prebisch discorda deste pressuposto da distribuição do progresso técnico, afirmando que desde o final do século XIX, os preços dos produtos primários vêm se deteriorando em relação aos preços dos produtos manufaturados dos centros. Ou seja, por não terem sido repassados os aumentos de produtividade na baixa dos preços, o progresso técnico tem se concentrado nos centros.

Segundo Prebisch não havia outra saída para a América Latina, que não fosse a industrialização via substituição de importações. Contudo, era claro que este modelo de industrialização tinha barreiras que não se podia esquecer, tais como: pequena escala de produção e a baixa poupança interna. Uma medida proposta para evitar ou reduzir o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos era o desestímulo às importações através do controle do câmbio e de outras medidas seletivas.

Pode-se dizer que a CEPAL estava particularmente preocupada com três questões relativas ao desenvolvimento latino-americano:

(a) as especificidades da estrutura econômica e social dos países da América Latina, destacando os entraves (bloqueios) ao pleno desenvolvimento econômico, via industrialização, em contraste com o dinamismo estrutural dos países centrais;

(b) a investigação sobre as relações entre os países centrais e os periféricos, que longe de diminuir a distância entre os países, na verdade as aumentava;

(c) Caberia um papel central ao Estado nacional, ou seja, a função de intervir de modo a impulsionar o desenvolvimento de forma a reduzir o hiato, por meio de um processo sustentado de industrialização.

Para a CEPAL, nos países centrais o progresso técnico avançou rapidamente, gerando desenvolvimento, transformando-os no centro dinâmico da economia capitalista. Um fato inconteste é que o processo de industrialização do centro, contou com uma grande vantagem, isto é, o fato de que os padrões de demanda se desenvolveram conjuntamente com o progresso técnico e com a expansão da riqueza. Ao contrário nas economias periféricas, a produção permaneceu atrasada em todos os sentidos, incluindo o padrão tecnológico. Assim, não havia difusão da tecnologia para a periferia.

Outro problema grave era o domínio do setor agrícola exportador. O crescimento era voltado para o mercado externo. Assim, o setor exportador funcionava como único centro dinâmico da economia dos países periféricos, sendo praticamente o único componente autônomo do crescimento da renda. Não havia diversificação da produção, pois apenas um ou dois produtos primários eram exportados. Por outro lado, quando tem inicio o processo de urbanização relativamente intenso, ocorre o estabelecimento das indústrias de bens de consumo interno (calçados, tecidos, vestuários, móveis, etc), todas de baixa incorporação tecnológica, o que não era suficiente para desenvolver uma atividade interna com dinamismo próprio e, desse modo o crescimento econômico da periferia ficava inteiramente subordinado ao comportamento da demanda externa por produtos primários. Vale ressaltar que o padrão de consumo da periferia era independente com respeito ao sistema produtivo, dado que os bens de consumo modernos eram importados através das divisas de exportação, enquanto importavam-se, também, recursos técnicos e bens de capital viabilizadores do funcionamento das indústrias nascentes. Em resumo: as relações comerciais entre centro e periferia obedeciam a uma determinada divisão internacional do trabalho contrária aos interesses nacionais dos países periféricos.

Outra preocupação da CEPAL era com a crítica a Lei das Vantagens Comparativas de David Ricardo, que argumentava que o comércio internacional sempre beneficiava ambos os parceiros, desde que cada país com sua dotação de fatores procurar-se a especialização naquela produção que executasse melhor. Segundo a Lei das Vantagens Comparativas de David Ricardo, os países atrasados seriam beneficiados em suas relações comerciais com países mais adiantados tecnicamente. Segundo Ricardo, cada país deveria especializar-se nas atividades em que poderia obter maiores benefícios, onde seus custos de produção fossem menores do que os de seus parceiros comerciais. Isso levaria a absorverem todo o diferencial de produtividade entre ambos. Para evitar mal-entendidos, a Lei das Vantagens Comparativas é uma excelente aproximação da realidade quando o comércio é realizado entre países com grau semelhante de desenvolvimento.

A questão toma outro rumo quando o intercâmbio acontece entre países com grandes diferenças entre os níveis de desenvolvimento das forças produtivas, os mais desenvolvidos levarão vantagens, dado que os preços são menores para os produtos fabricados pelos mais desenvolvidos, em conseqüência de seu nível de produtividade ser mais elevado. Desse modo, as economias periféricas teriam que gastar quantias cada vez maiores de produtos primários em troca dos produtos industriais produzidos pelas economias centrais, tese que ficou conhecida

como Lei da Deterioração dos Termos de Troca[3]. Para os cepalinos, a divisão internacional do trabalho, gera uma disparidade crescente entre países centrais e periféricos. Assim, aos periféricos não restava outra saída que não fosse uma industrialização planejada, pois assim ocorreria uma redução em suas relações comerciais com os países centrais, o que acabaria por viabilizar seus processos de desenvolvimento.

A CEPAL argumentava que o modelo primário-exportador não permitia uma oportunidade real de desenvolvimento para a América Latina, concluindo pela necessidade da criação de um novo modelo, via processo de industrialização. Para abandonar a condição de subdesenvolvida, deveria os países periféricos realizar uma mudança profunda em sua estrutura interna, invertendo a matriz produtiva, reduzindo o predomínio da produção agrícola para o mercado externo; aumentando o esforço industrializante e procurando modificar suas relações comerciais com o centro. Segundo a teoria cepalina, o modelo não mudaria pela ação espontânea e assimétrica do mercado, era necessária uma forte presença do Estado.

Segundo Paul Baran (1952) o atraso econômico e a conseqüente pobreza dos países subdesenvolvidos devem ser explicada através do conceito de excedente econômico e na forma de apropriação do mesmo. O excedente é a diferença entre a produção corrente real da sociedade e seu consumo corrente real. Por sua vez, o excedente potencial é a diferença entre o que poderia ser produzido – com uma dada tecnologia disponível e com uma determinada organização social – e aquele consumo essencial. Normalmente o excedente efetivo é menor do que o potencial, pelos seguintes motivos: (a) consumo supérfluo das elites e das classes médias; (b) produção perdida devido ao trabalho improdutivo (propagandistas, especialistas em evasão fiscal, produtores de armas, etc); (c) produção perdida devido à organização irracional e ineficiente do

[3] Significa uma tendência secular para a deterioração relativa dos preços dos bens primários frente aos produtos manufaturados. A consequência dessa deterioração é que os países que exportam bens primários e importam bens manufaturados, perdem capacidade de compra, devendo reduzir o volume de mercadorias importadas. Essa restrição nas compras externas significa que o ritmo da atividade econômica do país deve ser reduzido, gerando conjunturas recessivas. A explicação oferecida para essa deterioração dos preços relativos foi formulada em termos da diferente elasticidade renda da demanda dos bens primários e dos manufaturados. A elevação eventual na renda dos consumidores provocaria aumentos na demanda por bens manufaturados, apresentando efeito menor sobre a demanda por bens primários. Como resultado, a melhora na renda provocaria, em longo prazo, elevações relativas nos preços das manufaturas. Outra explicação oferecida, para a evolução observada dos termos de troca, foi que o progresso técnico na fabricação dos bens permite elevações na eficiência produtiva, que se refletiria na utilização de quantidades cada vez menores de matérias primas. Por outra parte, o progresso técnico tem conduzido ao aparecimento de novos materiais, especialmente de substitutivos para as matérias primas naturais. Assim, os produtos primários encontrariam cada vez menor demanda industrial, o que contribuiria para o declínio do seu preço. http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosdidaticos

aparato produtivo; (d) produção perdida pelo desemprego de fatores devido à anarquia da produção capitalista e a falta de demanda efetiva.

De acordo com Emmanuel (1973) o essencial é o conceito de troca desigual. Por esse principio o mercado capitalista mundial é dominado por uma lei de formação de preços, onde impera uma desigual remuneração dos fatores produtivos, em particular do fator trabalho. Portanto, o desigual preço da força de trabalho leva a uma divisão internacional do trabalho que é desfavorável aos países atrasados. Outro aspecto importante do pensamento de Emmanuel é a existência de entraves estruturais ao desenvolvimento, é a chamada tese do bloqueio. O bloqueio das forças produtivas só poderia ser "rompido" através da luta de classes que levasse ao poder os próprios trabalhadores ou, em alguns casos, que colocasse uma burguesia nacional no poder e disposta a enfrentar o imperialismo.

Nos anos oitenta do século passado ocorre um renascimento dos estudos sobre cultura como elemento fundamental no desenvolvimento econômico. Vale destacar que Harrison (1985) faz um estudo comparativo buscando demonstrar que a cultura é uma das principais variáveis explicativas do desenvolvimento. Neste trabalho Harrison argumenta que a capacidade criativa é o cerne do processo de desenvolvimento. Não se trata de identificar apenas o empresário inovador, como fez Schumpeter, mas de perceber que todos os agentes sociais envolvidos no processo (engenheiros, trabalhadores, fazendeiros, professores, os diversos agentes públicos) desempenham um papel essencial numa sociedade de alto bem-estar.

Por outro lado, a questão é, também, conceitual, pois a definição de desenvolvimento deve ser mais ampla do que o reducionismo da questão produtiva dos economistas. Faz-se necessário se considerar os aspectos sociais, a qualidade da saúde, da educação, etc. Desse modo, Harrison elenca sete modos de estimular a criatividade inovadora;

> (a) Através da criação de um ambiente em que as pessoas esperem e recebam um tratamento justo.
> (b) Através de um sistema educacional efetivo e acessível: que proporcione uma base intelectual e ferramentas vocacionais estimule a curiosidade, as faculdades críticas, a discordância e a criatividade; e que equipe as pessoas para resolverem problemas.
> (c) Através de um sistema de saúde que proteja as pessoas das doenças que debilitam e matam.
> (d) Através da criação de um ambiente que encoraje a experimentação e a crítica (que freqüentemente se encontra na raiz da experimentação).
> (e) Através da criação de um ambiente que ajude as pessoas tanto a descobrirem seus talentos e interesses qunato a aproveitá-los nos empregos adequados.

(f) Através de um sistema de incentivos que recompense o mérito e as realizações (e, ao contrário, desencoraje o nepotismo e o "pistolão").

(g) Através da criação de um ambiente de estabilidade e continuidade que torne possível planejar para o futuro com confiança. O progresso é imensamente mais difícil com a instabilidade e a descontinuidade. (HARRINSON, 1985: 22).

Como desenvolvimento, progresso e cultura são termos polissêmicos. Huntington (2002) no prefácio de "*A Cultura Importa*: os valores que definem o progresso humano" argumenta que por progresso humano deve-se entender um movimento rumo ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar material, a justiça socioeconômica e a democracia política. Enquanto cultura deve ser definida, em termos subjetivos, como os valores, as atitudes, as crenças, as orientações e os pressupostos subjacentes que predominam entre os membros de uma sociedade (Huntington, 2002, p.13).

Um dos maiores defensores da cultura como motor do desenvolvimento econômico e social é David Landes. Por se tratar de um renomado economista e historiador econômico e por possuir esta visão, onde cultura aparece com tal proeminência, o trabalho do mesmo constitui uma referência obrigatória. Landes (2002) afirma que pensar cultura sempre causa mal-estar, por lembrar raça e herança. Assim, o economista prefere alterar taxas de juros e de câmbio, liberar o mercado, enfim administrar, tecnicamente, a demanda e a oferta. O exemplo de país bem sucedido para Landes (2002) é o Japão. A queda do *Xogunato* e a volta do poder ao Imperador é o começo da ascensão japonesa. Este foi o papel principal da revolução *Meiji*. Na verdade, continua Landes, a unidade nacional e seus símbolos unificadores antecediam o domínio *Tokugawa*, como expressa Landes:

> Os símbolos de unidade nacional já estavam presentes; os ideais de orgulho nacional já definidos. Isso evitou muita confusão. Revoluções, como guerras civis, podem ser arrasadoras para ordem e a eficácia nacional. A Restauração Meiji teve suas discórdias e seus dissidentes, geralmente violentos. Os últimos anos do antigo e os primeiros anos do novo regime foram manchados do sangue de assassinatos, de levantes camponeses, de rebeliões reacionárias. Mesmo assim, a transição no Japão foi muito mais suave do que as variedades francesa e russa de reviravolta, por duas razões: o novo regime tinha a vantagem moral, e mesmo os descontentes e insultados temiam dar armas e oportunidades ao inimigo externo. Imperialistas estrangeiros estavam rondando para atacar, e divisões internas atrairiam a intervenção. Considere-se a história do imperialismo em outros

> lugares: disputas e intrigas locais atraíram as potências européias para a Índia e logo subjugariam a China. (LANDES, 2002: 45).

A grande vantagem japonesa foi que a restauração do imperador não significou uma volta a um passado idílico e sim uma fortíssima modernização que visava gerar uma nação capaz de enfrentar o Ocidente. A modernização daquele país foi empreendida com métodos que poucos países possuíam: (a) tradição (memória histórica); (b) eficiência governamental; (c) altas taxas de alfabetização; (d) estrutura familiar coesa; (e) disciplina como norma internalizada e (f) acentuada ética de trabalho.

De acordo com Porter (2002) é fundamental investigar o papel da "cultura econômica" no progresso econômico. Sendo que cultura econômica deve ser conceituada como as crenças, as atitudes e os valores que são relevantes para as atividades econômicas de indivíduos, organizações e outras instituições. (Porter, 2002: 53). Por outro lado, Porter admite as dificuldades de tratamento da variável cultura e do seu isolamento. Assim, quando se relaciona cultura com prosperidade, tende-se a focalizar atributos gerais, como capacidade de trabalho, iniciativa, crença na educação, parcimônia, etc. Todos os valores são importantes, mas dependentes do contexto histórico. Desse modo, a tendência à poupança na economia japonesa, tem sido apontada, recentemente, como causa do lento desenvolvimento daquela economia nos últimos anos. O que faz sentido, pois com uma propensão a consumir muito baixa, se toda poupança não se transforma em investimento, dado que a propensão a investir também pode estar baixa, a renda agregada da economia decresce, mesmo num ambiente de alta poupança. Fica claro que o que Porter quer destacar é que o que foi uma das maiores virtudes dos agentes econômicos do Japão (indivíduos e empresas), pode se tornar ou está se tornando uma restrição ao crescimento.

O que importa ao desenvolvimento nacional é o que Porter chama de paradigma da produtividade, ou seja, um país é tanto mais próspero quanto maior é sua produtividade:

> O paradigma da produtividade como base da prosperidade representa uma mudança radical das concepções sobre fontes de riqueza. Cem anos atrás, ou mesmo cinqüenta, a prosperidade de um país era vista amplamente como resultado da posse de recursos naturais ─ terra, minerais ou mão-de-obra ─ que dava ao país uma vantagem comparativa em relação a outros países menos aquinhoados. Na moderna economia global, entretanto, as empresas podem ter acesso a recursos em qualquer parte, a custos baixos e com

> eficiência, tornando os recursos propriamente menos valiosos. O valor real dos recursos está caindo, como prova o firme declínio dos preços reais das mercadorias no último século. Da mesma forma, a mão-de-obra barata está em toda parte, e ter uma reserva de mão-de-obra não é em si uma vantagem. Com os preços de transporte e comunicação em queda acentuada, mesmo a localização geográfica favorável em relação a mercados e rotas comerciais já não é hoje a vantagem que costumava ser. Uma empresa em Hong Kong ou no Chile, apesar da grande distância dos mercados, ainda pode ser uma grande parceira comercial dos estados Unidos ou da Europa. (PORTER, 2002: 56).

Assim, segundo Porter, o grande desafio para elevar a competitividade das nações é mudar a cultura econômica. Em geral, as políticas e atitudes que ajudam na elevação da competitividade são conhecidas; a questão é fazer com que elas sejam seguidas. Desse modo, para promover o desenvolvimento exige-se um processo de educação permanente. O significado dessa argumentação é que a educação, ou mais precisamente o que os economistas trataram como capital humano e que se desdobra, hoje, em capital do conhecimento e capital social, é o principal componente de um processo permanente e sustentado de desenvolvimento.

Para Grondona (2002) a questão do desenvolvimento depende de um ciclo virtuoso. Ou seja, quando se inicia um ciclo com trabalho e se produz reinvestimentos sucessivos, a economia começa, então, a apresentar os primeiros frutos. Há um aumento geral da prosperidade. É neste ponto que a população pode desejar trabalhar menos e consumir os ganhos. Pode-se, assim, optar por não se fazer novos investimentos produtivos. Desse modo, há de imediato um componente cultural no processo de desenvolvimento, a saber, devem-se manter os níveis adequados de poupança e de investimentos, como única condição de sustentar aquele ciclo virtuoso. A condição inversa leva a um ciclo vicioso de *"stop and go",* que no fundo mantém a pobreza. Segundo o ponto de vista de Grondona não se trata apenas de cultura em geral, mas de uma esfera do fenômeno cultural que chamamos de ética. São valores intrínsecos. "quando um país atinge o desenvolvimento econômico responde a valores não-econômicos que são, apesar disso, pró-econômicos, pode-se concluir que o desenvolvimento econômico é um fenômeno moral". (Grondona, 2002: 91).

A posição de Inglehart (2002) difere do neoweberianismo de autores como Harrison, Huntington e Putnam, pois o mesmo se denomina de teórico da modernização, que é uma corrente que vem de Marx a Bell. De modo que as mudanças que vem ocorrendo no mundo tendem a desgastar os valores tradicionais. O desenvolvimento econômico leva, geralmente, ao

declínio da religião, do provincianismo e a uma maior equalização cultural. Isto significa que todos os países do mundo (ou a maioria deles) tendem para uma cultura comum que reflete uma nova fase do desenvolvimento, daí a superação das culturas locais, ou pelo menos, sua interpenetração com uma cultura universal.

Inglehart define duas dimensões para analisar as sociedades: (a) a primeira dimensão opõe tradição à autoridade secular-racional; (b) a segunda coloca em oposição valores de sobrevivência a valores de auto-expressão. A noção de desenvolvimento com modernização levaria, de um lado, a uma superação dos valores tradicionais e provincianos; e de outro a superação dos valores da sobrevivência. Utilizando pesquisas mundiais de valores é possível se concluir que as sociedades tradicionais possuem taxas de fertilidade muito mais altas do que as sociedades onde predominam os valores racionais. Existe nas sociedades tradicionais um forte apego à religião, à família, à rejeição ao divórcio. Aprovam a submissão social, são favoráveis ao consenso e contra o conflito político. As sociedades de valores racionais teriam valores opostos àqueles das sociedades tradicionais.

Por outro lado, as sociedades que se guiam por valores de sobrevivência apresentam níveis baixos de bem-estar subjetivo, possuem deficiência em confiança interpessoal, são intolerantes com grupos externos, tendem a manter a desigualdade entre os sexos e são relativamente favoráveis a regimes autoritários. As sociedades onde prevalecem os valores de auto-expressão tendem a um comportamento oposto ao descrito acima.

A questão é que há um problema de causalidade difícil de ser formalizado matematicamente. Isto é, o desenvolvimento parece possuir uma grande capacidade de alterar os valores culturais. Assim, a variável que empiricamente precisa ser explicada, em certa medida, está explicando. Ou seja, as sociedades são racionais e de autossuficiência porque se desenvolveram, contudo, numa certa medida a racionalidade e a auto-expressão são elementos importantes na consecução do desenvolvimento. Pode-se concluir que há uma forte correlação entre as variáveis, porém o sentido da casualidade não é preciso.

Segundo Inglehart (2002) os indícios disponíveis indicam que o desenvolvimento econômico coloca as diversas sociedades, independentemente de heranças culturais, na mesma direção. Para provar esta tese o autor trabalha com sessenta e cinco sociedades incluídas em várias zonas econômicas. Existem dezenove sociedades com PIB *per capita* anual acima de 15.000 dólares e que estão numa zona de altos valores de autoridade racional (não tradicionais) e

de altos valores de autoridade racional (não tradicional) e de altos valores de auto-expressão. Os países desta zona possuem cultura protestante, ex-comunista, confuciana e católica.

O final dos anos setenta ver entrar em cena um novo projeto de ordenamento do capitalismo trata-se do neoliberalismo. Este modelo apesar de não estar inteiramente dissociado do antigo Liberalismo, tem outra filiação, isto é, em 1944, Friedrich Hayek escreve o livro "*O caminho da servidão"*, como uma reação duríssima contra a intervenção do governo na economia e ao Estado de bem-estar social, e em defesa do chamado mercado absoluto. Os apologistas de um mercado autorregulador, ou de um mercado absoluto, como desejavam os neoliberais fundamentalistas, afirmavam que o mercado é algo natural a todas as sociedades humanas[4]. Com esta forte e reativa ideologia conservadora, foi possível a implementação de um conjunto de políticas liberais, principalmente, liberalização comercial e não intervenção estatal na economia, também conhecida como política do "mercado autorregulado", que veio provocar uma série de mudanças mundiais de ordem econômica e política. As medidas, que se por um lado consolidaram as economias dos EUA e da Europa, promoveram nos países latino-americanos uma situação de crescente endividamento e dependência de recursos externos.

Após a Segunda Guerra Mundial e até o início dos anos setenta, o capitalismo cresceu a taxas altíssimas, a ponto de alguns estudiosos começarem a falar de um capitalismo sem crise, ou seja, a esperança de Smith num capitalismo redentor de toda humanidade havia finalmente chegado, apesar da existência de um sistema antagônico (o socialismo burocrático) também estar obtendo grandes resultados no front econômico. Este período ficou conhecido, eufemisticamente, de "anos dourados". Porém, a crise do "capitalismo sem crise" instala-se em 1973 numa combinação explosiva de queda na taxa de expansão do produto com altas taxas de inflação. Segundo Anderson (1996) foi a partir daquele momento de crise do sistema capitalista que a ideologia neoliberal ganhou alento. O discurso dos defensores do mercado absoluto afirmava e continua afirmando que os problemas do capitalismo não estavam no sistema capitalista, mas no poder excessivo dos sindicatos e no próprio movimento dos trabalhadores que haviam destruído as bases naturais da acumulação de capital com pressões econômicas descabidas de aumentos

[4] Nada mais falso e desprovido de evidências do que tal proposição. A verdade é que nenhuma economia pré-capitalista funcionou comandada e regulada pelo mercado, ou seja, o mercado regulador é sem engano e com toda justiça uma invenção – em duplo sentido – do capitalismo.

salariais e pressões políticas que aumentavam os gastos sociais do Estado. Tais pressões, de acordo com a doutrina liberal, destruíram as margens necessárias e sadias dos lucros.

Para o quadro apresentado acima a solução seria, não um Estado fraco como muitos supõem, mas um Estado forte capaz de enfrentar e derrotar o poder sindical e de desenvolver políticas que aprofundam o desemprego e a precarização do mundo do trabalho e que retire direitos sociais consagrados, desamparando ainda mais os trabalhadores. Contudo, o Estado deveria ser forte também na condução e no controle da moeda, utilizando-a como instrumento de redistribuição de renda para os mais ricos[5], dado que a desigualdade seria uma condição necessária para o crescimento econômico, ou seja, o capitalismo só seria possível com desigualdade.

A mensagem dos neoliberais históricos era extremamente dura, mas completamente de acordo com a lógica interna do capitalismo, mas só era dita de forma agressiva e aberta pelos neoliberais fundamentalistas como Hayek. A grande maioria dos neoliberais (inclusive os nativos) não tinha e não tem a coragem e a honestidade de esclarecer suas reais intenções, desvendando, assim, sua própria ideologia.

A primeira experiência neoliberal de acordo com Anderson (1996) ocorreu no Chile sob o comando do economista Milton Friedman na ditadura de Pinochet. Naquele país foram implantados rígidos programas de desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, privatização de bens públicos e uma decorrente redistribuição de renda em favor das classes mais ricas.

Em novembro de 1989, foi realizada na cidade de Washington, capital dos Estados Unidos da América, uma conferência organizada pelo Institute for International Economics, que reuniu pesquisadores dos problemas econômicos latino-americanos, representantes do congresso, do Banco Central dos Estados Unidos da América (FED) e do executivo norte -

[5] Em *A Violência da Moeda*, Michael Aglietta, em coautoria com André Orléans, retoma a tradição teórica dos regulacionistas, mas se preocupa em estabelecer as bases de uma "nova teoria econômica", que coloque a moeda em seu devido lugar de destaque. A referida obra objetiva reinterpretar a importância da moeda nas economias capitalistas contemporâneas. As principais idéias sistematizadas por Aglietta e Orléans envolvem a compreensão do sistema econômico capitalista como algo intrinsecamente instável, dinâmico, mas, ao mesmo tempo e, senão, por isso mesmo, constituindo-se em um sistema periodicamente abalado, sacudido e "perturbado" pela eclosão de crises sistêmicas, de grande profundidade estrutural, as quais transformam, irreversivelmente, seu padrão de funcionamento. Tal comportamento não tem nada de surpreendente, pois sempre se manifestou na história do capitalismo, desde a sua origem quando do triunfo da denominada 1ª Revolução Industrial. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 5).

americano, além de funcionários dos organismos financeiros internacionais especializados em assuntos latino-americanos sediados naquela cidade, a saber, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. (Batista, 1994). Esta conferência, ficou conhecida pela expressão "Consenso de Washington" em alusão ao trabalho apresentado pelo economista norte-americano John Willianson, Senior Fellow do Institute for International Economics, em um encontro realizado em 1990, também na cidade de Washington, para debater em conjunto com pesquisadores da América Latina as condicionalidades que deveriam fazer parte de uma política econômica voltada para a região. Por isso, a expressão foi utilizada para definir o conjunto de políticas fiscais e monetárias associadas às reformas institucionais, com base na desregulação, abertura à competição externa, privatização e estabilização monetária, que foram definidas como essenciais pelos participantes da conferência, realizada um ano antes, como forma de promover o desenvolvimento econômico e a reinserção dos países latino-americanos no mercado internacional. (Almeida Filho, 2003)

Fiori (2002), fazendo referência ao "Consenso de Washington", diz que naquele período era ampla a convergência sobre a excelência das reformas neoliberais que se encontravam em processo de implantação nos países latino-americanos. Dessa maneira, o neoliberalismo que vinha sendo defendido pelo governo norte-americano desde o início da década de 80 e propagado pelos organismos internacionais de crédito como modelo de desenvolvimento econômico estava gradativamente sendo adotado pelos países latino-americanos. Por sua vez, o diagnóstico dos economistas do "*mainstream*" era de que a responsabilidade pela crise econômica que assolava a América Latina era das políticas desenvolvimentistas, adotadas por grande parte dos países da região entre as décadas de 50 e 70, este diagnóstico teve um profundo efeito sobre os pensadores não ortodoxos latino-americanos. O neoliberalismo, deste modo, passou a ser encarado como sinônimo de modernidade por parcelas significativas das antigas forças políticas desenvolvimentistas,

Para Batista (1994), as dez propostas contidas no Consenso de Washington convergem para apenas dois objetivos básicos, o primeiro se refere à drástica redução do Estado e como consequência há uma evidente "corrosão" do conceito de nação. O segundo objetivo a ser alcançado pelas medidas seria a máxima abertura possível às importações de bens e serviços e a liberalização para a entrada de capitais de risco nos mercados latino- americanos. Este dois objetivos, estariam por trás do objetivo maior que era garantir a absoluta soberania do mercado

auto regulável nas relações econômicas, tanto internas como externas. (Batista, 1994)[6]

Cabe ressaltar ainda, que segundo Batista, para os ideólogos do neoliberalismo, o principal problema enfrentado pelos países latino-americanos era a demasiada interferência do Estado na economia, portanto, adotando o princípio do "livre mercado" os países periféricos alcançariam o desenvolvimento sustentado e uma conseqüente redução das desigualdades sociais e econômicas, os principais problemas enfrentados pelos países da região. (Batista, 1994)

Desta maneira, para grande parte dos empresários, políticos e intelectuais, o Consenso de Washington representava uma nova alternativa de crescimento econômico para a América Latina, visto que a crise econômica pela qual passava a região era em grande medida conseqüência da demasiada interferência do estado na economia, sobre o assunto, Williansom afirmou que:

> [...] para muchas personas, el consenso de Washington pareció marcar un momento decisivo de los asuntos económicos mundiales. Ahora que empezaba a retirarse de las economías del Tercer Mundo la mano muerta del Estado, ahora que los inversores empezaban a ser conscientes de las enormes posibilidades de beneficios de estas economías, el mundo estaba preparado para un dilatado período de crecimiento rápido en los países que hasta el presente habían sido pobres, y para los movimientos masivos de capital de Norte a Sur.(WILLIANSOM apud SERRANO, 1992: 1)

A doutrina neoliberal coloca como necessário à destruição do sindicalismo, a compressão dos salários, o aumento do desemprego e a elevação dos lucros, origem da acumulação do capital, e a esse conjunto de medidas e de objetivos, o neoliberalismo chama de recuperação econômica, ou seja, a ideologia neoliberal defende que estas medidas são meios para a completa recuperação de um capitalismo com altas e estáveis taxas de crescimento. É, entretanto, nesse objetivo final que o neoliberalismo falha completamente, pois exceto casos isolados e temporários, o

[6] A lista dos dez pontos é incompleta, porque "não inclui, assim, a tese mais recente da vinculação das moedas nacionais latino-americanas ao dólar, concebida não só como esquema transitório para combater formas agudas de inflação mas agora também como solução mais permanente para garantir, de forma mais duradoura, a estabilidade monetária. Nem o apoio a esquema regionais ou sub-regionais de integração econômica dita aberta através dos quais a liberalização unilateral dos países latino-americanos se converte em compromisso internacional, como já ocorreu na negociação do acesso do México ao NAFTA e ocorrerá com a transformação do MERCOSUL em união aduaneira". (BATISTA, 1994, p.35)

capitalismo não consegue apresentar altas taxas de crescimento, muito menos consegue sonhar com uma recuperação do forte crescimento verificado nos trinta anos dourados do pós-guerra, sob o comando do keynesianismo e do Estado do bem-estar social.

A obra de Arrighi (1997) parte de Marx e introduz nas estruturas de suas teses algumas contribuições de Shumpeter, principalmente a dinâmica schumpeteriana e o conceito de destruição criativa. De Wallerstein, toma emprestadas as idéias de sistema mundo e de região semiperiférica. De Braudel a concepção de uma economia capitalista estruturada em três segmentos verticais (os três andares): (a) produção material; (b) mercado ou circulação, (c) finanças corporativas. O autor discute duas estratégias de desenvolvimento semiperiférico. A estratégia anti-sistêmica, representada pela antiga URSS e demais países do Leste Europeu e a estratégia pró-sistêmica, vivenciada pelos países da América Latina e do sul da Europa. A segunda estratégia buscou preservar as desigualdades de classe na distribuição da riqueza no interior de cada território nacional e desempenhou funções subordinadas e complementares nos processos globais de acumulação.

O débito intelectual de Arrighi com Wallerstein é evidente, quando este autor ao trabalhar o conceito de sistema-mundo toma como objeto de análise não a situação isolada de qualquer país em particular, mas a formação histórica do sistema capitalista desde a expansão ocorrida na Europa do século XVI. Wallerstein, tributário de Braudel, constrói uma nova interpretação do capitalismo mundial, capaz de apreender elementos de difícil aparência em um exame superficial, que são, entretanto, essenciais quando se examina as relações de poder entre os Estados Nacionais.

Arrighi (1996) analisa os ciclos de acumulação sucessivos que aconteceram durante a longa nexpansão do sistema-mundo desde os fins do medievo. Este autor parte do conceito de hegemonia de Antonio Gramsci. Para o marxista italiano o poder hegemônico − representada no plano intraestatal por determinada classe dominante – fica assente sobre um poder de dupla figuração: o consenso e a coerção.

De acordo com Fontana (2003) Gramsci usa a terminologia de hegemonia não apenas no sentido de dominação, mas, primordialmente, no sentido de condução. Desse modo, uma classe dominante para exercer a hegemonia não é suficiente possuir os meios coercitivos do Estado, é necessário que seja construído entre diversos grupos sociais um sistema de alianças, onde o grupo

dominante exerce o poder pela capacidade que tem de transmutar os interesses particulares em interesses universais.

O elemento complementar do conceito de exercício da hegemonia em Gramsci é o controle efetivo da economia, ou seja, da vida material dos diversos grupos sociais. O centralismo econômico é a forma que possibilita materialmente a existência do poder de dupla figuração. De outro modo, nas modernas sociedades industriais, para atender minimamente as demandas materiais das classes subalternas sem provocar excesso de tensões sociais, nem redução da riqueza das classes dominantes é condição indispensável o grupo hegemônico tenha papel central no modo de produção.

Arrighi utiliza desse modo, a expressão *hegemonia mundial* para se referir aos complexos de poder e riqueza que, em certos momentos da história do capitalismo mundial, apoiaram-se no construto tripartite de hegemonia de Gramsci e garantiram períodos de estabilidade e de governabilidade.

> As hegemonias mundiais, como aqui entendidas, só podem emergir quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal. Na verdade, a busca do poder no sistema interestatal é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos Estados enquanto organizações. O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos. Portanto, um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder *coletivo* dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles. (ARRIGHI, 1996, p. 29-30)

A análise de Arrighi é fundamental porque, diferentemente de outras assemelhadas, investiga o sistema mundial numa perspectiva de longa duração, onde se demonstra que as mudanças de posição das economias nacionais entre si foram raras e ocorreram sempre em condições particulares.

Capítulo I

1. Sistema Mundial, estratificação em camadas e semiperiferia.

Enquanto Adam Smith, em 1776 na *"Riqueza das Nações",* estava preocupado em responder uma pergunta fundamental, a saber: o que promove a riqueza das nações? Hoje quando algumas nações são muito ricas, algumas muito pobres e outras a meio caminho entre os dois extremos, é possível e necessário dois tipos de perguntas:

(a) o que fez a riqueza de algumas nações (o núcleo orgânico do capitalismo)?

(b) é possível a outras nações ficarem igualmente ricas?

Na verdade não se tem resposta definitiva para o segundo questionamento, apesar de haver centenas de teses sobre o assunto, dizendo responder a segunda questão, quando responde à primeira ou não responde nenhuma. Exemplifiquemos: argumentar que as nações hoje muito ricas chegaram ao ponto que estão porque fizeram apenas políticas liberais, e que o Estado cuidou apenas da Segurança e da aplicação da Justiça, não apenas é uma inverdade, como chega a ser risível. Argumentar que as outras nações ficariam ricas seguindo políticas liberais, não parece corresponder à realidade, nem a empiria histórica do último quartel do século XX.

Quanto às possibilidades de acesso livre de todos os países periféricos e semiperiféricos ao seleto Clube dos países ricos, é preciso entender em definitivo que se todas as nações do mundo tentassem realizar o consumo e gastar o volume de energia que os países do núcleo orgânico realizam e gastam, haveria duas hipóteses possíveis no horizonte temporal da humanidade: (a) a exaustão completa de todos os recursos disponíveis no planeta, isto é, com a velocidade do consumo produtivo e pessoal (das famílias) depois de algum tempo não sobraria nem mesmo os bens primários de consumo direto. Como todo processo produtivo produz produtos e subprodutos, o nível de destruição do meio ambiente completaria o quadro de destruição; (b) uma Terceira Guerra Mundial seria desencadeada antes da exaustão dos recursos. A melhor, e mais provável, configuração estratégica para esta guerra seria os países do núcleo orgânico formarem uma aliança e derrotarem o restante dos países.

Por outro lado, há uma coincidência entre o liberalismo, herdeiro de Smith e o marxismo, ou seja, ambas as correntes de pensamento, acreditam que o progresso atingiria todos os povos.

Tal convicção é expressa por Marx na fórmula: *De te fabula narratur* (A história é a teu respeito) dirigida à Alemanha numa comparação com a Inglaterra, no primeiro prefácio de O Capital.

Não seria inquestionável afirmar que a história da humanidade tenha sido até agora "a história das lutas de classes", mas na história do capitalismo é possível e correto parodiar Marx afirmando que: "a história é a história do Estado servindo de alavanca para a acumulação de capital".

Quem observa as experiências históricas dos países hoje superdesenvolvidos (Estados Unidos da América, Alemanha, França, Inglaterra e Japão) percebe em diversos momentos de suas formações nacionais uma forte e importante presença do Estado. Inclusive no caso da Alemanha, tratou-se do velho (renovado) e autoritário Estado prussiano, Ou seja, conselhos sobre Estado mínimo dados pelos grandes países capitalistas e suas agências aos que ficaram para trás, nunca foram seguidos pelos que saíram na frente.

> Não resta dúvida - para qualquer analista sério e informado - que o desdobramento e a concretização dos processos de industrialização dos países periféricos dependeram diretamente da iniciativa, fomento e coordenação por parte do Estado. Desde logo coube ao Estado estruturar e alocar meios de crédito e de capitalização com taxas de juros baixas e prazos relativamente longos. Além do financiamento, um conjunto de instrumentos tributários e tarifários foi manejado para aumentar as taxas de lucro dos empreendimentos (e.g. proteção tarifária via tarifa, isenções fiscais sobre a produção e/ou sobre os lucros, isenções fiscais sobre a importação de equipamentos, esquemas de depreciação acelerada etc.). Regulamentos e normas também foram comumente utilizados (e.g. licenças de importação, controle sobre remessas financeiras, reservas de mercado e restrições à entrada, monopólios legais, incentivos a fusões, normas técnicas, etc.). Pode-se ainda citar o uso de incentivos e créditos fiscais à exportação. (AKYÜZ, Chang e KOZUL, Wrigh apud COUTINHO, 1999: 357).

Segundo Haddad (1997) no Prefácio à edição brasileira de *"A ilusão do desenvolvimento",* Arrighi diferentemente da análise realizada na sua obra "*O longo século XX"*, aproxima-se mais de Marx, e, portanto afasta-se um tanto de Braudel. Apesar disso o pressuposto básico arrighiano permanece o mesmo: enquanto Marx concentrou mais sua análise do desenvolvimento capitalista em aspectos internos da acumulação,

> Arrighi aborda este mesmo processo, só que inserido num contexto de pluralidade de jurisdições políticas concorrentes, isto é, num contexto onde a disputa entre os Estados é tão importante quanto a concorrência entre capitais (HADDAD, 1997: 8).

Arrighi (1997) ao fazer sua leitura de Schumpeter, argumenta que há uma variação temporal da competição intercapitalista, que depende de um equilíbrio instável entre um padrão de forças costumeiras e um padrão de forças inovadoras. Todos os sistemas sociais têm como base costumes que garantem aos atores políticos, sociais e econômicos a estabilidade, a previsão e a coesão que asseguram um "fluxo circular" que se repete período a período com leves níveis de mudança, ou seja, há uma permanência quase imutável ou só perceptível na longa duração braudeliana.

A grande diferença do capitalismo em relação aos sistemas antecessores, é que ele produz inovações que quebram o ordenamento costumeiro, isto é, destrói o equilíbrio do fluxo circular e, assim, gera novas pressões competitivas, dado, o diferencial de lucros, criado pelos novos processos de inovações. Significa dizer que é a inovação que move o sistema de uma dada posição para outra. As ondas inovativas ao alterar o nível de competição intercapitalista produzem os ciclos de prosperidade e depressão. Depois das inovações terem sido absorvidas pelo máximo de agentes econômico, novas ordens costumeiras são criadas.

Arrighi (1997) utiliza um modelo de divisão de tarefas e trabalho, onde as diversas instituições realizam funções especializadas e fornecem um tipo de fator essencial para o desenvolvimento do sistema mundial. Desse modo, os Estados são fornecedores de proteção às famílias (domicílios) e às empresas; por sua vez, as famílias são fornecedoras de força de trabalho aos Estados e às empresas; e estas últimas fornecem aos Estados meios de proteção (ou seja, mercadorias que permite aos Estados realizarem suas funções protetoras) e às famílias, meios de subsistência.

O sistema mundial do ponto de vista da economia se caracteriza por uma ampla rede de mercadorias, dentro dessa rede maior, há uma rede mais restrita de relações insumo-produto, entre empresas que é o Sistema Interempresas. Por último, há um sistema de relações complexas que envolvem aspectos econômicos, sociais e políticos, mas cuja determinação em última instância é dada pela política, em particular pelo poder militar, onde os Estados definem a soberania uns dos outros, que é denominado de Sistema Interestados.

Neste sentido, pode-se dizer que há entre os sistemas uma altíssima interdependência, e que os diversos atores buscam estabelecer relações estáveis através de normas costumeiras. Entretanto, a própria lei de desenvolvimento capitalista leva a que as diversas empresas busquem maximizar lucros através de novas combinações que possam se transformar em novas combinações.

Ao associar as lutas por inovações e pela acumulação de capital dentro do sistema intercapitalista mundial, enquanto estratégias de sobrevivência e segurança, com as ondas longas (ciclos de Kondratieff[7]), Arrighi argumenta que na fase A do ciclo (ascensão cíclica), as empresas tendem ao estabelecimento de acordos costumeiros com base em relações cooperativas e complementares, e que na fase B (descenso cíclico), ocorrem fortes conflitos que refletem competição e substituição. Quanto às transições de fases:

> As transições da fase B para a A podem ser explicadas pelo fato de a competição 'excessiva', mais cedo ou mais tarde, suscitar tendências compensadoras que, ao longo do tempo, se cristalizam num novo conjunto de acordos que se tornarão costumeiros. As transições da fase A para a B, por sua vez, podem ser explicadas pelo fato de os acordos costumeiros refletirem tréguas na luta competitiva, mas não eliminarem (sendo que podem realmente aumentar) a tendência que os excedentes têm de se acumular desigualmente entre as empresas. Mais cedo ou mais tarde, essa acumulação desigual gera uma nova rodada de competição que progressivamente destrói o padrão existente de relações insumo-produto e cria novas relações. (ARRIGHI, 1997: 22-23).

Para Arrighi (1997) as lutas competitivas dentro do sistema Interempresas acontecem em três estágios. No primeiro há uma melhora das condições econômicas resultantes da existência de relações mais estáveis de cooperação e complementaridade, que é o ambiente propício para estimular as novas combinações. As inovações tanto podem ser armas ofensivas quanto defensivas das empresas, mas independentemente das motivações, as inovações geram novas ondas de inovações e pressões de demanda sobre os recursos existentes. Conseqüentemente, a

[7] O ciclo de Kondratieff recebe este nome devido aos estudos do economista russo que descobriu este tipo de regularidade na economia. Trata-se, de um resultado empiricamente verdadeiro daquilo que ocorre com a economia capitalista mundial desde os primórdios da Revolução Industrial inglesa, ou seja, desde 1790 até os dias atuais. Ao todo foram quatro Kondratieffs. Cada um durando de 50 e 60 anos. Por convenção este trabalho utilizará os pontos de inflexão como um ponto único (um ano determinado), mesmo reconhecendo que a maioria dos autores usa valores aproximados, do tipo 1787-1790.

acumulação de capital é reforçada, não há ainda conflitos abertos no sistema Interempresas, ou seja, há convivência entre o padrão antigo e costumeiro e o novo padrão.

Ocorre o início do segundo estágio quando acontece à inflexão e a economia passa da fase A para a fase B. Acentua-se a competição entre o padrão antigo e o novo por recursos da economia, tal situação reduz as rendas das empresas e estimula a que todas elas busquem uma redução dos custos de produção. Impera o principio de substituição, e as empresas lutam por retirar recursos dos setores congestionados para outros mais vazios e para reduzir custos, tanto quanto possível.

Do estágio dois surgem dois resultados. Em primeiro lugar, os ganhos das novas combinações são redistribuídos, pois num primeiro momento as recompensas das inovações distribuem-se muito aleatoriamente, e mesmo os inovadores não têm garantias de benefício imediato. Parte significativa das recompensas iniciais é apropriada por aqueles que controlam os insumos necessários ao desenvolvimento produtivo das inovações. Na seqüência, porém ganha aqueles com capacidade de substituir e racionalizar.

O segundo resultado é que as empresas com baixa capacidade de substituição e racionalização, ou são expulsas ou terminam subordinadas às vencedoras. É nesse momento que começa o estágio três. Significa dizer que as inovações ao intensificar a acumulação e o auge da fase A, a luta competitiva e a destruição das velhas combinações levam a depressão da fase B. Assim, como as inovações tendem a se acumular no tempo e no espaço, o mesmo acontece com a destruição das combinações ultrapassadas.

Quando os sobreviventes do estágio dois conseguem firmar novos acordos costumeiros que estacionam os efeitos destrutivos do excesso de competição, está finalizado o terceiro estágio e novamente o ambiente permite maior grau de cooperação dentro do sistema Interempresas. Desse modo, o sistema como um todo entra numa nova fase A e a expansão tem início.

A conceituação feita até agora ficaria incompleta e sem valor explicativo se deixado de fora o sistema Interestados. O fato, que a maioria das abordagens puramente econômica olvida ou despreza, é que as relações e inter-relações entre as empresas capitalistas estão *linkadas* em estruturas políticas mundiais. Estas estruturas suportam relações de dominação (hegemonia) e subordinação. Ou seja, as normas que garantem o fluxo circular são acordos costumeiros estabelecidos pelo sistema interestatal. É ele que fornece garantias para o desenrolar econômico dentro dos Estados e através das fronteiras dos mesmos. Contudo, nunca é desnecessário lembrar

que as estruturas do poder internacional, tal como os acordos costumeiros do sistema interempresarial, estão submetidos a processo cíclicos de criação e destruição. Entretanto, o padrão de competição e cooperação entre os Estados é de complexidade muito mais elevada e comportam elementos de poder político, econômico e militar, diferentes do sistema correlato das empresas.

Uma análise mais abrangente do problema requer o estudo dos ciclos de Kondratieff. Segundo Arrighi (1997), o primeiro e o segundo Kondratieff coincidiram com a dominância mundial da Inglaterra. Na fase expansiva do primeiro Kondratieff (1790/1815), temos o processo de grandes transformações econômicas, sociais e políticas conhecida como Revolução Industrial, onde a liderança britânica no sistema mundial foi consolidada. Na fase B (1815/1848), ocorre uma competição acirrada entre as empresas por insumos primários, o que levou ao estabelecimento do Livre Comércio como padrão comercial e financeiro mundial. Tratava-se, na verdade de um conjunto de acordos costumeiros que favorecia o capitalismo inglês emergente, na medida em que, fortalecia as relações de cooperação e complementaridade entre as empresas industriais (inglesas) e as empresas agrícolas (predominantemente do resto do mundo). Foi assim que se amorteceram os conflitos e se abriu as condições para a Revolução Ferroviária e o estabelecimento do segundo Kondratieff.

No que se refere ao segundo Kondratieff, segundo Arrighi, na sua fase A (1848/1878), a Revolução dos Transportes permitiu relações de cooperação e complementaridade que associou a empresas britânicas ao resto do mundo. A expansão garantiu um nível de crescimento que ocultava as rivalidades no sistema Interestatal. Enquanto isso, na fase B (1878/1896) ocorre uma nova onda de conflitos e luta declarada por mercados e insumos primários. Acordos e normas costumeiras foram estabelecidos de forma a restringir o excesso de competição e rivalidade, contudo o resultado final já não foi um conjunto unitário de normas, porém alguns conjuntos de normas contraditórias entre si. Assim, três potências surgem com estratégias diferentes: a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos da América.

A alternativa inglesa visava recuperar relações de complementaridade e cooperação entre um líder (a Inglaterra) e seus seguidores (o resto do mundo). Duas questões dificultavam as pretensões britânicas. Em primeiro lugar, havia um questionamento intra-europeu ao *hegemon* inglês, vindo da Alemanha, e dos Estados Unidos da América já então fortes o bastante para Inglaterra disputar uma maior fatia do poder internacional; em segundo lugar, já tendo perdido a

liderança industrial, a Inglaterra tentou manter-se à frente no comando do comércio, das finanças e da oferta de proteção mundial. Este tipo de especialização exigiu da potência declinante a manutenção de um sistema de livre-mercado e o aumento e consolidação dos procedimentos de *"mano militare"* sobre os oceanos.

O grande dilema da resposta inglesa à crise da hegemonia era que ela era oposta e inteiramente não combinatória com a estratégia da Alemanha, pois esta nação conseguiu reduzir a competição interempresarial, transferindo o centro decisório para as decisões interestatais. È necessário que se analise esta estratégia alemã como tendo um componente interno e outro externo à jurisdição do Estado alemão:

> O componente interno consistiu de restrições sobre a competição, apoiadas pelo Estado e patrocinadas pelo capital e pelos fundos públicos, por meio de diversas formas de integração horizontal das empresas capitalistas. O complemento necessário dessa prática restritiva foi uma política expansionista ao sistema inter-Estado, principalmente porque a acumulação capitalista tornou-se mais dependente da ampliação do espaço econômico através do qual o poder monopolista do Estado podia ser exercido. Considerados no seu conjunto, os componentes interno e externo da resposta alemã implicavam nada menos que regressão às práticas mercantilistas do início do capitalismo. (ARRIGHI, 1997: 27).

Segundo Arrighi (1997) a estratégia dos Estados Unidos ao excesso de competição nem foi o sistema de livre-comércio inglês, nem o neo-mercantilismo da Alemanha, mas um processo de restrições a competição através do reforço ao mercado interno, realizado não diretamente pelo Estado, mas pelas empresas capitalistas. Na alternativa norte-americana, ocorre fortíssima integração vertical das empresas e pouca integração horizontal. Por outro lado, o lucro cresce em volume, principalmente o crescimento das receitas com bens intermediários. A economia norte-americana, então, se expandiu via o domínio, a verticalização e cartelização das empresas e sob a dupla proteção do sistema interestatal: protecionismo econômico relativo associado à proteção do Estado junto às outras jurisdições do sistema. Quanto à liberdade presumida, na maioria das vezes, ela representou o "sinal verde" para quaisquer práticas econômicas que permitisse a realização da produção e a conquista dos consumidores finais e dos fornecedores, incluindo os que estavam fora da jurisdição territorial do Estado norte-americano.

Contudo, a grande mudança que lança as bases para que os Estados Unidos se transforme no próximo *"hegemon"* foi a Revolução Organizacional que reconfigurou as relações Interempresas. Assim:

> Os aspectos essenciais dessa Revolução foram o estabelecimento de coordenação gerencial sobre processos de produção verticalmente integrados, e a institucionalização de inovações econômicas no interior do território organizacional da empresa multiunidade resultante. O Taylorismo, o Fordismo e o consumismo foram apenas aspectos específicos dessas mudanças organizacionais. (ARRIGHI, 1997: 28).

Voltando às relações entre domínio econômico e hegemonia, percebe-se, claramente, que há diferenças essenciais entre o primeiro e o terceiro Kondratieffs. A principal é de que no final da fase A do primeiro, a Revolução Industrial britânica está bastante avançada e a dominação daquela potência no sistema Interempresas, coincide com a dominação do poderoso Estado britânico no sistema Interestados. No caso da fase A do terceiro Kondratieff, os norte-americanos já detêm o domínio econômico, contudo, ainda não é um "*hegemon"*. Aliás, a fase é caracterizada pelos fortes conflitos entre a estratégia inglesa e a alemã. Na verdade, segundo Hobsbawm (1995) falar de duas guerras mundiais é só um recurso de periodização, além de um hábito. Falando sobre o "sentimento de final de mundo", tanto os políticos quanto os artistas, como o austríaco Karl Kraus, que escreveu um texto denúncia intitulado *Os últimos dias da humanidade*, falando sobre esta "melancolia coletiva", Hobsbawm avalia que:

> Não foi o fim da humanidade, embora houvesse momentos, no curso dos 31 anos de conflito mundial, entre a declaração de guerra austríaca à Sérvia, a 28 de julho de 1914, e a rendição incondicional do Japão, a 14 de agosto de 1945 – quatro dias após a explosão da primeira bomba nuclear –, em que o fim de considerável proporção da raça humana não pareceu muito distante. Sem dúvida houve momentos em que talvez fosse de esperar-se que o deus ou os deuses que os homens pios acreditavam ter criado o mundo e tudo que nele existe estivessem arrependidos de havê-lo feito. (HOBSBAWM, 1995: 5).

Como bem definiu Hobsbawm, a guerra de 31 anos (1914-1945) teve como principal papel redefinir o novo sistema Interestatal como um todo, e em particular redefinir o novo Estado dominante. Acreditar que a eclosão da primeira Guerra Mundial teve como causa final o

assassinato do Arquiduque Ferdinando, príncipe herdeiro da Áustria em Saravejo é conjugar a História na primeira pessoa do singular. È praticar um positivismo anacrônico. A morte do herdeiro austríaco foi apenas um estopim ou mais precisamente um pretexto para que quase todas as Nações entrassem em guerra. O expansionismo alemão foi sem dúvida umas das causas eficientes do conflito, contudo, os interesses da França e da Inglaterra, também estão na base de qualquer tentativa séria para entender a Guerra Mundial de 1914 a 1945.

Por outro lado, Hobsbawm (1995) argumenta que houve um período de paz antes de 1914, ou seja, desde 1815 não havia ocorrido nenhum ataque entre as potências européias. È o período que Polanyi (2000) intitulou de os cem anos de paz:

> O século XIX produziu um fenômeno sem precedentes nos anais da civilização ocidental, a saber, uma paz que durou cem anos – 1815-1945. Além da Guerra da Criméia 1945 – um acontecimento mais ou menos colonial – a Inglaterra, a França, a Prússia, a Itália e a Rússia estiveram em guerra uns com os outros apenas durante dezoito meses. Computando as cifras comparativas dos dois séculos anteriores, temos uma média de sessenta a setenta anos de grandes guerras para cada um. Entretanto, mesmo a mais violenta dentre as conflagrações do século XIX, a Guerra Franco-Prussiana, de 1870-1871, terminou em menos de um ano, e a nação derrotada teve condições de pagar uma soma sem precedentes como indenização de guerra, sem que isto incidisse em qualquer perturbação para as moedas existentes. (POLANYI, 2000: 19).

Um fato marcante destacado pelo historiador inglês, Hobsbawm (1988) é que a ascensão do Japão ao grupo de grandes nações se deu na Guerra de 1904-1905 contra o Império Russo, com a vitória rápida e humilhante do primeiro sobre o segundo país, ou seja, ainda no período de cem anos de paz. È ainda, o grande historiador inglês que lembra que Engels na década de 1880 apontava a existência de condições para uma futura guerra mundial, enquanto Nietzsche num misto de loucura e profunda lucidez saudou a militarização da Europa e fez a previsão de uma futura guerra que "diria sim ao animal bárbaro ou mesmo selvagem, que existe entre nós" (Nietzsche apud Hobsbawm, 1988, p. 419).

Como não é possível deixar as forças econômicas "do lado fora" da análise das relações internacionais, principalmente daquelas que tratam do sistema mundial, praticando o erro inverso dos economistas que deixam a política do "lado de fora", deve-se registrar que é no final do século XIX que a economia volta a exercer uma enorme influência nas relações do sistema

mundial, principalmente porque a questão econômica, já não se tratava de simples guerras comerciais, mas do papel essencial que o sistema interestatal passou a exercer na defesa dos investidores capitalistas, principalmente dos capitalistas financeiros. Mesmo considerando-se a existência deste período de paz contínua de cem anos, não se podia esquecer a máxima hobbesiana de que:

> Pois, a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida. Portanto a noção de tempo deve ser levada em conta quanto à natureza da guerra, do mesmo modo que quanto à natureza do clima. Porque tal como a natureza do mau tempo não consiste de dois ou três chuviscos, mas numa tendência para chover que dura vários dias seguidos, assim também a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não garantia do contrário. Todo tempo restante é de paz. (HOBBES, 2004: 109).

Com base na discussão realizada acima se pode concluir que o terceiro Kondratieff (1890/1945) caracterizou-se por um estado permanente de guerra durante sua fase ascendente (1890/1914) e por uma guerra prolongada na fase descendente (1914/1945), com o sistema interestatal vivendo um longo período de anarquia, ou seja, ausência de hegemonia. A quebra da hegemonia britânica e a demora na constituição de um novo *"hegemon"* sugerem para Arrighi:

> Essa falta de sincronização entre ciclos de hegemonia e ciclos de competição mostra que as relações de poder no sistema inter-Estado não são um mero reflexo da liderança nas relações Interempresas. Devido a essa disjunção, o terceiro Kondratieff foi completamente dominado por rivalidades hegemônicas mundiais. (ARRIGHI, 1997: 28).

O resultado da combinação das duas guerras mundiais – ou de uma guerra mundial de 31 anos, na formulação de Hobsbawm –, com depressões econômicas e seus rebatimentos sociais e políticos, foi o aumento da liderança norte-americana. Do ponto de vista econômico, tratou-se, apenas, do reforço de uma tendência que já vinha operando desde o final do século XIX, do ponto de vista político, ressalte-se a transformação dos Estados Unidos numa superpotência, principalmente no plano militar (elemento essencial para garantir poder efetivo no sistema

Interestados). Assim, define-se a nova hegemonia mundial e a volta ao padrão costumeiro (fluxo circular) através de um novo equacionamento das jurisdições de Estado.

Os Estados Unidos mudaram completamente as lógicas tanto do sistema Interempresas quanto do sistema interestatal. O novo modelo pressupunha não a mera liberdade de comércio, mas a plena liberdade de investimentos (exportação de capital) que tanto beneficiou o novo centro hegemônico. A expansão transnacional das empresas passa a preponderar sobre a busca superavitária da Balança Comercial. Não significa dizer que os países tenham deixado de comercializar seus produtos, aliás, o comércio internacional não deixou de crescer – exceto nos momentos de crise –, acontece que aquele comércio era cada vez mais dominado por grandes empresas e a lógica do sistema mundial foi a expansão trans-fronteiras das empresas capitalistas, em primeiro lugar, as norte-americanas.

A questão é que, como visto, períodos de baixa competição e alta cooperação são seguidos por períodos de alta competição e baixa cooperação. Assim, a Revolução Informática avançou bastante e foi o sustentáculo e principal elemento dinâmico no crescimento das relações de cooperação e complementaridade entre as empresas norte-americanas e o resto do sistema Interempresas mundial. Entretanto, quando os conglomerados japoneses e outros europeus obtiveram poder suficiente, os aspectos competitivos – final dos anos sessenta e começo dos anos setenta – voltaram com todo vigor e o sistema mundial entrou numa nova fase B do quarto Kondratieff. Fato que perdura até a atualidade.

Como visto acima, existem dois tipos de insumos "primários", dos quais as empresas capitalistas dependem para sua reprodução. De um lado, a "terra" que não é produzida e de outro a "força de trabalho" e a "proteção". As empresas apresentam dificuldades no processo de acumulação tanto em relação à terra, quanto a desenvolver vantagens competitivas frente ao Estado ("proteção") e às famílias ("força de trabalho"). É dentro desse quadro que surge e se resolve os problemas de acumulação e reprodução ampliada do sistema.

Segundo Arrighi (1997, p.32) há uma relação inversa entre a intensidade global competitiva entre as empresas e a intensidade global entre as famílias e os Estados, nas suas condições de compradores de produtos finais e fornecedoras de insumos "básicos". Esta relação pode levar a problemas no processo de acumulação de capital. Outra forma de compreender a questão é dizer que as empresas capitalistas tendem a perder comando sobre os recursos

primários. É o que Arrighi denomina de impasse da acumulação. Poderia se chamar, também, de estancamento ou ponto estacionário do processo de acumulação e reprodução do sistema.

A questão central aqui é que: tomado isoladamente um ponto estacionário não representaria um problema maior, ocorreria (e ocorre sempre no capitalismo) uma destruição – um derretimento – do capital excedentário, com a conseqüente valorização do capital "sobrevivente". Contudo, o problema é mais sério, na medida em que, dado as inter-relações entre os sistemas Interempresas e interestatal, e considerando-se o acirramento da competição e dos conflitos intercapitalista, ocorre um transbordamento da esfera econômica para a esfera política. E esta última subordina-se aos mecanismos de poder sustentado, principalmente, pelos Estados e suas jurisdições.

No primeiro Kondratieff, a superação do impasse de acumulação ocorre quando a especialização do Estado, das famílias e das empresas atinge certo nível na Inglaterra. A posição central desse país forneceu às empresas britânicas amplos mercados compradores e insumos primários, além dos meios monetários necessários para dar suporte a Revolução Industrial. Quando esta revolução atinge um determinado nível de desenvolvimento, o capitalismo inglês passa a obter suprimentos baratos e eficientes de meios de subsistência e proteção, consolidando dessa forma a hegemonia britânica e estabelecendo o modelo que os outros países teriam que tentar imitar.

Como não podia deixar de ser, pela teoria aqui esposada, no segundo Kondratieff os países passaram – através de mudanças sociais, políticas e econômicas – a um sistema de alta competição para igualar-se a Inglaterra. Nesta corrida muitos países foram periferizados, enquanto poucos entraram para o primeiro núcleo orgânico da economia mundial, em particular os Estados Unidos e a Alemanha. Novamente a competição acirrada entre as empresas capitalistas e a assimetria entre esta competição e aquela que se verificava entre os fornecedores de insumos básicos (Estado e famílias), o ponto estacionário da acumulação é novamente atingido. Isto é, novo impasse é constituído.

Este novo impasse começa a ser superado com o advento da Revolução Organizacional americana na fase A do terceiro Kondratieff. A principal característica desta revolução é uma forte integração vertical com a passagem das empresas de uma unidade para as de unidades múltiplas. Ocorre uma reorganização da divisão do trabalho com um tremendo aumento na produtividade. As empresas capitalistas ganham de diversas formas: (a) o aumento da

produtividade que antes era mais facilmente atribuível ao desempenho e ao conhecimento individual, com a fragmentação das tarefas tornou-se – na aparência – um atributo da empresa; (b) as empresas puderam isolar-se mais da competição excessiva; e (c) transferir os custos correlatos para os fornecedores de insumos básicos.

De todo modo a Revolução Organizacional conseguiu resolver o impasse criado pela acumulação precedente, contudo sua expansão criou novos problemas. Não só porque gerou uma classe trabalhadora mais qualificada – não por qualidades intrínsecas, mas pela posição que ocupam no interior da divisão técnica das empresas capitalistas –, criou, também, mais desemprego na periferia e semiperiferia e um maior custo de manutenção dos desempregados. Tais custos são suportados diretamente na medida em que os desempregados são providos pelos trabalhadores empregados ou indiretamente quando o Estado aumenta os impostos para realizar gastos sociais:

> Em resumo, a Revolução Organizacional forneceu a solução para o impasse que se colocou para a acumulação capitalista no final do século XIX. Ao mesmo tempo, minou as condições sociais sobre as quais se assentava sua eficácia e criou novos obstáculos para a expansão do domínio do capital sobre o trabalho. Mais uma vez, a solução de um impasse anterior da acumulação capitalista se transformou num impasse novo e muito mais sério. (ARRIGHI, 1997: 44).

Segundo Arrighi (1997, p. 45) um novo impasse foi criado, pois no longo prazo, a expansão da Revolução Organizacional reduziu as margens de lucros das empresas capitalistas do núcleo orgânico. Este impasse é designado pelo Autor como de "superacumulação", não no sentido de haver acumulação em excesso e sim de que o processo de acumulação foi por demais extensivo. Ou seja, trata-se de verificar o relacionamento entre a acumulação de capital e suas bases sociais. Enquanto o impasse anterior disse respeito ao fato do desenvolvimento capitalista se estruturar – em larga medida – sobre bases sociais pré-capitalistas. O impasse do final do século XX e início do século XXI é devido ao fato de que a acumulação (neste sentido de "superacumulação") ter destruído aquelas bases anteriores, isto é, o capitalismo tornou-se por demais dominante saturando suas próprias possibilidades.

Como visto acima, uma fase B se caracteriza por competição em excesso que leva a rodadas de discussão até o estabelecimento de acordos tanto no sistema Interempresas quanto no

sistema interestatal, de modo a reduzir os conflitos e trazer a competição para níveis "normais". O fato é que desde os anos setenta do século XX (início da fase B do atual Kondratieff) que reuniões de cúpula são realizadas com o intuito de se encontrar soluções costumeiras otimizadoras, e até o presente não há uma solução estável. A impressão que se tem é de que alguns grandes atores da cena internacional (a Alemanha, por exemplo) não estão efetivamente dispostos a desistir da luta competitiva por que consideram que as posições relativas atuais, tanto no sistema Interempresas quanto no sistema interestatal não são convenientes. Enquanto acordos costumeiros estáveis não forem obtidos, a fase B persistirá e não se entrará numa nova fase A de um novo Kondratieff.

Outro elemento importante do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial é que desde o começo, este sistema vem promovendo racionalizações crescentes. Na verdade o capitalismo só é revolucionário na medida em que revoluciona as estruturas sociais, econômicas e políticas. A Revolução Industrial representou – muito além da numerologia de muitos economistas – uma mudança profunda no sentido de que os velhos costumes feudais paternalistas, incluindo o domínio público dos mercados foram substituídos por relações mercantis "avançadas", no sentido de que as pessoas só pudessem sobreviver se tivessem alguma mercadoria para ofertar no mercado.

Na Revolução Gerencial do terceiro Kondratieff, a racionalização atingiu a própria estrutura das empresas capitalistas, de maneira que parcela significativa do poder foi concentrado no sistema Interempresas, ou seja, as verticalizações e as estruturas funcionais do emprego em camadas atingiu um máximo com o Fordismo, o Taylorismo e o Toyotismo. Assim, não há muito espaço para novas racionalizações, pelo menos no núcleo orgânico. Haveria na semiperiferia ou na periferia? É possível. A análise histórica recente mostra que alguns países das zonas subordinadas aproveitaram certa paralisia do núcleo orgânico para fazerem suas Revoluções tardias.

De qualquer ponto de observação, parece evidente que a situação global do sistema mundial não sofreu alterações importantes: 15% da população mundial (Núcleo orgânico) concentra a maior parte da riqueza; 60% da população mundial (periferia) concentra a pobreza; e 25% representam a semiperiferia com suas combinações variadas de elementos de núcleo orgânico com elementos de periferia. A questão realmente relevante é: na totalidade a estratificação permanece e é bastante rígida para não permitir alterações significativas, contudo

países isolados podem avançar em termos de desenvolvimento e ultrapassar as fronteiras ou pelo menos se aproximar delas?

Segundo Arrighi (1997, p. 137) um dos fatos mais importantes da economia mundial é a existência e permanência de certo número de Estados que se colocam numa posição intermediária entre o núcleo orgânico e a periferia. Como é o caso do Brasil e da Coréia do Sul.

Durante o século XX parte significativa dos países da zona semiperiférica sofreu transformações sociais e políticas de importância. Apesar dessas mudanças, esse grupo de países não conseguiu alcançar os padrões de riqueza do núcleo orgânico. Desse modo enquanto grupo a posição relativa desses países continua a mesma daquela da metade do século XX ou até do começo daquele século.

Muito importante nas teses de Arrighi é sua conceituação e seu afastamento teórico em relação às teorias da modernização e da dependência. Assim,

> A existência de um grupo intermediário relativamente estável de Estados discrepa das expectativas tanto da teoria da modernização quanto da teoria da dependência. De acordo com a teoria da modernização, as posições intermediárias são transicionais: os Estados passam a ocupar posições intermediárias no caminho do atraso à modernidade. Em contraste. De acordo com a teoria da dependência, as posições intermediárias são temporárias porque são residuais: as tendências polarizadoras da economia mundial acabarão por empurrar os Estados que ocupam posições intermediárias em direção ao centro ou em direção à periferia. Partindo de premissas diferentes, na verdade opostas, as teorias da modernização e da dependência concordam, assim quanto à instabilidade essencial das posições intermediárias. (ARRIGHI, 1997: 138).

Arrighi (1997) argumenta que as teorias citadas acima foram criticadas e/ou modificadas por teses que reconheceram a existência de situações intermediárias, como a tese de Marini (1969) sobre o subimperialismo ou aquela das nações mediadoras de Galtung (1972). Outros defendiam a possibilidade em geral do desenvolvimento e da industrialização em particular em alguns países, mesmo mantendo e reproduzindo uma estrutura de dependência como na obra de Cardoso & Faletto (1979).

Apesar de reconhecer méritos e originalidade naquelas teorias, Arrighi percebe dois grandes defeitos: (a) falar em países “dependentes” e “subordinados”, pode até representar bem a situação particular das nações latino-americanas, contudo não abarca o caso da antiga União

Soviética, que mesmo situada na semiperiferia, era uma superpotência anti-sistêmica mundial, inimiga dos Estados Unidos, a superpotência sistêmica. Outro caso é o Canadá, que apesar de pertencer ao núcleo orgânico, tem (tinha) aspectos de dependência em relação aos Estados Unidos; (b) aquelas teorias mesmo que baseadas na lógica dos sistemas mundiais têm o foco nos Estados individuais e nas possibilidades de desenvolvimento dependente. A questão é de que o que é possível para um elemento do conjunto pode não ser possível para todo o conjunto. Ou seja, é possível todos os países dependentes – para usar a linguagem dos teóricos dependentistas –, desenvolverem-se de forma dependente? É possível para um ou outro destes países conseguirem algum nível de desenvolvimento dependente? Qual a possibilidade de todos estes países desenvolverem-se com autonomia? Qual a possibilidade de um ou outro destes países desenvolverem-se com autonomia? São quatro questões diferentes. Abaixo tratar-se-á melhor desse problema.

Depois de considerar que o conceito de semiperiferia contém ambigüidades, para evitá-las Arrighi usa o termo para referir-se à divisão internacional do trabalho e não como referência a uma posição qualquer no sistema interestatal. Tal procedimento é muito mais metodológico do que epistemológico e como tal não desconsidera o papel crucial e decisivo do sistema Interestados no sistema mundial. Na verdade, parte-se de um pressuposto de que há uma forte inter-relação entre as esferas política e econômica. Quando se admite uma separação de comandos não significa admissão da ausência de inter-relacionamento. O fato inconteste é que se tem uma estrutura mundial formada por Estados soberanos – mesmo que em alguns casos a soberania seja limitada ou muito limitada – que defende interesses globais e não particulares a uma dada empresa capitalista.

No sistema mundial há uma distribuição desigual de recompensas entre as diversas atividades constituintes da divisão internacional do trabalho. Todas as atividades são integradas em cadeias de mercadorias. Uma cadeia de mercadorias é uma seqüência complexa, onde a partir de uma dada mercadoria de consumo final é possível retomar todo o conjunto de insumos e fatores que através de transformações sucessivas deram origem a mercadoria consumida.

Há um amplo conjunto de cadeias de mercadorias que forma o sistema Interempresas. Os atores econômicos envolvidos não aceitam a competição pelos problemas que a mesma causa e procuram permanentemente transferir a pressão competitiva para outros atores, o que gera nós ou núcleos de atividades dentro das cadeias que se polarizam em posições que transferiram as

pressões competitivas (atividades típicas do núcleo orgânico) e posições para onde as pressões foram transferidas (atividades típicas da periferia).

Arrighi (1997:147) argumenta que do ponto de vista de outros autores (Wallerstein, 1979 e 1984), (Chase-Dunn, 1984) torna-se necessário um conjunto muito amplo de hipóteses – com fortes restrições impostas – para que se use o nível de salários ou o nível de lucratividade como critérios para separar as atividades de núcleo orgânico daquelas atividades de periferia. Estas suposições – além de pesadas do ponto de vista operacional – não são necessárias para definir as relações entre as camadas do sistema mundial, nem mesmo chega a ter muita utilidade no sentido de perceber as matrizes que se foram reproduzindo historicamente. Assim, o autor escolhe o nível das recompensas agregadas como indicador eficiente das condições próprias do núcleo orgânico, da semiperiferia e da periferia.

Por outro lado, mas na mesma direção, nenhuma atividade tomada de *per si* pode ser considerada como própria ou exclusiva de qualquer uma das três zonas ou esferas em que se divide o sistema mundial. Na lógica e na dinâmica da divisão internacional do trabalho, as atividades podem mudar de esfera. Contudo, alguns produtos e algumas técnicas são monopolizados – pelo menos durante um tempo suficientemente longo – pelo núcleo orgânico, enquanto outros o são pela periferia.

Um aporte teórico importante utilizado por Arrighi é tomado da teoria schumpeteriana das inovações e das ondas longas. Desta forma, há um impulso fundamental que cria e configura as pressões competitivas no sistema mundial e este impulso se liga ao processo de inovações orientadas para o lucro, ou seja, são as inovações, em última instância, que definem as posições, aprofundam e reestruturam as cadeias de mercadorias. A introdução de inovações (novos métodos de produção, novas mercadorias, novas fontes de matérias-primas, novas formas de distribuição) *"revolucionam incessantemente a estrutura econômica a partir do seu interior, destruindo, implacavelmente, as formas velhas e desgastadas e gerando formas novas".* (Schumpeter, 1953, P. 83). O processo de "destruição criativa" de Schumpeter é o *"modus operandi"* do capitalismo moderno. Não apenas porque produz lucros fantásticos para as empresas inovadoras, mas porque ao revolucionar todo o sistema gera ganhos e perdas significativas para o mesmo. Contudo, este processo revolucionário perturba o sistema ao gerar desequilíbrios e aumentar a competição. A competição, ao tornar-se infrene rompe todos os

acordos costumeiros. Assim, são as inovações que produzem as ondas longas (Ciclos de Kondratieff) com suas fases de prosperidade (fase A) e de depressão (fase B).

Duas das contribuições de Arrighi ao modelo de Schumpeter são: (a) acrescentar que as inovações, além de se concentrarem no tempo, também se concentram no espaço; (b) ao invés da abordagem microeconômica das "surradas" e improváveis funções de produção neoclássicas, uma abordagem macro (econômica e política) das cadeias de mercadorias.

Qualificar que as inovações, também se concentram no espaço é um elemento teórico importantíssimo para explicar porque algumas regiões (e alguns países) se desenvolvem mais rapidamente do que outros, permitindo a estratificação do sistema mundial em núcleo orgânico, semiperiferia e periferia. Existem dois conjuntos de atividades que caracterizam o núcleo orgânico e a periferia. De fato, as empresas capitalistas não apenas geram competição excessiva através das inovações, mas cuidam de responder às pressões criadas por outras empresas capitalistas. Assim, algumas atividades ascendem como típicas do núcleo orgânico, enquanto outras declinam, e são transferidas para a periferia.

As empresas que geram um fluxo contínuo de inovações estão localizadas num certo domínio e são capazes de transferir atividades de alta competição para fora de seus domínios. Estas empresas são ditas de "capital do núcleo orgânico" e as demais são de "capital da periferia".

Porque será que as empresas de capital de núcleo orgânico estão concentradas espacialmente ou ligadas às jurisdições de um Estado de núcleo orgânico? Porque os espaços de um dado capital geram externalidades positivas ligadas para frente e para trás aos mercados de insumos, financeiros e de mercadorias? O problema é que os ganhos líquidos de receitas podem ser superados pelas perdas líquidas de custos, ou seja, a concentração espacial pode levar a aumentos de custos de insumos básicos (força de trabalho e segurança) e outros insumos primários, além do próprio capital-dinheiro que pode ter seu custo elevado, via taxas de juros, quando o nível de competição aumenta. Outro elemento não desprezível é o "congestionamento" do capital. Uma saída criada pelo sistema mundial é aproveitar os salários mais baixos e outras vantagens existentes na periferia e na semiperiferia transferindo segmentos selecionados do setor produtivo para estas regiões, onde não há "congestionamento" de capital e sim "estradas desertas".

O fato é que o "congestionamento" de capital no núcleo orgânico leva a tentativa de relocalização espacial dos capitais, o que faz com que as zonas externas ao núcleo orgânico possa se beneficiar desse movimento. Tal tese se não qualificada poderia "levar água" ao moinho das teorias da modernização, que supõe o "espraiamento" do capital e o desenvolvimento continuado das zonas periféricas. O processo de "descongestionamento" do capital é seguido por processos de reconcentração. Mas o elemento qualificador mais importante da tese de Arrighi é o papel dos Estados, ou seja, o autor evita, muito corretamente "fazer economia com a política do lado de fora". Na verdade, a política não só está do lado de dentro, como está no centro dos acontecimentos, e não poucas vezes, no "olho da furação". Os supostos de Arrighi quanto ao sistema interestatal são dois:

> (1) que uma multiplicidade desses (cada um com responsabilidade autônoma pelas decisões políticas dentro de sua jurisdição, e cada um dispondo de forças armadas para sustentar sua autoridade) foi parte integrante da formação da economia mundial e (2) que quase todas as cadeias de mercadorias de alguma importância atravessam suas fronteiras. (ARRIGHI, 1997: 152).

Pela teoria dos sistemas-mundo há soberania e cada Estado tem alguma jurisdição sobre o movimento dos insumos e dos produtos dentro e através de sua soberania territorial. Assim, cada Estado – com graus diferentes de poder real – pode interferir sobre a divisão social do trabalho e modificar a configuração das cadeias de mercadorias. Os Estados têm estas capacidades, na medida em que, podem aumentar ou reduzir a liberdade de início e manutenção de atividades econômicas específicas. Desta forma, um determinado Estado – uns muito mais do que outros – podem auxiliar no sentido de transformar algumas atividades, em atividades de núcleo orgânico e outras à condição de atividades periféricas. O significado maior e mais importante do argumento desenvolvido acima é de que os Estados possuem poder suficiente para modificar a estrutura em camadas do sistema-mundo, porém, como cada Estado tem uma fatia de poder, todos lutarão para obter resultados positivos.

Se houvesse apenas um Estado dominante, este poderia impor monopólios completos que seriam o principal determinante das relações núcleo orgânico-periferia. Esta tese coloca por terra teses como a do superimperialismo e do império mundial. Nas duas hegemonias do sistema mundial capitalista nunca houve este hiper-poder. A partir dos anos noventa do século XX, os

Estados Unidos adquiriram – com o fim da União soviética – um poder global imenso, mas longe de transformá-los num verdadeiro império mundial, este poder foi constantemente questionado de diversas maneiras. A eleição presidencial de Obama representa, em certa medida, um movimento de acomodação e de manutenção da hegemonia via uma alternativa de "poder suave". Em contraste a ascensão da China no cenário mundial representa uma ameaça potencial.

Afirmar que há um jogo internacional no qual todos os Estados participam com suas dotações de poder, não deve nem pode ser lido ou levar a nenhuma dedução de que existe alguma simetria na divisão do poder internacional, muito pelo contrário há forte assimetria e um *"hegemon"* global circundado por *"hegemons"* regionais. Neste sentido os Estados mais poderosos desequilibram o sistema Interempresas em favor das suas empresas nacionais e a favor de cadeias de mercadorias que atendam aos interesses daquele Estado.

A grande dificuldade das relações internacionais dentro do moderno sistema-mundo é que o resultado do jogo de poder internacional é indeterminado ou pode terminar num resultado de soma zero de modo que alguns ganhem e outros percam, mantendo-se, assim, a estrutura relativamente inalterada.

> Pode-se supor que os Estados se envolvem num jogo de soma zero, análogo àquele jogado entre as empresas capitalistas, mas com fins e meios radicalmente diferentes. A analogia reside no fato de (1) os Estados conterem dentro de seu domínio jurisdicional uma combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia que eles lutam para melhorar e (2) que a real melhoria da combinação contida em qualquer um dos Estados (ou grupo de Estados) sempre implica um rebaixamento mais ou menos generalizado da combinação contida por outros Estados. Dada a primeira suposição, a segunda é o corolário de nossa definição das relações núcleo orgânico-periferia. (ARRIGHI, 1997: 153).

O essencial a reter na teoria da estratificação mundial desenvolvida por Arrighi é que a luta interestatal no sistema mundial é semelhante a luta intercapitalista que acontece no sistema interempresarial na medida em que os Estados têm controle jurisdicional sobre uma combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia que os mesmos lutam constantemente para melhorar aquela combinação no sentido de reforçar as primeiras e reduzir e/ou transferir as segundas. Por outro lado, a melhoria de um determinado Estado e/ou grupo de Estados implica necessariamente na piora relativa da situação de outros Estados.

O problema básico da atuação de qualquer Estado é de que ele não é um maximizador de lucros e sim de poder. Os Estados buscam incessantemente reproduzir as condições garantidoras de seu monopólio do uso legítimo da violência contra os poderes opostos dos outros Estados e contra seus próprios cidadãos. As evidências das diferenças entre os Estados e as empresas não negam, contudo, que um dos papéis fundamentais de qualquer Estado é de garantir e melhorar sua posição na estratificação mundial ou pelo menos evitar a queda para uma zona inferior. Trata-se de um processo de permanente desequilíbrio sistêmico em que todos querem subir e ninguém deseja descer, entretanto a subida de alguns geralmente se dá com a queda de outros. Manter-se na mesma posição pode ser o maior ganho.

Insiste-se, aqui, que a riqueza é acumulada mais rápida e facilmente do que o poder. A grande dificuldade do Estado é que foram as empresas capitalistas que se especializaram na técnica de acumulação de riqueza. As possibilidades do Estado de otimizar uma dada combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia estão fortemente correlacionadas com a capacidade de um dado Estado estabelecer vínculos orgânicos com o "capital do núcleo orgânico". Esta capacidade reflete, em grande medida, o poder político acumulado do Estado. Isto significa, na prática, que tal Estado já tem uma história de vínculos com o "capital do núcleo orgânico" e, que assim já comanda uma combinação onde predomina atividades de núcleo orgânico.

Segundo Arrighi a diferença das combinações que caracterizam os dois tipos de Estados (Estados do núcleo orgânico e Estados da periferia) leva a diferentes recompensas que vem a refletir diferenças notáveis das capacidades:

> Pois o grande (e crescente) diferencial entre as recompensas que advém para as atividades típicas de núcleo orgânico e aquelas que advêm para as atividades periféricas se reflete necessariamente na capacidade dos Estados do núcleo orgânico (e numa correspondente incapacidade dos estados periféricos) de (1) controlar o acesso de todas as principais cadeias de mercadorias aos escoadouros que garantam melhor remuneração; (2) fornecer a infraestrutura e os serviços exigidos por atividades típicas de núcleo orgânico e (3) criar um clima político favorável à capacidade empresarial capitalista. (ARRIGHI, 1997: 155).

O que foi visto acima tem implicações importantes. De um lado, os Estados do núcleo orgânico possuem o controle de receitas das regiões econômicas de núcleo orgânico e utilizam

esse controle para estabelecer uma relação simbiótica com o "capital do núcleo orgânico" da jurisdição e procuram atrair outros capitais de núcleo orgânico de regiões periféricas e semiperiféricas. De outro modo, os Estados periféricos têm o controle sobre vantagens de custos, contudo esse poder não é eficiente para atrair "capital do núcleo orgânico". Em parte porque o número excessivo de estados da periferia em comparação com o número pequeno de Estados do núcleo orgânico torna a barganha muito difícil, senão impossível. Em parte porque os custos mais altos no núcleo orgânico podem representar um incentivo às inovações poupadoras de custos, enquanto no ambiente periférico, os custos mais altos são proibitivos e não induzem inovações, e os custos mais baixos incentivam atividades periféricas, com baixo nível tecnológico e intensivo em trabalho.

Assim, no cerne da estratificação do sistema mundial, encontra-se a questão da inovação. Quanto mais alto um Estado se encontra na hierarquia do sistema, maior o poder e a capacidade de produzir inovações. Em contraste, quanto mais baixo um Estado se encontra naquela hierarquia, menor o poder de criar inovações. Como o processo de inovação é o verdadeiro elemento propulsor do desenvolvimento, pode-se concluir que quanto maiores forem as inovações, maior o desenvolvimento e quanto menores forem as inovações, menor o desenvolvimento.

Compreender a existência de capacidades diferenciadas significa entender que há duas tendências que implicam numa polarização muito forte e inerente no sistema mundial. Esta polarização é modificada, na medida em que além dos Estados de núcleo orgânico onde há predominância de "capital do núcleo orgânico"; e dos Estados periféricos onde há clara dominância de "capital periférico", existe um grupo de países onde os Estados têm jurisdição sobre uma combinação bastante equilibrada de atividades de núcleo orgânico e de periferia. Estes Estados ocupam uma posição intermediária na estratificação do sistema mundial, são chamados de Estados semiperiféricos.

Uma característica importante dos Estados semiperiféricos é que apesar de estarem submetidos ao mesmo campo de forças que polarizam e reproduzem acima os Estados do núcleo orgânico e abaixo os Estados periféricos, os Estados de estágio intermediário ou semiperiféricos possuem capacidade de resistir ao processo de periferização na medida em que se aproveitam de vantagens de receita frente aos Estados periféricos e de vantagens de custos frente aos Estados do

núcleo orgânico. Estes Estados podem seguir várias estratégias e inclusive é possível uma combinação de algumas estratégias:

> Podem tentar obter algum tipo de isolamento das pressões competitivas, através do fortalecimento dos vínculos que ligam as atividades de núcleo orgânico e de periferia que se encontram dentro de suas fronteiras. Ou podem tentar seguir a política oposta de fortalecimento de uma ou outra vantagem de produção situado dentro de sua jurisdição, em competição com localidades do núcleo orgânico. Ou podem tentar algum tipo de combinação dessas duas estratégias, numa tentativa de ter o melhor dos dois mundos: alguma proteção de atividades de núcleo orgânico dentro de suas fronteiras e intensificação da competição nas atividades de núcleo localizadas fora de suas fronteiras. Qualquer que seja a estratégia, a ação do Estado na zona semiperiférica faz diferença: ao explorar seletivamente as tendências de periferização da economia mundial, os estados semiperiféricos normalmente conseguirão neutralizá-las. (ARRIGHI, 1997: 158).

A situação geral dos Estados semiperiféricos é de luta e de articulação para manter suas posições intermediárias, o que não exclui a possibilidade de que alguns possam não ter êxito nas estratégias adotadas e assim, caírem para condição inferior (periférica). Desse modo, não se pode excluir a possibilidade de algum Estado semiperiférico, obtendo uma combinação adequada de ação ativa do Estado nacional, políticas econômicas, vantagens competitivas e outras que reforcem o "capital de núcleo orgânico", de ultrapassar o perímetro do núcleo orgânico, transformando-se, assim, em Estado de núcleo orgânico. Entretanto, esta possibilidade não é dada para todos, nem mesmo é dada para muitos. A chance de ascensão no sistema-mundo é dada individualmente e depende de condições muitíssimo particulares, de modo que a estratificação do sistema permaneça inalterada no todo. Ou seja, o que é verdade para um elemento particular do conjunto não é propriedade do conjunto, ao contrário, a propriedade definidora do conjunto é que cada elemento (Estado) mantenha-se na sua posição historicamente construída pelas forças gerais do sistema-mundo. O sistema é histórico, pois o capitalismo é um produto de uma longa "fiação" do tempo. Desse modo, numa análise dinâmica da história, como deve ser toda análise com intenção explicativa, se aceita a mudança, mas baseia-se na permanência da "longa duração" braudeliana. Toda e qualquer mudança de maior envergadura e extensão só será possível se for anti-sistêmica e se atingir um número significativo de Estados importantes.

> [...] também a incapacidade da maior parte dos Estados semiperiféricos de passar para o núcleo orgânico (e dos Estados periféricos de passar para a semiperiferia) é o inverso do êxito de alguns Estados em melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia e em passar para uma posição mais alta. Nossa conceituação sugere, entretanto, que essas são exceções, através das quais a regra é imposta, e que a regra é que os Estados permaneçam na zona na qual eles já se encontram. (ARRIGHI, 1997: 159).

É preciso repetir: o que merece maior destaque em toda discussão precedente é o papel fundamental e determinante do Estado, tanto no sentido de garantir a permanência do país na zona semiperiférica, quanto no esforço de construir estratégias que possam elevar a posição do país dentro desta zona e, em casos particulares e raros, de elevar aquela sociedade até a zona de núcleo orgânico. Os países que conseguiram alguma progressão dentro da própria zona, ou foram além e acima dela, se utilizaram fortemente do Estado. Este trabalho faz a hipótese de que sem o Estado articulado e articulando setores mais dinâmicos é impossível melhorar a situação de qualquer país neste "circulo de ferro" que é o sistema-mundo.

Entretanto, o Estado capaz de impulsionar um país numa escala ascendente não é o Estado puramente desenvolvimentista no sentido em que o termo foi cunhado. Em primeiro lugar, porque segundo Arrighi (1997) a maioria dos estudiosos e proponentes do desenvolvimentismo tende a confundir "industrialização" com desenvolvimento. Assim, continua o autor, "países desenvolvidos" e "países industrializados" são frequentemente utilizados como sinônimos, e a industrialização é encarada como indicador de que aquele país está se equiparando aos mais desenvolvidos. A fragilidade daquelas teses é patente quando muitos países antes predominantemente agrícolas ou fracamente industrializados conseguiram um considerável nível de industrialização e continuaram na mesma zona da estratificação mundial.

Segundo Callinicos (1994), o teórico mais influente desta tendência foi o Bill Warren, que tentou demonstrar que o Terceiro Mundo passou após a Segunda Guerra Mundial, não por um "desenvolvimento do subdesenvolvimento", como alegado pelos teóricos da dependência como André Gunder Frank, mas por "um crescimento significativo nas relações sociais capitalistas e forças produtivas." Nas palavras do próprio Warren:

> Em um contexto de crescente interdependência econômica, os laços de dependência (ou subordinação), que ligam o Terceiro Mundo ao mundo imperialista, foram e estão sendo desatados com a notável ascensão dos capitalismos nativos, através de um processo de

> distribuição de poder político e econômico, o mundo capitalista está cada vez menos desigual. Assim, embora um aspecto essencial do imperialismo seja a dominação e a exploração do mundo não comunista, por uma dúzia de países capitalistas desenvolvidos (Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Reino Unido, França, Japão, etc.) estamos, no entanto, em uma época de imperialismo decadente e de capitalismo avançado. (WARREN, 1980: 31 apud CALLINICOS, 1994: 3).

Fato inconteste é que Warren (1980) afirmou que as observações empíricas indicavam que as perspectivas para um desenvolvimento econômico capitalista (implicando industrialização) de um grande número de países subdesenvolvidos estavam dadas e que um substancial progresso na industrialização capitalista já havia acontecido e que relações sociais e forças produtivas capitalistas eram uma realidade inconteste no terceiro mundo, se ainda havia obstáculos não eram provenientes do imperialismo, mas de problemas internos do terceiro mundo.

Esta posição de Warren não acrescenta nenhuma novidade efetiva ao debate, pois não se discute se houve ou não industrialização, porém qual a natureza dela e se a mesma significou desenvolvimento real para o chamado terceiro-mundo. Na verdade Warren sempre argumentou que *"era melhor ser explorado pelo imperialismo do que não ser".* Para Warren o *"Conceito de dependência foi sempre vaga, praticamente o significado importante do mesmo diria respeito ao controle de um país por outro".* Tal posição levaria ao paradoxo de que a independência política outorgada à burguesia terceiro-mundista por si mesma elimina a dependência em relação ao capitalismo central. (Warren, 1980: 150,177 e 181).

Segundo Arrighi (1997: 184-187) quando se investiga as tendências no grau de industrialização das três zonas que constitui o sistema mundial no longo prazo, observa-se que ao se usar a percentagem média da força de trabalho ocupada na indústria e a participação média da "manufatura" no PIB como variáveis explicativas, percebe-se claramente que no final da década de setenta do século XX, a semiperiferia ultrapassou o núcleo orgânico em termos de grau de industrialização. A tendência de redução do hiato de industrialização já vinha dos anos cinqüenta e sessenta. Desse modo:

> Em 1965-1980, enquanto a periferia e a semiperiferia continuaram a se industrializar tão rapidamente como havia ocorrido nas duas décadas anteriores, o núcleo orgânico começou a se desindustrializar, tanto pela parcela da força de trabalho quanto pela parcela dos índices do PIB. Consequentemente, a distância em termos de industrialização entre o

> núcleo orgânico e a periferia desapareceu, ou quase desapareceu (dependendo do índice escolhido), e a distância entre o núcleo orgânico e a periferia diminuiu consideravelmente. Contudo, nesse mesmo período, o comando econômico da semiperiferia em relação ao núcleo orgânico, permaneceu constante, e o da periferia piorou. (ARRIGHI, 1997: 186).

A única conclusão razoavelmente coerente com a teoria defendida por este trabalho é de que as atividades industriais foram periferizadas. Neste ponto a sugestão de Wallerstein (1988) de que a dualidade núcleo orgânico-periferia, não deveria ser confundida com nenhuma dualidade indústria - atividades primárias é corretíssima. De outro modo: a industrialização ocorrida fora do núcleo orgânico serviu para reproduzir a hierarquia do sistema mundial. Na verdade o que separa o núcleo orgânico das zonas periférica e semiperiférica não é a industrialização, mas o domínio tecnológico e o controle gerencial dos processos:

> Nas organizações corporativas transnacionais, as atividades desenvolvidas em diferentes localidades nacionais são partes de processos integrados e combinados que tornam essas distinções irrelevantes, se é que elas são possíveis. A distinção relevante se dá entre atividades que envolvem tomadas de decisões estratégicas, controle e administração, pesquisa e desenvolvimento, por um lado, e atividades de pura execução, por outro. A zona do núcleo orgânico tende a se tornar o locus das atividades 'cerebrais' do capital corporativo, e a zona periférica tende a se tornar o locus das atividades 'de músculo e nervos', enquanto a zona semiperiférica tende a se caracterizar por uma combinação mais ou menos igual de atividades 'cerebrais' e de 'músculo e nervos'. (ARRIGHI, 1997: 187).

Pelos motivos apresentados acima Arrighi (1997) argumenta que o padrão de estratificação do sistema mundial e seu desenvolvimento histórico não são explicáveis pelas teses da modernização ou da dependência. Aspectos secundários presentes em ambas as teses podem oferecer algum entendimento pontual sobre o tema, entretanto explicações globais não são possíveis pelas fragilidades de seus pressupostos. A principal falha daquelas teses é de não explicar a existência e a permanência de um conjunto de Estados intermediários que, enquanto grupo nem alcança a zona de núcleo orgânico, nem cai para a zona periférica. A estabilidade deste conjunto é a questão central de qualquer pesquisa séria sobre o sistema-mundo. Do ponto de vista do tamanho, este grupo intermediário é duas vezes maior do que a quantidade de países do núcleo orgânico. Com o desabamento da União Soviética e com o aumento da instabilidade

sistêmica que resultou daquele acontecimento histórico, a semiperiferia adquiriu cada vez maior importância no cenário internacional.

Por outro lado, mas não menos importante é perceber que a zona semiperiférica é uma "região geopolítica" de muita turbulência. A maioria daqueles países viveu durante a maior parte do tempo em regimes ditatoriais e mesmo a conquista da democracia representativa não evitou em muitos casos que a instabilidade permanecesse. Parte da instabilidade se deve ao fato de que aqueles Estados precisam fazer um esforço desmedido para não cair para a zona de pobreza e se manter na zona intermediária. Muito do trabalho hercúleo daqueles Estados se processa contra as fortes tendências polarizadoras presentes no sistema e que requer ações estatais neutralizadoras.

Como visto acima o conceito de semiperiferia pode ser equiparado ao de uma zona intermediária, entre o núcleo orgânico a periferia. Esta situação intermediária não significa uma situação transicional que suponha passagem de uma posição para outra, pelo contrário, há relativa estabilidade estrutural desse conjunto, ou seja, ele permanece sempre o mesmo, podendo mudar de posição um ou outro país.

Outra questão importante é que a maioria dos trabalhos científicos sobre o tema do sistema mundial usa a suposição de que este sistema é formado por redes de "trocas desiguais", de modo que os Estados industrializados apropriam um percentual muito alto dos benefícios totais da divisão internacional do trabalho, enquanto os Estados não industrializados se apropriam de vantagens que são apenas suficientes para reproduzir a desigualdade original. Enquanto isso, os Estados intermediários são normalmente denominados de semi-industrializados. Assim, estes últimos colhem apenas benefícios marginais nas relações de trocas com os países industrializados, mas obtêm altos volumes de benefícios quando se relacionam com os países não industrializados.

As teses esboçadas acima são duplamente equivocadas. Primeiro porque confundem industrialização com desenvolvimento, e fazem equivaler países industrializados com países do núcleo orgânico. Em segundo lugar, utilizam o conceito de troca desigual como fundamento da estratificação em camadas do sistema mundial. A conceituação sobre troca desigual não possui precisão teórica. Este conceito deve-se aos trabalhos pioneiros de Emmanuel (1973) e não responde por posições numa rede comercial e sim ao fato de que países com a mesma taxa de lucro e mesmo nível de produtividade, mas com níveis salariais diferentes geram entre si uma troca desigual. Tudo se resume a um fato empírico largamente observado de que há uma alta

mobilidade de capital e uma muito baixa (ou inexistente) mobilidade de força de trabalho. De modo que o país com maior nível salarial apropria-se da maior parcela do comércio internacional.

Neste contexto teórico, as trocas desiguais respondem por mecanismos de não equivalência nas relações comerciais internacionais. Na verdade, o que os partidários do conceito fazem é uma inversão do suposto ricardiano da teoria do comércio internacional, isto é, ao invés de salários iguais e taxas de lucros desiguais, adota-se um suposto inverso de salários desiguais e lucros convergentes. Partindo dessa hipótese básica ocorreriam trocas desiguais entre economias desiguais.

Uma primeira consideração crítica à teoria da troca desigual é feita no próprio livro de Emmanuel por Charles Bettelheim. No volume II Bettelheim (1973) saúda como profundamente positivo a intervenção de Emmanuel principalmente por derrotar em definitivo a teoria dos custos comparados de Ricardo e seus desdobramentos neoclássicos. Assim,

> Igualmente positiva é a crítica feita por A. Emmanuel das afirmações relativas às 'vantagens' que a divisão internacional capitalista do trabalho comportaria para todos os países participando na troca; ele mostra, com efeito, a partir da sua crítica da teoria dos custos comparados, que a divisão internacional do trabalho que se estabeleceu no quadro do mercado capitalista, sobre as bases dos custos e dos salários relativos existentes, tende **a reproduzir as suas próprias condições numa escala alargada**. Esta última observação é de uma importância considerável. (BETTELHEIM, 1973: 73-74).

Contudo, para Bettelheim (1973) há pelo menos uma inadequação que fragiliza a teoria da troca desigual é que a mesma situa-se no campo das aparências e não da essência, a saber, a categoria "troca desigual" esconde as profundas modificações operadas sobre a lei do valor no âmbito de um mercado mundial capitalista. Assim, de acordo com Bettelheim a noção de "troca desigual" é uma das representações espontâneas produzidas pela forma das trocas mercantis, que se tornará cada vez mais evidente e aparente quanto mais avançar o modo de produção capitalista, desenvolvimento que se dará com o incremento das desigualdades sociais e econômicas desta forma de produção social. Entretanto,

> [...] como qualquer noção desse tipo, que toma os 'fatos econômicos' relativos à espera da circulação por aquilo que 'aparentam' (isto é, as representações próprias desta esfera: o mercado, os preços, os salários enquanto preços), esta não pode relacionar os 'fatos' assim

> ‘dados’ e as estruturas (relações de produção/forças produtivas) de que são os efeitos. Ela só pode, portanto produzir uma explicação ilusória, combinando elementos presentes na superfície da realidade econômica, onde surgem dotados de uma ‘autonomia’ que não passa justamente de superficial. (BETTELHEIM, 1973: 75).

Segundo opinião de Arrighi (1997) não há nenhuma razão para não acreditar que as trocas desiguais desempenharam papel importante na estratificação mundial. É notório que durante longos períodos da história, os atuais países capitalistas do núcleo orgânico se beneficiaram de trocas diretas e indiretas com países onde os salários eram mais baixos. Porém tal concordância não deve significar um atestado de validade teórica à teoria de Emmanuel.

Mesmo no sentido apontado por Emmanuel, argumenta Arrighi (1997), alegar que as trocas desiguais é o único elemento responsável pela estratificação em camadas do sistema mundial é um imenso equivoco. Outro elemento fundamental e que não depende do comércio internacional são as transferências unilaterais de capital e de trabalho. Estas transferências tanto foram compulsórias quanto voluntárias. As primeiras supõem o uso da violência ou a ameaça de violência por parte do Estado mais forte, daí o papel essencial que sempre desempenhou o militarismo e o *“hard power”* no sistema mundial. Desse modo, o tráfico escravista e o uso de prisioneiros de guerra usados como trabalho não-remunerado são exemplos importantes de transferências unilaterais de trabalho. Por outro lado, a extração e transferências de metais preciosos ou as reparações de guerra impostas ao inimigo derrotado são exemplos de transferências unilaterais de capital.

Por outro lado, as transferências voluntárias baseiam-se numa escolha dos proprietários dos recursos. Os princípios exemplos são: a emigração de trabalhadores e a fuga de capitais. Na atualidade, as segundas são mais importantes do que as primeiras. Além do que apesar de se admitir que tanto as transferências compulsórias quanto as voluntárias foram importantes na reprodução desigual do sistema mundial sabe-se que as voluntárias são muito mais eficientes quando os diferenciais entre jurisdições tornam-se bastante altos de modo a produzir estímulos crescentes para que os proprietários transfiram seus recursos para as zonas de mais alto diferencial.

Segundo Arrighi (1997) deve-se reconhecer algum papel na troca desigual. É importante que ocorra tal reconhecimento, mas não se pode esquecer que ocorreu o que se pode denominar de troca desigual inversa. Ou seja, países que aproveitaram a força de trabalho interna de baixo

preço para incorporá-la em mercadorias exportadas. Desse modo, os países com vantagens de mão-de-obra mal remunerada estavam trocando suas mercadorias por mercadorias do "resto do mundo" que incorporavam trabalho mais bem remunerado. São casos exemplares, o Japão e a Coréia do Sul no período posterior a Segunda Guerra.

> Em resumo, a troca desigual e as transferências unilaterais dos recursos do capital e do trabalho contribuíram para a formação e reprodução da estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial. No entanto, não são traços essenciais das relações núcleo orgânico-periferia. Se as relações núcleo orgânico-periferia dizem respeito, como penso que ocorre, a alguma desigualdade fundamental e auto-reprodutora na distribuição de riqueza entre os Estados e povos da economia capitalista mundial, então a troca desigual e as transferências unilaterais dos recursos do capital e do trabalho são atributos puramente contingentes dessas relações, exatamente como a industrialização e a desindustrialização. (ARRIGHI, 1997: 213).

De volta ao papel do Estado. A análise dos sistemas-mundo tem como ponto de partida teórico uma feliz combinação das teorias de Marx, Braudel e Schumpeter e entende o capitalismo como um sistema em permanente mutação, e no qual o nível possível e crítico de estabilidade depende de mudanças nas partes. Existem mudanças sempre que são introduzidas inovações, não apenas as tecnológicas – de caráter marcadamente econômicas –, mas também as políticas e sociais. A análise histórica – a única que pode constatar determinados fatos, pois é capaz de associar o acontecimento com a conjuntura, e esta com a estrutura e a longa duração – comprova que os Estados nacionais tiveram um papel de destaque, foram agentes essenciais nos processos de acumulação de capital e reprodução ampliada do capitalismo. Esta constatação histórica é verdadeira para a Alemanha, o Japão, a Coréia do Sul, a Itália, mesmo para os Estados Unidos – apesar da análise de Alfred Chandler (1994), primorosa em alguns aspectos essenciais, falha ao atribuir pouco papel ao Estado, tanto no *"take-off"*, quanto no desenvolvimento posterior, quanto na proteção de posições adquiridas.

Sobre as teses de Alfred Chandler (1977) destaca-se o papel preponderante das grandes empresas na organização do sistema econômico, ou seja, para o Autor quem organiza o sistema é a empresa capitalista e não um mercado impessoal. É a visão de uma mão visível da empresa em oposição a mão invisível do mercado. Três componentes estruturam a teoria de Chandler: (a) a construção de uma rede básica de comunicações e transportes, em particular as ferrovias e o

telégrafo; (b) processos de distribuição e de distribuição em massa num mecanismo de retroalimentação do mercado interno; (c) o surgimento das grandes corporações modernas com integração de processos e métodos de produção e distribuição.

Segundo McCraw (1998) a obra de Chandler é a história do domínio de uma instituição e seus operadores sobre o mercado. É a trajetória da grande empresa capitalista norte-americana, depois copiada no restante do sistema:

> A tese aqui proposta é que a moderna empresa comercial tomou o lugar dos mecanismos de mercado na coordenação das atividades da economia e na alocação de seus recursos. Em muitos setores da economia, a mão visível da gerência tomou substituiu o que Adam Smith chamou de a mão invisível das forças de mercado. O mercado continuou gerando a demanda de bens e serviços, mas a moderna empresa comercial assumiu as funções de coordenar o fluxo de bens através dos processos existentes de produção e distribuição futuras. Ao assumir funções até então exercidas pelo mercado, a moderna empresa comercial tornou-se a mais poderosa instituição da economia norte-americana, e seus administradores, o mais influente grupo de decisores na área econômica. O advento da moderna empresa comercial nos Estados Unidos trouxe consigo, portanto, o capitalismo gerencial. (MCCRAW, 1998: 248).

A contribuição de Chandler (1977) é fundamental porque desmistifica um mercado auto-regulado e capaz de fazer eficientemente todas as alocações necessárias. É fundamental por colocar no centro do desenvolvimento do moderno capitalismo a grande corporação. Porém, comete o equívoco de não considerar as articulações políticas e econômicas destas grandes empresas com o Estado. Desse modo, pode-se dizer, sem receio de equívocos, que o Estado sempre teve um papel determinante no desenvolvimento capitalista, o que mudava eram as fases históricas, as características nacionais, as circunstâncias políticas e econômicas, e as oportunidades. O papel do Estado depende de cinco fatores complementares: (a) a posição do próprio estado no sistema mundial; (b) a articulação adequada entre o Estado e o sistema de empresas; (c) a articulação vantajosa com Estados do núcleo orgânico; (d) a possibilidade de o Estado capitanear um processo contínuo e permanente de construção de capital do conhecimento; (e) a capacidade do Estado se inserir e ter um papel ativo num sistema nacional de inovações.

Importante é destacar, segundo Arrighi (1997), que a posição dos Estados neste sistema fortemente hierarquizado, não diz respeito apenas a uma escala de benefícios e de renda que no

longo prazo se transforma em riqueza, mas do fato de que esta riqueza se dividir em riqueza "oligárquica" e riqueza "democrática".

Segundo Harrod (1958) citado por Arrighi (1997) existem dois tipos de riqueza pessoal; a oligárquica e a democrática e elas são intransponíveis. Entende-se por riqueza democrática, aquela que está disponível para todos, dependendo da intensidade e eficiência de esforços de cada um. A riqueza oligárquica não está disponível para todos, independentemente dos esforços despendidos. Este tipo de riqueza encontra-se concentrada nas mãos de poucos. O uso da riqueza oligárquica pressupõe a exclusão da maioria do conjunto de pessoas da comunidade. Como bem argumentou Hirsch (1976), também citado por Arrighi (1997*): "As oportunidades de avanço econômico, tal como se apresenta a uma pessoa de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos"* (Hirsch, 1976, p. 4-5 apud Arrighi, 1997: 217).

O exposto acima significa que se há um problema de adição no nível interpessoal (micro), por analogia há também um problema de adição no nível agregado (macro). Isto é, uma nação ou poucas nações só podem avançar se outras não conseguirem. É neste sentido, e seguindo a trilha aberta por Wallerstein (1988) que Arrighi (1997) argumenta que neste sentido, desenvolvimento para todos é uma ilusão:

> A riqueza dos Estados do núcleo orgânico é análoga à riqueza oligárquica de Harrod. Não pode ser generalizada porque se baseia em processos relacionais de exploração e processos relacionais de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial. (ARRIGHI, 1997: 217).

Segundo Arrighi (1997) os processos de exclusão e de exploração são diferentes, mas são complementares. O primeiro produzem o nível de pobreza necessário que levam os Estados periféricos e semiperiféricos a tentar se manterem na divisão internacional do trabalho em condições que favoreçam o núcleo orgânico. Por sua vez, os processos de exploração permitem que os Estados do núcleo orgânico disponham de instrumentos econômicos e políticos que iniciam e sustentam processos de exclusão.

Os Estados semiperiféricos lutam contra os processos citados acima e se obtêm sucesso, conseguem permanecer à frente da pobreza da periferia, se são derrotados caem para a zona inferior. De todo modo, enquanto conjunto, eles não podem superar a distância que há entre sua riqueza relativa e a riqueza oligárquica do núcleo orgânico.

A tese de que as lutas dos Estados semiperiféricos não permitem que eles cheguem ao núcleo orgânico, não significa que Estados considerados individualmente não possam entrar neste clube seleto, muito menos deve significar que suas lutas sejam ineficazes ou desnecessárias. Mesmo a modernização é um avanço sobre a "estrutura agrária" que prevaleceu em muitos países por séculos. Apesar de que é preciso que se compreendam duas questões: em primeiro lugar, existem países de estrutura pouco industrial e muito baseada no setor primário que possuem alta renda *per capita* e IDH alto; em segundo lugar, afirmar que para muitos países, principalmente, da América Latina, a modernização foi melhor do que a situação anterior não significa um atestado de validade teórica para a teoria da modernização. Mais importante em toda esta discussão é entender que são as lutas dos Estados semiperiféricos que impedem que eles "desabem" na pobreza anormal da periferia. A questão relevante aqui é de compreender que as vitórias parciais – incluindo aquelas que apenas mantêm os países nas mesmas posições –, se dão em detrimento dos Estados periféricos.

Mesmo entendendo que não se podem confundir os conceitos de modernização, industrialização e desenvolvimento. Mesmo havendo fortes evidências históricas de que a industrialização da semiperiferia não alterou na essência da estrutura do sistema mundial, nem modificou, exceto em casos isolados, os hiatos que separam o núcleo orgânico da semiperiferia e ambas da periferia – numa análise que cobre cerca de setenta anos, isto é, a fase B do terceiro Kondratieff e todo o quarto Kondratieff – não se pode dizer que tudo se manteve inalterado. A industrialização da semiperiferia foi parte de um processo global que mudou para sempre a face do planeta.

Um aspecto político essencial do processo de industrialização, é que como ocorreu em todos os países que fizeram algum tipo de "Revolução Industrial", o volume de proletarização foi muito alto e se deu associado a processos de privação e exclusão social. Daí que a democracia nunca foi o regime dominante nesta zona do sistema mundial. De fato, estes países viveram a maior parte da segunda metade do século XX em ditaduras (militares ou não). O número de habitantes da semiperiferia que viveram continuamente em sociedades democráticas de estilo ocidental ultrapassou apenas a casa de 1%, não atingindo 2%. Este fato é fundamental, também, para se entender a instabilidade política sistêmica da semiperiferia. A chamada "crise das ditaduras" e o aparecimento de partidos trabalhistas ou populares que surgem com linguagem anticapitalista e posteriormente se acomodam para receber o "sinal verde" das elites locais e

executar programas reformistas limitados ou mesmo muito limitados; sempre baseados não em medidas que modifiquem substancialmente a distribuição da renda retirando dos mais ricos e sim retirando das classes médias e/ou através de políticas publicas com forte conteúdo paternalista.

Claro que não se trata de desconhecer os entraves "normais" existentes nas estruturas políticas daqueles países e seus entraves e bloqueios às mudanças. Tampouco se trata de fazer a crítica pela crítica, pelo contrário é sempre melhor alguma política pública do que nenhuma. Contudo, parece evidente que não se trata apenas de vontade política de realizar programas mais contundentes contra a pobreza e sim de condições estruturais que estão na base da própria condição semiperiférica, ou seja, não há muita riqueza democrática para ser redistribuída e a riqueza oligárquica semiperiférica é protegida por mecanismos econômicos e políticos muito resistentes.

Ainda em relação aos regimes autoritários semiperiféricos, sua função básica sempre foi conservar o padrão de desigualdade de renda e exercer papel subordinado na acumulação mundial de capital. Dito de outro modo, os governos autoritários da semiperiferia sempre protegeram a acumulação e o uso da riqueza oligárquica contra as exigências, os anseios e as lutas das camadas exploradas da população. Enfim, contra o poder crescente do proletariado – uma massa cada vez mais numerosa e inquieta – e muitas vezes organizada em sindicatos atuantes, mesmo que, em vários casos, não professassem abertamente uma opinião anticapitalista, jogou-se todo o peso do aparelho repressivo do Estado. Com o uso intenso dos métodos coercitivos de controle direto, ocorre uma "exaustão política" dos próprios métodos de coerção política e do regime que os personificam. A volta a democracia, tão festejada, na verdade era a única saída para reduzir a níveis seguros a "pressão social" das "classes perigosas". No lugar da coerção pura e direta, o consentimento.

Wallerstein (1979) levanta a hipótese de que a semiperiferia é essencial para a estabilidade do sistema mundial. Um mundo inteiramente polarizado entre pouco mais de uma dezena de países extremamente ricos e do outro lado, centenas de países onde viceja a mais abjeta pobreza levaria rapidamente a conflitos generalizados e capazes de destruir a civilização. A existência de segmentos intermediários é fundamental ao equilíbrio. Inclusive porque estes setores "medianos" se formam, também, dentro de cada país periférico (numa menor proporção) e semiperiférico (bem mais comum). Mesmo dentro de uma região geopolítica de qualquer Estado semiperiférico é possível encontrar os segmentos "médios". Ainda de acordo com

Wallerstein (1979) a semiperiferia desempenha o papel fundamental e insubstituível de reduzir o capital congestionado, conceito criado por Charles Conant (1898):

> Talvez por uma ironia da história, a noção de imperialismo moderno, de base econômica e em oposição ao imperialismo da antiguidade (Egito, Assíria, Roma, etc.) surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX, num ensaio intitulado "As bases econômicas do imperialismo" de Charles Conant (1898), onde o mesmo argumentava que o imperialismo era essencial para absorver os excedentes de capital, dada as escassas vias de investimentos. Era o que Conant chamava de 'capital congestionado'. Então parece evidente que o conceito de imperialismo sempre esteve longe de ter como genitora uma ideologia de esquerda. O imperialismo é um dado incontroverso do capitalismo. Na verdade, Conant argumentou na sua obra que não era partidário do imperialismo, mas que não temia a palavra e aceitava o princípio se era para os Estados Unidos afirmar seus direitos ao livre mercado em todos os lugares que estavam sendo abertos aos recursos capitalistas excedentários. (BARBOSA, 2008: 2-3)

De fato, o conceito de capital congestionado de uma maneira direta ou indireta está presente em várias obras que tratam do problema da acumulação do capital a nível global. O conceito de mercados externos de Rosa Luxemburgo é fundamental para se entender as dificuldades da acumulação de capital no nível global.

Na verdade, as concepções teóricas de Luxemburgo baseadas em amplo material empírico, é uma crítica cortante aos economistas clássicos e seus seguidores neoclássicos com sua lei dos mercados (não há possibilidade de crises, pois a oferta cria sua própria demanda); aos populistas russos (como o capitalismo depende para seu desenvolvimento dos mercados externos e este já estava dominado pelas potências européias, o mesmo estaria bloqueado na Rússia); aos marxistas legais que num outro extremo defendiam a possibilidade de crescimento infrene e indefinido do capitalismo baseado apenas no mercado interno.

Contudo, é importante perceber que Luxemburgo está preocupada com o processo de reprodução ampliada, ou seja, com a realização da mais-valia e esta não se realiza completamente ao nível do mercado interno, pois os trabalhadores consomem seus salários integralmente e os capitalistas não conseguem gastar toda a renda adicional do processo de acumulação. Assim, continua a autora, no livro III de *O Capital* há o argumento de que existe uma contradição entre a capacidade infinita de desenvolvimento das forças produtivas e a limitada capacidade de

crescimento do mercado interno. É esta contradição que exige a necessidade de realização nos mercados externos. Nas próprias palavras da autora:

> O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontram ainda dominadas. Geograficamente, esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da terra. Mas, comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparado com a rapidez com que hoje se transformam em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas, ou, em outros termos, comparado com o elevado grau de forças produtivas do capital, o campo revela-se mesmo pequeno para sua expansão. (LUXEMBURGO, 1976: 393).

A autora chega a conclusões importantes que em geral são olvidadas, pelos críticos de direita por razões ideológicas evidentes, e pelos críticos da esquerda, fruto da vitória de certo "leninismo". Com certeza, é o momento de retornar com as mesmas ao debate contemporâneo:

(a) a questão externa não é propriamente um fato recente no capitalismo, mas uma condição permanente no seu desenvolvimento;

(b) a procura por mercados externos é uma contradição primordial do capitalismo, tão fundamental quanto as outras analisadas por Marx em *O Capital*;

(c) o capitalismo, em sua evolução histórica, é o primeiro sistema econômico com condições de expansão mundial. E esta expansão continuará até destruir todas as formas econômicas anteriores;

(d) quando o sistema capitalista assumir uma forma mundial pura, a contradição entrará em processo e significará a impossibilidade de expansão permanente.

A teoria de Luxemburgo concorda na essência com o conceito de congestionamento do capital. A tese do congestionamento do capital, o imperialismo como expressão da acumulação de capital e as estratégias de transferências de capital do núcleo orgânico para as outras duas zonas do sistema-mundo estão relacionadas. O capital migra para a semiperiferia porque é nela que se encontram as melhores condições de infraestrutura, sistema de crenças e capital cognitivo.

2. Metodologia e Fontes

Este trabalho considera que tomado de *per si* não existe método infalível. Métodos matemáticos e estatísticos pesados, sem nenhuma dúvida, explicam muito pouco nas ciências sociais. Isto não significa nenhuma vedação aos métodos quantitativos, desde que adequados ao objeto. O mais importante na escolha metodológica é que a conexão entre marco teórico e método exista claramente. Por maiores que sejam os bancos de dados, as variáveis escolhidas ou a elegância do método, o resultado pode não apenas ter baixo poder explicativo, como pode levar a um resultado inteiramente equivocado.

O trabalho escolhe uma combinação entre metodologia qualitativa (método histórico comparativo) com um método quantitativo parcimonioso que utiliza matemática elementar, ou seja, gráficos, tabelas e séries históricas. Esta investigação quantitativa pode oferecer um quadro operacional que ajudará na compreensão do objeto escolhido. De todo modo, cabe uma explicação: é o método comparativo que dará a tônica da pesquisa.

Um dos primeiros cientistas sociais de renome internacional a utilizar uma metodologia comparativa em um trabalho seminal foi Weber (1994):

> Os trabalhos subseqüentes, sobre a Ética Econômica das Religiões Mundiais, tentam, através de uma observação geral das relações entre as mais importantes religiões culturais com a economia e a estrutura social de seu contexto, destacar as duas relações causais, até onde for necessário para achar pontos de comparação com o subseqüente desenvolvimento ocidental [...] Estes estudos, portanto, não pretendem ser análises completas das culturas, mesmo que breves. Pelo contrário, eles procuram destacar, propositadamente em cada cultura aqueles aspectos nos quais diferia e difere da civilização ocidental. (WEBER, 1994: 12)

É nos estudos de política comparada que o método comparativo ganhou um grande espaço, dado que servia exatamente aos objetivos da ciência política, tanto no sentido da política quanto no campo das Relações Internacionais. Como bem identificou Gonzalez (2008):

> A política comparada, no entanto, mesmo com dificuldades ,acabou sobrevivendo identificada mais pelo seu método (comparativo) do que pelo seu conteúdo

> (estudo comparado de diferentes países). Mas o método comparativo não é exclusivo da ciência política nem é o único a ser utilizado por ela. (GONZALES, 2008: 4).

Gonzáles (2008) citando Smelser (1968) argumenta que aquele autor fez a identificação de três métodos aplicáveis, a saber, o experimental, o estatístico e o comparativo. Assim, segundo Gonzalez:

> O uso do método experimental consiste em manipular diretamente a situação para criar parâmetros e variáveis operativas. O método estatístico busca o mesmo objetivo do método experimental, de transformar condições operativas em parâmetros. Sua diferença em relação ao método experimental é que o alcançaria através de manipulação conceitual, pelo uso da matemática. O método comparativo, neste caso, tem o mesmo objetivo, mas é adequado quando os dados não podem ser controlados experimentalmente e o número de casos é pequeno. (GONZALES, 2008: 4).

Ocorre uma retomada do método de caráter comparativo, nas ciências sociais em geral e na ciência política em especial. Trata-se de análises de processos sociais, políticos e econômicos, de grande escala, em períodos de tempo de média duração ou de segundo nível no espaço-temporal braudeliano. O campo é das estruturas e não das conjunturas. As comparações são contextualizadas e a narrativa é histórica.

A principal vantagem do método comparativo em relação às metodologias quantitativistas, é que o primeiro é capaz de explicar os fenômenos sociais caracterizados pela complexidade causal e o segundo não. Uma das mais importantes contribuições dos estudos histórico-comparativos no sentido de ampliar o nosso entendimento de causalidade diz respeito à identificação de processos marcados por "dependência de trajetória". Ocorre dependência de trajetória quando acontecimentos críticos no passado distante afetam um caso tão profundamente que alteram a evolução e o impacto de desenvolvimentos posteriores. (Borges, 2007: 6-7)

A compreensão weberiana tem como ponto de partida que o objetivo é identificar as conexões causais existentes entre determinados “conjuntos de condições”, passíveis de serem associados aos fenômenos estudados. Contrariando o postulado de Durkheim de “a cada efeito corresponde uma causa”, o autor direciona seus esforços na busca de relação lógica existente

entre complexos de condições que, em contextos histórico-sociais específicos, encontram-se associados à gênese e ao desenvolvimento de um determinado processo. Para isso, lança mão da "imputação causal" enquanto procedimento metodológico. (Schneider & Schmitt, 1998: 26-27).

Para Bloch o uso do método comparativo pode se dá entre sociedades distantes no tempo e no espaço (um quadro de diacronia), ou sociedades sincrônicas, ou seja, simultâneas no tempo e no espaço. O autor identifica dois momentos inerentes ao método comparativo, um momento analógico, relacionado a identificação das semelhanças entre os fenômenos. E um momento contrastivo, no qual são trabalhadas as diferenças entre os casos estudados. (Schneider & Schmitt, 1998: 32-33).

Segundo Schneider & Schmitt (1998) o livro "*As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção no mundo moderno*", de Barrington Moore Junior é um excelente exemplo, onde o nível de análise sobre o qual se estrutura todo trabalho de comparação é o estudo dos casos singulares. Trata-se de investigar, em cada um dos países, quais foram às combinações especifícas de elementos que possibilitaram a emergência deste ou daquela configuração social, deste ou daquele "padrão" de transição.

> Com Barrington Moore Jr. Fica apontada assim uma abordagem fortemente vinculada ao caso específico, tomado em sua singularidade, mas que tem como resultado a construção de tipologias mais amplas, que tem por objetivo possibilitar, de um lado, uma releitura de explicações previamente aceitas, de outro, uma ruptura, tanto com as interpretações generalizantes como com as abordagens históricas excessivamente descritivas e empiricistas. (SCHNEIDER & SCHMITT, 1998: 41).

Segundo Franco (2000) a metodologia comparada exige que a reflexão comece pelas diferenças e não pelas semelhanças. O adequado uso método histórico comparativo permite buscar as diferenças entre os países a partir dos processos históricos mais amplos (compreender a história como processo), e reconstruí-las como parte de uma determinada realidade que é sempre complexa e aberta às transformações sob a ação dos sujeitos sociais.

> A perspectiva das mediações implica incluir, na construção de um objeto, as relações que o determinam (delimitam) em situação de espaço e tempo. A mediação é o campo da particularidade, do conhecimento dos objetos singulares à luz dos conceitos mais gerais ou universais, passando pelo tempo e o espaço onde ocorrem. A mediação é o campo da

> historicidade do objeto, do conhecimento dos processos sociais que o produzem sob ação de sujeitos sociais, é o campo da história (FRANCO, 2000: 219).

A história econômica, social, política, cultural de qualquer nação depois do advento do modo de produção capitalista só pode se compreendida como história total onde cada parte se articula com um sistema que é mundial. Assim, qualquer investigação que procure entender mudanças no desenvolvimento, como é o caso deste trabalho, parte do suposto de que o específico só pode ser vislumbrado dentro do geral. As relações internacionais estão marcadas e demarcadas por fenômenos estruturais que integram cada parte ao todo que não é o mercado mundial, mas o sistema mundial em relações de subordinação desigual e combinada. Este trabalho também parte do suposto de que há uma alta complexidade dos processos históricos, seus vários níveis e dimensões que se deslocam continuamente.

A investigação do papel do Estado nas economias e no desenvolvimento do Brasil e da Coréia do Sul será realizada predominantemente com metodologia qualitativa e comparativa. Contudo, indicadores como: investimento físico, investimento em educação e capacidade de financiamento à produção serão utilizadas como variáveis quantitativas complementares ao estudo.

Capítulo II

A transição para uma sociedade urbana e industrial: O caso do Brasil

1. Uma digressão inicial

No meio acadêmico nacional e também na imprensa — formada por "jornalistas de saber enciclopédicos" rios de tinta e toneladas de papel foram (e são) gastos nas discussões sobre a natureza e o caráter do estatismo brasileiro. Caráter talvez, natureza não. Os seres, sejam humanos ou organizacionais, possuem história e não natureza[8]. No caso do Brasil os defensores do Estado, colocam-no em um altar laico, porém de mentalidade semi-religiosa. Esta construção humana, temporal e (talvez) transitória é, então, considerada como o grande herói da Nação, equivalente sobre-humano de personagens como Tiradentes e Caxias, nossos mitos fundadores da República. Por outro lado, os críticos da ação estatal classificam o Estado brasileiro como o grande vilão responsável por todas as mazelas nacionais (uma espécie de Mephistopheles[9] ou Mephisto[10] só encontrados materializados como *"corpus"* não ficcional nas partes média e inferior do Sistema-mundo). Chega-se ao ponto de um estadista recente, em um ímpeto de ultra-radicalismo liberal, propor e em parte executar o "desmonte" do Estado, argumentando ser este o caminho para levar o Brasil e os brasileiros (todos os brasileiros) para a esfera luminosa do

[8] O homem não tem natureza, o que tem é história; porque história é o modo de ser de um ente que é constitutivamente, radicalmente, movimento e mudança. E por isso não é a razão pura, eleática e naturalista a indicada para entender o homem [...] O homem é "um desconhecido" e não é nos laboratórios onde será identificado. Tem começado a hora das ciências históricas! A razão pura tem que ser substituída por uma razão narrativa. O homem é hoje o que é porque ontem foi outra coisa. Ah! Então, para entender o que hoje é basta com que nos contem o que foi ontem. Basta com isso e aparece transparente o que hoje estamos fazendo. E essa razão narrativa é "a razão histórica" (ORTEGA y GASSET, 1983: 121-122).

[9] *Mephistopheles* (Mefistófeles) é um demônio, ou mais exatamente um funcionário daquele, presente no folclore alemão. Suas origens de perdem na lenda do "*Faustus"* e em *"The Tragical History of Doctor Faustus"* e, é recuperada na obra *"O Fausto"* de Goethe.

[10] *Mephisto* (Mefisto) é lembrado aqui como um personagem de ficção moderna, veiculada em quadrinhos (Comics) norte-americanos e que tem como principal inimigo um motoqueiro. Aliás, a Motocicleta é um excelente indicador de um tipo de "modernidade" brasileira substitutiva do cavalo.

"primeiro mundo" (núcleo orgânico do capitalismo). Os indicadores sociais e econômicos brasileiros do período 1995-2003 mostram completo insucesso.

Ambos os grupos de desenvolvimentistas e liberais e seus subgrupos exageram na paixão de suas crenças a favor e contra o papel e a real magnitude da interferência do Estado brasileiro. A maioria dos intelectuais e políticos brasileiros age como os torcedores de clube de futebol, que encaram seus times com uma paixão infrene, irracional e, algumas vezes, irresponsável. Porém há uma diferença fundamental, os torcedores são capazes de vaiar seus times, enquanto os intelectuais e políticos, em geral, são incapazes de observar falhas nas suas teorias, crenças e dogmas. Fato indiscutível é que no Brasil o futebol permeia toda nossa cultura, incluindo a cultura política. A verdade é que os desenvolvimentistas e os neodesenvolvimentistas negam-se ao trabalho de uma análise em profundidade onde possa ficar claro as alianças que inviabilizaram o Estado de completar o desenvolvimento capitalista no Brasil, além, fato mais grave, de que o Estado transformou-se em uma estrutura corporativa, engessada e autoritária. Por sua vez, os liberais e neoliberais "esqueceram" (psicanalítica e historicamente, na medida em que toda memória é seletiva) o que seria o Brasil sem o concurso e as ações do Estado. Ou será que o Modelo Ricardiano de Comércio Internacional, onde o país A produz café e o país B produz computadores, ambos em perfeito equilíbrio não merece uma revisão econômica e historiográfica? O que deve significar para nossos liberais, com ou sem o prefixo "neo", o refrão de "destruir a herança varguista"; como reformar o Estado sem implodir as alianças e a promiscuidade público-privada que produziu uma "modernização restringida", uma semi-cidadania e uma desigualdade social e regional persistente e, quando muito, lentamente mutável.

É fato histórico indiscutível que toda industrialização retardatária se deu com grande participação estatal. Se a Alemanha deu o exemplo, os países que vieram depois não puderam fugir a esta regra. Nos casos dos países do capitalismo tardio (situados na periferia) a necessidade foi imperiosa.

Fiori (1990) citando Gershenkron (1952) argumenta que essa presença ativa e expansiva do Estado deve ser considerada uma característica comum a todos os países capitalistas com estados nacionais e desenvolvimentos econômicos tardios. Na realidade, após a experiência alemã, e pode-se acrescentar a japonesa, desconhecem-se casos de industrialização acelerada que tenham ocorrido fora da responsabilidade e do poder regulador estatal, incluindo-se o que o Estado tem de mais importante, isto é, o monopólio legitimo da força contra as classes

subalternas, mas, também, em uma certa gradação aceitável contra os recalcitrantes das classes dominantes, e acrescenta:

> Ainda que se diferenciem quanto à importância do capital estrangeiro e ao ímpeto monopolizante dos capitais nacionais. Em todas elas coube ao Estado, como no Brasil, além de suas funções clássicas, o papel de construtor de infraestrutura, produtor de matérias-primas e insumos básicos, coordenador dos grandes blocos de investimento e de importante instrumento de centralização financeira. (FIORI, 1990: 289).

Não é possível apoiar as tentativas de alguns autores de fazer a discussão tendo como base a oposição Estado forte versus Estado fraco, mas avança-se muito pouco ao se afastar daquela polarização e propor uma alternativa norteada por uma complexidade ao nível das relações de classes como sugere Angelina Matos Souza:

> [...] compreender o estado como uma instituição política cuja a cúpula é atravessada por disputas existentes dentro da sociedade, e que vão delimitando o campo de ação estatal ao mesmo tempo em que são criadas/impulsionadas por essa. Ou seja, ao mesmo tempo em que as disputas deste ou daquele setor ganham existência política [...]. (SOUZA, 2009: 36).

Mesmo permeados pelos mais conflitantes interesses entre classes sociais opostas e antagônicas, e dentro do próprio bloco hegemônico, fato que dispensam novas polemicas, fato é que o Estado globalmente representa os interesses históricos e permanentes das classes dominantes. Uma argumentação em contrário colocaria o Estado como um ente acima das classes sociais. Entretanto, pode-se concordar com Souza quando a autora apoia-se nas formulações de Evers sobre o conceito de inversão do papel do Estado na periferia:

> A função do Estado burguês de representar o capital nacional para fora frente a outros competidores no mercado mundial se inverte então: a ‘garantia de existência e expansão do capital nacional ao mercado mundial’ passa a ser: garantia da existência e da expansão dos interesses do capital estrangeiro no espaço econômico periférico. (EVERS, 1985: 97 apud SOUZA, 2009: 39).

Concordar que o Estado na Periferia e na Semiperiferia desempenha o papel de garantidor das condições de acumulação global beneficiadora do capitalismo central não significa apoio à tese da inversão. Na verdade o Estado age de acordo com a lógica maior de efetivar a acumulação privilegiando os pólos mais fortes. O caso do Estado de caráter prussiano como colocado por Fiori (1995) rompe com a lógica tradicional desde o exemplo alemão.

A grande maioria dos historiadores econômicos e sociais, desde Fernand Braudel até Eric Hobsbawm, passando por Christopher Hill, Rodney Hilton, Robert Brenner e Ellen Wood, entre tantos outros, constataram um papel sempre maior do Estado na realização da acumulação e centralização dos capitais. Qualquer observação superficial mostra, também, que as respostas dos Estados da Europa e da América Latina se orientam como manifestações semelhantes: crescente participação do Estado nos fluxos reais da economia; aumento da ação estatal nas atividades diretamente produtivas; e ampliação de seu papel no sistema monetário financeiro.

Por outro lado, não é possível discutir desenvolvimento industrial sem investigar a questão da revolução burguesa e suas variantes. O conceito de revolução surge no século XVI, vindo originalmente das ciências naturais, sobretudo da astronomia, foi utilizado para caracterizar o movimento cíclico de rotação dos corpos celestes. No século XVII adquiriu conteúdo político passando a significar mudanças, ou melhor, retorno a um estado precedente, a uma ordem anterior que havia sido perturbada. Assim, para a historiografia conservadora que trata da Revolução Inglesa (1640-1688) caracteriza a mesma como o final de uma era de guerra civil e de turbulências e a restauração da estabilidade monárquica.

> Portanto, a palavra foi inicialmente usada não quanto àquilo que denominamos revolução que rebentou na Inglaterra, e Cromwell assumiu a primeira ditadura revolucionária, mas, ao contrário, em 1660, após a derrubada do Parlamento, e por ocasião da restauração da monarquia. Precisamente com o mesmo sentido, a palavra foi usada em 1688, quando os Stuarts foram expulsos e o poder real foi transferido para Guilherme e Maria. A revolução Gloriosa, o acontecimento em que, muito paradoxalmente, o termo encontrou guarida definitivamente na linguagem histórica e política, não foi entendido, de forma alguma como revolução, mas como uma reintegração do poder monárquico à sua antiga glória e honradez. (ARENDT, 1988: 34).

Opinião diferente, e aceita por este trabalho, é a desenvolvida pelo maior estudioso do assunto, o historiador marxista inglês John Edward Christopher Hill, particularmente na obra *"A*

Revolução Inglesa de 1640”. Hill demonstra que a Revolução Inglesa foi tipicamente uma revolução burguesa que constituiu uma das principais pré-condições para o surgimento da Revolução Industrial pioneira e pelo advento do capitalismo industrial moderno. A obra aborda fatos essenciais para o entendimento do surgimento da burguesia, onde se constata a colaboração no Parlamento entre a monarquia *Tudor*, a pequena nobreza e a burguesia unidas por interesses comuns contra os inimigos internos (guerras privadas) e contra os inimigos externos a (Espanha e a Igreja Católica Internacional). Dessa forma a burguesia necessitava de uma proteção monárquica e a Monarquia dependeria dos empréstimos feitos junto à burguesia para manter o próprio poder e separar a Inglaterra do domínio católico com a finalidade de fundar o anglicanismo. Assim, houve uma adaptação conciliadora durante a dinastia Tudor. Entretanto durante a dinastia Stuart, os quais são representantes do catolicismo apostólico romano, a conciliação entre burguesia e monarquia será quebrada, visto que esta dinastia não respeitou os direitos consuetudinários. Contudo vai se destacar, também, uma classe burguesa mais definida e cristalizada a qual não aceitara tais políticas impositivas.

De todo modo é a partir da Revolução Francesa de 1789 que o termo passou a ter um significado histórico-político determinado, adquirindo o caráter de mudança brusca, de ruptura drástica, súbita, convulsiva, insurrecional, concentrada num curto espaço de tempo, que subverte a antiga ordem ou "estado de coisas reinante e constrói outra, radicalmente nova”.

Fato historicamente indiscutível é de que durante todo o século XIX continuaram ocorrendo revoluções democrático-burguesas, como a alemã de 1848. Porém, a burguesia é cada vez menos revolucionária. Ela se atemoriza ante a mobilização popular e tenta mudar o caráter da sociedade e do estado por vias cada vez mais reformistas, não se apoiando na mobilização do povo e sim pactuando com as classes feudais. A experiência francesa criou na burguesia uma doença que pode ser conceituada como “síndrome do pânico da agregação das massas trabalhadoras”. Surge, assim, na Alemanha, um novo regime: o de Bismarck, que estabelece alianças entre a burguesia alemã e os príncipes feudais, os "junkers". Faz concessões aos dois lados, contudo, sempre com a finalidade de uma Alemanha unificada e capitalista. Não procura destruir física e politicamente os nobres, como fez a revolução francesa, e sim convertê-los em grandes capitalistas. Para frear alguns ímpetos exagerados de setores burgueses, o bismarckismo faz concessões e pactos inclusive com a classe operária e seus partidos, utilizando-os como contrapeso aos excessos da burguesia.

O caso alemão é, sem dúvida, exemplar. Ao discutir os limites da hipótese prussiana, Fiori (1990) primeiro argumenta que Lênin compreendia o modelo prussiano como uma forma de transformação do campo feudal em desenvolvimento capitalista, ou seja, uma transição lenta da exploração feudal em exploração burguesa sem rupturas para em seguida nos lembra de que:

> Engels (1951), muito antes, em seus trabalhos sobre a Revolução e Contra-Revolução na Alemanha, foi bem além ao definir os traços fundamentais da especificidade prussiana, sublinhando as condições políticas do atraso alemão frente ao desenvolvimento econômico inglês e ao desenvolvimento social francês. Engels já percebe em sua obra, na metade do século passado, a importância da nobreza feudal na constituição da burguesia e das demais classes componentes da sociedade alemã, concluindo que "(...) a composição das diferentes classes do povo que formam a base de todo o organismo político é mais complicada na Alemanha que em qualquer outro país" (Engels, 1951, p.205). O atraso, a resistente nobreza feudal, a situação geográfica desfavorável e as guerras continuadas estiveram, segundo ele, na raiz de porque "(...) o liberalismo político, o regime da burguesia, seja sob a forma de governo monárquico ou republicano, foi impossível na Alemanha" (Engels, 1951, p.300). Por esses motivos, a burguesia alemã não alcançou a mesma supremacia política lograda na Inglaterra e na França, sendo obrigada a uma aliança com a nobreza agrária, da qual resultou uma evolução "progressiva" das relações de produção, uma evolução "desde cima" ou" pelo alto" como a chamaram mais tarde. (FIORI, 1990: 44).

Ainda segundo Fiori (1990), desse modo, identificar a industrialização brasileira com a via prussiana de desenvolvimento capitalista é um equívoco que esquece diversas e importantes especificidades econômicas da industrialização alemã da segunda metade do século XIX, tais como: (a) o setor responsável pelo comando da acumulação de capital ter sido, desde o começo a indústria pesada e não a de bens de consumo; (b) a indústria surge nacionalizada, monopolizada e atuando no topo da tecnologia da época, ou seja, eletricidade e aço e não têxtil; (c) aquela indústria, além do seu peso em termos de valor agregado e efeitos encadeantes, foi constituída em um forte modelo de integração, tanto horizontal, quanto verticalmente, articulada pelo capital financeiro enquanto fusão do capital bancário com o capital industrial; (d) aquela industrialização retardatária acontece em uma conjuntura de intensa competição entre as potências imperialistas e de exacerbada expansão militarista que inclusive desembocará na Primeira Guerra Mundial, seria impossível concebê-la sem uma vigorosa coordenação do Estado centralizado; por último, mas

não sem importância, se articulou diretamente com o Estado via produção de material bélico, com vistas a um projeto imperial e a um enfrentamento previsível com a hegemonia inglesa.

Fiori (1990: 41) buscou na média duração (período de descontinuidades dentro de uma dada continuidade que não altera substancialmente a estrutura) da história brasileira o que seria especifico na trajetória desta sociedade para a modernidade urbano-industrial. Especificidade esta, segundo Fiori, sintetizada na esquizofrenia de uma política econômica que corporifica os acordos e compromissos que construíram uma relação perversa que liga umbilicalmente, desde os anos 30, o Estado com a burguesia nacional. Alianças pétreas que distanciaram o país de um modelo de industrialização orientado pelo Estado e centrado em objetivos estratégicos de longo prazo para um desenvolvimento independente e sustentado, ao invés de uma "opção desenvolvimentista" alavancada por um Estado que nunca conseguiu ir além dos limites que lhe foram impostos por um empresariado que, contraditoriamente, conseguiu ser profundamente antiestatal, não obstante sua longa história de anemia schumpeteriana e dependência do próprio Estado.

Segundo Fiori (1995) a sociedade brasileira perdeu duas oportunidades históricas de reduzir a vulnerabilidade externa, adquirindo maior autonomia. Foram as possibilidades de uma via autenticamente prussianas perdidas no período Vargas e no Governo Geisel. Na verdade o que Fiori destaca são chances de implementação da indústria de bens de capital de ponta sob controle nacional.

2. 1930: Estado, economia e industrialização restringida

1930 é sem dúvidas, um marco referencial na mudança do padrão de acumulação capitalista no Brasil, assim como na redefinição do papel do Estado no sentido de alavanca para o desenvolvimento de uma economia urbano-industrial.

Os anos trinta do século XX representam uma crise de hegemonia[11] do modelo primário-exportador e das elites paulistas. Contudo, os segmentos vitoriosos – segmentos do

[11] O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica; não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (Gramsci, 2004, p. 1591).

agrarismo não exportador, frações das classes médias urbanas e a incipiente classe industrial – não possuíam capacidade política, programática e operacional para formar um novo bloco histórico e uma nova hegemonia. Neste contexto residia o grande impasse de 1930.

Entre as diversas interpretações da "Revolução" de 1930 no Brasil, duas se destacam. A primeira apresentada e defendida pelo marxismo oficial tem em Sodré (1964) seu principal porta-voz. Para esta corrente ocorreu uma revolução burguesa, com a tomada do poder e do Estado pela burguesia urbano-industrial em luta contra os setores atrasados da agricultura de exportação, ou seja, a dualidade arcaico-moderno é finalmente vencida pelo setor progressista da sociedade. Desta forma, todas as qualidades positivas estavam com a classe dos capitalistas industriais aliada, portanto, dos trabalhadores em uma revolução democrático-burguesa, fase preliminar de uma revolução socialista. É evidente que aqui se está diante de uma cópia piorada dos modelos marxistas interpretativos das revoluções burguesas européias. Mais especificamente tem-se uma transposição mecanicista e a-histórica das teses de Lênin sobre a Revolução Russa. Uma leitura, transformada em práxis, que nega completamente o espírito do marxismo.

A interpretação alternativa situa-se no campo do marxismo não oficial e parte do pressuposto de que havia um discurso elaborado e amplamente divulgado pelos "vencedores", onde os Tenentes e os industriais paulistas aparecem sozinhos em cena. O que este discurso não previa e não reconheceu é que os Tenentes de 1930 se transformaram nos Generais de 1964. Segundo De Decca (1981) o acontecimento mais notável deste período situa-se em 1928 quando o Partido Comunista compreende que há um acirramento da luta de classes[12] e cria o Bloco Operário Camponês (doravante, BOC), contudo a força política do BOC era pequena e dentro do tabuleiro político engendrado pelas oligarquias brasileiras não havia espaço para expressão de uma força estranha aos seus interesses. A reação não se fez esperar. Os capitalistas industriais paulistas criaram imediatamente o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), embrião da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A "Revolução" de 30 foi desse modo, um golpe preventivo contra as classes trabalhadoras.

É importante destacar a superficialidade das análises que colocam a burguesia industrial como economicamente irrelevante ou sem articulação política efetiva. Mesmo que as aparências levem a tal compreensão, aqui como quase sempre a "aparência difere da essência".

[12] Mesmo com o aumento do antagonismo de classes, nem o autor deste trabalho, nem De Decca defendem que havia uma situação revolucionária. É fato que a força numérica e política da classe operária industrial é mínima.

Seguindo a proposta interpretativa de De Decca é correto periodizar a "revolução burguesa" brasileira como iniciada em 1928 e completada em 1937.

O fato é que a combinação da crise interna, isto é, esgotamento do pacto da primeira República e disputa por participação dos setores não vinculados ao modelo primário-exportador com a crise externa, ou seja, a Grande Depressão de 1929-1937 gerou um vácuo de poder que teria que ser resolvido. Quem efetivamente vai preencher o vácuo de poder e ser a principal beneficiário do movimento de 30? A burguesia industrial. Na verdade uma análise mais atenta indica que a classe industrial tinha uma estratégia de conquista de hegemonia que se realiza pelas táticas de ocupação de espaços dentro do aparelho do Estado. As lideranças empresariais ocuparam as principais cadeiras em órgãos e agências do Estado, tais como o Conselho Federal de Comércio Exterior e o Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Segundo Diniz (1978) a burguesia industrial fez dois movimentos estratégicos fundamentais, além do "entrismo" no Aparelho de Estado, a saber: (a) elaborou através de seus intelectuais orgânicos um programa industrialista; e, (b) construiu um discurso ideológico próprio e "universal", onde o desenvolvimento confundia-se com a industrialização. É este discurso a principal alavanca da "revolução burguesa". É preciso registrar que parte significativa da esquerda aceitou e ajudou a fornecer densidade e respeitabilidade àquele discurso.

A "revolução de 30" não representou apenas a superação do pacto oligárquico da República Velha, mas trouxe em si um processo de "modernização conservadora" que não deve ser minimizado. A polaridade continuísmo-mudança é resolvida em favor do segundo pólo. Afinal o discurso da vocação essencialmente agrícola do país saiu derrotado, o que não significa que os conflitos entre os setores da burguesia agrário-exportadora e a burguesia urbano-industrial fossem agudos e irreconciliáveis, ao contrário, o setor rural soube buscar uma acomodação razoável e já vinha aceitando integrar-se e transformar seu capital-dinheiro em capital-industrial. As elites paulistas sempre tiveram uma "vocação capitalista" mais avançada do que outras elites regionais, mesmo ainda na República Velha.

Quanto ao caráter inerentemente conservador da política econômica do Estado, é preciso cuidado com o exagero desse tipo de interpretação, pois apesar do caráter ortodoxo de várias medidas, a centralização republicana juntamente com os freios ao excessivo regionalismo político permitiu certa flexibilidade. Além do que as medidas devem ser analisadas no contexto da crise mundial dos anos trinta, assim como – e isto é verdadeiro para todas as políticas

econômicas – devem ser julgadas pela eficácia final. Na opinião consagrada de Furtado (1971) aquelas políticas, no conjunto, funcionaram como dinamizadoras do processo de crescimento industrial brasileiro, pois de um lado garantiu as divisas necessárias às importações de bens de capital e de outro permitiu simultaneamente o nível interno de renda, emprego e do equilíbrio das contas do Balanço de Pagamentos.

O outro lado do papel do Estado como estimulador da industrialização foi na criação do Departamento de bens de produção, o Departamento I. Qualquer capitalismo nacional só começa a ter um mínimo de autonomia e poder de reprodução ampliada se contar com um Departamento I. No caso brasileiro foi preciso criá-lo em condições adversas pela situação da conjuntura internacional. Ou seja, era indispensável canalizar volumes crescentes de recursos para o fortalecimento do Departamento I, entretanto era necessário garantir o nível de renda do setor cafeeiro, pois o mesmo era o provedor de divisas. Era preciso proteger o café sem os excessos da primeira República. Esta dependência ao setor primário-exportador e suas diversas formas de manifestação criou os conceitos de "Industrialização Restringida" e de "Modelo de Substituição de Importações".

Segundo Fonseca (2009) a primeira fase do processo de substituição de importações dura aproximadamente meio século, estende-se de 1930 até o final da década de setenta, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo Geisel. O PSI[13] é matéria de muitas controvérsias entre os analistas da modernização brasileira.

A História registra os primeiros impulsos industrializantes brasileiros no final do século XIX. Contudo, eram iniciativas dispersas no tempo e no espaço com baixíssimo grau de aglomeração. O maior nível de aglomeração produtiva verificava-se no Sudeste. Fato é que só nos anos trinta do século passado o crescimento industrial ganha impulso efetivo, maior grau de diversificação e aglomeração, principalmente no Estado de São Paulo. Entretanto, não se pode entender por Substituição de Importações (SI), apenas a produção interna de mercadorias que antes eram importadas, pois só ocorre SI quando o setor industrial lidera o processo global de crescimento econômico e que seja responsável pelo dinamismo da economia. De outra forma, pode-se dizer que além de substituir importações, a indústria é o setor-chave na determinação do emprego e da renda da economia.

[13] Processo de Substituição de Importações.

Existem diversas teses para explicar a industrialização brasileira. Uma delas associa-se à CEPAL, e é conhecida como "teoria dos choques adversos". De forma estilizada argumenta-se que as crises do setor exportador criavam as condições para que o mercado interno se reforçasse e este fato se dava sobre a égide da produção nacional em detrimento das importações. Cabe destacar que as crises do setor agroexportador só promoviam crescimento na medida em que o governo era obrigado a alterar variáveis fundamentais, como a taxa de câmbio e a taxa de juros.

A crise de 30 cumpre um papel essencial na superação do modelo primário-exportador. Era o começo do que ficou conhecido como "desenvolvimento voltado para dentro" ou "mudança do centro dinâmico" na análise furtadiana. Tratou-se, na verdade, de um forte movimento de endogenização da economia brasileira como reação às restrições impostas pela Depressão mundial, ou seja, ocorreu uma política anticíclica, portanto de fundo keynesiano, antes da Obra definitiva de Keynes, pois o governo ao invés de aplicar políticas ortodoxas de combate à crise opta pela expansão do crédito, conseqüentemente a economia se expande mantendo os níveis de emprego e de renda. O Multiplicador keynesiano tratava de difundir o crescimento além do efeito primário sobre o próprio setor atingido.

A "tese da industrialização induzida pelas exportações" se opõe à "tese dos choques adversos" argumentando que as exportações produziam um efeito-renda[14] que ao criar sempre novas riquezas gerava a necessidade de diversificação na forma de outros capitais além do capital cafeeiro, como estradas de ferro, portos, redes elétricas, armazéns; além de um forte e permanente processo induzido de urbanização, que por sua vez gerava novas e crescentes demandas, muitas atendidas por oferta pública, como escolas, hospitais, transportes e suas vias de acesso. Outro fato, defendido por estes estudiosos era que já existia capital industrial na República Velha e com as dificuldades de importar máquinas e equipamentos, aqueles itens do capital fixo que preexistiam e estavam ociosos ou semi-utilizados entraram em máxima operação até atingir a plena capacidade.

O fato mais relevante é de que as "oportunidades históricas" podem ou não serem aproveitadas. No caso brasileiro não bastava o quadro de crise internacional e o estrangulamento

[14] Efeito-Renda, neste contexto, refere-se não às mudanças nos preços relativos de modo a alterar para cima ou para baixo a renda real dos agentes (poder aquisitivo derivado) e, sim, ao fato da renda aumentar com o aumento das receitas de exportações, dado que as exportações líquidas (exportações menos Importações) são uma variável explicativa da demanda agregada.

externo para o país promover a industrialização por substituição de importações, era necessário a existência de algumas pré-condições. Como destaca Cohn (1963, p. 282-295) o crescimento e a expansão da economia cafeeira deu lugar ao aparecimento de novos agentes sociais, políticos e econômicos; produziu novos segmentos sociais que foram fundamentais na mudança do perfil da economia em relativamente curto intervalo de tempo.

A existência de uma forte concentração de renda nas mãos de determinada classe de pessoas não produz automaticamente a industrialização, não enseja espontaneamente o desenvolvimento econômico capitalista. È possível que estas pessoas muito ricas "prefiram" continuar dentro de circuitos meramente mercantis, Para que a mudança aconteça é necessário que a renda monetária (o Capital-Dinheiro em Marx) seja aplicada no sentido da expansão permanente do valor, ou seja, é preciso investimento de capital com o único objetivo de gerar mais capital, em uma espiral infinita, se não fossem as crises. É preciso empresários capitalistas no sentido schumpeteriano, a saber, agente inovador capaz de "criação destrutiva". Assim, a economia brasileira, ainda no período cafeeiro, já possuía pessoas com este "espírito animal" (Keynes); com este sentido da "acumulação por si mesma" (Marx).

Se o que se argumentou acima é verdadeiro, e Furtado já dizia que o empresário do café era diferente do empresário do açúcar, então por que a industrialização não ocorreu no final do século XIX? Em primeiro lugar, é um exagero dar ao empresário da República Velha este vigor schumpeteriano[15]; em segundo as condições objetivas são sempre o determinante maior de qualquer processo social.

Por outro lado, mas na mesma linha de raciocínio se pode ocorrer industrialização por estímulo das exportações, não significa dizer que a substituição de importações não possa ser o mecanismo predominante, em um contexto histórico determinado é preciso identificar as causas da mudança e investigar entre elas qual possui relevância mais alta. Este é um procedimento para evitar as explicações monocausais, tão em voga nas ciências sociais e humanas, quando a própria física caminha na direção oposta, sem cair na "indefinição de causa", outro modismo pós-moderno. Em resumo: em uma configuração dada pode-se ter um campo de forças, mas certamente uma delas é dominante. Na economia brasileira predominou — e isto não foi isento

[15] De fato Fiori acusa a burguesia brasileira de sofrer desde sempre de "anemia schumpeteriana". Mesmo que não se concorde inteiramente com esta imagem criada por aquele Autor, o fato é que pelo menos até 1930 a burguesia brasileira era um autêntico "jeca tatu" em termos de protagonismo econômico.

de consequências como se verá mais a frente neste trabalho — o Processo de Substituição de Importações (PSI).

Este trabalho se identifica claramente com muitas das qualidades intrínsecas das análises cepalinas. Por exemplo, quando aquelas localizam problemas de Balanço de Pagamentos em uma economia exportadora. A lógica ortodoxa, considerando a baixa complexidade da economia brasileira na primeira metade do século XX, observava a economia exportadora como contabilmente superavitária, como este é um estado de desequilíbrio, e como toda ausência de equilíbrio é "anormal" e transitória, então o excesso das exportações ou as exportações líquidas ou (o que é equivalente) os ganhos monetários resultantes seriam gastos com importações. Em uma economia pensada em bases de mecânica newtoniana tão simples, mesmo quando se afirma o contrário, o sistema econômico está sendo analisado sem relações dinâmicas com as outras economias. O modelo cepalino trabalha com uma economia mundial polarizada em dois níveis conectados e com subordinação: os "países centrais", que este trabalho denomina de núcleo orgânico do sistema-mundo e os "países periféricos" que deve ser dividido em periferia e semiperiferia, se não fossem por outras razões qualificadas no marco teórico acima, seria pela impossibilidade de colocar em um mesmo plano de uma economia-mundo ou mesmo de uma economia mundial, países como o Brasil e Uganda ou Brasil e Alemanha. Seja na ótica cepalina, ou seja, na visão aqui escolhida, este é o procedimento teórico mais adequado para se entender a dinâmica complexa da economia política internacional e as relações intrincadas entre os Estados e os circuitos mercantis.

Voltando ao modelo estruturalista. Segundo aquele modelo a economia brasileira, no período, possuía uma economia exportadora com fortes ligações com o capital internacional, mas sem dinamismo interno e um setor de subsistência produtor de alimentos para o mercado interno com baixa produtividade e tecnologia atrasada. O problema central dos países periféricos não é de serem economias exportadoras, pois os países centrais, também, são exportadores[16]. A questão é: o que cada país e cada "grupo" exportam? Como as exportações se inserem no circuito internacional? Nos países desenvolvidos com alta densidade de valor agregado e tecnologia de

[16] Em uma economia-mundo em estágio avançado, como já era o caso na década de 30 do século passado, prova deste avanço foi a Grande depressão começada em 1929, todos os países estão conectados. A opção pela "autarquização" da economia só se torna possível em condições políticas especiais e dentro de um bloco de poder como foi o caso dos países do bloco soviético, contudo, mesmo dentro deste espaço era ilusório o "isolamento", dado que continuava operando a lei do valor. A contaminação destas economias de planejamento central pelas forças capitalistas do sistema-mundo faz parte da explicação de sua derrocada.

ponta, as exportações são de bens industriais e não são eles que exclusivamente determinam o nível do emprego e da renda, mas o conjunto de investimentos privado e público (I+G) mais as exportações (X). É no dinamismo tecnológico e nos ganhos de produtividade que se deve buscar o tamanho do produto daqueles países. Por outro lado, o setor exportador (se é que é possível fazer tal topologia para os países do núcleo orgânico) é parte integrante e articulada da economia agregada nacional, enquanto nos países periféricos é não apenas um ente separado, mas funciona como o motor da economia, isto é, se os impulsos dinâmicos não vierem do setor exportador, não virão de lugar nenhum.

Em relação às exportações, o papel da divisão internacional do trabalho (DIT) é, ainda, mais nítido. Se nada obsta os países centrais de exportar produtos primários (frutas, por exemplo), suas importações são basicamente de produtos primários e de matérias-primas; enquanto os países periféricos exportam produtos primários e de matérias-primas e importam bens de capital, bens intermediários e bens de consumo industriais. Neste contexto teórico se insere a "tese da deterioração dos termos de trocas". Assim, os preços relativos das trocas eram fortemente favoráveis aos países centrais, enquanto os periféricos apresentavam capacidade de importação declinante, o que levaria aos sucessivos e recorrentes estrangulamentos externos. Mesmo que a relação de preços relativos (Px/Pm) se mantenha constante, só é possível aumentar as importações, aumentando em uma proporção maior as exportações. No caso, mais comum, de queda nos preços relativos (Px/Pm), o aumento das quantidades exportadas deve ser tal que garanta o mesmo nível de importações pré-existentes. É neste sentido que o chamado estrangulamento externo funcionava como um vetor de duplo sentido. Desencadeia a substituição de importações e consequentemente a diversificação econômica e o aumento do mercado interno; para em seguida atuar como freio, pois dificulta as importações necessárias à expansão do parque industrial do país.

A grande questão que envolve o processo de substituição de importações é de que o mesmo não obedece a uma dinâmica linear. Modificando levemente o argumento de Tavares (1972, p. 46), pode-se dizer que é impossível realizar a industrialização desde o alicerce até o último andar, ou seja, não é possível substituir bens populares por bens sequencialmente mais complexos, até se atingir a última etapa de produção de bens de capital. O "edifício" da industrialização deve ter vários andares "construídos" simultaneamente.

A lógica do modelo de substituição de importações era de que os mesmos problemas eram sempre recolocados pela própria divisão internacional do trabalho. Enquanto os proponentes do modelo acreditavam na combinação de industrialização substitutiva de importações com intervenção estatal como meio de superar o subdesenvolvimento. Entretanto, a realidade mostrou não o rompimento com a estratificação do sistema-mundo, mas apenas mudanças na inserção. Na linguagem cepalina, a dualidade mudava de patamar dando origem a tese do "subdesenvolvimento industrializado". Na verdade, a ação do Estado permaneceu insuficiente para romper o círculo vicioso da subordinação. O não enfrentamento da questão agrária, da questão educacional, da excessiva concentração de renda, dos pacotes de investimento desconcentrados, do desenvolvimento tecnológico insuficiente garantiu a manutenção da subordinação numa nova posição que se deve denominar de semiperiférica.

No período de 1933 até 1955, a economia brasileira avançou dentro da camisa de força da industrialização restringida, dado que apesar do centro dinâmico ser a indústria, a acumulação de capital dependia do departamento III, produtor de bens de consumo para os trabalhadores.

> Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação de capital em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial; mas a industrialização se encontra restringida, porque as bases técnicas e financeiras da acumulação não são suficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitirá à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial. (MELLO, 1982: 110).

Segundo Bastos (2004) no final de 1937 Vargas usa o fantasma do comunismo e de outras forças políticas que, segundo a versão oficial, ameaçavam as promessas revolucionárias para de um golpe instaurar a ditadura do Estado Novo. A Ordem e o Progresso deveriam situar-se acima dos interesses mesquinhos dos diversos segmentos sociais. No começo de 1938 o Estado Novo parecia definir-se por um nacionalismo radical que prometia, inclusive, uma nacionalização progressiva de setores essenciais e de indústrias básicas. Nesta quadra histórica o governo brasileiro parecia identificar uma redução importante na entrada de capitais externos em contrapartida a um processo significativo de formação de capital nacional. A tarefa mais urgente era de mobilizar o capital doméstico para alavancar o desenvolvimento. O fato é que o chamado

“reaparelhamento nacional” resultou menos da “poupança interna” e mais dos capitais norte-americanos, o que fez o governo brasileiro deslocar-se de uma posição germanófila para o americanismo.

A questão que Bastos coloca como central é sobre os “sonhos prussianos” do presidente Getúlio Vargas. Eles existiam de fato? Foram derrotados por resistências internas? Dado o fascínio e grande poder retórico de Vargas é difícil afirmar com precisão se a decisão de “nacionalismo radical” era verdadeira ou fazia parte da política de barganha do Presidente. Contudo, não se deve esquecer que a configuração do sistema-mundo era de saída de uma Depressão mundial severa (1929-1937) e de entrada em uma guerra mundial de alta potência e esta longa conjuntura não favorecia aos países periféricos a realização de “vôos de águia”. No caso brasileiro, a escassez de recursos não só forçou a novos controles cambiais, como não eram (os recursos financeiros) suficientes para o giro dos capitais mercantis. A proteção a indústria nacional e o estímulo às substituições de importações se tornaram mais um “imperativo de Estado” do que uma política econômica.

> [...] no início de 1939, não ocorrera qualquer embate político de monta que tivesse alterado a conjuntura política interna em relação ao momento em que Vargas presumidamente tivera seu ‘sonho prussiano’, no sentido de vetar a concentração de poder reforçada desde então. O que mudara fora a conjuntura externa, em função do convite norte-americano que Vargas não hesitou em aceitar — algo pouco provável caso tivesse passado a rejeitar recursos externos cerca de um ano antes. (BASTOS, 2004: 289).

Talvez os “sonhos prussianos” de Vargas viessem misturados com “pesadelos fracassionistas” de não realização pelo menos do “reaparelhamento” subordinado à potência hegemônica.

Além dos discursos específicos dirigidos, em separado, as classes sociais específicas, não há ação positiva e objetiva no sentido de implementação de nenhum projeto “prussiano” de industrialização. Também, nunca houve posicionamento claro em favor de um capitalismo realmente autônomo, nem nenhuma negação peremptória de rejeição ao capital externo.

Se no campo discursivo, Vargas chegou algumas vezes a propor um nacionalismo radical que se sustentado em uma aliança adequada de classes sociais poderia se constituir em

uma “via prussiana” para a industrialização, isto não significaria de *per si* uma verdadeira modernização de “modelo prussiano”, pois na Alemanha o sucesso do processo modernizador contou com um conjunto amplo de medidas, incluindo elevados gastos com educação dos níveis mais elementares até o técnico e o universitário. Não se encontra nenhuma fonte que confirme nada semelhante no ideário varguista. O mais grave, porém, era que, desde 1937, o governo Vargas já articulava nos salões da diplomacia, a obtenção de recursos externos com os Estados Unidos.

Segundo Fiori (1990) em 1938, Vargas pensou em financiar a industrialização pesada com recursos nacionais, mas não teve fôlego. Em 1950, fracassou uma vez mais ao buscar o apoio financeiro dos bancos públicos internacionais sem encontrar a receptividade esperada. Na década de 70, Geisel, finalmente, completou a indústria pesada com os recursos dos bancos privados internacionais, pelos quais o País paga hoje um preço conhecido. Nesse longo percurso, que pode ser visto como uma transição de uma economia agroexportadora capitalista para uma economia industrial, nossos cafeicultores jamais foram *junkers* feudais nem tiveram vocação militar; nossos homens da guerra não eram nobres nem tinham fôlego imperial; nossa burguesia industrial era predominantemente imigrada e padecia de anemia schumpeteriana; nossos bancos preferiram sempre a intermediação mercantil e a especulação; nossa fé nacionalista foi obra, sobretudo de uma elite tecnocrática e militar que, na ausência de guerra, gerou um filho bastardo, a idéia de segurança nacional, uma ideologia substitutiva que se restringiu às casernas. Em síntese, o papel do Estado foi central em nossa industrialização, mas sua ação modernizante esteve sempre limitada por um compromisso conservador diferente do que sustentou a industrialização prussiana. É o que tentaremos mostrar na discussão mais detalhada de como se frustraram os sonhos prussianos de Vargas e Geisel

Na verdade, se o sonho prussiano de Vargas foi curto e malsucedido, a história de seu projeto industrializante foi bem mais longa e bem-sucedida. A Missão Aranha e o financiamento externo de Volta Redonda enterraram o primeiro. A construção de um aparelho institucional "[...] cuja forma incorpora, crescentemente, aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas que estabelecem um suporte ativo ao avanço da acumulação industrial" (Draibe, 1980, p.83) aplainou o caminho para o segundo. A lista das instituições criadas com o objetivo de centralizar o comando da administração econômica é infindável e ficou permanentemente em nossa história, estendendo-se pelos âmbitos da organização administrativa e orçamentária da regulação e

controle do câmbio, do comércio exterior, da moeda, do crédito e dos seguros; do fomento a certos ramos de produção e comercialização; da normalização das grandes áreas da atividade econômica; da tentativa de coordenação conjunta das atividades econômicas; da elaboração dos códigos e regulamentações dos serviços de utilidade pública; da informação estatística; da regulamentação de preços, salários e juros, etc. Um arcabouço institucional completo que, ainda quando envelhecesse, seria a matriz que viabilizaria, do ponto de vista estatal, a nossa modernização industrial.

O sucesso da estratégia prussiana implicaria, naquele momento, do ponto de vista econômico, um enorme esforço global e integrado de investimentos público e privado visando a uma industrialização pesada que não ocorreu. E não ocorreu porque esse esforço econômico suponha uma férrea articulação entre o Estado e o empresariado, que foi vetada politicamente pelas classes dominantes brasileiras, predominantemente agrárias e partidárias de um liberalismo econômico antiestatal e internacionalizante. Graças a esse veto, na entrada dos anos 50, a nossa base técnica produtiva industrial persistia criticamente dependente de importações intermediárias e de bens de capital, de forma que, apesar do limitado dinamismo industrial precedente já se havia explicitado insuficiências da base infraestrutural de transporte e energia que ameaçavam frear a expansão da economia brasileira. De maneira que a superação desses "pontos de estrangulamento" se somou à questão irresolvida da indústria pesada como preocupações centrais do segundo Governo de Vargas.

Um prussianismo desfigurado, um projeto nacional "associado", ainda que baseado na articulação entre empresa pública, empresa nacional privada e a "ajuda" estrangeira de caráter governamental. Havia, no programa Vargas, duas certezas fundamentais: o capital estrangeiro não executaria as tarefas de infraestrutura, nem a empresa estrangeira viria em novas ondas para o Brasil enquanto não estivessem criadas as bases de uma expansão industrial. E essas deveriam ser financiadas pela combinação de um esforço interno com alguma variante do Plano Marshall. Mais uma vez, entretanto, Vargas foi derrotado no problema do financiamento, na medida em que seu projeto de industrialização, já agora dissociado de qualquer projeto de Nação-potência, não contou com o apoio das elites econômicas internas nem com a ajuda financeira externa. Essa mesma limitação reaparece em outro ângulo, na evolução da política monetária e creditícia do Governo Vargas, que teve um corte marcadamente ortodoxo ou conservador. Seu primeiro

movimento (1951/52) foi presidido pelo Plano Lafer[17], programa a ser executado ao compasso de um esquema de estabilização que previa o equilíbrio fiscal e a contenção de gastos. Lafer conseguiu o equilíbrio fiscal nas contas federais, se bem que, nesses anos, o "déficit" do setor público se manteve devido às administrações estaduais. O esquema Lafer não logrou, entretanto, impor uma política contracionista de crédito. Enfrentou-se, nesse ponto, com o Banco do Brasil sob a presidência de Ricardo Jafet, o qual, desfrutando de peculiar autonomia e reforçado com os recursos oriundos da venda de licença em excesso, expandiu vigorosamente o crédito. Assim mesmo, no primeiro biênio de governo, sustentou-se uma política econômica ortodoxa, a despeito das "infrações" à "boa doutrina", que repõem a cada momento o impasse do financiamento na forma do conflito, usual na política econômica desenvolvimentista, entre a moeda e o crédito, a estabilidade e o crescimento.

O fundamental, para os efeitos deste trabalho, é que o segundo Governo Vargas marcou uma tomada de consciência e uma inflexão estratégica. A consciência de que a empresa nacional ficava aquém das necessidades impostas pelo salto industrializante e de que o sistema bancário privado era incapaz de superar os estreitos limites do crédito comercial, o que obrigava o Estado a assumir uma função financeira. Ficava claro, ademais, que o braço forte do capital nacional não estava no capital industrial e que a aliança do capital agrário-mercantil e bancário não via no Estado o *condottiere* de um projeto de afirmação econômica ou militar. Tudo isso impunha uma inflexão estratégica com a opção por um desenvolvimento associado com o capital internacional, única forma de financiar uma industrialização tardia e periférica que jamais se tomou um projeto verdadeiramente nacional, ao estilo prussiano. Uma industrialização que, ao contrário, foi puxada pelo setor de bens de consumo duráveis, com alto grau de internacionalização produtiva e dependência tecnológica e com baixo grau de articulação financeira e monopolização. Uma industrialização que, finalmente, nunca se pautou por ambições externas ou claras hegemonias internas.

[17] Programa de Reaparelhamento Econômico (também conhecido como Plano Lafer). Parte do financiamento dos projetos em questão seria feito com os recursos que seriam obtidos a partir do acordo com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e com o Eximbank, e a outra parte, na mesma proporção, com recursos em moeda nacional. Havia o compromisso, por parte do governo brasileiro, de que os recursos em moeda nacional seriam obtidos de forma não-inflacionária. A CMBEU (Comissão Mista Brasil-Estados Unidos) sugeriu a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para gerir os recursos do Programa e cujas receitas seriam oriundas de um adicional do Imposto de Renda, dividendos de participação da União no capital das sociedades em economia mista, recursos do Acordo do Trigo, entre outras, que comporiam o chamado Fundo de Reaparelhamento Econômico. (ARAÚJO, 1997, p. 3)

Uma questão se faz pertinente: por que discutir se houve ou não intenção prussiana por parte de Vargas? A resposta aqui esboçada é de que se havia ou não este desejo de Vargas (algo situado quase no terreno pantanoso do contrafactual), a questão prussiana leva a outra mais importante, qual seja, se havia intenção era possível realizar a modernização completa com recursos internos? Era possível prescindir dos capitais externos? O principal problema brasileiro, já apontado por Tavares (1985) era a inexistência de um sistema financeiro para inversões de grande porte e longo prazo de maturação. Fato é que ao longo dos anos trinta à questão do financiamento de longo prazo se somava a outras questões, como destaca Bastos:

> (a) com a percepção crescente de outras carências como a escassez de divisas para realizar importações essenciais, falta de serviços adequados de infraestrutura (energia e transporte) e insumos básicos (aço e petróleo); (b) com a idéia de que o Estado deveria coordenar a superação destes gargalhos, uma vez que o setor privado local não tinha condições ou interesse de enfrentar os riscos de investimentos nos ramos de insumos básicos e infraestrutura — caracterizados não apenas por grandes requisitos de escala, capital inicial e capacitação tecnológica, como por longos prazos de maturação e amortização dos investimentos. Levando isso em conta, não deve surpreender; (c) a propalada ausência de xenofobia do empresariado industrial, pelo menos quando se tratava de desenvolver novos ramos de produção com capitais externos; (d) a concordância dos principais líderes industriais com a defesa da participação estatal, como nas palavras de Ary Torres (1944), conselheiro no CNPIC[18], 'naquelas atividades necessárias, mas não imediatamente lucrativas para despertarem o interesse dos capitais privados'. (BASTOS, 2004: 292).

Diversos autores que investigaram o período em questão (VILLELLA & SUZIGAN, 1973: 187) E (MALAN et alli, 1977: 242) indicam o hiato substantivo entre a demanda e a oferta de fundos de longo prazo. Malan et alli chegou a mostrar, com valores em dólares ajustados, que a construção da planta e o "aparelhamento" da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) só foram obtidos graças a intermediação financeira do EXIMBANK.

[18] O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial foi criado pelo Decreto-lei n.º 5.982, de 10 de novembro de 1943, tem por finalidade fixar a política industrial e comercial do país em função das suas necessidades e possibilidades, e exercerá suas atribuições de acordo com o presente regimento e com as instruções supletivas que forem baixadas pelo Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio. (Fonte: Senado do Brasil. http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=20426)

Era possível centralizar capitais nas mãos de entes estatais capazes de atuar nos dois pólos do processo de desenvolvimento, ou seja, construindo a infraestrutura necessária ao reaparelhamento industrial e emprestando capital no volume e nas condições necessárias às necessidades do empresariado? Esta é uma questão, ainda, em aberto. È sempre muito difícil analisar o que não aconteceu sem enveredar ou por caminhos excessivamente especulativos ou através de uma investigação ampla que envolva todas as linhas de forças intervenientes. Outros países, em diversos períodos de constituição do moderno sistema-mundo conseguiram o pleno desenvolvimento capitalista, como exemplos se têm países escandinavos como a Suécia e orientais como o Japão. É neste sentido que se pode argumentar que o Brasil poderia ter atingido a maturidade capitalista sob a direção do Estado, contudo a resposta é não, quando se explicita as limitações do nacionalismo varguista e a "anemia schumpeteriana" de parte expressiva da burguesia nacional.

Outro aspecto não resolvido no governo Vargas foi da inexistência de seleção de empresas líderes em cada setor, em particular no setor de bens de capital, para centralizando os recursos disponíveis, alavancar o processo de desenvolvimento. As políticas de alianças amplas e a práxis populista do governo levava a certo imobilismo quanto a todas estas questões centrais. De modo que predominou o capitalismo estatal que inclusive era mais adequado ao espírito centralizador do Presidente:

> A constituição de empresas estatais foi, neste sentido, um meio mais rápido e direto de alcançar os objetivos que o poder regulatório do Estado Novo varguista (entendido como a capacidade de realizar finalidades induzindo atividades privadas na direção desejada) não se mostrara ou bem capaz de realizar, ou bem disposto a realizar — se retido estivesse, a uma distância segura, da intervenção direta no sistema de produção. (BASTOS, 2004: 300).

Concorda-se com a opinião de Bastos de que mesmo admitindo-se que Vargas tenha sonhado "os sonhos prussianos", estes não foram explicitados como política de Estado, ou porque se reavaliou as dificuldades de implementá-la; ou porque uma alternativa mais fácil surgiu com a cooperação dos Estados Unidos. Assim, longe de ter sido "empurrado" para fora por forças

conservadoras nacionais, o varguismo foi "puxado"[19] pela estratégia norte-americana de neutralizar forças anti-sistêmicas, mesmo que inicialmente apenas nacionalistas, que representavam ameaças ao equilíbrio de poder no sistema interestatal da economia-mundo, liderado por aquele país do Norte.

Ao lado da inexistência ou inaplicabilidade dos "sonhos prussianos" ou pelo menos de um nacionalismo radical e eficiente na centralização de recursos e na eleição de empresas líderes que funcionassem como "locomotivas" do desenvolvimento capitalista; também não predominou os "sonhos liberais" de parte das nossas elites. Para não se cair em anacronismos e contrafactuais desnecessários, deve-se admitir que o melhor que a História pode registrar foi a industrialização dependente dos capitais externos e limitados por eles.

Três características básicas nortearam o papel do Estado brasileiro durante aproximadamente 30 anos, ou seja, 1930-1960:

(a) Em primeiro lugar, o controle das relações entre o trabalho e o capital, em favor deste último. É claro que não houve linearidade de ação nas três décadas, dado que o período varguista apesar do controle, principalmente dos Sindicatos, o que prejudicou a constituição de uma classe trabalhadora independente, promoveu direitos trabalhistas e sociais que ainda são fundamentais nos dias atuais. O que se deseja destacar aqui é que o Estado nem é um ente abstrato e acima das classes e dos respectivos conflitos nem é um simples e atencioso gerente do Capital, para obter hegemonia é preciso defender um pólo, mas não deixar de realizar políticas de apoio ao outro polo:

(b) Em segundo lugar, o Estado capitalista brasileiro foi muito além do papel de coordenação dos mercados, pois o mesmo atuou fortemente como grande investidor e controlador de empresas, dado a escala nem sempre suficiente do capital privado nacional;

(c) Por último o Estado favoreceu a acumulação de capital fornecendo insumos baratos (energia elétrica malha ferroviária, etc.); e bens-salários (alimentos principalmente) que desoneravam muito os custos de produção das empresas.

[19] Compreenda-se por "puxado" não um processo completamente passivo. Quando alguém é arrastado pelas águas violentas de um rio não há nenhuma razão para se acreditar que não houve resistência até o limite das forças do afogado. É possível que tenha ocorrido alguma resistência inicial do Presidente Getúlio Vargas. A questão é que a análise baseada no marco teórico do sistema-mundo parte de supostos como hegemonia, conflito de classes e da arquitetura de forças baseada no sistema interempresas e no sistema interestatal, e não no desempenho isolado do sujeito histórico. De todo modo, o papel de Vargas, sua dubiedade, suas discursos diferentes para auditórios diferentes continua sendo matéria-prima para a historiografia brasileira. Em relação a este grande estadista brasileiro, muitos fatos e eventos é, quando muito, verossimilhança.

O grau de intervenção do Estado na economia chegou ao um nível de "sintonia fina", de modo que através da política fiscal elevavam-se os preços dos insumos e máquinas importadas para as indústrias com problemas de demanda efetiva (oferta de bens finais acima da demanda real) e reduzia-se, substancialmente, os preços dos bens importados para as indústrias nascentes e que se desejava uma ampliação da capacidade produtiva. Oliveira (2003) tem muito razão quando afirma que: "a estatização é uma forma de socialismo dos tolos".

Existe todo um imaginário que associa a "industrialização restringida" de 1930-1955 ao nacionalismo. Já se observou que este é um discurso construído pelas elites como requisito de legitimação. Não é só. Na verdade, a ausência do capital internacional foi um dado objetivo e rígido do cenário internacional. Na década de 30, as economias centrais lutavam contra a Grande Depressão (1929-1939) e saíram daquela para entrarem em uma guerra de alta potência destrutiva. Com o final da II Guerra Mundial, o capitalismo precisa se reconstruir, pois mesmo apenas do ponto de vista puramente simbólico não haveria interesse para a civilização burguesa ocidental, manter a Europa (o berço do capitalismo) destruída. Além do mais era preciso barrar o perigo comunista e neste sentido as agressões dos japoneses precisavam ser esquecidas para que se constituísse uma muralha de retenção contra o Bloco soviético na Ásia. Dito de outra maneira, de 1930 até 1955 não havia capitais excedentes para a periferia. Nessa verdade indiscutível se esboroa a tese do nacionalismo das elites brasileiras. Não significa dizer que não tenha havido atitudes nacionalistas, contudo elas representavam muito mais a ausência de outras opções.

3. Depois de Vargas: internacionalização da economia, Plano de Metas e Golpe de Estado.

Com o fim trágico de Vargas, é eleito o Presidente Juscelino Kubitschek que põe em movimento acelerado a economia nacional, via o Plano de Metas. Todos os interesses setoriais são subordinados ao interesse maior da industrialização acelerada. Muitos aspectos importantes separam a Era JK da Era Vargas, tais como a abertura acentuada e direta ao capital internacional, quando Getúlio Vargas preferia o instituto das *joint-ventures*[20]; e o peso dado ao Departamento

[20] Trata-se de um empreendimento conjunto formado por uma sociedade de empresas para explorar determinado setor econômico, onde cada uma delas mantém sua personalidade jurídica. Uma grande vantagem das joint-ventures é a forma como o capital total é composto, pois é possível, principalmente em se tratando de um Estado Nacional, manter o domínio e o controle sobre o negócio.

de produção de Bens de Consumo Duráveis entregue ao capital externo. No aspecto central, pode-se afirmar que o Governo de Juscelino foi continuação do varguismo. Isto é, a presença forte do Estado e das empresas estatais na economia e a manutenção da "anemia schumpeteriana" como norma.

Plano de Metas além de complementar a industrialização corrigindo os pontos de estrangulamento existentes avança com um pacote de investimentos estatais, principalmente em infraestrutura que alavanca o setor privado da economia, tanto o nacional quanto o externo. Fato importante foi a habilidade política do Presidente Kubitschek em equacionar os conflitos e interesses internos e de explorar as contradições intercapitalista externas, particularmente aquelas que dividiam o capital norte americano do capital alemão. Desse modo é indiscutível o papel desempenhado pelo período JK na industrialização brasileira:

> A indústria de transformação cresceu à expressiva taxa média anual de 10%, aumentando sua participação no PIB de 20% para 26%. Com a execução do Plano de Metas, em 1962, a indústria ganhava maior complexidade e interdependência, reduzindo o peso relativo do setor de bens de consumo não-duráveis para 37,5% do produto industrial; o de bens intermediários subia a 39,8% e o de bens de consumo duráveis e de capital chegava a 22,7%. Enquanto os ramos de bens de consumo não-duráveis cresceram à média anual de 8%, os de bens intermediários o fizeram a 11% e os duráveis e de capital a 25%. Setores como o químico, metalúrgico, mecânico e da borracha mais que duplicaram a produção, enquanto o de material elétrico era multiplicado por cinco e de material de transporte por oito. Em 1962, a produção de aço atingia 2,5 milhões de toneladas, enquanto a iniciante indústria de material de transporte produzia 75 mil automóveis, 116 mil veículos de carga e 2 mil tratares". (CANO, 2000: 62).

O Governo de JK e o Plano de Metas representaram uma mudança profunda nos rumos da economia e da política econômica no Brasil. Em primeiro lugar, o setor industrial continuou sendo favorecido, mas não o Departamento I e sim o Departamento III, ou seja, a produção de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e automóveis. Por que a escolha do Departamento III como condutor privilegiado da Acumulação de Capital no Brasil, naquele período? A primeira vista poder-se-ia pensar que o Departamento I já estivesse todo instalado, contudo isto não é verdadeiro, nem na lógica restrita localizada naquela conjuntura, nem numa visão mais ampla e estrutural, pois nos países periféricos, aquele Departamento nunca atinge a

maturidade verificada nos países centrais, sem considerar que as sucessivas ondas de inovações tecnológicas modificam rapidamente a composição técnica daquele Departamento.

Se não há um problema de saturação ou de superinvestimento no Departamento I, então porque mudar o padrão? A resposta pode ser encontrada nos vinte e cinco anos (1930-1955) de forte e persistente concentração de renda que gerou uma nova classe média com uma demanda permanentemente reprimida por televisores, geladeiras, equipamentos de som e automóveis. Por outro lado, mas não menos importante, depois da reconstrução do mundo capitalista ocorreu um aumento da liquidez internacional e necessidade de exportação de capitais para os países da periferia.

Do exposto acima, pode-se deduzir que a internacionalização da economia brasileira patrocinada pelo Plano de Metas, também, foi dependente do excedente de capital externo. De outra forma, pode-se argumentar que: se o nacionalismo de 1930-1955 foi em boa medida o resultado da escassez de capital; o chamado "Modelo Dependente Associado" se viabiliza em uma conjuntura de grande liquidez externa. Não é apenas o desejo e a vontade política do governo e das elites brasileiras que determinam o crescimento, mas a permanente necessidade do Capital de se autovalorizar, no caso através da exportação para países "menos" capitalistas e sem "congestionamento" de capitais.

O principal instrumento de atração e captação de capitais externos foi um conjunto de Normas denominadas de Instrução 113 da Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC). A mesma estimulava a entrada de capitais sem cobertura cambial, com garantias ao capital estrangeiro de importações de máquinas e equipamentos em condições facilitadas. O resultado mais importante em termos de estrutura econômica e produtiva e da Acumulação de Capital foi a associação do capital nacional ao internacional para obtenção daqueles privilégios.

Além da Instrução 113 da SUMOC, iniciou-se internamente uma política deliberada de poupança forçada, através da inflação. Os trabalhadores aceitaram o mecanismo de transferência de renda por meio da inflação por dois motivos principais:

(a) em primeiro lugar porque estavam trocando inflação por emprego e nova renda, ou seja, mesmo quando a renda antiga perdia valor real, o conjunto dos trabalhadores, no sentido macro e as famílias, em um sentido micro, recebiam novas rendas;

(b) em segundo lugar porque o Nacional-Desenvolvimentismo foi uma poderosa ideologia de coesão social da "grande nação". É sempre muito difícil colocar-se contra o

desenvolvimento nacional. Há sempre um risco de isolamento para quem questiona a idéia de Nação e de nacionalismo.

Cabe destacar que esta não foi a única vez que um grupo político dirigente prometeu levar o país para o primeiro mundo, mas certamente foi a primeira que pareceu verdadeira no quadro de Guerra Fria e forte expansão global do capitalismo mundial. Afinal os "Anos Dourados" (Hobsbawm) poderia, quiçá, ser para todos. Em oposição ao comunismo, um capitalismo político e economicamente democrático. A crise do início dos anos sessenta mostrou, para o Brasil e a crise dos anos setenta confirmou, para todos os países, que não se rompe facilmente a hierarquia do sistema-mundo. Deslocamentos da Periferia para a Semiperiferia são possíveis, contudo chegar ao Núcleo Central é tarefa dificílima, como tem mostrado a história mundial.

A constituição de um sistema, onde o capital nacional se especializava na produção de bens de consumo, principalmente não-duráveis; o capital externo na produção de bens de consumo duráveis; e o capital estatal ficava responsável pela produção de bens de produção, isto é, o tripé da economia brasileira precisava a mediação e a coordenação permanente do Estado Nacional. Aquele sistema gerou efeitos em cadeia, através de demanda direta, demanda derivada, e do alto consumo produtivo, de forma a beneficiar os três setores. Na verdade, a adesão incondicional do capital nacional, como sócio menor, só pode ser explicada pelas altas taxas de lucros auferidas.

É importante registrar que mesmo com todos os ganhos quantitativos e da constituição de um setor produtor de bens de produção, o Plano de Metas não evitou as assincronias e desequilíbrios entre os setores. Em particular, o Departamento de bens de capital controlado pelo Estado não conseguiu acompanhar a velocidade de acumulação e concentração que se verificou no Departamento de bens de consumo duráveis. A alternativa encontrada foi a importação de máquinas e equipamentos, o que aprofundou a dependência e a vulnerabilidade externa.

Desse modo é inegável que o Plano de Metas foi exitoso, pois criou uma base industrial forte, principalmente no contexto da semiperiferia, e permitiu um tipo de articulação inter-setorial complexa que permitiu a expansão acelerada, inclusive do setor de bens de capital de propriedade nacional, contudo o uso de projetos concebidos em economias mais desenvolvidos e com tecnologia avançada exigiam máquinas e equipamentos importados e cujo

custo de aquisição requeria inversões que o frágil setor financeiro nacional não estava preparado para atender, provocando novos desequilíbrios externos e obstáculos ao próprio processo de acumulação. Em síntese: o Departamento produtor de bens de capital nacional sofreu não apenas e não mais de uma "anemia schumpeteriana" natural, mas de uma aguda "anemia" induzida pelo mesmo processo de acumulação vitorioso.

Significa que a política desenvolvimentista do Presidente Juscelino Kubitschek criou, ou aprofundou (seria mais adequado), os desequilíbrios estruturais que tornaram muito difícil a construção de um desenvolvimento capitalista autônomo. O padrão de desenvolvimento ficou inconcluso. Os militares aumentaram ainda mais a vulnerabilidade e a dependência da economia brasileira ao centro capitalista. Mas esta é outra história.

As lutas permanentes travadas durante os anos cinqüenta pelas classes sociais no Brasil levavam a uma situação de instabilidade que deveria ser resolvida pela reconstituição de um poder eficiente. A burguesia brasileira não estava capacitada a continuar exercendo o poder direto. Quando a ditadura velada torna-se incapaz de controlar as "classes inferiores", é chegada a hora da ditadura aberta. Em primeiro de abril de 1964 as classes dominantes entregam o poder direto aos militares para manter o poder indireto e seus interesses de longo prazo. A democracia liberal foi para o baú dos inservíveis, ficou sem valor de uso. A Constituição foi rasgada e um Governo legitimamente eleito foi derrubado. Depois atrasaram o calendário para 31 de março e chamaram o Golpe de Revolução. A vitória das forças conservadoras representou a continuidade, em condições mais seguras, dos planos e do padrão exitoso no período do Presidente Juscelino. Se as forças populares tivessem vencido o padrão de desenvolvimento subordinado poderia ter sido superado, mas isto já é contrafactual, pois as forças conservadoras não só levaram a melhor, como incrementaram a subordinação da economia brasileira aos centros hegemônicos.

A década de sessenta é fundamental para o entendimento global do desenvolvimento econômico brasileiro na sua fase "de capitalismo monopolista". Falar de um capitalismo monopolizado não significa referir-se a um capitalismo avançado, nem autônomo. A economia brasileira possuía dois "nós górdios": (a) a questão do baixo dinamismo tecnológico e (b) um sistema ineficiente de financiamento do capital produtivo.

O quadro nacional tanto em termos de condições econômicas, quanto políticas no começo de 1964 podem assim ser descrito:

(a) as funções do Estado haviam se ampliado bastante, não apenas as de caráter produtivo (empresas estatais), assim como aquelas de caráter de coordenação, o que correspondeu à criação de inúmeros instrumentos de política econômica;

(b) o perfil industrial assemelhava-se ao de uma economia madura, com os departamentos de bens de produção e bens de consumo duráveis bastante evoluídos, embora sem um potencial de realização da produção que garantisse um dinamismo de longo prazo;

(c) a economia sofria uma desaceleração do produto e tinha baixa capacidade de resposta àquela desaceleração iniciada em 1961-1962. Os elementos mais resistentes a uma recuperação rápida eram os desequilíbrios estruturais herdados do Período Juscelino:

(d) a economia se ressentia da ausência de mecanismos de financiamento mais robustos e com capacidade para estimular os investimentos públicos e privados;

(e) o uso da política cambial, que teve papel fundamental nos anos quarenta e cinqüenta havia perdido sua virtualidade e se esgotara como alternativa de administração da absorção interna e do equilíbrio do Balanço de Pagamento.

(f) a economia estava vitimada por uma taxa de inflação em ascensão;

Diante do quadro esboçado acima e com o acirramento dos conflitos de classes, ocorre o Golpe Militar de abril de 1964. No plano político, o movimento buscou uma reorganização das classes dominantes em torno de um novo projeto social, que excluía as soluções postas em pauta pelos segmentos populares e pelo Governo democrático de João Goulart, colocando-se em andamento um novo processo de decisório (autoritário) para a implantação de reformas que reorganizasse o capitalismo brasileiro.

A constatação de Marx de que os limites do capital é o próprio capital mostrou toda sua força no inicio da década de 60 no Brasil. Após a "farra" da segunda metade dos anos 50 veio uma forte "ressaca". A acelerada acumulação de capital e os desequilíbrios internos e externos promovidos pelo Plano de Metas exigiram duas medidas antagônicas, a saber: manter a taxa de acumulação e corrigir os desequilíbrios. Por outro lado, a burguesia industrial se fortalecera muito e já não desejava manter-se prisioneira do pacto populista. Havia nitidamente uma fratura na aliança das classes dominantes. Do ponto de vista das classes trabalhadoras havia mudanças importantes:

(a) deixava de existir as condições econômicas e políticas para atender minimamente as demandas dos "de baixo";

(b) as lideranças tradicionais perdiam terreno para novas lideranças ligadas a uma nova esquerda;

(c) a ideologia nacional-desenvolvimentista não mais "cimentava" um esforço inter-classes, ou seja, as classes populares pretendiam se transformar em autênticos sujeitos históricos.

Os anos 60 registram uma contradição insolúvel na sociedade brasileira, pois não havia alinhamento entre o padrão de acumulação, puxado pelo Estado; o ordenamento político e a movimentação das classes sociais. Do ponto de vista estritamente econômico duas alternativas se apresentavam, ou seja, aumentar a oferta monetária de forma inflacionária ou obter empréstimos internacionais e submeter-se as políticas restritivas dos organismos internacionais. Ambas eram de custo político altíssimo e destruiriam (como destruíram) por dentro o populismo.

As diversas frações da burguesia encontraram a solução, sempre disponível de desistir do poder direto, via alguma forma de "bonapartismo", os militares foram chamados. Era preciso esquecer as veleidades da democracia burguesa e marchar atrás dos "tambores" militares, dado que os objetivos históricos de longo prazo das classes dominantes estavam efetivamente sob ameaças, já que as classes subalternas se negavam a cooperar, suportando estoicamente os custos da "festa" dos 50. Para toda sociedade civil era preciso que se ouvisse "um rumor de botas" por vinte longos e tenebrosos anos.

4. Ajuste recessivo, "Milagre econômico", Crise dos anos setenta e fim de um ciclo de acumulação.

A política econômica implementada no pós-golpe de 1964 não visou alterar as bases sobre as quais se sustentava a economia brasileira, nem muito menos almejou uma alteração no padrão de acumulação. O que a burguesia pretendeu, apoiou e estimulou foi que os militares e seus tecnocratas fizessem adequadamente e sem outras restrições aquilo que o regime populista não mais podia fazer. Contudo, não basta ter poder, por mais absoluto que seja para fazer uma sociedade sair de um impasse. Era preciso "purgar" a crise. Era preciso deixar, ou melhor, facilitar o "derretimento" de capital para que a economia voltasse a crescer. De 1961 a 1967 o país viveu uma crise econômica que tinha duas características:

(a) possuía uma estabilidade política quase perfeita, isto é, algo além de uma paz eterna, algo parecido com uma paz de cemitério, pois os militares rapidamente controlaram todo aparelho de Estado:

(b) o grande poder da ditadura permitiu com bastante tranquilidade administrar a longa recessão.

Os problemas de fundo do governo militar eram os mesmos do regime populista, ou seja, obtenção de recursos para manter o ritmo de acumulação e o controle inflacionário. O principal mecanismo utilizado para alcançar crescimento alto com baixa inflação foi o de intensificar o nível de exploração sobre a classe trabalhadora conjugado com o aumento da concentração de capital e consequente aumento da eficiência econômica. O prolongamento da jornada de trabalho, através das horas extras, deu aos trabalhadores a ilusão de aumento das rendas do trabalho assalariado (aumento nominal) associado à "democratização" de acesso ao mercado de trabalho de mulheres jovens e crianças. A combinação dos dois movimentos gerou um terceiro movimento, que foi a queda do salário real pelo excesso de oferta da força de trabalho em relação a demanda da mesma. Estas alterações no mercado promoveram um considerável aumento nas taxas de lucro. Redescoberta a velha mágica, foi só usar ao máximo possível.

Garantido o mecanismo real de acumulação de capital, através do aumento do grau de exploração, restava garantir os mecanismos financeiros que sustentassem o processo. Mais uma vez o endividamento é utilizado em larga escala. Durante toda a década de 60 até 1973, o mercado financeiro internacional permaneceu em um nível de alta liquidez. Tratava-se de um mercado de oferta, onde os emprestadores procuravam os governos dos países periféricos com prazos alongados e taxas de juros baixas. O "Santo" que não conseguisse operar um milagre nestas condições (crise recessiva administrada entre 1962-1967; superexploração dos trabalhadores; destruição das lideranças sindicais; Congresso Nacional domesticado e alta liquidez internacional) por certo seria "descanonizado".

O problema da crise que se instalou em 1974 é que as leis de funcionamento do sistema capitalista de produção de mercadorias se assemelham, no sentido da inevitabilidade, com a lei da gravidade, isto é, não é possível revogá-las por decreto. Na verdade o ponto de contato entre a crise do petróleo e a crise do milagre foi o enxugamento da liquidez internacional. Quando o capital escasseia, a taxa de juros se eleva, os prazos são encurtados e a "ficha" do

cliente volta a ser o principal parâmetro definidor para concessão de dinheiro novo ou para renegociar dívida antiga.

A economia brasileira seguiu nos anos setenta em "marcha forçada" como na definição insuperável dada por Castro e Souza (1985)[21]. Três elementos complicadores levam a crise do "milagre" à crise do Regime:

(a) o forte investimento em capital fixo que ocorreu na década de cinquenta foi depreciado, em alguns casos de forma acelerada, alguns setores deixaram de contar, inclusive, com capacidade ociosa planejada nos anos sessenta. Na crise dos anos setenta eram necessárias novas encomendas de investimentos na Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), exatamente no momento em que a fonte secou;

(b) desapareceu a alternativa de o capital produtivo obter recursos no mercado financeiro interno quando ocorreu uma equalização entre as taxas de juros interna e externa. Assim, o Ornitorrinco[22] que nasceu nos anos cinquenta atingiu a maioridade, com todas as suas deformidades, nos anos setenta, tornando-se um velho decrépito nos anos noventa;

(c) entre as classes trabalhadoras havia uma forte dualidade. De um lado, uma massa que apresentava níveis de esgotamento e que não podia sofrer maior compressão salarial sob risco do padrão de vida e do consumo cair abaixo do nível de subsistência; de outro um setor qualificado e concentrado na região do ABC paulista em empresas de grande porte e alta lucratividade. Aqueles trabalhadores sabiam e possuíam uma liderança convencida de que era possível forçar o conflito distributivo, no sentido de no mínimo recuperar as perdas passadas. Foi exatamente isto que eles fizeram dando início a um ciclo de mobilizações, incluindo greves de massas, que mudou para sempre o país.

As reformas implantadas pelo primeiro Governo Militar seguiram duas diretrizes, ambas expressas no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). A primeira procurou estancar os desequilíbrios crescentes da economia, particularmente a inflação. Assim, se instituiu um duro programa anti-inflacionário acompanhado de várias reformas na legislação econômica, principalmente na política salarial. Cabe registro que na visão plasmada pelo PAEG, a causa

[21] Insuperável como definição não como interpretação, pois apesar da validade da obra, existem excelentes interpretações alternativas como Fishow (1986) e Lessa (1978).

[22] Metáfora zoológica e darwinista de Francisco de Oliveira, representativa segundo o autor da sociedade e da economia brasileira. Assim descrita: magro, sustentando uma cabeça enorme (macrocefalia), que é o sistema financeiro e com pernas anêmicas, que são as desigualdades sociais e a pobreza.

básica explicativa do processo inflacionário era uma distribuição inconsistente da renda nacional: (a) gasto público superior ao deslocamento do poder de compra do setor privado, sob a forma de impostos ou de empréstimos públicos; (b) inadequação entre a propensão a consumir, decorrente da política salarial expansiva, e a propensão a investir das empresas.

A segunda diretriz serviu as chamadas reformas estruturais, que são bem resumidas em quatro pontos: (a) um novo mecanismo de financiamento não inflacionário ao crescimento econômico; (b) uma reforma tributária; (c) uma reforma do aparelho de Estado; e (d) uma montagem de um sistema de planejamento de longo prazo.

Esta nova estrutura de financiamento do crescimento copiou largamente o modelo institucional dos países centrais, em especial os Estados Unidos. Contudo, a estrutura teve um acabamento que a diferenciou em três aspectos fundamentais àquelas dos países de capitalismo maduro:

(a) um sistema de financiamento dos gastos públicos centralizado no âmbito federal e que não conseguia acompanhar os gastos crescentes do Estado exigidos pelas características da estrutura de investimentos, aspecto este agravado por uma tendência estrutural para a renúncia fiscal;

(b) um sistema financeiro em que, no segmento privado, dominam as operações de curto e médio prazo, ficando as operações de longo prazo restritas e adjudicadas ao segmento oficial e aos repasses de créditos do exterior, funcionando os bancos privados como meros agenciadores;

(c) um padrão monetário não conversível e "esquizofrênico", com dois tipos de moedas: a moeda corrente utilizada para compensação financeira de todas as demandas transacionais (incluindo o pagamento dos salários) e; a outra é a moeda dos contratos, dos títulos públicos e privados com cláusulas de indexação monetária e cambial.

Apesar de manter um conjunto de políticas desenvolvimentistas, os Governos militares optaram conscientemente por garantir as relações de poder do sistema-mundo e sua configuração Centro-Semiperiferia-Periferia. A ditadura militar reforçou o peso econômico e consequentemente político do grande capital internacional e seu sócio minoritário, o grande capital nacional, como bem registrou Fiori:

> Escudados pelo mais longo plano de estabilização em nossa história republicana, as inumeráveis frações agrárias, mercantis, financeiras e industriai e os vários setores da

> classe média, congregados no apoio ao golpe militar, sustentaram (entre 1964 e 1968) feroz luta por uma hegemonia que acabou nas mãos da grande empresa privada e pública, nacional e internacional. Como golpe dentro do golpe, de 1968, afirmava-se definitiva a supremacia da burguesia monopolista internacionalizada, a qual, em estrita aliança com o Estado, comandou o novo ciclo de expansão industrial que, entre 1968 e 1974, logrou diluir os principais conflitos, satisfazendo as demandas das várias frações dominantes e aliviando as expectativas da classe média. (FIORI, 1984: 187).

Todas as políticas econômicas dos militares, incluindo a política salarial e a política de crédito, foram no sentido explícito de acelerar a acumulação do grande capital e de concentrar os capitais ao máximo. Ao grande capital foram fornecidas as melhores condições de crédito, de financiamento e incentivos cambiais. A forte oligopolização da economia brasileira permitiu que estas empresas comandassem todo o processo de crescimento econômico em um nível de concentração de ativos, riqueza e renda nunca dantes visto.

Falar de favorecimento ao grande capital não significa que o Estado brasileiro durante a ditadura militar tenha sido monolítico, antes ocorreu o contrário. Como o sistema era fechado e infenso à opinião pública, os agentes políticos dos grandes capitalistas assaltaram o Estado e promoveram uma "enfeudação" do poder central que só se resolvia ao nível do núcleo duro do executivo. Como vislumbrou corretamente Fiori:

> Politizada a competição econômica, e estatizada a organização e luta entre os vários grupos de interesses fragmenta-se o aparelho de Estado, atravessado pelas contradições e conflitos que perpassam a sociedade. Cada um de seus ramos assume a representação de interesses particulares, quando não é, ele mesmo, segmentado por várias coalizões de interesses [...]. Essa dinâmica conduz à criação, no limite, de um núcleo central, cada vez mais reduzido, onde 'parlamentam' em torno da Presidência da Republica, o alto comando da política econômica e das forças armadas [...]. Nele tomam-se decisões fundamentais. Dele alimentam-se as ilusões relativas à suposta autonomia do Estado. (FIORI, 1994: 195).

Por outro lado o apoio ao setor financeiro já aparece em 1964 com a Reforma do Sistema promovida pelas Normas contidas na Lei 4595/1964. A chamada especialização financeira proposta como forma de aumentar a eficiência não conseguia encobrir os objetivos de concentração do capital financeiro. Resta lembrar que o grau de concentração aumenta com a

associação que ocorre entre grandes grupos bancários nacionais e conglomerados financeiros internacionais. Este conjunto de medidas e de políticas reforçaria um poderoso setor bancário descolado do setor financeiro. Infelizmente, a possibilidade de criação de um capital financeiro endógeno (enquanto combinação dos capitais industrial e bancário nacionais) nunca esteve na pauta dos militares e se chegaram a cogitar tal hipótese, ela foi superada pelo Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. (II PND).

Com o saneamento promovido pelo PAEG (uma autentica cirurgia sem anestesia no "corpo" social e permitida apenas em um regime autoritário) as condições estavam maduras para um novo ciclo de crescimento. Em primeiro lugar, porque a recessão administrada no período 1964-1967 "derreteu" a quantidade necessária de capital para que os capitais sobreviventes sofressem substantiva valorização e ganhos de eficiência, fato este que os "pugilistas alugados" da burguesia não citam em uma verdadeira crise de "amnésia ideológica"; em segundo porque o conjunto da economia mundial mantinha-se em crescimento acelerado, ou seja, o período representou a fase ascendente de curto prazo (ciclo de Juglar) em um ciclo de longo prazo que vinha desde o final dos anos quarenta, tratou-se, em verdade, da fase expansiva do 4º Kondratieff.

A expansão 1968-1974 tem várias causas, como o aumento do papel econômico do governo, os investimentos em infraestrutura (alguns nitidamente megalomaníacos); e a massificação do consumo das classes médias e alta. Entretanto, a principal causa do "Milagre" foi a oferta abundante de capital-dinheiro nos mercados internacionais. Significa dizer que a economia cresce apoiada no endividamento externo, contudo este é o lado real da utilização dos recursos internacionais, qual o lado estritamente financeiro do processo? A resposta é simples: na conversão cambial, o capital financeiro acumulava-se nos bancos. Era como se as entidades bancárias fizessem um re-empréstimo aos agentes tomadores, principalmente o setor produtivo. Com o aumento exponencial da dívida pública interna[23] nos anos setenta, em particular pelo fato do Estado ter se tornado o principal tomador de empréstimos externos, o setor financeiro passa a ter um papel e um poder supremo sobre o conjunto da economia.

Os problemas de desequilíbrios financeiros na economia brasileira não param nas questões discutidas acima, nem param no tempo. Com a crise de meados dos anos setenta, o setor

[23] Os empréstimos promoviam à entrada de moeda internacional, o que provocava um aumento acentuado da liquidez interna, a forma encontrada para balancear o excesso de liquidez era a emissão de títulos do governo. A emissão dos títulos elevava as taxas internas de juros.

produtivo resolveu garantir as taxas médias de lucros e até aumentá-las, especulando no mercado financeiro. Do ponto de vista daquilo que os economistas ortodoxos chamam de racionalidade dos agentes econômicos, é impossível criticar os agentes pela prática especulativa. Quando as condições de lucratividade material são ameaçadas, uma saída é a autovalorização fictícia do capital. Se a economia nacional tivesse sido dotada de conglomerados financeiros que interligasse o capital produtivo com o capital financeiro, outro seria o resultado: a economia teria desenvolvido linhas de força capazes de sustentar um desenvolvimento autônomo, contudo, sabe-se, foi exatamente o contrário que ocorreu e, em boa medida, como decorrência das políticas aplicadas nos anos sessenta e aprofundadas nos setenta.

A eleição do Presidente Ernesto Geisel ocorreu na inflexão do ciclo que produziu o "Milagre" (1968-1974)[24]. É importante compreender três elementos constituintes do ciclo, a saber: (a) primeiro, no caso brasileiro, ele encerra um período de crescimento acelerado, mas de curta duração; (b) segundo, a liquidez internacional aumenta rapidamente com o excesso de receitas do petróleo, o que permite uma nova recuperação de curto prazo com endividamento; (c) terceiro, a aparente solução de curto prazo, encobre uma crise estrutural que se arrasta até hoje.

O padrão de acumulação de capital, em grande medida herdado do período JK, se caracterizava pela posição subordinada do capital nacional no Departamento produtor de bens de capital e pela relação de "simbiose parasitária"[25] entre o capital financeiro internacional e os diversos segmentos da economia brasileira. Já se discutiu em outras partes deste trabalho, que esta situação foi induzida e comandada pelo Estado brasileiro desde o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, entretanto os governos militares reforçaram estas tendências através da utilização de vários mecanismos, como a Resolução 63, O Decreto 55.762/65[26] e a Lei 4131[27]

[24] Em 1973-1974, ocorreram a passagem para fase recessiva do ciclo médio endógeno (Ciclo de Juglar) com o advento da "fase b" do ciclo longo (o Quarto Kondratieff). A fase recessiva do ciclo médio sobreveio com violência, trazendo: aumento do desemprego, queda da produção industrial e ressurgimento da inflação. Ou seja, a inflexão de 1973-1974 combinou duas recessões: uma de ciclo médio e outra de ciclo longo.

[25] Em uma simbiose parasitária a associação, de certa forma, é proveitosa para ambos, daí o termo simbiose. Contudo, o parasitismo advém do fato que a relação não é equivalente, não é proporcional, muito menos é isonômica. O agente mais frágil fornece mais do que recebe, podendo assim comprometer sua própria existência.

[26] O Decreto 55.762/65 que regulamenta a Lei 4131 no seu Artigo 1º define que para os efeitos deste decreto, consideram-se capitais estrangeiros os bens, máquinas e equipamentos, entrados no País sem dispêndio inicial de divisas, destinados à produção de bens ou serviços, assim como os recursos financeiros ou monetários ingressados para aplicação em atividades econômicas, desde que pertençam em ambas as hipóteses, a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior

Os dispositivos legais acima citados facilitaram a tomada de créditos externos beneficiando as grandes empresas estrangeiras e suas associadas nacionais, através de diversos meios: (a) acesso ao crédito externo por empresas não financeiras; e (b) crédito para aplicação de curto prazo (capital de giro).

O objetivo estratégico mais importante do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) era retomar a configuração do Plano de Metas. Articulando pacotes de investimentos estatais de forma a auxiliar o crescimento da indústria nacional de bens de capital. Frente à "anemia schumpeteriana" da burguesia nacional, o Estado proveria grandes investimentos em infraestrutura, incentivos e financiamento. Mas, há sempre "uma distância entre a intenção e o gesto"[28]. Ou como dizia Keynes: "Entre a taça e os lábios há vários percalços". Na intenção de reconfigurar o Plano de Metas a taça se estilhaçou no chão.

Segundo Fiori (1990) as contradições do papel reservado ao Estado são exponenciadas no período Geisel, quando se monta, cronológica, política e economicamente, a crise atual, a mais profunda e definitiva desse padrão de industrialização. Como se sabe, o projeto nacional de Geisel respondeu a uma desaceleração do ciclo industrial interno e a um choque externo, propondo "(...) levar adiante o desenvolvimento em meio à crise e ao estrangulamento externo, através da reestruturação do aparelho produtivo" (Castro: 42), numa estratégia integrada por duas diretivas mutuamente articuladas. A primeira propunha um novo padrão de industrialização, cuja liderança dinâmica estaria na indústria pesada. Reassumia-se portanto, "(...) o projeto de industrialização nacional, que teve como primeiro grande marco a batalha pela moderna siderurgia (...)" (Castro, 1985: 54), e definia-se a empresa pública como seu agente

---

[27] A Lei 4131 de 03/09/1952 estabelece nas disposições referentes ao crédito, nos Artigos 37, 38 e 39 que: Art. 37. O Tesouro Nacional e as entidades oficiais de crédito público da União e dos Estados, inclusive sociedades de economia mista por eles controladas, só poderão garantir empréstimos, créditos ou financiamentos obtidos no exterior, por empresas cuja maioria de capital com direito a voto pertença a pessoas não residentes no País, mediante autorização em decreto do Poder Executivo; Art. 38. As empresas com maioria de capital estrangeiro, ou filiais de empresas sediadas no exterior, não terão acesso ao crédito das entidades e estabelecimentos mencionados no artigo anterior até o início comprovado de suas operações, excetuados projetos considerados de alto interesse para a economia nacional, mediante autorização especial do Conselho de Ministros; Art. 39. As entidades, estabelecimentos de crédito, a que se refere o artigo 37, só poderão conceder empréstimos, créditos ou financiamentos para novas inversões a serem realizadas no ativo fixo de empresa cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas não residentes no País, quando elas estiverem aplicadas em setores de atividades e regiões econômicas de alto interesse nacional, definidos e enumerados em decreto do Poder Executivo, mediante audiência do Conselho Nacional de Economia.

[28] Do Poema "Meu coração tem um sereno jeito" de Ruy Guerra no clássico "Fado Tropical" de Chico Buarque.

central. E a segunda projetava um fortalecimento do capital privado nacional, a ser coordenado e financiado pelo BNDE.

> Diante de tais constrangimentos, aos quais se somou o limitado acesso ao Tesouro e ao sistema financeiro oficial (destinado prioritariamente ao setor privado), as empresas públicas tiveram que recorrer ao endividamento externo, com todas as consequências conhecidas. Problema que se somou ás dificuldades táticas postas pelos desequilíbrios macroeconômicos de curto prazo, concentrados na inflação e no balanço de pagamentos, sendo que foi nesse espaço e em nome da contenção inflacionária que se deu o confronto direto e permanente do núcleo desenvolvimentista da estratégia com o comando da política macroeconômica. Confronto resolvido, em parte, com a elevação da taxa de juros, associada à entrada cada vez mais intensa de empréstimos externos, o que ampliou o hiato financeiro na operação da dívida pública utilizada para financiar a conversão do saldo líquido dos recursos entrantes. (FIORI, 1990: 54).

De acordo com Tavares (1985) é conhecido o percurso agônico da economia brasileira depois de 1979. Mas foi a partir de 1982, com a exaustão do financiamento externo, que se avolumou e se explicitou, definitivamente, o nó central da crise: o encilhamento financeiro geral que destruiu qualquer possibilidade de relançamento continuado da economia e implodiu o Estado desenvolvimentista no momento em que este enfrentava o desafio de uma transição democrática. Essa crise desenvolveu-se nos anos 80, mas originou-se na ambiguidade estratégica do II PND, dividido entre sua opção desenvolvimentista e sua gestão estabilizadora; entre seu projeto de Nação-potência e seu financiamento externo; entre sua vocação estatista e a sua submissão aos pactos e compromissos cartoriais, corporativos e regionais que privatizaram e limitaram a própria possibilidade de modernização e eficácia do Estado. Ambiguidade extremamente visível na forma em que se armou o endividamento das estatais, obedecendo, em um momento, à estratégia de financiamento da "marcha forçada" desenvolvimentista e, logo depois, à política de estabilização, quando operaram como tomadoras de moeda externa com vistas a fechar o balanço de pagamentos. Ambiguidade igualmente explícita no manejo da capacidade de endividamento público interno que deixou de cumprir a sua função fiscal de captação de recursos e passou a ser utilizada como instrumento de política monetária de curto prazo, com a dupla função de ajustar o balanço de pagamentos e combater a inflação. Estratégia

que conduziu ao estrangulamento dos anos 80, quando as autoridades monetárias perderam a própria capacidade de fazer política monetária ativa.

> Ambiguidade visível, finalmente, na forma em que se distribuíram, nos anos 80, os custos da crise entre os três pilares do nosso desenvolvimentismo: "Mediante desvalorizações cambiais, elevações das taxas de juros internas e arrocho salarial e tarifário, permitiu-se uma forte redistribuição de renda em favor do setor empresarial privado, acentuando os seus lucros como rentistas. Mas não se fez apenas isto, promoveu-se também uma verdadeira modificação patrimonial de ativos e passivos entre o setor público e privado. O setor público aumentou o seu estoque de dívidas (externa e interna), enquanto os grupos empresariais privados, vangloriando- se de sua eficiência, diminuíram o seu endividamento, liquidaram sua dívida externa e interna, fizeram aplicações financeiras e aumentaram as suas margens de lucro não operacional. Com o que, o setor privado passou, a partir do início da década de oitenta, de devedor líquido a credor líquido do Banco Central e, através deste, tornou-se também credor indireto do setor público, já que o sistema bancário funciona a partir da década de oitenta como um supridor líquido de crédito a todas as órbitas do setor público federal e estadual," (TAVARES, 1986: 95).

O maior dilema do Governo Geisel era entre: (a) um ajuste recessivo que provocaria descontentamentos da população contra o regime militar, talvez, antecipando seu fim; (b) manter o crescimento acentuando o endividamento, incluindo o de longo prazo. Albert Fishlow percebeu claramente o problema, inclusive ultrapassando o paradigma da crise dos setenta enquanto "crise do petróleo":

> Dois mecanismos de ajustamento alternativos poderiam ter acomodado o domínio das reservas internacionais repentino e sem precedentes por parte dos países produtores de petróleo. Um deles seria uma redução na atividade econômica global suficiente para apagar o excedente ou parte considerável dele. O outro seria a intermediação financeira – o redirecionamento do poder de compra por meio do empréstimo do excedente para países preparados a usar o comércio exterior para importações imediatas. O último recurso de ação cria, inevitavelmente, uma dívida crescente; mas também corresponde a níveis de comércio mais altos, e uma fonte do país em déficit pede exportações dos países com excedentes. A dívida dos países em desenvolvimento (sobretudo) depois de 1974 era, portanto, uma consequência necessária para sustentar a atividade econômica global. (FISHLOW, 1978: 37).

Não é aconselhável fechar os parênteses do Professor Albert Fishlow e seguir em frente, necessário se faz realizar uma "análise do discurso" do economista norte-americano que não pode ser considerado um autentico heterodoxo. Quando Fishlow fala *"em apagar o excedente"* ele se refere à necessidade de se destruir (derreter) capital. Quando se refere ao *"redirecionamento do poder de compra por meio do empréstimo do excedente para países preparados a usar o comércio exterior para importações imediatas"*, defende a exportação de capitais para os "pobres" em condições de usá-los produtivamente. É claro que isto aumenta o endividamento dos "pobres", mas é a única saída *"para sustentar a atividade econômica global".* Agora, sim, podem-se fechar os parênteses de Fishlow.

O crescimento forçado dos anos setenta deu certo, mas, também, deu errado. É evidente que a economia brasileira cresceu a taxas altas, principalmente se se considera a inflexão representada pela entrada da economia capitalista mundial no segmento recessivo (a fase B) do ciclo de Kondratieff. Contudo, deu errado, pois ao não consolidar um novo padrão de desenvolvimento, criou vários descontentamentos, principalmente o ressurgimento da mentalidade antiestatal entre as classes dominantes, com diversos pronunciamentos de que havia um excesso de estatização da economia nacional. Para os moradores do "Reino" da aparência os discursos das classes dominantes eram absolutamente sinceros. Como explicar que os maiores beneficiários do "Milagre Econômico", já estivessem, em 1974, falando mal do Estado? Por que tamanha infidelidade? Do ponto de vista pessoal e em um horizonte temporal da vida humana (setenta ou oitenta anos) os capitalistas são seres individuais que desejam enriquecer ou desejam manter e aumentar sua riqueza. Entretanto, muitas vezes participam de campanhas que visam ajudar os filhos dos desempregados pelo sistema ou mandam dinheiro para os desabrigados pela fúria de riqueza do setor mais voraz da burguesia (o setor do capital imobiliário). Mas, em uma lógica pública e social os capitalistas são dedicados e eficientes funcionários do capital. São, portanto, de uma fidelidade absoluta ao capital e não aos Governos. O "espírito animal" keynesiano dos representantes do capital percebeu que a ditadura militar poderia atravessar os anos setenta, mas não os oitenta. Além disso, os movimentos sociais dos trabalhadores da cidade e do campo estavam de volta.

Na esteira dos questionamentos às políticas do Regime Militar, cujo ápice situa-se entre 1976 e 1977, surgem críticas fortíssimas e públicas voltadas contra o setor financeiro pelas

altas taxas de juros praticadas e por taxas altíssimas de lucros especulativos, que provocava "deslocamentos não esperados e reduções indesejados nos investimentos produtivos" [29]. Desse modo, o descontentamento dos empresários estava concentrado em três pontos: (a) o deslocamento financeiro da economia; (b) a recessão corretiva assumida pelo Governo; e (c) a perda de poder decisório. Como corretamente notou Codato:

> [...] Após firmada, em fins de 1976, uma 'investida contra o desenvolvimento', com a declaração de desacelerar a economia e adotar em várias áreas uma política restritiva ainda que episódica, Alfredo Rizhallah, ex-presidente da Bovespa, resumiu assim as preocupações da burguesia nacional: 'Hoje, o que se entende da estratégia inaugurada pelo governo no ano passado é que não se deve investir. A inquietação tem origem neste ponto: qual será o comportamento da economia brasileira nos próximos dois anos?' [...] Ou, como resumiu Laerte Setúbal: a inflexibilidade da imposição militar gera, psicologicamente, uma oposição que não precisaria ser gerada". (CODATO, 1997: 273).

A fala de Laerte Setúbal, um grande líder da burguesia, contém o essencial dos dois dilemas, ou seja, o dilema do regime militar (de relativo isolamento) e o dilema das classes dominantes de ser oposição explícita, mesmo que moderada.

De inicio as mobilizações empresariais contra o Governo, tinham como "*Leitmotiv"* a vitória do capital financeiro sobre o capital produtivo. Os setores produtivos começaram a perceber que as finanças podem deixar de serem parceiras para "abocanhar" parte maior dos lucros. Contudo, a perda de poder político empurra aqueles setores para posições de confronto contra a ditadura. Mais uma vez, a História revela como os capitalistas podem ser democráticos, quando se trata de seus interesses maiores ou podem apoiar qualquer tipo de Ditadura pelos mesmos motivos. Os empresários quando necessário mostram-se não só amantes extremamente apaixonados e dedicados da democracia, mas capazes de fazer declarações piegas, como aquelas registradas por Codato (1997, p. 295), citando um depoimento do empresário José Papa Júnior: *"[...] o empresariado, ao contrário do que se fala, quer a liberdade, a democracia e eleições diretas. O empresário ama o Estado de Direito"*.

[29] O que colocava aqueles empresários na posição de valorosos soldados da produção de mercadorias contra os renegados partidários do capital fictício. O que certamente levou (e leva) muitos incautos a acreditarem na existência, no capitalismo monopolista, de "empresários puros" e avessos, por principio filosófico ao capital financeiro.

O Governo do Presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985) teve por objetivo central a conclusão do processo de redemocratização lenta, gradual e segura, visando devolver o poder às classes dominantes. O novo Presidente enfrentou as mobilizações crescentes da oposição, ações terroristas de grupos à direita do governo militar e o agravamento da crise econômica. Apesar de seu estilo pessoal de pouca urbanidade, adotou um perfil mais aberto e dialógico com os diversos setores da sociedade.

Era na frente econômica que residia as maiores dificuldades do último governo militar. A resposta governamental de impor maiores restrições econômicas sofreu forte oposição de grupos empresariais. A verdade foi que a conjuntura tornou-se nebulosa para o governo com o aprofundamento do segundo choque do petróleo, o começo da Era Reagan na Presidência dos Estados Unidos (principalmente o *"reaganomics"*), a elevação das taxas de juro internacionais e as complicadas condições para rolagem da dívida. Neste quadro de rearticulação e de reestruturação das forças produtivas do capitalismo mundial acrescido de uma nova divisão internacional do trabalho e da revolução informacional, o país viveu a crise recessiva que durou de 1981 até 1983. As consequências foram danosas para a economia brasileira. Segundo o IBGE, o PIB caiu em 3,1% em 1981 e apresentou entre 1981 e 1983, uma queda média de 1,6%.

O binômio ajuste externo/liberalização política interna sintetiza muito bem os anos Figueiredo. A chamada "crise da dívida" só pode ser entendida enquanto movimento articulado dos Estados Unidos no sentido de recuperar o controle sobre suas próprias finanças e sobre as finanças internacionais. A burguesia (e com ela toda a sociedade precisava pagar pelo "pecado" da alta liquidez do período anterior). Como mostrou Conceição Tavares:

> [...] A partir daí o movimento do crédito interbancário orientou-se decisivamente para os EUA e o sistema bancário passou a ficar sob controle da política monetária do FED, que passou a ditar as regras do jogo. As flutuações da taxa de juros e de câmbio ficaram novamente amarradas ao dólar, e3 através delas o movimento da liquidez internacional foi posto a serviço da política fiscal americana. A partir do início dos 80, todos os grandes bancos internacionais estão em Nova York, não apenas sobre a umbrela do FED, mas também financiando obrigatoriamente – por que não há outra alternativa – o déficit fiscal americano. (TAVARES, 1997: 5).

Seguindo os argumentos de Conceição Tavares, o Governo Figueiredo coincide, em toda sua extensão com os movimentos dos Estados Unidos para retomarem a hegemonia mundial.

Tal política norte-americana levou vários países da periferia e da semiperiferia à uma situação pré-falimentar. O custo de administração da dívida externa tornou-se alto demais e impraticável. O risco de moratória (O México declarou moratória) por parte dos devedores foi respondida com processos de renegociação que continha o firme propósito de transferir recursos reais dos menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos.

O grande problema brasileiro era a natureza da dívida, ou seja, a mesma era fundamentalmente estatal. Neste contexto a crise assume um caráter, também, estatal. O papel e as funções do Estado brasileiro entram em crise. A solução do problema, nos marcos institucionais da época, passa por um esforço concentrado e intenso de gerar excedentes nas contas públicas que possibilitasse o pagamento dos débitos externos. O dilema que o Governo enfrentou foi de que o "esforço de guerra" atingiu toda a sociedade e todos os interesses que estavam em conflito, mas protegidos pelo Estado vieram à tona. Qualquer possibilidade de repactuar as relações entre as classes e, em especial, entre os segmentos das classes dominantes exigia uma solução externa, a saber, obrigava a sociedade brasileira a aceitar o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI)

Realizado o ajuste com a ajuda do FMI, os economistas do Governo acreditaram que as condições para uma retomada do crescimento estavam dadas. Não estavam. A disposição ao investimento por parte das grandes empresas continuou baixa. Muitos economistas diriam, em uma atitude puramente abstrata e dogmática que a propensão marginal a investir continuava baixa, mas o fato é que a postura defensiva e a aversão ao risco é que se mantinham altos. O empresário trabalha efetivamente com as categorias de incerteza e instabilidade.

De acordo com Fiori (1990) no período militar o sistema privado expandiu-se enormemente no cumprimento bem-sucedido das funções de criar crédito ampliado para as famílias na sua relação débito/crédito com as empresas e de intermediação financeira, mas fracassou completamente no cumprimento da função ativa de condutor do processo de monopolização do capital, articulando fusões de grupos e blocos capitalistas. Esta última e decisiva função, necessária à retomada expansiva do ciclo e à redefinição das relações público/privado na acumulação industrial brasileira ficou inconclusa. A intervenção de Tavares (1978) é bastante clara:

> Não há dúvidas de que a função de aglutinação e gestão de grandes massas de recursos financeiros foi desenvolvida pelo Estado através de seus Fundos, Programas, Agências

> Financeiras. Entretanto, as instituições financeiras públicas cumpriram apenas o lado passivo da função financeira, isto é, o de aportar massas de capital, sob diversas formas, inclusive a de crédito subsidiado. Isto é, o sistema financeiro público não participou como sujeito do processo de monopolização do capital, que lhe foi exterior (...). Este aspecto é inteiramente distinto e específico e não deve ser confundido com o fato de que algumas empresas produtivas estatais, estruturadas na forma de organizações capitalistas autônomas, tenham sido agentes de monopolização. (TAVARES, 1978: 142).

5. Análise de alguns Indicadores

A tabela 1 analisa o comportamento de longo prazo do PIB brasileiro. Os períodos selecionados indicam cortes temporais importantes do ponto de vista da política e da economia. Assim, 1930 representa um marco no processo de industrialização no Brasil, além de ser considerado um balizador de uma Revolução Burguesa no Brasil de caráter inconcluso e indicador das limitações da burguesia nacional, como na análise do PCB, particularmente em Sodré (1967) e (1997)[30]; 1945 é o final da II Guerra Mundial e do início da reconstrução capitalista. O período de 1946 até 1963 é quando o país vive a primeira fase da expansão keynesiana pós-guerra e de democracia política. O período 1964-1980 representa o tempo do regime militar (ausência de democracia burguesa) associado com a segunda metade da expansão keynesiana, além do "Milagre Econômico", crise dos setenta e crescimento forçado.

Tabela 1
Brasil
Comportamento do PIB
1930-2000

Período	1930-1945	1946-1963	1964-1980
Taxa de Crescimento (a) (%)	4,0	7,1	7,8
Taxa de Volatilidade (b) (%)	4,6	3,0	3,3
Número de anos	16	13	17

Fonte: IBGE (Vários anos) e Haddad (1978)
Notas:
(a) Médias das Taxas Anuais
(b) Medida pelo Desvio-Padrão

[30] SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à revolução brasileira, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1967. SODRÉ, Nelson Werneck. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil, Graphia, Rio de Janeiro, 1997.

Pela tabela 1 observa-se que no primeiro período a economia cresce 4,0%, contudo a taxa de volatilidade[31] do produto é de 4,6%, mostrando o caráter errático da expansão. No segundo período o crescimento do PIB é na média anual de 7,1%, bastante significativo para as condições de países como o Brasil, e a volatilidade é menor, mostrando maior estabilidade do padrão de crescimento. No período 1964-1980, a média de crescimento do PIB ao ano aumenta ligeiramente para 7,8% e a volatilidade mantém-se na casa dos 3,0%.

Tabela 2
Brasil
Indicadores Selecionados
1961-1980

Ano	Crescimento do PIB (%)	Indústria: Valor Adicionado como % do PIB	Crescimento da Indústria (%)	Taxa de Inflação (%)
1961	8,6	33,5	11,1	33,2
1962	6,6	33,5	8,1	49,4
1963	0,6	34,2	- 0,2	72,8
1964	3,4	33,7	5,0	91,8
1965	2,4	33,2	- 4,7	65,7
1966	6,7	34,2	11,7	41,3
1967	4,2	33,4	2,2	30,4
1968	9,8	36,3	14,2	22,0
1969	9,5	36,9	11,2	18,7
1970	10,4	38,3	11,9	18,5
1971	11,3	38,8	11,9	21,4
1972	11,9	39,5	14,0	15,9
1973	13,9	41,9	16,6	15,5
1974	8,1	43,2	7,8	34,5
1975	5,2	43,3	3,8	29,4
1976	10,3	43,0	12,1	46,3
1977	4,9	41,8	2,3	38,6
1978	5,0	43,1	6,1	40,5
1979	6,8	43,6	6,9	77,2
1980	9,2	44,1	9,2	110,2
1981	- 4,2	44,3	-8,8	95,2
1982	0,8	45,8	0,0	99,7
1983	- 2,9	44,3	-5,9	210,9
1984	5,4	46,2	6,3	223,8

Fonte: IPEADATA <disponível em http://www.ipeadata.gov.br/. Acesso em 30/05/2011.

[31] A taxa de volatilidade de uma variável é medida pelo desvio-padrão e mensura o grau de dispersão com relação à média de um período. Quanto menor a taxa maior a estabilidade da variável em estudo. No caso da taxa de volatilidade do produto médio anual, mede-se o nível de oscilação do produto, ou seja, o quanto o produto está variando em relação á média.

Utilizando a tabela 2 para uma análise decenal, observa-se que na década de sessenta o PIB médio anual foi de 7,2%, enquanto o Produto Industrial crescia 8% ao ano. Nos anos setenta o PIB cresceu 8,6% ao ano, enquanto a indústria crescia em 9,0%. No período 1968-1973, o PIB aumentou na média anual de 11,1%, enquanto o Produto Industrial cresceu de 13,3%. Ou seja, nos períodos analisados o produto indústrial cresceu, sempre, na frente do produto total, significando o papel desempenhado pelo setor industrial.

Quando, pela tabela 2, observa-se todo o longo período de 1961-1984, percebe-se que a indústria contribui com pelo menos um terço do PIB, chegando este percentual quase à metade do produto total em alguns anos, como 1984 com a marca de 46,2%, o que vem em reforço ao que se argumentou acima sobre o papel da indústria. Isto, apesar do crescimento negativo dos anos de 1963, 1965, 1981 e 1983; do crescimento nulo em 1982 e as taxas muito baixas de crescimento nos anos de 1967, 1975 e 1977.

Tabela 3
Brasil
Formação Bruta de Capital Fixo
(Como % do PIB)
1951-1980

Ano	%	Ano	%	Ano	%
1951	15,4	**1961**	13,1	**1971**	19,6
1952	14,8	**1962**	15,5	**1972**	20,2
1953	15,1	**1963**	17,0	**1973**	21,4
1954	15,8	**1964**	15,0	**1974**	22,8
1955	13,5	**1965**	14,7	**1975**	24,4
1956	14,5	**1966**	15,9	**1976**	22,5
1957	15,0	**1967**	16,2	**1977**	21,4
1958	17,0	**1968**	18,7	**1978**	22,2
1959	18,0	**1969**	19,1	**1979**	23,0
1960	15,7	**1970**	18,8	**1980**	22,8

Fonte: IPEADATA <disponível em http://www.ipeadata.gov.br/. Acesso em 20/07/2011.

A tabela 3 apresenta a Formação Bruta de Capital Fixo que mensura a taxa de investimento da economia. Nos anos sessenta a FBKF[32] oscilou entre 13,1% até e 19,1%, ficando em uma média anual de 16,4%. Na década de setenta os valores oscilam entre 19,6% e 24,4%, atingindo-se uma média de 22,0%.

6. Palavras finais

Um elemento fundamental da crise do regime militar foi o retorno do movimento operário. Comprovam-se, mais uma vez, que na História só ocorrem mudanças substantivas quando novos personagens entram em cena. Quando os movimentos da sociedade assemelham-se as leves marolas superficiais nada de novo pode acontecer, apenas com a emergência de ondas mais fortes e crescentes há possibilidades de mudanças reais. Apenas as ondas que arrebentam com violência podem destruir estruturas arcaicas e produzir novas estruturas. O novo sindicalismo era onda de média intensidade, mas suficientemente fortes para superou o sindicalismo populista na medida em que colocou através das grandes greves questões como: a reposição de perdas salariais resultantes da política de arrocho da ditadura; a crítica da interferência do Estado nas relações capital-trabalho; a necessidade da negociação direta entre trabalhadores e empresários; a organização dentro das empresas.

O fato é que independente das teses e esquemas mentais dos intelectuais de esquerda, às vezes contra aquelas mentalidades, surgia um segmento da classe operária que colocava em xeque toda a práxis sindicalista feita desde 1930. Negava-se, na prática, o atrelamento das organizações dos trabalhadores ao Estado e aos partidos tradicionais. Neste caso, os sindicatos foram uma parte ativa e fundamental na criação de um novo partido, afastado das idéias políticas das elites. Entrava em cena o Partido dos Trabalhadores e com ele questões primaciais do movimento seculares dos trabalhadores, desde a Inglaterra do século XVII, estavam de volta, tais como: a independência frente aos partidos e organizações patronais; o socialismo como necessidade (possibilidade) histórica; a Reforma Agrária; etc.

[32] A formação bruta de capital fixo (FBKF) é a operação do Sistema de Contas Nacionais (SCN) que registra a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos, ou seja, bens produzidos factíveis de utilização repetida e contínua em outros processos produtivos por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos pelos mesmos. Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/19_formacao_capital.pdf

Apesar das tentativas de repressão ao novo sindicalismo com voos rasantes sobre o Estádio Euclides e, mesmo, da prisão das lideranças sindicais e das tentativas de minimizar e cooptar as lideranças dos trabalhadores, o resultado foi negativo. O apoio integral aos militares já não existia. Além do mais, a ditadura tinha outras preocupações no *front* econômico: reduzir o déficit do Balanço de Pagamentos que estava se tornando inadministrável; evitar que as taxas de crescimento entrassem em queda livre; controlar as pressões inflacionárias.

É neste quadro de crise econômica com rebatimentos políticos que o Governo lança o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O objetivo geral do Plano era de mudar o padrão de acumulação do Departamento produtor de bens de consumo duráveis para o Departamento de bens de produção. O Plano visava, também, a manutenção das taxas de crescimento acontecidas entre 1968-1973 num pretenso prolongamento do "milagre econômico"; manter a legitimidade do autoritarismo com base no êxito econômico, principalmente junto às classes médias e a setores mais bem remunerados da classe operária. Quanto aos problemas decorrentes do Balanço de Pagamentos a alternativa à vista era de uma forte compressão das importações.

Em geral o Plano não conseguiu atingir suas metas, entretanto pode ser considerado como relativamente exitoso na medida em que sustenta a conjuntura de crescimento ou a chamada "fuga para frente". A manutenção das taxas de crescimento em torno de 7% ao ano deveu-se, novamente, ao endividamento externo, desta vez combinado com a hipertrofia do setor financeiro. O problema é que o setor das finanças começou a "canibalizar" o setor produtivo com juros altos e ganhos de curto prazo. As empresas começaram a defender seus lucros, através de aumentos de preços. A inflação se instalou em definitivo.

Até a quadra histórica aqui analisada, os arranjos de forças políticas, sociais e econômicas que se estruturaram em torno do Estado brasileiro, melhor seria dizer o condomínio fechado formado pelas elites empresariais, burocráticas e militares não foi capaz de promover um desenvolvimento capitalista autônomo e pleno que pudesse colocar o Brasil na Zona de núcleo orgânico do capitalismo mundial. Não ocorreu nenhuma via de desenvolvimento prussiana, mesmo que tenha havido intenção de promovê-la. A dependência financeira e tecnológica, principalmente ao capital orgânico norte-americano, foi a norma e a causa de uma modernização conservadora que o melhor que conseguiu foi manter o país em uma condição semiperiférica. O permanente endividamento externo causado pelo financiamento internacional (muitas vezes sob

contratos draconianos de juros inteiramente flutuantes); e por uma política econômica de dupla face representada por um monetarismo ortodoxo[33] e por uma política de crédito normalmente expansiva ao setor produtivo, impediram maiores avanços da economia e da sociedade brasileiras.

> O peso do antiestatismo embutido no pacto conservador e de sua estratégia econômica liberal e ao mesmo tempo desenvolvimentista, vigente desde os anos 30 e reposta nos anos 60, afetou toda a ação estatal, atingindo sua própria institucionalidade, em particular quando se tratava da administração da moeda e do crédito ou do financiamento em geral. Não parece acidental, nesse sentido, o conflito permanente que, através de nossa história, opôs os dois segmentos da administração pública responsáveis por aquelas funções; nem que o controle da moeda fosse sempre reivindicado e entregue aos "liberais ortodoxos" ligados, em geral, ao setor financeiro e empenhados em restringir o grau de arbitragem político-estatal sobre o valor da moeda fiduciária, enquanto a política de investimento ficava na mão dos "desenvolvimentistas", civis ou militares, sendo que o exercício da função financeira, entregue ao Estado ainda quando gerido pelos "desenvolvimentistas", foi permanentemente limitado e coagido à "externalização", como forma, entre outras coisas, de não sobrecarregar a lucratividade interna. Como consequência disso, o Estado, ao substituir o setor financeiro privado, mantendo-se dentro de limites impostos pelas reformas dos anos 60, acabou alimentando, nos anos 80, através do seu endividamento, uma forte especulação improdutiva e um encilhamento financeiro que desorganizou completamente a "saída desenvolvimentista" de industrialização. Por outro lado, submetido à pressão cartorial dos vários e heterogêneos segmentos do pacto conservador, o Estado "privatizou-se" ao lotear seus aparelhos institucionais entre os vários setores dominantes e ao sustentar segmentos pouco competitivos do setor privado. No final de uma longa trajetória, fazia-se mais explícito o que foi sempre, num só tempo: a força e a fragilidade do Estado desenvolvimentista brasileiro quando comparado ao Estado prussiano. Foi forte enquanto arbitrou com certa

[33] No caso brasileiro, mas não como singularidade, por monetarismo ortodoxo deve-se entender muito mais do que propõe o senso comum, isto é, entenda-se uma função monetária que precisa ir além do controle burocrático de variáveis relevantes, como a taxa básicas de juros, mas diz respeito a própria dificuldade de arbitragem por parte das autoridades monetárias sobre o complexo fenômeno que é a moeda no sistema capitalista (a moeda é intermediária de todas as transações mercantis, mas também funciona como riqueza abstrata e poder real sobre as pessoas). Ressalte-se que a inflação persistente que vitimou a economia brasileira principalmente durante toda década de oitenta e metade da de noventa, aliada ao instituto da correção monetária, à indexação e ao imenso poder do sistema bancário de emitir moeda secundária, impedia uma autêntica arbitragem interna. Por outro lado, tanto a captação interna quanto a externa exigia elevação das taxas de juros. No front externo o problema era mais sério, pois a política de atrair capitais de curto prazo e evitar a fuga de capitais de prazo mais longo sempre representou uma poupança negativa contra o setor produtivo e as famílias.

> autonomia o valor interno do dinheiro e dos créditos. Mas foi fraco toda vez que quis ir além dos limites estabelecidos pelos seus compromissos constitutivos. Movendo-se sempre sobre o fio da navalha de uma aliança conservadora e de uma estratégia econômica 'liberal-desenvolvimentista', acabou sucumbindo às contradições que o moveram e instabilizaram constantemente. (FIORI, 1990: 58).

Desse modo é possível constatar que entre o começo das experiências de governo varguista e o final do governo do Presidente Geisel — o que corresponde a conjuntura depressiva da fase B do terceiro Kondratieff[34] até a conjuntura recessiva da fase B do quarto Kondratieff —, as relações de produção capitalistas se tornam dominantes. O Brasil se afasta do modelo exportador de bens primários e torna-se uma sociedade urbana e industrial. O ciclo iniciado em 30 se completa, mas o faz com uma crise de grandes proporções:

> As bases materiais da indústria foram finalmente constituídas, mas seu suporte institucional e financeiro fez desse um processo fortemente descontínuo e altamente sensível às reversões cíclicas e às trepidações financeiras internacionais. A inexistência de uma verdadeira e solidária associação entre o empresariado e o Estado e a postura predominantemente predatória do primeiro com relação ao segundo impediram a centralização e aceleraram a segmentação dos recursos e do poder estatal. (FIORI: 1990: 59).

O sucesso relativo do II PND e do próprio governo Geisel deveram-se ao recurso permanente e crescente do financiamento por endividamento externo e deixou como legado para os governos posteriores uma dívida de difícil manejo e que emperrou toda a década de oitenta. Entretanto, deixou outro legado de maior dificuldade de superação a certeza de que o Estado brasileiro não foi estruturado para perseguir uma industrialização pesada, contínua e livre dos

[34] Nos estudos sobre os Ciclos Longos, merece destaque o economista marxista russo Nicolai Kondratieff (1892-1938). Para Kondratieff, os Ciclos Longos no sistema capitalista resultam de sólidos investimentos ou de sua depreciação em infraestrutura, como: ferrovias, portos, canais, indústrias, saneamento básico, eletrificação, construção civil, etc. Nestes ciclos a fase de expansão é caracterizada por superinvestimentos em bens de capital e, na fase de depressão, por um processo de depreciação. Os ciclos representavam, para ele, épocas do desenvolvimento do capitalismo. Kondratieff, em 1926, foi pioneiro em antever a idéia dos ciclos longos de 55 anos de duração. Ele não tinha a intenção de constituir ou colocar os fundamentos de uma Teoria apropriada dos ciclos longos, mas somente de provar a sua existência a partir de evidências empíricas da história da economia mundial. Com esse propósito, ele catalogou informações e dados de quase todos os países, principalmente da França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, procurando demonstrar, empiricamente, que os mecanismos e leis que condicionam as longas ondas são provenientes de: modificações técnicas; guerras e revoluções; assimilação de novos países dentro da economia mundial e flutuações na produção de ouro (Fonte: Pires, 1996: 32).

ciclos conjunturais de curto prazo, nem visando um desenvolvimento nacional autônomo e auto-sustentado. O governo Geisel confirma mais uma vez que os "sonhos" (no caso "sonhos de Nação-Potência") são apenas sonhos se descolados de forças sociais capazes de realizá-los em aliança com outras forças e oposição àquelas forças que detêm o controle do pacto e obtêm os benefícios da riqueza. Enfim, nos anos 30, nos anos 50 e nos anos 70, os sonhos, talvez, tivessem mais de retórica do que de vontade política e/ou eram reféns das "alianças retrógradas".

> Em síntese, Vargas e Geisel põem-nos frente a um Estado que não pôde funcionar como aglutinador do processo de monopolização e centralização de capital necessário a uma industrialização pesada e auto-sustentada. Mas põem-nos, igualmente, frente ao paradoxo de que a monopolização e a centralização privadas tampouco ocorreram de maneira contínua e homogênea, devido à dependência dos empresários frente a esse mesmo Estado. (FIORI, 1990: 60).

Foram mais de meio século de alianças conservadoras e de um desenvolvimentismo infiltrado de políticas econômicas liberais, onde o Estado cumpria o papel, tanto de substituir o setor privado onde não havia perspectivas de lucros de curto prazo; como de promover o financiamento da economia, seja através de poupança interna (redução inflacionária dos salários reais, política fiscal regressiva, desequilíbrio na distribuição da carga tributária, endividamento via títulos públicos), ou seja, como já foi afirmado, através do financiamento externo.

Este padrão de desenvolvimento apesar de vitorioso como estratégia de afastar o país da zona periférica, continha todos os elementos geradores de alta instabilidade sistêmica. Foi nos anos 80 que a "via desenvolvimentista" mostrou toda fragilidade estrutural do modelo, levando o país para uma crise do próprio Estado nacional.

O último governo militar (Figueiredo – 1979/1984) continuou a política de abertura lenta e gradual. Na frente econômica os problemas eram mal equacionados e não resolvidos. A concentração dos poderes sobre a economia em uma Supersecretaria, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) quando muito serviu para evitar a implementação de medidas contraditórias, assim como evitou a superposição de políticas e recursos. Na verdade, o país vivia o pior dos mundos em economia, a saber, uma persistente e forte estagflação (estagnação com inflação).

As dificuldades não eram menores no relacionamento com as classes sociais e na manutenção do Pacto, que naquele momento já adquirira um caráter minimalista, pois os conflitos entre os setores da burguesia se acirravam. Do lado dos explorados havia virtuosidade, pois as classes trabalhadoras se unificavam em torno do Programa de defesa dos salários do novo sindicalismo. O rastilho dos Metalúrgicos se propagava não apenas para outras categorias operárias, mas, também, para Petroleiros, bancários, Professores, etc. Os militares vitoriosos em 1964, alegando inflação e anarquia (ascensão dos movimentos de massa), estavam no ocaso em um quadro conjuntural muito semelhante (formalmente falando, é claro) com aquele do inicio da década de sessenta. O fato mais importante do período era da construção de uma identidade coletiva dos explorados, enquanto a identidade histórica dos interesses da burguesia, mais uma vez, apresentava "fraturas expostas". Neste caso, recompactuar e governar diretamente soavam melhor que "os sons de clarins" e o "rumor de botas". Os militares brasileiros já podiam voltar aos quartéis. O trabalho sujo interno tinha sido um sucesso. Fora, sempre, um sucesso, desde o Arraial de Canudos.

Capítulo III

A transição para uma sociedade urbana e industrial: O caso da Coréia do Sul

1. Um longo passado histórico

Cha (2008) argumenta que a história econômica e social da Coréia deve ser dividida nos três últimos séculos – e são estes os séculos que interessam mais particularmente – em três períodos: (a) um período de estagnação malthusiana que dura até 1910, quando ocorre a anexação da Coréia pelo Japão; (b) o período dito colonial que se estende de 1910 até 1945; e (c) o período da aceleração que começa no pós Segunda Guerra Mundial até os tempos atuais, quando a Coréia do Sul atinge alto nível de desenvolvimento e bem estar econômico e social.

Observando a periodização proposta por Cha e considerando que toda periodização é relativamente arbitrária pode-se dizer que a mesma cumpre o papel de estabelecer os equilíbrios entre mudanças e permanências. Deixando a denominação de "estagnação malthusiana" sobre inteira responsabilidade daquele autor, este trabalho concorda com as teses gerais do mesmo.

Um olhar para a periodização proposta mostra claramente que o primeiro período abarca dois séculos em uma longa duração braudeliana, onde predominam relações próprias do feudalismo asiático. O segundo e terceiro períodos possuem ligação importante com aquelas ocorridas no Japão, depois da chegada do Comandante Perry[35] em 1876 e a subsequente abertura da economia e da sociedade japonesa ao Ocidente. A menor distância que separa a Coréia do Japão é de 206 Quilômetros. Esta proximidade, inumeráveis vezes, estimulou o imperialismo japonês e oportunizou muitos problemas para a Coréia, mas também gerou possibilidades de

[35] O primeiro contato entre japoneses e ocidentais ocorreu no período das grandes navegações nos séculos XV e XVI. No século XVII, o comércio do Japão passou a ser monopólio de alguns poucos comerciantes holandeses. O isolamento japonês perdurou até que a Esquadra Negra, sob o domínio do comandante Perry, forçou a abertura dos portos japoneses ao comércio com os Estados Unidos. (Hobsbawm, 1995)

integração com um país de industrialização retardatária e exitosa como o Japão. Não é possível estudar a Coréia sem fazer referências aos seus dois vizinhos: Japão e China. (Kim, 1985)

Segundo McNamara (1990) as invasões japonesas ao território coreano, se perdem no tempo que, no Ocidente, ficou conhecido como Idade Média ou Medievo. No final do Século XV, o Japão propôs um tratado de paz com a Coréia que continha uma cláusula explosiva: usar o território coreano para invadir a China. Os dirigentes coreanos rejeitaram o tratado e, com isso, tiveram o seu território invadido pelo Japão em 1592, com o efetivo de 150 mil homens. A superioridade numérica, o fator surpresa e o uso de armas de fogo desconhecidas pelos coreanos explicam a queda da capital Seul em 15 dias.

Contudo, a resistência coreana mostrou-se muito eficiente na guerra de guerrilha. A ajuda chinesa foi fundamental. Os invasores cedem terreno e iniciam a retirada das tropas. Negociações de paz se arrastam por cinco anos. O Japão empreende outra invasão periférica que é novamente derrotada. Os custos para a Coréia são imensos em termos de recursos produtivos, homens mortos e o sequestro de trabalhadores qualificados.

Em 1876, depois de oito anos de diplomacia combinados com demonstrações de força, através de diversas invasões, a Coréia assina um tratado de amizade acompanhado de um acordo comercial e outro alfandegário. Os documentos foram elaborados pelos japoneses e beneficiavam o Japão com privilégios de extraterritorialidade, isenção de impostos e reconhecimento da moeda japonesa nos portos especificados no acordo alfandegário.

De 1882 até 1906, as relações entre a Coréia e o Japão continuaram muito tensas e sem solução estável. Em 1895 militares japoneses, aproveitando o fato de estarem treinando oficiais coreanos, invadem o palácio e assassinam a Rainha. Em 1906 o Japão estabelece um sistema de controle exercido por um General Residente. Este preposto japonês agia através do Conselho de Modernizações da Administração Coreana. A Coréia tentou reagir utilizando a diplomacia, buscando o apoio da comunidade internacional. Como os resultados eram irrisórios, a resposta do Japão foi forçar um novo acordo mais danoso à Coréia do que o de 1882 tornar o General Residente em autoridade máxima do país. Oficiais japoneses infiltraram-se nos poderes executivos e judiciários. As forças armadas coreanas são desarmadas e desmobilizadas. Houve muita resistência por parte dos coreanos, mas a repressão japonesa foi sempre implacável. Apesar da (ou talvez pela) violência dos poderes invasores, a resistência tomou vulto e transformou-se em guerra contra o invasor. As batalhas duram de 1907 até 1909, o principal problema das forças

rebeldes é a falta de suprimentos, desde armas e munições até alimentos. O Japão anuncia a vitória sobre os revoltosos. A resistência passa à clandestinidade e um grupo de militares coreanos cruza a fronteira e na Manchúria organiza as bases de um Exército de Libertação Nacional.

Em 1910, Japão e Coréia assinam um acordo de anexação do segundo país pelo primeiro. Pelo referido acordo, todos os tratados entre a Coréia e outras nações ficam revogados; e todos os tratados japoneses com o resto do mundo são automaticamente estendidos à Coréia.

Na verdade, o Japão instala uma ditadura total sobre a sociedade coreana. São proibidas as atividades políticas e reuniões públicas. Lideranças foram presas ou assassinadas. Livros foram destruídos. Ocorreram tentativas de se reescrever a história da Coréia. Como o objetivo japonês era de "exploração" da Coréia, uma parte significativa da população infantil e juvenil foi deixada fora da escola, numa tentativa evidente de criar um estoque de mão-de-obra barata.

Em março de 1919, frente ao estado de exploração econômica e opressão política, eclode uma rebelião contra o colonialismo japonês. O falecimento e funeral do Imperador Kojong foram utilizados como elementos catalisadores. Foram programadas manifestações pacíficas por todo país em defesa da independência. Os líderes do movimento assinam uma declaração de independência que é lida em toda Coréia. A reação japonesa é brutal. A polícia atira e mata centenas de manifestantes desarmados; milhares são presos e, transferidos para prisões japonesas, muitos morrem. A resistência coreana respondeu com atentados contra as delegacias de polícia. A segunda reação japonesa é maior; casas e igrejas são incendiadas. As estimativas indicam mais de 6 mil mortos, 15 mil feridos e 50 mil presos. Apesar da derrota, o que estava em jogo e saiu fortalecido do confronto foi o nacionalismo coreano. É nesse sentido que 01 de março de 1919 tem um forte significado político e simbólico. Os anos 20 e 30 do Século XX são períodos de resistência cada vez mais organizada contra o Japão. São anos de fortalecimento do orgulho nacional coreano.

É importante compreender que o domínio colonialista do Japão sobre a Coréia transcendia a própria exploração sobre os recursos econômicos daquele país. O objetivo real da ocupação japonesa era de usar a Coréia como base operacional e "corredor militar" para o domínio da China.

Em 1937, em um momento da conjuntura internacional que já se esboçavam as futuras alianças rumo à Segunda Guerra Mundial, o Japão passa a controlar os territórios da Manchúria e

da China. A principal contribuição coreana para o esforço expansionista japonês, além dos bens de consumo direto (alimentos, principalmente), foi o uso e abuso da força de trabalho coreana. Quanto maior o esforço expansionista japonês, maior a exploração da força de trabalho e maior a parte do produto "expropriado".

Em 1942, o Governo Geral foi inteiramente subordinado ao controle político do governo japonês. Foi imposta a mobilização total da força de trabalho e dos recursos econômicos coreanos para atender o esforço bélico japonês. Em 1943, a juventude coreana em idade de recrutamento foi forçada a servir no exército japonês.

Ainda em 1941, o governo provisório da Coréia, com sede na China, emitiu nota diplomática internacional exigindo dos líderes ocidentais: (a) o reconhecimento do governo provisório como legítimo representante da nação coreana (implícita estava a condição de Nação Independente); (b) apoio financeiro, técnico e militar na realização de ações contra o exército invasor (implícita estava a necessidade dos líderes ocidentais de declarar o Japão como invasor, apesar da anexação ter sido objetivada através de um acordo aparentemente legal); (c) o direito daquele governo provisório de participar livremente na definição do destino da Coréia nas discussões do pós-guerra.

Depois de Pearl Harbor (dezembro de 1942) e da crescente ligação do Japão com o nazismo alemão, o governo provisório da Coréia acentua os esforços diplomáticos no sentido de isolar o Japão da comunidade internacional. Consegue-se um acordo de assistência com a China. A reunião do Cairo em 1943 decidiu pela legalidade do governo provisório e pela independência da Coréia ao final da Segunda Guerra Mundial.

Na verdade, o ato de independência da Coréia coincide com sua divisão entre Norte e Sul, comandada pelas forças de ocupação da União Soviética e dos Estados Unidos. Aquela dupla ocupação "benigna" (quando comparada com a ocupação "espoliativa" do Japão) representava conflitos internos preexistentes. Do lado dos EUA visava a criação de mais um pólo de resistência ao comunismo. Do lado da URSS, o objetivo era evitar ou equilibrar a presença ocidental e pró-capitalista nas suas proximidades.

Segundo Silveira (2000) com o final da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos, como principal potência capitalista vitoriosa, buscou estabelecer uma Geopolítica dominante e suas respectivas áreas de influência. Não é demais lembrar que os EUA mantiveram a ocupação militar nos países onde havia estacionado suas tropas e desenvolveu políticas e instrumentos de

intervenção econômico-militar em todo o mundo. Em todo o território sul-coreano os EUA construíram e ampliaram aeroportos e portos militares, concentrando forças ao longo do Paralelo 38. Para a modernização do exército títere sul-coreano, em 1949, ofereceram como "ajuda militar" cerca de 110 milhões de dólares.

A tensão entre Coreia do Sul e Coreia do Norte tem origem na divisão de poder global após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Durante o processo de ocupação das áreas tomadas pelo Japão - um ex-aliado nazista -, os Estados Unidos ficaram com o sul da península coreana, enquanto a União Soviética estabeleceu suas tropas no norte.

Inspirados pela revolução comunista na China, em 1949, os norte-coreanos decidiram, no ano seguinte, tentar unificar as Coreias por meio de uma declaração de guerra ao Sul. Começava ali a Guerra da Coreia (1950-1953), que tinha de um lado o apoio das tropas soviéticas e, do outro, a participação de militares americanos.

De acordo com Crouzet (1958) a Guerra da Coreia foi travada entre 25 de Junho de 1950 a 27 de Julho de 1953, opondo a Coréia do Sul e seus aliados, que incluíam os Estados Unidos da América e o Reino Unido, à Coreia do Norte, apoiada pela República Popular da China e pela União Soviética. O resultado foi a manutenção da divisão da península da Coreia em dois países. Em 1950, cinco anos e meio depois de vencer a Alemanha Nazista principalmente no *front* oriental russo em pleno inverno rigorosíssimo, os Estados Unidos e a União Soviética, ex-aliados, entram em conflito pelo controle da Coreia, uma nova zona de influência comercial e territorial, arriscando provocar uma terceira guerra mundial.

Como dito acima, a guerra tem início em 25 de junho de 1950. Em Setembro, as forças das Nações Unidas começam uma ambiciosa ofensiva para retomar a costa oeste, ocupada pelo exército norte-coreano. No dia 15 desse mês, chegam com certa facilidade a Incheon, perto de Seul, e algumas horas depois entram na cidade ocupada. Os setenta mil soldados norte-coreanos são vencidos pelos cento e quarenta mil soldados das Nações Unidas. Cinco dias depois, exatamente três meses após o início das hostilidades, Seul é libertada. Com essa vitória, os Estados Unidos mantêm sua supremacia no sul. No primeiro dia de Outubro, as forças internacionais violam a fronteira do paralelo 38, como os coreanos haviam feito, e avançam para a Coreia do Norte.

Então a guerra da Coréia entrou num período de escaramuças e pequenos combates, com ambos os lados preocupados em manter os pontos estratégicos já conquistados, lembrando a luta

de trincheiras da Primeira Guerra Mundial. Esta situação persistiu por longos dezoito meses, enquanto as negociações de paz, intermediadas pela ONU, prosseguiam. Apesar da natureza estática dos dois últimos anos do conflito, as perdas de vidas foram acentuadas, e todos sofreram muito mais do que nos dois anos de guerra de movimento. O armistício total foi assinado em 27 de julho de 53 e a guerra da Coréia terminava praticamente como havia começado, apesar de ter causado tanta morte e destruição.

Segundo Hobsbawm (1995) o conflito foi encerrado com ambos os lados voltando para os limites do paralelo 38, a linha imaginária que marcava a divisão inicial entre os territórios comunistas e capitalistas. Apesar da assinatura do Tratado de Pan-munjom ter acabado com as batalhas imediatas, um acordo de paz nunca foi estabelecido, e Coreia do Sul e Coreia do Norte continuam oficialmente em guerra até hoje.

Em agosto de 1948, a República da Coréia do Sul é criada através da passagem do poder realizado pelo Governo Militar de ocupação dos Estados Unidos. Os problemas do novo governo não se resumiam apenas àqueles de reconstrução de um pós-guerra, mas contemplavam todos os conflitos ideológicos que opunham o Norte e o Sul. Tais conflitos levam à guerra da Coréia (1950-1953), um dos episódios mais marcantes da Guerra Fria.

Depois da década de ocupação japonesa; depois de uma guerra mundial, que devastou parte do planeta; depois de uma guerra regional de alta potência, as duas Coréias estavam com problemas sociais, econômicos e políticos graves. A reconstrução era uma tarefa grandiosa. A herança da guerra era pesada: mais de um milhão de mortos e mutilados; desemprego generalizado; forte transferência demográfica do campo para a cidade, o que provocou escassez de alimentos e forte pressão social nos centros urbanos.

A sociedade sul-coreana caminha de 1953 até 1960 num quadro de muita instabilidade política. O Partido Liberal, e sua maior liderança, Syngman Rhee resistem à democratização do país. Finalmente, em 1960, ocorrem eleições que são fraudadas pelo Presidente Rhee e o Partido Liberal. Em 15 de março, manifestações explodem em todo o país, chegando até a Seul. A repressão é severa e inclui o assassinato de opositores. O governo resolve endurecer e decreta a lei marcial. As manifestações continuam. Rhee renuncia. Um governo provisório encabeçado por Huh Chong é instalado com a principal tarefa de organizar novas eleições. O resultado das eleições é uma esmagadora e indiscutível vitória da oposição, representada pelo Partido Democrata.

O novo governo eleito, do Partido Democrata, não foi capaz de gerar estabilidade e confiança. Os movimentos da massa resolvem manter a pressão política nas ruas, enquanto o governo passa a sofrer de "paralisia política", não consegue atender a nenhuma força em disputa. Há uma crise de hegemonia no país. Crises não são fenômenos atemporais, estão sempre localizadas e são resolvidas na conjuntura e na curta duração. A solução já estava à caminho. Lá, como aqui, foi um "rumor de botas".

Na madrugada de 16 de maio de 1961 as forças armadas, sob a direção do General Park Chung-Hee, tomam o poder através de um golpe de estado. O período Park Chung-Hee como presidente da Coréia do Sul se estende de 1961 até 1979 quando o mesmo é assassinado. O período denominado de Terceira República (1961-1971) é caracterizado pela reaproximação com o Japão e por forte crescimento econômico.

Em 1972 o presidente Park revisa a Constituição no sentido de uma maior centralização do poder nas mãos do presidente. A idéia era de que as reformas que a Coréia do Sul precisava, incluindo uma mais rápida modernização econômica, exigiam aquela centralização. Estava criada a Quarta República. Em outubro de 1979, o Presidente-General, Park Chung-Hee, foi assassinado. Foram 18 anos de governo exitoso no campo econômico. A Coréia do Sul sai da condição de país colonizado para a condição de potência regional, abaixo apenas do Japão.[36]

Com a morte do presidente Park, o Primeiro-Ministro Choi kyu Hah assume a presidência interinamente, para depois ser eleito, indiretamente, por um Colégio Eleitoral denominado de Conselho Nacional de Unificação. Mesmo eleito e portador da legitimidade conferida pelo Conselho Nacional de Unificação, o governo de Choi Kyu Hah dura menos de um ano, sendo substituído pelo General Chun Doo Kwan. O regime autoritário do General Park teria continuidade no regime do General Chun. Desse modo, estava fundada a 5ª. República.

Depois de uma Guerra Civil que se arrastou por cerca de três anos, em 1953 a Coréia apresentava renda *per capita* de 80 dólares americanos. Em 1980, menos de 30 anos depois, a

[36] Não se considera aqui a discussão sobre o papel e o poder no sistema-mundo que a China deve exercer no atual século XXI. Apesar de que em *"Adam Smith em Pequim",* Giovanni Arrighi, dedicar-se a explicar teórica e historicamente a ascensão da China à posição de locomotiva da economia mundial, bem como as implicações da perda desta posição pelo Ocidente e, em particular, pelos Estados Unidos, este trabalho teria que abrir um parêntese que daria outra tese. De todo modo é cedo para confirmar ou refutar a corajosa, e ambiciosa tese de Arrighi. Aliás, só a História pode fornecer a palavra final sobre teses desta natureza. Entretanto, para quem estudou a obra completa de Arrighi e sabe da consistência metodológica e epistemológica e da combinação primorosa que aquele autor faz de Karl Marx, Max Weber, Joseph Schumpeter e Fernand Braudel, é quase impossível não se sentir tentado.

renda per capita do país atingiria 1.645 dólares americanos e em 2010 este indicador chegou a 20.000 dólares americanos. No período 1950-80, a Coréia esteve entre as economias de maior crescimento do mundo, atingindo 6,5% de crescimento médio anual – tendo um máximo em 1969, ano em que o PIB apresentou variação de 13,8 %. Mais do que um exemplo de crescimento rápido e sustentado, a Coréia é um dos raros casos em que o crescimento do produto material aconteceu em convergência com um adequado desenvolvimento do sistema financeiro. (Banco Mundial).

Amsden (1992) já mostrava que o que caracteriza o capitalismo de industrialização tardia era um forte viés regional. Não se trata da velha, mas, ainda atualíssima, discussão sobre difusão desigual de tecnologia, mas da difusão desigual do capital. Assim, a Coréia do Sul é um interessante e bem-sucedido caso sobre o efeito do uso de fontes externas de financiamento em países de desenvolvimento tardio. Trata-se de um caso onde a dinâmica da poupança externa foi muito mais benéfica no longo prazo do que o observado em diversas economias tardias latino-americanas. Para analisar os efeitos da poupança externa na economia, porém, não se pode olvidar o contexto particular da Guerra Fria em que estes países eram parte do xadrez da geopolítica internacional. A Coréia do Sul, de forma diferente dos países latino americanos, foi fortemente beneficiada por grandes somas de ajuda externa, logo após a divisão do país em 1948, e continuou a receber recursos externos sob a forma de ajuda militar por muito tempo.

Entretanto é preferível evitar as explicações monocausais. Uma única variável não pode substituir uma teoria mais geral e que busque uma apreensão através do método histórico. Uma abordagem muito conhecida e até hoje utilizada é a dos "gansos migradores"[37], devida a Kaname Akamatsu, onde o autor defende a tese de que é impossível entender o desenvolvimento de um país sem considerar suas relações com outros países mais desenvolvidos, ou seja, as transferências de tecnologia, os investimentos externos e o comércio entre as partes mais ricas e

[37] O modelo dos "gansos migradores" é um paradigma de desenvolvimento criado a partir da publicação de um trabalho de Kaname Akamatsu no *Journal of Developing Economies*. Consiste no aproveitamento da sinergia criada na região, por meio de grandes investimentos empresariais, sob a liderança do Japão. O modelo baseia-se na divisão regional do trabalho para o Leste Asiático, tendo como pano de fundo, a teoria das vantagens comparativas. O paradigma postula que as nações asiáticas alcançariam o Ocidente, obedecendo a uma lógica segundo a qual a produção de *commodities* transferir-se-ia dos países mais avançados para os menos avançados. As nações subdesenvolvidas da região seriam consideradas "alinhadas sucessivamente atrás das nações industriais avançadas na ordem dos seus diferentes estágios de crescimento, seguindo um padrão análogo ao do vôo dos gansos selvagens", tendo-se como ganso líder o próprio Japão.

as mais pobres de uma região promovem o desenvolvimento através da reestruturação da divisão do trabalho.

De acordo com Amsden (1992) a metáfora dos "gansos" levanta mais dúvidas do que respostas, ou seja, não parece haver necessidade de novas discussões sobre o papel das externalidades positivas promovidas pelo crescimento do Japão sobre o restante da Ásia, contudo este fato tomado isoladamente não pode explicar o crescimento de alguns países, principalmente a aceleração ocorrida nas duas últimas décadas do século XX. Por outro lado, nos anos de 50 e 60, a economia americana criou muitas externalidades positivas para parte do subcontinente americano, ocorreram fortes fluxos de tecnologia, investimentos e comercio norte-sul, entretanto o modelo dos "gansos migradores" não funcionou no Ocidente. Além do mais é pouco crível que uma estratégia exitosa de desenvolvimento reflita apenas o deslocamento de externalidades regionais baseada em custos comparativos que obrigam o líder a transferir custos do trabalho juntamente com produção manufatureira inferior

O fato central é que a influência japonesa sobre a Coréia é, sem dúvida, assunto bastante polêmico. Por um lado, há bastante consenso de que a atitude japonesa sempre foi discriminatória, afastando coreanos dos governos e excluindo-os de sua participação no processo de planejamento e gerenciamento da economia. Por outro lado, o Japão foi responsável pela modernização do país: (a) pelo desmantelamento de arcaicas instituições da dinastia coreana tradicional; (b) pela codificação do código civil; e (c) pela implantação de uma ampla reforma agrária. Em grande medida, pode-se dizer que o colonizador foi o responsável pelo desenvolvimento da economia coreana, introduzindo práticas modernas na agricultura, bem como desenvolvendo a indústria de base após os anos 1930. Os japoneses foram também responsáveis pela promoção de mudanças na estrutura legal do país e tiveram grande influência sobre jovens burocratas que mais tarde assumiriam importantes papéis na história coreana. (Amsden, 1989, p. 45-54)[38].

Segundo Alam (1989) a maior e mais importante contribuição da industrialização colonial tenha sido seu legado em termos de capital humano, que sobreviveu à Segunda Guerra sem ser praticamente abalado. Em 1944 existiam nada menos do que 7.000 gerentes e 2.000 técnicos

[38] Além disso, embora os especialistas coreanos permaneçam divididos sobre esta questão, os mesmos indivíduos que eram proprietários no passado, isto é, sob o velho sistema se tornaram os novos proprietários na nova situação, agora, no entanto, os latifundiários trabalhavam em conjunto com burocratas, intelectuais confucioanistas, e os japoneses.

profissionais de origem coreana, somas expressivas considerando o grau de desenvolvimento do país no período (Alam, 1989: 44). A educação recebeu grande ênfase nas políticas do Estado Coreano. Durante o período 1945 – 1960, o número de estudantes em universidades subiu de aproximadamente 8.000 para mais de 100.000. O analfabetismo caiu de 78% em 1945 para 28% em 1960.

Em grande medida, foi o Japão o responsável por introduzir o capitalismo na sociedade Coreana, mas isso se deu num processo histórico muito peculiar. Em primeiro lugar, não houve grande resistência em transformar a estrutura agrária do país em uma sociedade industrial. Em segundo, a criação dos grandes conglomerados industriais que até hoje caracterizam o país – os Chaebols – foram, em grande medida, uma criação do Estado:

> Como tal, a missão histórica do estado coreano não é tanto a "reprodução" das relações sociais como os teóricos do Estado discutem, mas a "produção" de uma da força de trabalho dsciplinada e organizada através da repressão, e nutrindo um grande negócio, ao fornecer um fluxo permanete de recursos financeiros. (WOO, 199: 14).

O Chaebols coreano tem seu correspondente em firmas japonesas: os Zaibatsus. Estes são estruturas industriais que se caracterizavam por formar conglomerados industriais de gerenciamento familiar. Atuando com diversos produtos e em distintas indústrias, os Zaibatsus eram organizados sob a forma de holdings. Outra importante característica refere-se à presença de um banco no centro da estrutura do conglomerado, para financiar os negócios. Mas, apesar de atuarem em diversos setores, cada família se especializava em um determinado setor industrial, de forma que, na essência, não existia grande competição entre os grupos.

Cabe destacar que os Chaebols que caracterizam a estrutura industrial coreana seguiram um modelo institucional semelhante, mas, ao invés de possuírem no centro do grupo um banco, uma trading é colocada em seu lugar. Durante o período colonial, depois de 1930, os Zaibatsus passaram a atuar na economia coreana como multinacionais. Num relativo curto espaço de tempo, o domínio dos Zaibatsus na economia coreana se tornou proeminente. De fato, em 1941, 70% dos investimentos totais do Japão na Coréia eram feitos por seis grupos Zaibatsu (Amsden,

A, 1989, p.33)[39] Entre 1910 e 1920, a indústria coreana foi fortemente discriminada pelo Japão em favor da agricultura. Entretanto, após 1919 a atitude do colonizador mudou. A Primeira Guerra Mundial trouxe ao Japão uma prosperidade sem precedentes, transformando o país de uma economia com excesso de trabalho em uma economia com abundância de capital. Estes anos de "excedente" levaram ao início da industrialização das colônias japonesas e de outras áreas de influência. É neste período que barreiras à exportação são significativamente relaxadas, para finalmente, as companhias japonesas passarem a investir livremente na Coréia.

As mudanças de atitude do Japão são acompanhadas por mudanças na estratégia da Coréia. Além da forte articulação entre os dois países, a orientação econômica coreana mudou em função das transformações pelas quais passava o Japão. De fato, a Coréia deixava de ser uma mera produtora de bens primários e alguns têxteis para dirigir sua indústria para a produção local de bens relacionados à indústria da guerra. Nos anos 1930, o Japão envereda pelo caminho da indústria pesada em preparação para a guerra e o crescimento real da produção industrial coreana atinge em media 10% ao ano. (WOO, 1991)

Segundo Woo (1991) em 1940, a produção industrial praticamente se equiparou à produção rural. Em menos de 10 anos, a proporção da indústria pesada saltou de 20,7%, em 1930 para 46,1% do PIB, em 1939. Em 1943, a indústria pesada já representava quase 50% do total da produção industrial, evidenciando um padrão de industrialização colonial baseado na estreita colaboração entre o Estado e os Zaibatsus – e na construção de economias de escala.[40]

Cabe aqui ressaltar que, por trás desses números de crescimento industrial, encontrava-se uma experiência colonial tão dolorosa que muitos coreanos gostariam de poder apagá-la de sua memória. A extensão da repressão do Estado (com vários massacres de cidadãos coreanos) é bem

[39] Além das similaridades nos arranjos institucionais das empresas, apenas alguns poucos empresários coreanos conseguiram acumular capital, colaborando com japoneses. Dentre os 50 maiores Chaebols existentes hoje, somente três têm a origem de suas riquezas atrelada ao passado colonial: Samyang, o grupo de Tusan, Samsung, e talvez o Lucky-Goldstar (Woo, 1991, p. 66).

[40] Foi o setor químico aquele que experimentou o crescimento mais expressivo: entre 1930 e 1943, a produção química multiplicou-se por 10. A indústria têxtil apresentou também crescimento recorde. O número de máquinas de tecelagem na Coréia era de 15.000 em 1934, passando para 213.000 em 1939. Em contraste, a produção de alimentos teve sua participação drasticamente reduzida: de 64% da produção industrial em 1929 para 24% em1938. A indústria do aço foi menos bem sucedida do que a química, apesar do Plano Qüinqüenal japonês para aumentar a produção do setor na Coréia. A produção de combustíveis foi outro fiasco da industrialização, absorvendo materiais e mão-de-obra excessivos. No caso da produção de magnésio, entretanto, a Coréia chegou a prover 50% do total da produção do Império entre 1944-45 e a produção de carvão cresceu 131% no país no período 1937-40. A Coréia era também a fonte mais importante de energia hidroelétrica para o Império. (Woo, 1991, pp. 36-39).

documentada historicamente, assim como a obrigação da recusa da identidade coreana nacional, a da língua, além de outras terríveis práticas. Muitos autores consideram, inclusive, que foram as pressões sociais criadas nesse processo que estão por trás da eclosão da Guerra Civil Coreana.

Será neste caldeirão de pressões sociais herdados do período colonial após a Segunda Guerra Mundial que no espaço de apenas uma geração a Coréia ira experimentar uma série de convulsões sociais, militares e econômicas, algumas bastante relacionadas ao caldo de cultura que imperava no período de dominação japonesa. A divisão do país, em 1948, foi, sem sombra de dúvidas, o maior deles.

A divisão do território significaria a perda para a Coréia do Sul da indústria pesada, da maioria dos depósitos de carvão e quase toda a capacidade de geração de energia. Durante os primeiros anos após a Guerra Civil, a Coréia do Sul teve de lidar com a drástica redução de sua capacidade de produção industrial (agravada ainda pela repatriação de técnicos e gerentes), com pressões inflacionárias e com a difícil questão econômica e social de como dividir e dispor dos bens e propriedades japonesas. Assim, quando a economia coreana ressuscita, em 1950, ela apresenta algumas peculiaridades e muitas "marcas herdadas das distorções do período colonial":

> Houve excesso de capacidade no sector dos têxteis e manufaturas leves e subcapacidade na indústria de base. Havia um grande número de empresas de pequeno porte, mas um hiato na categoria grande porte. Os esqueletos de corporações de propriedade japonesa na indústria de base, que o governo coreano herdada, eram abundantes, mas mal gerido e tecnicamente difícil operar. A qualidade contraditória da modernização japonesa sob o colonialismo foi especialmente vívida na agricultura, sendo que tanto o objeto da agressão japonesa e do coração da economia coreana e da sociedade, tornar-se um campo de batalha. O objetivo do governo colonial japonês foi para elevar a terra de impostos. Para este fim, ele havia criado uma burocracia pesada e realizou uma reforma agrária depois de 1910. (AMSDEN, 1989: 34).

Após 1945, com o Japão fora de cena[41], a Coréia do Sul teve de pedir ajuda aos americanos – fato que dividiu política e socialmente (ainda mais) o país. O desmonte da estrutura

[41] Os fatos que ninguém discute são que ao final da Segunda Guerra mundial, os soviéticos ocuparam a parte norte da península coreana e instalaram lá um governo "amigo", enquanto na parte sul da península uma administração militar norte-americana assumia o poder. Ou seja, depois de décadas de ocupação japonesa, em lugar de uma Coréia livre e autodeterminada, surgiram dois países ocupados por potências imperiais.

deixada pelos japoneses havia deixado um vácuo na organização política do país – espaço este que não foi devidamente ocupado pelas forças militares que chegavam ao país, sem nenhum conhecimento específico sobre o país (Cole & Lyman, 1971). No imediato Pós-Segunda Guerra, a Coréia era uma sociedade marcada pelo antagonismo, onde camponeses opunham- se aos donos da terra e aqueles que resistiram à colonização japonesa opunham-se àqueles que tinham com ela colaborado.

A solução encontrada pelas forças americanas de ocupação foi a de se aliar à facção política mais conservadora do país, o Partido Democrata da Coréia[42]. Mas, uma vez percebida a baixa capacidade de influência do KDP em uma sociedade onde os traços japoneses eram ainda muito marcantes, os americanos procuram outras alianças com a polícia civil e com servidores civis que haviam trabalhado durante os anos de Império:

> Os três anos da rendição do Japão em agosto de 1945 para o estabelecimento de uma república independente em agosto de 1948 foram marcados na Coréia do Sul pela luta política interna e pela constante fricção entre o Governo Militar Americano (AMG) no Sul e as forças de ocupação soviéticas no Norte [...] a inflação, escassez de alimentos, o colapso da produção industrial, a escassez de mão de obra treinada, disposição dos bens japoneses, e uma avalanche de refugiados e repatriados foram os objetos homem de preocupação inicial. (KUZNETS, 1977: 28-29).

2. A Primeira República Coreana (1948-1960)

A Primeira República Coreana (1948-1960) teve como Presidente, Sygman Rhee. Segundo Cole & Lyman (1971). Rhee teve habilidade suficiente para sair-se vitorioso em meio a confusão pós-guerra Segunda Guerra. Conservador, carismático e com impecáveis credenciais nacionalistas próprias do século XIX. Rhee ficou contra os norte-americanos em vários pontos naquele período[43], mas fez duas escolhas de máxima importância: conseguiu a independência em

[42] Korea Democratic Party – KDP

[43] Parte da oposição do governante coreano aos norte-americanos era na verdade estratégia de barganha frente aos perigos chinês e soviético. Os interesses geopolíticos dominantes da potência hegemônica imperialista (USA) eram grandes o suficiente para provocar ações políticas de apoio e ajuda externa generosa por parte dos Estados Unidos. Rhee e seu grupo de conservadores radicais sabiam disto.

separado para o Sul, em 1948, quando as negociações com a URSS estavam dando para trás e sustentou um forte posicionamento anticomunista nos front interno e externo.

O forte viés conservador do governo e da burocracia de Estado que chegou ao poder não evitou que uma importante e popular reforma agrária fosse realizada. Assim, se a sociedade que emergiria da II Guerra já era razoavelmente igualitária, a reforma agrária implementada após o 1945 e a posterior Guerra Civil vivida no país lançaram as bases para um modelo de desenvolvimento com relativa igualdade de renda.

Segundo Kuznets (1977), do ponto de vista do crescimento econômico a Primeira República Coreana é um período marcado por várias fases. Entre Agosto de 1948 e Junho de 1950, a República da Coréia desfrutou de um curto período de desenvolvimento como um novo país independente. O Presidente Rhee, com a ajuda da Lei de Segurança Nacional e das forças americanas de ocupação, buscou eliminar a ameaça comunista e promover a reunificação do país. Foi um período caracterizado pela hostilidade ao comunismo e pela extração máxima de benefícios da ajuda americana, com um mínimo de concessões às exigências americanas.

De acordo com Kuznets (1977) os custos econômicos e sociais da Guerra Coreana não podem ser mensurados adequadamente. É possível estimar que as perdas em vidas humanas superaram um milhão de sul-coreanos, entre mortos, executados, feridos, sequestrados e desaparecidos. As perdas de capital físico (incluindo destruição de prédios, equipamentos, malhas de transportes etc.) são estimadas em valor superior a 400 bilhões de Hwan, moeda da época, a preços de Julho de 1953.

De acordo com Cole & Lyman (1991) os anos posteriores à Guerra Civil foram de substancial recuperação econômica: o crescimento médio anual do PIB atingiu 5,5 % por ano durante o período 1954-1958. A produção industrial liderou o processo, crescendo 14% ao ano, apesar das limitações de energia e transporte. A renda *per capita* cresceu o equivalente a 80 dólares americanos em 1954 para cerca de 90 dólares americanos ao final do período de reconstrução em 1958. Na realidade, considerando o período 1953-1958, a taxa anual média de crescimento do volume da produção de ambas as indústrias, pesada e leve, foi maior na Coréia do Sul do que em todos os outros 36 países para os quais existem dados da ONU. (Amsden, 1989, p. 41).

Fato notório é que a ajuda externa em grande escala forneceu os recursos suficientes para comprar as importações necessárias ao investimento e ao consumo durante o período 1954-1958.

Após 1953, a dependência em relação aos EUA, que havia sido um arranjo benéfico para ambos os lados antes da Guerra Civil coreana, adquiriu uma rigidez muito forte. O orçamento do governo coreano se tornou dependente dessa ajuda não apenas para a defesa, mas também para outros gastos. Em particular, os recursos foram usados para financiar empréstimos de longo prazo para a indústria como um todo. Nos anos 1950 os subsídios dados pelo governo coreano não eram setor-específico, e que a canalização dos mesmos para a indústria marca o início de uma relação simbiótica entre o Estado e os embriões dos grandes conglomerados industriais: os Chaebols.

Durante o período 1954-1958, o crescimento em todos os setores foi considerável exceto para 1956, ano em que agricultura e o setor de pesca tiveram um mau desempenho. O crescimento foi puxado pelos setores de mineração e manufaturas, mas também por investimentos em infraestrutura ligada a serviços públicos.

O objetivo de melhorar as condições fiscais tomou a forma de um programa de estabilização (1957-60). O plano teve sucesso em conter a inflação (que caminhava para uma hiperinflação), embora se possa dizer que grande parte do sucesso deva ser atribuído ao bom desempenho das safras agrícolas de 1957 e de 1958. Entretanto, ao Plano seguiu-se um longo período de estagnação.

Segundo Woo (1991) ao se examinar o período histórico da Primeira República Coreana (1948-1960), deve-se separar quatro fases distintas: (a) 1948-1950, de elevado crescimento; (b) 1950-53, período de Guerra Civil; (c) 1954-58 novamente de elevado crescimento; e (d) os dois últimos anos da década (1959 e 1960), quando a economia reduziu suas taxas de crescimento marcado por grande insatisfação política, embora o Presidente Rhee tenha permanecido no governo até abril de 1960, ano em que estourou a revolução estudantil que deu fim à Primeira República.[44] É verdade que condições climáticas adversas prejudicaram a produção agrícola no ano de 1960, levando a uma queda do produto, mas foi a redução da ajuda externa o fator determinante do término daquele período

Sobre a questão do financiamento é importante destacar que ao final da Segunda Guerra, a propriedade de todas as empresas japonesas, incluindo os bancos, passou para o comando militar americano e foram posteriormente transferidos para o Governo coreano, em 1948. Assim, a

[44] A rigor, a crescente oposição ao Presidente Rhee manifestou-se pela primeira vez já nas eleições de 1956. Naquela ocasião, o Presidente recebeu apenas 55% dos votos populares (contra 72% em 1952). Além disso, o partido opositor (Democratic Party) conseguiu eleger o vice-presidente – fato que gerou surpresa ao Partido Liberal do Presidente Rhee. (Cole & Lyman, 1971, p.28).

segmentação das atividades bancárias que caracterizava o sistema financeiro coreano colonial praticamente desapareceu. O crédito de longo prazo foi reduzido e passou a ser concedido – em pequenos níveis – apenas através de Bancos Públicos, que tomavam recursos do Banco Central. Inicialmente, os bancos foram obrigados a fazer empréstimos para as empresas estatais, das quais tinham dificuldades de obter o pagamento. Ao mesmo tempo, o valor dos depósitos a prazo corroía-se pela inflação e o mercado de capitais (títulos e ações) era praticamente inexistente.

Cabe destacar o trabalho de elaboração de uma reforma financeira cujas bases eram: (1) transformar o Banco de Chosen em um Banco Central autônomo (isto é, o Banco de Chosen perderia a função de atuar em atividades comerciais e se tornaria o responsável pela condução e gerenciamento da política monetária e pela supervisão bancária); (2) criar um Comitê de Política Monetária; (3) aumentar o controle dos bancos comerciais com a intenção de transferi-los (o mais rápido possível) ao setor privado; (4) estabelecer medidas de combate à inflação.

Bloomfield & Jensen (1951), defenderam a privatização dos bancos com vigor, condenando enfaticamente o papel do governo:

> O fato de que o Governo detém a participação majoritária na maioria dos bancos coreanos teve pelo menos duas grandes desvantagens. Em primeiro lugar, submeteu estas instituições a injustificáveis pressões políticas e interferências miopes e arbitrárias de uma espécie que tem sido sempre desfavoráveis a uma política bancária sólidao e saudável. Em segundo lugar, com os controles do governo, os banqueiros tiveram muito menos incentivos, e sendo objeto de incentivo menor, também se motivaram menos do que se as ações de controle estivessem nas mãos de acionistas privados com um interesse financeiro pessoal nos bancos em causa. É nossa firme opinião de que um dos requisitos principais da reforma bancária na Coréia do Sul deve ser o de obter a maioria dos bancos o mais rapidamente possível fora das mãos do governo, isto é, nas mãos do proprietário privado. (BLOOMFIELD & JENSEN, 1951: 73).

O início da Guerra Coreana, porém, adiou muitas das reformas propostas. O banco de Chosen foi transformado no Banco Central Coreano (Bank of Korea - BOK) em Junho de 1950, mas as mudanças restantes (consideradas em conjunto no chamado “The General Banking Act”) não foram implementadas até 1954. Durante os anos 1950, o BOK continuou a exercer atividades de Banco Central..

Durante a Guerra Civil, como esperado, o BOK não foi capaz de deter a inflação, que se acelerou – e houve um consequente movimento de fuga da moeda para ativos que mantivessem seu poder de compra (evidentemente, esse processo, ao elevar a velocidade de circulação da moeda, acelerava ainda mais a inflação).

O papel dos bancos comerciais se tornou mínimo durante a Guerra Civil (menos de 10% do PIB) e o mercado informal suplementou recursos ao público de forma que o sistema financeiro continuou a funcionar, embora em níveis muito baixo. Em agosto de 1954, as reformas propostas por Bloomfield e Jensen passaram a ser implementadas, dando ao Comitê de Política Monetária maior autonomia para regular a atividade dos bancos comerciais. Ao mesmo tempo, o governo, que já havia se apropriado da participação japonesa nos bancos comerciais domésticos (obtidos através da intervenção americana), iniciou um processo de privatização bancária. À exceção do Cho-Huang Bank (que já era de propriedade coreana no período colonial), os outros três bancos comerciais de propriedade do governo foram transferidos para a iniciativa privada.

Na realidade, o processo de privatização bancária foi feito lentamente – o que sugere uma resistência por parte do governo em aceitar as recomendações americanas. De fato, os três bancos comerciais não se tornaram privados antes de 1957, quando um pequeno número de acionistas finalmente os adquiriu, depois de diversas tentativas fracassadas de leilão. Interessante, é que exatamente o oposto do que previam Bloomfield e Jensen ocorreu: a participação dos bancos comerciais no total dos empréstimos após a privatização caiu de 45% em 1955 para 29% em 1960:

> Talvez seja desnecessário registrar que todos os benefícios reivindicados para a propriedade privada de fato, se não materializaram, mas houveram algumas mudanças. Parece que as autoridades monetárias acharam mais fáceis restringir a expansão do crédito dos bancos comerciais quando esses bancos eram de propriedade privada e não estatal. (COLE & PARK, 1983: 54).

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que o processo de privatização ia (lentamente) avançando, o Estado aumentava seu papel no sistema financeiro através da criação de novos bancos públicos. Em particular, logo após o final da Guerra Civil, em 1954 foi criado o Banco de Desenvolvimento Coreano (Korea Development Bank – KDB), inicialmente chamado de Banco de Reconstrução Coreana.

Segundo Cole & Park (1983) o objetivo primário do KDB era garantir crédito de médio e longo prazo para a indústria. Seu ativo, passivo e patrimônio foram adquiridos do Banco Industrial (que possuía ênfase no financiamento de curto prazo durante o período entre guerras e depois durante a guerra civil), os quais provinham, por sua vez, do Banco Agrícola-Industrial existente durante o período de colonização japonesa (quando atuava tanto no curto como no longo prazo). O KDB foi originalmente concebido como um banco exclusivamente voltado para o longo prazo, sob a autoridade direta do Ministro das Finanças – ou seja, independente do controle do Banco Central. Entretanto, independente das intenções originais, o KDB se tornou, na prática, bastante dependente dos recursos do BOK. Ao final de 1955, o KDB já representava 40% do crédito bancário total, mas somente um terço de seus empréstimos provinha de fundos, enquanto o restante dos recursos provinha do Banco Central Coreano.

Apesar de suas similaridades com um banco de investimento, o KDB recebia não apenas depósitos a prazo do público (como é comum aos bancos privados de investimento), mas também depósitos à vista. Todavia, apenas aqueles que houvessem contratado empréstimos ou outros serviços financeiros podiam ter depósitos à vista junto ao banco. Além disso – e diferentemente de bancos comerciais – o KDB não podia depender dos depósitos de seu balanço como fonte de recursos (funding). Desta forma, seus fundos deviam ser compostos, basicamente, por empréstimos do governo, de instituições financeiras multilaterais e de bancos estrangeiros.

Outra importante instituição pública criada nesse período foi o Korea Agriculture Bank (KAB). Antes da criação do KAB, a Federação das Associações Financeiras (Federation of Financial Associations) costumava prover aos agricultores serviços bancários e de marketing de forma que a situação não se modificou em muito após a criação da nova instituição.

O novo Banco da Agricultura (que mais tarde mudaria seu nome para National Agricultural Cooperatives Federation – NACF) foi criado para canalizar fundos para a agricultura e pesca, ampliando o escopo de seus clientes, mas deixando as atividades, de apoio de marketing de lado. Como diversos outros bancos públicos existentes à época, o Banco da Agricultura era considerado um “banco especial” nas Contas Nacionais.

Ambos KAB e Agriculture Bank dependiam basicamente de recursos de Ajuda Externa como fonte de recursos. Controlando ambas as fontes de financiamento (domésticas e externas) e manipulando as restrições à importação, bem como os tetos de preços domésticos (política de administração de preços públicos), o governo e os doadores de recursos externos (leia-se EUA)

tinham um poderoso conjunto de instrumentos para afetar a rentabilidade das diferentes atividades produtivas e assim canalizar investimentos. A alocação dos recursos do KAB-KDB estava, entretanto, mais concentrada no setor manufatureiro, que representava cerca de 2/3 de todos os empréstimos durante o período 1958-1960 (Cole & Lyman, 1971: 194).

Por fim, olhando a evolução dos ativos do Banco Central Coreano (BOK) ao longo do tempo, pode-se ver que os ativos do governo representavam (durante toda a década) a maior parte dos recursos – e que esta fatia cresceu consideravelmente a partir de 1955. Os empréstimos do BOK ao setor privado (incluindo KDB) não representavam uma parte significativa do ativo total; aliás, nem eram significativos os empréstimos concedidos a outras Instituições Bancárias. Somando os ativos externos (reservas) com empréstimos e outros ativos externos, podemos notar um impressionante crescimento dos ativos em moeda estrangeira no BOK, sobretudo a partir de 1957 (ano que marca a conclusão do processo de privatização) – e, portanto, um fator de pressão sobre a base monetária da economia.

De fato, a Primeira República é um período caracterizado, por vários autores, como uma época marcada pela inflação, elevada corrupção e estagnação econômica. A realidade mostra, porém, como visto que o crescimento foi substantivo em grande parte do período e que a inflação, embora tenha permanecido no nível dos dois dígitos até 1957, não se transformou em hiperinflação aberta.

Sinteticamente, pode-se dizer que, analisando os anos 1950 na Coréia, Krueger (1984) e Lal (1983) só enxergam o que caracterizaram por uma sociedade rent seeking (ou seja, uma predisposição em estabelecer ganhos através de meios não competitivos, com acesso privilegiado a licenças e quotas de importação, contratos públicos não competitivos etc. em ambiente altamente inflacionário). Mas, mesmo autores que defendem a importância do Estado como promotor do desenvolvimento na Ásia, especialmente na Coréia do Sul, tais como: Amsden, (1989), Alam, (1989) e mesmo (em menor grau) Cole & Lyman (1971), também rejeitam as políticas praticadas no período Rhee, caracterizando-o como um período onde um Estado Corporativista falhou em promover o desenvolvimento.

Entretanto, os dados mostram não apenas o desenvolvimento industrial, mas a criação de algumas importantes instituições, sobretudo quando se restringe ao caso de instituições financeiras. É parecer deste trabalho que ainda durante os anos 1950 foram lançadas as bases institucionais para o financiamento do desenvolvimento que caracterizou o período 1960-1980.

3. A década de sessenta: a aceleração da economia sul-coreana

3.1. Aspectos Gerais do Período

Como diz o título da seção, os anos sessenta foram um período de aceleração da economia coreana. Seja utilizando o modelo etapista de Rostow (1961), seja a abordagem dos "gansos migradores" de Akamatsu (1962), ou seja, a teoria sistêmica de Arrighi (1997). O fato é que a partir de 1961 a Coréia do Sul em boa medida segue os passos do Japão, evidente que Arrighi credita o "milagre" do Leste asiático como sendo um fenômeno essencialmente japonês. O fato é que o reconhecimento do posicionamento da Coréia do Sul na fronteira do núcleo orgânico, feito pelo próprio Arrighi demonstra simultaneamente a solidez do projeto coreano e a das teses daquele autor.

Segundo Woo (1991) a Coréia do Sul possuía três dos quatro pré-requisitos para o take-off proposto por Rostov, a saber: (a) capacidade tecnológica (com sua mão-de-obra qualificada, e uma capacidade pouco usual para absorver tecnologias, quando comparada a outros países em desenvolvimento); (b) um emergente setor manufatureiro (liderado nos anos 1960 pela indústria têxtil); (c) a existência de uma forte liderança política (personalizada na figura do General Park Hee). O quarto pré-requisito estava, porém, por ser construído: um mercado financeiro. Para obtê-lo, diversas reformas tiveram de ser implementadas.

De acordo com Eckert et alli (1990) o período pré-eleitoral às eleições de 1960 já mostravam a crescente impopularidade do presidente Rhee e do seu partido Liberal. Assim, chegado o momento eleitoral o Presidente Rhee utilizou de diversas práticas ilegais para garantir um resultado favorável. Parte da sociedade não aceitou as fraudes. Como reação, começaram a eclodir em todo o país demonstrações de insatisfação por parte da juventude, principalmente a universitária. Inicialmente, as forças policiais reprimiram as manifestações de massa. Como os regimes de força costumam produzir cadáveres, na Coréia não foi diferente. A descoberta do corpo de um estudante jogado ao mar ensejou uma escalada crescente de manifestações públicas – e as forças armadas recusaram-se a apoiar o governo. Era o início da Revolução de abril. De fato, já em 15 de julho uma recém-eleita Assembleia elegeu, em sessão conjunta, Yun Po-sun o Presidente da Segunda República Coreana, que colocou imediatamente o Dr. Chang Myon como Primeiro Ministro.

De fato a Segunda República teve a duração dos fogos de artifícios. O fundo político da Segunda República era, a bem dizer, muito semelhante com o do regime anterior. O Partido Democrático substituiu o Partido Liberal – mas em curto espaço de tempo se tornaria óbvio que nenhum dos dois seria suficientemente forte para se manter no poder. Uma aliança entre reformistas moderados e radicais, incluindo socialistas, professores, estudantes, intelectuais e sindicalistas foi feita, de forma que Chang foi removido do poder em 16 de maio de 1961, sendo substituído por uma junta liderada pelo General Park Hee. Tem inicio o prussianismo coreano. Um regime forte aproveita a adesão de setores da sociedade para implementar um rápida política de crescimento e desenvolvimento econômico. A Coréia, apesar de todo anticomunismo da grande maioria de seus líderes, acrescentou ao modelo prussiano, a teoria e a prática dos Planos quinquenais.

Assim que toma o poder, o Comitê Militar Revolucionário (posteriormente denominado de "Conselho Supremo para a Reconstrução Nacional") anunciou um programa em seis frentes: (a) combate ao comunismo; (b) respeito à Carta das Nações Unidas; (c) estreitamento dos laços com os Estados Unidos e "outras nações livres"; (d) combate à corrupção; (e) estabelecimento de uma economia autossustentável; e (f) aumento dos esforços para a reunificação do país tão logo a "missão revolucionária" estivesse completada.

Segundo Woo (1991), de início, os militares consideraram que a sua "missão" limitava-se a restabelecer a ordem. Mas, assim que a junta sob o comando de Park Chung Hee tomou o poder, todos aqueles que apoiaram o regime anterior (considerado corrupto ou desqualificado) foram removidos de suas antigas funções. Em seguida, em junho de 1961, a Agência Central de Inteligência da Coréia (KCIA)[45] foi criada com intuito de prevenir um contra-golpe e "oprimir todos os inimigos potenciais". A Assembléia Nacional foi dissolvida e os oficiais militares substituíram civis em cargos da alta burocracia. Uma nova Constituição foi aprovada e um referendum nacional foi promulgado para Dezembro de 1963, marcando o início oficial da Terceira República Coreana, tendo o General Park Hee no comando supremo.

A aceitação do regime militar do General Park Chung pelos EUA não foi imediata, nem pacífica. No início, os americanos, pensaram que o general Park Chung-Hee poderia ser um comunista, depois apenas um meliante, em seguida, um nacionalista, para finalmente concluírem

[45] Qualquer semelhança de nomenclatura, conceitual ou de ação com a Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA não é mera coincidência.

que o novo mandatário da Coréia era além de nacional, um empreendedor político aliado do Ocidente capitalista. Além disso, o General tinha um adequado sentido do uso do poder, uma grande sensibilidade para o "timing" correto da ação política e alguém talhado para o impulso modernizante seguro da Coréia do Sul. (Woo, 1991: 79).

Com ampla aceitação interna e externa, em outubro de 1964 o General Park deligou-se das forças armadas e concorreu a eleições presidenciais, sendo democraticamente eleito Presidente da República. Na eleição subsequente para a Assembleia Nacional, em novembro, o partido do Presidente teve expressiva vitória, criando o suporte político necessário ao novo regime. O Presidente Park Chung seria reeleito Presidente em 1967; e novamente em 1971, permanecendo no poder até 1979, quando foi assassinado.

3. 2. A Questão do Financiamento da Produção nos anos sessenta

Seguindo plano histórico proposto por Brown (1973), pode-se observar que em 1961 ocorreu a criação da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas. Apesar do fato de que no inicio os níveis de inadimplência fosse bastante alto de forma que a instituição não funcionou de forma adequada, a Federação se tornaria a mais importante fonte de crédito agrícola ao longo dos anos. No mesmo ano ocorre a criação do Banco da Indústria Média. Semelhante aos bancos comerciais, em suas funções, aquele Banco tinha por objetivo conceder crédito para as pequenas e médias empresas.

Em 1962, a legislação reguladora do Banco Central Coreano foi revisada de forma a passá-lo para o controle direto do Ministro da Fazenda. Em Junho do mesmo ano foi realizada uma reforma monetária, transformando dez hwan igual a um won. Limites foram estabelecidos para a conversão (500 wons). A reforma foi rapidamente desconstruída, pois em Julho do mesmo ano, todas as medidas (à exceção da mudança no padrão monetário) foram revertidas. A reforma, ao invés de combater a inflação, como pretendido, contribuiu para acelerá-la (uma vez que houve uma fuga da moeda para ativos fixos). Houve queda do ritmo de atividade e redução da confiança no governo. A Lei de Valores Mobiliários e Câmbio foi estabelecida em 1962 quando a Bolsa de Valores da Coréia foi reorganizada.

Em setembro de 1965, o Comitê de Política Monetária anunciou uma nova política de juros, ou seja, os juros nos empréstimos bancários foram aumentados para 26% ao ano, sendo que

os bancos pagariam 2,5% de juros ao mês para os depósitos com prazo de 18 meses. Antes de setembro de 1965, os juros sobre depósitos eram pagos de forma trimestral ou semestral.

Em 1966 foi criada a lei de fomento ao capital estrangeiro que determinava o seguinte: (a) proibição de quaisquer requerimentos de participação de capital nacional; (b) a provisão de responsabilidade do governo em caso em que uma firma estrangeira financiada entrasse em default; (c) limites nas garantias oferecidas pelo governo em geral de forma que o serviço dessas dívidas não poderia exceder 9% das receitas anuais em moeda estrangeira (dessa forma assegurando o valor da garantia); (d) o estabelecimento de uma estrutura crescente de isenções de taxas e tributos para as firmas e investidores estrangeiros.

Em 1967 foram criadas as seguintes instituições financeiras: (a) o Banco de Câmbio da Coréia (KEB) como uma entidade separada do Banco Central Coreano (BOK). Entretanto, como o BOK dispunha das ações do KEB, a mudança teve pouco efeito prático; (b) Foi criado o Banco Fiduciário da Coréia (KTB) pela unificação dos departamentos dos cinco maiores bancos comerciais da nação; (c) foi criado o Banco de Habitação da Coréia para estender crédito para o setor de construção e compra de moradias, assim como para aquisição de material de construção; (d) foi permitido a um número limitado de bancos estrangeiros atuarem no país a partir de 1967, sob controle e fiscalização do governo coreano.

Segundo Cole & Park (1983) nos anos sessenta foram realizadas importantes reformas, incluindo o retorno dos bancos privados à propriedade do governo (estatização); a criação de novas instituições bancárias e não bancárias; uma reforma monetária, mais importante, a reforma dos juros em 1965. Paralelamente a esse conjunto de reformas, o Governo fomentava o Mercado de Capitais.

No início dos anos sessenta, as perspectivas de constituir um Mercado de Capitais que tivesse um papel relevante na mobilização de recursos eram remotas. Como é comum em países periféricos e semiperiféricos, havia poucas ações de qualidade disponíveis no mercado. As firmas eram frequentemente administradas pelas próprias famílias e temiam ir ao público com receio de perda do controle gestionário da corporação.

Existia, também, a desconfiança de que, uma vez aberto o capital, ocorreria maior controle sobre práticas contábeis de apreciar o patrimônio das empresas. Some-se a isso o fato de que outras oportunidades de aplicações financeiras estavam disponíveis para as firmas, tais como o investimento no mercado imobiliário ou nos mercados informais dos recursos excedentes.

O governo diante deste quadro resolve tomar medidas saneadoras, em particular, foram tomadas medidas para fomentar o mercado de capitais, porém a maioria, não alcançou êxito. É somente depois de implementado o Segundo Plano Quinquenal (1967-1971) que se tornou evidente para o governo que medidas mais enérgicas precisavam ser tomadas, já que seria difícil continuar se baseando exclusivamente no crédito bancário e nos empréstimos estrangeiros para financiar todas as demandas financeiras necessárias ao padrão de crescimento industrial a que se buscava.

Apesar dos esforços empreendidos, do ponto de vista prático, após quatro anos da criação da Lei de Fomento ao Mercado de Capitais, apenas 32 firmas haviam listado suas ações em Bolsa de Valores e o valor das ações cresceu apenas 80% durante o período 1968-72. Com o desequilíbrio entre oferta e demanda a composição do índice das ações mais do que dobrou, mas os dividendos representaram apenas 20% deste valor.

Do que foi argumentado acima, percebe-se claramente, que até os primeiros anos da década de setenta, as empresas coreanas basearam-se fortemente em empréstimos bancários e créditos externos para financiar suas dívidas. No que se refere às ações, emissões primárias raramente eram levantadas em oferta púbica.

De todo modo, é fato que as reformas financeiras postas em prática nos anos sessenta propiciaram um significativo aumento no montante de empréstimos concedidos pelos bancos. Somados os empréstimos do Banco de Desenvolvimento Coreano (KDB) com o dos bancos comerciais e dos bancos especiais verifica-se um aumento de 29% nos empréstimos totais no primeiro ano após o golpe militar (1962/1961). No desenrolar dos dois primeiros Planos Quinquenais, os empréstimos apresentam crescimento substantivo. Quando se considera o período inteiro, os empréstimos totais crescem de $52.3 bilhões em 1961 para $ 1.077,0 bilhões em 1971; ao mesmo tempo, as garantias aumentaram de $ 1,6 bilhões para $ 1.048,7 bilhões no final do mesmo período (Cole & Park, 1983, p. 62-64).

Segundo Cole & Park (1983) é perceptível inferir um grande crescimento dos depósitos no sistema bancário após 1965. Neste ano, as taxas de juros foram elevadas drasticamente. De fato, as taxas anuais médias reais para depósitos de longo prazo passaram de 17 por cento negativas (-17,0%), em 1964, para 17,1 por cento positivas em 1966. Por sua vez, as taxas sobre empréstimos nos bancos comerciais, transitaram de menos 16 por cento em 1964, para mais 15 por cento em 1967, deflacionada pelo deflator implícito do PIB coreano.

A reforma mais importante durante os anos 1960, junto com a nacionalização dos bancos, foi, sem nenhuma dúvida, a reforma das taxas de juros feita em setembro de 1965. A partir deste ano, as taxas nominais em empréstimos de banco foram estabelecidas de forma a serem de 2,5% mensal para depósitos a prazo de dezoito meses, a saber, as seguintes taxas anuais: 30,0% de juros simples ou 34,5% de juros compostos cabe lembrar que a prática de juros simples era muito comum até 1968.

Contudo, e esta compreensão dos fatos históricos é fundamental, é absolutamente equivocada a tese de que, porque aderiu à proposta da reforma das taxas de juros, o governo tivesse adotado uma orientação financeira liberal. Ao contrário, o sistema financeiro coreano permaneceu sempre sob controle estrito do governo após a Reforma de 1965. Para entender esta posição política aparentemente paradoxal é preciso entender o prussianismo coreano, o caráter do regime militar do General Park e as origens sociais daqueles que ocupavam o poder, ou seja, eles eram homens de origem camponesa e conviveram com oficiais ultranacionalistas japoneses na década de 1930. A maioria daqueles camponeses, mesmo depois de poderosos, tendia a suspeitar dos muitos ricos, e de um espírito demasiadamente burguês. Quando urge a necessidade de mobilização de recursos internos, eles insistiram que os cidadãos ricos podiam pagar e eles pagaram. (Woo, 1991: 81)

Por outro lado, o conhecimento histórico dos resultados das reformas encetadas nos anos cinquenta permanecia vivo. Na década de cinquenta, as reformas levaram a um processo de aquisição dos bancos comerciais por um pequeno grupo de Chaebols, de modo que os benefícios esperados com a liberalização, tais como o aumento da oferta de ativos financeiros a baixos custos não aconteceram. Para os formuladores das politicas econômicas era necessário não repetir aqueles erros do passado. A experiência histórica, isto é, a memória da frustração com o processo vivido nos anos cinquenta, reforçou a posição de que cabia ao governo, e não ao setor privado, ávido de lucros fáceis, controlar as finanças do país. Por isso, apesar de os conselheiros norte-americanos Hugh Patrick, Edward Shaw e John Gurley advogarem em favor de um programa mais amplo de liberalização, a elevação dos juros e o estabelecimento de algumas mudanças no Banco Central coreano foram as únicas reformas aceitas pelo governo coreano (Woo, 1991, p. 103)

O catastrofismo – dos operadores de mercado e, principalmente, dos assessores econômicos norte-americanos sempre “preocupados” com o destino dos povos dos países

periféricos – não aconteceu, ou seja, as pessimistas previsões de que, ao contrário da intenção do governo, o nível mais elevado de taxas de juros conduziria a falências, redução do crescimento, à inflação, via pressão de custos e a outros resultados indesejados não se concretizaram. No ano seguinte ao da reforma, houve crescimento dos empréstimos domésticos e externos. Por sua vez, o emprego aumentou, e a produção industrial cresceu 25%. A reforma foi, ao contrário, do que muitos previram um estrondoso sucesso. A Coréia do Sul cresceu mais do que no período anterior e as previsões de aumento da inflação e da inadimplência simplesmente não ocorreram.

De acordo com Cole & Park (1983), os depósitos a prazo e de poupança, representados pelo sistema bancário com os do KDB e das instituições de poupança elevaram-se em quase 50%, considerando os três meses finais de 1965; em 110 % em 1966; em 80 % em 1967 e em 100% em 1968 (a preços constantes deflacionados pelo índice de preços por atacado). Foi, de fato, somente depois de 1968 que estas taxas retardaram seu vertiginoso crescimento. É também no final da década de 1960 que o déficit de transações correntes começa a se acelerar.

De fato, a deterioração das contas externas (puxada pelo rápido crescimento e pela manutenção de juros muito elevados) acentuou-se na virada para os anos 1970 pela crescente necessidade de importar grãos e alimentos, dados à escassez de gêneros alimentícios vivida no país. O relativo atraso do setor agrícola (e o hiato existente entre a renda na agricultura e no setor industrial) associado à existência de gargalos no setor de transportes e comunicações e ainda à perda de competitividade nas exportações devido ao crescimento do salário real contribuíram todos para agravar as contas externas e gerar uma crise cambial em 1971.

3.3. O Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (1º PQDE)

O período que se estende de 1961-1971 corresponde a dois Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico. No primeiro (1962-66), o crescimento médio verificado foi de 8,3%; enquanto no segundo (1967-71) foi de 11,4% (Korean Overseas Information Service, 1973). Para muito além do que os economistas chamam de crescimento, ocorreu uma autentica transformação na economia coreana.

A Tabela 4 mostra que enquanto as atividades primárias diminuíam seu peso no PNB em 11,8% e crescia apenas em 5,1%; as atividades industriais aumentavam seu peso relativo no PNB de 32,5%, e crescia em 14,2%, isto significa que a economia trocou (trade-off) atividades

primárias por atividades industriais (a economia passou por um processo de desprimarização já no primeiro Plano Quinquenal); por outro lado, as atividades de infraestrutura aumentaram sua participação no produto nacional de 47,5%, enquanto crescia 16,9%; as outras atividades apresentou um crescimento negativo na composição do produto em 4,2%, entretanto mostrou um crescimento de 8,2%

Cabe destacar as transformações ocorridas no setor de Atividades de Infraestrutura. No Primeiro Plano a infraestrutura cresceu em 50%, medido pelo valor do PNB a preços constantes, significa, grosso modo, um aumento de tamanho de metade do existente, em termos de malha ferroviária, malha rodoviária, portos, construções diversas, armazéns, sistemas de comunicação, produção (geração e transporte) de energia elétrica, etc. Deve-se acrescentar o crescimento médio anual de quase 17%. Significa que os formuladores de política estavam preocupados com a industrialização, sim, mas preocupavam-se mais com a construção de uma infraestrutura que sustentasse o crescimento futuro. È o que distingue os "voos de águia" dos "voos de galinha".

Tabela 4
Coréia do Sul
Composição e Crescimento do PNB
1961-1966

Setores	**1961**	**1966**	**Variação total na composição 1961/1966**	**Variação média anual no crescimento 1961/1966**
Atividades Primárias (a)	44,1	38,9	- 11,8	5,1
Atividades Industriais (b)	12,0	15,9	32,5	14,2
Atividades de Infraestrutura (c)	6,1	9,0	47,5	16,9
Atividades Outras (d)	37,8	36,2	- 4,2	8,2
Totais	100,0	100,0	_	_

Fonte: Hasan & Rao, 1979. p. 15. Reelaboração do autor
Notas:
(a) Inclui Agricultura, Pesca e Extração Vegetal.
(b) Inclui a Indústria de Mineração e a de Transformação
(c) Inclui transporte, construção, armazenamento, comunicação, energia elétrica, água e serviços sanitários.
(d) Inclui comércio, banca, seguros, imobiliário, de propriedade de habitações, de defesa da administração pública e outros serviços e rendimentos líquidos de fatores no exterior.

Durante os anos sessenta, ou seja, nos dois primeiros Planos quinquenais, o incremento nas exportações foi considerado a principal prioridade da economia. Com o objetivo de estimulá-

las, o governo controlava o desempenho das empresas, principalmente das maiores. Mensalmente eram realizadas as Reuniões de Promoção das Exportações dirigidas pelo Presidente-General Park.

Fato é que em 1960, as exportações da Coréia do Sul totalizavam somente 32 milhões de Dólares americanos. Em 1961 já eram de 41 milhões, para chegarem ao volume de 1 bilhão de Dólares americanos em 1971. No período de 1961-1971, que inclui os dois Planos as exportações coreanas cresceram por um multiplicador de 33,3 ao se tomar como base o ano de 1960, enquanto as importações foram multiplicadas por 7,6.

Ao se analisar o primeiro Plano Quinquenal (Vide Tabela 5), observa-se que as Exportações cresceram 524,4%, enquanto as Importações aumentaram 126,5%, medidos em relação ao ano-base de 1961. Em todos os anos o balanço apresentou déficit de comportamento irregular, isto é, aumenta depois se reduz, para voltar a crescer. O fato é que a base exportadora é muito pequena antes das políticas de planejamento. É preciso lembrar-se da tabela 3 e observar que os maiores crescimento do Produto setorial aconteceu em produtos não-exportáveis, como infraestrutura e atividades outras (principalmente comércio, serviços e finanças). O que se lembra aqui é que o governo apesar do esforço exportador teve como principal objetivo expandir a base estrutural da economia.

Tabela 5
Coréia do Sul
Exportação e Importação
1961-1966
(Em milhões de Dólares americanos)

Ano	Valor das Exportações (X)	Taxa de Variação em relação ao ano de 1961	Valor das Importações (M)	Taxa de Variação em relação ao ano de 1961	Saldo (X-M)
1961	41	-	316	-	- 275
1962	56	36,6	422	33,5	- 366
1963	87	112,2	560	77,2	- 473
1964	118	187,8	404	27,8	- 286
1965	173	321,9	463	46,5	- 290
1966	251	524,4	716	126,5	- 465

Fonte: Banco Mundial

Segundo Soon (1994), o primeiro Plano Quinquenal foi de longe o mais importante para o desenvolvimento da Coréia do Sul. Neste Plano, os formuladores de política estabeleceram e monitoraram – utilizando, para lembrar e parodiar Alfred Chandler[46] "a mão visível" do aparelho de Estado – diversos aspectos da estratégia[47] básica a ser seguida nas próximas décadas.

Tabela 6
Coréia do Sul
Taxas ou Valores: planejados e desempenho efetivo
Primeiro Plano Quinquenal
1962-66

Indicador	**Taxa ou Valor planejado**	**Taxa ou Valor efetivo**
Taxa de crescimento da economia	7,1	7,8
Participação dos Investimentos no PNB	22,6	17,0
Participação das Poupanças internas no PNB	9,2	8,8
Participação dos Investimentos externos no PNB	13,4	8,2
Transações correntes em 1966 (em milhões de Dólares)	- 246,6	- 103,4
Exportações em 1966 (em milhões de Dólares)	137,5	250,4
Importações em 1966 (em milhões de Dólares)	492,3	679,9

Fonte: Soon, 1994.

De acordo com Soon (1994), o objetivo declarado do primeiro plano era alcançar a "independência da economia nacional". Com o objetivo de cumprir as metas traçadas, como se mostra na Tabela 5, o governo adotou uma série de princípios básicos: (a) cabe ao governo

[46] Alfred D. Chandler (1919-2007) foi o criador da História Empresarial. O trabalho de Chandler começou no Massachusetts Institute of Tecnology (MIT), onde estudou diversas empresas, como a gigante do setor químico DuPont, a General Motors ou a Standart Oil (actual Exxon). Da investigação surgiu o livro *Strategy and Structure* (1962), obra que marcaria profundamente os anos 60. Em 1977 publicou *The Visible Hand: The Managerial Revolutions in American Business*, trabalho que lhe valeu o prémio Pulitzer.

[47] Novamente utilizando a abordagem de Chandler de que a estratégia deve conduzir a estrutura. Os estudos de Chandler sobre estratégia e estrutura organizacional envolvendo o processo histórico das grandes empresas permite concluir que na historia industrial dos últimos cem anos, a estrutura organizacional das grandes empresas foi sendo gradualmente determinada pela sua estratégia de mercado. A estrutura organizacional corresponde ao desenho da organização, isto é, à forma organizacional que ela assumiu para integrar seus recursos, enquanto a estratégia corresponde ao plano global de alocação dos recursos para atender a uma procura do ambiente.

promover a melhora dos serviços de utilidade pública e ofertar crédito para setores industriais prioritários em linha com a idéia de um "capitalismo guiado"[48]; (b) o setor público exercerá um papel de liderança, empurrando o setor privado; (c) o foco do desenvolvimento econômico deve se concentrar na industrialização.

A tabela 6 mostra que a Taxa global de crescimento da economia ficou acima daquela planejada, (7,8% contra 7,1%), contudo o investimento efetivo (17,0%) situou-se abaixo do planejado (22,6%), observa-se que ocorre uma lacuna de 0,4% (9,2 – 8,8) na poupança interna, entretanto o hiato de poupança externa é de 5,2% (13,4 – 8,2).

No Planejamento quem determina o tamanho e a direção do crescimento é o Estado Nacional, representado por operadores do governo, independente de ser uma democracia[49] ou uma ditadura[50]. Embora, em princípio, as firmas pudessem ser gerenciadas e conduzidas privadamente no nível microeconômico e micropolítico, era incumbência do governo complementar e mesmo substituir, alterar ou anular as decisões privadas no caso de investimentos de maior amplitude. Ou seja, a macroeconomia e a macropolítica eram (são) territórios do Estado.

De acordo com Soon (1994) em relação a questão da distribuição de renda não foi traçada nenhuma política focada neste tipo de desigualdade social. Na verdade, a Guerra Civil teve a função – ao destruir uma quantidade imensa de ativos – de promover uma igualdade por baixo. Por sua vez, a reforma agrária cumpriu o papel essencial de comandar um processo bem sucedido de relativa equalização das condições sociais da população coreana no início dos anos sessenta. Além do mais, como sempre acontece acredita-se que o crescimento por si mesmo seria

[48] O conceito de capitalismo guiado é bastante eficaz. De fato para autores de "olhares" diferentes como Marx, Weber ou Braudel, o Estado é essencial para o capitalismo, contudo, a idéia de mercados não livres, mas guiados pelo Estado é mais forte e indica, claramente, que um sistema com tantos pontos cegos precisa efetivamente ser dirigido por uma "inteligência" externa e superior. Apesar de tantas interpretações da obra de Keynes, talvez o grande economista tenha dito apenas isto.

[49] Numa democracia os objetivos dependem de um conjunto maior e muito mais heterogêneo de agentes políticos. Os processos procedimentais são mais lentos. Contudo, o apoio da população e de segmentos importantes do setor produtivo poderia garantir o sucesso do Planejamento Global, desde que houvesse vontade política de enfrentar interesses retrógrados.

[50] Adolf Hitler executou políticas de recuperação econômica antes da Teoria Geral de Keynes. Afirmar que Hitler foi keynesiano antes de Keynes é tão verdadeiro, apesar de exagerado e desrespeitoso com o economista inglês, quanto associar as políticas armamentistas e de guerra do imperialismo norte-americano a um keynesianismo depois de Keynes, quanto, também a, acreditar que o keynesianismo é incompatível com industrialização e desenvolvimentismo restringido ou que o keynesianismo de políticas públicas de *per si* leva direto ao núcleo orgânico.

responsável pela solução de problemas como a desigualdade regional e a desigualdade de renda pessoal e funcional.

Segundo o Korean Overseas Information Service (1973: 54-55) durante o primeiro plano (1962-66), a capacidade de produção no setor de cimento, por exemplo, aumentou 194%. De forma semelhante, por volta de 1966, 70% da demanda doméstica por fertilizantes já eram atendidas pelas principais firmas químicas coreanas, com uma capacidade de produção de 956.000 M/T. No setor de transportes, as instalações do setor de construção naval foram expandidas ao mesmo tempo em que se criavam plantas industriais no setor automobilístico e de motores a diesel. Na indústria leve, o maior progresso ocorria no setor têxtil, papelão e madeira compensada. O índice de produção industrial passou de 100,0 em 1961 para 201,5 em 1966. A taxa anual de formação bruta de capital aumentou 82,7% durante o primeiro período. Apesar de todos esses surpreendentes resultados, os investimentos ficaram abaixo da meta (22.6% conforme Tabela 6).

3.4. O Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (2º PQDE)

A decisiva vitória do Presidente Park nas eleições de 1967 conferiu a estabilidade política necessária para a implementação do Segundo Plano Qüinqüenal de Desenvolvimento Econômico, cujos princípios norteadores foram (a) buscar a autossuficiência em alimentos (a escassez de gêneros alimentícios era de fato um sério problema a ser enfrentado); (b) renovar a estrutura industrial, tendo por setores líderes o químico, o siderúrgico e de máquinas e equipamentos; (c) melhorar o balanço de pagamentos (o que seria feito através do estabelecimento de metas mais ambiciosas de expansão das exportações - US$700 milhões – e promoção de importações); (d) aumentar o volume do emprego e melhorar o planejamento familiar; (e) melhorar o padrão de vida da população, especialmente do setor rural (através de diversificação da agricultura e do emprego nas entressafras); (f) incentivar a ciência e a tecnologia, a fim de melhorar os padrões da indústria coreana e fomentar novos processos tecnológicos e investir fortemente em educação.[51]

[51] Korean Overseas Information Service, 1973.

Tabela 7
Coréia do Sul
Composição e Crescimento do PNB
1966-1971

Setores	1966	1971	Variação total na composição 1966/1971	Variação média anual no crescimento 1966/1971
Atividades Primárias (a)	38,9	26,5	- 31,8	2,3
Atividades Industriais	15,9	24,4	50,3	20,3
Atividades de Infraestrutura	9,0	12,9	32,4	18,7
Atividades Outras	36,2	36,2	0,0	10,4
Totais	100,0	100,0		

Fonte: Hasan and Rao, 1979. p. 15.
Notas:
(a) Inclui Agricultura, Pesca e Extração Vegetal.
(b) Inclui a Indústria de Mineração e a de Transformação
(c) Inclui transporte, construção, armazenamento, comunicação, energia elétrica, água e serviços sanitários.
(d) Inclui comércio, banca, seguros, imobiliário, de propriedade de habitações, de defesa da administração pública e outros serviços e rendimentos líquidos de fatores no exterior.

A Tabela 7 mostra que de modo mais acelerado que no 1º PQDE, no segundo as atividades primárias reduzem seu peso no PNB no valor de 31,8% e cresceram apenas 2,3%; por outro lado, as atividades industriais aumentavam seu peso relativo em 50,3% e cresceram em 20,3%, isto significa que a economia realizou um forte trade-off entre atividades primárias e atividades industriais, ou seja, a economia passou por um processo de desprimarização ainda mais vigoroso no 2º PQDE; por outro lado, as atividades de infraestrutura aumentaram sua participação no produto nacional de 32,4%, um pouco menor que no 1º PQDE (47,3%), o que parece indicar que o essencial em infraestrutura foi produzido no período 1962-1966, mesmo assim o crescimento do setor de infraestrutura foi de 18,7%; as outras atividades permaneceram com a mesma participação no produto, entretanto apresentaram um crescimento de 10,4%. È importante ressaltar que no 2º PQDE crescendo mais de 20%. Em termos de participação no Produto cresceu mais de 100%.

Segundo Song (1992) as exportações coreanas apresentam um dinamismo que auxilia na explicação para o amplo e permanente crescimento no quantum das importações. De fato, a elevação das importações foi provocada pelas próprias exportações. Há, também, um problema de competitividade de muitos insumos, mais baratos no mercado internacional do que no doméstico.

Tabela 8
Coréia do Sul
Exportação e Importação
1966-1971
(Em milhões de Dólares americanos)

Ano	Valor das Exportações (X)	Taxa de Variação em relação ao ano de 1966	Valor das Importações (M)	Taxa de Variação em relação ao ano de 1966	Saldo (X-M)
1966	251	-	716	-	- 465
1967	321	27,8	996	39,1	- 675
1968	457	82,0	1463	104,3	- 1006
1969	624	148,6	1824	157,7	- 1200
1970	836	233,0	1984	177,0	- 1148
1971	1067	325,1	2394	234,3	- 727

Fonte: Banco Mundial

Ao se analisar o segundo Plano Quinquenal (Vide Tabela 8), observa-se que as Exportações cresceram 325,1%, enquanto as Importações aumentaram 224,3%, medidos em relação ao ano-base de 1966. Em todos os anos o balanço apresentou déficit de comportamento irregular, isto é, aumenta até 1969, para depois se reduzir em 1970 e 1971. De todo modo o crescimento das exportações foi significativo e o aumento das importações indica que a economia para crescer dependia de importados, fato comum em países em esforço de desenvolvimento. Contudo é preciso cautela, pois enquanto as exportações aumentaram por um multiplicador de 26 vezes; as importações foram ampliadas por um multiplicador de apenas 7 vezes, o que desmistifica algumas análises que consideram o caso da Coréia do Sul como destituído de base política sólida para outros países, dado que aquele país asiático nunca passou de uma plataforma exportações. Fazendo a leitura adequada dos multiplicadores de comércio exterior percebe-se, claramente, um forte processo de substituição de importações.

Nos anos sessenta, quando se divide o produto industrial entre indústria leve e indústria pesada e química, observa-se que no início da década a indústria leve representava 82,0% do produto industrial, enquanto a indústria pesada e química ficava com 18%. No final da década a

primeira indústria, ainda, possuía um peso relativo de 60%, enquanto a segunda havia elevado sua participação para 40%.

Segundo Yoon & Souza (2001) o padrão coreano pode ser explicado pelos modelos de crescimento desequilibrado de Hirshman e de crescimento com oferta ilimitada de mão-de-obra de Lewis. Este trabalho considera o modelo de Lewis como passível de muitas críticas, a começar pelo conceito de elasticidade infinita da força de trabalho, considera, ainda, que o referido modelo tinha pouca aderência nos anos sessenta, mesmo na empobrecida Coréia. O modelo de Hirshman merece permanecer como marco explicativo. Contudo, prefere-se citar os autores acima:

> No início do processo, crescem mais as indústrias intensivas em mão-de-obra, como chapas de madeira, perucas, têxtil, calçados etc. Essas indústrias absorvem a mão-de-obra abundante e barata das áreas rurais. Dessa forma, na Coréia do Sul, foram gerados lucros e acumulados capitais, mais tarde investidos nas indústrias pesada e química, em resposta aos estímulos do governo, diversificando a indústria nacional. Segundo vários estudos, nesse processo, políticas econômicas ativas, consistentes e persistentes, tiveram um importante papel no crescimento coreano. (YOON & SOUZA, 2011: 338).

Como mostra a Tabela 9, durante o período do Segundo Plano o crescimento foi novamente superior à meta traçada (5,5% e 7,0%), mas agora também o investimento superou a meta em mais de sete pontos percentuais (26,1 e 19,0). Observa-se que a poupança interna efetiva superou a planejada de 4,5 pontos percentuais (16,1 – 11,6), enquanto o investimento externo efetivo superou o planejado de 2,7 pontos percentuais (10,2 – 7,5). O período foi marcado também por uma mudança na estrutura industrial com transferência de participação da indústria leve para a pesada (incluindo petroquímica, indústria mineral, de aço e mesmo indústrias tecnologicamente intensivas, tais como a de químicos e máquinas).

Tabela 9
Coréia do Sul
Taxas ou Valores: planejados e desempenho efetivo
Primeiro Plano Quinquenal
1962-66

Indicador	Taxa ou Valor planejado	Taxa ou Valor efetivo
Taxa de crescimento da economia	7,0	9,5
Participação dos Investimentos no PNB	19,0	26,1
Participação das Poupanças internas no PNB	11,6	16,1
Participação dos Investimentos externos no PNB	7,5	10,2
Transações correntes em 1966 (em milhões de Dólares)	- 95,8	- 847,5
Exportações em 1966 (em milhões de Dólares)	550,0	1132,3
Importações em 1966 (em milhões de Dólares)	894	2178,2

Fonte: Soon, 1994.

Segundo o Overseas Information Service (1966) as observações setoriais mostram que, energia elétrica e petróleo alcançaram resultados bem superiores às metas traçadas: 241 % e 159 %, respectivamente. Enquanto no setor de agricultura e pesca, em contrapartida, a produção de arroz e cevada ficou abaixo do previsto, cumprindo 82 % e 89 %, respectivamente. Contudo, o segundo plano foi bem sucedido em melhorar o padrão de vida 0da população. Isso pode ser visto através do aumento no consumo de grãos, carnes, peixe e mesmo roupas, bem como por indicadores diversos, tais como eletrificação em comunidades rurais. O setor de construção civil atingiu suas metas e a produção de carros para passeio excedeu as expectativas mais otimistas.

De acordo com o Korean Overseas Information Service (1973) os principais fatores que determinaram a transformação dos anos sessenta em uma década de prosperidade foram: (a) a existência de liderança ao mesmo tempo forte, eficaz e coerente; (b) as altas taxas de investimento econômico. Sem atividades de investimento intenso, focado, guiado pelo Estado um crescimento rápido não seria possível, ou seja, keynesianismo radical em favor dos capitalistas; (c) políticas ativas de estímulos ao incremento de tecnologias industriais avançadas; (d) por outro lado, a Coréia do Sul foi capaz de quebrar os gargalos representados por fontes de matérias-primas e mercado de exportação restritos.

4. A década de setenta: a consolidação de um modelo virtuoso

4.1. Aspectos Gerais do Período

Pode-se afirmar que os anos setenta representam a consolidação do Modelo coreano de desenvolvimento através do planejamento econômico ou, como desejam alguns, de uma economia orientada pelo Estado. O 3º e o 4º Planos (3º PQDE e 4º PQDE) são implementados neste período. É na década de setenta que a Coréia do Sul implanta a sua indústria pesada e de química, sendo que esta última é de extrema importância, inclusive na produção de insumos e defensivos agrícolas, dado que o crescimento horizontal da agricultura seria necessariamente baixo comparativamente ao permanente esforço industrializante. Na década de setenta, o PIB cresce a uma taxa anual de 9,0% de 1971 a 1979, sendo que as indústrias de transformação crescem 17,6%; enquanto o setor primário cresce apenas 3,7%. (Banco Mundial).

Fato é que o sucesso indiscutível dos dois primeiros Planos Quinquenal de Desenvolvimento Econômico teve papel importante não apenas no fortalecimento na convicção dos mecanismos de planificação, mas principalmente na cultura e nas mentalidades dos agentes públicos e privados; nos agentes individuais e nas instituições.

Observa-se que diante da crise cambial sofrida pelo país em 1971, as autoridades governamentais respondem com uma forte desvalorização da moeda coreana (o won) em 18% e resolvem assinar um acordo[52] com o FMI. É bastante evidente que o objetivo principal do acordo foi de manter as taxas de crescimento, fato ocorrido em outros países, inclusive no Brasil. É claro, também, que o objetivo central da desvalorização foi de estimular as exportações, que

[52] O acordo *stand-by* constitui uma das modalidades de empréstimo do Fundo, destinadas a fornecer auxílio financeiro aos países-membros com dificuldades em seu balanço internacional de pagamentos. Essas operações são acompanhadas de compromissos de adoção pelo Estado de determinadas medidas de política econômica, visando a redução da dívida pública, a austeridade fiscal, o controle da inflação, a liberalização do comércio, a realização de reformas estruturais em alguns setores cruciais como previdência social, tributação, falências e instituições financeiras, entre outras. Esses compromissos são reflexos do mecanismo de salvaguarda conhecido como condicionalidade, que tem por objetivo melhorar as condições econômicas do Estado em dificuldades e garantir a adequada reversão da operação de empréstimo. O resultado disso é que, se for constatado um desinteresse ou a inadimplência do Estado quanto aos compromissos assumidos perante o Fundo, as parcelas do auxílio financeiro ainda não liberadas poderão ser suspensas ou até mesmo canceladas. (MACEDO, Leonardo Andrade. Os Acordos Stand-by do FMI. Jornal Carta Forense de 10/03/2008. Disponível em http://www.cartaforense.com.br/Materia.aspx?id=1143. Acesso em 05/08/2011)

vinham sofrendo rápida desaceleração. Na verdade, depois de aumentarem em 42% em 1968, as vendas externas tiveram uma redução de crescimento para 34% (1969) e 28% (1970). Contudo, a rápida e forte variação na taxa de cambio, provocou um aumento substantivo no valor corrente e futuro do custo do serviço da dívida. A estabilidade financeira de muitas empresas no curto prazo ficou abalada, sobretudo das grandes corporações que, tendo acesso privilegiado às fontes de financiamento internacionais, tinham se endividado na perspectiva de manutenção de juros internacionais baixos e de desvalorizações cambiais graduais, implícitas no regime da segunda metade dos anos 1960. (Coole & Park, 1983: 160).

Segundo Cole & Park (1983) com o choque cambial e o aperto de liquidez dele decorrente, várias empresas tiveram que voltar ao antigo sistema de aportar recursos, principalmente de curto prazo, incluindo capital de giro, no mercado informal de crédito. O próprio acordo com o FMI, ao restringir o influxo de capital externo com maturidade inferior a três anos e impor limites na expansão do crédito bancário interno, terminava estimulando as empresas ao retorno ao mercado informal. Incapazes de cobrir seus compromissos financeiros junto aos credores internacionais, os bancos garantidores (públicos) tiveram de honrar, em seu nome, aquelas dívidas correntes. A opção de permitir um ajuste espontâneo do mercado através da concorrência entre as empresas e a destruição de capitais foi evitada pelo governo, com uma política de defesa do capital nacional.

É absolutamente evidente que se o governo coreano optasse por deixar a crise por conta das regras de mercado, muitas empresas endívidadas terminariam abrindo falência com conseqüências sociais muito graves. Na verdade, alguns dirigentes políticos, incluindo alguns formuladores, eram a favor deste curso de ação, com fundamento em que tinha chegado a hora de racionalizar as indústrias e a estrutura financeira das empresas através das chamadas forças de mercado. Esta alternativa, no entanto, apresentava muitos problemas sérios e cenários pessimistas. O maior receio era que a combinação de um desempenho fraco da economia com um número crescente de falências de empresas afetasse definitivamente a capacidade do país de obter créditos no mercado internacional de capitais. Esta opção também caminhava na contramão do objetivo máximo de crescimento elevado definido no planejamento do governo. Como resultado, uma alternativa de custos sociais de curto prazo mais altos, ou seja, a "socialização dos prejuízos", mas menos arriscada globalmente foi escolhida, a saber. Salvaram-se as empresas em dificuldades.

Segundo Park & Cole (1983), frente a desaceleração da economia e do forçado retorno ao mercado informal de crédito para o alívio das restrições de liquidez, o governo decidiu promover uma nova reforma financeira em 1972, quando os juros, tanto dos depósitos, quanto dos empréstimos, foram drasticamente reduzidos. Desse modo, os anos setenta correspondem a um período onde os juros reais pagos sobre depósitos a prazo e de poupança foram continuamente declinantes, chegando a valores próximos de zero e mesmo negativos. Contrariamente ao que é dito pela teoria ortodoxa de que as taxas de juros internas devem situar-se em um patamar capaz de evitar pressões inflacionárias e garantir fluxos de capitais externos, foram os juros baixos que garantiram elevadas taxas de crescimento econômico.

É importante lembrar que a década de setenta foi de crise internacional, assim todos os países tiveram que engendrar políticas de contenção ou adaptação ao quadro do capitalismo mundial. Qual a resposta da Coréia do Sul? Pode-se resumi-la da seguinte forma: (a) na intenção de aliviar o peso dos juros sobre as empresas endividadas; (b) para reverter a tendência de desaceleração da atividade econômica; (c) como forma de sustar a perda de competitividade no mercado internacional; (d) assim como para evitar impactos inflacionários, via os custos de produção e não por problemas de aquecimento da demanda; (e) e também, como mecanismo para conter a expansão dos mercados financeiros informais, foi criado o decreto de 1972 que impunha uma redução drástica dos juros.

Da mesma forma que o Brasil e diversos outros países periféricos e semiperiféricos, a Coréia do Sul era, nos anos setenta, altamente dependente da importação de petróleo e de capitais externos para financiar os elevados déficits em Transações Correntes. Mas, no caso coreano, o problema da escassez de Petróleo assumia ainda contornos de segurança nacional, porque a Coréia do Norte tinha reservas abundantes de energia, enquanto a Coréia do Sul tinha uma alta escassez deste recurso estratégico, contudo durante os anos do petróleo barato e abundante ignorou-se este problema. A opção de "marcha forçada" foi a escolhida:

> Ao invés de reduzir o investimento nas indústrias de base e noutras relacionados com a defesa, o governo coreano puxou a economia num movimento expansivo, reduzindo o valor da moeda nacional para empurrar as exportações e aceitou acumular dívidas para financiar as importações. (WOO,1991: 128).

Na verdade o governo falava em cautela na condução da economia e executava políticas audaciosas. Fato aceito por muitos analistas é que longe de mudar a arquitetura e o curso do modelo de desenvolvimento diante da crise cambial e das crises internacionais do petróleo e dos juros, a década de setenta apresentou importantes semelhanças com os traços conjunturais mais significativos da década precedente. Novamente a economia será marcada pela forte intervenção estatal, que, aliás, sofre um reforço no novo período; o processo de promoção de exportações segue seu curso normalmente, e as equipes de formuladores e executores da política econômica são mantidas. Se há mudança, ela é representada por uma forte inflexão no sentido da retomada do processo de substituição de importações, agora na direção de bens de capital e insumos básicos.

A tabela 10 presta boas explicações para o desenrolar da década de setenta na Coréia do Sul. Quando se observa o período total, isto é, 1971-1979, vê-se que a economia coreana experimentou um crescimento de 9% ao ano, mesmo com os problemas internos, dois choques do petróleo e o choque dos juros internacionais, o que equivale a um crescimento médio *per capita* de 7,7%, enquanto as exportações cresceram quase 40 % ao ano. A taxa de investimento que já era de 25% em 1971 passou para 35% em 1979, enquanto a poupança dobra de tamanho, indo de 14% para 28%.

De acordo com Corbo & Suh (1992), durante os anos 60 os aumentos de produtividade no setor primário ficaram muito aquém daqueles verificado na indústria, ao mesmo tempo em que os termos de troca evoluíam de forma desfavorável para o setor agrícola. Buscando reverter essa tendência, já em 1969 o governo coreano iniciou uma série de medidas de incentivo ao setor, incluindo a defesa de preços mínimos para a agricultura e provendo subsídios para compra de fertilizantes e de máquinas agrícola, ao mesmo tempo em que buscou melhorar o sistema de crédito rural. Por iniciativa estatal foram criados, nas zonas rurais, diversos projetos de geração de renda através de cooperativas agrícolas, também foram estabelecidos planos de assistência à saúde, fomento à habitação popular, expansão da educação, além de um ambicioso projeto de eletrificação rural.

Tabela 10
Macros Indicadores
Coréia do Sul
1971-1979

Indicador	**1971**	**1979**	**Médias Anuais (%)**
PNB *per capita*	565	1026	7,7
PNB (Bilhões de Won) (a)	18.564	38.503	9,6
Exportações			
Bilhões de Dólares (b)	1,1	15,1	39,2
Razão Exportações/PNB (%) (c)	11,7	31,0	-
Importações			
Bilhões de Dólares	2,4	20,3	30,7
Razão Importações/PNB (%) (c)	26,5	32,6	-
Taxa de Investimento (%) (d)	25,1	35,6	-
Taxa Nacional de Poupança (%)	14,6	28,1	-
Índice de Preços por Atacado (1980 = 100)	20,3	72,0	17,1

Fonte: Suh, 1992: 19.
Notas:
(a) Os valores em Won estão a preços constantes de 1980
(b) Os valores em Dólares referem-se a preços correntes
(c) Em Dólares correntes
(d) Em preços correntes

Inflação acima das metas planejadas em combinação com o crescimento desigual entre regiões e setores levou a que no final dos setenta, a economia coreana se encontrasse em um ponto um pouco pior do que aquele existente no final dos sessenta quanto ao padrão de distribuição da renda.

Segundo Suh (1992) apesar da estratégia de crescimento "voltado para fora" executado pelo governo durante a década de sessenta ter contribuído sobremaneira para uma distribuição de renda mais equilibrada, o fato é que a economia coreana experimentou uma deterioração neste campo durante a década de setenta. Várias razões devem ser elencadas: (a) o crescimento econômico centrado nas grandes empresas, capital-intensiva, levou a uma redução no emprego, principalmente para os trabalhadores menos qualificados e, portanto, de baixa renda. Este padrão resultou em diferenciais de renda entre os trabalhadores; (b) a política industrial do governo

promoveu o rápido crescimento de grandes conglomerados, de modo que a distribuição de propriedade das empresas piorou. Empresas de mais baixa lucratividade tende a pagar menores salários; e (c) dada as mais elevadas taxas de inflação da década de setenta, as empresas e as famílias coreanas acharam mais lucrativo investir em empreendimentos especulativos domésticos, especialmente em imóveis, desviando renda das empresas produtivas.

4.2. A Questão do Financiamento da Produção nos anos setenta

Segundo Mármora & Messner (1990) é preciso ter claro que o colapso do sistema de Bretton Wood em 1971/73 criou um marco diferencial na história da economia mundial após 1945. A intensificação do processo de internacionalização do capital levou a uma assimilação das condições de produção nos países industrializados, foi também a razão para a tendência de crise nos centros capitalistas que estavam sincronizados e se reforçavam mutuamente. Dessa forma, os principais países industrializados se viram envolvidos na crise econômica ao mesmo tempo.

Assim, a crise da economia capitalista mundial dos anos setenta, falsamente denominada de crise do petróleo, falsamente imputada aos árabes foi caracterizada por processos convergentes de forte homogeneização e assimilação nos países industrializados, mas também por processos em paralelo de diferenciações na periferia. Junto com o aumento repentino das receitas de exportação dos países exportadores de petróleo devido à explosão dos preços daquele produto, de forma que a participação dos países ditos em desenvolvimento no mercado mundial subiu de 6,7% em 1972 para 17,1% em 1980, durante os anos setenta é incorporado na massa de países em desenvolvimento um grupo que se distingue por uma dinâmica e bem sucedida industrialização. São imediatamente chamados de Países Recentemente Industrializados, adotando-se a sigla NICs[53]. (UNCTAD, 1988).

A dinâmica da industrialização da maioria destes países é sustentada por planos de investimentos comandados pelo Estado. No caso da Coréia do Sul este comando se verifica de forma mais forte do que países como o Brasil, apesar de que ambos viveram experiencias de

[53] NICs da sigla em inglês para Newly Industrialized Country é uma tipologia aplicada para países que buscam superar outros de mesma condição recente no intuito de atingir o Primeiro Mundo, isto é, o Núcleo Central do capitalismo mundial.

regimes autoritarios no século XX. Esta dinamica de industrialização representa no início dos anos 70 em uma mudança importante no padrão de desempenho que caracterizou a história destes países nos anos cinquenta e sessenta. Na verdade, a taxa de participação dos países em desenvolvimento nas exportações mundiais de produtos manufaturados aumentou de 4,7% em 1955 para 11,9% em 1983. (UNCTAD, 1988).

Em 1981 o chamado "grupo dos quatro asiáticos" (Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia Sul) respondeu por 60,5% do total das exportações industriais do Terceiro Mundo, quando em 1963 essa participação era de apenas 23,8%. Em 1984 a Coréia do Sul respondeu individualmente por 18,1% de todas as exportações de manufaturados de países em desenvolvimento, quando em 1963 este valor era 1,1% e em 1973 era de 11%, que já era maior do que a participação total de países da América Latina que em 1984 era de meros 15,2%. Em 1986, as exportações de manufaturados da Coreia do Sul atingem 31,8 bilhões de dólares americanos, enquanto o somatório de todos os países latino-americanos alcança o valor de 20,4 bilhões de dólares americanos. (UNCTAD, 1988).

De acordo com Mármora & Messner (1990), pode-se dizer que nos países da periferia a industrialização encontra-se concentrada nos NICs, enquanto as exportações são, essencialmente, resultado dos Países Recentemente Industrializados do Leste Asiático (EANICs). No entanto, os diferentes ganhos nas exportações dentro do grupo de NICs não são uma expressão da eficiência do potencial produtivo e da dinâmica da acumulação de capital das economias em questão, mas sim o resultado de estratégias de desenvolvimento diferentes. Enquanto os Países Recentemente Industrializados da América Latina (LANICs) que são economias voltadas, principalmente, para o desenvolvimento orientado aos seus mercados domésticos, observa-se que a dinâmica da industrialização dos EANICs é centrada pesadamente sobre uma rápida expansão da participação das exportações no PIB e em suas relações crescentes com o comércio internacional.

Pode-se verificar um significativo crescimento do fluxo de crédito externo privado na Coréia do Sul depois de 1965. É correto creditar parte deste processo ao diferencial médio entre as taxas de juros internas e as taxas externas. Contudo, esta explicação é incompleta e monocausal ao extremo. Fato é que a reforma na política cambial, principalmente a unificação das taxas de câmbio ocorrida em 1964, acompanhada, como já assinalada, pelas desvalorizações do Won, foram fatores para o sucesso do modelo exportador e para a liberalização seletiva das

importações. Seria um grande erro de análise esquecer a contribuição para o ingresso de capitais estrangeiros o próprio fortalecimento da economia coreana, as políticas econômicas realizadas para atrair fundos internacionais, a manutenção da ajuda americana e as relações do país com o capital orgânico do Japão e dos Estados Unidos.

De acordo com Woo (1991) nos anos cinquenta e mesmo no início da década de sessenta a Coréia do Sul não possuía dívida externa. Os dois primeiros Planos ajudam a elevar o endividamento externo do país, no começo da década de setenta, para algo em torno de 30% do PIB. Os juros baixos de captação dos empréstimos externos aliados ao fato de que o governo assumia o risco cambial implícito na tomada de recursos externos constituiu um grande incentivo para o endividamento.

O endividamento externo começa a se acelerar com a industrialização pesada, fato que a Coréia do Sul viveu em comum com outros países periféricos e semiperiféricos. Cabe destaque no caso coreano, segundo Canuto (1994) duas características importantes: (a) na Coréia do Sul ocorreu forte centralização do crédito, através do Estado, ou seja, o sistema bancário foi estatizado e as autoridades monetárias exerciam comando sobre a liquidez externa; (b) A Coréia do Sul atravessa a crise do endividamento externo das economias periféricas da primeira metade dos oitenta sem rompimento da "normalidade" nas suas relações financeiras com o exterior, enquanto procedia a uma reestruturação de seu parque industrial (Canuto, 1994: p. 6).

Pela Tabela 11 observa-se que o sistema de financiamento oficial ofertavam recursos fortemente subsidiados para exportação, enquanto o mercado informal (semilegal) operava com taxas de juros muito elevadas.

Segundo Park (1986), quanto ao financiamento externo, este só era possível com garantias dadas por instituições públicas ou por instituições financeiras controladas pelo governo. É assim que o governo exercia o controle sobre a liquidez do sistema.

De acordo com Canuto (1994) a política cambial foi tal que os custos reais na moeda doméstica com os juros dos empréstimos externos foram diminuídos a valores negativos durante os anos setenta e até o início dos oitenta. Por outro lado, os recorrentes déficits em transações correntes do Balanço de pagamentos foram zerados com recursos aportados do sistema financeiro internacional, de maneira que a dívida externa bruta do país elevou-se de dois bilhões de dólares americanos para vinte e sete bilhões ao final da década de oitenta. Entretanto, o Investimento

Interno Bruto permaneceu no final da década de setenta em torno de 30,0% do PIB, enquanto a relação dívida externa total/PIB oscilou de 35,0% em 1978 para 47,7% em 1980.

TABELA 11
Coréia do Sul
Taxas Reais de Juros (%)
1960-1984

Período	Mercado Semilegal (Informal) (a)	Depósitos (b)	Empréstimos para Exportação
1960-64	31,1	- 6,7	-
1965-69	44,4	26,9	-
1970-74	28,2	- 0,2	- 16,3
1975-79	24,0	- 4,5	- 12,5
1980-84	19,7	2,4	1,3

Fonte: Chang, 1990: 6
(a) Taxas nominais de juros menos inflação de preços ao consumidor
(b) Taxas nominais de juros menos inflação do deflator do PNB

A Tabela 12 mostra dados de muita importância. A taxa de alocação dos empréstimos externos ficou em torno de 40,0% no período que se estende de 1966-1980, enquanto a taxa destinada ao Capital Social Básico apresentou valores próximos de 40,0% nos períodos 1966-1970 e 1976-1980, caindo para 30,0% no período intermediário de 1971-1975. A explicação é de que no planejamento já estava previsto um aumento necessário nos setores de Serviço (13,4%) e Outros (5,0%), ou seja, aumentam-se em 10,0% dois setores defasados, mas o Capital Social Básico volta no Plano seguinte para o patamar de 40,0%. A leitura correta desta experiência é de que mesmo se endividando, o objetivo era de transformação rápida e radical das estruturas sociais e econômicas da Coréia do Sul. Quando se desagrega os dados da indústria de transformação, observa-se que a indústria pesada absorveu 70,0% no período 1975-1976, 80,0% em 1977-1978 e 84,0% em 1979-1980. Significa que a indústria pesada aportou uma média anual de quase 82,0% dos recursos externos na segunda metade dos setenta.

TABELA 12
Coréia do Sul
Alocação de empréstimos externos (%)
1966-1980

SETORES	**1966-1970**	**1971-1975**	**1976-1980**
Agricultura, Florestas e Pesca	11,4	13,0	6,7
Mineração	1,0	-	0,1
Indústria de Transformação	39,8	38,8	39,4
Capital Social Básico	39,5	29,8	38,8
Serviços	6,5	13,4	14,5
Outros	1,8	5,0	0,3
Total	100,0	100,0	100,0
Indústria de Transformação (detalhamento)	1975-1976	1977-1978	1979-1980
Indústria Leve	29,1	19,3	15,9
Indústria Pesada	70,2	80,7	84,1
Química (*)	30,9	35,4	47,3
Metalurgia (*)	42,4	47,6	12,5
• Ferro e Aço	(40,5)	(45,7)	N.D.
Equipamento de Transporte (*)	16,4	7,8	13,4
• Ferro e Aço	(4,1)	(6,8)	N.D.
Maquinaria Geral (*)	6,4	6,1	18,8
Maquinaria Elétrica (*)	3,9	3,0	0,8

Fonte: Park, 1986, pp. 1055-1058, apud Canuto, 1994: 9.
(*) % da Indústria Pesada.

Canuto (1994) argumenta que os processos de acumulação de capital tardia na fase da industrialização pesada apresenta um problema de descontinuidade quantitativa, que pode ser enfrentada, através de duas estratégias:

> (i) a centralização de fundos investíveis – de origem interna ou externa – pelo Estado, por intermédio dos seus bancos. Mesmo nos casos em que o aporte de recursos externos não passava diretamente pela intermediação bancária local, a monitoria estatal sobre o acesso direto das empresas locais ao crédito interno completava o comando centralizado. Park (1986, p. 1037) observa, inclusive, que,

> na maioria dos projetos, apenas uma parcela era financiada externamente, com o restante a ser obtido das fontes domésticas controladas pelo Estado. Com este procedimento, o Estado virtualmente podia exercer o crivo decisório sobre todos os projetos maiores de investimentos; e,
>
> (ii) a alocação de tais fundos primordialmente direcionada à indústria pesada. Conforme descrito por Amsden (1989, pp. 81-85), a articulação intra-Estado envolvia um exercício de planejamento "de cima para baixo", no qual a iniciativa e a prioridade de investimentos estavam quase sempre em propostas realizadas pelo próprio Estado ao setor privado. (CANUTO, 1994: 9).

Outra questão essencial na experiência da Coréia do Sul foi que a relação dívida/Capital próprio foi muito alta, começando com 316,0% em 1974 e chegando a 487,9% em 1980, só comparável ao caso japonês que em 1974 tinha 459,0% e em 1980 chegou a 385,0%; enquanto nos Estados Unidos esta razão, em geral, ficou abaixo de 100%. (Leipziger, 1988: 128).

4.3. O Terceiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (3º PQDE)

Segundo Suh (1992) o Terceiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (3º PQDE) estava focado em dois objetivos centrais. Em primeiro, reduzir disparidades setoriais. Era necessária a modernização das áreas rurais, dadas as crescentes desigualdades nas condições de vida entre a cidade e o campo. Ou seja, o plano identificava vários desequilíbrios inter-setorial. Assim, justificava-se o apoio aos setores de baixa produtividade como agricultura, pesca, extração vegetal e mineral. O outro objetivo era o máximo desenvolvimento da indústria pesada e química. Neste campo destaque-se o grande florescimento da indústria de construção naval. A companhia Pohang, que começou suas operações em 1973, alcançou competitividade internacional de forma bastante rápida, contribuindo tanto para substituição de importação quanto para expansão das exportações.

Nesse período, houve a descentralização do processo industrial de Seul para outras cidades. Prevaleciam as atividades de exportação de manufaturados leves e a montagem indústria metal-mecânica. Esse plano contou largamente com a atuação dos *Chaebols*[54], os

[54] Os *Chaebols* foram os propulsores do rápido desenvolvimento da Coréia do Sul. [....] São um grupo de empresas agrupadas e coordenadas por uma *holding*." (MASIERO, 2003, p. 02)

ultradiversificados conglomerados sul coreanos, utilizados como instrumentos executores do projeto estatal de industrialização.

O diagnóstico[55] da segunda metade dos anos sessenta indica claramente que o aumento dos investimentos deveu-se, basicamente, ao aumento da poupança externa. Desse modo, o (3º PQDE) deveria sustentar o investimento e a expansão do produto na melhoraria do Balanço de Pagamentos e no aumento gradual da poupança interna. A proposta foi de elevar a poupança doméstica para 21,5% em 1976, sendo que a poupança do governo deveria chegar a 7,5%, o que equivaleria em um conjunto significativo de cortes nos gastos públicos. Complementando a proposta de meta poupança-investimento, a poupança externa deveria cair de 9,2% para 3,4%.

Segundo Documento oficial de governo[56], a meta de expansão anual do produto seria de 8,6%, quando o 2º PQDE alcançou uma média anual de quase 12%. A análise dos formuladores do Plano era de que continuar crescendo a taxas tão elevadas significava a necessidade e a dependência de elevados níveis de capital externos para financiar as importações necessárias ao crescimento. Pretendia-se um "movimento de pinça", onde inicialmente haveria redução do consumo público e pessoal privado para manter o investimento reduzindo a poupança externa e elevando a poupança interna[57].

Apesar dos ajustes nas questões de poupança-investimento e no esforço para correção do atraso relativo das regiões rurais, não se perdeu o foco nos pacotes de investimentos para a indústria pesada e a infraestrutura. Reforço particular foi dado aos setores de indústria química, aço e ferro, máquinas e petroquímica. Para isso, considerava-se fundamental apoiar a expansão dos investimentos em ciência e tecnologia e ampliar os programas de investimento em educação[58]

---

[55] O mesmo documento ressalta que, durante o Segundo Plano, a elevação do investimento teria ocorrido através do aumento da poupança externa e que, no novo plano, o crescimento deveria se basear na capacidade de melhorar o Balanço de Pagamentos e aumentar a poupança doméstica. (The Third Five-Year Economic Development Plan 1972-1976, 1971).

[56] The Third Five-Year Economic Development Plan 1972-1976, 1971.

[57] Seria muito difícil mobilizar uma poupança interna suficiente para sustentar uma taxa de crescimento superior a 8,6%. Tendo em conta as restrições existentes, o crescimento econômico estável, que poderia ser alcançada com um nível ótimo de imposto e o provável nível de poupança interna não poderia ser muito maior do que 8,6% ao ano. (The Third Five-Year Economic Development Plan 1972-1976, 1971, p. 6.).

[58] A meta de crescimento para o setor de agricultura, pesca e silvicultura foi projetada para 4,5% ao ano, enquanto o setor de mineração apresentaria crescimento de 13%. Esta taxa era vista como necessária para permitir às indústrias satisfazerem as crescentes necessidades domésticas e do setor exportador. Ao mesmo tempo, o setor de infraestrutura e serviços deveria crescer 8,5% ao ano, liderados pelo setor de energia, transportes e comunicações. (The Third Five-Year Economic Development Plan 1972-1976, 1971, p. 8.).

O investimento agregado no 3º PQDE deveria atingir uma média de 24,9% do PIB, ou seja, 1,2% mais baixo do que o alcançado durante o 3º PQDE.[59]

De acordo com Suh (1992) no que diz respeito aos problemas do Balanço de Pagamentos, as metas fixadas para o 3º PQDE era de um crescimento das exportações de commodities em média em 24,3%, enquanto as importações deveriam se expandir em apenas 12,9%. Por outro lado, buscava-se, ainda, a autossuficiência em grãos de forma a reduzir as importações destes até o nível zero ao final do Plano. Propunha-se, entretanto, que as importações das matérias primas necessárias à indústria exportadora pudessem continuar elevando-se a níveis próximos de 30,0%.

Por último no que diz respeito às desigualdades regionais, particularmente, as diferenças de bem-estar entre cidade e campo, pode-se concluir que as políticas implementadas pelo 3º plano obtiveram o sucesso. Observa-se que em 1967 a renda da população rural era na média de 60,0% da renda da população urbana. Em 1973 aquele indicador já era de 87,4%, para finalmente em 1976 atingir o equilíbrio de 100% da renda urbana, conforme mostra a Tabela 13.

Tabela 13
Coréia do Sul
Indicadores de Renda
Renda Mensal Média
(1967-1979)

Ano	Consumidores Urbanos (Assalariados)	Consumidores Rurais	Renda dos consumidores rurais como percentagem da renda urbana
1967	20,720	12,456	60,1
1970	31,770	21,317	67,1
1973	45,850	40,059	87,4
1976	95,980	96,355	100,0
1979	219,133	185,624	84,7

Fonte: Suh, 1992: 17

[59] Os investimentos deveriam dividir-se em 11,3% para o setor primário; 28,8% para o setor de mineração e agricultura e 59,4% para os setores de infraestrutura e serviços. Haveria, portanto, um aumento de 183,6% no volume de investimentos feitos no setor de agricultura pesca e silvicultura, quando comparado com o realizado durante o Segundo Plano Qüinqüenal, e de 39,4% no setor de infraestrutura e serviços. (The Third Five-Year Economic Development Plan 1972-1976, 1971, p. 8.).

Segundo Amsden (1989) os resultados do 3º PQDE novamente foram surpreendentes. Entre 1972 e 1976, apesar dos efeitos nefastos da crise internacional, a economia coreana cresceu a uma taxa de 11%, excedendo em muito a meta traçada para o período (8,6%). A taxa de investimento médio atingiu 27% e as exportações quadruplicaram crescendo a uma taxa anual de 31,7 %. A exportação de manufaturados aumentou a uma taxa ainda mais elevada de 41%, puxando o crescimento do setor manufatureiro para taxa de 21% ao ano. Entretanto, apesar do vigoroso crescimento das exportações, por volta de 1976 o país representava apenas 0.6% do comércio mundial. A estratégia traçada pelo governo foi reunir esforços para diversificar produtos e mercados de destino.

4.4. O Quarto Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (4º PQDE)

Os objetivos principais do Quarto Plano Qüinqüenal de Desenvolvimento Econômico (4º PQDE) eram atingir um desenvolvimento auto-sustentado e uma nova posição dentro da economia mundial[60]. Isto, apesar de reconhecer a vulnerabilidade da economia nacional aos choques externos e a crise internacional. O governo reconhecia que, dada a escassez de recursos naturais no país era essencial elevar a produtividade através de inovações no intuito de manter altas taxas de crescimento. Deste modo o plano propunha a introdução, adaptação e desenvolvimento de tecnologia avançada e, nesse sentido, os recursos financeiros como proporção do PIB para investimento em pesquisa e desenvolvimento deveriam aumentar ano a ano durante o plano. (The Fourth Five-Year Economic Development Plan, 1976)

Em relação às taxas de expansão do produto, o plano estabelecia como meta um crescimento anual médio de 9,2%, com o investimento atingindo uma média 26,2% do PIB. Priorizou-se a alocação de recursos em setores intensivos em mão-de-obra de alta qualificação de maneira a se obter o máximo de geração de emprego ao mesmo tempo em que os efeitos da geração de renda do investimento eram, também, maximizados. O plano explicitamente priorizou setores tais como eletrônico, máquinas e equipamentos e construção naval, pretendia-se também ampliar a competitividade internacional.

[60] É importante destacar os objetivos explícitos pelo governo coreano, ou seja, *"atingir um desenvolvimento autossustentado e uma nova posição dentro da economia mundial".* Esta é uma idéia-força que este trabalho defende. Os países que desejam realmente sair da semiperiferia possuem uma clara estratégia ofensiva de integração independente dentro do sistema-mundo

Em comparação com os planos antecessores, o 4º PQDE se caracterizou pela maior ênfase no setor de infraestrutura e nos serviços públicos que passou a representar 76% do investimento público, como mostra a tabela abaixo. Este é, indubitavelmente, um volume de recursos, em setores de sustentação do crescimento de longo de formuladores que realmente pretendem superar e ultrapassar fases do desenvolvimento. Aliás, a tabela 14 requer uma maior discussão. Em nenhum dos quatro primeiros planos, o investimento público em infraestrutura (que inclui diversos serviços e capital social[61 e 62]) foi menor que 50,0% e se elevou plano a plano, ficando na média em 62,2%. Por outro lado, a Indústria primária que recebeu 25% dos investimentos nos dois primeiros planos, isto é, nos anos sessenta, caiu para 15% no final dos setenta. Do mesmo modo, Mineração e Manufatura que no primeiro plano absorveu 20% dos investimentos, terminaram na marca de 8% no final do quarto plano.

Tabela 14
Coréia do Sul
Composição Industrial do Investimento Público
1962-1980

Plano	Indústria Primária	Mineração e Manufatura	Infraestrutura
1º PQDE (1962-1966)	25,7	20,8	53,3
2º PQDE (1967-1971)	25,9	13,3	60,8
3º PQDE (1972-1976)	22,7	15,6	61,7
4º PQDE (1977-1980)	15,7	8,5	75,8
Média Total	22,9	14,9	62,2

Fonte: Economic Planning Board

[61] O conceito de capital social é usado da forma como aparece nos relatórios de governo e em diversos trabalhos acadêmicos, que se deixa de citar por não acrescentar nada relevante a discussão aqui feita. Não se pretende com isto referendar tal conceito, nem discutir suas diversas acepções. Não se interessa pelas polemicas que envolve o conceito, nem se acredita que ele substituía a formulação clássica e robusta que Marx fez de capital. Assim, entenda-se por capital social, valores intangíveis (educação formal, treinamento, conhecimento empírico, experiência, liderança, redes de relacionamentos, agregação institucional e outros).

[62] O capital social deve ser definido como função. Coleman (1999) argumenta que o capital social não é uma entidade, mas uma variedade delas, com dois elementos estruturadores, a saber, consistem de algum aspecto das estruturas sociais, facilitando a atuação dos atores sociais. O capital social é produtivo, tornando possível certos resultados que seriam impossíveis na sua ausência. Insiste-se o trabalho não fornece nenhum apoio intelectual ao conceito

Segundo Kim (1991), as expectativas dos formuladores de política da Coréia do Sul eram de que as exportações e importações aumentassem 16% e 12% respectiva e anualmente de forma a obter um superávit comercial já em 1980. Também se esperava que a continuidade do crescimento das exportações de serviços de construção civil e turismo eliminassem gradualmente o déficit de serviços e assim o saldo de transações correntes passaria a ser positivo em 1981. Como pode ser visto pela tabela 15, as expectativas não se realizaram.

De acordo com Kim (1991) em observações setoriais, percebe-se que a ênfase do plano se deu sobre a produção de ferro, aço, metais não ferrosos e petroquímicos. Como resultado, a indústria pesada e química cresceu a taxas muito elevadas até o ano de 1981, quando atingiu 51,8%, enquanto as respectivas exportações atingiram 45,3% do total. Essa produção elevada deve ser creditada à performance das indústrias de ferro, aço e construção naval, que passaram a se caracterizar por possuírem elevada qualidade e baixo custo no mercado internacional. Os investimentos nos setores de geração de energia, máquinas e equipamentos em geral, e máquinas movidas a diesel em particular, foram especialmente beneficiadas pela assistência financeira do governo. De fato, a indústria de máquinas e equipamentos crescia, em média, 150% acima dos demais setores manufatureiros durante os anos 1970.

A Tabela 15 mostra a evolução de indicadores macroeconômicos selecionados de 1971 a 1980. Em primeiro lugar, apesar da crise cambial de 1971 e das diversas crises internacionais da década de setenta, a economia cresceu 8,1% na média anual, considere-se que na série há o valor negativo de 5,2% para o ano de 1980. Em segundo lugar, cabe observar repetição de elevadas taxas de inflação medidas pelo deflator implícito do PIB. Por último, a razão Transações Correntes/PIB esteve sempre negativa e nula em 1977, indicando que as metas de obtenção de superávit no comércio exterior não ocorreram.

O processo de aceleração da inflação começa no ano de 1974, refletindo os primeiros efeitos do chamado choque do Petróleo, apesar deste indicador ter perdido força ficou na casa dos 20%, com exceção do valor de 15,8% no ano de 1977. A persistência inflacionária obrigou o governo coreano a partir de 1977 a adotar medidas de ajustes monetário e fiscal.

Tabela 15
Coréia do Sul
Indicadores Selecionados
1971-1980

Ano	PIB (%)	Deflator Implícito do PIB (%)	ΔX (a)	ΔM (b)	Transações Correntes/PIB	Termos de Troca
1971	8,8	13,4	24,3	28,5	- 8,7	132,7
1972	5,7	16,4	41,7	47,9	- 3,5	125,4
1973	14,1	13,4	73,2	95,9	- 2,3	102,1
1974	7,7	29,5	15,7	37,5	-10,9	92,1
1975	6,9	25,8	1,4	10,8	- 9,0	105,1
1976	14,1	20,5	49,2	56,2	- 1,1	112,4
1977	12,7	15,8	21,1	28,6	0,0	117,8
1978	9,7	21,9	17,4	26,5	- 2,2	115,3
1979	6,5	21,1	2,8	15,7	- 6,4	100,0
1980	- 5,2	25,6	2,6	17,1	-8 ,7	97,9

Fonte: Amsden, 1989: 56
Notas:
(a) Variação percentual das Exportações;
(b) Variação percentual das Importações.

Segundo Brown (1973), além dos problemas de inflação e do Balanço de Pagamentos, no final da década de setenta ocorrem um excesso de capacidade instalada nas indústrias química e mecânica e um aquecimento excessivo do mercado de trabalho. De fato, o desemprego cai para 3,2% em 1978 e os salários no setor manufatureiro e de exportações crescem 110,2 e 105,2% respectivamente entre 1974-75 e 1979. O aumento dos salários se torna bem superior ao da produtividade, a taxa de crescimento do produto por unidade de insumo decresce, afetando o desempenho exportador. Deve-se acrescentar ao aumento dos salários, o efeito da sobrevalorização cambial e a escassez de crédito bancário, afetando a rentabilidade das exportações trabalho-intensivas.

Tabela 16
Coréia do Sul
Dívida Externa
(Bilhões de Dólares americanos)
1973-1981

Tipo	**1973**	**1975**	**1977**	**1979**	**1981**
Dívida Total	4,3	8,5	12,6	20,3	32,4
Dívida Líquida	-	-	7,6	14,0	24,5

Fonte: *Economic Statistics publication/Bank of Korea.* Vários acessos

Observe-se, pela tabela 16 que a dívida externa aumentou de forma acelerada ao longo dos anos setenta. De 1973 para 1975 dobrou de tamanho e chegou sete vezes em 19814. A realidade é que o crescimento coreano na década foi intensivo em capital e necessitou altos volumes de empréstimos, e com a abundância de liquidez internacional, recursos financeiros eram obtidos a baixos custos no mercado internacional. A dívida externa liquida coreana atingiu 14 bilhões de dólares americanos em 1979.

5. Palavras finais

Os capítalismos tardios assemelham-se às pessoas que desejam morar em determinado bairro de uma cidade e chegam tarde, encontrando todos os terrenos ocupados e construídos. Contudo, existem duas diferenças fundamentais entre o cidadão que gostaria de residir numa região nobre e os países que desejam ingressar no seleto clube do capitalismo plenamente desenvolvido. A primeira questão é de escala, pois é infinitamente mais fácil se conseguir "chegar" até um bairro aristocrático do que de penetrar no protegido Núcleo Orgânico do capitalismo. A segunda questão é a possibilidade de compra e venda de imóveis no bairro nobre, mercado inexistente no sistema-mundo. Em outras palavras: o único ingresso válido para entrar no clube dos países ricos é um crescimento vigoroso e rápido. É preciso correr à frente dos demais. Vence quem deixa mais competidores para trás.

Utilizando a terminologia de Mandel (1972) é possível dividir o desenvolvimento capitalista em três fases: (a) primeira fase ou capitalismo concorrencial, situado entre os anos de 1700 e 1850, quando o crescimento do capital industrial acontece, inteiramente, no âmbito dos

mercados domésticos; (b) segunda fase ou capitalismo monopolista, que dura de 1850 até aproximadamente 1960, quando se dá o esgotamento do 'boom' de reconstrução pós-guerra; (c) terceira fase ou capitalismo tardio, que teria como elementos distintivos a expansão das grandes corporações multinacionais, a globalização dos mercados e do trabalho, o consumo de massa e a intensificação dos fluxos internacionais do capital. São os últimos cinquenta anos de nossa contemporaneidade.

Os séculos XVIII e XIX representa segundo Cha (2008) um período de estagnação malthusiana que dura até 1910, quando ocorre a anexação da Coréia pelo Japão. Não há como duvidar de que aquele período abarca dois séculos em uma longa duração braudeliana, onde predominam relações próprias do feudalismo asiático. O lapso espaço-temporal que se estende de 1910 até 1945 é o período colonial coreano. Só depois da II Guerra Mundial a Coréia entra lentamente em um processo de modernização capitalista. Contudo, é apenas no último meio século que a Coréia do Sul acelera os processos de industrialização e desenvolvimento e aproxima-se de um padrão de fronteira com o Núcleo Orgânico do sistema-mundo.

Pode-se dizer que a primeira associação vantajosa da Coréia do Sul com o capital do Núcleo Orgânico se deu ao final da Segunda Guerra Mundial quando os Estados Unidos, como principal potência capitalista vitoriosa, buscou estabelecer uma geopolítica dominante em suas respectivas áreas de influência. Não é demais lembrar que os EUA manteve a ocupação militar nos países onde havia estacionado suas tropas e desenvolveu políticas e instrumentos de intervenção econômico-militar em todo o mundo. A verdade é que em todo território sul-coreano os EUA construíram e ampliaram aeroportos e portos militares, concentrando forças ao longo do Paralelo 38. Para a modernização do exército aliado sul-coreano, em 1949, ofereceram como "ajuda militar" cerca de 110 milhões de dólares. (Silveira, 2000)

Segundo Amsden (1992), o que caracterizava o desenvolvimento do capitalismo nos países de industrialização tardia era um forte viés regional. Não se trata da velha − mas, ainda atualíssima − discussão sobre difusão desigual de tecnologia, mas da difusão desigual do capital. Dito da forma teórica adotada por este trabalho: a associação com capital do Núcleo Orgânico é fundamental para auxiliar um país no caminho de acesso. Assim, a Coréia do Sul é um interessante e bem-sucedido caso sobre o efeito do uso de fontes externas de financiamento em países de desenvolvimento tardio. Trata-se de um caso onde a dinâmica da poupança externa foi muito mais benéfica no longo prazo do que o observado em diversas economias tardias latino-

americanas. Para analisar os efeitos da poupança externa na economia, porém, não se pode olvidar o contexto particular da Guerra Fria em que estes países eram parte do xadrez da geopolítica internacional. A Coréia do Sul, de forma diferente dos países latino americanos, foi fortemente beneficiada por grandes somas de ajuda externa, logo após a divisão do país em 1948, e continuou a receber recursos externos sob a forma de ajuda militar, ajuda externa e empréstimos externos, por muito tempo.

É indiscutível que a ajuda externa em grande escala forneceu os recursos suficientes para comprar as importações necessárias ao investimento e ao consumo durante o período 1954-1958. Após 1953, a dependência em relação aos EUA, que havia sido um arranjo benéfico para ambos os lados antes da Guerra Civil coreana, adquiriu uma rigidez muito forte. O orçamento do governo coreano se tornou dependente dessa ajuda não apenas para a defesa, mas também para outros gastos. Em particular, os recursos foram usados para financiar empréstimos de longo prazo para a indústria como um todo. Nos anos 1950 os subsídios dados pelo governo coreano não eram setor-específico, e que a canalização dos mesmos para a indústria marca o início de uma relação simbiótica entre o Estado e os embriões dos grandes conglomerados industriais: os Chaebols.

Krueger (1984) classifica a Coréia na década de cinquenta como uma sociedade absolutamente rentista, ou seja, com forte predisposição em obter seus ganhos através de meios puramente especulativos, com acesso privilegiado a licenças e quotas de importação, contratos públicos não competitivos etc. em ambiente altamente inflacionário. Mas, mesmo autores que concordam quanto a importância do Estado no processo de desenvolvimento na Ásia, especialmente na Coréia, tais como: Amsden (1989), Alam (1989) e mesmo, com menor intensidade, Cole & Lyman (1971), também rejeitam as políticas praticadas no período Rhee, caracterizando-o como um período onde um Estado corporativista falhou em promover o desenvolvimento.

Entretanto, os dados mostram não apenas um começo de desenvolvimento industrial, mas a criação de algumas importantes instituições, sobretudo quando se restringe ao caso de instituições financeiras. É correto afirmar que ainda durante os anos 1950 foram lançadas as bases institucionais para o financiamento do desenvolvimento que caracterizou o período 1960-1980.

A década de sessenta deve ser caracterizada com o período da arrancada da economia coreana na superação da pobreza e o subdesenvolvimento, ou como se argumenta tratou-se do

processo de take-off, onde o país cresce a taxas sem precedentes. Para financiar esse crescimento, uma reforma nos juros foi adotada com a evidente intenção de elevar a poupança agregada. A melhor interpretação é de que o crescimento econômico dos anos sessenta deve ser atribuído não a uma maior poupança induzida por juros mais elevados, mas sim ao estabelecimento dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico (1º PQDE e 2º PQDE) e a uma nova cultura de que o desenvolvimento era um destino manifesto do país. Cabe lembrar que o Estado promoveu o financiamento, em parte fornecendo diretamente o crédito, em parte propiciando as garantias necessárias, assim como promoveu os incentivos para os setores que considerava prioritários.

Não se deve exagerar no papel desempenhado pela poupança como causa primária no processo de aceleração do crescimento da economia coreana na segunda metade dos anos 1960. É importante resgatar o papel central de um Estado planejador capaz de: (a) garantir retornos positivos sobre os investimentos; (b) fornecer crédito abundante; (c) criar uma convenção de desenvolvimento[63], através da fixação de metas nos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico; e (d) criar instituições para o financiamento deste desenvolvimento, contribuindo de forma substancial para garantir um vigoroso crescimento puxado pelo investimento privado.

Nos anos setenta deve-se destacar a ousadia da proposta ao continuar crescendo a elevadas taxas promovendo a etapa mais difícil da industrialização em um contexto de crise internacional, incluindo a chamada crise do petróleo. A estrutura econômica coreana transita da indústria leve para a pesada, incluindo a fundamental indústria química.

O 4º PQDE se caracterizou pela maior ênfase no setor de infraestrutura e nos serviços públicos que passou a representar 76% do investimento público. Se em nenhum dos quatro primeiros planos, o investimento público em infraestrutura (que inclui diversos serviços e capital social) foi menor que 50,0%, ficando na média em 62,2%. Por outro lado, a Indústria primária que recebeu 25% dos investimentos nos dois primeiros planos, isto é, nos anos sessenta, caiu para 15% no final dos setenta. Do mesmo modo, Mineração e Manufatura que no primeiro plano absorveu 20% dos investimentos, terminaram na marca de 8% no final do quarto plano.

Fundamental é compreender que o desenvolvimento coreano foi em grande medida financiado pelo capital estrangeiro colocado a disposição das firmas coreanas por bancos

[63] Uma convenção é um acordo entre agentes sociais com poder limitado, mas real, onde se define a organização e as estratégias para a consecução de determinado objetivo. Um dos agentes precisa ter poder suficiente para impor interesses gerais.

públicos com garantias do Estado. Ainda que importante parte dos fluxos fosse constituída por ajuda externa ou empréstimos em condições muito favorecidas, com dinâmica bastante peculiar quando se compara com os países latino-americanos, os crescentes e persistentes déficits em transações correntes representaram dificuldades, contudo, não impediram a consecução dos objetivos.

Capítulo IV

Sociedade, Economia e Política no período recente: o caso do Brasil (1985-2010)

1. Os anos oitenta: a década perdida

1.1. O último Delfim e a crise dos primeiros anos oitenta

A vitória do Presidente Ernesto Geisel e do seu grupo político sobre a extrema-direita militar no processo sucessório não foi completa, pois requereu negociações internas dentro do "núcleo duro". As negociações exigiram concessões mútuas, que incluiu o nome do general João Baptista Figueiredo como sucessor de Geisel. O general Figueiredo não estava inteiramente comprometido com o projeto autonomista expresso no II PND.

A economia brasileira encontrava-se em pleno crescimento resultante do amadurecimento dos investimentos públicos implementados pelo II PND. O PIB, que no milagre cresceu na média anual de 11,0%, cresceu em quase 6,0% no período de marcha forçada, ou seja, 1974-1978. Em 1979 o crescimento foi de 7,2% e em 1980 bateu a casa dos 9,0%.[64] O que se tenta mostrar é que o crescimento da economia brasileira era satisfatório. A crise foi fundamentalmente um fenômeno externo e de ajustamento do capitalismo mundial. Os países do núcleo orgânico do sistema-mundo, observando a queda na taxa de lucro, resolveram jogar o peso da crise sobre os países periféricos e semiperiféricos. Os mecanismos de transferência da crise foram aumentos na taxa de juros internacional e redução na taxa de intercâmbio.

Depois de premiado com a embaixada brasileira em Paris, o economista Antônio Delfim Neto, o mago do chamado "milagre econômico brasileiro" (1968-1973), foi chamado de volta para ocupar a pasta da agricultura. É difícil saber se o último Delfim visava apenas uma reordenação nas macropolíticas agrícolas em um momento em que o país precisava de uma maior oferta alimentar capaz de reduzir as pressões inflacionárias, além de necessitar um aumento no esforço exportador, ou se a intenção presidencial era de criar um contraponto às políticas

[64] Os dados são do IBGE e do BACEN

extremamente ortodoxas da dupla Mário Henrique Simonsen e Karlos Rischbiter. Intencional ou não o conflito se colocou de pronto, reproduzindo uma polaridade histórica do Estado brasileiro, a saber: os desenvolvimentistas perseguindo o crescimento e os conservadores preocupados com a "solidez dos fundamentos macroeconômicos". Os 120 anos republicanos poderiam ser escritos apenas baseados nesta luta interna, enquanto um conflito de mentalidades, ou enquanto um conflito intraclasse da burguesia.

Delfim Neto imediatamente substituiu Simonsen na Pasta do Planejamento e tentou reeditar, mesmo que em escala menor, o milagre. A difícil situação internacional somada aos problemas internos não só impediram qualquer reedição, mesmo que pálida dos excelentes anos que vão de 1968 a 1973, como precipitaram a crise. O fracasso obrigou Delfim Neto a comandar uma política econômica tão ortodoxa e recessiva quanto a que era propugnada por Simonsen.

Em 1980, o PIB cresceu 9%, contudo, em 1981 caiu 3% promovendo uma onda errática de 12% em dois anos. A política de aceleração promovida por Delfim era equivocada, entre outros motivos por ter criado expectativas irrealistas. De todo modo a recessão veio a partir de 1981e trouxe como principal resultado o aprofundamento da crise de legitimidade do regime militar, de maneira a não restar dúvida de que João Batista Figueiredo seria o último general-presidente.

> A política macroeconômica que prevaleceu em 1981 e 1982 foi basicamente direcionada para a redução das necessidades de divisas estrangeiras através do controle da absorção interna. A lógica dessa política é fazer com que a queda da demanda interna torne as atividades exportadoras mais atraentes, ao mesmo tempo em que reduz as importações. [...] A política a ser seguida baseava-se na contenção salarial, no controle dos gastos do governo e no aumento da arrecadação, na elevação das taxas de juros internas e na contração da liquidez real, sem abrir mão do tratamento especial dado as atividades de exportações, energia e agricultura e às pequenas empresas. (CARNEIRO & MODIANO, 1992: 324-325).

Quando o dilema entre continuar o crescimento com um mínimo de autonomia frente ao núcleo orgânico ou proceder ao ajuste recessivo sob o comando do FMI se colocou, as poucas convicções desenvolvimentistas do general-presidente Figueiredo foram vencidas, ou seja, a filosofia econômica contida no II PND foi abandonada. A única forma de evitar a ida ao Fundo,

dado o tamanho da dívida, era decretando uma moratória soberana, não havia disposição política para tal. Unir as forças do empresariado em um projeto de crescimento com responsabilidade foi exatamente o que o ministro Delfim anunciou, pelo menos como retórica: crescimento econômico com controle inflacionário.

As medidas que aparentemente visavam a expansão econômica podem assim ser enumeradas:

(a) desvalorização cambial de 30% como mecanismo estimulador das exportações;
(b) maiores estímulos à exportação;
(c) redução do Imposto de Renda sobre remessas de lucros para o exterior de 12,5% para 1,5%, para facilitar a entrada de capitais externos;
(d) criação de um imposto sobre as exportações agrícolas beneficiadas pela desvalorização cambial a fim de transferir estes recursos para outros setores descapitalizados;
(e) maiores facilidades de crédito na aquisição de bens de consumo duráveis;
(f) ampliação de crédito para capital de giro das empresas;
(g) implementação de políticas de reativação do setor de construção civil;
(h) maiores e melhores créditos para o setor agrícola;
(i) redução de custos financeiros no financiamento de bens duráveis de consumo, tais como: redução do IOF e liberação do limite de crédito.

Das medidas que buscavam combater o componente inflacionário, devem-se destacar as seguintes:

(a) corte nos gastos da União e das empresas estatais;
(b) eliminação dos subsídios às exportações;
(c) extinção dos juros subsidiados;
(d) redução dos mecanismos protecionistas;
(e) aumento do preço do crédito e, em alguns casos, corte creditício;
(f) ajustes na política salarial.

Além das inconsistências entre medidas propostas, como estímulo às exportações e eliminação dos subsídios às exportações, deve-se registrar que as principais medidas visavam aumentar o saldo em moeda internacional para pagamento da dívida externa e/ou formação de reservas cambiais.

A tabela 17 mostra que os superávits comerciais deveram-se mais a redução das Importações, que caíram em mais de 40% entre 1980 e 1985 do que ao crescimento das Exportações, algo em torno de 25% no mesmo período. Por outro lado, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) caiu de 22% do PIB para 16%, o que indica claramente as dificuldades desta quadra histórica. Ou seja, sem investimentos a economia não anda.

Tabela 17
Indicadores Selecionados
Brasil
1980-1985
(Taxa de Variação Percentual em relação ao ano anterior exceto quando se especifica de outra forma)

Ano	PIB (1)	FBKF (2)	X 10^6 US$ (3)	M 10^6 US$ (4)	Balança Comercial (5)	Inflação	Salário Mínimo Real (6)
1980	9,1	22,5	20132,4	22955,2	- 2822,8	82,8	2,5
1981	- 3,1	21,0	23293,0	22090,6	1202,4	105,6	- 1,9
1982	1,1	20,4	20175,1	19395,0	780,1	98,0	0,7
1983	- 2,8	16,1	21899,3	15428,9	6470,4	142,0	- 10,2
1984	5,7	15,5	27005,3	13915,5	13089,5	196,7	- 8,8
1985	8,4	16,7	25639,0	13153,5	12485,5	227,0	- 10,1

Fonte: IBGE e BACEN
Notas:
(1) Produto Interno Bruto;
(2) Formação Bruta de Capital Fixo;
(3) Exportações;
(4) Importações;
(5) Balança Comercial = X – M;
(6) Salário Mínimo Real = Salário Nominal corrigido pelo Deflator Implícito do PIB.

Passadas as eleições de 1982 não restava nenhum a dúvida de que o Brasil iria ao Fundo (FMI). A única saída para o governo militar no apagar das luzes era negociar com o Fundo Monetário Internacional. Foram sete cartas de intenção em vinte e quatro meses. O verdadeiro pomo da discórdia entre as autoridades brasileiras e os agentes do capital financeiro internacional era quanto a proposta defendida pelos técnicos do FMI de redução drástica do déficit público, quando o mesmo dependia das taxas esperadas de inflação, haja vista, o caráter generalizado da indexação.

> Embora fosse evidente que a supervisão do FMI seria uma condição necessária para o funcionamento do novo esquema de financiamento externo, e que um reescalonamento dos pagamentos era inevitável, a proximidade das eleições gerais (marcadas para 15 de novembro) obrigou o governo a adiar o pedido formal de auxílio ao FMI até o final de novembro. A frustração do ajustamento externo, a falta de progresso nas condições internas e as incertezas quanto às perspectivas futuras da economia desempenharam um papel importante na derrota do partido do governo nas eleições de novembro. A renegociação da dívida externa era a questão predileta dos partidos da oposição durante esta campanha eleitoral, e permaneceu em voga até as eleições presidenciais, dois anos depois. (CARNEIRO & MODIANO, 1992: 329-330).

Segundo Carneiro & Modiano (1992) através do Decreto-lei 2012, de janeiro de 1983, o governo tornou sem efeito o adicional de 10% que incidia sobre a variação semestral do INPC para os assalariados com renda de até três salários mínimos (3SM) e reduziu os coeficientes de repasse na faixa salarial de 3 a 10 salários mínimos (3SM – 10SM). Ainda na tentativa de reduzir a indexação salarial, o governo propôs mais três mudanças na lei salarial ao longo de 1983. A mais ambiciosa destas propostas, o Decreto-lei 2045, que contemplava um coeficiente uniforme de repasse de 80% da variação semestral do INPC para todas as faixas salariais, não pode se beneficiar do artifício do decurso de prazo para a sua aprovação, pois foi rejeitada pelo Congresso Nacional em fins de outubro. O governo, então, através do Decreto-lei 2065, reduziu mais uma vez os percentuais de correção automática para as faixas entre 3 e 15 salários mínimos (3SM-15SM) e eliminou a livre negociação a partir de 20 salários mínimos (20 SM). Assim, a desindexação salarial e a aceleração inflacionária resultaram numa queda de cerca de 20% no poder de compra dos salários ao longo do ano de 1983. (CARNEIRO & MODIANO, 1992, p. 332.). Uma rápida observação da Tabela 17 mostra que o Salário Mínimo Real (SMR) perdeu um terço do seu poder aquisitivo no período em questão.

Desde 1979 que as restrições externas pesavam como chumbo sobre a economia brasileira. Em 1984, finalmente ocorreram sinais de relaxamento no *front* externo. O excelente desempenho da economia dos Estados Unidos nos dois primeiros trimestres daquele ano foi importante para estimular o crescimento da economia brasileira. Apenas no primeiro semestre de 1984 a exportação de aço do Brasil cresceu em 40%, parte importante destas exportações eram

importações dos norte-americanos. Enfim, a recuperação deu-se, ainda, em 1984 e foi puxada pelas exportações.

Depois de diversos acordos com o FMI e vários "pacotes" sempre reduzindo salários, a interferência da banca internacional chegou ao ponto do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, afirmar que a salvação do Brasil estava no Congresso Nacional brasileiro aprovar o Decreto-lei 2045. Se o Congresso não executasse este ato patriótico, o "*Brazil*" quebraria. Esqueceram de avisar ao Senhor Donald que o Brasil era (é) grande demais para quebrar.

Tabela 18
Brasil
Indicadores selecionados
1978-1983

Ano	Taxa de juros (%)	Dívida Bruta (Bilhões de US$) (a)	Dívida Líquida (Bilhões de US$) (b)	Reservas Cambiais (Bilhões de US$) (a) – (b)	Termos de Intercâmbio (%)	IGP (%)
1978	10,9	43,5	19,4	24,1	- 14,6	40,5
1979	13,3	49,9	24,8	25,1	- 7,1	76,8
1980	15,5	53,8	31,6	22,2	- 17,7	110,2
1981	19,6	61,4	40,2	21,2	- 15,4	95,2
1982	19,5	69,7	46,9	22,8	- 1,8	99,7
1983	-	81,3	65,7	15,6	- 1,9	-

Fontes: Batista Jr (1988a); FGV

É preciso entender que o mesmo país que forneceu capital de núcleo orgânico para criar uma barreira protetora contra o comunismo no Japão e na Coréia do Sul não desejava ter um rival do porte do Brasil na América Latina. Fato é que a proposta contida no II PND e as opiniões fortemente nacionalistas do Presidente Ernesto Geisel nunca agradou aos norte-americanos.

Segundo o Subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, Robert McNamar, os países em desenvolvimento deveriam adotar "políticas mais liberais para investimentos externos [...]. Muitos desses governos impõem significativas restrições e condições para investimentos

estrangeiros em seus países"[65]. O Secretário do Tesouro, ou seja, o chefe de Robert McNamar, o Senhor Donald Regan, aquele que vaticinou que o Brasil quebraria sem o DL 2045/83, foi mais longe do que seu subordinado afirmando arrogantemente que:

> Ao tornarem mais fáceis e atraentes os investimentos estrangeiros, os governos da América Latina podem avançar bastante na criação dos empregos. [...] é só assegurar (as empresas norte-americanas) bons lucros e sua repatriação, sem terem medo do imperialismo ianque[66].

Como a renda é distribuída funcionalmente entre lucros e salários (Y = L + W) e estes últimos estavam brutalmente comprimidos, fica-se com a impressão que o Senhor Donald pensava em trabalho escravo.

A política de ajustamento externo da economia brasileira, conduzida entre os anos de 1981 e 1984 foi exitosa dentro dos parâmetros fixados pela banca internacional. Foram gerados mega-superávits na Balança Comercial e obteve-se um novo equilíbrio na Conta Corrente do Balanço de Pagamentos. É preciso insistir que o modelo de ajuste utilizado pelo FMI foi profundamente recessivo ao ponto de destruir parte da capacidade instalada. A estratégia foi baseada: (a) na redução do investimento público; (b) na redução do mercado interno via destruição de emprego; (c) na compressão da massa salarial; (d) na aceleração das desvalorizações cambiais; e (e) em taxas de juros altas.

Fato é que com todas as pressões da banca internacional, dos representantes do governo dos Estados Unidos e do governo brasileiro, o DL 2045/83 foi derrotado por mobilizações de massa e por uma frente parlamentar que incluía o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o único Partido aliado do PDS governista.

O desgaste do governo tinha se aprofundado ao extremo e a campanha nacional pelas eleições diretas, denominada de diretas-já tinha conquistado o apoio de quase toda a sociedade brasileira, isto é, empresários, trabalhadores, intelectuais, artistas, religiosos, etc. Duas exceções se erguiam corajosa e fanaticamente: a extrema-direita militar explodindo bombas e parte da grande imprensa, particularmente a Rede Globo que escrevia uma história ficcional e falsificada,

[65] Folha de São Paulo. Versão Online. Acesso em 20 de dezembro de 2011.

[66] Folha de São Paulo. Versão Online. Acesso em 20 de dezembro de 2011.

onde não havia multidões nas ruas. Onde o comício do Vale do Anhangabaú havia reunido milhares de pessoas[67], cabendo lembrar, segundo o Jornal Nacional que o governador havia liberado o metrô.

Derrotada a emenda das "diretas-já" por margem pequena de votos, as forças de oposição se articulam para garantir uma vitória no Colégio Eleitoral. A Aliança Democrática consegue 70% dos votos e elege a chapa Tancredo Neves e José Sarney. A via indireta provoca diversas acomodações. Perde-se o impulso criativo das massas. Surge um momento de consternação e união nacional com o falecimento, antes da posse, do Presidente Tancredo e a assunção ao cargo de Presidente do Brasil do Senador José Sarney.

1.2. O Plano Cruzado e os resultados não esperados.

Quando se analisa o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (IPND-NR) observa-se a intenção do novo governo de enfrentar alguns dos principais problemas econômicos. O ponto central do Plano já se explicita no preâmbulo quando se define como projeto de reforma, quando defende o crescimento econômico e o combate à pobreza. Qualquer possibilidade de crescimento sustentado, segundo o I PND, dependia do equacionamento das finanças públicas e do controle inflacionário, que dependem de uma renegociação da dívida externa com redução das transferências reais para o exterior[68]

O problema é que o ano de 1985 é de um lento compasso de espera. A recorrente dualidade da política econômica brasileira e do próprio Estado já estava recolocada mais uma vez. De um lado, no Ministério da Fazenda, Francisco Dornelles defendia uma política monetarista clássica composta por corte nos gastos públicos[69], contração monetária e restrições de crédito. Enfim, às favas com os anseios da população que ocupou os espaços públicos por democracia. Ás favas os desejos de parte significativa dos empresários, como Albano Franco,

[67] A estimativa mais conservadora dos órgãos que acompanham movimentação de massas, foi a da Polícia Militar de São Paulo, que divulgou o quantitativo de um milhão e meio de pessoas.

[68] SEPLAN. I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República.

[69] O déficit público só é fator desencadeante de inflação se a economia estiver operando no pleno emprego. No caso da existência de capacidade ociosa o gasto público opera no sentido de aumentar o nível de atividade sem elevação do nível geral dos preços, inclusive reduzindo pressões inflacionárias pelo lado da oferta. *"Tão simples, tão elementar, tão negligenciado".*

Paulo Cunha e Ermírio de Morais, todos paulistas, que queriam a economia acelerando e não o pé pesado, quase morto, no freio.

Se na Fazenda dominava a ortodoxia, no Planejamento, uma equipe chefiada por João Sayad propunha o crescimento e defendia o desenvolvimentismo. Assim, era necessário aumentar a eficiência global do sistema industrial, incorporar tecnologia e expandir o mercado interno, através da recomposição firme do poder de compra dos salários. "Era preciso um padrão de desenvolvimento que orientasse a produção para o atendimento das necessidades básicas da população[70]".

Enquanto o impasse ortodoxia-heterodoxia permanecia, a economia apresentava indícios de desaceleração e recrudescimento inflacionário. A taxa de inflação do trimestre janeiro-março de 1985, quando anualizada, se projetava em uma taxa de quase 300%.[71]. As tentativas de crescimento esbarravam na política monetária restritiva do Banco Central. Ao Executivo colocava-se a necessidade de fornecer elementos para que um dos exércitos vencesse a guerra. Quando a inflação bateu em 14% em agosto, caiu Dornelles, toda sua equipe da Fazenda e do Banco Central. Vitória dos desenvolvimentistas. Toma posse como Ministro da Fazenda o empresário Dílson Funaro que forma uma equipe com economistas heterodoxos ligados à Unicamp.

O ministro Funaro e sua equipe definem o combate à inflação com manutenção do crescimento econômico. A medida mais importante do período foi a redução da taxa de juros, fato que escandalizou a ortodoxia. O raciocínio era simples: não havia pressão de demanda na economia. Por sua vez a poupança depende da renda e não da taxa de juros, enquanto o investimento depende de taxas de juros baixas. Aumento do crédito e maior melhoria dos salários, "engata" o mercado interno ao estímulo vindo do setor externo, mas que já perdia força. Contudo, apesar do esforço do governo, a inflação não cedia. Era desejável um plano de combate à inflação que tivesse uma lógica mais abrangente.

Como dito acima, necessária se fazia uma ação mais robusta contra a inflação. "Assim, pode-se dizer que o ano de 1985 terminou – melancolicamente para o governo e para a maioria da

[70] SEPLAN. I PND-NR, P. 136.

[71] IBGE. Online. Acesso em 15 de novembro de 2011. A taxa anualizada era de 293%.

população – com uma forte aceleração inflacionária"[72]. A medida para o mês de dezembro acusou 13,20% e para o ano de 1985, 235,11%[73]. O governo do Presidente José Sarney precisava urgentemente estancar a elevação dos preços, para tanto foi instituído em 28 de fevereiro de 1986 um plano de estabilização não recessivo, denominado de Programa de Estabilização Econômica ou Plano Cruzado.

A medida mais controversa do Plano Cruzado, por chocar frontalmente com a lógica dos mercados capitalistas, foi o congelamento de preços. Apesar de combatida, principalmente no campo dos princípios que regem o funcionamento do capitalismo, aquela foi a medida mais eficaz e efetiva de todas. A queda abrupta da inflação de 14,98% em fevereiro para 5,5% em março e – 0,58%[74] em abril. Este movimento de descenso do nível geral de preços levou a um grande apoio popular ao Plano e ao Presidente.

Antes de discutir as medidas implementadas pelo Plano Cruzado, em particular o congelamento dos preços, é importante destacar as condições e as políticas macroeconômicas que facilitaram o êxito daquele:

(a) elevação dos níveis de confiança da população nas intenções do governo;
(b) recuperação da capacidade de realização de políticas macroeconômicas, dada o rompimento com o FMI;
(c) acumulação de reservas cambiais que poderiam ser usadas em caso de desabastecimento;
(d) existência de uma importante folga cambial, pois de fevereiro de 1983 ao mesmo mês de 1986 acumulou-se uma desvalorização efetiva e real de 37%, o que permitiu o congelamento do câmbio;
(e) melhoria das finanças públicas pela queda na taxa de juros e pelo aumento da receita tributária como função positiva da renda;
(f) criação da Secretaria do Tesouro Nacional e unificação dos orçamentos fiscal e monetário.

Para entender o congelamento de preços e as reações populares em favor do mesmo, ou seja, para entender a economia moral do Cruzado, é preciso compreender que inflação foi, é, e

[72] FSP, 02/03/1986.

[73] IBGE. Online. Acesso em 30 de novembro de 2011.

[74] Todos os dados desta seção foram recolhidos do IBGE, exceto quando dito em contrário.

será sempre um problema de conflito distributivo. Sabendo-se que a elevação dos preços é um fenômeno que resulta de um conflito entre as classes sociais e entre segmentos de uma mesma classe, é fácil deduzir que quanto maior for o nível de pressão dos agrupamentos sociais sobre a renda gerada, maior a expansão dos preços e maior a luta distributiva pela renda e pelo produto real criado. No Brasil das décadas de sessenta, setenta e parte dos oitenta do século passado, viveu-se em um regime autoritário que arbitrava o conflito distributivo pela força.

A questão principal é que o Plano Cruzado significou uma inversão fortíssima nos mecanismos de mediação e controle do conflito que operava até fevereiro de 1986. A abertura política, o aumento da organização dos trabalhadores, principalmente dos metalúrgicos, petroleiros e bancários ao lado da redemocratização tornou obsoleto o arcabouço institucional que administrava a luta econômica das classes sociais. O Plano Cruzado, e em particular o congelamento de preços foram aceitos e defendidos pela população porque realizou uma nova configuração de rendas no país e que durou aproximadamente seis meses. Ou de acordo com os argumentos de Camargo e Ramos:

> Até fevereiro de 1986, os trabalhadores e setores mais competitivos da economia foram os que assimilaram a maior parte dos custos do ajuste externo, o que era obtido através de acelerações inflacionárias crescentes. Com adoção da escala móvel, os salários reais permaneciam constantes ou cresciam, exceto em conjunturas com taxas de inflação extremamente elevadas. Em outras palavras, o aumento de preços deixou de ser um mecanismo de redução dos salários reais. Por outro lado, o setor externo, os setores mais oligopolizados, e o setor financeiro, que, antes do Plano, eram os que se beneficiavam com as acelerações inflacionárias, após sua implementação passaram a ser os principais perdedores na luta distributiva, caso a inflação persistisse. (CAMARGO & RAMOS, 1988: 29).

Segundo o economista Francisco Lopes, em entrevista concedida a José Onofre da Folha de São Paulo[75] o governo já havia adquirido a força para garantir o sucesso do Plano: a participação voluntária dos consumidores, nos pontos de venda e na vigilância do congelamento. Para Lopes "*os opositores são os que não entenderam e os que ganhavam com a inflação alta*".

[75] Folha de São Paulo, 02/03/1986.

Apesar do otimismo exagerado do economista e do menosprezo quanto a possíveis reações dos empresários capitalistas, havia muita verdade nas suas palavras, a saber, só estava contra a estabilização quem perdia com ela e quem não a entendia no sentido de não admitir interferências no mercado que não fossem em beneficio próprio. Estava a favor aqueles que começavam a ganhar alguma renda e que sabia que a derrota do plano significava uma volta a situação anterior. Ou seja, o conflito distributivo adquiriu nova identidade, e se expressava pelo apoio ou o repúdio ao congelamento.

Henry Maksoud, destacado representante de um segmento da burguesia brasileira, num artigo intitulado "Por que discordo do pacote"[76], depois de afirmar que sempre havia criticado os pacotes econômicos e atos de intervenção no mercado, assim se posiciona quanto ao Plano Cruzado:

> Ao ser divulgado o "decreto-lei da inflação zero"[77] logo notei que nada havia mudado no enfoque substantivo dado à inflação, mas percebi de imediato como seria muitíssimo mais iníqua e abrangente que antes a intrusão governamental na vida, na liberdade e na propriedade das pessoas. Por uma questão de coerência, de princípios,.não de dogmas, e para estar em paz com a consciência, tive que me postar outra vez na difícil posição de quem diverge da opinião geral. Apesar da extasiante aceitação popular, do patrulhamento ideológico que emergiu (que supostamente não existiria na "democracia" da Nova República) e da absurda violência, estimulada pela propaganda nos meios de comunicação, sou dissente em relação a este plano por muitas razões concretas. (FSP, 24/04/1986).

Analisando o discurso do Senhor Maksoud, percebem-se claramente as seguintes questões: (a) o articulista é contrário a intervenção do Estado, mas na verdade ele é contra aquela que possa beneficiar os de baixo, pois no Brasil como em todos os países capitalistas, o Estado foi um parceiro constante e fiel da burguesia, inclusive em atos pouco recomendáveis; (b) apesar do verniz civilizado do Senhor Maksoud, na essência seu ódio de classe é o mesmo dos antigos Senhores Coloniais; (c) por fim, acusar os defensores do plano de patrulhamento ideológico e as mobilizações populares, mesmo desorganizadas, mas legítimas e necessárias, como atos de violência, é, no mínimo um disparate.

[76] Folha de São Paulo, 24/04/ 1986.

[77] Nome propagandístico dado ao Plano Cruzado

Paul Singer, renomado economista de esquerda e fundador do Partido dos Trabalhadores, também se colocou contra o Plano. Claro que as razões de Singer diferem das apresentadas por Maksoud e outros representantes das elites nacionais. Singer argumenta que o plano consistiu em uma operação radical, onde o governo conseguiu de um só golpe desatar o nó inflacionário, quando deveria fazê-lo pacientemente, identificando e regulando os diversos conflitos distributivos. Assim, a imobilização dos preços permitiu uma trégua nos conflitos, de forma que com o aumento significativo do consumo, a renda aumentou de forma a permitir uma maior participação de vários segmentos sem que os outros sofressem perdas.

Para Singer, havia fragilidade no congelamento e o entusiasmo dos fiscais de Sarney era fogo de rápida combustão, além do que os fiscais eram impotentes diante da força do capital. Pouco podia a população contra os açambarcadores de mercadorias, os remarcadores de preços e a venda com ágio. Assim, diz o autor, o governo deveria ter aproveitado a trégua para fazer uma autentica e sistemática redistribuição efetiva de renda.

Começando pelo fim, a questão era de como um governo fraco e atacado por todos os lados pelas classes sociais em combate, poderia fazer uma redistribuição ordenada de renda? Na verdade isto só seria possível atacando os interesses do capital em suas diversas formas, porém tratava-se principalmente de enfrentar os interesses dos principais beneficiários de sempre: o setor externo, os setores oligopolizados, e o setor financeiro. Dito de outra forma era lutar contra o conjunto da burguesia que detém, no Brasil, a maior fatia de poder econômico e político. Infelizmente, Singer nunca ensinou a fórmula mágica. Só um governo de esquerda, programaticamente definido pelo socialismo ou por um Governo de transição dos trabalhadores da cidade e do campo, poderia fazê-lo. O governo Sarney não era nem nunca disse ser este governo. O partido que dizia ser, e que Singer, juntamente com tantos intelectuais engajados fundou, ao chegar ao poder, não deu ouvidos ao que aquele economista propôs em 1987.

.

1.3. O Pós-Cruzado e o último Sarney

O Plano Cruzado foi uma “engenharia” brilhante para desmontar o processo auto-alimentador da inflação, contudo o controle inflacionário, ainda não é a derrota completa da inflação. Inflação faz “metástase” quando as causas primárias permanecem ativas. O período de congelamento deveria ter sido usado para um ajustamento estrutural, inclusive porque a economia

já crescia por três anos seguidos sem grandes "pacotes" de investimentos que aumentasse a capacidade produtiva. Com o esgotamento da capacidade ociosa os problemas de pressão de demanda, que os economistas ortodoxos enxergam em qualquer situação, poderiam se tornar realidade. A taxa de investimento havia caído para 17-18%[78]

Enquanto os monetaristas continuavam argumentando que independente da ocupação da capacidade instalada e do tamanho das encomendas de investimentos, o problema era de demanda e estava associado ao déficit público; os keynesianos afirmavam que o problema era a dívida externa que ao absorver parte significativa do PIB comprometia o combate à inflação e às políticas de investimentos e crescimento econômico.

Em março de 1986 em uma reunião entre o governo brasileiro, banqueiros norte-americanos e técnicos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o ministro João Sayad repetiu um trecho do I PND-NR, onde o compromisso era firmado com a nação e não com a banca internacional:

> Para garantir simultaneamente o combate à inflação e o crescimento econômico, o governo brasileiro entende, contudo, ser indispensável resolver em caráter definitivo, o problema da dívida externa [...] a redução da excessiva transferência de recursos para o exterior constitui elemento indispensável à consolidação do equilíbrio financeiro do setor público, à retomada dos investimentos e, portanto, à sustentação do crescimento no médio e longo prazos. (I PND-NR, 1985, p. 62).

Segundo Solnik (1987) a moratória da dívida sempre esteve presente como hipótese de trabalho, não apenas dos economistas, mais do próprio Presidente Sarney. Para o ministro Sayad, o momento adequado teria sido o dia do decreto do Cruzado, ou seja, 28 de fevereiro:

> Eu achava, e ainda acho, que a moratória é um instrumento de negociação. Hoje eu vejo com clareza que no dia 28 de fevereiro de 1986, quando a gente tinha 8 bilhões de dólares de reservas, naquele momento a gente deveria ter suspendido os pagamentos. (SOLNIK, 1987: 110).

[78] A taxa de investimento que foi na média de 27,0% do PIB nos anos setenta despencou para a faixa de 16,0% no período de 1982-1985 e elevou-se para 17,7% em 1986. Os dados são do IBGE.

Em diversas oportunidades, a questão da moratória soberana voltou a ser cogitada, mas não foi efetivada. Alguns membros do governo consideravam-na muito radical, outros acreditavam nas boas intenções da banca, em particular, nas promessas do Presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos, Paul Volker. É hora de pensar em voz alta: quem é ingênuo quando se defronta com os poderosos, o povo ou suas elites?

Fato é que a inflação voltou. No começo a forma fenomênica era o desabastecimento, depois a elevação dos preços: 0,32% em maio, 0,53% em junho, 0,63% em julho e 1,33% em agosto[79]. O aquecimento da demanda faz aumentar a absorção interna de produtos que antes estavam sendo exportados, além de promover aumento das importações. Resultado: piora da Balança Comercial e queima das reservas cambiais.

No *front* político é preciso compreender que muitas decisões deixaram de ser tomadas ou foram proteladas para garantir a vitória do PMDB, que era o partido hegemônico do governo. O próprio congelamento dos preços só se justifica por tanto tempo porque era a medida mais efetiva e mais popular do Plano. O uso político do Cruzado se tornou evidente quando nas eleições gerais de 15 de novembro de 1986, o PMDB fez todos os governadores com exceção do estado de Sergipe. Fez mais de 50% da Câmara Federal e 77% do Senado. É fundamental lembrar-se que não se tratava de um Congresso Nacional normal, mas de um Congresso com atribuições de Assembléia Nacional Constituinte.[80]

Menos de uma semana depois das eleições, isto é, no dia 21 de novembro, o governo lança o Cruzado II, que foi de fato um anti-Cruzado[81]. Em uma "canetada" do governo jogou-se fora toda uma experiência de ajustamento não-recessivo com crescimento econômico, distribuição de renda e mobilização popular.

O problema do Cruzado II não era de diagnóstico. Desde setembro, pelo menos, já havia um quadro de excesso de demanda. Este diagnóstico unia, temporariamente, ortodoxos e heterodoxos, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento. Havia, inclusive,

---

[79] IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. FGV - Online. Acesso em 26 de novembro de 2011.

[80] Folha de São Paulo, 16 de novembro de 1986.

[81] Saint-Exupery no *Pequeno Príncipe* trabalha de forma brilhante com a relação entre aparência, essência e representação. Há um desenho que para qualquer humano adulto é de um chapéu, mas que para a criança representa *"uma jibóia que engoliu um elefante".* Foucault, também, trabalha a idéia com a imagem de um cachimbo com a legenda: *"isto não é um cachimbo"*. O Cruzado II, talvez, merecesse a legenda: "*isto não é um Cruzado".*

concordância na prescrição: aumento dos impostos como mecanismo de redução da inflação e do crescimento. Além dos efeitos sobre a inflação, o choque tributário reduziria a absorção interna, aumentaria as exportações e diminuiria as importações, recompondo a Balança Comercial.

A divergência era sobre qual o imposto deveria ser o vetor. O Planejamento defendia o uso do Imposto de Renda que incidiria sobre a riqueza monetária e não teria nenhum impacto sobre os preços da economia. A Fazenda elegeu o IPI de cinco produtos[82] selecionados sob o argumento de maior dispersão sobre um universo maior de contribuintes e arrecadação maior e mais rápida. É claro que o aumento do IPI é sempre repassado para os preços[83], o que *per si* é inflacionário[84]. Os técnicos da Fazenda propuseram que os aumentos fossem expurgados dos índices de preço. Venceu o Ministério da Fazenda, perdeu o Ministério do Planejamento. Ganhou o Ministério dos fundamentos neoclássicos, perdeu o Ministério do Crescimento Econômico[85].

O discurso das finanças sadias estava de volta. O retorno da inflação, a moratória tardia[86], a queda na taxa de lucros[87], criaram as condições adequadas para mais um "arquivamento" das propostas desenvolvimentistas. Sayad não esperou para ver e pediu demissão em 17 de março. Funaro esperou até 20 de abril, depois que a nata do capitalismo brasileiro, representada pelos 24 maiores empresários do país pediu sua cabeça. A lógica é elementar: é possível agüentar "os de baixo" fechando supermercados, mas é insuportável a queda na taxa de lucros.

---

[82] Foram os seguintes produtos e as correspondentes majorações: gasolina (60%), telefonia e eletricidade (120%), bebidas (100%), automóveis (80%) e cigarros (45% a 100%). Fonte: Ministério da Fazenda – Online. Acesso em 15 de outubro de 2011.

[83] O IPI e o ICMS são impostos altamente contaminadores de preços, porque independente do tamanho da empresa, o repasse é automático. Exemplo: um vendedor de água de coco em qualquer praia, paga frete para colocar seu produto no ponto de venda, um aumento do IPI sobre combustíveis, certamente, aumentará o preço do coco.

[84] O problema não se resume ao repasse direto para os produtos respectivos. Os outros produtores observando alguns preços aumentarem, por segurança aumentarão seus preços. O dique se rompe. No caso em discussão a represa estourou.

[85] O termo foi cunhado pelo Professor e Ministro João Sayad. Utiliza-se, aqui, no mesmo sentido, ou seja, *"o Ministério da Fazenda que faça política restritiva, que corte gastos, o Planejamento vai estimular a atividade econômica, os investimentos e o emprego"*

[86] Na década de oitenta, o Brasil pagou de juros da dívida externa, o montante de 150 bilhões de dólares americanos. Quando o Presidente José Sarney decretou a moratória, as reservas cambiais brasileiras eram de 2,8 bilhões de dólares. Fonte: IBGE – Online. Acesso em 19 de novembro de 2011.

[87] Entre 1984 e 1986 a Rentabilidade sobre o Patrimônio ficou na média de 13%, mas caiu para 6,3% em 1987. Fonte: *Exame*. "Melhores e Maiores", julho, 2002, p. 22.

Na vacância do ministro Funaro assume o Professor Luiz Carlos Bresser Pereira. Em 12 de junho, Bresser Pereira lançou o chamado Plano Bresser que congelou salários e preços por três meses. Novamente a sociedade teve mais do mesmo, ou seja, garroteamento da demanda via corte nos gastos públicos, arrocho salarial e aumento nos juros. O Plano deu errado. O Salário Mínimo Real caiu 18,5% em relação ao ano anterior, porém a rentabilidade do capital, como visto acima, caiu de 13,3% para 6,3%. O PIB cresceu apenas 2,9%. A dose de ortodoxia foi cavalar e quase mata o paciente. A taxa de lucro caiu porque ocorreu queda no consumo e queda na confiança dos empresários.

Com a demissão de Luiz Carlos Bresser Pereira assume a Pasta da Fazenda o economista Maílson da Nóbrega. O novo ministro defende o retorno ao FMI, suspensão imediata da Moratória, cortes nos gastos públicos, aumento dos juros reais e confisco salarial. Nóbrega resolve denominar sua política de "feijão-com-arroz". Nunca o prato mais popular (e mais nutritivo) do país foi tão indigesto. Nunca, na história republicana brasileira, um ministro da Fazenda foi tão "apagado" publicamente, mas cumpriu um grande papel em defesa dos interesses do capital financeiro e contra os interesses nacionais. Nunca um governo central no Brasil, cumprindo todo seu mandato, teve um fim tão melancólico do que o último Sarney.

No dia 14 de janeiro de 1989 o ministro Maílson da Nóbrega resolve mudar de prato. Sai do "feijão-com-arroz" e lança um "baião-de-dois[88] recessivo" denominada de Plano Verão e formada pelas seguintes medidas[89]:

(a) manutenção da política de juros altos;
(b) novos cortes nos gastos públicos;
(c) congelamento dos preços com alinhamento prévio nos preços de vários produtos[90];
(d) conversão dos salários pela média real dos últimos doze meses, incorporando a URP[91] prevista para janeiro;
(e) extinção da URP a partir de fevereiro, com a instituição da "livre negociação";
(f) instituição de nova moeda, o cruzado novo (NCZ$) correspondendo a mil cruzados.

[88] Prato formado por feijão e arroz cozidos juntos.

[89] Modiano, 1992, pp. 347-386.

[90] Leite (47,5%); pão (33,3%); tarifas telefônicas (35,0%); tarifas postais (63,5%); eletricidade (14,8%); gasolina (19,9%); álcool (30,5%). Fonte: Ministério da Fazenda – Online. Acesso em 10 de novembro de 2011.

[91] Unidade Referencial de Preços.

O resultado não podia ser pior. A inflação entrou em descontrole total rumo a uma hiperinflação aberta, mesmo com os mecanismos de indexação e correção monetária dos balanços. Projetou-se um índice geral de preços de 1.764%[92] para 1989. O lado mais cruel dos desacertos promovidos pela ortodoxia chegou rápido: estagnação e desemprego, ou seja, a estagflação.

Todas as ações de privatização desencadeadas no governo do Presidente José Sarney foram aceleradas pela equipe de Maílson da Nóbrega. Tanto no Plano Verão quanto no pouco conhecido Plano de Emergência[93] (agosto de 1989) listou-se um amplo conjunto de empresas que deveriam ser privatizadas. Claro que não havia mais tempo, nem correlação de poder político capaz de realizar a venda de empresas como a Açominas, mas o ministro deixava um mapa completo da futura privataria.

Apesar de concordar-se com a caracterização dos anos oitenta como a década perdida, dado o baixo nível do crescimento e os desequilíbrios inflacionários e das contas externas, é, também, correto considerá-la como uma década ganha pelo nível de experimentação de propostas de políticas econômicas e pela participação popular nos destinos do país.

2. Os anos noventa: a década mais que perdida

2.1. A ideologia neoliberal e a reconstrução hegemônica.

Após a Segunda Guerra Mundial e até o início dos anos setenta, o capitalismo cresceu a taxas altíssimas, a ponto de alguns estudiosos começarem a falar de um capitalismo sem crise, ou seja, a esperança de Adam Smith num capitalismo redentor de toda humanidade havia finalmente chegado, apesar da existência de um sistema antagônico (o socialismo burocrático) também estar obtendo grandes resultados no front econômico.

Este período ficou conhecido, eufemisticamente, de “anos dourados”. Porém, a crise do “capitalismo sem crise” instala-se em 1973 numa combinação explosiva de queda na taxa de expansão do produto com altas taxas de inflação. Segundo Anderson (1996) foi a partir daquele momento de crise do sistema capitalista que a ideologia neoliberal ganhou alento. O discurso dos

[92] Modiano, 1992, pp. 347-386.

[93] Fonte: *Projeto Abertura de Capital*/Conselho Federal de Desestatização.

defensores do mercado absoluto afirmava que os problemas do capitalismo não estavam no sistema capitalista, mas no poder excessivo dos sindicatos e no próprio movimento dos trabalhadores que haviam destruído as bases naturais da acumulação de capital com pressões econômicas descabidas de aumentos salariais e pressões políticas que aumentavam os gastos sociais do Estado. Tais pressões, de acordo com a doutrina liberal, destruíram as margens necessárias e sadias dos lucros.

Para o quadro apresentado acima a solução seria, não um Estado fraco como muitos supõem, mas um Estado forte capaz de enfrentar e derrotar o poder sindical e de desenvolver políticas que aprofundam o desemprego e a precarização do mundo do trabalho e que retire direitos sociais consagrados, desamparando ainda mais os trabalhadores. Contudo, o Estado deveria ser forte também na condução e no controle da moeda[94], utilizando-a como instrumento de redistribuição de renda para os mais ricos, dado que a desigualdade seria uma condição necessária para o crescimento econômico, ou seja, o capitalismo só seria possível com suas assimetrias naturais[95].

A mensagem dos neoliberais históricos era extremamente dura, mas completamente de acordo com a lógica interna do capitalismo, mas só era dita de forma agressiva e aberta pelos neoliberais fundamentalistas como Hayek. A grande maioria dos neoliberais (inclusive os nativos) não tinha a coragem e a honestidade de esclarecer suas reais intenções, desvendando, assim, sua própria ideologia.

A primeira experiência neoliberal de acordo com Anderson (1996) ocorreu no Chile sob o comando do economista Milton Friedman na ditadura de Pinochet. Naquele país foram implantados rígidos programas de desregulação, desemprego massivo, repressão sindical,

[94] A moeda é o instrumento essencial da violência capitalista e o Estado é o detentor da violência legítima. É a moeda que define quem compra e quem não compra as mercadorias que estão no mercado. É a moeda por corporificar o valor e, portanto a riqueza produzida, quem define os estratos de renda, e permite em que nível, ou simplesmente não permite acesso às mercadorias. A moeda é o mecanismo básico de violência estatal ao estratificar e manter estratificada a sociedade, isto é, a de garantir que a sociedade permaneça dividida em classes sociais e em segmentos de renda. Fonte: AGLIETA & ORLEANS (1990)

[95] Os argumentos de Marx em O Capital são no sentido de mostrar que a natureza essencial do capitalismo é: (a) uma sociedade dividida em classes sociais, sendo duas fundamentais, os capitalistas e os trabalhadores; (b) uma minoria da sociedade capitalista (os capitalistas) possui e controla todos os meios de produção e quase toda riqueza social, enquanto a maioria social possui apenas sua capacidade de trabalho; e (c) as desigualdades refletem as próprias leis de funcionamento desse sistema. A tese marxista da crescente pauperização da classe trabalhadora continua perfeitamente atual, desde que aplicada de forma relativa, isto é, a pobreza aumenta na periferia do sistema e em regiões periféricas internas do capitalismo central.

privatização de bens públicos e uma decorrente redistribuição de renda em favor das classes mais ricas.

Note-se que o uso de uma ditadura como o Chile de Pinochet, onde todos dispositivos de direitos democráticos estavam suspensos, mostra que a democracia não é um valor fundamental para os neoliberais. Anderson (1996) argumenta que Hayek ensinava que a liberdade e a democracia poderiam tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse limitar os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade. A conclusão que se deve chegar a partir dos argumentos hayekianos é de que neste caso deve-se suprimir a democracia em defesa da liberdade dos mercados absolutos.

A doutrina neoliberal além de sua natureza regressiva e do seu ódio de classe aos pobres coloca como necessário a destruição do sindicalismo, a compressão dos salários, o aumento do desemprego e a elevação dos lucros, origem da acumulação do capital, e a esse conjunto de medidas e de objetivos, o neoliberalismo chama de recuperação econômica, ou seja, a ideologia neoliberal defende que estas medidas são meios para a completa recuperação de um capitalismo com altas e estáveis taxas de crescimento.

É, entretanto, nesse objetivo final que o neoliberalismo falha completamente, pois exceto casos isolados e temporários, o capitalismo não consegue apresentar altas taxas de crescimento, muito menos consegue sonhar com uma recuperação do forte crescimento verificado nos trinta anos dourados do pós-guerra, sob o comando do keynesianismo e do Estado do bem-estar social.

2.2. A disputa dos dois projetos para o Brasil nos noventa: vitória da alternativa neoliberal e Governo Collor

O segundo semestre de 1989 transcorre sob o signo de um campo de forças bastante complexo. No *front* externo uma proposta estratégica de reordenamento do capitalismo mundial expresso em quatro pilares: abertura econômica; desestatização; desregulamentação do capital e flexibilização do trabalho. O significado prático era de que os países deveriam suspender barreiras protecionistas, facilitando um amplo comércio entre si; privatizar suas ineficientes

empresas estatais; permitir total mobilidade aos capitais e reduzir a um "mínimo de decência[96]" os direitos sociais dos trabalhadores. Claro que estas medidas duras deveriam ser implementadas, onde mais necessárias fossem, ou seja, na zona de influência norte-americana (a América Latina). Estas idéias são fundamentos do neoliberalismo e estão sintetizados no "Consenso de Washington". Na verdade, o objetivo implícito era de abrir mercados para as mercadorias e capitais dos países centrais. Novamente havia capitais excedentários. Novamente o capital estava congestionado no núcleo orgânico do capitalismo.

No *front* interno estava-se no apagar das luzes de um governo que teve duas faces. No primeiro momento tentou uma estratégia de ajuste não-recessivo com mobilização popular, em um segundo tempo fez uma política recessiva, denominada de feijão-com-arroz associada às primeiras privatizações[97].

Ainda no campo interno, duas alternativas se apresentaram disputando o voto popular. De um lado um conjunto de forças de esquerda em torno da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Do outro um conjunto de forças de direita em torno da candidatura de Fernando Collor de Mello, com amplo apoio das classes dominantes e da grande imprensa. Venceu a segunda configuração de forças que enfeixavam a reconstrução hegemônica do "Consenso de Washington" e do neoliberalismo.

A posse do Presidente Fernando Collor ensejou um Plano de Estabilização para a caótica economia brasileira. O grande problema para o novo governo central era que havia rejeição social tanto às políticas ortodoxas, quanto às heterodoxias dos congelamentos. Segundo Faro (1990) o Plano Collor I, de março de 1990, tinha forte tendência recessiva e combinava o confisco dos ativos financeiros, incluindo a poupança, com prefixação da correção dos preços e salários, além do câmbio flutuante e uma reforma administrativa com fechamento de órgãos públicos e demissões de funcionários.

A medida efetiva de combate à inflação foi o confisco dos ativos financeiros e a retirada de 80% do meio circulante. Com tal política a inflação cai porque a demanda cai, independente da inflação ser de demanda, independentemente da economia operar ou não com capacidade ociosa. O brutal enxugamento da liquidez simplesmente deixou parte significativa da oferta sem

[96] O conceito de "mínimo de decência" de direitos diz respeito a um conjunto irredutível de garantias sem o qual os trabalhadores estariam completamente a mercê dos empregadores, inclusive para exploração do trabalho escravo. Este se deriva do conceito de trabalho decente utilizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

[97] Pode-se falar de uma longa década de noventa no Brasil, começando em 1988 e terminando em 2002.

valor, pois faltava poder real de demanda (renda disponível). Atingiu-se duramente a poupança popular, fonte de gastos importantes para a economia. Cortou-se, de um golpe, o capital de giro das pequenas e médias empresas. A maioria dessas firmas quebrou. Tudo muito semelhante aquela conhecida piada médica: *"a cirurgia foi um sucesso, infelizmente, o paciente veio a óbito".*

Como no Brasil tudo que é velho precisa receber o rótulo de novo para possuir credibilidade, além de uma nova política industrial, houve uma nova política salarial[98]. Esta negou a incorporação legitima de 10,25% ao salário de março, impediu as categorias com data-base em março de receber a diferença entre a inflação acumulada e os reajustes do período, converteu o salário com base no menor valor de compra, estabeleceu uma prefixação trimestral de salários de modo que futuras perdas salariais seriam resolvidas pela "livre negociação". Com taxas de desemprego de 10% e um violento ataque ideológico e político aos sindicatos, soava irônico falar em livre negociação entre o capital e o trabalho. Segundo o Dieese/Seade o rendimento médio real na Grande São Paulo caiu em 35% nos trinta meses do governo Collor de Mello. Isto representa um violento "freio" no mercado interno.

Mais uma vez a inflação brasileira desrespeitou os manuais norte-americanos de macroeconomia. Ocorreu queda na demanda, queda acentuada na produção, elevação no volume de desemprego e a inflação, quando muito cedeu um pouco, para logo após recrudescer.

Tabela 19
São Paulo e Brasil
Desemprego e Inflação (%)
1989-1992

Ano	Taxa de desemprego na Grande São Paulo	Inflação medida pelo IGP
1989	8,8	1782,9
1990	10,0	1476,6
1991	11,6	480,2
1992	14,9	1157,9

Fontes: Dieese/Seade e FGV/Conjuntura Econômica.

[98] Era tão nova que deve ter mexido com o bom humor do Professor Antônio Delfim Neto. Enquanto Maílson da Nóbrega devia se sentir absolutamente plagiado.

O Plano Collor II foi baixado em janeiro de 1991, em um contexto de forte descontrole inflacionário. Tratou-se de uma combinação de congelamento de salários com mais medidas de contração fiscal e monetária.

Dentro da polêmica sobre as vantagens e desvantagens da industrialização substitutiva de importações[99], o governo lança o que ficou conhecido como a Nova Política Industrial[100], cujo principal objetivo era de aumentar a eficiência produtiva e comercial de bens e serviços, baseando-se na modernização e reestruturação industrial. Tomando como referência Guimarães (1995) tem-se os seguintes eixos estratégicos:

(a) redução dos níveis de proteção tarifária, eliminação da distribuição indiscriminada e não transparente de incentivos e subsídios, e fortalecimento dos mecanismos de concorrência;

(b) reestruturação competitiva da indústria mediante a adoção de mecanismos de coordenação, de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infra-estrutura tecnológica;

(c) fortalecimento de segmentos potencialmente competitivos e desenvolvimento de novos setores, por meio de maior especialização da produção;

(d) maior exposição da indústria brasileira à competição internacional, objetivando inserção no mercado externo, melhora de qualidade e preço no mercado interno e aumento da competição em setores oligopolizados[101];

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico um dos elementos fundamentais é o tamanho do Investimento Direto Estrangeiro (IDE). De 1990 para 1992 o IDE aumentou de 1,2% no conjunto do investimento para 2,9%. Um aumento irrisório. Em adição, a participação das empresas estrangeiras aumentou de 41,2% em 1989 para 42,9% em 1992, medido pelas vendas, um aumento igualmente irrisório. (Exame, "Melhores e Maiores", julho de 2003). O fato é que o capital não aposta suas fichas em economias em processo recessivo. Por sua vez, como este

[99] Uma boa discussão a respeito poderá ser encontrada em SUNKEL & GRIFFITH-JONES (1990).

[100] Aqui também caberia a legenda: "*isto não é uma Política industrial".*

[101] É muito interessante a tendência de alguns economistas, como Antônio Kandir e Zélia Cardoso de Mello de acreditarem na possibilidade de controlar os oligopólios. Em primeiro lugar, porque é discutível o enquadramento deles como estruturas nacionais; em segundo, porque os mercados são segmentados. O fato é que os cartéis (oligopólios) foram beneficiados pela concentração de mercado oriunda das políticas do governo. Por outro lado, em uma situação de concentração seletiva, os cartéis (oligopólios) continuaram jogando os preços para cima.

trabalho já mostrou diversas vezes, a América Latina em geral e o Brasil em particular não representam nenhuma prioridade estratégica para o principal país do núcleo orgânico do capitalismo, ou seja, os Estados Unidos não estão obrigados por razões geopolíticas, ou mesmo puramente econômicas, de fornecer ao Brasil o mesmo tratamento reservado ao Japão, além do que, nesta quadra histórica, o comunismo já não era uma ameaça real.

2.3. Plano Real e Governo Fernando Henrique Cardoso: estabilização com alto desemprego e baixo crescimento.

Em 1993, ainda no governo de Itamar Franco[102], o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, implementou um Plano de Estabilização que ficou conhecido como Plano Real. Na verdade, o governo do Presidente Fernando Henrique começou um ano e meio antes da posse legal, pois no comando do Plano Real e na consecução de políticas alinhadas com o "Consenso de Washington". De modo que o referido mandatário exerceu o poder por um longo período de dez anos[103].

O Plano Real foi concebido e implementado em três fases efetivamente encadeadas:

(a) estabelecimento do equilíbrio nas contas do setor público, como forma de eliminar a principal causa da inflação;
(b) criação de um padrão estável de valor, a Unidade Real de Valor (URV);
(c) emissão de uma moeda com poder de compra estável, o real.

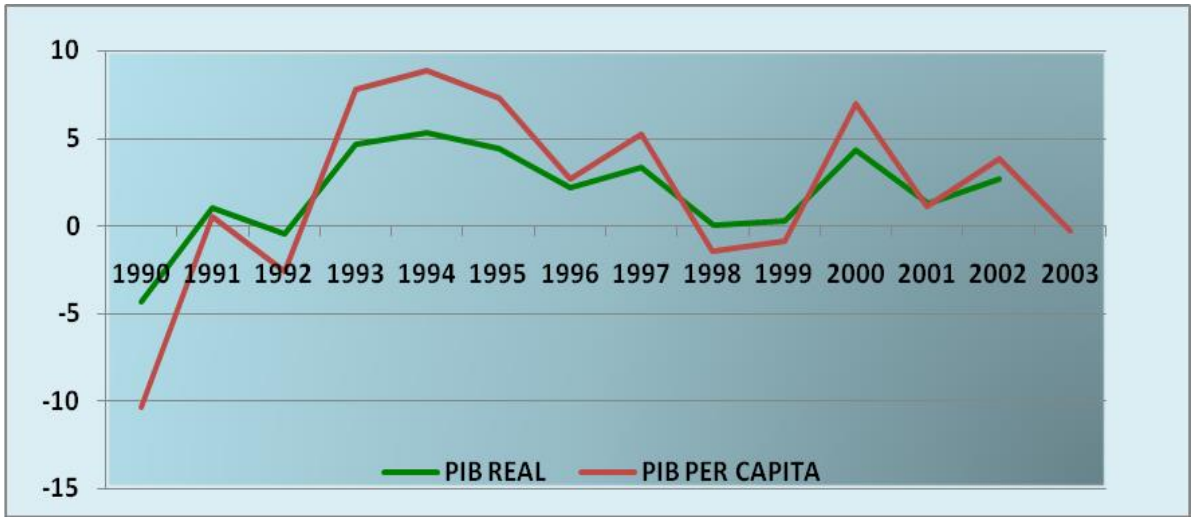
Quando os dados são analisados, é incontestável a piora do Brasil após os dez anos do governo de Fernando Henrique Cardoso: maiores taxas de desemprego de toda a história do país, crescimento econômico insignificante, queda constante do rendimento médio dos assalariados (rendimento real), elevação da dívida externa e aumento assombroso da dívida interna, o que levou a uma piora das condições de vida da maior parte da população brasileira e ao aumento da vulnerabilidade externa. Na verdade, o governo priorizou como meta única a política econômica de ajuste, oferecendo taxas de juros altíssimas ao capital financeiro, tanto o nacional quanto o

[102] A crise econômica e o isolamento do Presidente Fernando Collor levaram ao seu impedimento. Em seu lugar, obedecendo-se a Constituição, assume o Vice Itamar Franco em 02 de outubro de 1992.

[103] Em termos de permanência no poder, o Presidente Fernando Henrique Cardoso só foi superado pelo seu antípoda Getúlio Vargas. Deixa-se claro que a escolha de Vargas como contrário foi feita pelo próprio Fernando Henrique quando disse ter como meta acabar com o varguismo.

internacional, conseqüentemente, políticas sociais, como saúde, educação, habitação, transporte, saneamento, investimento e industrialização, foram penalizadas pela dependência aos interesses dos grandes "investidores financeiros". O investimento produtivo não encontrou ambiente adequado para sua expansão. As taxas de juros praticadas estiveram sempre acima da Eficiência Marginal do Capital. A lógica especulativa se impôs tudo isso aliado a ausência de uma política industrial levou o país a uma estagnação prolongada.

Gráfico 1
Brasil
PIB Real e PIB Per Capita – Variação Percentual
1994-2001

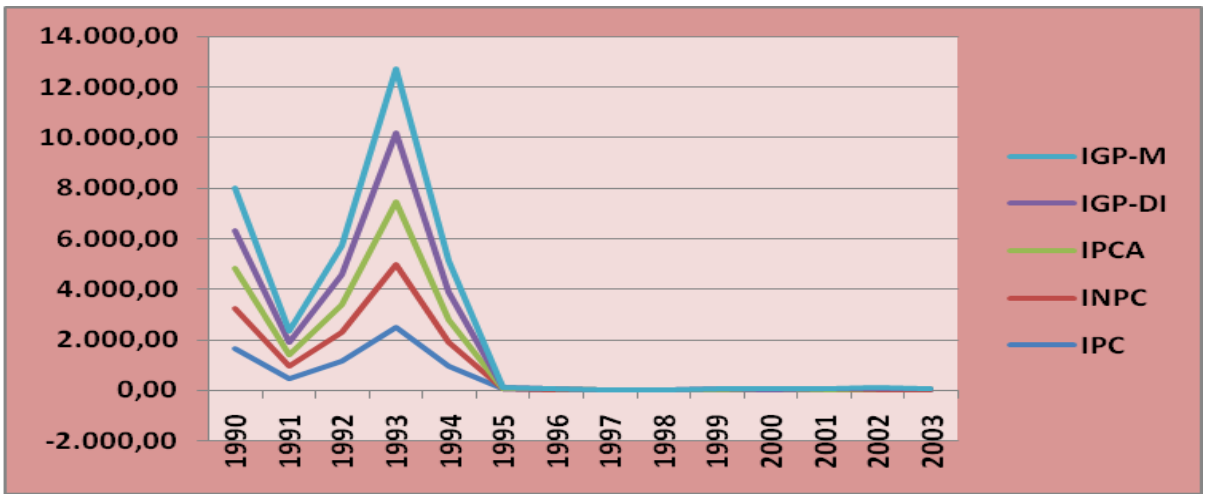


Fonte: IPEADATA

Como se sabe, o PIB real mede o crescimento do país de um ano para o outro, enquanto pode-se utilizar o PIB *per capita* para medir o desenvolvimento do país. Então, colocando-se no gráfico 5 as variações dos dois de 1990 a 2003, pode-se verificar que ambos tiveram um pico no ano de 1994, quando houve a implantação do Plano Real, com pontos de elevação nos anos de 1997, ano pré campanha pela reeleição, e no ano de 2000, imediatamente após uma grande desvalorização cambial ocorrida no ano de 1999, devido ao grande e constante déficit na Balança Comercial. Também é importante considerar que no ano de 2000, próximo a uma nova campanha presidencial, quando se pretendia a eleição de José Serra, Ministro da Saúde do governo FHC, candidato apoiado pelo PSDB e pelo governo, houve um aumento nos dois indicadores. Também é interessante verificar que nos anos pré-eleição e posse do Presidente Fernando Henrique

Cardoso, 1998 e 1999, houve uma queda a níveis negativos da variação percentual dos dois indicadores, sendo mais evidente no caso do PIB *per capita*. Porém, comparativamente às grandes variações negativas antes de 1990, pode-se dizer que houve uma melhora significativa nos dois indicadores, ou seja, depois da abertura comercial desenfreada, pode-se dizer que o país teve uma reação e passou a produzir mais e a ter um nível de renda maior.

Gráfico 2
Brasil
Indicadores Selecionados de Inflação
1990 - 2003



Fonte: IPEADATA

Outro indicador que é importante se analisar é a variação da inflação Isto pode ser verificado no gráfico 2. Na verdade, pode-se verificar que houve, sim, um controle da inflação, mesmo porque ela foi a meta prioritária, senão a única, de medida macroeconômica adotada no governo FHC. Na verdade, os dois governos deste presidente caracterizaram-se por um permanente *trade-off* entre inflação e desemprego (e crescimento muito baixo e mesmo negativo em alguns anos). Tratou-se de uma estabilização "negativa", onde a sociedade exausta pela corrosão inflacionária anterior aceitou taxas menores de índices de preços – não tão "civilizadas" quanto a imprensa nativa tentou "vender' a população, pois esteve acima de 9% nos anos de 1996, 2001, 2002 e 2003, medidas pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) – em troca do emprego e da renda.

Pode-se observar que há pequenas diferenças entre os diversos indicadores de inflação, além do fato de que, realmente, com a implantação do Plano Real, houve uma queda abrupta da inflação anual. Ela volta a subir no ano de 1999, quando da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso e os diversos problemas que começaram a aparecer, como a maxidesvalorização do real, por exemplo.

Tabela 20
Brasil
Balanço de Pagamentos e Taxa de Câmbio
1990 - 2002

Anos	BC (1)	BS (2)	TU (3)	SCC (4)	Conta de Capital	Erros e Omissões	SBP (5)	Taxa Câmbio
1990	16119	-15334	246	1031	629	-775	885	1.068,70
1991	10752	-15369	833	-3784	4592	-328	480	12.387,00
1992	10580	-13453	1555	-1318	163	875	-280	326,095
1993	15239	-11336	2206	6109	9947	-1386	14670	0,844
1994	13299	-15577	1602	-676	10495	-1111	8708	0,9715
1995	10466	-14692	2414	-1812	8692	334	7214	1,0386
1996	-3466	-18541	3622	-18385	29095	2207	12917	1,1156
1997	-5599	-20350	2446	-23503	33968	-1800	8665	1,2079
1998	-6753	-25522	1823	-30452	25800	-3255	-7907	1,7882
1999	-6575	-28299	1458	-33416	29702	-4256	-7970	1,9546
2000	-1199	-25825	1689	-25335	17319	194	-7822	2,3196
2001	-698	-25048	1521	-24225	19326	2637	-2262	3,5325
2002	2650	-27503	1638	-23215	27052	-531	3306	2,8884

Fonte: BCB.
Notas:
(1) BC = Balança Comercial
(2) BS = Balança de Serviços
(3) TU = Transferências Unilaterais
(4) SCC = Saldo em Conta Corrente
(5) SBP = Saldo no Balanço de Pagamentos

Pode-se observar que, imediatamente após a abertura comercial, em 1991, houve déficit na Conta Corrente e uma enorme desvalorização cambial, algo em torno de mais de mil pontos percentuais, tudo isto com o intuito de aumentar as exportações, que estavam em queda livre, e reduzir as importações, que tinham crescido bastante, principalmente em bens de capital, para poder fazer face à concorrência com a indústria externa. Quando da implantação do Plano Real, houve uma supervalorização cambial, quando o real passou a valer mais do que o dólar. Claro que isto acarretou déficits constantes na Balança Comercial que, aliado ao déficit comum dos países em desenvolvimento, como o Brasil, na Balança de Serviços, levou o país a uma grande perda de divisas. No ano de 2001, a taxa de câmbio tem o seu maior valor desde a implementação do Plano. Contudo, ainda não suficiente, por si só, para tornar a Conta Corrente superavitária.

Tabela 21
Brasil
Renda média dos trabalhadores
(em reais de dezembro de 1995)

	Média 1994	Média 1995	Média 1996	Janeiro 1997	Fev. 1997	Março 1997	Abril 1997
Trabalhadores com Carteira	519,74	533,22	570,13	562,58	559,09	548,27	555,38
Trabalhadores sem Carteira	350,27	399,78	423,29	433,79	426,29	423,56	427,59
Trabalhadores por conta própria	383,81	460,93	490,07	481,03	483,93	480,43	486,19
Empregadores	1695,76	1817,76	1830,64	1769,52	1746,17	1665,32	1764,92

FONTE: IPEA. Mercado de trabalho, conjuntura e análise, nº 5 – Julho de 1997.

Pela tabela 21 pode-se observar que os empregos formais (trabalhadores com carteira assinada) são mais bem remunerados que os trabalhadores do setor informal. As oscilações desse tipo de renda são maiores do que aquelas do segmento formalizado, tanto na crise quanto no auge. Esse comportamento induziu muitos economistas a pensarem que o estancamento do processo inflacionário era suficiente para reduzir e estabilizar a pobreza, dispensando-se políticas de redistribuição de renda. A verdade é que os ganhos do setor informal se esgotam rapidamente.

Tabela 22
Brasil
Evolução dos empregos informais
(como percentagem do total de emprego)

	Média 1994	**Média 1995**	**Média 1996**	**Janeiro 1997**	**Fevereiro 1997**	**Março 1997**	**Abril 1997**
Trabalhadores sem Carteira	23,73	24,14	24,83	24,41	24,88	24,91	25,08
Trabalhadores por conta própria	21,72	22,02	22,83	22,97	22,81	23,12	22,86

FONTE: IPEA. Mercado de trabalho, conjuntura e análise, nº 5 – Julho de 1997.

A tabela 22 mostra uma forte tendência para a manutenção da informalidade no mercado de trabalho, e conseqüentemente para a persistência da pobreza e da exclusão social. Cabe observar os percentuais tanto dos trabalhadores sem carteira assinada quanto dos trabalhadores por conta própria se elevaram período a período, totalizando no último período uma elevação de mais de um ponto percentual. Se o receituário neoliberal estivesse correto aqueles percentuais teriam que ter caído

O problema não se resumiu ao desemprego *per si*, mas a qualidade do emprego, ou seja, a composição do mercado de trabalho. Assim, a tabela 23 mostra como a longa década de noventa altera a estrutura do emprego aumentando a precarização das relações capital-trabalho, francamente em favor do primeiro. O volume de pessoas com carteira assinada recuou de 8,5 pontos percentuais, enquanto os sem carteiras aumentavam em 6,3 pontos percentuais e os por conta própria cresciam em 3,0 pontos percentuais.

Ainda em relação ao problema da qualidade do emprego, como visto na tabela 23, percebe-se, claramente, que a categoria "Empregador" apresenta excelente estabilidade com média de 4,3. A categoria "Conta Própria" somada a categoria "Empregados sem carteira assinada" totaliza um aumento de 9,3%, isto é, (6,3% + 3,0%). Por sua vez, a categoria "Empregados com carteira assinada" caiu em 8,5%. Admitindo-se erros e omissões a conta fecha, ou seja, os trabalhadores foram deslocados do setor formal para o setor informal.

Tabela 23
Brasil
Taxa de População Ocupada (15 anos ou mais)
1991-2001

Ano	Empregados com carteira assinada	Empregados sem carteira assinada	Conta Própria	Empregador
1991	53,7	20,8	20,1	4,4
1992	51,4	22,2	21,0	4,4
1993	50,5	23,1	21,1	4,3
1994	49,3	23,7	21,8	4,2
1995	48,4	24,1	22,0	4,5
1996	46,7	24,8	22,8	4,6
1997	46,4	24,8	23,3	4,5
1998	45,3	25,2	24,0	4,5
1999	44,1	26,9	23,7	4,3
2000	44,5	26,9	23,5	4,3
2001	45,2	27,1	23,1	3,9

Fontes: IBGE

A tabela 24 apresentar a evolução das taxas de desemprego[104]. Observa-se um aumento ano a ano da taxa de desemprego aberto para o Brasil culminando com uma diferença de quase dois pontos percentuais entre 1990 e 2001. Para a Região Metropolitana de São Paulo, o *"core"* do capitalismo brasileiro, o desemprego total aumenta de 7,6 pontos percentuais, enquanto o desemprego aberto aumenta cerca de 4 pontos percentuais.

[104] **Taxa de Desemprego Aberto**: relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas num determinado período de referência.
Desempregados: São indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego:
Desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;
Desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;
Desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Tabela 24

Brasil e RMGSP
Taxa de Desemprego
1990-2001

Ano	Taxa de desemprego aberto – Brasil (a)	Taxa de desemprego total – RMGSP (b)	Taxa de desemprego aberto – RMGSP (c)
1990	4,3	10,0	7,2
1991	4,8	11,7	8,0
1992	5,7	15,2	9,2
1993	5,3	14,7	8,7
1994	5,1	14,2	8,9
1995	4,7	13,2	9,0
1996	5,4	15,0	9,9
1997	5,7	15,7	10,2
1998	7,6	18,2	11,7
1999	7,6	19,3	12,1
2000	7,1	17,6	11,0
2001	6,2	17,6	11,3

Fontes: (a) IBGE/PME; (b) e (c) Dieese/Seade
Nota: RMGSP significa Região Metropolitana da Grande São Paulo

Quanto à distribuição de renda, a leitura da tabela 25 dispensa comentários. Ocorreu nos anos noventa uma estabilidade "perversa" absolutamente perfeita no Brasil. O neoliberalismo tupiniquim conseguiu manter os pobres no seu devido lugar, ou seja, na pobreza. O coeficiente de Gini – um indicador de desigualdade muito eficiente e amplamente aceito – foi de 0,58 em 1992 e passou para 0,60 em 1993, permanecendo neste patamar até o final da década. Note-se que todos os anos da série têm este valor com exceção de 1992. A média, é claro, converge para 0,60. Considerando-se, pois, o referido indicador não ocorreu nenhuma desconcentração da renda familiar na década mais que pedida. Os 20% mais pobres[105] continuaram se apropriando de pouco mais de 2% da renda nacional, com a média convergindo para 2,2%. Quando se aumenta a fração

[105] O Censo demográfico do IBGE de 2000 mensurou a população brasileira em 169.872.856 habitantes, para efeitos de facilitar os cálculos considera-se neste artigo uma população de 170 milhões.

populacional para os 40% mais pobres, percebe-se que o percentual apropriado cai de 8,4% para 8,1%, oscilando em torno de 8%. Metade da população brasileira – o que corresponde a 85 milhões de brasileiros – recebeu na média 12,4% na década de noventa, sendo que este percentual era de 13,1 em 1992 e caiu para 12,6 em 1999.

Tabela 25
Brasil
Indicadores de Desigualdade de Renda: Coeficiente de Gini e
Percentual da Renda Apropriada por frações da população
1992/1999

Ano	Coeficiente de Gini	20% mais pobres	40% mais pobres	50% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	1% mais ricos
1992	0,58	2,3	8,4	13,1	62,1	45,8	13,2
1993	0,60	2,2	7,9	12,3	64,5	48,6	15,0
1995	0,60	2,3	8,0	12,3	64,2	47,9	13,9
1996	0,60	2,1	7,7	12,1	64,1	47,6	13,5
1997	0,60	2,2	7,8	12,1	64,2	47,7	13,8
1998	0,60	2,2	7,9	12,2	64,2	47,9	13,9
1999	0,60	2,3	8,1	12,6	63,8	47,4	13,3
Média	0,60	2.2	8,0	12,4	63,9	47,5	13,8

Fonte: Henriques (2000)

Por outro lado, os 20% mais ricos iniciam a série com 62,1% da renda total e a terminam com 63,8%, sendo a média de 63,9%. Por sua vez, os 10% mais ricos apropriam em 1992, 45,8% da renda e passam a apropriar 47,4% em 1999, com média de 47,5%. A fração dos muitos ricos – 1% da população – detinha 13,2% em 1992 e passa a deter 13,3% em 1999. A média foi de 13,8%.

Quando se compara os 1% mais ricos que correspondia a um milhão e setecentas mil pessoas e absorvia 13,8% com os 50% mais pobres que somavam 85 milhões de pessoas e que ficava na média com 12,4% da renda. Duas constatações se impõem. Em primeiro lugar que a fração dos muitos ricos teve acesso a mais renda do que os 50% mais pobres. Em segundo lugar a razão entre o número dos 50% mais pobres e o 1% mais rico é igual a cinqüenta e seis. Ou seja,

56 brasileiros tiveram que sobreviver com uma renda menor do que aquela disponível para um membro rico desta sociedade.

Se a comparação é entre os muitos ricos e os 20% mais pobres, os resultados tornam-se mais dramáticos. A razão entre o número dos 20% mais pobres e o 1% mais rico é igual a 125. Isto que dizer que 125 pessoas receberam uma renda que correspondeu àquela percebida por uma única pessoa. Note-se que tanto no parágrafo anterior quanto neste, se trata de fluxo de renda e não de riqueza acumulada.

Finalizando, são índices alarmantes que ultrapassam a própria tese de que o capitalismo "naturalmente" gera desigualdade, para outra de que – em algumas sociedades – o capitalismo é capaz de gerar desigualdades "anti-civilizatórias".

No caso do Brasil, a abertura comercial de 1990, logo após uma década de altíssimas taxas de inflação e desemprego, levou a uma quebra do parque industrial nacional, que teve de fazer "mágica" para poder, no menor espaço de tempo possível, concorrer com as indústrias externas. Quando da implantação do Plano Real, em 1994, com sua famosa âncora cambial e acúmulo fictício de divisas, via capital especulativo, e medida única de política macroeconômica a queda da inflação, ou melhor, o *trade-off* entre inflação e desemprego. O único ano em que a inflação efetivamente caiu, foi o de 1998. Claro que, comparativamente aos índices que se tinham na década anterior, houve uma queda abrupta da inflação, mas não tão pequena que justificasse esse *trade-off*. Aliado a isso, tem-se a supervalorização do real, o que leva a déficits constantes na Balança Comercial.

3. O período 2003-2010: "A recuperação nacional restringida"

3.1. De como a esperança venceu o medo e depois perdeu ou a política como exercício de "transfiguração"

No final de 2002, o Presidente Fernando Henrique Cardoso insistia na tese de que o Brasil estava no rumo certo. A população brasileira que deu 61,3%[106] dos votos válidos para Luiz Inácio Lula da Silva discordava do então Presidente Cardoso. Se a estabilidade de preços tornou-se um

[106] Folha de São Paulo, 28 de outubro de 2002.

bem público que todos deveriam proteger, as outras variáveis macroeconômicas haviam se transformado em males que a sociedade queria superar. Passados dois anos de governo do Presidente Lula ficou a impressão de que o sociólogo Fernando Henrique estava certo, em parte, pois a população parecia concordar com o caminho (o rumo certo, segundo Cardoso), mas desejava mudar o piloto. Foi a segunda parte do desejo popular que não estava visível em 2002, nem para o político Cardoso nem para o sociólogo Fernando.

Para chegar até a vitória o Presidente Lula e seu partido, o PT fizeram alguns movimentos de acomodação. Em primeiro lugar, a constituição de uma frente ampla o bastante para incluir, além do Senador José Alencar como Vice, sinalizando uma aliança pragmática entre o trabalho e o capital, figuras históricas tradicionais como Orestes Quércia, Roberto Requião, José Sarney e Itamar Franco. Em segundo lugar, uma carta aos brasileiros, onde ficavam claras as intenções de bom comportamento do Partido e do candidato quanto às regras de mercado.

A verdadeira e mais importante mudança foi simbólica. Eleger um ex-operário era um avanço notável em uma sociedade conservadora e submetida a um rigoroso controle social exercido pela grande imprensa. As forças políticas que haviam guindado o Presidente Fernando Henrique ao poder havia 10 anos, trabalhava com uma estratégia de longa duração, algo como um "reinado" de pelo menos 20 anos. Desmontar esta estratégia continuista e conservadora foi uma vitória que exigiu seu preço. Um preço muito alto.

A primeira grande mudança do novo governo deu-se em um campo que aparentemente não tem tanta importância, mas que é essencial em tempos de mundialização do capital e multilateralismo. A política externa do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi desde o início um diferencial positivo, como apontou Amorim:

> A diplomacia vive um momento de grande dinamismo que reflete as prioridades do governo Lula nas áreas interna e externa, como combater a fome e a pobreza, contribuir para a criação de uma nova geografia comercial e adotar postura firme e ativa nas negociações multilaterais, inclusive regionais; com vistas a assegurar um espaço regulatório multilateral justo e equilibrado. Está ainda o imperativo de preservar a nossa capacidade soberana de defender o desenvolvimento que desejamos para o nosso país[107].

[107] AMORIM, Celso. Palestra. *Seminário Atualidade de San Tiago Dantas*. 27 de setembro de 2004. Disponível em: http://www.acrj.org.br. Acesso em 15 de dezembro de 2011.

Importante ressaltar, ainda, no campo da economia política internacional que a vitória do Presidente Lula enterrou de vez a imposição por parte dos Estados Unidos de uma agenda unilateral para formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Em consonância com este movimento estratégico, houve o fortalecimento do MERCOSUL e do clube dos vinte[108].

No campo da política econômica "estrito senso" a polaridade histórica que opõe de um lado uma heterodoxia estimuladora de políticas expansivas e de outro uma ortodoxia sempre disposta a puxar o freio de mão já estava instalada desde a campanha e continuou operando dentro do governo. Em certo sentido e durante três longos anos a política macroeconômica foi a mesma dos anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O que muitos se perguntavam, incluindo petistas da primeira hora, era como se podia conciliar uma política externa independente, solidária e emancipatória associada com propostas gerais de redução da pobreza e da desigualdade, tendo como eixo da macroeconomia, políticas de contração da demanda?

A resposta a pergunta acima foi dada recentemente por importantes dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff. Mercadante (2009) e Mantega (2012) justificaram a necessidade de um período de ajustamento ou de transição entre o modelo neoliberal e o modelo denominado de novo-desenvolvimentismo. O problema maior é que, na prática, se utilizou de todo um mandato, ou seja, 2003-2006 para realizar a transição. Os argumentos sofrem do defeito de quem fala de si mesmo e de seus feitos. Nada é mais complicado do que autobiografia ou perfil político autoconstruido. Na verdade os mais "medíocres" historiadores[109] ainda são melhores narradores e mais verdadeiros interpretes da história do que os próprios "heróis".

3.2. "Herança Maldita", Paloccismo e Primeiro Lula ou para que mudar o rumo?

Considerando a existência de uma "herança maldita" vinda do governo anterior e representada por um acordo com o FMI de combate à inflação baseado em um Sistema de Metas

---

[108] Trata-se da constituição de um grupo de países com agenda independente no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

[109] Um historiador pode ser medíocre seja por positivismo, seja por crença em uma história linear e sempre sincrônica, seja por vicio estruturalista anti-histórico, seja pela insistência na singularidade dos acontecimentos, como se não houvesse repetição, pelo menos das linhas gerais de configuração das forças sociais.

de Inflação, o Presidente eleito nomeia Antônio Palocci, Ex-prefeito de Ribeirão Preto/SP e Coordenador do programa de governo para o Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles, Ex-presidente mundial do BankBoston para o Banco Central, como gestores da "herança", de forma a garantir a gestão financeira acordada com o FMI, além da continuidade de reformas planejadas pelo governo anterior. Cabe aqui lembrar que a dupla Palocci-Meirelles renovou o acordo com o FMI[110] por mais dois anos, preservando assim a subordinação da economia brasileira ao receituário da banca internacional.

No que consistia o modelo de controle inflacionário do novo governo? As bases eram as premissas do velho monetarismo friedmaniano[111]. *"Inflação foi, é, e será sempre um fenômeno monetário".* Para os monetaristas, há sempre um excesso de demanda em alguma parte do sistema, assim como há uma contrapartida de um excesso de moeda em circulação. Uma excelente âncora monetária é a taxa de juros. O modelo é muito simples e prático: correlacionam-se a taxa de juros e a taxa de inflação, de maneira que quanto mais as expectativas ou a inflação efetiva se afastam da meta fixada, maior deve ser a taxa de juros comandada pela autoridade monetária.

Aqui necessário se faz um parênteses: A constituição dos índices das expectativas de preços e de expectativas de juros é feita por levantamento do Banco Central junto aos 100 mais importantes operadores e analistas do mercado financeiro, ou seja, os agentes que estão mais interessados em juros altos fornecem as informações necessárias e suficientes para formá-los. Mas não é só. As altas taxas de juros "capturam" os capitais de curto prazo, principalmente os especulativos que auxiliam na rolagem da própria dívida interna. Ou seja, na medida em que reduz a liquidez do sistema, as autoridades monetárias sustentam o dogma monetarista de controle inflacionário, mas de fato estão produzindo os recursos para pagar os encargos da dívida, enquanto aumentam o principal através de novos encargos financeiros.

[110] O novo acordo com o FMI não foi feito sem resistências dentro do governo. Ele encerrou-se em março de 2005, quando vários membros do governo votaram que o mesmo não precisava ser renovado. A dupla Palocci-Meirelles concordou com a não renovação, mas manteve a política subjacente ao acordo. José Dirceu era o principal opositor de Palocci, daí as facilidades com que este último teve seu nome ligado a um esquema de "caixa dois". Conhecendo-se as práticas de financiamento das campanhas no Brasil é possível inferir que vazamentos deste tipo só são possíveis através de "traição" ou de "fogo amigo".

[111] Friedmaniano refere-se ao importante, mas equivocado economista norte-americano Milton Friedman.

Tabela 26
Brasil
Superávit Primário
(% do PIB)

	1º mandato FHC	2º mandato FHC	2002	2003	2004	2005
Superávit Primário	0,0	3,55	3,89	4,37	4,61	4,84

Fonte: Banco Central do Brasil

A política monetária contracionista não opera sozinha, ela precisa de arrocho fiscal. O aperto fiscal é realizado pelo corte dos gastos públicos e pelo aumento da carga tributária, criando-se os mega-superávites primários[112]. A tabela 26 mostra que durante o primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso este indicador ficou próximo de zero, aumentou para 3,55 no segundo mandato, voltou a crescer para 3,89 no último ano de governo (2002), pulou respectivamente para 4,37 em 2003; 4,61 em 2004 e 4,84 em 2005. Cabe lembrar que a exigência do FMI era de 4,25%, ou seja, o governo brasileiro foi mais realista que o "Rei" ou mais capitalista que a banca.

[112] O superávit primário é expresso como percentagem do PIB e apesar de ideologicamente se recobrir com a linguagem séria e douta de "austeridade fiscal" é preciso entender seu real significado. Suponha uma economia muito simples que produza uma quantidade mínima de bens, tais como pão, manteiga, bicicletas, educação e saúde. As pessoas comem pão com manteiga, apenas. Elas se locomovem de bicicleta e cada uma delas precisa de uma consulta médica e de uma matrícula escolar. Suponha quantidades inteiras em um tempo "t" qualquer, ou seja, 1000 unidades de pão, 100 unidades de manteiga, 1000 bicicletas, 1000 consultas médicas e 1000 matrículas escolares. Suponha uma população de 1000 habitantes. Quando as autoridades econômicas se orgulham de terem obtido 5,0% de superávit fiscal, isto significa exatamente que: 50 pães, 5 caixas de manteiga, 50 bicicletas, 50 consultas médicas e 50 matriculas escolares foram "jogadas" em um depósito de inservíveis para apodrecerem ou enferrujarem, enquanto pessoas não são atendidas nas UPAs, carteiras ficam vazias nas Escolas, parte da população anda a pé. Agora se podem multiplicar algumas dessas coisas por milhões, como bicicletas ou por bilhões, como pães. Qual a racionalidade de se jogar fora bilhões de pães?

Tabela 27
Brasil
Taxas de juros reais efetivas (%)
Períodos Selecionados

	Dez./2002	**Jul./2003**	**Ago./2003**	**Set./2003**	**Out./2003**
Taxa	5,8	6,8	7,4	7,6	8,7
	Nov./2003	**Dez./2003**	**Jan./2004**	**Fev./2004**	**Mar./2004**
Taxa	11,4	12,9	13,7	13,9	14,4
	Abr./2004	**Maio./2004**	**Jun/2004**	**Jul./2004**	**Ago./2004**
Taxa	14,3	13,5	11,9	10,2	9,3

Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE

A tabela 27 mostra que o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu uma taxa de juros reais[113] baixa, isto é de 5,8% em dezembro de 2002. Em julho de 2003 a taxa saltou para 6,8 e sempre em um crescendo atingiu a marca de 14,4 em março de 2004. Como a inflação aumenta a taxa real de juros declina até atingir 9,3 em agosto de 2004. A taxa atinge 12,7% em março de 2005, para depois se estabilizar em 14,0%.

Talvez para compensar políticas econômicas tão ortodoxas, o governo tenha tomado algumas decisões importantes, tais como:

(a) suspendeu o processo de privatização que já tinha alienado parte importante do patrimônio público;

(b) o BNDES voltou a sua função de banco financiador dos investimentos em empresas nacionais;

(c) a Petrobrás fixou um amplo programa de compra de plataformas e de navios construídos no país, com o objetivo de estimular a produção nacional.

[113] A taxa de juros reais é aquela que efetivamente mede o custo da moeda e do seu uso e depende do nível geral de preços. Assim, mesmo com taxas nominais crescentes, quando a inflação aumenta a taxa de juros reais tem tendência declinante.

Tabela 28
Brasil
Evolução do PIB
2003-2010

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB	1,1	5,7	3,2	3,7	4,0	5,7	- 0,2	5,0

Fonte: IBGE

O primeiro ano do governo Lula apresentou um quadro econômico tão estagnacionista que decepcionou alguns aliados[114] e foi motivo de júbilo no campo adversário. A partir do segundo ano de mandato a economia apresentou crescimento do PIB na ordem de 5,7%, de maneira que no período 2003-2010 a média anual foi de 3,5% (conforme tabela 28), contra 2,3%[115] do período 1995-2002 do Presidente Fernando Henrique. O que efetivamente determinou o primeiro ano de estagnação e o que puxou no segundo ano a locomotiva da *"lulaeconomics"?*

No primeiro ano o novo governo seguiu exatamente as mesmas políticas do governo anterior. Resultado: corte na demanda, nos investimentos e aumento do desemprego. De acordo com o IBGE o investimento caiu em 6,6%. Como a renda cresceu em 1,1% e o crescimento demográfico foi de 1,3%, então ocorreu uma queda na renda *per capita.* Em face da queda do investimento, dos gastos do governo e do consumo, isto é, da demanda interna agregada, o PIB não foi negativo porque as exportações cresceram em 21%[116].

[114] O jornal Folha de São Paulo estampou em manchete do dia 7.11.2003: "Fiesp se queixa ao FMI de política fiscal", e a matéria interna do seu caderno Dinheiro da mesma edição noticia que os empresários paulistas, representados pela sua outrora poderosa Federação, foram à Sra. Anne Krueger, vice-diretora-gerente do FMI, queixar-se do aperto fiscal a que a administração fazendária do governo Lula os submete. Mas a professora Maria da Conceição Tavares, em artigo publicado no mesmo jornal, edição de 9.11.2003, diz que os novos "donos do poder" são o Banco Central e a Secretária do Tesouro, e mesmo os ministros da Fazenda e do Planejamento são cada vez mais apenas simbólicos. E ela entende de governo Lula e do poder financeiro. V. "os novos donos do poder", FSP, São Paulo, 9.11.2003 apud Oliveira (2005), p. 386, nota 1.

[115] IBGE – Online. Acesso em 28 de dezembro de 2001.

[116] Fonte: IBGE – Online. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

Tabela 29
Diversos Países
Taxas básicas de juros reais
2004

Países	Turquia	Brasil	"Países Emergentes"	Países Ricos
Taxa (%)	14,8	9,3	2,7	0,3

Fonte: Global Invest.

Em 2004, a locomotiva da *"lulaeconomics"* foram as exportações. Até parecia o Professor Delfim Neto dizendo no início dos oitenta: *"exportar é o que importa"*. A produção industrial cresceu em 8,3%[117], a melhor taxa desde 1986, enquanto o PIB crescia 5,7%[118]. O desemprego aberto medido pelo IBGE caiu de 12,3% em 2003 para 11,5% em 2004[119]. Olhando a demanda agregada o que se observa? Taxa de juros reais alta, a segunda maior do mundo, isto é, 9,3%[120], o que desestimula o investimento. Superávit Primário de 4,61% do PIB o que significa gastos públicos baixos. Salários reais em queda, o que acarreta, pelo menos, não-crescimento do consumo. Conclusão: demanda interna agregada deprimida. Novamente a resposta está nas exportações que cresceram 32,0%[121] em 2004.

Pode-se dizer que a reanimação das exportações se deveu aos custos salariais baixos e ao aquecimento da demanda externa por produtos brasileiros. Estes são dois aspectos essenciais da resposta. Um terceiro elemento foi a compressão da absorção interna, pois políticas econômicas restritivas empurram as mercadorias (que não podem ser compradas internamente por falta de renda) para o exterior. Contudo a resposta completa deve incluir a política diplomática e a política comercial do governo. Enquanto a dupla Palocci-Meirelles jogava água fria na caldeira da locomotiva, a dupla Lula-Celso Amorim fazia multilateralismo pragmático. Parodiando o

[117] Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal. Acesso em 02 de janeiro de 2012

[118] Fonte: tabela 28

[119] Fonte: IBGE – Online. Acesso em 28 de dezembro de 2011

[120] Fonte: tabela 29

[121] Fonte: IBGE – Online. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva: *"Nunca antes na história deste país um presidente foi um* ***caixeiro-viajante*** *tão eficiente".*

Como ocorreu em 1984, ou seja, 20 anos antes, em 2004 o crescimento do setor exportador foi gradualmente se espalhando para a economia interna, através do único instrumento possível: o aumento da massa de salários. O IBGE apresentou informações que confirmam um aumento de 9,0%[122] na massa salarial em 2004. Outro elemento importante para o soerguimento do mercado doméstico foi o aumento do volume de crédito, principalmente o crédito consignado para servidores públicos, aposentados, e pensionistas, pois como a garantia do banco era total, os juros podiam ser mais baixos. Milhares destas pessoas, talvez milhões, hoje, são prisioneiros dos bancos, mas seus padrões de vida caíram bastante, dado que a maioria dispõe de apenas metade de seus proventos.

No último quadrimestre de 2004, as autoridades econômicas resolvem combinar juros reais mais altos, valorização do real e aumento de tributos. Estas medidas derrubaram o investimento, o consumo e as exportações. O governo insistia na política do *"stop and go"*. O problema era de que o único operador eficiente entre as autoridades econômicas era o Banco Central. O Ministério do Planejamento que já fora o ministério do crescimento na *"era Sayad"* havia sido "apagado". O Ministério da Fazenda executava tarefas de rotina e delegava ao Banco Central. Este operava de acordo com os interesses da média das expectativas dos operadores da banca. A lógica do BACEN era limitar o crescimento a 3,5%. Erraram o alvo e deu 3,2%. Seguramente uma das equações do sistema do BACEN continha um viés ou a média das expectativas divergia das reais expectativas daquilo que o mercado realmente desejava. É preciso tomar cuidado com estas entidades por demais caprichosas, quase sobrenaturais. Quem sabe com certeza o que o mercado quer, a não ser ele mesmo.

O fato é que a expansão ocorrida nos três primeiros anos do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não era sustentável e, como visto, baseava-se nas exportações. Contudo, seja qual for o componente da demanda agregada que esteja puxando o crescimento econômico é preciso compreender duas questões: (a) sem investimento o crescimento só é possível enquanto houver capacidade ociosa, chegando próximo do pleno emprego os preços sobem; (b) o

[122] Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal. Acesso em 02 de janeiro de 2012

investimento[123] é a variável-chave da dinâmica capitalista, sem ele nenhum crescimento é auto-sustentado. Significava que os juros reais precisavam cair para que os investimentos fossem realizados. Como apontava o documento do IEDI *"o trinômio juro, câmbio e investimento público é o problema, pois todos estão fora do lugar"* [124].

No final de 2005 muitos achavam que era hora de mudar, menos o "paloccismo radical" [125,126] que no início do governo afirmava que as medidas econômicas eram apenas um remédio amargo necessário para se atingir o desenvolvimento auto-sustentado, mas pretendeu prorrogar as políticas restritivas por tempo indefinido, através de uma proposta elaborada no Ministério do Planejamento. A proposta foi rechaçada por alguns ministros, tendo a frente a ministra Dilma Rousseff.

3.3. Superando o paloccismo ou o segundo Lula: rumo ao PAC ou por que somos todos keynesianos

A possibilidade de adentrar o último ano de mandato e, ao mesmo tempo, ano eleitoral de 2006[127] com um desempenho econômico medíocre acendeu a luz vermelha (ou terá sido de outra cor?) no comando do partido hegemônico da frente que sustentava o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma das discussões presentes era de que o paloccismo enquanto processo transitório estava ganhando força como forma permanente de gestão e de poder. A direção partidária chegou a conclusão que era possível um segundo mandato, porém que este dependeria

[123] O investimento depende da comparação entre a taxa real de juros e a eficiência marginal do capital. Esta última funciona, grosso modo, como uma taxa interna de retorno, ou seja, quanto o empresário capitalista ganha na diferença entre o pagamento de juros de financiamento e a receita de seus negócios.

[124] IEDI, *O sol e a peneira,* 30 de novembro de 2005.

[125] "paloccismo radical" é uma forma grave e crônica de transformismo onde os problemas de uma economia capitalista semiperiférica são metamorfoseados em virtudes. Onde medidas ortodoxas ditas como emergenciais são transformadas em permanentes.

[126] Transformismo refere-se ao processo de adesão (individual ou coletiva) ao bloco histórico dominante, por parte de lideranças e/ou organizações políticas dos setores subalternos da sociedade, com o abandono de suas antigas concepções/posições políticas. Fonte: FILGUEIRAS & GONÇALVES, 2007, p. 250.

[127] Folha de São Paulo, 08 de dezembro de 2005.

de algumas mudanças (ou promessas de mudanças) em pontos sensíveis da política econômica. Era preciso sinalizar para os eleitores que havia condições e vontade política para crescer.

> Consideramos fundamental reduzir de forma significativa e sustentada as taxas de juros, algo totalmente compatível com o cenário internacional, com a situação das contas do governo e com estabilidade de preços. Estimamos imprescindível acelerar a execução orçamentária, ampliar os investimentos em infra-estrutura e nas políticas sociais, acelerar a reforma agrária e melhorar o funcionamento do conjunto do governo. O caminho do crescimento permite reduzir a relação dívida/PIB, sem os sacrifícios resultantes das metas do superávit primário, que devem ser reduzidos[128].

A resolução do diretório nacional do Partido dos Trabalhadores iniciava o processo de repúdio "relativo" ao paloccismo. Palocci começara a ser "fritado". Como se necessita muito de figuras como o ex-ministro era melhor fritá-lo por razões estranhas ao labor ministerial. Palocci e sua equipe resistiram até março de 2006, para serem finalmente exonerados pelo Presidente. O caminho estava aberto para um derrotado do primeiro ano: Guido Mantega. O economista Mantega começou o governo como ministro do Planejamento, mas tinha independência e autoridade, e era desenvolvimentista demais, o que ameaçava o protagonismo de Palocci. Desse modo, Mantega foi deslocado para o BNDES, enquanto o "cinzento" Paulo Bernardo assumia o Planejamento, mas recebia ordens do ministro da Fazenda.

Guido Mantega assume em meados de maio e em entrevista coletiva afirma que: *"[é necessário que] os juros baixem de forma ainda mais consistente, já que há condições para que isto aconteça, porque o país está com a inflação controlada e já conquistou a maioridade para atingir o desenvolvimento sustentado"* [129]. O novo ministro da Fazenda não conseguiu realizar grandes mudanças até o final do ano, porém atuou em duas frentes fundamentais, ambas subordinadas ao seu Ministério. Acompanhou o Banco Central para que o mesmo não interrompesse o procedimento de redução (mesmo que lenta) da taxa de juros e pressionou a Receita Federal para que mantivesse saldos primários iguais a meta e não acima, como ocorria na era palocciana.

[128] Jornal O Globo de 11 de dezembro de 2005.

[129] Folha de São Paulo, 17 de maio de 2006.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito. A principal questão explorada na campanha, pela oposição que começou toda farra de juros reais e superávits primários altos, foi o baixo crescimento do período 2003-2006, ou seja, 3,5%.[130] Insiste-se, que no período do Presidente Cardoso o crescimento pode ser medido como de 2,3% ou de 1,9% dependendo do Instituto e da metodologia. Contudo, a palavra de ordem pós-eleitoral passou a ser *"vamos destravar a economia".* O Presidente reeleito não ficou no discurso, convocou uma equipe para criar um programa de crescimento econômico sustentado. Desse modo, estava lançado, em 22 de janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento – 2007/2010[131], logo conhecido como PAC.

O PAC, na tradição estruturalista latino-americana, partiu de um diagnóstico onde havia um conjunto de gargalos que "travavam" o crescimento da economia brasileira.[132] Tais pontos de estrangulamentos estavam concentrados na infra-estrutura física, como transporte e energia; e infra-estrutura social, como saneamento e habitação. Assim, era nestas áreas que deveriam se concentrar os investimentos. Ficaram definido metas de crescimento do PIB de 4,5% para 2007 e de 5,0% para o triênio de 2008-2010. As medidas foram enquadradas em cinco categorias:

(a) Investimentos em infra-estrutura;

(b) Estímulo ao crédito e ao financiamento;

(c) Melhoria ao ambiente de investimento;

(d) Desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário;

(e) Medidas fiscais de longo prazo.[133]

O PAC, em boa medida, desconsidera as observações de Giovanni Arrighi (1997) em "*A Ilusão do Desenvolvimento"*, onde aquele cientista social mostra que os entraves ao desenvolvimento estão muito além do que os teóricos do desenvolvimentismo chamam de gargalos. Vinte e três anos antes de Arrighi, em 1974, no final de um "milagre", o maior economista brasileiro, Celso Furtado em "*O mito do desenvolvimento econômico"* chamava a atenção sobre problemas semelhantes. *"Mito"* para Furtado e *"Ilusão"* para Arrighi. Para os

[130] IBGE – Online. Acesso em 02 de janeiro de 2012

[131] Disponível em: < www.fazenda.gov.br>. Acesso em 28 de dezembro de 2011

[132] Disponível em: < www.fazenda.gov.br>. p. 6. Acesso em 28 de dezembro de 2011

[133] Disponível em: < www.fazenda.gov.br>. p. 4. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

iludidos é suficiente uma boa dose de keynesianismo bastardo[134] para se vender novas esperanças de chegada ao Primeiro Mundo (eufemismo ultrapassado para núcleo orgânico do capitalismo). Não significa que um país isolado, principalmente com as potencialidades do Brasil não possa seguir a trilha do desenvolvimento e atingir o núcleo orgânico. É claro que pode, mas precisa de muito mais do que boas intenções e um PAC.

Tabela 30
Brasil
PAC - Investimento em infraestrutura
Bilhões de reais
2007-2010

Eixo de Planejamento	**Valores distribuídos**
Logística (sobretudo transportes)	58,3
Orçamento da União	33,3
Estatais, federais e de demais fontes	25,3
Energia	274,8
Orçamento da União	-
Estatais, federais e de demais fontes	274,8
Infra-estrutura social	170,8
Orçamento da União	34,8
Estatais, federais e de demais fontes	136,0
Total do PAC	503,9
Orçamento da União	67,8
Estatais, federais e de demais fontes	436,1

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento/PAC – 2007-2010.

Para se compreender um dos limites do PAC veja-se o item transportes, onde o Programa faz a seguinte profissão de fé: "infraestrutura logística, envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias".[135] Qualquer Plano Econômico que mereça

[134] Keynes abominou a dominância do capital financeiro. Aceitou a existência de algumas bolhas de especulação em torrentes de produção e nunca o contrário. Keynes propôs a socialização dos investimentos sob o controle do Estado. Ninguém deveria denominar-se keynesiano sem entender a filosofia social da Teoria Geral.

[135] Investimento em infra-estrutura. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/pac/infra-estrutura. Acesso em 20 de dezembro de 2011.

esta denominação, neste país, contém algo semelhante. O Plano de Metas assim se posicionava: "investimentos estatais em infra-estrutura, principalmente transporte e energia elétrica".[136]

Tabela 31
Brasil
Plano de Metas: Previsão e resultados
1957-1961

Especificação	**Previsão**	**Realizado**	**%**
Energia Elétrica (1000 Kw)	2000	1650	82
Carvão (1000 toneladas).	1000	230	23
Petróleo-Produção (1000 barris/dia)	96	75	76
Petróleo-Refino (1000 barris/dia)	200	52	26
Ferrovias (1000 km)	3	1	32
Rodovias-Construção (1000 km)	13	17	138
Rodovias-Pavimentação (1000 km)	5	-	-
Aço (1000 toneladas)	1100	650	60
Cimento (1000 toneladas)	1400	870	62
Carros e Caminhões (1000 unidades)	170	133	78
Nacionalização (carros) (%)	90	75	-
Nacionalização (caminhões) (%)	95	74	-

Fonte: ORENSTEIN & SOCHACZEWSKI (1992): 180.

É evidente que o Plano de Metas era planejamento no melhor da tradição cepalina. Assemelhava-se bastante a outras experiências de planejamento, inclusive as recentes experiências asiáticas. Mesmo não envolvendo toda a economia, ou seja, mesmo sendo um planejamento setorial, as bases teóricas e conceituais do planejamento seguiam as normas e as técnicas da planificação soviética.[137] Observando o Plano de Metas[138] verifica-se, claramente, os

---

[136] ORENSTEIN & SOCHACZEWSKI In: ABREU (Org.), 1992, pp. 171-195

[137] O Planejamento estatal começou a ser usado de forma ampla na planificação da economia da União Soviética. O primeiro plano qüinqüenal começou em 1929, em um momento histórico de muita gravidade para a economia capitalista mundial, ou seja, enquanto a URSS iniciava sua planificação econômica, o resto do mundo embarcava na Grande Depressão. De 1929 até 1939, enquanto as economias de mercado tentavam sair do fundo do poço, a produção industrial soviética cresceu de 5% no total mundial em 1929 para 18% em 1938. Fonte: HOBSBAWM, 1995.

objetivos de se criar uma ampla malha de transporte e oferta abundante de energia. Foi planejada a construção de 13.000 km de rodovias e foram realizadas 17.000 km. A tabela 31 mostra que se construiu apenas 1000 km de ferrovias, mas este fato denota uma decisão política (equivocada, mas consciente) e não um erro de planejamento. É verdade que o Plano de Metas aumentou os desequilíbrios regionais, internacionalizou excessivamente a economia e ampliou nossa dependência da economia norte-americana, mas criou uma infraestrutura e impulsos dinâmicos, vindos dos pontos de germinação[139] e da demanda derivada [140] que se propagaram pelas décadas de sessenta e setenta.

Sabiamente os formuladores do PAC chamaram-no de Programa e não de Plano. Em primeiro lugar, porque o nome planejamento poderia assustar os operadores do mercado, muito dos aliados políticos e poderia, ainda, ensejar idéias de que o partido político hegemônico no governo estivesse voltando no tempo, praticando alguma forma sutil de anacronismo ou abandonando seu "honesto" transformismo. Em segundo lugar, seria impróprio chamar o PAC de Plano, pois uma proposta de planejamento não dedicaria apenas 8,6%[141] para infraestrutura logística que diz ser: *"a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias".* Teria que se acrescentar estações, armazéns, estaleiros e diversas outras construções que acompanham qualquer expansão de estradas de transportes. Teria que se acrescentar pessoal em diversos níveis de formação. Realmente, 8,6% para um Programa quadrienal é um valor irrisório, tanto é assim que a Ferrovia Transnordestina continua no papel.

Desse modo, realmente o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não foi suficiente. Será certamente, necessário um segundo mandato para a Presidenta Dilma ou a volta triunfante (nos braços do povo ao estilo varguista) de Luiz Inácio Lula da Silva. Em suma:

---

[138] O Plano de Metas foi proposto pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira no período de 1956 a 1961. O Plano tinha 31 metas, com a meta-sintese sendo a construção de Brasília. No período em questão o PIB aumentou à taxa anual de 8,2%, o que acarretou um crescimento de 5,1% na Renda *per capita*. Por sua vez, a taxa de inflação interna manteve-se elevada durante todo governo do Presidente Juscelino, este fato provocou uma redistribuição de renda dentro da economia, pois os salários aumentavam em um ritmo mais lento do que os preços e do que outras rendas. Fontes: LESSA, 1981 e LAFER, 1970.

[139] Pontos de germinação são setores da economia que possuem potencial de crescimento, principalmente de induzir Demanda Derivada.

[140] Demanda Derivada é quando ocorre um aumento da demanda de bem derivado do crescimento da demanda por outro bem. Assim para se produzir mais navios ou vagões ferroviários é preciso produzir chapas de aço.

[141] Fonte: Tabela 30

se o PSDB pensou em um "reinado" de pelo menos vinte anos, o Partido dos Trabalhadores pensa o mesmo. Isto porque muito do que o PT faz é a "passo de formiga".

Um dos problemas enfrentado pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC foi o recorrente conflito entre os proponentes do crescimento econômico e os partidários das "finanças sadias". Não se estar usando de ironia ao se falar de "finanças sadias", mas se utiliza de um jargão de domínio público. Na verdade estes técnicos monetaristas representam os interesses do capital financeiro dentro do Estado[142]. No caso em questão ficou evidente que os esforços do ministro Mantega[143] não foram suficientes para *"colocar algumas idéias no seu devido lugar"*, principalmente a ineficiência e inoportunidade da política de juros do Banco Central. Fato é que a redução da Selic vinha acontecendo a "passos de tartaruga", mas acontecia, quando o Copom interrompeu a descida na reunião de outubro de 2007. A decisão unilateral criou uma polêmica absurda que envolveu a própria autoridade do Presidente da República.[144]

O Banco Central não conseguia convencer da necessidade de suspender o processo de redução das taxas. A ata dizia explicitamente que "a dinâmica dos preços indica que a inflação tende a evoluir para a trajetória das metas".[145] Ou seja, nada naquele momento indicava ou sugeria uma elevação dos preços. Os motivos utilizados pelo Banco Central para manter as taxas de juros altas, normalmente, são pressão inflacionária por excesso de demanda ou problema de financiamento da dívida pública. A ata não apontava nenhum dos dois problemas e até os descartavam. Onde estava o problema que gerava este movimento de política recessiva e contrária ao crescimento da economia?

---

[142] Este trabalho prefere não citar nomes, mas sugere um esforço simples da memória dos leitores para os vários membros de diversos governos que vieram e/ou voltaram para o setor financeiro.

[143] Em entrevista a Revista Época o ministro Guido Mantega nega ter enfrentado problemas com a dupla Palocci-Meirelles e afirma que concorda com a política econômica de todo o período 2003-2011. Afirma que deixou claras as divergências com Meirelles, mas não conspirou contra o colega. Chega a ser suave quando fala de Palocci, mas se irrita quando lembrado de que só é rapidamente citado em apenas seis das 254 páginas do livro do desafeto. Parece que a institucionalização do Partido dos Trabalhadores foi completa. Fonte: ÉPOCA, Nº 713, 16 de janeiro de 2012. pp. 32-49.

[144] De público o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente do Banco Central Henrique Meirelles divergiram. O Presidente Luiz Inácio argumentava, com acerto, que já se estava ocupando toda capacidade instalada e que era necessário baixar os juros para estimular os empresários a expandir a capacidade, o que viria a auxiliar no controle inflacionário. Enquanto o Presidente do BACEN repetia a avaliação do Copom de que era tarefa do Banco Central agir sempre de maneira preventiva e prudencial.

[145] Comitê de Política Monetária. Sistema de metas para a inflação. Ata da 130ª Reunião, p.1. Acesso em 27 de dezembro de 2011.

O problema estava em um novo tecnicismo, que pode ser expresso da seguinte forma: segundo os gênios da economia financeira havia uma defasagem potencial entre as trajetórias da demanda e da oferta agregadas e isto poderia se transformar em pressão inflacionária futuramente. Dito de maneira, assim, pomposa e repetida *"ad náusea"* pela mídia transformava-se em argumento indiscutível. É a demanda que não converge para a oferta, estúpido! Pois é, os estúpidos aprenderam que a demanda e a oferta podem apresentar hiatos e a correção deles, em uma economia de mercado, é função do mecanismo de preços. Mas a pirotecnia monetarista diz que não. Diz que o equilíbrio entre demanda e oferta é garantido pela política monetária. Diz que é a taxa de juros que deve guiar as mercadorias nos labirintos dos mercados.[146]

Duas questões saltam à vista neste episódio. Primeiro que os monetaristas só controlam inflação "baixando o pau na demanda", quando a inflação quase sempre é uma expressão de escassez de oferta. *"Tão simples, tão óbvio, tão negligenciado".* Segundo é que havia uma ação aberta de boicote ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, ou seja, o pouco que a parte desenvolvimentista do governo fazia para crescer no segundo mandato era combatido pela parte monetarista.

Tabela 32
Brasil
PAC – Balanço
Bilhões de reais
2007-2009

Eixo de Planejamento	**Realizado**
Logística (sobretudo transportes)	40,5
Energia	72,4
Infra-estrutura social	144,0
Total do PAC	256,9

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento/PAC – Balanço de três anos.

Do que foi dito acima não se deve concluir que o PAC não tenha desempenhado nenhum papel no crescimento do Produto entre 2008 e 2010. O Programa deu importante contribuição como mecanismo keynesiano tradicional e já testado em diversas condições históricas. É evidente

[146] A imagem da taxa de juros orientando as mercadorias não deixa de ser intrigante, apesar de extremamente hilariante. Seguramente, "Dona" taxa de juros, esta Dama tão sensível, levaria todas as mercadorias, com seus valores de uso e valores de troca para um precipício, tudo por amor ao capital fictício, este Cavalheiro tão distinto.

que gastos na ordem de 256 bilhões de reais[147] reanimam a economia e é exatamente isto que o governo deve fazer sempre, apenas como cumprimento de dever. Aqui, também, o investimento privado aparece de imediato na forma de contratos públicos, para em seguida aparecer em outras formas.

A tabela 33 mostra que o número de famílias que foram atendidas pelo Programa Bolsa-Família era de 3,6 milhões em 2003 e cresceu até atingir 12,4 milhões[148] em 2009, o que correspondeu a um aumento de 245%, trata-se de um aumento significativo, mesmo que se deva admitir que a base de partida era muito baixa. Em 2003 o referido programa pagou 600 milhões de reais, para pagar benefícios no montante de 12,5 bilhões de reais no ano de 2009. Trata-se de um aumento de mais de 20 vezes. Os gastos da Bolsa-Família entre 2007 e 2009 somam 32,6 bilhões de reais, o correspondente a 12,7% de todo desembolso do PAC[149] no mesmo período. Corresponde, também, a 80,5% dos gastos do PAC[150] com logística.

Tabela 33
Brasil
Bolsa-Família
2003-2009

Ano	Bolsa Família (Famílias Atendidas) (milhões de unidades)	Bolsa Família (Pagamentos de Benefícios) (bilhões de reais)
2003	3,6	0,6
2004	6,5	3,8
2005	8,7	5,8
2006	11,1	7,6
2007	11,1	9,2
2008	11,6	10,9
2009	12,4	12,5

Fonte: Mercadante, 2010. Elaboração do Autor

[147] Fonte: tabela 32

[148] São 12,4 milhões de famílias que passam a consumir e acionam os mecanismos propagadores da demanda agregada.

[149] Fonte: tabela 32

[150] Fonte: tabela 32

A tabela 34 mostra que o Salário Mínimo acumulou variações reais positivas todos os anos dos dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo que no período 2003-2008 acumulou um total de 37,0%; enquanto os Rendimentos Médios Reais cresciam apenas em 9,5% no acumulado do período 2003-2008. Considerando-se a variação do PIB como Proxy para produtividade do trabalho, tem-se que o Produto acumulou 28,0% de aumento. Conclusão: a produtividade foi de 28,0%,[151] os trabalhadores receberam 9,5% na média e o salário mínimo teve um ganho real de 37,0%.[152] Um valor que reduz a defasagem histórica do mínimo, mas mantém a defasagem da maioria dos salários, principalmente do setor público.

Tabela 34
Brasil
Indicadores de Salários e Consumo das Famílias
(Variação Anual em %)
2003-2008

Ano	Variação percentual real do Salário Mínimo	Rendimentos Médios Reais (%)	Massa Real de Rendimentos (%)	Consumo das Famílias (%)
2003	1,23	- 5,1	-7,8	- 0,7
2004	1,19	0,2	3,6	3,8
2005	8,23	2,4	5,7	4,5
2006	13,04	4,4	4,7	5,3
2007	5,10	3,6	6,4	6,3
2008	4,03	4,0	7,3	7,1
2009	5,79	2,4	2,3	4,1

Fonte: IPEADATA apud Mercadante, 2010. Elaboração do Autor

No item distribuição de renda e redução da pobreza é preciso buscar a contextualização histórica. Os dados do IBGE, entre os anos sessenta e oitenta do século passado, indicam a seguinte evolução nos percentuais da pobreza no Brasil: Em 1960 havia 41,4% de pobres, este número caiu para 39,3% em 1970 e para 24,4% em 1980. Com a forte recessão dos anos 80, ocorreu elevação na proporção de pobres: e, em 1983 o país voltava ao nível de 1960, com

[151] Fonte: Tabela 35

[152] Fonte: Tabela 34

41,9%. A breve recuperação econômica do ano de 1986 associada ao forte crescimento do *Plano Cruzado,* fez cair rapidamente a proporção de pobres, neste ano ela desceu para 28,4%. Nos anos seguintes, a escalada da inflação e a deterioração econômica, com os efeitos recessivos de planos antiinflacionários, elevaram de novo a taxa: 35,9 em 1987 e 39,3% em 1988, voltando ao nível de 1970.

Segundo dados do IBGE em 1992, o percentual de pobres era de 35,16%, caindo para um valor acima de 28,00% no final da década de noventa e principio dos anos 2000. Em 2003 o Brasil tinha 13,7% de sua população vivendo em situação de indigência, enquanto 35% eram considerados pobres. Em 2008, a distribuição da renda já havia melhorado, de modo que nos cinco anos, que separam 2003 e 2008, os índices de indigência e pobreza foram reduzidos, respectivamente, a 6,6% e 24,1%. Estes dados indicam que 32 milhões de pessoas, o que equivale a mais de três vezes a população atual de Portugal e a 80% da população da vizinha Argentina, saíram da linha de pobreza.

A primeira vista pode-se pensar que este deslocamento para cima da população na escala de renda deve-se unicamente aos diversos programas sociais do atual governo, contudo, os dados indicam que houve um aumento significativo no volume agregado do emprego, ou seja, algo como oito milhões de novos postos no mercado de trabalho foi criado no período que vai de 2003 até 2009. (Jornal Valor Econômico de 29/12/2009)

Segundo Néri (2009) quando se analisa a redução total da desigualdade, verifica-se que a renda do trabalho assalariado responde por 66,86% na variação total, vindo a seguir os programas sociais com 17%, enquanto os benefícios previdenciários explicam 15,72%, o deixa um resíduo de menos de 1%.

Quando se investiga a evolução da renda é preciso combinar os fluxos de renda com a trajetória temporal da pobreza, da desigualdade e das classes de renda. Apesar das limitações evidentes do conceito de classes de renda, é possível fazer uma adequada apreensão do movimento que leva segmentos da população dos níveis mais baixos de pobreza para níveis mais elevados de renda. Assim, a população é desagregada em quatro grupos de renda.

Tabela 35
Variação na população por classes de rendimentos
Brasil

Variação na população	2008-2003	2008-2007
Classe E	(19.458.924,00)	(3.798.432,00)
Classe D	(1.485.360,00)	(899.594,00)
Classe C	25.890.892,00	5.285.627,00
Classe AB	6.095.662,00	1.680.397,00

Fonte: Néri (2009)
Nota: os valores entre parênteses indicam redução.

A classe de mais alta renda (acima de 4807,00 reais) incorpora entre 2003 e 2008, seis milhões de pessoas, de modo que esta camada atinge quase vinte milhões de pessoas. A segunda classe (entre 1115,00 reais e 4807,00) recebe 25,9 milhões de pessoas. Na terceira classe (entre 768,00 reais e 1115,00 reais) há uma redução de um milhão e meio de pessoas. Na última classe de renda (até 768,00 reais) há uma queda populacional de 19,4 milhões de pessoas.

A economia tradicional, mesmo a heterodoxa (ou keynesiana em particular) dá valor excessivo a chamada distribuição pessoal da renda que quase sempre ou "encobre" algumas formas disfarçadas de desigualdade ou "descobre" formas de políticas públicas compensatórias, mas insuficientes enquanto alternativa de inserção decente das populações pobres. A economia política, incluindo a economia kaleckiana preocupa-se fundamentalmente com a distribuição funcional da renda, ou seja, no quantum da renda nacional recebido pelos trabalhadores (salários), pelos capitalistas (lucros e aluguéis) e pelos rentistas (juros). Neste caso a parcela da renda apropriada pelos trabalhadores no período 2003-2009 oscilou entre 31,5% e 29,3%[153], quando a absurda media histórica brasileira é de 30%. Nos países do núcleo orgânico a parcela fica entre 60 e 70%. Isto, logicamente não significa que há nenhuma inversão ou que os trabalhadores "estejam se apropriando" da acumulação, mas apenas que são em número muito mais elevado que os capitalistas.

[153] Fonte: IBGE. Contas Nacionais e Pesquisa Industrial Anual (PIA) Método de aferição: BARBOSA (2001)

Outro fato para o qual a tabela 34 é absolutamente muda[154] são os estupendos lucros bancários, para tanto se precisa da tabela 36.

Tabela 36
Brasil
Participação dos Grandes
Bancos Privados (a) no PIB (%)
Períodos selecionad**os**

Ano	1995-1998	1999-2002	2003-2006
Ativo/PIB	11,6	12,2	19,3
Patrimônio Líquido/ PIB	1,4	1,9	2,2

Fonte: Filgueiras & Gonçalves (2007). Elaboração do Autor
Nota: (a) Inclui Bradesco, Unibanco e Itaú

A tabela 36 mostra a apropriação crescente do capital bancário sobre a Renda Nacional. No período 1995-1998 a relação Ativo/PIB era já de 11,6% passando para um valor de 19,3% no primeiro Lula enquanto a relação Patrimônio Líquido/PIB passou de 1,4% no primeiro FHC para 2,2% no primeiro Lula. A situação é sempre preocupante quando o capital financeiro passa da condição de "servo" obediente para "senhor" do capital produtivo.

A tabela 37 mostra que o consumo das famílias teve importante papel na formação da demanda agregada. O consumo teve um valor de – 0,39% em 2003 cresceu para 3,80% em 2007 e 3,27% em 2008. Assim, no ano de 2008 o consumo contribui com 64,0% para a composição do PIB[155]. O aumento do consumo deveu-se ao aumento de desembolsos de programas como a Bolsa-Família, do aumento real do salário mínimo em alguma medida do aumento da massa salarial[156]

[154] A tabela é muda, isto é, não fala, nem mesmo quando perguntada.

[155] Fonte: tabela 37

[156] Fonte: tabela 34

Tabela 37
Brasil
Contribuição ao PIB
(Variação Anual em %)
2003-2008

Ano	Consumo das Famílias	Consumo do Governo	FBKF	Exportações	Importações	PIB
2003	- 0,39	0,15	- 0,28	1,47	0,20	1,20
2004	2,31	0,79	1,87	2,29	- 1,61	5,70
2005	2,64	0,44	- 42,00	1,53	- 1,06	3,20
2006	3,06	0,51	1,69	0,76	- 2,13	4,00
2007	3,80	0,95	2,34	0,97	- 2,38	6,10
2008	3,27	1,12	3,01	- 0,08	- 2,24	5,10

Fonte: IPEADATA apud Mercadante, 2010, p. 120. Elaboração do Autor

A contribuição do consumo do governo tem sido muito discreta, enquanto as exportações caíram desde 2006. Em compensação a Formação Bruta de Capital Fixo apresentou uma ligeira reação desde 2006, ou seja, 1,69% em 2006, 2,34% em 2007 e 3,01% em 2008[157], mas qualquer "vôo de águia" vai depender de uma expansão acentuada da Formação Bruta de Capital (investimento); ou em uma boa e insuperável linguagem e cultura marxista, tudo dependerá de um crescimento permanente e sustentado da Acumulação de Capital e que não ocorram novas restrições às exportações brasileiras.

É exatamente pelo que foi apresentado acima que se pode considerar o período 2003-2010 como uma fase de recuperação nacional restringida, mesmo que se devam reconhecer vários avanços na sociedade brasileira.

4. Economia brasileira recente: comportamento da absorção externa e da incorporação tecnológica.

Desde 1999 observa-se um movimento de expansão das exportações brasileiras. Contudo, é a partir de 2001 que a Balança Comercial começou a apresentar resultados positivos que

[157] Fonte: tabela 37

levariam a mega-superávits maiores do que àqueles dos anos oitenta, chegando-se a atingir uma média de 32,5 bilhões de dólares entre 2002 e 2008.[158]

O bom desempenho das exportações brasileiras esteve ligado à excelente performance da economia mundial a partir de 2003. O aumento da demanda mundial eleva a demanda de *commodities* e conseqüentemente seus preços. Isto não significa que a economia brasileira apenas se adaptou aos movimentos dos preços. A leitura da tabela 38 mostra que os produtos básicos e os produtos semimanufaturados tiveram variação mais intensa dos preços, enquanto os manufaturados foram guiados por maior variação no quantum (72% contra 31%). Não se pode, então, afirmar que houve uma adaptação totalmente passiva da economia brasileira ao ciclo expansivo mundial, inclusive porque a variação do quantum das exportações totais foi de 56%, ou seja, 10% superior ao efeito-preço (46%). Contudo, os fortes efeitos dos preços para as categorias dos básicos (63%) e semimanufaturados (68%) indicam uma tendência à reprimarização.

Tabela 38
Brasil
Evolução das Exportações por fator agregado
2002-2006
Base: 1996

Período	Exportações Totais		Produtos básicos		Produtos semimanufaturados		Produtos manufaturados	
	Preços	Quantum	Preços	Quantum	Preços	Quantum	Preços	Quantum
2002	77,9	162,3	65,5	217,6	74,9	139,0	82,9	150,8
2003	81,5	187,8	72,3	246,2	83,4	152,5	82,4	182,3
2004	90,3	223,8	85,6	280,1	95,5	163,4	87,2	229,8
2005	101,3	244,7	97,8	298,5	106,8	173,6	96,7	255,1
2006	113,9	252,8	106,9	316,5	126,1	179,7	108,6	260,5
Variação	**46%**	**56%**	**63%**	**45%**	**68%**	**29%**	**31%**	**72%**

Fonte: IPEADATA

[158] Nos anos oitenta acumularam-se saldos de 86 bilhões de dólares, com média de 12,4 bilhões. Nos anos dez do atual século o total ultrapassou 300 bilhões de dólares, a uma média de 30 bilhões de dólares.

A tabela 39 mostra dados importantes sobre o comércio exterior no período de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Observa-se que as exportações agrícolas (XA) mantêm uma superioridade muito alta em relação às importações agrícolas (MA), de forma que a razão XA/MA chega a atingir 8,55 vezes. Três conclusões se impõem: (a) a auto-suficiência brasileira na produção agrícola; (b) o alto volume e receita das exportações não-industriais; (c) os mega-superávits obtidos na comercialização de produtos agrícolas.

Tabela 39
Brasil
Balança Comercial (Total e Agrícola)
(Bilhões de Dólares)
2003-2009

Ano	Exportações Agrícolas (XA)	Importações Agrícolas (MA)	Razão XA/MA	Saldo Comercial
2003	30,6	4,7	6,51	25,9
2004	39,0	4,8	8,12	34,2
2005	43,6	5,1	8,55	38,5
2006	49,5	6,7	7,45	42,8
2007	58,4	8,7	6,71	49,7
2008	71,8	11,8	6,08	60,0
2009	64,8	9,8	6,61	54,9
Ano	**Exportações Totais (XT)**	**Importações Totais (MT)**	**Razão XT/MT**	**Saldo Comercial**
2003	73,2	48,3	1,51	24,9
2004	96,7	62,9	1,54	33,8
2005	118,5	73,6	1,61	44,9
2006	137,8	91,3	1,51	46,5
2007	160,6	120,6	1,33	40,0
2008	197,9	173,1	1,14	24,8
2009	152,2	126,9	1,20	25,3

Fontes: Funcex e BCB apud Mercadante, 2010, pp. 80-81 e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apud Mercadante, 2010, p. 168. Elaboração do Autor.

Quando se observa a parte inferior da tabela 39, relativa ao comércio externo total percebe-se que a razão XT/MT que já foi de 1,61 indicando que as exportações brasileiras pagavam as importações[159] com um saldo de 60%[160], acusou uma queda acentuada para 1,14 em 2008 e 1,20 em 2009[161]. São dados preocupantes quando se pensa em desenvolvimento econômico, pois aponta para a possibilidade de um processo de reprimarização da economia.[162]

Outra informação importante contida na tabela 39 é de que o saldo comercial agrícola superou o saldo comercial total em cinco anos da série, perdendo apenas em 2005 e 2006 por pequena diferença, isto novamente indicaria uma forte predominância de bens primários na pauta e conseguintemente uma tendência à reprimarização da economia brasileira.

Uma das questões que muito se discute (Bresser-Pereira, 2007 e 2010) é do risco do Brasil sofrer algum ataque da "doença holandesa"[163], apesar do risco maior ser a "euforia chinesa"[164,165]. Volta-se às duas questões mais abaixo.

A tabela 40 confirma através da razão exportações agrícolas/exportações totais (XA/XT) um peso de 36% no período 2005-2008 a 42% em 2009 das exportações agrícolas na pauta. Pode-

[159] Este é um conceito fundamental, isto é de que as exportações pagam as importações. Na verdade, exportar é gerar recursos para importar. Assim pensavam os economistas clássicos. É claro que há mais complexidade no comércio internacional do que supõe modelo ricardiano, mas ajuda muito pensar neste intercâmbio como um trade-off.

[160] Esta relação entre exportação e importação com 60% de saldo significou em 2005 um "lucro" de exportação de 45 bilhões de dólares.

[161] As razões 1,14 e 1,20 correspondem a saldo de quase metade daquele obtido em 2005, ou seja, 25 bilhões de dólares.

[162] Por reprimarização da economia se entende o aumento relativo das receitas de exportação (preço x quantum) de bens primários frente ao declínio negativo das receitas de exportação de bens industriais. É uma discussão que deve ser feita com cuidado e rigor. Deve ser devidamente contextualizada. Por sua vez, não é um problema apenas de oferta, mas também de demanda (aqui, também, a demanda comanda a oferta), é claro que para exportar bens primários o país precisa tê-los ou ter os recursos necessários para produzi-los.

[163] É um termo geral que se aplica às situações de forte apreciação cambial decorrentes de grandes saldos na balança comercial, que são causadas, principalmente, pelo crescimento extraordinário da quantidade exportada ou do preço de *commodities* de exportação. A origem do nome deve-se a um fenômeno ocorrido na Holanda quando da descoberta de grandes reservas de gás natural. O aumento da exportação do produto causou forte apreciação da moeda doméstica, perda de competitividade industrial e conseqüente desindustrialização.

[164] O PIB chinês cresceu a uma média de 10% entre 1999 e 2008, segundo informação do Fundo Monetário Internacional. Fonte: www.imf.org

[165] Em 1999 o valor das exportações da China ficou em torno de 670 milhões de dólares, em 2008 este valor aumentou para 16,4 bilhões de dólares, isto corresponde a um aumento de aproximadamente 24 vezes. A voracidade do crescimento chinês e o tamanho de sua sociedade e de sua economia têm potência de absorver toda produção primária, mesmo de um país do porte do Brasil. Fonte: MDIC/Secex.

se dizer, então, que os dados disponíveis quando cruzados indicam que os bens primários ou os semimanufaturados estão aumentando suas participações na receita.

Tabela 40
Brasil
Razão das Exportações Agrícolas (XA)
Sobre as Exportações Totais (XT) em (%)
2003-2009

Ano	Exportações Agrícolas (XA)/ Exportações Totais (XT)
2003	41,80
2004	40,33
2005	36,79
2006	35,92
2007	36,36
2008	36,28
2009	42,57

Fontes: Tabela 39

A tabela 41 retirada de Mercadante (2010) mostra as principais mercadorias exportáveis brasileiras. São dez produtos mais um item denominado de "demais produtos" correspondente a 7,6% das exportações brasileiras em 2008. Todos os dez produtos têm origem agropecuária, mesmo que alguns possam indicar processos de semimanufaturados ou até manufaturado, não há como observar agregação de alto valor nos citados produtos. Não há como supor muito valor agregado em "cereais, farinhas e preparações" e mesmo que houvesse seu peso é de 3,1%, enquanto "fibras e produtos têxteis" apresentam-se com percentual de 2,2%. O "complexo da soja" representa 25%, ou seja, ¼ das exportações brasileiras. Os cinco primeiros itens da pauta correspondem a 76% do total, ou seja, ¾ das exportações. O café, que ajudou tanto, mas também criou inumeráveis problemas, ainda contribui com 6,6% e é o quinto produto da pauta.

Segundo Mercadante (2010, p. 169) os setores "complexo da soja", "carnes" e "sucroalcooleiro" contribuíram com 75% do aumento das exportações brasileiras no período de 2003 a 2008. Por sua vez, a economia brasileira ocupa a primeira posição mundial na produção

de açúcar[166], café e suco de laranja. Nesta mesma direção somos os principais fornecedores mundiais dos três produtos citados acima acrescidos de mais dois: "carne bovina" e "carne e aves".

Tabela 41
Brasil
Participação dos Principais Exportáveis
2008

Principais Produtos	**Valor (US$)**	**(%)**
Complexo da Soja	17.980.184.191	25,0
Carnes	14.545.483.709	20,3
Produtos florestais	9.326.148.932	13,0
Complexo Sucroalcooleiro	7.873.074.318	11,0
Café	4.763.068.651	6,6
Couro, Produtos de Couro, e peleteria	3.140.208.311	4,4
Fumo e seus produtos	2.752.032.482	3,8
Cereais, farinhas e preparações	2.206.966.200	3,1
Sucos de frutas	2.151.782.905	3,0
Fibras e produtos têxteis	1.587.383.802	2,2
Demais produtos	5.480.133.717	7,6
Total	**71.806.467.218**	**100,0**

Fonte: SECEX/MDCI apud Mercadante, 2010, p. 169

Resta lembrar que parte importante da dinâmica mundial recente esteve ligada, pode-se dizer dependente, da forte expansão da economia chinesa. Aquela economia cresceu num impulso tão forte que para sustentá-lo foi necessário uma elevação permanente da demanda por produtos básicos e semimanufaturados, especialmente minerais metálicos e grãos. É a elevação dos preços destes produtos aliada a uma procura sempre crescente que se pode chamar de "euforia chinesa". Países ricos em bens primários, grandes fornecedores de *commodities*, como o Brasil são automaticamente arrastados pela "euforia chinesa", tornando-se, também, por contágio, "eufóricos".

[166] Gilberto Freyre ficaria feliz em saber que além de adoçar o mundo atlântico o "ouro branco" adoça o mundo todo.

Assim, pode-se creditar ao bom desempenho mundial, particularmente ao excelente crescimento chinês, os ganhos de exportação da economia brasileira, o que também indica tendência à reprimarização.

A própria experiência do período 2003-2008 mostra a existências de movimentos complexos. Observa-se que a taxa de câmbio tende à sobrevalorização devido aos saldos positivos na Balança Comercial e da entrada de capitais externos em função do diferencial entre as taxas de juros internas e as externas, o que deveria ser respondido, numa ótica linear, com acomodações da Balança Comercial pela perda de competitividade. Entretanto, a apreciação cambial foi contrabalanceada pelo aumento dos preços e das quantidades.

Tabela 42
Brasil
Estrutura das Exportações Brasileiras
Por Segmentos de Intensidade Tecnológica
(Totais e de Produtos Industriais)
(Percentual)

Exportações Brasileiras de Produtos Industriais	**2002**	**2008**	**Variação 2008/2002**
Alta tecnologia	12,20	8,11	- 33,52
Baixa tecnologia	39,32	36,22	- 7,88
Média-alta tecnologia	26,59	28,28	6,36
Média-baixa tecnologia	21,89	27,39	25,13
Total	100,00	100,00	-
Exportações Brasileiras Totais	**2002**	**2008**	**Variação 2008/2002**
Indústria de alta tecnologia	9,83	5,81	- 40,89
Indústria de baixa tecnologia	31,70	25,96	- 18,10
Indústria de média-alta tecnologia	21,43	20,27	- 5,40
Indústria de média-baixa tecnologia	17,64	19,64	11,33
Produtos Não-industriais	19,40	28,32	45,98
Total	100,00	100,00	-

Fontes: MDIC apud Mercadante, 2010, pp. 163 e IBRE/FGV apud Mercadante, 2010, pp. 162. Elaboração do Autor

Quando se examinam os dados de exportação quanto ao grau de intensidade tecnológica dos produtos percebem-se evidências de movimentos de reprimarização, mesmo que incipientes e de ausência de upgrade das exportações dos itens industriais. A tabela 42 mostra que quando se observa a parte superior da tabela, os produtos industriais de alta tecnologia sofrem uma queda de participação na pauta de 33,52%, enquanto os produtos industriais de baixa tecnologia caem em 7,88%. Por outro lado, os produtos industriais de média tecnologia aumentam sua participação em 31,94%[167]

Na investigação das exportações totais, parte inferior da tabela observa-se que as exportações industriais de alta tecnologia sofrem uma queda de 40,89%, enquanto as exportações industriais de baixa tecnologia, também, caem em 18,10%. As exportações industriais de média-alta tecnologia decrescem de 5,40%, enquanto as exportações industriais de média-baixa tecnologia, próprias da Segunda Onda crescem de 11,33%. Finalmente, mas não em importância, os produtos não-industriais apresentam uma variação positiva de 45,98% superior a qualquer outra variação mostrada na tabela 42, seja positiva ou negativa.

[167] Os produtos de média-baixa tecnologia que cresceram 25,13% são todos próprios da Segunda Revolução Industrial ou anterior a esta. Enquanto os itens de média-alta tecnologia que aumentaram apenas em 6,36% são quase todos, também, da Segunda Revolução Industrial, com exceção de três itens que envolvem informática elementar, eletrônico e engenharia de medicina no total de média-alta tecnologia correspondem a irrisórios 2,2%.

Capítulo V

Sociedade, Economia e Política no período recente: o caso da Coréia do Sul (1985-2010)

1. Os anos oitenta: a década ganha na Coréia do Sul

Para se compreender a sociedade e a economia sul-coreana no período recente é necessário um breve resgaste histórico. É fato que nos anos cinquenta e sessenta, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* da Coréia do Sul era idêntico aos países pobres da Ásia e da África. Nos dias atuais é nove vezes maior do que o da Índia e quase três vezes o do Brasil. O PIB *per capita* sul-coreano obteve um espetacular aumento, saindo de US$ 60 anuais na década de cinquenta para US$ 8.000 na década de oitenta, depois US$ 10.000 na década de noventa, chegando em 2006, em um valor acima de US$ 20.000. A Coréia do Sul, que na metade do século XX era um dos países mais pobres do mundo, alcançou, nos últimos anos da primeira década do século XXI, um PIB *per capita* semelhante a alguns dos antigos e desenvolvidos países da Europa.

Como já visto em outra parte deste trabalho, na década de setenta, o objetivo central do Planejamento Econômico da Coréia do Sul era a superação completa do atraso econômico e social e a ampliação da infraestrutura; na década de oitenta, as metas são de avanços da economia no sentido da auto-suficiência e na incorporação e inovação tecnológica. Nos anos noventa, o objetivo é superar limitações nos setores de ponta e inserção na economia mundial, em particular na economia asiática. É neste momento que as empresas coreanas se voltam para as estratégias competitivas e agressivas na direção das *"globalizing trends"* de comércio exterior, estas tentam cada vez mais traçar seus objetivos calcados nas necessidades dos seus consumidores e no público em geral, isto é, na produção voltada para o mercado.

Vizentini (2005) lembra um fato fundamental sobre a península coreana. A Coréia (melhor seria dizer as Coréias) é o único país do mundo efetivamente cercado por grandes potências, seja do ponto de vista geográfico, representado pela vizinhança complexa com China, Rússia e Japão, seja do ponto de vista da projeção do poder geopolítico dos Estados Unidos da América. Desse modo, a Coréia transitou da condição de colônia japonesa, para neocolônia norte-

americana, para agência avançada do capitalismo nipo-americano na Ásia, para a condição de "ganso seguidor"[168] do Japão, para a condição de "ganso líder" da China e dos países da ASEAN[169].

Ainda nos anos setenta, o Japão no intuito de fugir das pressões norte-americanas transfere segmentos −de baixa densidade tecnológica −de sua indústria para a periferia asiática como forma de aumentar ou recuperar a taxa de lucros e ganhar competitividade, utilizando força de trabalho mais barata, ou seja, periférica[170]. De um lado estava-se criando um conjunto de países denominado de "Tigres Asiáticos" (Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura). Este processo foi chamado de Gansos Voadores. Assim, o Japão seria o "ganso líder" e o bando dos quatros[171] seriam "gansos seguidores". Entretanto, a Coréia do Sul respondeu com avançados projetos de industrialização e formação tecnológica sob a forte e decisiva coordenação do Estado. O carro-chefe desta estratégia de desenvolvimento dirigida pelo Estado foi a constituição de grandes conglomerados denominados de *Chaebols.*

Segundo Bianco (1985) esta decisão estratégica da Coréia do Sul foi, na verdade, uma segunda "Revolução pelo alto"[172], como a primeira se assemelhava bastante com a alternativa prussiana de industrialização desenvolvida pela Alemanha na passagem do século XIX para o século XX. O caráter autoritário do regime político coreano facilitava este tipo de "Revolução". A chamada "reforma revitalizadora" de 1972-1973 é auxiliada pela abertura dos mercados chineses. Quanto aos chineses é preciso compreender os anos setenta como de recrudescimento

[168] A referência ao Modelo dos "Gansos Voadores" é apenas circunstancial e serve, somente, para reforçar as mudanças estruturais das condições trabalho-intensivo para capital-intensiva e tecnologia-intensiva, não significa adesão nem ao modelo completo, nem a sua base teórica ricardiana. O Modelo tem sua valia por olhar a Ásia como região integrada, como faz a Economia Política dos Sistemas-Mundo, em geral e Giovanni Arrighi, em particular.

[169] Associação de Nações do Sudeste Asiático é uma organização dos países do sudeste asiático fundado em agosto de 1967 com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico regional e zelar pela estabilidade. Os membros fundadores são Tailândia, Filipinas, Malásia, Singapura e Indonésia. São, também, sócios plenos por adesão posterior: Brunei, Vietnam, Myanmar, Laos e Camboja.

[170] Força de Trabalho periférica é usada aqui no sentido que lhe é próprio da Economia Política dos Sistemas-Mundo, ou seja, a mão-de-obra é mais barata por uma conjunção de fatores como oferta mais elástica, baixa capacitação formal, baixo poder sindical, governo conivente com violações do mínimo irredutível de trabalho decente.

[171] Bando dos quatros é outra denominação para os Tigres Asiáticos

[172] A primeira "Revolução pelo alto" foi comandada pelo General-Presidente Park Chung-hee em 1961. A decisão de transformar a Coréia do Sul de "palha" em um país de "concreto e aço" tomada pelo General Park e o núcleo dirigente nos anos sessenta foi a decisão mais importante na história daquele país. É claro que não se deve esquecer as decisões políticas e econômicas da década de cinquenta: reforma agrária radical, educação compulsória, redistribuição de renda e "socialização" da pobreza da guerra.

da "Guerra Fria" na Ásia. As divergências entre a União Soviética e a China e os movimentos de expansão Soviética como as alianças com o Vietnam, Camboja e a Índia levaram a China a aceitar uma aliança com o Japão e os Estados Unidos[173] como "dique de retenção" do que era considerado como expansionismo e hegemonismo moscovita. Apesar de seu reduzido tamanho[174] a Coréia do Sul formou o quarto vértice deste quadrilátero do poder capitalista e anti-soviético. A inserção fortemente exitosa da Coréia do Sul no período recente, sem desprezar as corretas decisões econômicas, contou decisivamente com as estratégias geopolíticas regionais.

Um dos problemas dos autoritarismos é que dependem muito de um único homem. Em 1979, o Presidente Park Chung-hee, arquiteto das principais mudanças ocorridas na Coréia do Sul nas décadas de sessenta e setenta, depois de 18 anos no poder foi assassinado[175]. Surge uma conjuntura de muitos confrontos, seguida de um breve interregno democrático exercido pelo Presidente Choi Kyu-Hah que termina em 1980 com a queda de Choi e a implantação de um novo regime militar comandado pelo General Chun Doo-Hwan.

Os anos oitenta representam uma longa conjuntura[176] de alta turbulência internacional[177]. O fato mais importante para este trabalho é de que tanto os Estados Unidos quanto o Japão aprofundaram o apoio à Coréia do Sul, que mais uma vez aproveitou as relações com as duas importantes potências do núcleo orgânico do capitalismo para acelerar seu desenvolvimento

[173] A História mostrou que havia muitos interesses não declarados no tabuleiro geopolítico asiático e mundial. A maioria dos interesses era de longo prazo e eram interesses de potência. A idéia de que se tratava apenas de implicâncias e vaidades de velhos burocratas stalinistas era (é) de uma indigência intelectual plena.

[174] Fala-se de tamanho no sentido de população, forças armadas ativas e poder bélico, mas isto não se constituía problema, pois os outros vértices do quadrilátero tinham estes itens em abundância, além do que como a guerra era fria conta muito o poder de persuasão, de demonstração de que o inimigo pode ser destruído, mesmo que nunca seja. São jogos de "equilíbrio (e desequilíbrio) de terror" que todas as potências fizeram uso na longa história da humanidade.

[175] O Presidente Park foi vítima de assassinato político, segundo a versão oficial, em 26 de outubro de 1979, por Kim Jae-Kyu, diretor da Agência Central de Inteligência da Coréia (KCIA). Cinco guardas do presidente também foram mortos nesse incidente, que não ficou esclarecido. Pela primeira vez na história do país um governante foi eliminado nessas circunstâncias. Sobre este assassinato outra tese poderia ser escrita.

[176] Utiliza-se o conceito de longa conjuntura, não pelo simples aspecto cronológico, mais pela alta densidade dos acontecimentos políticos e econômicos. Pela dramaticidade histórica. Porque não foi só a URSS que desmoronou. Porque houve muitos mais derrotados do que vencedores. Não há dúvida que há pertinência quando o historiador Eric Hobsbawm (1995) encerra o século XX em 1991.

[177] Se não fosse por outras razões, havia a razão Gorbatchov. Aquele dirigente soviético queria salvar o "socialismo" segundo o parecer de alguns analistas ou queria entregar a "pátria dos trabalhadores" ao capitalismo internacional, segundo o parecer de outros analistas. De todo modo, a ação política de Gorbatchov tem imensa importância quando se considera o papel do individuo na História Aqui, também, há material para outra Tese.

econômico e expandir os tentáculos dos *Chaebols* em direção aos Tigres de segunda geração, principalmente a China e os países da ASEAN[178]. A política de deslocamento de segmentos industriais trabalho-intensivo para os retardatários asiáticos e a consequente exploração da força de trabalho periférica, ganhou *status* de política externa primordial. Foi um período de extrema urbanização e sofisticação da economia sul-coreana com crescimento auto-sustentado, aumento do PIB e melhoria do padrão de vida da população.

Com o avanço da *Perestroika*[179] havia muitas expectativas de convergência dos dois sistemas rivais, para tanto era necessário uma normalização das relações bilaterais (Oriente-Ocidente) e é claro, necessário se fazia uma pacificação geral, ou seja, das potências regionais entre si, dos satélites e das potências com os satélites. O final dos anos oitenta e começos dos anos noventa encontram a Coréia do Sul em uma autêntica posição de grande ator internacional fazendo *realpolitik*[180] ao estabelecer relações com o antigo campo socialista, principalmente na área econômica.

Um componente fundamental da experiência sul-coreana é sua sustentabilidade. Se nos anos sessenta e setenta ainda poderia haver dúvidas sobre as reais possibilidades do crescimento daquele país, as dificuldades e as devidas superações dos anos oitenta e noventa confirmaram o caráter do desenvolvimento da Coréia do Sul como um padrão *sustained growth.* Há outros ensinamentos que vem daquele país asiático, mas o principal é que diferentemente do que pensa a

---

[178] A Coréia do Sul atuou como imperialista regional, seguindo os passos do Japão.

[179] A *perestroika*, ou reconstrução econômica é iniciada em 1985, logo após a instalação do governo Gorbatchov. Consiste num projeto ambicioso de introdução de mecanismos de mercado, renovação do direito à propriedade privada a diferentes setores e retomada do crescimento. A perestroika visa reduzir os monopólios estatais, descentralizar as decisões empresariais e criar setores comerciais, industriais e de serviços nas mãos de proprietários privados nacionais ou estrangeiros. O Estado continua como principal proprietário, mas é permitida a propriedade privada em setores secundários de produção de bens de consumo, comércio varejista e serviços não essenciais. Na agricultura é permitido o arrendamento de terras estatais e cooperativas por grupos familiares e indivíduos. A retomada do crescimento é projetada por meio de conversão de indústrias militares em civis, voltadas para a produção de bens de consumo, e de investimentos estrangeiros. Fonte: http://060479.sites.uol.com.br/Historia/FimdaURSS.htm

[180] Entende-se por *Realpolitik*, mais um método do que uma doutrina, completa e acabada. Ela pode ser vista como uma escola de pensamento que pode, ou não, servir os interesses daqueles que presumidamente se guiam por seus "princípios" de análise e de ação. O que ela quer dizer, finalmente? A rigor, trata-se de um simples cálculo utilitário, baseado nos interesses primários de um país, um Estado, um indivíduo. Ela tende a considerar os dados do problema e não se deixa guiar por motivações idealistas, generosas ou "humanitárias" de tal decisão ou ação, mas apenas e exclusivamente pelo retorno esperado de um determinado curso de ação, que deve corresponder à maior utilidade ou retornos possíveis para o seu proponente ou condutor da ação. Fonte: http://mundorama.net/2008/06/05/pequena-licao-de-realpolitik-por-paulo-roberto-de-almeida/

maioria dos economistas, um modelo é *sustained growth* quando se cruza variáveis econômicas, políticas, culturais e outras na sua explicitação.

Tabela 43
Taxa de crescimento anual do PNB
Coréia do Sul
1963-2008

Período	**1963/1966**	**1967/1971**	**1972/1976**	**1977/1981**	**1982/1986**
Taxa de Crescimento	9,3	9,3	10,2	6,1	9,3
Período	**1987/91**	**1992/96**	**1997/00**	**2001/04**	**2005/08**
Taxa de Crescimento	10,0	7,0	6,7	3,7	4,2

Fonte: Bank of Korea. *Economic Statistics Yearbook*, vários anos.

O caráter sustentado da economia sul-coreana é demonstrado pela leitura da tabela 43. Esta tabela observa-se que no período de 1963 a 1976, a economia cresceu 9,6% ao ano. Entre 1977 e 1981 etapa da crise mundial, incluindo a quebra do padrão de acumulação keynesiano-fordista que se iniciara em 1973 com o primeiro choque do petróleo, a Coréia do Sul cresce 6,1% ao ano. No período de 1982 até 1991 (a década perdida no Brasil) a economia sul-coreana voltou a apresentar um crescimento anual de 9,6%. Na etapa seguinte, isto é, de 1992 até 2000 (a década brasileira mais que perdida) o crescimento médio anual ficou em 6,8%. Na primeira década do novo século, aquela economia reduz seu crescimento para um valor centrado em torno de 4,0%. Seria bastante pertinente argumentar que uma economia que cresce a uma taxa média anual de 7,4% durante quase meio século atingiu a maturidade.

Segundo o BNDES (1988) na década de oitenta, desde o quinto Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (5º PQDE) que vigorou de 1982 até 1986, ficou definido dois objetivos centrais para o capitalismo sul-coreano: (a) produzir uma base tecnológica[181] nacional avançada, forte e competitiva; (b) trabalhar além do esforço exportador, internacionalizando a economia, através de suas principais empresas. Os ganhos dessa estratégia podem ser observados de diversas formas, uma delas é a quantidade de patentes registradas nos escritórios

[181] Os liberais brasileiros (velhos e novos) ou desconhecem ou fingem desconhecer a planificação do esforço de criação tecnológica, ou seja, para decepção ou surpresa dos "pugilistas alugados" a tecnologia entra na matriz de planejamento. Isto não é um argumento essencialmente algébrico, mas político, ou seja, a inovação tecnológica é planejada, o que viola, também, o pressuposto "espontaneista" de Schumpeter.

internacionais localizados nos Estados Unidos (USPTO) e na União Européia, conforme tabela 44.

Tabela 44
Brasil versus Coréia do Sul
Número de Patentes Registradas na USPTO
1980-2000

Anos	Brasil		Coréia do Sul		Brasil *versus* Coréia do Sul
	Pedidos	Concessões	Pedidos	Concessões	Coeficiente de Eficácia Comparativa (a)
1980	53	21	33	8	2,62
1981	66	23	64	17	1,30
1982	70	27	68	14	1,93
1983	57	19	78	26	0,73
1984	62	20	74	30	0,67
1985	78	30	129	41	0,73
1986	68	27	162	46	0,59
1987	62	34	235	84	0,40
1988	71	29	295	97	0,30
1989	111	36	607	159	0,23
1990	88	41	775	225	0,18
1991	124	62	1321	405	0,15
1992	112	40	1471	538	0,07
1993	105	57	1624	779	0,07
1994	156	60	1354	943	0,06
1995	115	63	1820	1161	0,05
1996	145	63	4248	1493	0,04
1997	134	62	1920	1891	0,03
1998	165	74	5452	3259	0,02
1999	186	91	5033	3562	0,02
2000	220	98	5705	3314	0,03
(b)	315	366	17188	41325	-

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia – Brasil (2003)
Notas: (a) Coeficiente de Eficácia Comparativa (CEC) tenta mensurar o tamanho da eficácia em obter concessão de patentes na USPTO. O CEC é a razão entre o número de patentes concedidas a um país em comparação a outro. No caso presente mede-se o Brasil em relação à Coréia do Sul.
(a) Variação 2000/1980 em percentagem

Em 1980 a Coréia do Sul apresentou 33 pedidos de patentes ao Escritório norte-americano, obtendo 8 concessões, algo em torno de 25% de sucesso. Em 2000 foram 5705 pedidos de patentes, conseguindo 3314 concessões, o que corresponde a 58% de patentes aprovadas. Por outro lado, quando se observa o longo período de 1980 a 2000, têm-se os seguintes resultados: (a) o número de pedidos de patentes aumenta de 17.188%; (b) o número de concessões faz um movimento mais exponencial e cresce de 41.325%. É sempre possível que alguns partidários da ”numerologia acadêmica”[182] afirmem que as bases eram baixas, isto é, 33 pedidos e 8 concessões em 1980, enquanto o México apresentou 77 pedidos e obteve 43 concessões, enquanto a Argentina apresentou 56 pedidos e obteve 18 concessões. Se forem considerados os anos seguintes de 1982, 1983 verificam-se um equilíbrio momentâneo para, então, a Coréia do Sul entrar numa rota exponencial.

Cabe destacar que os setores metal-mecânico e a indústria eletrônica passam a crescer de forma firme e continuada. A partir de 1982 o foco estratégico passa para a economia da informação, que assim recebe muitos incentivos especiais. Duas *Chaebols* se destacam com uma ampla visão do mercado internacional: a Samsung e LG. É preciso insistir que o governo continuou definindo exatamente quais os setores estratégicos e o que as empresas deveriam fazer para obter as vantagens competitivas do Estado:

> Nos anos oitenta formulou-se um plano setorial eletrônico para dar maior impulso à indústria. Em muitos aspectos, era muito mais do que um simples plano de exportações. Atendia aos problemas antes descritos, examinando questões tais como o desenvolvimento de tecnologia nacional, aquisição de informação técnica do exterior, desenvolvimento de recursos humanos e desenvolvimento de mercado doméstico. (KANG, 1990: 102.).

Na tabela 45, podemos observar uma amostra dos principais conglomerados de empresas ao longo das últimas décadas. Pode-se observar que o gigante *Samsung* manteve-se entre as três primeiras desde os anos cinquenta, mas a partir de 1983, a empresa *Hyunday* toma a liderança e não mais a perde. Destaquem-se, ainda, empresas conhecidas no mundo todo e lideres incontestes de seus segmentos, inclusive no Brasil, como: *LG*, *Daewoo* e as duas acima citadas.

[182] Numerologia acadêmica é uma pseudo-matemática muito praticada nas Universidades brasileiras.

Tabela 45
Conglomerados de empresas coreanas

Maiores Chaebols							
Posição	**Anos 50**	**Anos 60**	**1974**	**1983**	**1990**	**1995**	**2000**
1	Samsung	Samsung	Samsung	Hyunday	Hyunday	Hyunday	Hyunday
2	Samho	Samho	LG	Samsung	Daewoo	Samsung	Samsung
3	Gaepung	LG	Hyunday	Daewoo	Samsung	Daewoo	LG

Fonte: BIER & LIZÁRRAGA, 2010: 86.

O sexto Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (6º PQDE) que vigorou de 1987 até 1991, definiu como objetivo fundamental a constituição de uma economia forte, nacional, baseada na eficiência, na equidade, principalmente na oportunidade generalizada de *take-off* e na busca do máximo de bem-estar social. Desse modo, é mantida e aprofundada a meta de incorporação tecnológica ao processo produtivo tendo em vista o permanente aumento da competitividade internacional. O Plano elencava as seguintes metas gerais:

(a) o governo deveria incentivar os setores listados como estratégicos como a eletrônica e a química fina;

(b) era necessário abrir espaço para pequenas empresas atuarem nos setores de componentes com vistas a reduzir a dependência das importações do Japão;

(c) os investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento deveriam ultrapassar 2,5% do PIB até o final do Plano (1991);

(d) as empresas deveriam reduzir o nível corrente do endividamento, além de promover uma racionalização nos processos de gestão.

Segundo Fleury & Fleury (1997) essa foi uma fase em que a Coréia do Sul experimentou um verdadeiro surto de desenvolvimento baseado na alta tecnologia. A renda *per capita* chegou em 1989 ao patamar de US$ 4.936 e em 2001 alcançou a cifra de US$ 8.900.

A indústria de informática foi implantada, ainda na vigência do 5º PQDE e dependeu de decisões políticas de alta concentração. Decisões que cercaram tanto a demanda, na medida em que houve restrições à importação de computadores e periféricos para que as empresas nacionais pudessem produzir sob condições de proteção absoluta, mas com contrapartida. Outra decisão importante do governo sul-coreano foi a garantia de compras dos equipamentos produzidos, desde que atendessem requerimentos prévios em termos de exigências funcionais e que

incorporasse tecnologia. Em suma: o Estado garantia a compra de um percentual da produção, mas impunha as suas próprias condições.

Bier & Lizárraga (2010) elencam as seguintes causas explicativas do desenvolvimento econômico sustentado e vigoroso da Coréia do Sul no período recente:

> Em primeiro lugar, a política decidida e constante do governo de impulsionar o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e da informação. Trata-se de um esforço contínuo que, desde suas origens em 1985, com as primeiras medidas para potencializar o setor das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), até as mais recentes que estão traçadas no último plano "Conhecimento para Desenvolvimento", demonstra claramente sua visão e plano estratégico, não obstante esforços por um sistema educacional que venha a sustentar a demanda de pessoas capacitadas numa sociedade baseada no conhecimento venham desde muito antes. (BIER & LIZÁRRAGA, 2010, pp. 87-88).

A grande conquista sul-coreana não se limita, como se costuma pensar apenas no que o senso comum entende por economia baseada em conhecimento e na inovação, incluindo-se a engenharia reversa ou mesmo o que se pode denominar de "biologia reversa". Não se liga apenas à máquinas e equipamentos de última geração e alta tecnologia ou exclusivamente na tecnologia da informação. A aplicação de novas técnicas à agricultura de alimentos e de insumos básicos para a economia de consumo direto tem sido fundamental. As culturas tradicionais de subsistência, podem com tecnologia adequada ter uma produção e uma produtividade maiores do que ocorreria na ausência do uso da técnica, o que garante uma oferta suficiente nas áreas urbanas e funciona como mecanismo auxiliar e automático de estabilidade de preços.

Kim (1997) citado por Bier & Lizárraga (2010) aponta os fatores decisivos para o desenvolvimento econômico da Coréia do Sul no último quartel histórico:

> (a) o desenvolvimento econômico da Coréia do Sul foi alcançado inicialmente por uma estreita aliança formada por um estado forte, focado e preocupado por um desenvolvimento e um setor empresarial forte e comprometido; (b) as relações entre o estado e os capitalistas mudaram durante o curso do processo de desenvolvimento econômico, tornando-se cada vez mais dinâmicas; (c) o estado, embora sendo um dos atores do processo de desenvolvimento, experimentou

> transformações significativas no curso do processo econômico, passando de um estado "protecionista e abrangente" para o de "intervenção limitada"; (d) os Chaebols não se limitaram à espera passiva por subsídios e proteção governamental, estes saíram à busca de novas fontes de renda extrapolando o mercado local coreano. (KIM, 1997 apud BIER & LIZÁRRAGA, 2010: 88).

É bastante discutível que o Estado sul-coreano tenha praticado uma "intervenção limitada" como argumenta Kim (1997), exceto no período da crise dos noventa, onde as condições de pressão econômica do *"Hegemon"* mundial (Estados Unidos) e do *"Hegemon"* regional (Japão) diretamente ou através de seus instrumentos de poder, como o Tesouro Norte-americano, o FMI e o Banco Mundial não deixavam outras alternativas. Contudo, a forma de enfrentamento e adequação à crise na Coréia do Sul foi inteiramente diferente daquelas praticadas pelos Estados latino-americanos em condições idênticas ou assemelhadas.

2. Os anos noventa: crise, recuperação e depois.

2.1. A emergência da crise econômica e as questões da geopolítica

A crise que abalou o leste asiático em 1997 pode ser considerada de virulência comparável a Grande Depressão que atacou o mundo capitalista entre 1929 e 1937. A crise provocou efeitos diretos fortíssimos sobre os mercados de mercadorias e de ativos financeiros, destruiu produção e empregos, multiplicou problemas sociais, inclusive revertendo níveis de conquistas obtidas nas décadas passadas. Dois outros aspectos podem ser associados àquela crise: (a) os efeitos indiretos sobre outras regiões do mundo[183]; (b) a ampla polêmica sobre o papel do Estado na economia e sobre o Modelo Asiático de Desenvolvimento Econômico. Segundo as análises ortodoxas originadas de organismos filiados aos países do núcleo orgânico do capitalismo, principalmente dos Estados Unidos da América, o crescimento da

[183] A crise deixou muito evidente o grau de complexidade do mundo contemporâneo do final do século XX e começo do século XXI. A noção de que a partir da economia, tudo estava efetivamente relacionado, senão emaranhado tornou-se totalmente clara. Parece bastante razoável a máxima: *"uma borboleta que agita as asas em qualquer ponto do planeta pode provocar um tsunami a milhares de quilômetros".*

economia sul-coreana[184] não teve nada de excepcional, sendo explicado pela rápida acumulação de fatores produtivos, pela abundante oferta de capital humano e pela importação de idéias e práticas de países mais avançados. Tratava-se, segundo os autores, dos primeiros estágios do crescimento, em que o capital é escasso e tem produtividade alta, havendo, portanto, muitas oportunidades lucrativas de investimento. (Guimarães, 2009: 254)

A Ciência Econômica que sempre trabalhou com o conceito de "falhas de mercado", começou, ainda na década de setenta, a utilizar o conceito correlato de "falhas de Estado" expressando tais defeitos de operação em teorias como: *Rent seeking*[185] (captura de renda) e *Moral hazard*[186] (risco moral). Mais recentemente tornou-se um verdadeiro modismo falar em

[184] Entre 1960 e 1990, o Produto Interno Bruto *per capita* da Coréia do Sul, em termos reais, aumentou 28,67 vezes. Fonte: Penn World Table, 2009 apud Guimarães, 2009, p. 254.

[185] A teoria de *rent seeking* tem como tema central de sua investigação teórica o problema da dissipação de rendas através da competição dos agentes por monopólio ou proteção legais, sendo as referências básicas Tullock (1967), Krueger (1974), Posner (1975), Buchanan (1980a) e Tollison (1982). De acordo com essa análise, ao menos na maior parte das vezes, a ação do Estado na concessão de direitos de propriedade possui efeitos nocivos do ponto de vista da eficiência econômica. Fonte: FIANI, 2003, p. 2

[186] A expressão risco moral (*moral hazard*) designa um tipo de falha de mercado em que a existência de um seguro contra um determinado risco aumenta a probabilidade de ocorrência do evento que origina esse risco. Por exemplo, o dono de um estabelecimento comercial que esteja seguro contra roubo poderá deixar de ser tão cuidadoso na proteção do estabelecimento dado que a existência do seguro reduz o incentivo para a prevenção. Em um nível mais macro, isto significa dizer que os agentes públicos, sem exceção, deveriam pautar suas ações e reações e tomar decisões com base no comportamento ético e na responsabilidade geral de todos os agentes. De imediato, percebe-se que tal suposto nega, na totalidade, ações de estímulos e incentivos, como subsídios, por exemplo. Não existem casos onde o setor privado não tenha se beneficiado da ajuda pública. Depois o que deve fazer o governo se há ameaça de perdas generalizadas de ativos, de contaminação dos mercados mais voláteis ou mesmo de uma crise interna? A História mais uma vez fornece as respostas certas. Um exemplo do Brasil: em 04/11/1995 o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso edita a Medida Provisória (MP) nº 1179 criando o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao sistema Financeiro (PROER). A questão é que o Plano Real reduziu sensivelmente a volatilidade dos mercados, se de um lado os bancos perderam a receita inflacionária e passaram a declarar redução de superávit, do outro os correntistas começaram a vislumbrar a possibilidade de quebra do sistema e o governo uma corrida da população aos bancos. Assim, o PROER, segundo os economistas de plantão na época, visava tranquilizar os agentes e estabilizar o mercado financeiro. Muitos, inclusive o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenou-o sob o argumento que era um presente com dinheiro público ao setor privado, apesar de que no seu governo, o ex-presidente "rasgou" elogios ao Programa. Ainda hoje se discute o PROER. Afinal ele veio para salvar os bancos ou os banqueiros? A discussão é inócua, pois não existem casos de banqueiros sem bancos. De todo modo ele veio para salvar o capitalismo brasileiro. Não são apenas os "vícios privados que geram benefícios públicos" como afirmava Bernard Mandeville em 1714 e Eduardo Gianetti em 2007, mas os vícios públicos geram (também) benefícios privados. Um exemplo dos Estados Unidos: com a crise americana e a bolha (melhor seria dizer furacão) imobiliária e a acentuada queda dos preços dos imóveis e das ações, provocou um efeito-riqueza negativo que se retroalimentava em espiral. O que deveria fazer o governo? Deixar a espiral "em voo livre" e os ativos "em queda livre"? Todos sabem quais as ações encetadas pelo Banco Central e demais organismos econômicos norte-americanos.

Crony Capitalism.[187] Do ponto de vista deste trabalho, teorias que supõem o Estado como um conjunto de agentes tentando maximizar interesses individuais possui pouca ou nenhuma base explicativa. Este trabalho defende a tese do Estado formado por um conjunto de caracteres complementares entre si: (a) todo Estado é universal em tarefas comuns. Por exemplo, em construir grandes obras de irrigação e drenagem; (b) cada Estado de uma época representa os interesses de um bloco histórico dominante, tendo a frente uma classe dominante. Nos tempos atuais a classe dominante é a burguesia; (c) cada Estado existente é uma estrutura que precisa ser analisada na sua concretude. Assim, teorias abstratas podem conter delineamentos úteis sobre a categoria denominada de Estado, mas é incapaz de caracterizar um Estado dado; (d) todo Estado é formado (por) e não dispensa uma burocracia do tipo weberiano; (e) a característica central do Estado é ser detentor único de uma *state capacity* (Capacidade do Estado)[188] , que se traduz pelo poder ou a força legítima de atuar com exclusividade dentro de um território e sobre uma dada população.

Durante o período de duas décadas (sessenta e setenta) e que coincide com o longo governo do Presidente Park Chung Hee (1961-1979) o Estado sul-coreano funcionou sem problemas aparentes. Em parte porque o sucesso da economia era indiscutível, em parte porque

---

[187] O Crony Capitalism cuja tradução mais aproximada seria "capitalismo de compadres" ou "negócios entre amigos" é um conceito que tenta descrever um tipo de economia onde os interesses públicos e os privados estão "ilegalmente" imbricados, entrelaçados ou ainda, trata-se de uma estrutura econômica onde o êxito da empresa privada depende completamente dos favores do setor público, ou seja, a maximização dos lucros é função das estreitas e espúrias relações entre os empresários capitalistas e funcionários do governo. Este "capitalismo de compadres" se manifesta pela orientação privilegiada na distribuição de favores especiais, sejam de autorizações legais, subsídios governamentais ou outras vantagens fiscais. Observando-se, rapidamente, esta forma de capitalismo seria uma absurda violação das normas e regras do livre mercado, pois o ente público estaria criando externalidades positivas para alguns e negativas para outros, estaria distorcendo conscientemente os preços relativos e consequentemente os lucros. O conceito tem vários problemas. O maior deles é que a distorção de preços ou a criação do preço "errado" é a principal função econômica do Estado capitalista.

[188] Capacidade do Estado é uma das características definidoras de qualquer sistema político (Almond e Powell, 1966; Katzenstein 1978; Zysman, 1983; Migdal 1988; Ikenberry, 1988; Organski e Kugler 1980). Por "capacidade do Estado", refere-se à capacidade de um governo para administrar seu território de forma eficaz (Skocpol, 1985). No mundo moderno, a sobrevivência e funcionamento de um sistema político dependem de quatro capacidades estatais básicas: a capacidade de mobilizar recursos financeiros da sociedade para buscar o que os formuladores de políticas centrais percebem como o "interesse nacional" (capacidade de extração), a capacidade de guia do desenvolvimento socioeconômico nacional (capacidade de direção), a capacidade de dominar por meio de símbolos e criar um consenso (capacidade de legitimação), e a capacidade de dominar pelo uso ou ameaça de força (capacidade de coerção). Fonte: http://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft5g50071k&chunk.id=d0e3492&toc.depth=100&brand=ucpress

aquilo que alguns estudiosos chamam de "déficit democrático"[189] não representou (não representa), necessariamente, um problema para o bom desempenho da economia e pode representar uma "vantagem competitiva".[190] Na década de oitenta a economia continua crescendo mais de 9,0% na média anual. Os problemas só começaram a surgir realmente nos anos noventa.

A tentativa de explicar um formidável crescimento econômico por quase 40 anos seguidos e, inclusive, reconhecido como excepcional pelo próprio Banco Mundial (World Bank, 1993)[191] exatamente pela escassez de capital se constitui em um grave problema teórico e metodológico. Com baixa densidade de capital, o recurso à importação de capitais representa sempre dificuldades, desde a incorporação de tecnologia nova e poupadora de força de trabalho até desequilíbrios no Balanço de Pagamentos. A tentativa de transformação deste problema em virtude não parece um caminho venturoso. O problema central da maioria das teorias que tentam

[189] Déficit indica uma relação de insuficiência. "Déficit democrático" denota a insuficiência de "democracia". Neste sentido amplo, quase todos os Estados capitalistas existentes são deficitários. No Brasil, no mês e ano correntes, um oficial da reserva desafiou os poderes constituídos e chegou a chamar a Comandante das forças Armadas, a presidenta Dilma de mentirosa, ao dizer que não acreditava que ela havia sido torturada durante a ditadura militar brasileira. Os exemplos do comprometimento da democracia representativa burguesa estão em toda parte. A segunda guerra do golfo permite duas constatações: (a) na Espanha o Primeiro Ministro Aznar decide contra mais de oitenta e cinco por cento da opinião pública espanhola apoiar a guerra e os espanhóis se perguntam se vivem em uma democracia; (b) nos Estados Unidos o presidente manipulando uma mídia concentrada e controlada pelo poder econômico privado consegue o apoio de setenta por cento da população para uma guerra injustificada perante a opinião pública mundial. Os norte-americanos, em sua maioria, tem certeza que vivem em uma democracia (na realidade americana percebe-se como é mais importante a crença na democracia do que sua efetividade); Outro exemplo recente de como a democracia representativa pode se tornar intolerável para os interesses da elite econômica é o caso da tentativa de Golpe de Estado na Venezuela, contra um Presidente democraticamente eleito. Em discursos repetidos e repetitivos o presidente George W. Bush afirmava que o seu governo não pouparia esforços para resgatar os Direitos Humanos em Cuba. Os dados divulgados pela ONU anualmente mostra que Cuba detém os melhores índices na América Latina no que diz respeito ao oferecimento de direitos sociais como saúde e educação, com um índice de criminalidade muito baixo e uma população carcerária pequena. De forma diferente os EUA oferecem índices alarmantes, com uma população carcerária que ultrapassa 2.700.000 (dois milhões e setecentos mil detentos) Segundo dados divulgados em artigo do sociólogo da London School of. Economics, Megan Comfort, dos 9.000.000 (nove milhões) de detentos liberados no curso do ano 2002, mais de 1.300.000 (um milhão e trezentos mil) eram portadores do vírus da hepatite C, 137.000 (centro e trinta e sete mil) portadores do vírus da AIDS e 12.000 (doze mil) com tuberculose, o que representa respectivamente 29%, 13% a 17% e 35% do número de norte-americanos tocados por estas doenças. Fontes: Mendes (2007); Magalhães (2008) e Nepomuceno (2012)

[190] Vantagem competitiva é qualquer vantagem que uma organização possui em relação aos seus concorrentes, geralmente demonstrada pelo desempenho sistematicamente superior ao dos demais competidores. Diferentemente da vantagem comparativa ricardiana, a vantagem competitiva é a ocorrência de níveis de desempenho acima da média em função das estratégias adotadas. Pode-se afirmar que a principal vantagem competitiva são as competências dinâmicas.

[191] O Estado coreano foi muito atuante, sendo fundamental a atuação do "Estado Desenvolvimentista" (*Developmental State*) – a despeito de algumas armadilhas e dificuldades –, para a transformação da Coréia em um país desenvolvido econômica e tecnologicamente, capaz de controlar importantes nichos do mercado mundial (Guimarães, 2009, p. 258).

entender o desenvolvimento capitalista é a ausência do conceito de acumulação de capital. Esta é realizada, também, por determinações políticas. Só na imbricação entre o econômico e o político, é possível compreender o verdadeiro caráter histórico da acumulação de capital[192].

Mesmo se utilizando como marco teórico, o modelo etapista de Rostow (1956), onde aquele autor de forma linear e mecanicista decompõe a trajetória do desenvolvimento da economia capitalista (considerada como única possível em um universo de possibilidades históricas, que Rostow desconsidera) em um conjunto de etapas assim sequenciadas: (a) a sociedade tradicional; (b) as pré-condições para o *take-off* ou Arranco; (c) o *take-off* ou Arranco; (d) a maturidade; e (d) a era de consumo de massa. Têm-se dois graves problemas em relação ao paradigma rostowiano: primeiro que mais de meio século de história do desenvolvimento do capitalismo, em todas as regiões do planeta, mostrou o famoso modelo como teoricamente inadequado e tendencioso; segundo que o período em discussão para a Coréia do Sul ultrapassa, em muito, o conceito e o tempo de *Take-off*.[193]

O ponto de inflexão na trajetória histórica da economia sul-coreana ocorreu na década de noventa com a liberalização financeira. Entre 1990 e 1998, os investimentos sul-coreanos no exterior superaram em quantidade e em montante, os investimentos estrangeiros no mercado sul-coreano. Ainda, nos anos noventa a Coréia do Sul concentra seus investimentos na América do Norte, tendo em vista a criação da NAFTA, e na Ásia. Na primeira região buscava-se o maior

[192] [...] a história é um processo quase natural de desenvolvimento tecnológico. De um modo ou de outro, o capitalismo aparece, mais ou menos naturalmente, onde e quando os mercados em expansão e o desenvolvimento tecnológico atingem o nível certo [...]. O efeito dessas explicações é enfatizar a continuidade entre as sociedades não capitalistas e capitalistas, e negar ou disfarçar a especificidade do capitalismo (WOOD, 2011, 14).

[193] O arranco (*take off*), representa o intervalo em que as obstruções e resistências ao desenvolvimento são superadas. Incrementa-se a industrialização, ocorrendo a migração de trabalhadores do setor agrícola para o setor industrial, com o crescimento concentrando-se em um número reduzido de regiões do país e em poucas indústrias. As transformações da economia são acompanhadas pela evolução de novas instituições políticas e sociais que dão suporte ao processo de industrialização. No caso mais geral, o arranco aguardou não só a acumulação de capital social fixo e um surto de evolução tecnológica da indústria e da agricultura, mas também o acesso ao poder político de um grupo preparado para encarar a modernização da economia como assunto sério e do mais elevado teor político. No decurso do arranco, novas indústrias se expandem rapidamente, dando lucros onde grande parte é reinvestida em novas instalações, e estas novas indústrias, por sua vez, estimulam, graças à necessidade aceleradamente crescente de operários, de serviços para apoiá-las e de outros bens manufaturados, uma ulterior expansão de áreas urbanas e de outras instalações industriais modernas. Todo o processo de expansão no setor moderno produz um aumento de renda nas mãos daqueles que não só economizam a taxas mais elevadas, como também colocam suas economias à disposição dos que se acham empenhados em atividades no setor moderno. A nova classe empresarial se amplia e dirige os fluxos aumentados do investimento no setor privado. A economia explora recursos naturais e métodos de produção até então inaproveitados. (ROSTOW, 1956, p. 20-21).

mercado consumidor mundial e um *upgrade* tecnológico; na segunda região a procura era por força de trabalho barata e flexível, e maior penetração em países emergentes.

Fato reconhecido é de que as pressões externas foram muitas e vigorosas, em especial aquelas promovidas pelos Estados Unidos. Contudo, a forma como foi conduzida a abertura indica a busca por fontes alternativas de recursos, condição, naquele momento, para preservar as altas taxas de crescimento em uma economia com lucratividade declinante.[194,195] Daí um processo de liberalização que se centrou em facilitar o acesso a empréstimos externos pelos bancos coreanos, ao mesmo tempo em que conservava fortes restrições à atuação estrangeira no mercado de títulos e de ações e ao investimento direto externo. (Guimarães, 2009: 255).

Segundo Medeiros (2001) a crise financeira que atingiu drasticamente em 1997 as economias do Leste e Sudoeste Asiático teve como causas imediatas a abertura e desregulação financeira e a valorização da taxa de câmbio real. Devido ao alto endividamento de curto prazo do sistema bancário, os colapsos do câmbio e dos ativos levaram às crises – financeira e de crédito – responsáveis pela forte retração econômica em 1998 – a maior, em toda a região, desde 1930 – e à bancarrota de inúmeros bancos e empresas. Esse movimento ocorreu na Coréia do Sul, na Tailândia, na Indonésia e nas Filipinas e, com algumas variações, na Malásia.

De acordo com Guimarães (2009) os efeitos da crise na economia sul-coreana foram perversos. Desse modo, em 1998, o PIB caiu 7% e o volume de desocupação da força de trabalho foi imenso, as demissões atingiram em torno de um milhão de trabalhadores apenas na construção civil e na indústria. A força de trabalho foi reduzida em cinco pontos percentuais, só vindo a recuperar o patamar anterior à crise decorrido dois anos. Como é comum os principais atingidos foram os trabalhadores de baixa qualificação, baixa escolaridade e com salários menores em relação a média salarial. O nível de pobreza cresceu em quase 70%, aumentando em quatro milhões, ou seja, passou de seis milhões em 1997 para dez milhões em 1998.

---

[194] Não fica claro o conceito de taxa e massa de lucro que o autor utiliza, mas o contexto indicaria uma definição simples de lucro contábil, isto é, a diferença entre Receitas e Despesas de venda. Muito além deste conceito a questão deve ser investigada nos determinantes da crise concreta da economia capitalista.

[195] A taxa de lucro diminui na proporção em que aumenta a acumulação de capital e acresce a correspondente produtividade do trabalho social, a qual se expressa no decréscimo relativo cada vez mais acentuado da parte variável do capital, comparada com a constante. Para produzir a mesma taxa de lucro, se o trabalhador passa a movimentar um capital constante dez vezes maior, é mister que decuplique também o tempo de trabalho excedente, e logo nem o tempo todo de trabalho daria para isso, mesmo que o capital se apoderasse das 24 horas do dia. (MARX, O Capital, Livro III, seção V).

A economia sul-coreana encontrava-se na mesma situação padrão da periferia e semiperiferia do sistema-mundo, ou seja, são devedores todos aqueles países que precisam de um volume permanente e constante de recursos financeiros externos para financiarem seus processos de crescimento e desenvolvimento. São credores mundiais os países que dispondo de fundos financeiros excedentes, buscam novas alternativas de aplicação rentável para o capital-dinheiro. As possibilidades de valorização tanto podem ser na produção de livros edificantes, quanto em bebidas alcóolicas, como em "papel podre".

A situação de dependência externa, expressa de forma mais aparente nos recorrentes déficits em conta corrente já vinham sistematicamente alimentando um processo instável e imprevisível de intenso fluxo de capitais especulativos, não poderia ter outro desfecho senão aquilo que se presenciou durante a crise asiática. A verdade é que o acumulo excessivo e descontrolado de déficits em conta corrente pode tornar perigoso e insustentável a situação externa de países periféricos e semiperiféricos, independente da geografia.

O influxo em excesso de capitais de curto prazo provocou em toda Ásia uma brutal elevação nos níveis de reservas daqueles países, além de uma monumental avalanche de dólares que deixou os mercados monetários e financeiros asiáticos com excesso de liquidez. As famílias e as empresas passaram a possuir oferta excedentária em moeda estrangeira. A tendência foi de queda do preço da moeda internacional com concomitante valorização da moeda local. Desse modo, o processo de valorização das moedas nacionais, esteve em grande medida relacionado a esse fenômeno de explosão dos níveis de liquidez internacionais somado aos efeitos decorrentes das políticas de estabilização econômica e de controle da inflação. O receituário não mata apenas Onça-Pintada ou Lobo-Guará do quintal norte-americano, também mata ou fere duramente Tigres-Asiáticos.

Segundo Krugman (1998) não é difícil compreender a rápida disseminação do mal. Para aquele autor a relação de contágio é perfeitamente compreensível quando se analisa mais especificamente a situação macroeconômica daqueles países asiáticos cujos sistemas econômicos e produtivos se apresentavam fortemente interligados e com características produtivas e comerciais concorrentes entre si e não complementares, como é o caso da Malásia, da Tailândia e da Indonésia. Nunca é demais lembrar que, aqueles países se especializaram em competir nos mercados internacionais se valendo, principalmente, das receitas de grandes quantidades de produtos intensivos em trabalho, diferentemente do modelo sul-coreano. Partindo desta premissa

apresentada por Krugman percebe-se, claramente, a diferença de efeitos e de alternativas entre aqueles países e a Coréia do Sul, dado que esta última possui uma estrutura produtiva diferenciada em relação aos outros países do sudeste asiático.

Segundo Krugman (1998) a crise financeira e não a crise cambial foi quem conduziu todo o processo, sendo as flutuações cambiais mais um sintoma do que uma causa. A crise econômica conseguiu se espalhar sem grandes choques exógenos porque as economias asiáticas estavam em um estado de alta vulnerabilidade:

> We now have an admittedly primitive but still illuminating way to make sense of these paradoxes. The reason that traditional measures of vulnerability did not signal a crisis is that the problem was off the government's balance sheet: the underlying policy mistake was, like the guarantees that created the S&L fiasco, not part of the government's visible liabilities until after the fact. The boom-bust cycle created by financial excess preceded the currency crises because the financial crisis was the real driver of the whole process, with the currency fluctuations more a symptom than a cause. And the ability of the crisis to spread without big exogenous shocks or strong economic linkages can be explained by the fact that the afflicted Asian economies were in a sort of "metastable" state in any case - highly vulnerable to self-fulfilling pessimism, which could and did generate a downward spiral of asset deflation and disintermediation. (KRUGMAN, 1998: 12).

Antes de acreditar que a crise teve caráter absolutamente endógeno, é mais coerente entender que as dificuldades internas ao modelo sul-coreano se combinaram com o processo programado de desregulamentação financeira mundial comandada pelo capital norte-americano. A década de noventa teve como principal característica um crescimento extremamente acelerado dos fundos de pensão americanos, que, mobilizando grande quantidade de recursos e engajados em acirrada competição, direcionaram-se fortemente para os países Asiáticos. Tratava-se de capitais inteiramente privados, maiores várias vezes que as reservas nacionais de vários países.

De acordo com Krugman (1998) a crise asiática poderia ser explicada por

inumeráveis contradições do modelo de desenvolvimento adotado. Aqui dois equívocos se apresentam de corpo inteiro: (a) não se pode em uma análise consistente sobre a crise, colocar todos os países asiáticos como se fossem um conjunto completamente homogêneo ou mesmo com se fossem uma unidade indivisível. A existência de muitas características comuns não deve mascarar a importantes diferenças; (b) pode-se, apenas, postular que alguns elementos internos auxiliaram com ritmos e consequências diferentes, o desencadeamento e desenrolar do processo.

Entretanto, defende-se neste trabalho que a correta compreensão da crise requer, essencialmente, o reconhecimento do potencial especulativo e de instabilidade inerente aos mercados financeiros. Esta constatação não significa apoio às teses centralizadas na financeirização, que inclusive deslocam a questão da esfera produtiva para a circulação. Trata-se, apenas, de compreender o poder crescente do capital-dinheiro fortemente concentrado.

Uma citação de Keynes ajuda a entender duas questões: (a) porque dinheiro não é moeda;[196] (b) porque a fábrica de queijo verde deve ser controlada pelo Estado Nacional soberano.

> O desemprego aumenta porque as pessoas querem a lua; os homens não podem conseguir emprego enquanto o objeto de seus desejos (isto é, o dinheiro) é uma coisa que não se produz e cuja demanda não pode ser facilmente contida. O único remédio consiste em persuadir o público de que lua e queijo verde são praticamente a mesma coisa, e a fazer funcionar uma fábrica de queijo verde (isto é, um Banco Central) sob controle público. (KEYNES, 1983: 164).

Para Minsky (1986) nos períodos expansivos de atividade produtiva surgem inovações

196 A confusão entre dinheiro e moeda é fruto de uma leitura vulgar e não cientifica das categorias econômicas. Age-se como se as categorias disponíveis fossem "coisas" portadoras de uma realidade empírica não apenas insuspeita como, por si só, suficiente para sustentar sua caracterização. Quando no campo das Ciências Sociais importa as relações e, mesmo, quando se trata de "coisas", por detrás delas existem relações, geralmente assimétricas. Para algumas ortodoxias: dinheiro é dinheiro, nada mais do que isto! No fundo este objeto de desejo é tratado como tendo função puramente transacional. De fato, há toda uma tradição "teórica" que se satisfaz com tal "definição". Para o mainstream econômico e seus mainstream satélites, o "dinheiro" é uma categoria absolutamente "óbvia", "auto referida" e auto referente, carente de qualquer complexidade ou significação teórica. Mas isso só é assim na exata medida em que, ao se tomar o dinheiro como algo essencialmente unifuncional ("meio de troca"), ele pode ser rigorosamente "coisificado", identificando-se imediata e impositivamente com a moeda. Ora, nada poderia estar mais distante da perspectiva de Keynes. Fonte: PAIVA, 1994. Disponível em: http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1738/2106

financeiras que acarretam fortes oportunidades de lucro. Instituições financeiras captam recursos de curto prazo que se destinam a aplicações no mercado de ativos e a financiamentos em longo prazo. As excelentes chances de lucro levam as instituições a assumirem posições especulativas. É importante compreender como Minsky encara a instabilidade do capitalismo:

> The financial instability hypothesis is a model of a capitalist economy which does not rely upon exogenous shocks to generate business cycles of varying severity. The hypothesis holds that business cycles of history are compounded out of (a) the internal dynamics of capitalist economies, and (b) the system of interventions and regulations that are designed to keep the economy operating within reasonable bounds. (MINSKY, 1992: 9).

Assim, entre as abordagens facilmente disponíveis e internacionalmente divulgadas, a teoria de Minsky é a que melhor descreve os eventos da crise asiática. A abertura financeira permitiu a forte captação de recursos de curto prazo em moeda estrangeira. Fundos e bancos internacionais foram também fortemente atraídos. O otimismo e a alta perspectiva de lucro inibiram a cautela e induziram à especulação e até às posições de *"Esquema Ponzi"*[197]. Em 1997 o otimismo foi revertido, era a explosão da bolha. Bancos estrangeiros, percebendo fragilidades na economia tailandesa, passaram a retirar rapidamente recursos daquele país. A probabilidade cada vez mais real do governo tailandês quebrar ou deixar quebrar a paridade da moeda local com o dólar desencadeou sucessivas fugas de capital. Algo similar ocorreu nos países vizinhos, motivado pela percepção de que as fragilidades eram compartilhadas.

A importância do argumento de Minsky é enfatizar o potencial de instabilidade inerente aos mercados financeiros, resultado de um comportamento centrado em convenções e na tentativa de antecipar as decisões dos demais agentes. A tese central de Hyman Minsky constitui uma crítica demolidora aos argumentos que associam a crise a fenômenos como: *Crony Capitalism, Risco Moral* e ao Estado desenvolvimentista.

As reformas introduzidas a partir de 1997 se não desmontou, certamente enfraqueceu o Modelo Desenvolvimentista sul-coreano, inclusive fechando o *Economic Planning Board.*

[197] Um esquema Ponzi normalmente oferece retornos anormalmente elevados em curto prazo, a fim de atrair novos investidores. Os rendimentos elevados que um esquema de Ponzi promete (e paga) requer um fluxo cada vez maior de dinheiro dos investidores para que este continue a funcionar.

Segundo Chang (2006) este ataque ao Estado desenvolvimentista através de medidas de desregulamentação levou a redução dos mecanismos de controle e do aumento da especulação. O controle governamental era essencial para garantir a estabilidade do modelo, pois a relação entre governo e os *Chaebols* garantia o arranjo interno regulatório. Para dificultar os resultados pretendidos em termos de abertura e flexibilização, os *Chaebols* continuavam detendo poder suficiente para dificultar as reformas, apesar da impotência relativa em derrotar os avanços do ideário liberal.

2.2. O papel do Capital do Núcleo Orgânico e do *Hegemon*

O fato mais notável que ocorreu no final dos anos oitenta e começos dos anos noventa foi o fim do pólo anti-sistêmico ao capitalismo norte-americano, pois provocou uma mudança fundamental nas relações econômica e geopolítica entre os Estados Unidos e os seus aliados históricos na Ásia. Com o desmantelamento da União Soviética em 1991 e o consequente esvaziamento da guerra fria, a estratégia norte-americana quanto ao subsistema asiático mudou completamente. As políticas econômicas diferenciadas do modelo de capitalismo anglo-saxão, em particular a política industrial hiperativa que durante décadas foram a marca e a razão de sucesso do capitalismo asiático tornaram-se obstáculos aos interesses do *"hegemon"* mundial. Multiplicaram-se os conflitos comerciais, as pressões políticas e econômicas norte-americanas – diretas e através de órgãos multilaterais e teoricamente neutros – para que aqueles países promovessem uma grande abertura comercial e financeira foram intensificadas. Uma miríade de especialistas se reversaram em exercícios teóricos, devidamente remunerados, em ataques políticos e ideológicos ao *developmental state* asiático, ou seja, países que antes eram apresentados como exemplo de obediência às normas e regras do mercado e depositários fiéis da prática das finanças sadias foram satanizados.

Como em outras ocasiões históricas a diplomacia do dólar se impôs[198]. O caso mais eloquente foi a proibição dos norte-americanos à proposta do governo japonês de criar em 1998

[198] O *hegemon* tem duas formas de impor sem rodeios seus interesses: uma força militar fardada, especialmente treinada, armada e qualificada para invasões, como os fuzileiros navais ou uma força civil vestida de elegantes ternos, de especialistas financeiros, também treinados, armados e qualificados com teorias econômico-financeiras feitas especialmente para os países periféricos e semiperiféricos. Uma terceira forma é não impositiva, é a cultura amplamente divulgada pelos meios de comunicação e pelo cinema, trata-se do *American way of life.* O *American way of life* é uma expressão referente a uma cultura própria dos norte-americanos, ou seja, é um "estilo americano de

um organismo monetário asiático. Como sempre ocorre, os interesses norte-americanos se sobrepõem enquanto interesses universais[199]. É nessa perspectiva que os Estados Unidos jogaram a partida asiática nos anos noventa:

> Entre os anos 80 e 90, houve uma tendência de ampliação de condicionalidades associadas às reformas estruturais nos pacotes do Fundo (IMF, 2001). Porém, no caso da Indonésia, Coréia e Tailândia, elas foram "muito mais numerosas e detalhadas do que o usual" (Goldstein, 2000a: 33), envolvendo, por exemplo: medidas vinculadas ao programa de reflorestamento; modificações na política de conteúdo local no setor automobilístico; eliminação dos projetos na área da aviação e do "carro nacional" (Indonésia); definição de novas regras para o sistema de liquidação de títulos na Tailândia; o fim de acordos restritivos no acesso aos mercados de cimento, papel e celulose; abolição de impostos direcionados a fundações de caridade; alteração de 18 regras de auditoria do banco central da Indonésia; criação de programas de microcrédito, entre outras (Goldstein, 2000b). Com a crise e os pacotes de socorro e suas condicionalidades, emergiu o desejo da criação de mecanismos institucionais regionais capazes de reduzir a dependência externa. (CUNHA, 2004: 218-219).

---

vida" praticado pelos habitantes dos Estados Unidos da América. É um exemplo de uma modalidade comportamental desenvolvida no século 18 e supostamente praticada até hoje. Refere-se a um *ethos* nacionalista que se propõe aderir aos princípios de vida, da liberdade e da procura da felicidade, definidos como direitos inalienáveis de todos norte-americanos. Ao nível ideológico e propagandistico seriam direitos de toda a humanidade, desde que todos os povos sigam o *american way*, isto tanto é verdade que um dos principais elementos de combate contra a União Soviética, durante a Guerra Fria era este presumido "estilo de vida".

[199] No início do mandato presidencial, em 2003, quando perguntado por que razão o PT havia estabelecido uma parceria com o Partido Comunista da China, Lula saiu-se da seguinte maneira, tendo sido muito aplaudido, durante e após sua resposta: "Eu não conhecia a China muito bem, até que o governo americano fez da China seu parceiro comercial preferencial. E eu pensei comigo mesmo: 'se é bom para os americanos, deve ser bom para os brasileiros". Em um tempo muito distante, ou seja, em junho de 1964, menos de três meses após o Golpe Militar e quase cinquenta anos antes da resposta do Presidente brasileiro, Juracy Magalhães ao ser perguntado por um repórter, com que espírito assumia seu novo posto, o então embaixador designado do Brasil em Washington foi cândido: "O Brasil fez duas guerras como aliado dos Estados Unidos e nunca se arrependeu. Por isso eu digo que é o que bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Cabe atribuir o devido *copyright* dessa frase que, como se sabe igualmente, não pertence a Juracy Magalhães, mas procede de afirmação de um dirigente da General Motors, um dos grandes fabricantes americanos de automóveis. Trata-se, na verdade, de uma atribuição indireta, pois que a expressão foi empregada pelo novo presidente da GM, em 1946, Charles Wilson, a propósito da atitude do famoso dirigente da GM entre 1923 e aquele ano, Alfred Sloan, violentamente oposto às políticas de Franklin Roosevelt durante o *New Deal*. Sloan acreditava piamente, como colocado por Wilson em sua famosa frase, que "what was good for our country was good for General Motors – and vice versa" (o que é bom para o nosso país é bom para a General Motors - e vice-versa). Ela tornou-se um ícone da colusão de interesses entre a grande indústria e o governo dos Estados Unidos, como também, uma bandeira de como o *hegemon* trata "os de baixo". Fonte: ALMEIDA, 2003, pp. 1-2.

De acordo com Medeiros (2001) e na mesma linha de autores como Chang (2009), o processo de subversão das economias do leste e sudeste asiático baseou-se nas pressões mercantilistas norte-americanas por maior abertura e desregulamentação financeira. Segundo Medeiros (2001), uma prova cabal deste fato é que no encontro do Fundo Monetário Internacional em 1997, realizado em Hong Kong ocorreu uma mudança do artigo constitutivo do FMI que trata da conversibilidade das moedas estendendo o seu conceito para as transações de capital e não apenas para as transações correntes (Athukorala, 2001). Fato irrefutável é que a combinação de liberalização com desregulação financeira se constitui em "oposição operacional" contra os principais processos de coordenação essenciais praticados pelo *developmental state* sul-coreano. (Medeiros, 2001: 35).

Os mecanismos de "oposição operacional" utilizados pelos Estados Unidos, além de impactarem fortemente os padrões de desenvolvimento vigentes na Ásia, em geral e na Coréia do Sul, em particular, levantam uma questão fundamental de caráter geopolítico, qual seja:

> Em recente revisão sobre sua análise do estado desenvolvimentista no Japão originalmente publicada em 1982, Chalmers Johnson (1999) admite, com muito mais ênfase do que em sua análise inicial, que o sucesso do estado desenvolvimentista japonês dependia, em grande parte, das condições extraordinariamente favoráveis criadas no pós-guerra. A guerra fria observa Johnson, "promoveu e camuflou o enriquecimento do Japão e do resto da Ásia capitalista" (Johnson, 1999: 55). Este reconhecimento perpassa hoje diversas análises sobre o excepcional desenvolvimento asiático do pós-guerra, ainda que nem sempre se encontre unanimidade sobre seus mecanismos de promoção e muito menos de camuflagem desse desenvolvimento. (MEDEIROS, 2001: 35-36).

Segundo Medeiros (1998) o mais surpreendente na crise asiática é que ela atingiu de forma muito violenta e sincronicamente economias que estavam em situação não de baixo crescimento e/ou de alta inflação, mas que possuíam um alto dinamismo e um determinado tipo de inserção internacional. A Tabela 46 mostra claramente a ausência, nos dados apresentados para a Coréia do Sul, de fatos econômicos relevantes, principalmente quando se tem em mente a realidade internacional, em particular a latino-americana dos anos 90.

Tabela 46
Coréia do Sul
Indicadores selecionados

	1995	**1996**	**1997**
PIB (%)	8,9	7,1	5,5
Índice de Preço (%)	4,7	4,9	6,6
Balança de Transações Correntes (bilhões de US$)	-4,9	-2,0	-2,0
Dívida Externa (bilhões de US$)	-	160,7	154,4

Fonte: IFS – *Yearbook* (1997).

Pela observação da Tabela 46 o PIB apresenta queda, sendo de 8,9% em 1995; 7,1% em 1996 e 5,5% em 1997. São percentuais dentro da normalidade internacional do período, com média acima da média mundial. A inflação, mesmo pela lógica mais conservadora em política econômica encontrou-se dentro dos parâmetros aceitáveis, mesmo que tenha aumentado de 4,7% em 1995 para 6,6% em 1997. No quesito Balança de Transações Correntes, em valor absoluto, ocorre uma queda de 4,9 bilhões de dólares para 2,2 bilhões de dólares no déficit. A Dívida Externa cai levemente de 160,7 bilhões de dólares em 1996 para 154,4 bilhões.

Contudo, quando se observa com mais atenção a Tabela 47 com os indicadores selecionados das relações econômicas externas, percebe-se que:

(a) ocorreu um rápido aumento da Dívida Externa como percentual do PIB que mais que dobrou passando de 13,79% para 28,42% entre 1990 e 1996;

(b) o endividamento de curto prazo como percentual da dívida Externa total passou de 30% para 50%;

(c) quando se considera a relação entre o endividamento de curto prazo e os saldos das reservas cambiais os valores se alteram de 72% para 203%, significa dizer que em 1996, a Dívida de curto prazo era o dobro das reservas cambiais do país:

(d) os Saldos comerciais (déficits) como percentual do PIB oscilam de -0,81% para -4,36%;

(e) os Saldos em Contas correntes (déficits) como percentual do PIB vai crescer de – 1,24% para – 4,89%;

(f) a Taxa Real de Câmbio se manteve permanentemente valorizada.

Tabela 47
Coréia do Sul
Indicadores selecionados
1990-1996

Ano	**1990**	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**	**1995**	**1996**
Dívida Externa (% do PIB)	13,79	13,51	14,34	14,18	14,32	23,80	28,42
Dívida de curto prazo (% da Dívida Externa)	30,87	28,19	26,99	25,85	25,47	51,60	50,20
Dívida de curto prazo (% dos saldos em reservas cambiais)	72,13	81,75	69,62	60,31	54,06	171,45	203,23
Saldos Comerciais (% do PIB)	-0,81	-3,04	-1,42	0,06	-1,22	-1,63	- 4,36
Saldos em Contas Correntes (% do PIB)	-1,24	-3,16	-1,70	-0,16	-1,45	-1,91	-4,89
Valorização da Taxa de Câmbio Real (1990 = 100)	96	91,5	87,7	85,2	84,7	87,7	87,2

Fonte: FMI, Bank of Korea, Banco Mundial. Vários anos

De acordo com Medeiros (1998, pp. 156-157) o crescimento extraordinário ocorrido a partir de 1985 nas economias asiáticas foi estruturado pela constituição em maior proporção pelo Japão e, em menor dimensão, mais não desimportante, pelos quatros "tigres" (Hong Kong, Cingapura, Coréia e Formosa) de um bloco de investimentos e comércio entre os países do sudeste asiático envolvendo, em particular, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN-4), isto é, a Tailândia, a Malásia, a Indonésia, as Filipinas mais a economia chinesa. Estas economias dinâmicas rapidamente penetraram na economia mundial como exportadoras de bens manufaturados de baixo valor unitário e receptores de elevados fluxos de investimento estrangeiro, em particular egressos do Japão, que se afirmou, no final dos anos 80, como o maior investidor internacional.

É importante compreender que a liderança do capital orgânico é da economia dos Estados Unidos.[200] É por forte pressão política e comercial dos Estados Unidos que o Japão é obrigado em 1985, no Acordo da Plaza,[201] a aceitar uma elevada valorização do iene em relação ao dólar. Como reação à perda de competitividade de suas exportações e buscando beneficiar-se do elevado poder de compra de sua moeda, o Japão e, posteriormente, os quatros "tigres" deslocam para os países asiáticos de menor grau de desenvolvimento e elevado câmbio real, manufaturas intensivas em mão-de-obra de bens de baixo valor unitário. Por outro lado, ampliam numa grande extensão as redes de subcontratação construídas historicamente pelas grandes *tradings* japonesas. O dinamismo das exportações dos "gansos voadores", como de resto dos demais países dinâmicos da Ásia, baseou-se em ampla penetração no mercado americano.[202]

Segundo Medeiros (1998, p. 164) já desde 1988, a Coréia do Sul vinha sofrendo fortes pressões americanas visando diminuir o déficit comercial que os Estados Unidos então possuíam com este país asiático, as pressões vão provocar uma maior valorização da moeda sul-coreana. Existe, portanto, um movimento geral, nas economias asiáticas para a valorização de suas moedas em relação ao iene, a partir de 1995, e esta valorização deve-se à política norte-americana de diminuição rápida de seu déficit comercial e à política de supremacia do dólar na região. Com efeito, no início dos anos 90, de acordo com o FMI, as reservas dos países em desenvolvimento

[200] Arrighi (1996 e 2008), ao analisar as hegemonias históricas sinaliza com o fim da hegemonia americana, dentro de um marco braudeliano de que nenhum império pôde se manter indefinidamente. Contudo, não há nenhuma previsão de data nas obras daquele Autor, pois não cabe a um historiador fazer tais previsões datadas. Observando a crise econômica, política, moral e cultural dos Estados Unidos pode-se afirmar que já não há uma hegemonia inconteste daquele país, ou esta se encontra em processo de deterioração. Fica, porém a necessidade de cautela para não se falar em queda do império. Contudo, *"que balança, balança"* (*Eppur si mouve* - contudo ela se move - Galileo Galilei, murmúrio frente a Santa Inquisição, 1633). Ou, "*De muito gorda a porca já não anda*". (Cálice, Chico Buarque).

[201] O Acordo da Plaza foi um acordo assinado em 22 de setembro de 1985 no Hotel da Plaza em Nova York. Neste encontro ocorreu a mudança cambial brusca feita pelo Japão frente às pressões do G5 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Inglaterra). O objetivo do Acordo Plaza era desvalorizar a moeda dos Estados Unidos, que acumulava grandes déficits comerciais, e apreciar o iene. A moeda japonesa estava cotada na época a 240 por dólar. Em 1987, já estava em 130 por dólar. Fonte: Jornal Estado de São Paulo. Disponível em: http://blogs.estadao.com.br/claudia-trevisan/tag/iene/. Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

[202] Devido às características históricas da sua economia, o Japão jamais exerceu na região um papel de locomotiva como a que a Inglaterra exerceu sobre sua periferia no século XIX. Coube aos Estados Unidos ocupar historicamente esta função. A abertura do mercado interno americano às economias asiáticas – no contexto político da guerra fria – foi o principal mecanismo indutor do desenvolvimento asiático e principal instrumento de pressão dos Estados Unidos sobre as economias da região. De forma progressiva foi se afirmando nos Estados Unidos uma complementaridade do seu mercado interno com as exportações asiáticas de produtos industriais de baixo valor unitário. Fonte: Medeiros, 1998, p. 157.

denominadas em iene caíram depois de terem atingido seu auge em 1988, e houve forte expansão das reservas em dólares que atingiram, em 1995, 60,5% das reservas destes países.[203]

Como pode se observar pela Tabela 48, os Estados Unidos é o principal mercado de venda das manufaturas asiáticas O forte deslocamento de reservas ocorrido no período corresponde a este fato citado acima somado ao papel crescente do dólar como meio de pagamento e signo de referência nos intercâmbios do crescente mercado regional asiático.

A Tabela 48 auxilia a compreender como as economias asiáticas muito intensivas em investimento externo, compensavam o seu déficit com o Japão com o superávit no mercado americano e europeu através das exportações de manufaturas de baixo valor unitário. Esta Tabela mostra com simplicidade os mecanismos compensatórios que sustentam o edifício do moderno sistema-mundo. Assim, em 1996, o déficit de quase cinquenta bilhões de dólares acumulado com o Japão foi devidamente pago com o superávit de quase oitenta milhões de dólares obtidos no comércio com os Estados Unidos, restando um saldo final de quase trinta milhões.

Tabela 48
Balança Comercial dos Países Asiáticos com os Estados Unidos e com o Japão
(em Mil US$)

	1994	1995	1996	Variação (%) 1996/1994
Importações americanas	164.854	190.177	199.678	21,1
Exportações americanas	91.832	115.542	119.906	30,6
Saldo	72.822	74.635	79.772	9,5
Importações japonesas	98.036	124.036	131.695	34,3
Exportações japonesas	158.396	193.411	181.491	14,6
Saldo	-60.360	-69.375	-49.796	- 17,5
Saldo Total	12.462	5.260	29.976	140,5

Fonte: FMI. *Directions of Trade Statistics Yearbook* (1997) apud Medeiros (1998: 164-165).

[203] Ver Nakao (1997) apud Medeiros (1998, p. 164)

Observa-se que as importações norte-americanas aumentaram em 21,1%, enquanto as exportações cresciam em 30,6%, indicando uma convergência relativa ou afunilamento do saldo da Balança Comercial. Entretanto, as importações japonesas crescem em 34,3% contra importações que 14,6%.

Para além do comércio bilateral Coréia do Sul-Estados Unidos Coréia do Sul-Japão, reafirma-se o que foi dito em outra parte deste trabalho, ou seja, os quatro "tigres" de primeira geração, assim como o Japão, provocaram o deslocamento e a reciclagem das bases de suas indústrias manufatureiras desenvolvendo um formidável comércio intraregional. Contudo, Medeiros (1998) refere-se a duas forças desestabilizadoras:

> Existem, portanto, nesta dinâmica sequencial de desenvolvimento regional duas pressões desestabilizadoras: a do país retardatário que cresce a taxas mais elevadas deslocando-se para a exportação de novos bens, e a do país mais avançado que não altera suas exportações no mesmo ritmo em que perde mercado pela pressão das exportações oriundas dos países de menor grau de desenvolvimento. Nos anos 90, a China se encaixa no primeiro caso e a Coréia no segundo. (MEDEIROS, 1998: 165).

Segundo Medeiros (1998) se no Japão, a diplomacia americana do dólar foi o elemento fundamental no enquadramento do *"hegemon"*[204] asiático, não foi diferente no caso da desregulação financeira da Coréia do Sul e, consequentemente, o principal indutor de desmonte dos mecanismos de controle e coordenação dos investimentos internos. Ao desregulamentar os fluxos de capitais para a Coréia do Sul, aquele país, assim como outras nações asiáticas, desistiu do controle das taxas de câmbio e da alocação dirigida dos investimentos internos. Este processo terminou por minar os mecanismos de coordenação que fizeram da Coréia do Sul um caso exemplar de crescimento econômico.[205]

---

[204] A potência hegemônica ganha capacidade de configurar e dominar seu entorno internacional, enquanto administra um fluxo suficiente de benefícios às pequenas e médias potências para convencê-las de que coincidem seus interesses comuns. Por outro lado, à medida que a distribuição de recursos (especialmente econômicos) se torna mais equitativa, aumentam os custos do *hegemon* em manter a estabilidade e o cumprimento das regras, e os regimes se debilitam. Inicia-se assim um período de transição e de instabilidade (KEOHANE, 1993, pp. 116-117).

[205] O Sistema capitalista mundial moderno baseia-se na competição intercapitalista e na existência de uma hierarquia de poder, sob comando de um líder, em cada ciclo hegemônico da história. O *hegemon* atua como desestabilizador do SM; o conceito de hegemonia não se trata de uma "gerência funcional" ou de uma "escolha democrática", trata-se, ao contrário, de uma posição em disputa e conquista transitória – na qual vence o Estado mais poderoso. (FIORI, 2004, p. 53).

Na verdade o que se esconde por trás de algumas relações bilaterais pragmáticas e soberanas são os fios da rede hegemônica que liga todo sistema-mundo. A lógica do bilateralismo "realmente existente" é um substrato do poder político, econômico e militar que tem origem no núcleo orgânico do capitalismo. Mas precisamente nas "entranhas" políticas da potência hegemônica, a saber: os Estados Unidos. No caso que este trabalho discute existe uma forte e resistente dependência das economias dinâmicas da Ásia ao mercado americano,[206]. Para Medeiros (2001) todo trabalho do Departamento de Comércio dos Estados Unidos em reduzir com cada país o seu déficit comercial, e, sobretudo a partir da crise financeira de 1997, visou a mais perfeita garantia dos interesses norte-americanos na região.

Pode-se dizer que existe um problema coletivo, deve-se falar de uma falácia da composição[207], para toda economia asiática. Neste ponto é que surgem os problemas vitais de demanda efetiva ou de realização da economia sul-coreana, pois como em um trapezóide[208] no primeiro vértice se tem o Japão, no segundo a Coréia do Sul, no terceiro, a China e no quarto a ASEAN. No centro de forças, formado pela intersecção das diagonais, situa-se os Estados Unidos. Como argumenta Medeiros com o mercado americano crescentemente disputado por economias competitivas, o final dos anos 1990 começou por testemunhar o início de um processo de saturação, para muitas indústrias asiáticas, de seus mercados externos. Se para cada país em particular o declínio do crescimento das exportações decorreu da maior ou menor valorização das suas taxas de câmbio, para o conjunto, algumas transformações na direção do comércio foram fundamentais. Com efeito, ao longo dos anos 1990, o declínio do mercado americano para os

---

[206] Mesmo em relação ao Japão, convém observar que a "extensão desta dependência pode ser apreciada por uma simples questão: qual é o segundo mercado de exportação do Japão? Todos que acompanham os eventos econômicos contemporâneos sabem que os Estados Unidos são o maior mercado de exportação do Japão; geralmente os Estados Unidos tomam 30-35% das exportações japonesas desde o pós-guerra. Em contraste, o segundo mercado do Japão, mais freqüentemente a Coréia do Sul mas às vezes a Alemanha, raramente absorve mais do que 5% das exportações japonesas. Em resumo, o mercado americano tem sido cinco e meia ou seis vezes maior do que o segundo mercado de exportações. Adicionalmente, o Japão foi vitalmente dependente dos Estados Unidos no suprimento de alimentos e petróleo. Assim, o Japão obteve o status de superestrela econômica mundial principalmente em termos do seu PIB, estoque de capital e renda per capita; mas foi um poder econômico muito menor em termos de um diversificado mercado de vendas" (PEMPEL, 1999, p.177 apud MEDEIROS, 2001, p. 38).

[207] A falácia da composição é uma falácia que ocorre sempre que se admite que aquilo que é verdade para uma parte do sistema, então também é verdade para todo o conjunto, sendo muito frequente no raciocínio econômico.

[208] O trapezóide é um quadrilátero irregular formado por quatro lados não paralelos, quatro vértices, quatro ângulos e duas diagonais em cuja intersecção forma-se o centro de gravidade. Fonte: http://wiki.sj.ifsc.edu.br/wiki/images/9/94/Elementos_de_Geometria.pdf

quatro tigres se deu em parte pela expansão dos países do Sudoeste da Ásia e, sobretudo da China, cuja abertura estratégica permitiu absorver e expandir enormemente sua capacidade exportadora. (Medeiros, 1999).

Segundo Krueger (1999), enquanto o México teve um aumento de suas exportações para os Estados Unidos,[209] verificou-se uma equivalente redução da participação dos quatro tigres asiáticos nas importações. Este efeito deslocamento não deve ser minimizado, por se tratar de uma estratégia dos Estados Unidos de redimensionar a divisão internacional do trabalho. Assim, na década de noventa, os tigres asiáticos tiveram sua participação nas importações americanas de equipamentos eletrônicos de som reduzida pela metade, enquanto, simetricamente, os mexicanos, ou seja, a indústria maquiladora mexicana[210] na fronteira dos Estados Unidos tiveram um aumento de 100%.

A questão analítica central é de que com a profunda flexibilização financeira e com a excessiva concorrência vinda de países como o México e a China, os problemas da economia sul-coreana foram potencializados. Fato é que a liberalização combinada com a desregulação

[209] O aumento das relações entre os vizinhos do Norte já vinha se acentuando desde o início, é evidente a importância que tem, para o México, o mercado da América do Norte. Em 1990, 65,2% do comércio exterior mexicano foi realizado com os Estados Unidos e 2,1% com o Canadá. Nesse mesmo ano, o montante das importações provenientes dos Estados Unidos alcançou US$ 16.597,8 milhões, enquanto US$ 16.037,1 milhões foram obtidos como receita das exportações para esse País. FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR. México, Banco Nacional de Comércio Exterior, v.42, n.1, 1992. Disponível em: http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/649/894

210 As maquiladoras surgiram em meados dos anos sessenta do século passado, coincidindo com um acordo entre o Caribe e os Estados Unidos. Entre outros pontos do acordo, para que os países envolvidos conseguissem benefícios comerciais na indústria têxtil, eles deveriam concordar em importar 75% das matérias-primas utilizadas dos próprios EUA. No caso mexicano as maquiladoras deveriam criar empregos nas zonas fronteiriças pobres, funcionando como "cordão sanitário" contra distúrbios de fronteira e mesmo invasão ao território norte-americano. Também neste caso, a criação das firmas maquiladoras se fez através de um acordo entre os governos do México e dos Estados Unidos, onde as empresas mexicanas deveriam importar componentes industriais dos EUA e, depois, exportar o produto manufaturado para os Estados Unidos. Com o Decreto para a Fomentação e Operação da Indústria Maquiladora de Exportação de 1998 ficou definido que as operações da dita indústria envolveriam todo processo industrial ou de serviço destinado à transformação, elaboração ou reparação de produtos de procedência estrangeira importadas temporariamente para sua exportação posterior. O processo de produção das maquiladoras se resume, basicamente, a montagem de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, como televisores, computadores, sistema de som. Houve uma rápida disseminação destas indústrias no México nos últimos vinte anos, principalmente depois da implantação do NAFTA. Há hoje entre 3000 e 4000 maquiladoras no México responsáveis pela quase totalidade das exportações mexicanas com destino ao mercado norte-americano. Este tipo de empresa age ao arrepio de qualquer lei, sejam ambientais ou de respeito ao trabalho. Não se trata apenas da lógica da produção capitalista (por si mesma muito perversa), porém no afã de realização de "atração de investimentos externos" o governo mexicano (e outros governos) abrem totalmente as fronteiras e permitem o desrespeito sistemático a todo aparato jurídico de proteção nacional. O termo correspondente em inglês é Sweatshops que significa exploração desumana e desmedida com excesso de trabalho e pagamento mínimo ou, em alguns casos, trabalho escravo com fornecimento de ração de subsistência. Fonte: BENDESKY & et ali, 2003

financeira representou para a economia da Coréia do Sul uma transformação radical quanto ao padrão de crescimento e aos processos de coordenação das políticas econômicas que sustentaram o *developmental state*. Foi através do controle estatal dos fluxos de capitais e de crédito que se exerceu na economia da Coréia do Sul uma exitosa política industrial e de exportações para o mercado americano.

> Fato é que para a periferia asiática, ao contrário da latino-americana, os mercados externos são os componentes principais da demanda agregada, e a sua evolução constitui um fator determinante para o crescimento dos componentes domésticos da renda. Ao longo do período de alto crescimento, os Estados Unidos constituíram-se como principal mercado e, na medida em que o comércio regional desenvolveu-se intensamente, os Estados Unidos afirmaram-se como consumidor de última instância, compensando com o seu déficit comercial com a maioria das economias o elevado déficit que estas possuíam com o Japão. A elevada dependência dessas economias ao mercado americano e ao dólar conferiu às pressões mercantilistas americanas, em termos bilaterais, extraordinário poder. Nos anos mais recentes, a possibilidade de crescer a partir do mercado americano tornou-se cada vez mais difícil para o conjunto das economias asiáticas. (MEDEIROS, 2001: 45).

Segundo Medeiros (2001: 41) a crise asiática do final da década de noventa adquiriu um caráter estrutural na medida em que o crescimento dos passivos externos obrigou os países com maior estoque de capital externo um aumento na taxa de crescimento das exportações. É fato que os países asiáticos, a Coréia do Sul inclusive, saíram rapidamente da crise puxados por suas exportações; no entanto, esses limites adquiriram maior visibilidade no momento seguinte com a acentuada queda das importações americanas de produtos eletrônicos.

É evidente do que foi discutido acima que se trata da disputa intercapitalista por mercados. Uma autora que ajuda a pensar o problema é Luxemburgo (1995)[211] ao caracterizar a reprodução social do capital como processo de acumulação de capital dependente não apenas do

[211] O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontram ligadas às formas de produção pré-capitalistas – que constituem o meio histórico de acumulação do capital –, daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades (LUXEMBURGO, 1985, pp. 250-251).

consumo dos operários e dos capitalistas, mas pelo fato de que nenhuma sociedade capitalista concreta funcionou exclusivamente na relação simples de produção-consumo interno. Ou seja, a sempre uma parte do produto social que os capitalistas não conseguem realizar "internamente". No próprio interior das economias capitalistas nacionais existem mercados externos à reprodução do capital. Evidente que uma parte dos mercados externos localiza-se, geograficamente, no exterior de cada formação social específica. Contudo, Luxemburgo argumenta que há um processo de avanço do capitalismo no sentido da tomada de toda a superfície terrestre. Esse avanço se dá pela busca de suprimento dos mercados capitalistas, com a conquista da demanda necessária, das matérias-primas e da força de trabalho não correntemente produzidas no interior desses mesmos mercados.[212] Esse processo, por sua vez, resulta no avanço da destruição de formações sociais não capitalistas ou atrasadas em novos territórios[213]. Desse modo, fica mais simples entender como o processo traumático de transição do século XIX para o século XX, "não representou uma superação da intensa competição intercapitalista que marcara a Grande Depressão de 1873-96, porém uma mudança de seu *locus* primário da esfera das relações interempresariais para a das relações interestatais" (Arrighi, 1996: 277).

2.3. A recuperação com manutenção parcial do Modelo do Estado desenvolvimentista

Fato importante é de que a reação positiva da economia foi imediata, tendo crescido em 10,7% em 1999 e de 9% em 2000. Duas medidas de política econômica se destacam no processo

[212] Baseando-nos unicamente no livro sobre *Acumulação do Capital*, podemos dizer que Rosa Luxemburgo apresenta da seguinte maneira o problema do imperialismo. O processo de acumulação capitalista requer, desde o princípio, a existência de mercados externos onde deve ser realizada uma parte da mais-valia. Assim, desde suas origens, o capitalismo luta pela conquista de novos mercados e pela preservação dos existentes. Daí por que a fase histórica conceituada por Marx como sendo de "acumulação primitiva" é, para Rosa Luxemburgo, apenas o retrato, delimitado num determinado período de tempo, do processo normal de acumulação. Do mesmo modo, a fase imperialista não é uma decorrência da luta capitalista por novos mercados numa época específica em que o capitalismo, atingindo sua maturidade, começa a encontrar problemas para realizar internamente a sua mais-valia porque essa luta vem desde as origens do capitalismo, é comum a todas as fases do processo de acumulação (MIGLIOLI, 2004, pp. 209-210).

[213] É neste sentido que seria teoricamente um avanço deixar de lado este conceito opaco e polissêmico que é a globalização e voltar a discutir as transformações recentes sob o prisma do conceito de imperialismo, sem receio de acusações de anacronismo. Parece ser o momento de se combinar as análises clássicas do marxismo, principalmente o aporte de Rosa Luxemburgo, com as contribuições da Economia Política dos Sistemas-Mundo, desde Braudel até Arrighi.

de recuperação, a saber, a desvalorização do câmbio e o aumento no volume das exportações[214]. Contudo, não se podem olvidar duas outras ações do governo, que foram o aumento no volume dos gastos e o incentivo ao crédito pessoal para consumo. Segundo Guimarães (2009) o governo sul-coreano fez mais, pois em 1998, aplicou do orçamento 1,4 trilhões de *won* em obras públicas, o que promoveu 400 mil empregos, no ano fiscal seguinte (1999), os gastos foram de 2,3 trilhões de *won*, gerando 380 mil postos de trabalho.[215] Os dados acima parecem indicar, claramente, que o Estado sul-coreano não perdeu totalmente suas prerrogativas de agente principal. Significa dizer que a cultura e as instituições (formais ou informais) desenvolvidas durante décadas permanecem "vivas" e que a maioria dos agentes sociais sabe que sem o *Developmental States* é impossível manter as conquistas econômicas, sociais e de inserção internacional.

A resposta sul-coreana no pós-crise foi a retomada das exportações, com os problemas já discutidos. Segundo Medeiros (2001) o *boom* exportador asiático pós-crise teve como base fundamental, o acentuado crescimento das importações americanas de 12% em 1999 e 19% em 2000. Considerando a economia mundial, segundo dados da JETRO, as importações totais cresceram 4,5%, mas as importações de Tecnologia de Informação cresceram 10,4%, em sua maioria concentradas nos Estados Unidos, e foram em grande parte supridas pela economia asiática. Segundo dados do Ministério do Trabalho dos Estados Unidos (JETRO, 2001b), se em 1993 o preço de um PC e um dispositivo de memória (chip) era igual a 100, em 2000 o valor era equivalente a 15 e 38 respectivamente. A queda dos preços internacionais e a desvalorização das taxas de câmbio dos países fornecedores (países asiáticos afetados pela crise de 1997) introduzem no comércio de Tecnologia de Informação problemas clássicos associados a países grandes fornecedores de *commodities.* (Medeiros, 2001, pp. 42-43).

O grande sucesso da reação sul-coreana deveu-se à criação da *Financial Supervisory Commission* (FSC), uma agência criada com suficiente autonomia e poder para efetivar as mudanças. Para se ter uma pálida idéia da força do novo órgão, em junho de 1998, a

[214] O que contribuiu para reverter um *déficit* na balança comercial de US$ 8,2 bilhões em 1997 para um *superávit* de US$ 40 bilhões em 1998 (CHUNG, 2004 apud Guimarães, 2009, p. 256).

[215] Pode-se dizer com convicção que, neste caso, o governo fez a "tarefa de casa". Agiu com base nos únicos princípios que um Estado capitalista possui para alavancar a economia. Foi keyneso-kaleckiano. Obedeceu aos fundamentos da demanda efetiva. Se a renda nacional é o resultado do Consumo das famílias (C), dos Investimentos privados (I), dos Gastos do Governo (G) e do saldo positivo das Exportações (ΔX), na formulação matemática: $Y = C + I + G + \Delta X$. Se o Investimento privado (I) não reage ou tem baixo coeficiente de reação, resta estimular as outras variáveis.

FSC vetou o acesso ao crédito a 55 empresas, incluindo 20 subsidiárias dos cinco maiores grupos. Ao mesmo tempo, disponibilizava amplas linhas de crédito para facilitar a reestruturação. (Haggard, 2000, p. 155).

A direção e o sucesso das reformas foram também favorecidos pelos atributos do presidente eleito em 1997. Kim Dae Jung, um político que teve muitos problemas no período autoritário, por crer que as ligações privilegiadas entre os *Chaebols* e o governo eram um subproduto do autoritarismo. O Presidente Kim era considerado totalmente sem ligação com as dificuldades anteriores, o que favoreceu sua capacidade de realizar as reformas.

Segundo Haggard (2000) o presidente Kim Dae Jung por ter permanecido na oposição durante muito tempo construiu alianças políticas com os trabalhadores e outros grupos sociais populares e procurou utilizá-los para respaldar apoio político em favor das reformas. Kim fez concessões aos trabalhadores, incluindo-os na mesa do *National Agreement,* a criação do seguro desemprego e melhorias no sistema de seguridade social. Numa prova de que populismo[216] não é um fenômeno restrito à América Latina.

De acordo com Haggard (2000), Kim Jung explorou a impopularidade dos *Chaebols*, considerados responsáveis pela crise. Criou no espaço político do *"National Agreement"*, a prática de reuniões com os líderes dos maiores aglomerados econômicos e negociou[217] um processo de reestruturação daqueles grupos econômicos. Apesar da resistência dos líderes empresariais, foram introduzidas mudanças importantes como: (a) redução na diversificação dos *Chaebols;* (b) eliminação ou redução nas práticas de subsídios cruzados; (c) concentração dos *Chaebols* nos setores em que tinham maior especialidade.

Segundo Haggard (2000: 140-145), também ficou sob a competência da *Financial Supervisory Commission* as decisões sobre quais os bancos eram economicamente viáveis e quais o governo deveria deixar mergulhar na falência.[218] Além disso, a *Financial Supervisory*

[216] O populismo deve ser caracterizado, não por um programa político determinado, mas por um *ethos* de exercício do poder, através de uma combinação de plebeísmo, autoritarismo e dominação carismática, no sentido estabelecido por Weber. Sua característica básica é o contato direto entre as massas e o líder, sem a intermediação ou com intermediação apenas formal de partidos políticos. O vínculo populista tem natureza muito mais emocional do que racional

[217] Seria mais adequado afirmar que o presidente usou o peso e a resistência dos principais *Chaebols* contra eles mesmos, numa espécie de "empuxo político".

[218] A *Financial Supervisory Commission* não propôs nenhum PROER para a Coréia do Sul, ou seja, a proposta era concentrar o capital naquelas instituições mais fortes. As fracas deveriam ser deixadas ao "darwinismo

Commission impôs padrões internacionais de regulação sobre o sistema financeiro, incluindo critérios de adequação de capital e de classificação dos empréstimos e a exigência de maior diversificação das aplicações.

Segundo Weiss (2003) a ação da *Financial Supervisory Commission*, na estratégia de reestruturar os *Chaebols* e de prepará-los para a competição internacional, pautou-se por três princípios que são característicos da atuação do *Developmental State*: (a) a força da denominada agência-piloto; (b) a relação institucionalizada entre burocracia e empresários; (c) a definição de metas para reformar a economia. Os burocratas tiveram importante papel, indicando os setores em que os *Chaebols* deveriam atuar e pressionando por fusões com o objetivo de ampliar as vantagens de escala e reduzir o risco de acumulação de excesso de capacidade. A *Financial Supervisory Commission*, à semelhança do *Economic Planning Board*, utilizou sempre uma combinação de incentivos e sanções para atingir seus objetivos. Os Conglomerados econômicos que se recusaram a adotar as mudanças tiveram o acesso ao crédito negado e foram submetidos a um controle mais estrito sobre o pagamento de impostos e outras imposições legais.

É preciso insistir de que a crise de 1997 na Coréia do Sul foi o resultado de uma profecia auto-realizável. O capital financeiro decidiu realizar um ataque especulativo contra as economias asiáticas e assim se fez. É evidente que seu momento de eclosão e sua potência desestabilizadora situa-se quando ocorre o rápido processo de liberalização financeira. Ao tentar desvendá-la, os críticos do modelo desenvolvimentista apontam corretamente o papel das fragilidades internas, principalmente as lacunas do aparato de regulação e a pouca transparência contábil e organizacional das empresas. Contudo, se equivocam totalmente ao olvidar o papel da desregulamentação financeira, assim como o potencial de instabilidade sistêmica da economia de mercado. Estes analistas estão sempre supondo a idéia da atuação do Estado como inerentemente danosa e predestinada ao insucesso.

Segundo Amsden (1989) o sucesso sul-coreano não pode ser explicado apenas pelas inúmeras oportunidades de investimento e pelas possibilidades de *catch up*[219] presentes nas

---

político" do mercado para serem "fagocitadas" pelas mais fortes ou ter morte natural. Para um Estado que pratica o *Crony capitalism*, permite *rent seeking* e *moral hazard*, esta é uma forma interessante de "deixar o mercado fazer a faxina".

[219] A teoria do catch-up expressa a possibilidade de economias mais pobres crescerem num ritmo maior do que as economias mais ricas. Este efeito só se revela com o uso de tecnologia e *know-how*. Outra denominação para o efeito catch-up é de teoria da convergência.

primeiras fases de industrialização, também, não pode ser explicado pelas de altas taxas de poupança e de investimento operando em uma economia de baixa produtividade. Tanto os grupos empresariais, quanto o Estado sul-coreano tiveram papel fundamental nas altas taxas de acumulação de capital (Formação Bruta de Capital Fixo), no corretamente planejado processo de incorporação tecnológica, inclusive através de engenharia reversa[220] e na conquista de mercados externos em setores de ponta.

Existem evidências de que a economia sul-coreana enfrenta grandes desafios, diretamente relacionados à nova configuração da economia asiática. Entre 1998 e 2005, o Leste Asiático cresceu 5,8% ao ano, havendo grande crescimento do comércio intraregional. Ou seja, a idéia da Ásia como uma unidade econômica inseparável, presente nas análises de Amsden (1989 e 1992) e Arrighi (1996 e 2008) ficam confirmadas. Assim, na década de oitenta alguns *Chaebols* investiram pesadamente na China, que hoje é também o principal destino das exportações coreanas. No entanto, a economia sul-coreana aparentemente encontra-se cercada entre o Japão tecnologicamente avançado e a China de baixos custos.

Segundo Chang (2006) durante a crise ocorreu acentuada queda do investimento, pois o mesmo cai de níveis de 37% do PIB entre 1993 a 1996, para 27% do PIB no período 1999 a 2002. O período 1999 a 2001, quando comparado com o período anterior à crise, foi também marcado pelo menor crescimento das vendas e pela redução da taxa de lucro. Por outro lado, as reformas afetaram negativamente os *Chaebols,* reduzindo a capacidade de investimento daqueles conglomerados.

É extremamente simplista postular que a crise que se abateu sobre a economia asiática em geral e sobre a sul-coreana, em particular teve por causas possíveis as ineficiências do modelo sul-coreano, por mais que alguns elementos do dito modelo possam ter importância para a compreensão da crise, parece suficientemente demonstrado que os graves impasses vividos pela Coréia do Sul em 1997-1998, estão fortemente correlacionados com a forma e a tensão de um processo de desregulação financeira conduzido de maneira precipitada e equivocada e submetido aos desígnios de organismos ditos multilaterais, mas defensores do *hegemon* internacional. Outro

[220] A engenharia reversa consiste em pegar um produto já acabado e examiná-lo "por dentro", desmontando peça por peça, para descobrir como foi feito. A idéia é reproduzi-lo da melhor maneira possível, mesmo sem ter acesso às instruções e instrumentos do fabricante original. A engenharia reversa é a principal atividade dos departamentos de desenvolvimento de produtos de todas grandes empresas.

problema que não pode ser desprezado foi a movimentação dos grandes conglomerados sul-coreanos (os *Chaebols*), insaciáveis no apetite por valorização rápida de seus capitais. Segundo Guimarães (2009) foi a inoportunidade ou os defeitos de aplicação da forte abertura financeira que levaram a um vigoroso e resistente endividamento financeiro de curto prazo, aumentando em muito as dificuldades do debilitado sistema financeiro. O endividamento, por sua vez, favoreceu uma explosão ("*boom*") de investimento interno que, provocando excesso de capacidade, acelerou a queda de lucratividade da economia.

Diferente do que prega o paradigma neoliberal, não há evidências de que o problema central estivesse no próprio caráter do *Developmental States*, dado que o mesmo estaria associado a procedimentos de *rent seeking* e corrupção. Os agentes públicos na Coréia do Sul são burocratas formados a partir de uma combinação de confucionismo com racionalidade procedimental. São adeptos da burocracia weberiana. Assim são eficientes na execução das normas de Estado. As empresas sul-coreanas eram fiscalizadas e submetidas a monitoramento econômico e contábil. As que não eram capazes e se mostravam recalcitrantes no cumprimento das metas ou que não alcançavam os índices estabelecidos de eficiência eram penalizadas. O que não significa que não houvesse (ou que não haja) corrupção e práticas de favorecimento. O curioso seria a inexistência destas práticas.

Falar de *Crony Capitalism* na Coréia do Sul, como faz Kang (2002), é analiticamente inconsistente. Há uma redundância ou um erro lógico (tautologia) nesta conceituação. Todo e qualquer capitalismo depende de relações espúrias com o Estado. Argumentando de outra forma: o *Crony capitalism* é o resultado esperado de qualquer capitalismo concreto. É a consequência normal da colusão e do conluio dos responsáveis (entes estatais e entes empresariais) pelo "bom" e correto funcionamento do sistema.[221] Chomsky (2008) tem toda razão quando ironiza, argumentando que nada é mais supérfluo para caracterizar o capitalismo que o termo adicional *Crony*.[222] Como falar em "acordo entre amigos" em um sistema onde as empresas ganham muito

[221] Por "bom" e correto funcionamento do sistema capitalista deve-se entender sempre a produção de lucros e a acumulação de capital de forma que o processo D – M .... M' – D'. Onde D' > D, caso contrário o capitalista estaria apenas trocando dinheiro. Esta teoria se afasta de teses que consideram a propriedade e os lucros como "roubos". Não há "roubos", mesmo que haja muito roubo.

[222] Os altos e bem remunerados funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), em particular Michel Camdessus e Stanley Fischer rapidamente tentaram explicar que a culpa pela crise foi das próprias economias. "As economias atingidas tem apenas a si mesmas para culpar". Havia capitalismo de compadrio, ocorria falta de transparência, os procedimentos contábeis não eram os requeridos pelos padrões internacionais. O fato de que as economias atingidas foram, antes da crise, elogiadas pelo FMI e pelo Banco Mundial como modelo de sucesso não

dinheiro e o dinheiro (poder econômico) leva ao poder político, de modo que os empresários podem utilizar os dois poderes para influenciar os agentes públicos. Hahnel (2008)[223] considera que a intensificação do uso do conceito é uma tentativa ideológica de transformar os problemas fundamentais do capitalismo em irregularidades de causação externa e perfeitamente sanáveis. Aliás, este é o argumento preferido e repetido *ad nauseum* pelos adeptos da doutrina liberal. Assim, o "capitalismo de compadres" seria uma negação do verdadeiro capitalismo e, portanto, incompatível com a natureza do *laissez-faire*. O caráter de uma economia, dado por suas relações de produção e pelo domínio de uma classe social (os capitalistas) é escamoteado e fala-se em "socialismo de compadres". Desse modo, os altos e persistentes níveis de conexão entre as empresas e as entidades públicas são considerados características socialistas. Por este raciocínio tortuoso e manipulador, os Estados Unidos, o Japão, a Coréia do Sul e Brasil, entre tantos outros, seriam Estados socialistas.[224]

Defender o suposto de que a crise dos anos noventa na Coréia do Sul foi resultado da irresponsabilidade operacional das empresas, ou é um equívoco grosseiro ou é "falsa consciência". As firmas sul-coreanas, os *Chaebols* sempre se caracterizaram por um alto nível de eficiência e capacidade de competição, se assim não fosse não teriam dominado mercados em todo mundo, basta citar três delas: Samsung, Hyundai e LG. Segundo Guimarães (2011: 266) citando Chang, Park & Yoo (1998) a carteira das empresas sul-coreanas estavam concentradas em investimentos produtivos e não em aplicações especulativas, portanto não faz sentido falar em *moral hazard*. Por outro lado, pode-se tratar de "falsa consciência" na medida em que alguns estudiosos "se negam" a compreender as leis de funcionamento do capitalismo, ou seja, mesmo

---

vem ao caso agora. Na verdade a história daqueles países não confirma o novo diagnóstico. As economias asiáticas não estão mais "saturadas" de *Crony Capitalis*m do que dezenas de outros casos históricos. Fonte: CHOMSKY in Walker, 2008, p. 9.

[223] Fala-se em "capitalismo de compadres". E o que é o capitalismo deveria ser? Sim, é capitalismo de compadrio. Isso é o capitalismo. Você faz as coisas para seus amigos e eles fazem as coisas para você. As pessoas podem ler sobre isso em Adam Smith. Se as pessoas lerem em vez de apenas adorá-lo, elas podem aprender muito sobre como as economias capitalistas funcionam. Assim, por exemplo, ele está preocupado principalmente com a Inglaterra, e ressaltou que, na Inglaterra, e eu estou praticamente citando: os comerciantes e os fabricantes são os principais arquitetos da política do governo e certificam sempre se seus próprios interesses estão bem cuidados. Fonte: HAHNEL, 2008, p. 3

[224] Engendra-se uma falsa dicotomia entre os bons capitalistas que competem no mercado apenas com o seu preço verdadeiro (preço determinado de forma impessoal no mercado) e os maus capitalistas que se apoiam nos favores do Estado.

com comportamento de aversão ao risco a crise é inevitável, principalmente quando provocada por fatores externos, como diplomacia do dólar e pressões de organismos multilaterais.

Segundo Kim (1997) é a partir da década de noventa, que o Estado e o governo sul-coreano se voltam firmemente para três áreas prioritárias, a saber: (a) promoção e estímulos para a pesquisa nas chamadas ciências básicas; (b) garantias da distribuição eficiente e eficaz dos recursos de P&D; (c) expansão das estratégias e da logística na cooperação internacional.

Em 2003 o governo da Coréia do Sul seguindo a estratégia de crescimento da competitividade tecnológica do país, definiu ao nível do planejamento estatal a Ciência e Tecnologia como a principal prioridade da agenda da política econômica. Novamente definida a Ciência e Tecnologia como prioridade máxima, em 2004, o governo encaminhou um plano de reestruturação do Sistema Nacional de Inovação. O referido plano enfatizava a transformação de um modelo simples de "janela de oportunidades" para um modelo centrado na *Permanent Activation Creative*, no aumento da rede de relacionamento entre os *players* do mercado e na produção com desempenho e paradigmas orientados para demanda[225] (*demand-oriented economy*). No final de 2004, os investimentos de P&D da Coréia alcançaram US$ 19 bilhões, o que significa 2,85% de seu PIB. A Coréia do Sul também investe ativamente no desenvolvimento da tecnologia para o bem-estar social com o intuito de melhorar a qualidade de vida e das tecnologias que levem à criação de novas indústrias.

De acordo com Bier & Lizárraga (2010) na busca de uma economia fundamentada no conhecimento foram necessários investimentos de longo prazo em educação[226] em todos os níveis, isto é, educação básica, educação técnica, educação superior e pós-graduação, assim como salários e recompensas para os trabalhadores técnicos da educação. Também, é fundamental a

[225] Na realidade toda economia é orientada pela demanda, ou como se diz no contexto da demanda efetiva keyneso-kaleckiano: a demanda gera sua própria oferta. Acontece que esta é uma conceituação macroeconômica, ou seja, em vários contextos microeconômicos, a oferta pode gerar a demanda, caso contrário não haveria inovação. Entretanto a inovação é, também, um movimento que vai da demanda para a oferta, se assim não fosse toda invenção seria inovação. Quando se fala em *demand-oriented economy* trata-se das possibilidades dos agentes econômicos definirem as mercadorias desejadas, mas também da demanda de consumo produtivo.

[226] Há um provérbio sul-coreano que diz textualmente: "nem sequer pise na sombra de um professor." Pode parecer exagero, contudo, o respeito ao professor é uma questão cultural. Os salários dos professores que lecionam nas primeiras séries do ensino fundamental (o primário) são os mais elevados do mundo, equiparáveis aos salários de médicos e engenheiros. Os salários nas séries iniciais chegam a 10.500,00 reais, entretanto, vale o registro de que aqueles professores geralmente possuem mestrado. Fonte: Saraiva, 2004. Disponível em: http://www.crarj.org.br/site/espaco_opiniao/arquivos/Artigo%20181%20O%20exemplo%20da%20Coreia%20do%20Sul%2004%20Nov.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2011.

dinamização de todos os processos estimuladores da competência inovadora. A Coréia do Sul seguiu este caminho nos últimos anos, através dos seguintes elementos integradores:

> (a) um incentivo econômico e regime institucional que proporcionam boas políticas econômicas, as quais promovem alocação eficiente de recursos e incentivam, de forma eficiente, a criação, disseminação e o uso do conhecimento existente; (b) força de trabalho educada e capacitada que continuamente se aperfeiçoa e adapta suas habilidades para eficientemente criar e utilizar conhecimento; (c) um sistema eficiente de empresas, centros de pesquisas, universidades, consultorias e outras organizações compromissadas com a revolução do conhecimento que acompanhe o crescimento do conhecimento global, assimile e adapte o novo conhecimento às necessidades locais; (d) uma infraestrutura moderna e adequada que facilite a comunicação efetiva, a disseminação e o processamento de informação e conhecimento. (BIER & LIZÁRRAGA, 2010: 94).

O fato é que a interação mútua entre estes elementos integradores agregou valor às cadeias de mercadorias produzidas pelas empresas sul-coreanas. Por outro lado, o processo de inovação seguiu todas as etapas disponíveis, ou seja:

(a) inovação doméstica: fomento à inovação original própria, à inovação integrada (novos usos para tecnologias existentes) e à re-inovação (absorção e aperfeiçoamento de tecnologias importadas), no sentido de melhorar a capacidade de inovação nacional;

(b) saltos tecnológicos *("leapfrogging")* em áreas prioritárias: selecionar e concentrar esforços em áreas-chave, de força e vantagem relativa, vinculadas à economia nacional e à subsistência da população, bem como à segurança nacional;

(c) promoção do desenvolvimento: viabilizar tecnologias-chave que são urgentemente necessárias para o desenvolvimento econômico e social sustentável e coordenado;

(d) liderar o futuro: utilizar pesquisas básicas e tecnologias de ponta para criar novas demandas e novas indústrias, as quais irão impulsionar o futuro crescimento econômico e desenvolvimento social.

Segundo a UNESCO (2010) após a Segunda Guerra, a taxa de alfabetização na Coréia era estimada em 22%; passa para algo em torno de 93% nos anos oitenta; atualmente, segundo dados

das Nações Unidas, esta taxa encontra-se em torno de 99% da população masculina e 97 % entre a feminina.

De acordo com a UNESCO (2010) no nível do ensino fundamental, que vai até os 11 anos de idade, e é obrigatório, registra-se uma taxa de matrícula e assistência próxima a 100%. A média da razão estudante/professor no ensino fundamental era nos anos sessenta de 58,8. Esta média caiu para aproximadamente 35 estudantes/ professor em 2003. Em 2010 estava em torno de 25 estudantes/professor. No ensino médio (estudantes de 12 a 14 anos) a relação estudante/professor em 2004 foi de 19:1, enquanto que em 1975 esta mesma relação era de 43:1. Vale registrar que a taxa de alunos do ensino médio que alcançaram o nível de ensino avançado (estudantes de 15 a 17 anos) foi de 99,7% em 2004. Na educação superior (estudantes de 18 a 22 anos) havia em 2005, 419 instituições de nível universitário com um total de 3,55 milhões de alunos e 66.862 professores.

A Tabela 49 mostra que a Coréia do Sul em 1981 tem um quantitativo modesto de artigos científicos publicados em periódicos internacionais, ou seja, 230 publicações, enquanto em 2002 o volume aumenta para 15.643, logo, uma taxa de variação de 6.701,30%.

Tabela 49
Brasil versus Coréia do Sul
Número de artigos científicos
Publicados em periódicos internacionais
1981-2002

País	**1981**	**2002**	**Variação % 2002/1981**
Coréia do Sul	230	15.643	6701,30
Brasil	1887	11285	498,04

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia – Brasil (2003).

É preciso destacar que algumas tendências históricas do desenvolvimento econômico sul-coreano foram acentuadas no período mais recente. Por exemplo, ocorreu um enorme esforço na qualificação de alguns produtos. A indústria evolui de produtos de baixo valor adicionado e baixa complexidade para produtos de mais alta complexidade e maior valor. As diretrizes dos órgãos governamentais foram precisas e a fiscalização rigorosa no sentido de que as empresas estrangeiras só podiam participar do mercado sul-coreano transferindo *know-how* para as empresas nacionais.

Tabela 50
Pauta de Exportação segundo
Intensidade tecnológica (PIBT)
Brasil versus Coréia do Sul
1985-1999

PIB em US$ milhões correntes								
	Recebimentos				**Remessas**			
	1985	**1990**	**1997**	**1999**	**1985**	**1990**	**1997**	**1999**
Coréia	11,3	21,8	112,4	140,9	295,5	1087,0	1947,0	2386,5
Brasil	62,8	132,0	872,4	1248,0	168,6	208,0	1523,0	1987,0

Fonte: Cassiolato & Elias (2003).

A tabela 50 mostra o esforço de qualificação dos produtos e a agregação de valor com alta densidade tecnológica. Desse modo, quando se mensura o Produto Interno Bruto Tecnológico (PIBT) da Coréia do Sul se tem a seguinte evolução: em 1985 recebia 11,3 milhões de dólares e remetia 140,9 milhões de dólares; em 1999 os recebimentos eram de 112,4 milhões de dólares enquanto as remessas somavam 2.386,5 milhões de dólares, acusando taxas de variação de 895% para os recebimentos, e de 1594% para as remessas.

3. O período recente

3.1. Questões preliminares

A crise de 1997 foi sem dúvida devastadora provocando uma queda no PIB de 1998 de 6,9%. Contudo, em 1999 a economia sul-coreana já crescia a uma taxa de 9,6%, de modo que no período de 1999 a 2002, registra-se um crescimento médio anual de 7,3%. (Banco Mundial). A realidade é que os mecanismos econômicos, políticos, sociais e culturais que caracterizaram a Coréia do Sul desde os anos cinquenta, incluindo a "grande estratégia" de colocar o Estado a serviço do desenvolvimento capitalista, foram colocados em xeque, corroídas, mas não aniquiladas, como pareceu ser a intenção do núcleo orgânico.

Mais uma vez, a situação da Coréia do Sul desautoriza análises simplistas que só consegue enxergar aquela economia como uma plataforma de exportações. A bem da verdade é

preciso que se diga que aquele país sempre combinou elementos de modelos de industrialização aparentemente excludentes:

> Houve importantes mudanças sociais, políticas e de classe dentro da Coréia do Sul que tanto motivaram quanto sustentaram o novo enfoque dado à política macroeconômica, especialmente a combinação singular entre Industrialização por Substituição de Importações (ISI) e Industrialização Orientada pelas Exportações (EOI) que proporcionou à Coréia do Sul taxas fascinantes de crescimento industrial e prosperidade econômica. (DAVIS, 2004: 74).

Outro aspecto importante da crise financeira da Ásia, no final dos noventa, é que ela provocou forte abalo nos níveis de confiança daqueles países em relação tanto a estabilidade de suas economias quanto ao comportamento esperado do capitalismo do núcleo orgânico. Ou seja, os governos e demais agentes dos países asiáticos mais afetados pela crise ressentiram-se pela falta de apoio das grandes economias industrializadas do capitalismo ocidental naquele período, o que fez os governos pensarem em um regionalismo no Leste Asiático como solução para o fortalecimento das suas economias. Daí a busca de uma área preferencial de comércio para uma área de livre comércio.[227]

Segundo Lloyd (2002) a Coréia do Sul iniciou negociações com vista a um acordo comercial com o Chile em 1998, com objetivo de constituir uma área preferencial de comércio, cujos principais objetivos são: a completa liberalização comercial entre os dois países e a tarifação zero para todos os produtos depois de decorridos 16 anos de aprovação, assinatura e ratificação do acordo. Em 2003, os governos de ambos os países assinaram o acordo, após complexas e difíceis negociações na liberalização de importações de produtos agrícolas,

[227] Numa área de livre comércio, as tarifas e as restrições quantitativas entre os países participantes são eliminadas, mas, entretanto, cada país mantém ainda suas próprias tarifas contra os não membros. O estabelecimento de uma união tarifária envolve, além da supressão da discriminação no movimento de produtos dentro da união, a equalização das tarifas comerciais com os países não membros, ou seja, uma tarifa externa comum. Uma forma maior de integração econômica é o mercado comum, onde não somente são abolidas as restrições de comércio, mas também as restrições quanto ao movimento de fatores, tais como de mão de obra e de capital. Já uma união econômica combina a supressão das restrições do mercado comum com políticas coordenadas em relação aos fatores de produção, com o intuito de remover a discriminação que era devida a diferenças nessas políticas. A integração econômica total pressupõe as unificações monetárias, fiscais, sociais e de políticas dos países membros e requer o estabelecimento de um poder supranacional em que as decisões são realizadas para os estados membros (BALASSA, 1962, pp. 2-3).

entretanto, até o início de 2004 o referido acordo não havia sido ratificado pela Assembléia Nacional da Coréia motivado por uma coesa e resistente oposição dos agricultores coreanos.

Uma verdade fundamental é que o processo recente de mundialização do capitalismo provocou alterações no comércio internacional, que foram decorrentes de uma nova estrutura produtiva alimentada por transformações nos pacotes tecnológico responsáveis pela diminuição dos custos médios e incrementos de economia de escala e escopo. Essas mudanças tecnológicas têm significado os países exportadores com padrão tecnologia-intensiva, em maiores ganhos comerciais com efeitos sobre o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, a demanda internacional se alterou em favor de produtos que incorporam força de trabalho qualificada e tecnologia de ponta em detrimento dos produtos básicos que apresentam grandes densidades de recursos naturais e potencial limitado de demanda internacional. Os setores de alta densidade tecnológica são bastante elásticos à renda e obtêm preços elevados, o que contribuiu para o aumento da receita de exportação. As principais mudanças estruturais das importações mundiais acusam uma diminuição da demanda por recursos naturais com a introdução dos sintéticos na produção e aumento da volatilidade de preços externos das commodities. No caso das matérias-primas agrícolas e indústrias, a demanda cresce a um ritmo menor por vários motivos: mudanças nos países consumidores a uma estrutura econômica baseada na produção de serviços que requerem menos matérias-primas, a fabricação de sucedâneos sintéticos e a descida geral da quantidade dessas matérias primas utilizadas na produção industrial.

Pode-se dizer que o dinamismo de uma economia, particularmente de sua indústria, passou a depender das estratégias de orientações de política econômica e de inserção internacional resultantes daquelas políticas. Dito de outra forma, os resultados bem sucedidos das novas economias industrializadas passam a ser visto também como sucesso de um conjunto de medidas adotadas visando melhores arranjos no mercado externo. Uma indústria internacionalmente dinâmica, ou seja, eficiente em termos de custos de economias de escopo e escala deixou de ser uma necessidade para se tornar uma imposição. Cada modelo de estratégias e desenvolvimento encarou este quadro através de propostas que foram influenciadas por condições naturais de dotação de recursos, posturas de política econômicas, condições estruturais, entre outras. O excepcional desempenho exportador de algumas economias em desenvolvimento, que vem aumentando suas participações em mercado com demanda dinâmica, obriga a rever

como as estratégias e orientações contribuíram de modos específicos para a inserção internacional dessas economias, e mais, de que modo à especialização produtiva, o papel da política industrial e comercial pode promover níveis de produtividade aceitáveis nos ramos mais dinâmicos do mercado mundial.

Segundo a Organização Mundial do Comércio (2009) durante toda a primeira década do século atual a Coréia do Sul se manteve líder em diversos setores econômicos, destaque para a liderança exercida na construção naval com uma demanda internacional sempre crescente. Aquele país abriga sete das dez maiores empresas do setor. A partir de 2004/2005 os sul-coreanos se beneficiaram fortemente do aumento do comércio mundial, dos preços do petróleo e das novas exigências tecnológicas para embarcações. Ainda, segundo a OMC (2009) as exportações sul-coreanas de embarcações cresceram 25% ao ano desde 2004 e as projeções é que esta taxa anual se mantenha pelo menos até 2015, pois a carteira de encomendas das empresas está permanentemente cheia. Em 2007 as receitas de exportações foram de 50 bilhões de dólares. Problemas de custos crescentes, escassez de matéria prima e de força de trabalho estão sendo resolvidos através do comércio, principalmente com a China e o Brasil. Novos contingentes de mão-de-obra qualificada estão sendo formados.

Por outro lado, a cadeia produtiva da indústria naval é *demand-inducing* de muitas matérias-primas e serviços diversos de alto valor agregado e cria muitos postos de trabalho bem-remunerados. Ademais, induz a criação de maior giro de demanda derivada em outros setores da economia. Por essas razões, a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP incluiu a construção naval dentre as prioridades da rubrica "programas para fortalecer a competitividade".

A indústria naval sul-coreana surgiu em meados dos anos oitenta, aproximadamente são somente 25 anos e nesse breve período o país tornou-se o maior produtor mundial do setor em termos de número de embarcações construídas e em tonelagem, a despeito do alto custo de sua força de trabalho. Isso não seria possível em grande medida graças a uma avançada tecnologia de construção naval e à alta produtividade e eficiência de seus estaleiros. O maior estaleiro do mundo encontra-se na cidade de Ulsan e é operado pela Hyundai Heavy Industries.

Segundo o Annual Report 2007-2008 da Community of European Shipyards Associations (CESA), em 2007, 2.700 embarcações foram produzidas. Neste mesmo ano, 34,6 milhões de toneladas, o equivalente a 77% das entregas, foram produzidas por estaleiros do Leste Asiático, em sua maioria na Coreia do Sul. Segundo este relatório, as encomendas para o setor

quadruplicaram entre os anos 2000 e 2007, crescimento devido ao aumento da capacidade produtiva dos países asiáticos, comandada pela excelência sul-coreana nesse setor.

Apenas nos países do núcleo orgânico do sistema-mundo a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) é equiparável aquela da Coréia do Sul. Os sul-coreanos aplicam as TICs em todas as etapas do processo produtivo e de maneira bastante intensiva, incluindo alguns setores rurais. Os acessos[228] a internet e a telefonia celular estão entre as mais altas do mundo, segundo algumas fontes[229] perdem apenas para o Japão, para outras fontes é o líder mundial.[230]

A liderança da Coreia do Sul em redes de comunicação sem fio e acesso à internet banda larga promoveu uma vigorosa demanda derivada por vários modelos de software, especialmente por tipos com tecnologias avançadas e inovadoras. Apesar da grave crise econômica que atinge todo o mundo, as expectativas são de que o mercado de software mantenha um crescimento anual de 4% a 5%, devido à contínua demanda do mercado por serviços de Tecnologia da Informação.[231]

Mesmo com todos os avanços tecnológicos, o setor de software sul-coreano ainda se encontra um pouco atrás dos congêneres norte-americano e japonês. O que não significa que não esteja ocorrendo esforços para superação dos dois grandes rivais, nem significa que não possa haver efetivamente uma ultrapassagem no médio prazo. O fato de que a indústria de Tecnologia da Informação ser mais recente na Coreia do Sul do que naqueles dois países explica o pequeno

---

[228] Acesso entenda-se no sentido de acessibilidade (principalmente a domiciliar) e não necessariamente de quantidade de uso.

[229] Top 30 países em acesso à banda larga. Disponível em: http://macmagazine.com.br/2007/09/01/top-30-paises-em-acesso-a-banda-larga/

[230] Coréia do Sul é país mais avançado em tecnologias de informação, diz ONU. Disponível em: http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=8210

[231] O foco nos aspectos de infraestrutura (insumos, acesso físico e interconectividade entre máquinas) tem sido complementado com ênfase crescente pelas dimensões de avaliação de impactos, com destaque para as inovações organizacionais e para a percepção da importância crescente de ativos intangíveis e imateriais (conteúdos, cultura de uso e "conectibilidade"). As metáforas utilizadas para descrever o processo mudam com rapidez. [...] Mais que à informação, é ao processo de produção de conhecimento e conteúdo que remetem cada vez mais as estruturas tecnológicas digitais e interativas. Ganham importância estratégica redes de comunicação e sistemas de informação que não podem ser tratados apenas no âmbito tecnológico *stricto sensu*, pois sua operação é indissociável de dimensões qualitativas. (Indicadores FAPESP, 2005)

atraso, mas a tendência é de que tal diferença seja superada em breve.[232] Além do mais, o custo da adaptação dos dispositivos pré-existentes parece ser menor no retardatário do que nos outros. A Engenharia computacional reversa completa a estratégia sul-coreana. As empresas do sistema de pesquisa e desenvolvimento de software sul-coreanas estão buscando ativamente desenvolver parcerias com líderes globais em todos os segmentos de TI.

A demanda geral do mercado por pacotes de software tem crescido em relação ao crescimento dos serviços de TI e serviços correlatos,[233] além de outros segmentos de telecomunicação sul-coreanos e deve crescer a uma taxa anual de 7% ao ano nos próximos cinco anos. O fato de o governo sul-coreano ter reforçado seus esforços em proteger direitos de propriedade intelectual, através da Lei de Proteção a Programas de Computador contribuíram para os resultados atuais e futuros.

3.2. A Coréia do Sul e a Questão regional asiática

Em 2002 os Ministros das Finanças do ASEAN + 3 em reunião anual[234] avaliaram que os acontecimentos de 11 de setembro nos Estados Unidos afetaram a demanda mundial e que para reduzir tal impacto era necessária uma política monetária acomodatícia combinada com política fiscal expansionista. Argumentaram que aquelas políticas estavam no mesmo sentido do inicio de

[232] Nesse contexto, destaca-se que a capacidade de identificar e aproveitar oportunidades de mercado é perpassada pela capacidade de colaborar, seja com o objetivo de obter recursos, seja com o objetivo de identificar ou obter mecanismos legais que permitam a acessibilidade a diferentes mercados ou formas de promoção da inovação proposta. Do ponto de vista da firma, quanto maior for sua apropriabilidade sobre os ganhos financeiros e tácitos provenientes de uma inovação, mais essa lhe será interessante. Dessa forma, quanto maior for o envolvimento da empresa com os atores envolvidos na cadeia de valor da inovação, potencialmente maiores serão suas possibilidades de apropriar-se dos resultados das inovações geradas pela cadeia. (VACCARO, 2011)

[233] A tendência econômica mais claramente associada ao desenvolvimento das TICs, mediadas por redes digitais, é a expansão do setor de serviços, que, no ano 2000, respondia por 70% do PIB agregado dos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O próprio setor manufatureiro, ao terceirizar processos, gera demanda por serviços, com impacto positivo sobre as empresas do setor de tecnologias de informação e comunicação. O investimento em conhecimento, somados os gastos com pesquisa e desenvolvimento, *software* (inclusive o componente de *software* em P&D) e em todos os níveis educacionais, chegou a 10% do PIB nos países da OCDE (OECD, 2002a). As TICs e as redes digitais que as tornam social e economicamente úteis são o espaço a partir do qual o investimento em conhecimento é direcionado para a produção de renda, emprego e valor. (Indicadores FAPESP, 2005)

[234] Declaração Ministerial Conjunta dos Ministros das Finanças do ASEAN + 3 (2002). Disponível em: http://www.aseansec.org/5473.htm

uma recuperação global puxada pela economia norte-americana. Cabe destacar que o PIB sul-coreano acusou um crescimento de 7,2% naquele ano.

Na reunião de 2003[235], os signatários concordaram que o crescimento do ano anterior foi maior do que aquele que era esperado, isto teve como causas a ativação da demanda interna, a articulação regional e o aumento das exportações fora do Bloco econômico asiático, ou seja, no contexto extra-regional. Segundo os Ministros daquele encontro, aquele crescimento deve se repetir em 2003, dado que ocorreu um desempenho robusto no primeiro trimestre. Para a Coréia do Sul as previsões não se confirmaram, pois a taxa caiu para 2,3%, a segunda taxa mais baixa do PIB na década.

Na mesma reunião (2003) houve um balanço positivo do sistema de financiamento regional, pois os acordos de Swaps bilaterais aumentaram de seis para doze, o volume de recursos mobilizados, também, cresceu de 17 bilhões de dólares para 31,5 bilhões de dólares. Neste encontro foi criado um Fundo de Cooperação para o Financiamento administrado pelo secretariado da ASEAN que visava facilitar o desenvolvimento regional. Também, foi acordada a intensificação de esforços para o desenvolvimento do mercado regional de títulos, utilizando-se melhor a poupança regional agregada e minimizando-se riscos. Estas medidas indicam um esforço sério e concentrado no sentido de dotar a região asiática de maior autonomia em relação aos órgãos, ditos multilaterais.

Depois de um crescimento muito baixo, ou seja, de 2,8% em 2003, a economia sul-coreana cresceu uma média de 4,6% no triênio de 2004-2006. Este crescimento do PIB da Coréia do Sul deveu-se, em grande medida, a recuperação ocorrida na economia norte-americana depois da crise de 2001, quando a conjuntura internacional sofria uma crise de oferta de capitais e o Federal Reserve resolveu promover uma "enchente" de liquidez, praticando uma política monetária extremamente expansionista com redução acentuada da taxa de juros, a maior desde o pós Segunda Guerra mundial.

Na conjuntura acima citada, caracterizada pela oferta abundante de recursos financeiros, ou seja, em uma economia de "dinheiro muito barato" ocorreu uma forte expansão imobiliária

[235] Declaração Ministerial Conjunta dos Ministros das Finanças do ASEAN + 3 (2003). Disponível em: http://www.aseansec.org/15032.htm

que levou à crise de 2007.[236] Outro fator importante, mais uma vez, foram os progressos na integração económica regional, particularmente quando se observa que o volume de comércio dentro da ASEAN + 3, cresceu 16%, ou seja, passou de 273,1 bilhões de dólares em 2004 para 315,0 bilhões de dólares em 2005.[237]

Segundo Feyzioglu (2006) o FMI estava prevendo que o melhor período da economia sul-coreana havia durado do início de 2005 até o início de 2006 e que havia chegado ao fim. Mas, o pouso seria suave com taxa de crescimento do PIB em declínio e uma estimativa de 5% em 2006 e 4,3% em 2007. Apesar das previsões, os resultados foram melhores, isto é, 5,2% em 2006 e 5,1% em 2007. Contudo, os riscos permaneceram altos, a situação da economia dos Estados Unidos em desaceleração poderia gerar importantes impactos negativos para a economia sul-coreana, dado que o alto coeficiente de exportações da Coréia do Sul poderia sofrer uma queda pela retração norte-americana. Os Estados Unidos é o maior mercado da Coréia do Sul perdendo apenas para a economia chinesa.

O principal problema da economia sul-coreana estava sendo a diminuição no volume da acumulação de capital, com o investimento como proporção do PIB apresentando queda de 2% desde 2000. Também ocorre uma redução da produtividade agregada, apesar do aumento da produtividade do setor industrial, ocorreram problemas de desempenho do setor de serviços.

Em 2007, mesmo com os prognósticos pessimistas do FMI e apesar dos primeiros sinais da crise iniciada nos Estados Unidos, a economia sul-coreana cresce em 5,1%. O aspecto mais grave da crise foi a contínua desvalorização do dólar que provocou rachadura em toda economia mundial, impactando principalmente as exportações dos países ditos “emergentes”. Trata-se de

[236] O ciclo de Kondratiev ou as ondas longas da curva de desenvolvimento capitalista, dura aproximadamente cinquenta anos. A trajetória da curva de Kondratiev e sua duração são determinadas não pelas contradições internas das forças capitalistas, mas pelas condições externas, por cujos canais o desenvolvimento capitalista flui. A aquisição pelo capitalismo de novos países e continentes e a descoberta de novos recursos naturais, em cujo esteio verificam-se os fatos maiores de ordem "superestrutural" tais como guerras e revoluções, determinam o caráter e a sucessão de épocas ascendentes, estagnadas e declinantes do desenvolvimento capitalista. Segundo a teoria marxista dos ciclos industriais, sua periodicidade é determinada pela vida útil do capital fixo, portanto um fator estritamente endógeno à esfera da produção. Na época de Marx essa periodicidade era de 10 anos, com prognóstico de encurtamento devido à abreviação gradativa da vida útil do capital fixo, tanto pela maior intensidade dos processos produtivos como pela obsolescência tecnológica precoce. Parece evidente a redução das ondas curtas do desenvolvimento capitalista. A periodicidade dos ciclos atuais está em torno de quatro a sete anos. As crises ocorrem em 1981, 1987, 1991, 1995, 2001 e 2007. Observe-se que na década de noventa ocorreram crises regionais importantes, como a Crise Mexicana em 1994 e a Crise asiática em 1997-98, que provocaram abalos não desprezíveis no conjunto do sistema-mundo. Fontes: TROTSKY (1923); MANDEL (1982).

[237] Declaração Ministerial Conjunta dos Ministros das Finanças do ASEAN + 3 (2006). Disponível em: http://www.aseansec.org/18711.htm

um efeito-riqueza negativo, ou seja, além da redução das vendas internacionais em si, o efeito taxa de câmbio reduz as receitas de exportações e consequentemente a renda interna e o consumo de importados. De todo modo, vale registrar o crescimento do comércio regional asiático que passa de 315 bilhões de dólares em 2005 para 354 bilhões de dólares em 2006, um aumento percentual de 12,4.[238]

Em 2008 e 2009 a economia sul-coreana tem baixo crescimento, de 2,3% e 0,3% respectivamente, resultante da crise que atingiu (e continua atingindo) toda economia mundial iniciada nos Estados Unidos com as políticas expansionistas de combate a crise de 2001, conhecida como crise "pontocom". A redução da taxa básica de juros chegou a 1% ao ano, o que promoveu o barateamento do crédito e um estímulo sem igual ao consumo privado. O setor imobiliário (um espécie de hiena do capital) começou a praticar uma Postura Ponzi. Em 2005 o "boom" do mercado imobiliário estava em franca expansão. Como sempre a riqueza imobiliária era fictícia, ou seja, não havia recursos reais para ratificar o movimento especulativo. Outro movimento praticado pelo keynesianismo militarista[239] dos Estados Unidos foi aumentar os gastos bélicos e se envolver em maior número de conflitos regionais. Mesmo neste cenário de crise a Coréia do Sul cresceu 6,2% em 2010.

Por outro lado, a ASEAN + 3 reafirmou[240] a necessidade de reforço na cooperação regional, haja vista as ameaças de surtos oriundos dos países desenvolvidos.[241] A idéia de uma

---

[238] Declaração Ministerial Conjunta dos Ministros das Finanças do ASEAN + 3 (2007). Disponível em: http://www.aseansec.org/20868.htm

239 A crise no pós Segunda Guerra Mundial teve como principal causa a desmobilização de milhões de trabalhadores (as) que haviam sido empregados, direta ou indiretamente, naquela carnificina, produzindo bens de consumo de guerra ou bens de consumo de paz (canhões ou manteiga). Os soldados também foram desempregados. Quando acaba uma guerra o nível de desocupação entra em uma exponencial explosiva. Foi para evitar uma nova Depressão que os EUA elaboraram o Plano Marshall (1948) e "inventaram" a guerra fria, além de entrarem na Guerra da Coréia, em 1949. Os recursos financeiros destinados à Europa Ocidental, através do Plano Marshall, foram por determinação dos Estados Unidos parcialmente utilizados pelos europeus na aquisição de bens norte-americanos (produtos industrializados, alimentos, e outros). Com isso, criou-se um novo mercado consumidor para os EUA, onde os seus produtos podiam ser comercializados livremente, o que ajudou a reconstruir a economia européia, mas também colaborou para a retomada do crescimento da economia norte-americana. A combinação da Guerra Fria e da Guerra da Coréia serviu de motivo para os EUA elevarem substancialmente seus gastos militares e mantê-los num patamar alto nas décadas seguintes, fato este que continua até os dias atuais. Os mesmos foram fundamentais para recuperar o investimento e a produção industrial do país, gerando milhões de novos empregos. Portanto, a economia norte-americana depende, para crescer, de grandes e crescentes gastos militares (públicos, portanto). E isso ajuda a explicar porque os EUA tem o maior orçamento militar do planeta, cerca de US$ 800 bilhões anuais. Fontes: KARNAL (2007); SELLERS (1990); ZINN (2001).

[240] Mensagem do Presidente do Encontro da ASEAN + 3 dos Ministros dos Negócios (2010). Disponível em: http://www.aseansec.org/24907.htm

comunidade asiática com centralidade na ASEAN foi aprovada como única forma de enfrentar abalos futuros:

> Sobre questões regionais e internacionais de interesse comum, os ministros observaram que apesar dos riscos descendentes para a recuperação global a partir de uma crise internacional financeira sem precedentes, as economias da Ásia Oriental estão entre os primeiros a se recuperar profundamente, e se tornaram um dos principais motores da economia global na recuperação econômica. Reiteraram o compromisso de acelerar e aprofundar as reformas económicas e estruturais, a promoção da demanda doméstica e do emprego, resistindo o protecionismo e promover o comércio e os investimentos para a recuperação e prosperidade no longo prazo da economia mundial. (ASEAN + 3, 2010: 2-3).

É importante observar a preocupação da Coréia do Sul e demais países da ASEAN de introduzir elementos de Supervisão Económica para evitar as crises, e, caso elas aconteçam mecanismos para melhor gerenciar crise instalada. Assim, são reforçados os estudos e esforços para instituir os fundamentos de cooperação regional visando o Chiang Mai Initiative (CMI)[242] e reduzindo as ligações com o FMI. Ficou claro que o sistema de segurança do FMI só efetivo depois que a crise se instala e o programa de monitoramento e negociado.

Há uma transparente visão de que o FMI não é suficiente para os países asiáticos, por quatro motivos: (a) os países da região são sub-representados; (b) a influência dos Estados Unidos e dos parceiros europeus é muito grande e desequilibradora; (c) as prescrições do fundo tem se mostrado muitas vezes equivocadas; (d) o organismos tem pouca especialização regional.

Segundo *The Manila Standard* (2000)[243] os países asiáticos devem emprestar dólares entre si para defender suas moedas durante os ataques especulativos ou outras turbulências

---

[241] Há uma inversão no perigo de contágio e uma nova consciência, pois a crise vem do andar superior. São os Estados semiperiféricos defendendo-se das políticas econômicas do núcleo orgânico.

[242] Chiang Mai é a maior e mais importante cidade do norte da Tailândia. O Chiang Mai Initiative (CMI) é um arranjo multilateral entre os membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) mais a República Popular da China, o Japão e a Coréia do Sul. É constituído por um fundo em reservas estrangeiras no valor de 120 bilhões de dólares, lançado em março de 2010.

[243] Manila Standard. Associated Press. *Asians will defend their Money*, 08 de maio de 2000, pp. 1-2

econômicas. Os empréstimos seriam pagos com moeda local a uma taxa fixa determinada. É provável que haja oposição dos Estados Unidos caso o nível de independência desta iniciativa viesse a substituir o sistema do FMI sediado em Washington. A Malásia que durante a crise recusou o monitoramento do Fundo foi que menos sofreu e primeiro saiu da crise de 1997.

Segundo *The Korea Times* (2009)[244] 13 países asiáticos assinaram um acordo de 120 bilhões dólares para melhor lidar com a volatilidade de curto prazo decorrente de choques externos. Na segunda-feira, os ministros das finanças e presidentes dos bancos centrais dos 10 Estados da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), mais Coréia do Sul, China e Japão anunciaram a assinatura do acordo de cooperação regional. O acordo prevê um programa de apoio financeiro multilateral, que está programado para funcionar a partir de março. É baseado na Iniciativa de Chiang Mai, em que a Coreia, China, Japão e cinco países da ASEAN acordaram em 2000 para apoiar uns aos outros com reserva liquidez em dólares em termos bilaterais em momentos de crise. Os oito países concordaram com a transação de 78 bilhões de dólares após a eclosão da crise financeira asiática 1997-98. A iniciativa foi um reflexo direto da turbulência asiática que obrigou vários países, incluindo a Coréia do Sul a pedir socorro ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde então, os países da Ásia sentiram a necessidade urgente de cooperação regional para amortecer choques financeiros externos.

O novo acordo multilateral destina-se a intensificar a colaboração, incluindo os outros cinco estados da ASEAN. Quando o acordo entrar em funcionamento como previsto, os seus signatários serão capazes de fortalecer suas capacidades de proteção contra o aumento dos riscos e desafios da globalização das crises. Cada país tem o direito de trocar a sua moeda local, com o dólar dos EUA por um valor até a sua contribuição multiplicada pelo seu respectivo multiplicador de compra. A China e o Japão contribuíram com 38,4 bilhões de dólares cada um para o acordo uma cota igual a de 32% (cada) do valor total. As cotas iguais e em um total de 64% gera um poder solidário e bipartido entre os países e sinaliza que as duas potências econômicas asiáticas devem abster-se de uma corrida pela hegemonia regional. A Coreia do Sul se comprometeu a fornecer US $ 19,2 bilhões, representando 16% do total. Os 20% restantes serão distribuídos entre os 10 membros da ASEAN.

[244] The Korea Times. *Cooperação Multilateral tem como Objetivo repelir Crise Regional*. 29 de dezembro de 2009

Fica evidente como o poder regional está sendo estruturado, também fica claro que a Coreia do Sul deve desempenhar um papel de relevo no bom funcionamento da aliança monetária. A nação deve atuar como um mediador entre a China e o Japão, bem como entre os poderes regionais e os Estados da ASEAN.[245] A Coreia do Sul é responsável por 8% do PIB dos 13 países asiáticos. Suas reservas cambiais representam 6,4 por cento do total dos signatários. Ao contribuir com 16% das contribuições, o Estado sul-coreano habilita-se a exercer uma considerável influência regional. As nações participantes ainda têm um longo caminho a percorrer para realizar o sonho de um Fundo Monetário Asiático semelhante ao FMI. Por enquanto, eles devem fazer o seu melhor para ajudar a afastar a especulação monetária, os problemas de liquidez e a turbulência financeira na região.

3.3. A crise global de 2008 e a Coréia do Sul

Como se insiste neste trabalho a periodicidade das crises capitalistas está sendo encurtada, principalmente pela depreciação (real ou tecnológica) da parte fixa do capital constante. Assim, em 2007 a recessão voltou vigorosamente. Nos três anos seguintes, a economia da Coréia do Sul não enfrentou nenhum ano de taxa negativa, o menor valor registrado foi em 2009 (0,3%). A economia da Coréia do Sul está passando por um período de recuperação após a queda ocorrida a partir do final de 2007 e, em especial, no início de 2009, em razão da crise financeira internacional. A retomada do crescimento, ainda apresenta oscilação instáveis nas taxas de crescimento trimestral do PIB. Desde o primeiro trimestre de 2005, o país vinha apresentando elevação em seu produto interno bruto, com variações em função da conjuntura econômica internacional, em particular com o nervosismo da economia norte-americana. Essa dinâmica persistiu até o quarto trimestre de 2007, quando os efeitos adversos que atingiam as principais economias desenvolvidas se fizeram sentir no país asiático. A economia coreana caiu no primeiro trimestre de 2008, sofrendo nova queda no primeiro trimestre de 2009. A recuperação teve início no segundo trimestre do mesmo ano e, ao final deste, foi suplantado o pico atingido em 2007.

245 Desse modo a Coréia do Sul teria papel fundamental no Balance of Power Policy na região. O Balanço de Poder é uma configuração que tenta evitar que qualquer Estado tenha demasiados poderes no contexto do sistema da política internacional. Ou seja, no caso o objetivo é evitar o poder monopólico (Japão ou China), o Poder duopólico (Japão mais China) e assegurar um poder Oligopólico (Japão, China e Coréia do Sul) que, assim, controlam 80% dos recursos do fundo, enquanto os outros dez países controlam apenas 20%.

Se em 1997 a crise sul-coreana foi apenas parte da crise asiática e teve como causas principais as políticas hegemônicas dos Estados Unidos, aproximadamente uma década depois a crise foi resultado da crise global deste sistema. Pode-se dizer que a Coréia do Sul caiu em 2008 em uma crise que é muito mais do andar superior (núcleo orgânico) do que dos andares inferiores (periferia e semiperiferia)[246]. Novamente a queda da sua moeda relativamente ao dólar foi mais de 30% em 2008. Estas turbulências são resultados de alguns problemas internos, também, mas é consequência principalmente de uma abertura financeira que lhe deu maior fragilidade nos últimos 15 anos.

No plano político institucional, depois da crise de 1997, a Coréia do Sul teve dois presidentes que se pode considerar de centro-esquerda, a saber: Kim Dae-jung (1998-2003) e Roh Moo-hyun (2004-2008). Entretanto em 2007, foi eleito um novo presidente, Lee Myung-bak (2008), na verdade sempre atuou como grande executivo,[247] conservador e intervencionista. Ainda em 2008 a popularidade presidencial sofreu forte abalo. Muitas manifestações de massa e pluripartidárias obrigaram a demissão ou renúncia de vários ministros e acenos de mudanças políticas. Pode-se dizer que no centro das turbulências sul-coreanas estavam (e permanecem) a crise mundial, os contenciosos sobre o livre-comércio com os EUA e um aumento dos problemas sociais.

Em 2008 o governo sul-coreano anunciou um plano de estímulo fiscal constituído por cortes de tributos e redução dos gastos do governo, num total aproximado de 11 bilhões de

246 Enquanto a média de crescimento para a economia mundial no triênio 2008-2010 foi 2,5%. Os Estados Unidos registrou um crescimento de 0,1%; a Alemanha (-0,2%); França (-0,4%), o Japão (-1,2%); o Reino Unido (-1,2%); a América Latina (2,9%); a Coréia do Sul (2,9%); o Oriente Médio e o Norte da África (3,6%); a Índia (7,8%) e a China (9,7%). A Trombose já não ataca, apenas, as extremidades do sistema, mas órgãos internos, é possível que se mantendo os mesmos hábitos, o próprio coração seja lesionado.

247 O atual presidente da Coréia do Sul, Lee Myung-bak é Administrador de Empresas formado pela Universidade da Coréia (Korea University) uma instituição de referência. Em 1965, então com 24 anos ingressou nos quadros da Hyundai Construction, foi nomeado executivo do Conglomerado Hyundai em 1977. Em 1988 foi nomeado presidente da Hyundai para demitir-se e ingressar na política em 1992, quando se elegeu Deputado. Foi prefeito da cidade de Seul de 2002 a 2006, onde se caracterizou como excelente administrador. É membro do Grande Partido Nacional. Apesar de suas simpatias pró-mercado, Lee Myung-bak, propôs no começo de 2012 responsabilizar servidores públicos pelo controle dos aumentos de preços dos principais produtos da economia do país, numa tentativa de fazer do combate à inflação uma das prioridades do novo ano. Numa reunião do conselho de ministros, Lee Myung-bak defendeu a nomeação de responsáveis governamentais para seguir a produção de bens agrícolas e industriais e para monitorizar e controlar os preços destes bens. De acordo com a proposta presidencial, o Estado fixa um intervalo alvo para o preço de cada produto, em especial bens alimentares, e depois é obrigado a manter os preços dentro desse intervalo. Fontes: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lee_Myung-bak; http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=2218136&page=-1

dólares. O governo forneceu garantia de 100 bilhões de dólares aos empréstimos em moeda estrangeira e aumentou a liquidez com a colocação de 30 bilhões de dólares no sistema bancário. O Banco Central da Coréia do Sul cortou a taxa básica de juros por cinco vezes desde o agravamento da crise, agora para 3% ao ano. O comitê de política monetária também concedeu ao Banco Central a aprovação para a compra de bônus domésticos emitidos por bancos locais por meio de operações de *open market.* Além disso, o BOK ampliou os limites de empréstimos para os exportadores do país, especialmente os que tiveram grandes prejuízos com os contratos de derivativos cambiais sobre uma contínua desvalorização da moeda local frente ao dólar. O BOK emitiu nota oficial informando que devido à forte desvalorização da moeda local frente ao dólar e ao iene, permitirá uma carência de pelo menos dois anos para que algumas empresas paguem seus empréstimos em moeda estrangeira. As medidas surtiram efeitos positivos, mesmos que parciais. Isto pode ser reconhecido em uma investigação comparativa.[248]

Uma análise da economia mundial, desagregada segundo os critérios do FMI[249] e do Eurostat[250], mostra, em linhas bem gerais, os resultados seguintes para o triênio que vai de 2008 a 2010:

(a) a economia mundial cresceu 2,9% em 2008, -0,5% em 2009 e 5,0% em 2010;

(b) as economias avançadas[251] apresentaram as seguintes taxas, em 2008 (0,2%), em 2009 (-3,4%) e em 2010 (2,9). Os tigres asiáticos tiveram resultados melhores, ou seja, 1,8%; -0,8% e 8,4%. A Coréia do Sul ficou acima da média da região asiática com 2,3%; 0,3% e 6,2%;

(c) numa classificação ampla intitulada de "economias de mercados emergentes e em desenvolvimento", doravante por comodidade "Resto do Mundo", o PIB oscilou de 6,1% em 2008; 2,7% em 2009 e 7,3% em 2010. Destaque-se que a China cresceu respectivamente em 9,6%; 9,2% e 10,3%. A Índia teve o seguinte crescimento: 6,2%; 6,8% e 10,4%.

O que é preciso reter é que a economia sul-coreana teve desempenho acima da média mundial e das economias avançadas, perdendo no desempenho macroeconômico do produto real para a China e a Índia.

---

[248] Fonte: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc

[249] Fonte: http://www.imf.org/external/index.htm

[250] Fonte: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/

[251] Compõem este grupo os Estados Unidos, o Japão, a Alemanha, a França, a Itália e a Espanha (Zona do Euro), Reino Unido; e os Tigres da Ásia (Coréia do Sul, Hong-Kong, Taiwan e Singapura).

Com dados do Banco Mundial[252] os resultados ficam mais evidenciados. Desse modo, quando se compara a Taxa de Variação Anual do PIB da Coréia do Sul, dos Membros da OCDE e do Mundo, o resultado é o seguinte: a partir de 2006 todas as taxas caem, isto é, ocorre queda generalizada. Em 2009 a taxa da Coréia do Sul converge para a vizinhança de zero, enquanto as taxas da OCDE e do Mundo ficam negativadas, mas em 2010 a taxa da Coréia do Sul já é de 6,2%, enquanto as taxas dos membros da OCDE e do Mundo seguem negativas.

Algumas observações a respeito da taxa de crescimento anual percentual do Produto Interno Bruto se fazem necessárias. Antes da crise, a Coréia do Sul apresentava incremento acima da média mundial e acima dos membros da OCDE. Quando da crise, o comportamento da taxa acompanhou o observado nos demais integrantes desse grupo, porém o ritmo da queda foi menos intenso e o país não chegou a atingir um quadro recessivo.

No caso da taxa de crescimento do PIB *per capita* da Coréia do Sul em relação ao observado para seu PIB, existe uma pequena diferença. A renda *per capita* experimentou uma pequena retração de 0,1% na comparação de 2008-2009. Em outras palavras, a renda da população sul-coreana foi pouco afetada.

No que tange aos demais indicadores econômicos, os dados apontam para um quadro positivo para a Coréia do Sul. Existe um processo inflacionário que, todavia, não ameaça sair do controle da autoridade monetária do país, não havendo, portanto, a necessidade de uma forte reorientação da política monetária atual.

Necessário se faz abrir parênteses. Os principais organismos econômicos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização Mundial para o Comércio e o Fundo Monetário Internacional, principalmente este último no seu *Report* de 2005[253] mostravam que a economia mundial estava vivendo um momento excelente e apresentando resultados formidáveis, pois havia crescido 4% em 2003 e 5,1% em 2004. O FMI produziu estimativas para 2005 e projeção do crescimento do produto da economia mundial até 2010. De 2005 a 2010 a economia mundial cresceria em torno de 8,0%.[254] Tanto as estimativas como as projeções eram extremamente otimistas. O Fundo fazia apenas um reparo: uma leve desaceleração do produto mundial em 2005

[252] Fonte: http://data.worldbank.org/

[253] Fonte: http://www.imf.org/external/data.htm

[254] Os economistas do FMI parecem ter uma dificuldade "psicológica", porque não dizer "atávica" de compreender como realmente funciona o capitalismo realmente existente.

e em 2006, em certa medida como resultado do retorno a uma situação de crescimento mais normal,[255] e em outra medida por conta do aumento dos preços do petróleo. O otimismo do FMI se baseava na crença de que os formuladores de política econômica em todos os países praticariam políticas macroeconômicas "corretas", "normais"[256], ou seja, que obedeceriam ao receituário das organizações internacionais no que diz respeito aos fundamentos "sólidos" da economia.

Os níveis de desenvolvimento econômico, tamanho relativo do PIB, renda *per capita*, da Coréia do Sul são comparáveis com vários daqueles dos velhos países da Europa, muitos já foram superados em termos de desenvolvimento tecnológico e nível educacional. O nível de pobreza é muito baixo e é incomum a ocorrência de sem-teto e mendigos, segundo as autoridades sul-coreanas ou é muito mais baixa do que a que se verifica na atualidade nos países ricos da Europa ou nos Estados Unidos. O processo de urbanização é preocupante e a densidade populacional muito alta nos grandes centros, mas não existem habitações precárias como favelas e cortiços, muito comuns no Brasil e em algumas áreas deterioradas dos Estados Unidos.

O modelo educacional sul-coreano é de excelência reconhecida. O sistema de ensino superior é capaz de produzir um elevado número de profissionais de altíssimo nível e cientistas de reputação internacional. Segundo os dados da *World Intellectual Property Organization*, a Coréia chegou em 2007 ao quarto lugar mundial no registro de novas patentes[257], à uma distância grande, mas não superável da posição dos Estados Unidos, do Japão e da Alemanha, ultrapassando entretanto a França e a Grã-Bretanha. É possível que parte significativa das inovações seja resultado de "criação adaptativa" através de engenharia reversa, mas parte,

[255] A taxa natural de desemprego é o nível decorrente do sistema walrasiano de equações gerais do equilíbrio, desde que tenha as características estruturais reais de mercado de mão-de-obra e mercadorias, incluindo as imperfeições do mercado, variabilidade estocástica da demanda e da oferta, custo de coleta de informações sobre vagas e disponibilidades de mão-de-obra, custos da mobilidade, e assim por diante. (FRIEDMAN, 1968, p. 425)

[256] Sabe-se que para os teóricos da economia neoclássica, o desemprego natural é a taxa para a qual uma economia caminha no longo prazo, sendo compatível com o estado de equilíbrio de pleno emprego e com a ausência de inflação. Nessa situação, há um número de trabalhadores sem emprego, mas a oferta e a demanda por emprego estão em equilíbrio. Uma situação de produto normal supõe a noção de produto natural, ou seja, exige o reconhecimento da Lei de Okun, onde existe uma relação inversa entre a taxa de desemprego e a taxa de crescimento do PIB, de modo que o hiato do produto é proporcional à diferença entre a taxa observada de desemprego (TOD) e a taxa natural de desemprego (TND). Quando TOD = TND, então não há hiato do produto e o produto potencial é igual ao produto efetivo. Saber o percentual da população ativa que deve se manter desempregada para garantir a manutenção da estabilidade é uma das ocupações mais importantes de alguns economistas. Para os Estados Unidos a taxa natural de desemprego estaria em trono de 6,0% e para o Brasil em torno de 8,0%.

[257] Fonte: http://www.wipo.int/patentscope/en/

também significativa são de inovações verdadeiras, quanto à engenharia reversa o Japão foi um pioneiro. Na história da tecnologia o "melhoramento de espécies" remonta[258] aos grandes impérios da antiguidade. Do que foi dito acima fica evidente que não é casual o elevado nível de competitividade internacional daquele país.

Se se despreza o papel hegemônico dos Estados Unidos[259] e suas permanentes pressões sobre a região asiática, incluindo a Coréia do Sul, fica a imagem, muito difundida, de que o problema principal da economia e sociedade sul-coreana é de que aquele país é "uma sardinha nadando entre duas baleias". A baleia japonesa, líder asiático, com alto desenvolvimento tecnológico e modelo inicial para os demais e a baleia chinesa, a "nova fábrica mundial" com problemas que só são encontrados nos bons textos sobre a Revolução Industrial inglesa, mas com rápido desenvolvimento tecnológico, grande território e uma massa demográfica imensa, pronta para a produção e para a guerra.

[258] Aqui se pede licença para cometer um pequeno anacronismo.

[259] Trata-se, tão somente de um modelo teórico de reflexão, um método de abstração, pois não se pode desprezar o papel dos Estados Unidos na economia-mundo.

Capítulo VI

Análise comparativa e resultados

1. Linhas gerais do desenvolvimento econômico brasileiro

Há consenso de que os anos trinta do século passado representam um impasse e uma ruptura na história do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Ocorreu, naquele momento uma crise de hegemonia do modelo primário-exportador e das elites paulistas. Pode-se considerar que os setores emergentes, isto é, a burguesia agrária não exportadora, frações das classes médias urbanas e a incipiente classe industrial, não estavam capacitadas para formar um novo bloco histórico e uma nova hegemonia. A essência do impasse era uma combinação da crise doméstica, cujo elemento predominante era a fragilização crescente do pacto da primeira República e a disputa por participação dos setores não exportadores no produto face à crise externa.

Apesar de sua fragilidade política e seu tamanho econômico, a nascente burguesia industrial tinha uma estratégia de conquista de hegemonia que se realiza pelas táticas de ocupação de espaços dentro de órgãos estatais e paraestatais. Os empresários industriais paulistas fizeram, enquanto classe dois movimentos estratégicos fundamentais, além do "entrismo" no Aparelho de Estado, ou seja, elaboraram um programa industrialista e construíram um discurso ideológico enquanto representação individual e "universal" ao mesmo tempo. O discurso centrava-se na identidade entre desenvolvimento e industrialização, entre interesses de classe e interesses nacionais. Este processo de representação simbólica é o principal instrumento do que se pode chamar de "revolução burguesa" no Brasil.

Esta "revolução burguesa" realizada em condições históricas determinadas e datada ficou conhecida na literatura especializada como a "revolução de 30". Esta, apesar de todas suas limitações, além de superar o pacto oligárquico da República Velha, trouxe consigo um processo de "modernização conservadora" que mesmo limitado, não deve ser minimizado. Fato é que o discurso da vocação agrícola do Brasil havia sido derrotado, o que não significa que os conflitos entre os setores da burguesia agrário-exportadora e a burguesia urbano-industrial fossem agudos

e irreconciliáveis, ao contrário, o setor rural soube buscar uma acomodação razoável e já vinha aceitando integrar-se e transformar seu capital-dinheiro em capital-industrial.

Não resta dúvida de que o Estado teve uma atuação importante naquele processo. Um papel fundamental do Estado brasileiro foi de estimulador da industrialização, através da criação do Departamento de bens de produção (o chamado Departamento I). Qualquer capitalismo particular e concreto só alcança um patamar de autonomia e capacidade de reprodução ampliada se dispuser daquele Departamento. No contexto da economia brasileira, como discutido neste trabalho, se fez necessário sua criação em condições bastante adversas, dadas as linhas de força da conjuntura internacional. Significa dizer que foi preciso injetar volumes crescentes de recursos para o fortalecimento da produção de bens de produção.

Outra adversidade não desprezível foi de garantir o nível de renda da economia cafeeira, pois era aquela que funcionava como provedora de divisas. A principal função econômica do Estado foi de proteger o setor cafeeiro sem os exageros antiíndustrializantes da Republica Velha. A necessidade de recursos financeiros em moeda internacional via as exportações para comprar importações de máquinas e equipamentos representou uma limitação muito séria a expansão industrial. Esta dependência ao setor primário-exportador e suas diversas formas de manifestação criou os conceitos de "Industrialização Restringida" e de "Modelo de Substituição de Importações".

Um dos maiores entraves encetados pelo modelo de substituição de importações nas condições brasileiras era a recolocação, pela própria divisão internacional do trabalho, dos mesmos problemas, ou seja, a cada onda de substituição se criava novas necessidades e recursos para novas compras. Havia a crença de que o modelo daria certo, como instrumento de superação do subdesenvolvimento, na medida em que realizava uma combinação de industrialização substitutiva de importações com intervenção estatal controlada. Na verdade, a história mostrou não o rompimento com a estratificação do sistema-mundo, mas apenas mudanças na inserção. Na linguagem cepalina, a dualidade mudava de patamar dando origem a tese do "subdesenvolvimento industrializado". De fato, a ação do Estado permaneceu insuficiente para romper o círculo vicioso da subordinação. A falta de políticas para o enfrentamento da questão agrária, da questão educacional, da excessiva concentração de renda, dos pacotes de investimento desconcentrados, da seleção estatal de empresas, do desenvolvimento tecnológico garantiu a manutenção da subordinação numa nova posição que se deve denominar de semiperiférica.

O papel do varguismo nesta discussão é fundamental. Sabe-se que em 1937, o presidente Getúlio Vargas usou o surrado espectro do comunismo e de outras forças políticas que estariam colocando em risco as promessas revolucionárias de 1930, para instaurar a ditadura do Estado Novo. A Ordem e o Progresso deveriam situar-se acima dos interesses mesquinhos das diferentes classes sociais, deixando a impressão de que Otto Leopold Edvard Von Bismarck havia renascido no Brasil, depois de quarenta anos de sua morte na Alemanha. A comparação não é tão simplista, nem anacrônica como parece. No inicio de 1938 havia fortes indícios de que o Estado Novo estava se definindo por um tipo de nacionalismo radical que prometia, inclusive, a nacionalização de setores essenciais e de indústrias básicas. Naquela conjuntura internacional o governo brasileiro identificou uma acentuada redução na entrada de capitais externos em contrapartida a um forte incremento na formação de capital nacional. A política econômica mais acertada pareceu e era de deslocamento do capital doméstico para alavancar o desenvolvimento. O problema é que não havia tanto capital no capitalismo brasileiro. Na verdade, o chamado "reaparelhamento nacional" resultou muito menos da "poupança interna" e muito mais dos capitais do núcleo orgânico, basicamente, norte-americanos.

Dado o fascínio e grande poder retórico de Vargas é difícil afirmar com precisão se a decisão de "nacionalismo radical" era verdadeira ou fazia parte da política de barganha do Presidente. Contudo, não se deve esquecer que a configuração do sistema-mundo era de saída de uma Depressão mundial severa (1929-1937) e de entrada em uma guerra mundial de alta potência (1939-1945), e esta longa conjuntura não favorecia aos países periféricos e semiperiféricos grandes esperanças, principalmente quando localizados na zona geopolítica direta dos Estados Unidos. A proteção à indústria nacional e o estímulo às substituições de importações se tornaram mais um "imperativo de Estado" do que uma política econômica. Além disso, mesmo que houvesse intenção de um prussianismo à brasileira faltavam as condições objetivas e subjetivas da Alemanha de Bismarck. Naquele país o sucesso do processo modernizador contou com um conjunto amplo de medidas, incluindo elevados gastos com educação dos níveis mais elementares até o técnico e o universitário.

O êxito de uma saída bismarckiana, naquela conjuntura, só seria viável com um enorme esforço global e integrado de investimentos público e privado visando a uma industrialização pesada. Este esforço econômico que exigia uma grande vontade política e uma forte articulação entre o Estado e o empresariado, foi vetado politicamente pelas classes dominantes brasileiras,

partidárias de um liberalismo econômico antiestatal e internacionalizante. Graças a esse veto, na entrada dos anos 50, a base produtiva industrial permanecia fortemente dependente de importações intermediárias e de bens de capital estrangeiros, de maneira que, apesar do limitado dinamismo industrial precedente já se havia explicitado insuficiências da infraestrutura de transporte e energia que ameaçavam frear a expansão da economia brasileira.

Independente de ter havido a intenção de um nacionalismo radical em Vargas, fato é que seu governo avançou a industrialização e a ação do Estado. Promoveu a constituição de um aparelho institucional com instrumentos regulatórios e mecanismos intervencionistas que garantiram uma base de sustentação relativamente estável ao avanço da acumulação industrial, mesmo que restringida. O essencial é que aquele governo compreendeu as limitações da burguesia nacional e promoveu uma inflexão estratégica irreversível. O governo entendeu que a empresa nacional estava desaparelhada para enfrentar as necessidades impostas pelo salto industrializante e de que o sistema bancário privado não era capaz de caminhar além dos limites do crédito comercial, o que obrigava o Estado a assumir uma função financeira. Somando-se tudo, ficava evidente a inflexão estratégica por um desenvolvimentismo associado com o capital internacional, única forma encontrada de financiar uma industrialização tardia e periférica, que em nada se assemelhava ao modelo alemão. Um processo de industrialização que foi comandado pelo Departamento de bens de consumo duráveis, com alto grau de internacionalização produtiva e dependência tecnológica e com baixo grau de articulação financeira.

Por outro lado, o governo Vargas falha por completo em não utilizar o processo de seleção de empresas líderes em cada setor, em particular no setor de bens de capital, no sentido de uma eficiente centralização dos recursos disponíveis, buscando fomentar um processo de desenvolvimento ativo e independente. As alianças políticas amplas e o populismo visceral do governo levava ao imobilismo quanto a todas estas questões centrais. Desse modo, predominou o capitalismo estatal, que inclusive era mais adequado ao espírito centralizador do Presidente.

Assim, se não predominou um nacionalismo radical e eficiente na centralização de recursos e na eleição de empresas líderes que funcionassem como “locomotivas” do desenvolvimento capitalista; também não predominou os “sonhos liberais” de grande parte das nossas elites. Desse modo, deve-se admitir que o melhor que a História pode registrar foi a industrialização dependente dos capitais externos e limitados por eles. Uma industrialização restringida que se estende de 1933 até 1955, onde as bases materiais e financeiras da acumulação

não são suficientes para o setor de produção de bens de capitais, de maneira que a capacidade produtiva total crescesse acima e à frente da demanda, comandando assim o processo de industrialização nacional.

O Governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) e o Plano de Metas representaram uma mudança importante na economia e na política econômica no Brasil. A industrialização nacional continuou como meta maior do Estado, mesmo porque naquela quadra histórica, a consolidação da indústria era uma espécie de imperativo categórico para todos, com exceção de algumas minorias agrárias radicais ou românticas. A estratégia de industrialização se volta completamente para o Departamento III, ou seja, a produção de bens de consumo duráveis, tais como eletrodomésticos e automóveis. Não que o Departamento I estivesse construído, muito pelo contrário continuava deficiente e incapaz de puxar o desenvolvimento pesado, sustentável e independente. Em primeiro lugar, por causa das mesmas forças internas e externas do sistema-mundo que operou de 1930 até 1955; em segundo pela visão de governo do presidente JK e dos seus aliados tanto em relação aos resultados de curto prazo, quanto ao financiamento do processo de desenvolvimento.

Fato é que a internacionalização da economia brasileira largamente promovida pelo Plano de Metas, também, foi mais dependente do excedente de capital externo do que o verificado no período anterior. Uma forma argumentativa de se entender a diferença básica entre os dois períodos é que se o nacionalismo de 1930-1955 foi em grande parte um resultado inescapável da escassez de capital internacional; o nacionalismo de 1956-1961, também chamado de "Modelo Dependente Associado" se viabiliza em uma conjuntura de grande liquidez externa. Significa que ocorreu uma determinante interveniente externa em ambos os casos. Ou seja, não foi apenas o desejo e a vontade política do governo e das elites brasileiras que determinaram o crescimento, mas a permanente necessidade do Capital de se autovalorizar, no caso em consideração através da exportação para países "menos" capitalistas e sem "congestionamento" de capitais.

O Plano de Metas vai cumprir um papel importante no desenvolvimento nacional. Além de complementar a industrialização corrigindo os pontos de estrangulamentos existentes, introduz um significativo pacote de investimentos estatais, principalmente em infraestrutura que alavanca o setor privado da economia, tanto o nacional quanto o externo. Um fato de especial importância foi a habilidade política do Presidente Kubitschek em equacionar os conflitos e interesses

internos e de explorar as contradições intercapitalista externas, particularmente aquelas que dividiam o capital norte americano do capital alemão.

A maior qualidade do Plano de Metas foi uma utilização eficiente do planejamento econômico, ao qual se deve creditar a maior parte do seu sucesso. O Plano e seu governo foram exitosos, na medida em que se construiu uma base industrial forte, mesmo com as conhecidas deficiências do Departamento I, principalmente no contexto da semiperiferia, e permitiu um tipo de articulação inter-setorial complexa que garantiu a expansão acelerada, inclusive, em alguma medida, do setor de bens de capital de propriedade nacional, contudo o uso de projetos concebidos em economias mais desenvolvidos e com tecnologia avançada exigiam máquinas e equipamentos importados e cujo custo de aquisição requeria inversões que o frágil setor financeiro nacional não estava preparado para atender, provocando novos desequilíbrios externos e obstáculos ao próprio processo de acumulação.

Parece fundamental fazer o registro de que mesmo com todos os ganhos qualitativos e principalmente quantitativos o Plano de Metas não evitou as assincronias e desequilíbrios entre os setores. Em particular, o Departamento de bens de capital controlado pelo Estado não conseguiu acompanhar a velocidade de acumulação e concentração que se verificou no Departamento de bens de consumo duráveis. Significa que a política desenvolvimentista do Presidente Juscelino Kubitschek criou, ou aprofundou os desequilíbrios estruturais que tornaram muito difícil a construção de um desenvolvimento capitalista autônomo. O padrão de desenvolvimento ficou inconcluso mais uma vez.

Para encerrar este ciclo da sociedade e da economia brasileira é importante destacar as características básicas que nortearam o papel do Estado durante aproximadamente 30 anos, ou seja, 1930-1960. O Estado brasileiro exerceu importante papel no controle das relações entre o trabalho e o capital, em favor deste último. Não significa dizer que houve uma ação linear e constante nas três décadas, dado que o período varguista apesar do controle, principalmente dos Sindicatos, promoveu direitos trabalhistas e sociais que ainda são fundamentais. Fica evidente, também, e serve como contraprova aos discursos liberais, que o Estado brasileiro foi muito além de um mero agente jurídico, garantindo direitos de propriedade, pois ele atuou fortemente como grande investidor e controlador de empresas, dado a escala insuficiente do capital privado nacional. O Estado favoreceu a acumulação de capital fornecendo insumos baratos (energia elétrica, ferrovias, etc.); e bens-salários (alimentos principalmente) que desoneravam muito os

custos privados de produção. Entretanto, não é demais repetir que o Estado brasileiro foi incapaz de construir um padrão de desenvolvimento capitalista pleno e independente.

A democracia política, sempre louvada como valor universal, passou a representar um perigo para a elite brasileira e seus associados. Os militares assumem o poder direto em nome da burguesia. A política econômica posta em prática a partir de 1964 não visou alterar as bases sobre as quais se sustentava a economia brasileira, nem muito menos almejou uma alteração no padrão de acumulação. O que a burguesia pretendeu, apoiou e estimulou foi que os militares e seus tecnocratas fizessem adequadamente e sem as restrições do Estado de Direito, aquilo que o regime populista não mais podia fazer. Contudo para dar sequencia ao processo de acumulação era necessário superar a crise que se instalara em 1961. Era preciso facilitar o "derretimento" de capital para que a economia voltasse a crescer. Assim, de 1964 a 1967 o país viveu uma crise econômica que tinha características notáveis. Havia uma estabilidade política quase perfeita, isto é, algo além de uma paz eterna, algo parecido com uma paz de cemitério. O poder político e militar do governo permitiu tranquilidade na administração da longa recessão.

Os problemas de fundo dos governos militares eram os mesmos do regime populista, ou seja, obtenção de recursos para manter o ritmo de acumulação e o controle inflacionário. O principal mecanismo utilizado para alcançar crescimento alto com baixa inflação foi o de intensificar o nível de exploração sobre a classe trabalhadora conjugado com o aumento da concentração de capital e consequente aumento da eficiência econômica. Garantido o mecanismo real de acumulação de capital, através do aumento do grau de exploração, restava garantir os mecanismos financeiros que sustentassem o processo. Mais uma vez o endividamento é utilizado em larga escala. Durante toda a década de 60 até 1973, o mercado financeiro internacional permaneceu em um nível de alta liquidez. Os militares continuaram a herança do período JK, de subordinação ao capital internacional e de "simbiose parasitária" entre o capital financeiro internacional e os diversos segmentos da economia brasileira, entretanto os governos militares reforçaram estas tendências através da utilização de vários mecanismos, como a Resolução 63, o Decreto 55.762/65 e a Lei 4131.

O milagre econômico brasileiro (1968-1974) entra em crise que vai se transformar em uma crise do regime de acumulação e crise do sistema político. Alguns elementos explicam e complicam todo o processo. O grande volume de investimentos em capital fixo realizado nos anos cinquenta havia sido depreciado, em alguns casos de forma acelerada, alguns setores

deixaram de contar, inclusive, com um mínimo de capacidade ociosa planejada nos anos sessenta. Assim, necessário se fazia novas encomendas de investimentos na Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), mas não havia recursos. No conjunto, a economia apresentava variados problemas de sincronização entre setores de forma que a ligação das cadeias ficava comprometida. Havia um acentuado desgaste da sociedade com relação ao governo militar. Entre as classes trabalhadoras surgiam novos "sujeitos históricos" ao lado de uma grande massa de assalariados com elevados níveis de esgotamento e impossibilitada de sofrer maior compressão salarial com risco de cair abaixo do nível de subsistência. Aqueles trabalhadores do segmento mais dinâmico e de mais alta lucratividade sabiam que era possível forçar o conflito distributivo, no sentido de no mínimo recuperar as perdas passadas. Foi exatamente isto que eles fizeram dando início a um ciclo de mobilizações, incluindo greves de massas, que mudou para sempre o país.

Só se compreende o relevante papel desempenhado pelo regime autoritário brasileiro, quando se entende que no fundo, todas as políticas econômicas dos governos militares, incluindo a política salarial e a política de crédito, foram no sentido explícito de acelerar a acumulação do grande capital. Aquele foi fornecido as melhores condições de crédito, de financiamento e incentivos cambiais. A forte dominância oligopólica da economia brasileira permitiu que estas empresas comandassem todo o processo de crescimento econômico em um nível de concentração de ativos, riqueza e renda nunca dantes visto.

A ascensão ao poder do general Ernesto Geisel ocorreu na inflexão do ciclo que produziu o "milagre econômico brasileiro". Para compreender os problemas e as opções de Geisel é importante compreender três elementos constitutivos do ciclo de expansão (1968-1974). Ele encerra um período de crescimento acelerado, bastante assimétrico e de curta duração. No seu final a liquidez internacional aumenta rapidamente com o excesso de receitas do petróleo, o que permite uma nova recuperação de curto prazo com endividamento. A aparente solução de curto prazo, com forte endividamento, encobriu uma crise estrutural que se arrasta até hoje.

Em um campo restrito das possibilidades existentes, agravado por pressões sociais contra o autoritarismo militar, verifica-se que o maior dilema do Governo Geisel era em optar entre um ajuste recessivo que provocaria descontentamentos da população contra o regime militar, talvez, antecipando seu fim ou manter o crescimento acentuando o endividamento, incluindo o de longo prazo. Geisel optou pela segunda hipótese com um adendo que não se pode olvidar, a saber,

crescimento acelerado com endividamento, rumo ao que se convencionou chamar de “Brasil-Potência”.

O movimento estratégico mais audacioso e importante do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) era retomar a configuração do Plano de Metas, com uma dosagem maior de nacionalismo econômico. O objetivo central do Plano era de articular pacotes de investimentos estatais de forma a auxiliar o crescimento da indústria nacional de bens de capital. Dado que a burguesia não estava realizando o volume de investimento necessário, segundo a visão governamental, cabia ao Estado prover grandes investimentos em infraestrutura, incentivos e financiamento. Cabe o registro de que o II PND foi a mais ampla experiência de planejamento econômico no Brasil após o Plano de Metas. Depois deles nada mais em termos de planejamento foi tentado. Esta constatação histórica ajuda a compreender o passado recente e o presente.

Fato é que a economia brasileira já em 1975 encontrava-se em pleno crescimento resultante dos investimentos públicos construídos pelo II PND. O PIB, que no milagre cresceu na média anual de 11,0%, cresceu em quase 6,0% no período de marcha forçada, ou seja, 1974-1978. Em 1979 o crescimento foi de 7,2% e em 1980 bateu a casa dos 9,0%. O que se tenta mostrar é que o crescimento da economia brasileira era satisfatório. A crise foi fundamentalmente um fenômeno externo e de ajustamento do capitalismo mundial. Os países do núcleo orgânico do sistema-mundo, observando a queda na taxa de lucro, resolveram jogar o peso da crise sobre os países periféricos e semiperiféricos. Os mecanismos de transferência da crise foram aumentos na taxa de juros internacional e redução na taxa de intercâmbio.

A crise que se instala em 1979 representa o “último suspiro” do nacionalismo brasileiro. Contudo, foi em 1982, quando ocorre a exaustão do financiamento externo que o problema central da crise se desvela: o encilhamento financeiro geral que destruiu toda possibilidade de qualquer manutenção de crescimento continuado da economia e por efeito colateral destruiu o que se possuía de Estado desenvolvimentista nas particularidades da América Latina. Trata-se de uma crise dos anos oitenta, mas que teve sua origem na dualidade estratégica do II PND, dividido entre uma proposta desenvolvimentista e uma gestão estabilizadora; entre um projeto de Potência e seu financiamento externo; entre uma posição estatista, mesmo que autoritária e a uma forte submissão aos pactos e compromissos corporativos e regionais que privatizaram e limitaram a própria possibilidade de modernização e eficácia do Estado.

O Governo do Presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985) teve por objetivo central a conclusão do processo de redemocratização lenta, gradual e segura, visando devolver o poder às classes dominantes. Era na frente econômica que residia as maiores dificuldades do último governo militar. As políticas do governo que impunha maiores restrições econômicas sofreram forte oposição de grupos empresariais. A verdade foi que a conjuntura tornou-se nebulosa para o governo com o aprofundamento da crise internacional, o começo da *"reaganomics"* nos Estados Unidos, a elevação das taxas de juro internacionais e as complicadas condições para rolagem da dívida. Neste contexto de rearticulação e de reestruturação das forças produtivas do capitalismo mundial acrescido de uma nova divisão internacional do trabalho, o país viveu a crise recessiva que durou de 1981 até 1983. As consequências foram danosas para a economia brasileira. Segundo o IBGE, o PIB caiu em 3,1% em 1981 e apresentou entre 1981 e 1983, uma queda média de 1,6%.

Muito se discutiu sobre as alternativas existentes no começo dos anos oitenta no Brasil. Na verdade a única alternativa disponível a que foi utilizada exigia o não atrelamento da economia brasileira ao FMI. Esta alternativa seria difícil de realizar por um governo respaldado politicamente, dado o nível do endividamento externo, não é difícil imaginar as dificuldades para um governo que "fazia o último turno de guarda dos militares". Um governo criticado pelos empresários, pela Igreja Católica, pelos sindicalistas, pela oposição consentida, pela nova oposição nascidas nas lutas. As estratégias de ajustamento externo da economia brasileira, conduzida entre os anos de 1981 e 1984 foram exitosa dentro dos parâmetros fixados pela banca internacional. A economia nacional foi levada a gerar mega-superávits na Balança Comercial e obtendo-se, assim, um novo equilíbrio na Conta de Transações Correntes. É claro que o modelo de ajuste utilizado pelo FMI foi profundamente recessivo ao ponto de destruir parte da capacidade instalada, aprofundando os problemas que vinham do II PND.

A volta à democracia ocorre por via indireta, em um colégio eleitoral restrito. Vence a chapa formada por Tancredo Neves e José Sarney. Com o falecimento inesperado do titular assume o Vice-presidente. Há insegurança quanto ao desempenho possível de Sarney, além dos problemas advindos de uma coligação tão ampla que praticamente só deixou de fora os militares da linha-dura, o malufismo e outras excentricidades da política brasileira. Apesar disso, quando se analisa o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (IPND-NR) observa-se a intenção do novo governo de enfrentar alguns dos principais problemas econômicos. O ponto

central do Plano já se explicita no preâmbulo quando se define como projeto de reforma, quando defende o crescimento econômico e o combate à pobreza. Qualquer possibilidade de crescimento econômico sustentado, segundo o I PND, dependia do equacionamento das finanças públicas e do controle inflacionário, que dependiam de uma renegociação da dívida externa com redução das transferências reais para o exterior. Não era um começo tão ruim.

O problema é que o ano de 1985 foi de um lento compasso de espera. A recorrente dualidade da política econômica brasileira e do próprio Estado já estava recolocada mais uma vez. De um lado, no Ministério da Fazenda, Francisco Dornelles defendia uma política monetarista clássica composta por corte nos gastos públicos, contração monetária e restrições de crédito. Se na Fazenda dominava a ortodoxia, no Planejamento, uma equipe chefiada por João Sayad propunha o crescimento e defendia o desenvolvimentismo. Assim, era necessário aumentar a eficiência global do sistema industrial, incorporar tecnologia e expandir o mercado interno, através da recomposição firme do poder de compra dos salários. Enquanto o impasse ortodoxia-heterodoxia permanecia, a economia apresentava indícios de desaceleração e recrudescimento inflacionário. A taxa de inflação do trimestre janeiro-março de 1985, anualizada, chegava perto dos 300%. As tentativas de crescimento esbarravam na política monetária restritiva do Banco Central. Quando a inflação bateu em 14% em agosto, caiu Dornelles, toda sua equipe da Fazenda e do Banco Central. Vitória dos desenvolvimentistas. Toma posse como Ministro da Fazenda o empresário Dílson Funaro que forma uma equipe com economistas heterodoxos.

O novo ministro da Fazenda e sua equipe de economistas definiram-se por um enfrentamento à inflação sem sacrifício do crescimento econômico. A medida mais importante do período foi a redução da taxa de juros, fato que escandalizou a ortodoxia. O raciocínio era simples: não havia pressão de demanda na economia. Por sua vez a poupança depende da renda e não da taxa de juros, enquanto o investimento depende de taxas de juros baixas. Aumento do crédito e maior melhoria dos salários, "engata" o mercado interno ao estímulo vindo do setor externo, mas que já perdia força. Contudo, apesar do esforço do governo, a inflação não cedia. Era desejável um plano de combate à inflação que tivesse uma lógica mais abrangente. Foi editado o Plano Cruzado.

A questão mais importante e que merece destaque é que o Plano Cruzado significou uma inversão fortíssima nos mecanismos de mediação e controle do conflito distributivo que operava até fevereiro de 1986. A abertura política, o aumento da organização dos trabalhadores,

principalmente dos metalúrgicos, petroleiros e bancários ao lado da redemocratização tornou obsoleto o arcabouço institucional que administrava a luta econômica das classes sociais. O Plano Cruzado, e em particular o congelamento de preços foram aceitos e defendidos pela população porque realizaram uma apropriação mais justa de rendas no país e que durou aproximadamente seis meses. O maior obstáculo para o êxito efetivo do Plano foi que o período de congelamento deveria ter sido usado para um ajustamento estrutural, inclusive porque a economia já crescia por três anos seguidos sem grandes encomendas de investimentos que aumentasse a capacidade produtiva. Com o esgotamento da capacidade ociosa os problemas de pressão de demanda, que os economistas ortodoxos enxergam em qualquer situação, poderiam se tornar realidade. A taxa de investimento havia caído para 17-18%.

Fato é que a inflação voltou. No começo a forma fenomênica era o desabastecimento, depois a elevação dos preços: 0,32% em maio, 0,53% em junho, 0,63% em julho e 1,33% em agosto. O aquecimento da demanda faz aumentar a absorção interna de produtos que antes estavam sendo exportados, além de promover aumento das importações. Resultado: piora da Balança Comercial e queima das reservas cambiais. O discurso das finanças sadias também voltou e trouxe junto a ortodoxia. O retorno da inflação, a moratória tardia, a queda na taxa de lucros, criaram as condições adequadas para mais um "arquivamento" das propostas desenvolvimentistas. Sayad não esperou para ver e pediu demissão em 17 de março de 1987. Funaro esperou até 20 de abril. O resultado não podia ser pior. A inflação entrou em descontrole total rumo a uma hiperinflação aberta, mesmo com os mecanismos de indexação e correção monetária dos balanços. Projetou-se um índice geral de preços de 1.764% para 1989. O lado mais cruel dos desacertos promovidos pela ortodoxia chegou rápido: estagnação e desemprego, ou seja, a estagflação.

O segundo semestre de 1989 transcorre sob o signo de um campo de forças bastante complexo. No *front* externo uma proposta estratégica de reordenamento do capitalismo mundial expresso em quatro pilares: abertura econômica; desestatização; desregulamentação do capital e flexibilidade nas relações capital-trabalho. O significado prático era de que os países deveriam suspender barreiras protecionistas; privatizar suas empresas estatais; permitir total mobilidade aos capitais e reduzir os "excessivos" direitos sociais dos trabalhadores. No *front* interno chegava ao fim um governo que teve duas faces. No primeiro momento tentou uma estratégia de ajuste não recessivo com mobilização popular, em um segundo tempo fez uma política recessiva,

denominada de feijão-com-arroz associada às primeiras privatizações. Ainda no campo interno, duas alternativas se apresentaram disputando o voto popular. De um lado um conjunto de forças de esquerda em torno da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Do outro um conjunto de forças de direita em torno da candidatura de Fernando Collor de Mello, com amplo apoio das classes dominantes e da grande imprensa. Venceu a segunda configuração de forças que enfeixavam a reconstrução hegemônica do "Consenso de Washington" e do neoliberalismo.

O Presidente Fernando Collor toma posse e logo após lança um Programa de Estabilização para a caótica economia brasileira. O grande problema para o novo governo era que havia resistência popular tanto às políticas ortodoxas, que traziam sempre muitos sacrifícios à população, quanto às heterodoxias dos congelamentos. Apesar disso, o Plano Collor I, de março de 1990, tinha fortes tendências recessivas e combinava o confisco dos ativos financeiros, incluindo a poupança, com prefixação da correção dos preços e salários, além do câmbio flutuante e uma reforma administrativa com fechamento de órgãos públicos e demissões de funcionários.

Enquanto política econômica, a medida efetiva de combate à inflação foi o confisco dos ativos financeiros e a retirada de 80% do meio circulante. Com tal estratégia a inflação caiu porque a demanda caiu, independente da inflação ser de demanda, independentemente da economia operar ou não com capacidade ociosa. O brutal enxugamento da liquidez simplesmente deixou parte significativa da oferta sem valor, pois faltava poder real de demanda (renda disponível). Atingiu-se duramente a poupança popular, fonte de gastos importantes para a economia. Cortou-se, de um golpe, o capital de giro das pequenas e médias empresas. A maioria dessas firmas entrou em falência.

Depois do *impeachment* do presidente Fernando Collor, e, ainda em 1993, no governo do presidente Itamar Franco, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, implementou um Plano de Estabilização que ficou conhecido como Plano Real. Na verdade, o governo do Presidente Fernando Henrique começou um ano e meio antes da posse legal, pois esteve no centro do Poder, pois no comando do Plano Real e na consecução de políticas alinhadas com o "Consenso de Washington", passou a ter grande influencia no governo e muita visibilidade. De modo que o referido mandatário exerceu o poder por um longo período de dez anos.

Para além da estabilidade monetária, um bem público importante para toda sociedade, a análise geral dos dados mostra que é incontestável a piora do Brasil após os dez anos do governo

de Fernando Henrique Cardoso. Os indicadores principais para o período apontam para: crescimento econômico insignificante, maiores taxas de desemprego de toda a história do país, queda constante do rendimento médio dos assalariados (rendimento real), elevação da dívida externa e aumento assombroso da dívida interna, o que levou a uma piora das condições de vida da maior parte da população brasileira e ao aumento da vulnerabilidade externa. O maior erro no campo do desenvolvimento não foi o total abandono de políticas efetivas para o crescimento econômico, mas a crença de que as cláusulas do novo ordenamento internacional eram válidas para todos, foi não considerar que aplicado o receituário de Washington, o Sistema Interempresas e o Sistema Interestatal fariam a distribuição dos recursos e garantiriam a riqueza oligárquica do Núcleo Orgânico.

Fato é que o governo priorizou como meta única a política econômica de ajuste, oferecendo taxas de juros altíssimas ao capital financeiro, tanto o nacional quanto o internacional, consequentemente, políticas sociais, como saúde, educação, habitação, transporte e saneamento foram penalizadas pela dependência aos interesses dos grandes "investidores financeiros". O investimento produtivo não encontrou ambiente adequado para sua expansão. As taxas de juros praticadas estiveram sempre acima da Taxa Interna de Retorno. A lógica especulativa se impôs em todos os níveis, tudo isso aliado a ausência absoluta de qualquer traço de uma política industrial. O resultado, encontrado em qualquer base de dados confiável, foi uma estagnação prolongada e mais uma década de crescimento econômico que mal cobriu o crescimento demográfico.

O desastre da política econômica do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi fundamental para a articulação política e eleitoral da oposição. Havia na sociedade um cansaço que se refletia nos indicadores de desempenho da economia. A população não desejava a volta da inflação, porém não aceitava mais o desemprego e as taxas de crescimento rastejantes. Se havia um profundo desgaste do projeto do presidente Cardoso, a oposição centrada no Partido dos Trabalhadores já não assumia os programas das três eleições disputadas em 1989, 1994 e 1998. O pragmatismo havia superado o radicalismo dos anos oitenta e noventa. Para chegar até a vitória o Presidente Lula e seu partido, o PT fizeram alguns movimentos de acomodação. Em primeiro lugar, a constituição de uma frente ampla o bastante para incluir, além do Senador José Alencar como Vice, sinalizando uma aliança pragmática entre o trabalho e o capital, figuras históricas tradicionais como Orestes Quércia, Roberto Requião, José Sarney e Itamar Franco. Em

segundo lugar, uma carta aos brasileiros, onde ficavam claras as intenções de bom comportamento do Partido e do candidato quanto às regras de mercado.

No que concerne a chamada política econômica *"stricto sensu"* a polaridade histórica que opõe de um lado uma heterodoxia estimuladora de políticas expansivas e de outro uma ortodoxia sempre disposta a puxar o freio de mão já estava instalada desde a campanha e continuou operando dentro do governo. Em certo sentido e durante três longos anos a política macroeconômica foi a mesma dos anos noventa, particularmente o papel e a direção da política monetária. A questão era, para além da carta aos brasileiros e da tática de acalmar os mercados, como se podia conciliar uma política externa independente, solidária e emancipatória associada com propostas gerais de redução da pobreza e da desigualdade, tendo como eixo da macroeconomia, políticas de contração da demanda? Simplesmente, não podia. Mesmo mudando do final do primeiro mandato para o segundo, o governo ficou no meio do caminho, sem projeto de desenvolvimento.

O novo governo resolveu criar uma metáfora para representar os problemas transmitidos pelo governo precedente, ou seja, a existência de uma "herança maldita". O legado tinha como eixo um acordo com o FMI de combate à inflação baseado em um Sistema de Metas de Inflação. Para administrar a herança, o Presidente nomeia Antônio Palocci para o Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles para o Banco Central de forma a garantir a gestão financeira acordada com o FMI, além da continuidade de reformas planejadas pelo governo anterior. Cabe aqui lembrar que a dupla Palocci-Meirelles renovou o acordo com o FMI por mais dois anos, preservando assim a subordinação da economia brasileira ao receituário da banca internacional.

Quanto ao modelo de controle inflacionário do novo governo, as bases eram as premissas do monetarismo. Para os monetaristas, há sempre um excesso de demanda em alguma parte do sistema, assim como há uma contrapartida de um excesso de moeda em circulação. Uma excelente âncora monetária é a taxa de juros. O modelo é muito simples e prático: correlacionam-se a taxa de juros e a taxa de inflação, de maneira que quanto mais as expectativas ou a inflação efetiva se afastam da meta fixada, maior deve ser a taxa de juros comandada pela autoridade monetária. Fato é que o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu uma taxa de juros reais baixa, isto é de 5,8% em dezembro de 2002. Em julho de 2003 a taxa saltou para 6,8 e sempre em um crescendo atingiu a marca de 14,4 em março de 2004. A taxa atinge 12,7% em março de 2005, para depois se estabilizar em 14,0%.

No primeiro ano o novo governo seguiu exatamente as mesmas políticas do governo anterior. Resultado: corte na demanda, nos investimentos e aumento do desemprego. De acordo com o IBGE o investimento caiu em 6,6%. Como a renda cresceu em 1,1% e o crescimento demográfico foi de 1,3%, então ocorreu uma queda na renda *per capita.* Em face da queda do investimento, dos gastos do governo e do consumo, isto é, da demanda interna agregada, o PIB não foi negativo porque as exportações cresceram em 21%. Era um quadro estagnacionista. A partir do segundo ano de mandato a economia apresentou crescimento do PIB na ordem de 5,7%, de maneira que no período 2003-2010 a média anual foi de 3,5% contra 2,3% do período 1995-2002 do Presidente Fernando Henrique. O que efetivamente determinou o primeiro ano de estagnação e o que puxou no segundo ano a locomotiva da *"lulaeconomics"?*

Em 2004, a locomotiva da *"lulaeconomics"* foram as exportações. A produção industrial cresceu em 8,3%, a melhor taxa desde 1986, enquanto o PIB crescia 5,7%. O desemprego aberto medido pelo IBGE caiu de 12,3% em 2003 para 11,5% em 2004. Olhando a demanda agregada se observa a ocorrência de taxa de juros reais alta, a segunda maior do mundo, isto é, 9,3%, o que desestimula o investimento, superávit primário de 4,61% do PIB o que significa gastos públicos baixos, salários reais em queda, o que acarreta, pelo menos, redução do consumo. Conclusão: demanda interna agregada deprimida.

No último quadrimestre de 2004, as autoridades econômicas resolvem combinar juros reais mais altos, valorização do real e aumento de tributos. Estas medidas derrubaram o investimento, o consumo e as exportações. O governo insistia na política do *"stop and go".* O problema era de que o único operador eficiente entre as autoridades econômicas era o Banco Central. O Ministério da Fazenda executava tarefas de rotina e delegava ao Banco Central. Este operava de acordo com os interesses da média das expectativas dos operadores da banca. A expansão ocorrida nos três primeiros anos do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não era sustentável e, como visto, baseava-se nas exportações.

O que ocorreu foi que 2006 era o último ano de mandato e, ao mesmo tempo, ano eleitoral com um desempenho econômico medíocre, este fato alertou o comando do partido hegemônico da frente que sustentava o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma das discussões presentes era de que o paloccismo enquanto processo transitório estava ganhando força como forma permanente de gestão e de poder. A direção partidária chegou a conclusão que era possível um segundo mandato, porém que este dependeria de algumas mudanças (ou promessas de

mudanças) em pontos sensíveis da política econômica. Era preciso sinalizar para os eleitores que havia condições e vontade política para crescer. Desse modo, foram realizadas algumas mudanças pontuais juntamente com a proposta de um programa rumo ao crescimento.

O Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, foi lançado em janeiro de 2007 e partiu de um diagnóstico onde havia um conjunto de gargalos que "travavam" o crescimento da economia brasileira. Tais pontos de estrangulamentos estavam concentrados na infraestrutura física, como transporte e energia; e infraestrutura social, como saneamento e habitação. Assim, era nestas áreas que deveriam se concentrar os investimentos. Ficaram definido metas de crescimento do PIB de 4,5% para 2007 e de 5,0% para o triênio de 2008-2010. Um dos problemas enfrentado pelo PAC foi o recorrente conflito entre os proponentes do crescimento econômico e os partidários das "finanças sadias". Na verdade estes técnicos monetaristas representam os interesses do capital financeiro dentro do Estado. No caso em questão ficou evidente a ineficiência e inoportunidade da política de juros do Banco Central.

Da avaliação feita acima não se deve concluir que o PAC não tenha desempenhado nenhum papel no crescimento do Produto entre 2008 e 2010. O Programa deu importante contribuição como mecanismo keynesiano tradicional e já testado em diversas condições históricas. É evidente que gastos na ordem de 256 bilhões de reais reanimam a economia. Alguns resultados foram positivos, como se verá em seguida.

No item rendas do trabalho assalariado observa-se um quadro de reordenamento dos ganhos entre os trabalhadores. Ou seja, o Salário Mínimo acumulou variações reais positivas todos os anos dos dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo que no período 2003-2008 acumulou um total de 37,0%; enquanto os Rendimentos Médios Reais cresciam apenas em 9,5% no acumulado do mesmo período. Considerando-se a variação do PIB como Proxy para produtividade do trabalho, tem-se que o Produto acumulou 28,0% de aumento. Conclusão: a produtividade foi de 28,0%, os trabalhadores receberam 9,5% na média e o salário mínimo teve um ganho real de 37,0%. Um valor que reduz a defasagem histórica do mínimo, mas mantém a defasagem da maioria dos salários, principalmente do setor público.

O bom desempenho das exportações brasileiras esteve ligado ao excelente momento da economia mundial no período 2003-2008. O aumento da demanda mundial eleva a demanda de *commodities* e consequentemente seus preços. Contudo, os fortes efeitos dos preços para as categorias dos básicos (63%) e semimanufaturados (68%) indicam uma tendência à

reprimarização. Os dados sobre o comércio exterior no período de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostram que as exportações agrícolas mantiveram uma superioridade muito alta em relação às importações agrícolas, de forma que a razão exportação/importação chegou a atingir 8,55 vezes. Isto indica que o país praticou e se beneficiou de um alto volume e receita das exportações não industriais e de mega-superávits na comercialização de produtos agrícolas. Por outro lado, a razão exportações totais/importações totais que chegou a 1,61 em 2005, indicando que as exportações brasileiras pagavam as importações com um saldo de 60%, acusou uma queda acentuada para 1,14 em 2008 e 1,20 em 2009. São dados preocupantes quando se pensa em desenvolvimento econômico, pois aponta para a possibilidade de um processo de reprimarização da economia.

Na realidade apontada pelos dados há uma forte predominância de bens primários na pauta e consequentemente uma tendência à reprimarização da economia. Desagregando observa-se que os setores "complexo da soja", "carnes" e "sucroalcooleiro" contribuíram com 75% do aumento das exportações de 2003 a 2008. Ressalte-se que a economia brasileira ocupa a primeira posição mundial na produção de açúcar, café e suco de laranja. Nesta direção o Brasil é o principal fornecedor mundial dos três produtos citados acima acrescidos de "carne bovina" e "carne e aves".

Quando se examinam os dados de exportação quanto ao grau de intensidade tecnológica dos produtos percebem-se evidências de movimentos de reprimarização, mesmo que incipientes e de ausência de upgrade das exportações dos itens industriais. Assim, os produtos industriais de alta tecnologia sofrem uma queda de participação na pauta de 33,52%, enquanto os produtos industriais de baixa tecnologia caem em 7,88%. Por outro lado, os produtos industriais de média tecnologia aumentam sua participação em 31,94%. Há um hiato de densidade tecnológica que torna injustificável qualquer otimismo quanto às possibilidades de desenvolvimento pleno e autônomo do capitalismo brasileiro.

2. Linhas gerais do desenvolvimento econômico sul-coreano

A história do desenvolvimento econômico da Coréia do Sul que apresenta importância analítica tem um início muito tardio. Até o começo do século XX, a Coréia esteve mergulhada

em um estado de estagnação semifeudal de caráter asiático. As sucessivas e recorrentes invasões japonesas ao território coreano se perdem no tempo que, no Ocidente, ficou conhecido como Idade Média. No final do Século XV, o Japão propôs um tratado de paz com a Coréia que continha uma cláusula draconiana de utilizar o território coreano para invadir a China. Em 1910, ocorre a anexação da Coréia pelo Japão e tem início o período colonial que dura até 1945. Os anos que vão de 1945 até 1960 são de modernização lenta. De 1961 até o momento assiste-se a modernização acelerada daquele país.

A influência japonesa sobre a Coréia é assunto bastante polêmico. Por um lado, há bastante consenso de que a atitude japonesa sempre foi discriminatória, afastando coreanos dos governos e excluindo-os de sua participação no processo de planejamento e gerenciamento da economia. Por outro lado, o Japão foi responsável pela modernização do país quando promoveu o desmonte de arcaicas instituições da dinastia coreana tradicional; ao instituir o código civil. Em certa medida o colonizador foi o responsável pelos primeiros passos no desenvolvimento da economia coreana, introduzindo práticas modernas na agricultura, bem como desenvolvendo a indústria de base após os anos 1930.

Com o término da Segunda Guerra Mundial e a consequente derrota japonesa, os Estados Unidos, como país vencedor mais poderoso política e economicamente, estabeleceu uma estratégia geopolítica dominante e suas respectivas áreas de influência direta e indireta. Desse modo, os EUA manteve a ocupação militar nos países onde havia estacionado suas tropas e desenvolveu políticas e instrumentos de intervenção econômico-militar em todo o mundo. Em todo o território sul-coreano os EUA construíram e ampliaram aeroportos e portos militares, concentrando forças ao longo do Paralelo 38. As forças armadas sul-coreanas são transformadas em forças auxiliares norte-americanas. Em 1949, os EUA concedem uma "ajuda militar" de aproximadamente 110 milhões de dólares com o objetivo de modernização do exército sul-coreano.

A criação da República da Coréia do Sul ocorreu em agosto de 1948, através da passagem do poder do Governo Militar de ocupação dos Estados Unidos a um poder nacional sul-coreano confiável. A questão central é de que as dificuldades do novo governo não se resumiam apenas àquelas de reconstrução de um pós-guerra, mas contemplavam todos os conflitos ideológicos que opunham o Norte e o Sul. Tais conflitos levam à guerra da Coréia (1950-1953), um dos episódios

mais marcantes da Guerra Fria. Na guerra coreana morreram cerca de três milhões e meio de pessoas. O tratado de paz não foi assinado e a Coreia continuou dividida em Norte e Sul.

A Primeira República sul-coreana (1948-1960) teve como Presidente, Sygman Rhee. Aquele governante teve habilidade suficiente para sair-se vitorioso em meio a confusão pós-Segunda Guerra. Conservador, carismático e com impecáveis credenciais nacionalistas próprias do século XIX. Rhee ficou contra os norte-americanos em vários pontos naquele período, mas fez duas escolhas de máxima importância: conseguiu a independência em separado para o Sul, em 1948, quando as negociações com a URSS estavam dando para trás e sustentou um forte posicionamento anticomunista nos front interno e externo. Parte da oposição do governante sul-coreano aos norte-americanos era na verdade estratégia de barganha frente aos perigos chinês e soviético. Os interesses geopolíticos dominantes da potência hegemônica imperialista (USA) eram grandes o suficiente para provocar ações políticas de apoio e ajuda externa generosa por parte dos Estados Unidos.

Fato notório é que a ajuda externa em grande escala forneceu os recursos suficientes para comprar as importações necessárias ao investimento e ao consumo durante o período 1954-1958. Após 1953, a dependência em relação aos EUA, que havia sido um arranjo benéfico para ambos os lados antes da Guerra Civil coreana, adquiriu uma rigidez muito forte. O orçamento do governo sul-coreano se tornou dependente dessa ajuda não apenas para a defesa, mas também para outros gastos. Em particular, os recursos foram usados para financiar empréstimos de longo prazo para a indústria como um todo. Nos anos 1950 os subsídios dados pelo governo sul-coreano não eram setor-específico. A canalização dos mesmos para a indústria marca o início de uma relação simbiótica entre o Estado e os embriões dos grandes conglomerados industriais: *os Chaebols.*

A sociedade sul-coreana caminha de 1953 até 1960 num quadro de muita instabilidade política, mesmo que com alguns avanços sociais e econômicos, em particular a realização de uma reforma agrária radical que confiscou e distribuiu propriedades rurais, o que permitiu a criação de um campesinato proprietário alinhado com o governo. O Partido Liberal, e sua maior liderança, Syngman Rhee resistem à democratização do país. Finalmente, em 1960, ocorrem eleições que são fraudadas pelo Presidente Rhee e o Partido Liberal. Em 15 de março, manifestações eclodem em todo o país, chegando até a Seul. A repressão é severa e inclui o assassinato de opositores. O governo resolve endurecer e decreta a lei marcial. As manifestações continuam. Rhee renuncia.

Um governo provisório encabeçado por Huh Chong é instalado com a principal tarefa de organizar novas eleições. O resultado das eleições é uma esmagadora e indiscutível vitória da oposição, representada pelo Partido Democrata.

O novo governo eleito, do Partido Democrata, não foi capaz de gerar estabilidade e confiança. Os movimentos da massa resolveram manter a pressão política nas ruas, enquanto o governo passou a sofrer de "paralisia política", não conseguindo atender a nenhuma das forças em disputa. Há uma crise de hegemonia no país. Crises não são fenômenos atemporais, estão sempre localizadas e são resolvidas na conjuntura ou na curta duração. Em 16 de maio de 1961 as forças armadas, sob a direção do General Park Chung-Hee, tomam o poder através de um golpe de estado e o mantém através da *manu militari*.

O período Park Chung-Hee como presidente da Coréia do Sul se estende de 1961 até 1979 quando o mesmo é assassinado. O período denominado de Terceira República (1961-1971) é caracterizado por um vigoroso e sustentado crescimento econômico. Em 1972 o presidente Park revisa a Constituição no sentido de uma maior centralização do poder nas mãos do presidente. A idéia era de que as reformas que a Coréia do Sul precisava, incluindo uma mais rápida modernização econômica, exigiam aquela centralização. Estava criada a Quarta República. Em outubro de 1979, o Presidente-General, Park Chung-Hee, foi assassinado. Foram 18 anos de governo exitoso no campo econômico. A Coréia do Sul sai da condição de país colonizado para a condição de potência regional, abaixo apenas do Japão.

Quando se pensa no financiamento do desenvolvimento econômico da Coréia do Sul é importante destacar que ao final da Segunda Guerra, a propriedade de todas as empresas japonesas, incluindo os bancos, passou para o comando militar americano e foram posteriormente transferidos para o Governo coreano, em 1948. Assim, a segmentação das atividades bancárias que caracterizava o sistema financeiro coreano colonial praticamente desapareceu. O crédito de longo prazo foi reduzido e passou a ser concedido – em pequenos níveis – apenas através de Bancos Públicos, que tomavam recursos do Banco Central. Inicialmente, os bancos foram obrigados a fazer empréstimos para as empresas estatais, das quais tinham dificuldades de obter o pagamento. Ao mesmo tempo, o valor dos depósitos a prazo corroía-se pela inflação e o mercado de capitais (títulos e ações) era praticamente inexistente.

Em particular, logo após o final da Guerra Civil, em 1954 foi criado o Banco de Desenvolvimento Coreano (Korea Development Bank – KDB), inicialmente chamado de Banco

de Reconstrução Coreana. O objetivo fundamental do KDB era garantir crédito de médio e longo prazo para a indústria. Seu ativo, passivo e patrimônio foram adquiridos do Banco Industrial (que possuía ênfase no financiamento de curto prazo durante o período entre guerras e depois durante a guerra civil), os quais provinham, por sua vez, do Banco Agrícola-Industrial existente durante o período de colonização japonesa (quando atuava tanto no curto como no longo prazo). O KDB foi originalmente concebido como um banco exclusivamente voltado para o longo prazo, sob a autoridade direta do Ministro das Finanças – ou seja, independente do controle do Banco Central. Entretanto, independente das intenções originais, o KDB se tornou, na prática, bastante dependente dos recursos do BOK. Ao final de 1955, o KDB já representava 40% do crédito bancário total, mas somente um terço de seus empréstimos provinha de fundos, enquanto o restante dos recursos provinha do Banco Central Coreano.

De fato, a Primeira República é um período caracterizado, por vários autores, como uma época marcada pela inflação, elevada corrupção e estagnação econômica. A realidade mostra que o crescimento foi substantivo em grande parte do período e que a inflação, embora tenha permanecido no nível dos dois dígitos até 1957, não se transformou em hiperinflação aberta. Os dados mostram não apenas o desenvolvimento industrial, mas a criação de algumas importantes instituições, sobretudo quando se restringe ao caso de instituições financeiras. É parecer deste trabalho que ainda durante os anos 1950 foram lançadas as bases institucionais para o financiamento do desenvolvimento que caracterizou o período 1960-1980.

De fato a Segunda República teve a duração dos fogos de artifícios. O fundo político da Segunda República era, a bem dizer, muito semelhante com o do regime anterior. O Partido Democrático substituiu o Partido Liberal – mas em curto espaço de tempo se tornaria óbvio que nenhum dos dois seria suficientemente forte para se manter no poder. Uma aliança entre reformistas moderados e radicais, incluindo socialistas, professores, estudantes, intelectuais e sindicalistas foi feita, de forma que Chang foi removido do poder em 16 de maio de 1961, sendo substituído por uma junta liderada pelo General Park Hee. Tem inicio o prussianismo coreano. Um regime forte aproveita a adesão de setores da sociedade para implementar um rápida política de crescimento e desenvolvimento econômico. A Coréia, apesar de todo anticomunismo da grande maioria de seus líderes, acrescentou ao modelo prussiano, a teoria e a prática dos Planos quinquenais.

Com ampla aceitação interna e externa, em outubro de 1964 o General Park deligou-se das forças armadas e concorreu a eleições presidenciais, sendo democraticamente eleito Presidente da República. Na eleição subsequente para a Assembleia Nacional, em novembro, o partido do Presidente teve expressiva vitória, criando o suporte político necessário ao novo regime. O Presidente Park Chung seria reeleito Presidente em 1967; e novamente em 1971, permanecendo no poder até 1979, quando foi assassinado. Nos anos sessenta foram realizadas importantes reformas, incluindo o retorno dos bancos privados à propriedade do governo (estatização); a criação de novas instituições bancárias e não bancárias; uma reforma monetária, mais importante, a reforma dos juros em 1965. Paralelamente a esse conjunto de reformas, o Governo fomentava o Mercado de Capitais.

O problema do financiamento interno nos anos sessenta era muito sério. As possibilidades de construção de um Mercado de Capitais com efetiva relevância na mobilização de recursos eram remotas. As firmas eram frequentemente administradas pelas próprias famílias e temiam ir ao público com receio de perda do controle administrativo da corporação. Existia, também, a desconfiança de que com a abertura do capital, haveria um maior controle sobre práticas contábeis de apreciar o patrimônio das empresas. Some-se a isso o fato de que outras oportunidades de aplicações financeiras estavam disponíveis para as firmas, tais como o investimento no mercado imobiliário ou nos mercados informais dos recursos excedentes.

As reformas financeiras elaboradas e praticadas na década de sessenta garantiram um significativo aumento no montante de empréstimos concedidos pelos bancos. Somados os empréstimos do Banco de Desenvolvimento Coreano (KDB) com o dos bancos comerciais e dos bancos especiais verifica-se um aumento de 29% nos empréstimos totais no primeiro ano após o golpe militar (1962/1961). No desenrolar dos dois primeiros Planos Quinquenais, os empréstimos apresentam crescimento substantivo. Quando se considera o período inteiro, os empréstimos totais crescem de $52.3 bilhões em 1961 para $ 1.077,0 bilhões em 1971; ao mesmo tempo, as garantias aumentaram de $ 1,6 bilhões para $ 1.048,7 bilhões no final do mesmo período.

Contudo, é absolutamente equivocada a tese de que, porque aderiu à proposta da reforma das taxas de juros, o governo tivesse adotado uma orientação financeira liberal. Ao contrário, o sistema financeiro coreano permaneceu sempre controlado firmemente pelo governo após a Reforma de 1965. Para entender esta posição política aparentemente paradoxal é preciso entender o prussianismo coreano, ou seja, o caráter do regime militar do General Park e as origens sociais

daqueles que ocupavam o poder, isto é, eles eram homens de origem camponesa e conviveram com oficiais ultranacionalistas japoneses na década de 1930. A maioria daqueles camponeses, mesmo depois de poderosos, tendia a suspeitar dos muitos ricos, e de um espírito demasiadamente burguês. Quando urge a necessidade de mobilização de recursos internos, eles insistiram que os cidadãos ricos podiam pagar e eles pagaram.

A grande vantagem da Coréia do Sul e de seus *economic policy makers* foi compreender que não se deviam repetir os erros do passado. A experiência histórica, ou seja, a memória dos problemas vividos com o processo dos anos cinquenta, reforçou a posição de que cabia ao setor público, e não ao setor privado, ávido de lucros fáceis, controlar as finanças do país. Por isso, apesar de os conselheiros norte-americanos Hugh Patrick, Edward Shaw e John Gurley advogarem em favor de um programa mais amplo de liberalização, a elevação dos juros e o estabelecimento de algumas mudanças no Banco Central foram as únicas reformas aceitas pelo governo sul-coreano.

É importante destacar as profundas transformações ocorridas no setor de atividades de infraestrutura. No Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (1º PQDE) a infraestrutura cresceu em 50%, medido pelo valor do PNB a preços constantes, significa, grosso modo, um aumento de tamanho de metade do existente, em termos de malha ferroviária, malha rodoviária, portos, construções diversas, armazéns, sistemas de comunicação, produção (geração e transporte) de energia elétrica, etc. Deve-se acrescentar o crescimento médio anual de quase 17%. Significa que os formuladores de política estavam preocupados com a industrialização, sim, mas preocupavam-se mais com a construção de uma infraestrutura que sustentasse o crescimento futuro. .

Ao se analisar o 1º PQDE observa-se que as Exportações cresceram 524,4%, enquanto as Importações aumentaram 126,5%, medidos em relação ao ano-base de 1961. Em todos os anos o balanço apresentou déficit de comportamento irregular, isto é, aumenta depois se reduz, para voltar a crescer. O fato é que a base exportadora é muito pequena antes das políticas de planejamento. É preciso lembrar que os maiores crescimentos do Produto setorial aconteceram em produtos não exportáveis, como infraestrutura e atividades outras (principalmente comércio, serviços e finanças). Ou seja, apesar do esforço exportador, o principal objetivo foi de expandir a base estrutural da economia.

O que chama a atenção é a ausência de meias-palavras. O objetivo explicito do primeiro 1º PQDE era de alcançar a "independência da economia nacional". Para cumprir as metas elencadas o governo sul-coreano adotou um conjunto de medidas que se condensam nos seguintes eixos norteadores: é responsabilidade do governo promover a melhoria dos serviços de utilidade pública e de ofertar crédito para setores industriais prioritários; o setor público exercerá um papel de liderança, empurrando o setor privado; a industrialização, incluindo o Departamento I deve ser o foco do desenvolvimento econômico.

Desde a década de sessenta que Coréia do Sul definiu uma estratégia de desenvolvimento onde cabe ao Estado Nacional, através do planejamento econômico, determinar o tamanho e a direção do crescimento. Embora, em princípio, as firmas pudessem ser gerenciadas e conduzidas privadamente no nível microeconômico e micropolítico, era incumbência do governo complementar e mesmo substituir, alterar ou anular as decisões privadas no caso de investimentos de maior amplitude. Ou seja, a macroeconomia e a macropolítica eram (são) territórios do Estado.

Outro aspecto singular da experiência sul-coreana é de que não foi traçada nenhuma política focada em relação a questão da repartição de renda. Fato indiscutível é que a Guerra Civil teve a função – ao destruir uma quantidade imensa de ativos – de promover uma igualdade por baixo. Por sua vez, a reforma agrária cumpriu o papel essencial de comandar um processo bem sucedido de relativa equalização das condições sociais da população coreana no início dos anos sessenta.

De forma muito mais acelerada que no 1º PQDE, no 2º PQDE as atividades primárias reduzem seu peso no PNB no valor de 31,8% e cresceram apenas 2,3%; por outro lado, as atividades industriais aumentavam seu peso relativo em 50,3% e cresceram em 20,3%, isto significa que a economia realizou um forte trade-off entre atividades primárias e atividades industriais, ou seja, a economia passou por um processo de desprimarização ainda mais vigoroso no 2º PQDE; por outro lado, as atividades de infraestrutura aumentaram sua participação no produto nacional de 32,4%, um pouco menor que no 1º PQDE (47,3%), o que parece indicar que o essencial em infraestrutura foi produzido no período 1962-1966, mesmo assim o crescimento do setor de infraestrutura foi de 18,7%; as outras atividades permaneceram com a mesma participação no produto, entretanto apresentaram um crescimento de 10,4%.

Quanto ao comércio internacional, no segundo Plano Quinquenal observa-se que as Exportações cresceram 325,1%, enquanto as Importações aumentaram 224,3%, medidos em relação ao ano-base de 1966. Em todos os anos o balanço apresentou déficit de comportamento irregular, isto é, aumenta até 1969, para depois se reduzir em 1970 e 1971. De todo modo o crescimento das exportações foi significativo e o aumento das importações indica que a economia para crescer dependia de importados, fato comum em países em esforço de desenvolvimento. Contudo é preciso cautela, pois enquanto as exportações aumentaram por um multiplicador de 26 vezes; as importações foram ampliadas por um multiplicador de apenas 7 vezes, o que desmistifica algumas análises que consideram o caso da Coréia do Sul como destituído de base de política econômica sólida, dado que aquele país asiático nunca passou de uma plataforma de exportações. Fazendo a leitura adequada dos multiplicadores de comércio exterior percebe-se, claramente, um forte processo de substituição de importações.

A literatura aponta que os principais fatores que determinaram a transformação dos anos sessenta em uma década de prosperidade foram a ocorrência de uma liderança política forte, eficaz e coerente que defendeu e implementou altas taxas de investimento econômico, pois sem grandes pacotes de investimento intenso, um crescimento rápido não seria possível. Além disso, aquela liderança promoveu políticas ativas de estímulos ao incremento de tecnologias industriais avançadas, também foram desenvolvidas políticas capazes de quebrar os gargalos representados por fontes de matérias-primas e mercado de exportação restrita.

Este trabalho defende que os anos setenta representam a consolidação do modelo sul-coreano de desenvolvimento através do planejamento econômico. O 3º e o 4º Planos (3º PQDE e 4º PQDE) são implementados neste período. É na década de setenta que a Coréia do Sul implanta a sua indústria pesada e de química, sendo que esta última é de extrema importância, inclusive na produção de insumos e defensivos agrícolas, dado que o crescimento horizontal da agricultura seria necessariamente baixo comparativamente ao permanente esforço industrializante. Na década de setenta, o PIB cresce a uma taxa anual de 9,0% de 1971 a 1979, sendo que as indústrias de transformação crescem 17,6%; enquanto o setor primário cresce apenas 3,7%.

A crise econômica chegou a Coréia do Sul em 1971, através de uma vigorosa crise cambial. As autoridades governamentais sul-coreanas respondem com uma forte desvalorização da moeda coreana (o won) em 18% e resolvem assinar um acordo com o FMI. O objetivo principal do acordo foi de manter as taxas de crescimento, fato ocorrido em outros países,

inclusive no Brasil. É claro, também, que o objetivo central da desvalorização foi de estimular as exportações, que vinham sofrendo uma desaceleração rápida e substancial. Na verdade, depois de aumentarem em 42% em 1968, as vendas externas tiveram uma redução de crescimento para 34% (1969) e 28% (1970). Contudo, a rápida e forte variação na taxa de cambio, provocou um aumento substantivo no valor corrente e futuro do custo do serviço da dívida. A estabilidade financeira de muitas empresas no curto prazo ficou abalada, sobretudo das grandes corporações que, tendo acesso privilegiado às fontes de financiamento internacionais, tinham se endividado na perspectiva de manutenção de juros internacionais baixos e de desvalorizações cambiais graduais.

Com o encilhamento cambial veio junto a redução da atividade econômica e o consequente retorno das empresas ao mercado informal de crédito, como mecanismo único para o alívio das restrições de liquidez. Nesta quadra histórica, as autoridades econômicas decidiram promover uma nova reforma financeira em 1972, quando os juros, tanto dos depósitos, quanto dos empréstimos, foram drasticamente reduzidos. Desse modo, os anos setenta correspondem a um período onde os juros reais pagos sobre depósitos a prazo e de poupança foram continuamente decrescentes, chegando a valores próximos de zero e mesmo negativos. Contrariamente ao que é dito pela teoria ortodoxa de que as taxas de juros internas devem situar-se em um patamar capaz de evitar pressões inflacionárias e garantir fluxos de capitais externos, foram os juros baixos que garantiram elevadas taxas de crescimento econômico. Neste aspecto, como em tantos, a política econômica do D*evelopmental State* sul-coreano levou à ortodoxia econômica a nocaute.

Desse modo, frente à crise financeira internacional da década de setenta, todos os países tiveram que engendrar políticas de contenção ou adaptação ao quadro do capitalismo mundial. A principal resposta da Coréia do Sul foi uma acentuada redução na taxa real de juros no sentido de reduzir os encargos financeiros sobre as empresas endividadas, assim como de sustar a perda de competitividade no mercado internacional. Além do que a redução dos juros para os tomadores evitava ou reduzia impactos inflacionários, via os custos de produção e não por problemas de aquecimento da demanda. A política de redução dos juros, também, funcionava como mecanismo para conter a expansão dos mercados financeiros informais.

A adequada observação do desenrolar da história econômica da Coréia do Sul na década de setenta mostra que aquela economia experimentou um crescimento de 9% ao ano, mesmo com os problemas internos, dois choques do petróleo e o choque dos juros internacionais, o que

equivale a um crescimento médio *per capita* de 7,7%, enquanto as exportações cresceram quase 40 % ao ano. Na mesma direção ao movimento de transformação na indústria, ocorreu uma vigorosa tentativa de redução das desigualdades dos rendimentos médios entre os setores rurais e urbanos. Fato é que mesmo se endividando, o objetivo era de transformação rápida e radical das estruturas sociais e econômicas da Coréia do Sul. Quando se desagrega os dados da indústria de transformação, observa-se que a indústria pesada absorveu 70,0% no período 1975-1976, 80,0% em 1977-1978 e 84,0% em 1979-1980. Significa que a indústria pesada aportou uma média anual, na segunda metade dos setenta, de quase 82,0% dos recursos financeiros que dão suporte ao processo real de acumulação de capital.

A análise dos resultados do Terceiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico foi surpreendente. Entre 1972 e 1976, apesar dos efeitos nefastos da crise internacional, a economia coreana cresceu a uma taxa de 11%, excedendo em 2,4% a meta traçada para o período (8,6%). A taxa de investimento médio atingiu 27% e as exportações quadruplicaram, em uma taxa de crescimento anual de 31,7 %. A exportação de manufaturados aumentou a uma taxa ainda mais elevada de 41%, puxando o crescimento do setor manufatureiro para taxa de 21% ao ano. Entretanto, apesar desse vigoroso crescimento das exportações, por volta de 1976 o país representava apenas 0.6% do comércio mundial. A estratégia traçada pelo governo foi então reunir esforços para diversificar produtos e mercados de destino.

A análise do Quarto Plano Qüinqüenal de Desenvolvimento Econômico (4º PQDE) mostra que em relação às taxas de expansão do produto, estabeleceu-se como meta um crescimento anual médio de 9,2%, o efetivo ficou em torno de 7,0%. Contudo, o investimento atingiu uma média 26,2% do PIB. Priorizou-se a alocação de recursos em setores intensivos em mão-de-obra de alta qualificação de maneira a se obter o máximo de geração de emprego ao mesmo tempo em que os efeitos da geração de renda do investimento eram, também, maximizados. O plano abertamente priorizou setores tais como eletrônico, máquinas e equipamentos e construção naval, pretendia-se também ampliar a competitividade internacional. Em comparação com os planos antecessores, o 4º PQDE se caracterizou pela maior ênfase no setor de infraestrutura e nos serviços públicos que passou a representar 76% do investimento público. Este é, indubitavelmente, um volume de recursos, em setores de sustentação do crescimento de longo prazo quando realmente se pretende superar e ultrapassar fases do desenvolvimento.

Uma conclusão fundamental é de que em nenhum dos quatro primeiros planos, o investimento público em infraestrutura (que inclui diversos serviços e capital social) foi menor que 50,0% e se elevou plano a plano, ficando na média em 62,2%. Por outro lado, a Indústria primária que recebeu 25% dos investimentos nos dois primeiros planos, isto é, nos anos sessenta, caiu para 15% no final dos setenta. Do mesmo modo, Mineração e Manufatura que no primeiro plano absorveu 20% dos investimentos, terminaram na marca de 8% no final do quarto plano.

Um dos aspectos mais importante do Quinto Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (5º PQDE) foi a implantação da indústria de informática e dependeu de decisões políticas de alta concentração. Decisões que cercaram tanto a demanda, na medida em que houve restrições à importação de computadores e periféricos para que as empresas nacionais pudessem produzir em condições de proteção absoluta, mas com contrapartida. Outra decisão importante do governo sul-coreano foi a garantia de compras dos equipamentos produzidos, desde que atendessem requerimentos prévios em termos de exigências funcionais e que incorporasse tecnologia. Em suma: o Estado garantia a compra de um percentual da produção, mas impunha as suas próprias condições.

O sexto Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (6º PQDE) que vigorou de 1987 até 1991, definiu como objetivo fundamental a constituição de uma economia forte, nacional, baseada na eficiência, na equidade, principalmente na oportunidade generalizada de *take-off* e na busca do máximo de bem-estar social. Desse modo, é mantida e aprofundada a meta de incorporação tecnológica ao processo produtivo tendo em vista o permanente aumento da competitividade internacional.

Utilizando como referência quaisquer das alternativas teóricas, chega-se a conclusão de que o ponto de inflexão na trajetória histórica da economia sul-coreana ocorreu na década de noventa, tendo como pano de fundo a liberalização financeira. Entre 1990 e 1998, os investimentos sul-coreanos no exterior superaram em quantidade e em montante, os investimentos estrangeiros no mercado sul-coreano. Ainda, nos anos noventa a Coréia do Sul concentra seus investimentos na América do Norte, tendo em vista a criação da NAFTA, e na Ásia. Na primeira região buscava-se o maior mercado consumidor mundial e um *upgrade* tecnológico, ou seja, havia um duplo interesse dos sul-coreanos: escoar produtos em um mercado dinâmico e absorver inovações; na segunda região a procura era por força de trabalho barata e flexível, e maior penetração em países emergentes.

É fato que a crise financeira que em 1997 abalou fortemente as economias do Leste e Sudoeste Asiático teve como causas imediatas a abertura e a desregulação financeira e a valorização da taxa de câmbio real. Devido ao alto endividamento de curto prazo do sistema bancário, o colapso do câmbio e dos ativos financeiros levou à crise – financeira e de crédito – responsáveis pela forte retração econômica em 1998 – a maior, em toda a região, desde 1930 – e à bancarrota de inúmeros bancos e empresas. Os resultados imediatos da crise na economia sul-coreana foram perversos. Assim, em 1998, o PIB caiu 7% e o volume de desocupação da força de trabalho foi imenso, as demissões atingiram em torno de um milhão de trabalhadores apenas na construção civil e na indústria. A força de trabalho foi reduzida em cinco pontos percentuais, só vindo a recuperar o patamar anterior à crise decorrido dois anos. Como é comum os principais atingidos foram os trabalhadores de baixa qualificação, baixa escolaridade e com salários menores em relação a média salarial. O nível de pobreza cresceu em quase 70%, aumentando em quatro milhões, ou seja, passou de seis milhões em 1997 para dez milhões em 1998.

Uma análise criteriosa demonstra que a crise não teve um caráter exclusivamente endógeno. Para maior coerência argumenta-se que algumas dificuldades internas ao modelo sul-coreano se combinaram com o processo programado de desregulamentação financeira mundial comandada pelo capital norte-americano. A década de noventa teve como principal característica um crescimento extremamente acelerado dos fundos de pensão americanos, que, mobilizando grande quantidade de recursos e engajados em acirrada competição, direcionaram-se fortemente para os países Asiáticos. Tratava-se de capitais inteiramente privados, maiores várias vezes que as reservas nacionais de vários países.

A abertura financeira permitiu a forte captação de recursos de curto prazo em moeda estrangeira. Fundos e bancos internacionais foram também fortemente atraídos. O otimismo e a alta perspectiva de lucro inibiram a cautela e induziram à especulação e até às posições de *"Esquema Ponzi"*. Em 1997 o otimismo foi revertido, era a explosão da bolha. Bancos estrangeiros, percebendo fragilidades na economia tailandesa, passaram a retirar rapidamente recursos daquele país. A probabilidade cada vez mais real do governo tailandês quebrar ou deixar quebrar a paridade da moeda local com o dólar desencadeou sucessivas fugas de capital. Algo similar ocorreu nos países vizinhos, motivado pela percepção de que as fragilidades eram compartilhadas. Significa dizer que ocorreu contágio na economia da

Tailândia e que este se propagou para toda região.

Não se pode entender a crise asiática sem uma devida compreensão de um fato histórico mais geral e abrangente. No final dos anos oitenta e começos dos anos noventa ocorreu o desmonte da União Soviética e isto significou o fim do pólo anti-sistêmico ao capitalismo norte-americano, pois provocou uma mudança fundamental nas relações econômica e na geopolítica entre os Estados Unidos e os seus aliados históricos na Ásia. Com o desmantelamento da União Soviética em 1991 e o consequente esvaziamento da guerra fria, a estratégia norte-americana quanto ao subsistema asiático mudou completamente. As políticas econômicas diferenciadas do modelo de capitalismo anglo-saxão, em particular a política industrial hiperativa que durante décadas foram a marca e a razão de sucesso do capitalismo asiático tornaram-se obstáculos aos interesses do *"hegemon"* mundial. Multiplicaram-se os conflitos comerciais, as pressões políticas e econômicas norte-americanas – diretas e através de órgãos multilaterais e teoricamente neutros – para que aqueles países promovessem uma grande abertura comercial e financeira foram intensificadas. Uma miríade de especialistas se reversaram em exercícios teóricos, devidamente remunerados, em ataques políticos e ideológicos ao *developmental state* asiático, ou seja, países que antes eram apresentados como exemplo de obediência às normas e regras do mercado e depositários fiéis da prática das finanças sadias foram satanizados.

A diplomacia americana do dólar foi o elemento fundamental no enquadramento dos países asiáticos. As medidas de desregulação financeira da Coréia do Sul funcionaram como indutor do desmonte dos mecanismos de controle e coordenação dos investimentos internos. Ao desregulamentar os fluxos de capitais para a Coréia do Sul, aquele país, assim como outras nações asiáticas, desistiu do controle das taxas de câmbio e da alocação dirigida dos investimentos internos. Este processo terminou por minar os mecanismos de coordenação que fizeram da Coréia do Sul um caso exemplar de crescimento econômico.

Diferentemente da periferia e semiperiferia latino-americana para a periferia e semiperiferia asiática, os mercados externos são os componentes principais da demanda agregada, e a sua evolução constitui um fator determinante para o crescimento dos componentes domésticos da renda. Ao longo do período de alto crescimento, os Estados Unidos constituíram-se como principal mercado e, na medida em que o comércio regional desenvolveu-se intensamente, os Estados Unidos afirmaram-se como consumidor de última instância, compensando com o seu déficit comercial com a maioria das economias o elevado déficit que

estas possuíam com o Japão. A elevada dependência dessas economias ao mercado americano e ao dólar conferiu às pressões mercantilistas americanas, em termos bilaterais, extraordinário poder.

É indiscutível que o êxito da reação sul-coreana deveu-se à criação da *Financial Supervisory Commission* (FSC), uma agência criada com suficiente autonomia e poder para efetivar as mudanças. Para se entender os poderes depositados naquele novo órgão, basta dizer que em junho de 1998, a FSC vetou o acesso ao crédito a 55 empresas, incluindo 20 subsidiárias dos cinco maiores grupos. Ao mesmo tempo, disponibilizava amplas linhas de crédito para facilitar a reestruturação. Por outro lado, também, ficou sob a competência da *Financial Supervisory Commission* as decisões sobre quais os bancos eram economicamente viáveis e quais o governo deveria deixar mergulhar na falência. Além disso, a FSC impôs padrões internacionais de regulação sobre o sistema financeiro, incluindo critérios de adequação de capital e de classificação dos empréstimos e a exigência de maior diversificação das aplicações.

Observa-se, claramente, que a atuação da FSC na estratégia de reestruturar os *Chaebols* e de prepará-los para a competição internacional foi pautada pelos princípios que são característicos da atuação do *Developmental State*: (a) a força da denominada agência-piloto; (b) a relação institucionalizada entre burocracia e empresários; (c) a definição de metas para reformar a economia. Os burocratas, designados para aquela comissão (FSC) tiveram relevante papel, indicando os setores em que os *Chaebols* deveriam atuar e pressionando-os por fusões com o objetivo de ampliar as vantagens de escala e reduzir o risco de acumulação de excesso de capacidade. A *Financial Supervisory Commission*, à semelhança do *Economic Planning Board*, utilizou uma combinação de incentivos e sanções para alcançar suas metas. Os *Chaebols* que se recusaram a adotar as mudanças tiveram o acesso ao crédito negado e foram submetidos a um controle maior.

O começo dos anos dez do presente século apontava para alguns obstáculos e diversas superações da economia sul-coreana. Em 2003 o governo da Coréia do Sul seguindo a estratégia de crescimento da competitividade tecnológica do país, ousou definir ao nível do planejamento estatal, a Ciência e Tecnologia, como a principal prioridade da agenda da política econômica. Novamente definida a Ciência e Tecnologia como prioridade máxima, em 2004, o governo encaminhou um plano de reestruturação do Sistema Nacional de Inovação. O referido plano

enfatizava a transformação de um modelo simples de "janela de oportunidades" para um modelo centrado na *Permanent Activation Creative,* no aumento da rede de relacionamento entre os *players* do mercado e na produção com desempenho e paradigmas orientados para demanda (*demand-oriented economy*). No final de 2004, os investimentos de P&D da Coréia alcançaram US$ 19 bilhões, o que significa 2,85% de seu PIB. A Coréia do Sul também investiu ativamente no desenvolvimento da tecnologia para o bem-estar social com o intuito de melhorar a qualidade de vida e das novas tecnologias que levem à criação de novas indústrias. Significa dizer que o relacionamento e a imbricação dos investimentos produtivos com as políticas de inovação estavam determinados pelo planejamento estatal. O D*evelopmental State* continuava ativo.

As ações no sentido de melhorar o desempenho e aumentar a competitividade da economia sul-coreana foram mais uma vez dinamizadas no período recente. Fato que representa a acentuação de tendências históricas do desenvolvimento econômico da Coréia do Sul. Desse modo, verificou-se um significativo esforço na qualificação de alguns produtos. A indústria evoluiu de produtos de baixo valor adicionado e baixa complexidade para produtos de mais alta complexidade e maior valor. As diretrizes dos órgãos governamentais foram precisas e a fiscalização rigorosa no sentido de que as empresas estrangeiras só podiam participar do mercado sul-coreano transferindo *know-how* para as empresas nacionais.

Outro aspecto favorável à economia sul-coreana foi que durante toda a primeira década deste século a Coréia do Sul se manteve líder em diversos setores econômicos, com destaque para a liderança exercida na construção naval com uma demanda internacional sempre crescente. Aquele país abriga sete das dez maiores empresas do setor. A partir de 2004/2005 os sul-coreanos se beneficiaram fortemente do aumento do comércio mundial, dos preços do petróleo e das novas exigências tecnológicas para embarcações. Ainda, as exportações sul-coreanas de embarcações cresceram 25% ao ano desde 2004 e as projeções é que esta taxa anual se mantenha pelo menos até 2015, pois a carteira de encomendas das empresas está permanentemente cheia. Em 2007 as receitas de exportações foram de 50 bilhões de dólares. Problemas de custos crescentes, escassez de matéria prima e de força de trabalho estão sendo resolvidos através do comércio, principalmente com a China e o Brasil. Novos contingentes de mão-de-obra qualificada estão sendo formados.

O crescimento do produto sul-coreano nos anos recente foi irregular, mas não apresentou tendências recessivas, nem teve crescimento negativo em nenhum ano da série histórica 2001-

2010. O crescimento respectivamente em 2001 e 2002 foi de 4,0% e 7,2%. Depois de um crescimento mais baixo, ou seja, de 2,8% em 2003, a economia sul-coreana cresceu uma média de 4,6% no triênio de 2004-2006. Este crescimento do PIB da Coréia do Sul deveu-se, em grande medida, a recuperação ocorrida na economia norte-americana depois da crise de 2001, quando a conjuntura internacional sofria uma crise de oferta de capitais e o Federal Reserve resolveu promover uma "enchente" de liquidez, praticando uma política monetária extremamente expansionista com redução acentuada da taxa de juros, a maior desde o pós II Guerra mundial. Outro fator importante, mais uma vez, foram os progressos na integração económica regional, particularmente quando se observa que o volume de comércio dentro da ASEAN + 3, cresceu 16%, ou seja, passou de 273,1 bilhões de dólares em 2004 para 315,0 bilhões de dólares em 2005.

É importante destacar que em 2007, mesmo com os prognósticos bastante pessimistas do FMI e apesar dos primeiros sinais da crise iniciada nos Estados Unidos, a economia sul-coreana cresceu em 5,1%. O aspecto mais grave da crise foi a contínua desvalorização do dólar que provocou rachaduras em toda economia mundial, impactando principalmente as exportações dos países ditos "emergentes". Trata-se de um efeito-riqueza negativo, ou seja, além da redução das vendas internacionais em si, o efeito taxa de câmbio reduz as receitas de exportações e consequentemente a renda interna e o consumo de importados. De todo modo, vale registrar o crescimento do comércio regional asiático que passa de 315 bilhões de dólares em 2005 para 354 bilhões de dólares em 2006, um aumento percentual de 12,4.

Na conjuntura internacional do final da década, quando a economia dos Estados Unidos apresentou uma oferta abundante de recursos financeiros, ou seja, em uma economia de "dinheiro muito barato" ocorreu uma forte expansão imobiliária que levou à crise de 2007. Assim, em 2008 e 2009 a economia sul-coreana tem baixo crescimento, de 2,3% e 0,3%, respectivamente, resultante da crise que atingiu (e continua atingindo) toda economia mundial iniciada nos Estados Unidos com as políticas expansionistas de combate a crise. A redução da taxa básica de juros chegou a 1% ao ano, o que promoveu o barateamento do crédito e um estímulo sem igual ao consumo privado. O setor imobiliário (um espécie de hiena do capital) começou a praticar uma Postura Ponzi. Em 2005 o "boom" do mercado imobiliário estava em franca expansão. Como sempre a riqueza imobiliária era fictícia, ou seja, não havia recursos reais para ratificar o movimento especulativo. Outro movimento praticado pelo keynesianismo militarista dos Estados

Unidos foi aumentar os gastos bélicos e se envolver em maior número de conflitos regionais. Mesmo neste cenário de crise a Coréia do Sul cresceu 6,2% em 2010.

É importante observar a preocupação da Coréia do Sul e demais países da ASEAN de introduzir elementos de Supervisão Económica para evitar as crises, e, caso elas aconteçam mecanismos para melhor gerenciar uma crise instalada. Assim, são reforçados os estudos e esforços para instituir os fundamentos de cooperação regional visando o Chiang Mai Initiative (CMI) e reduzindo as ligações com o FMI. Ficou claro que o sistema de segurança do FMI só torna-se efetivo depois que a crise se instalou e o programa de monitoramento é negociado, então em condições muito desvantajosas para o país socorrido.

Como se insiste neste trabalho a periodicidade das crises capitalistas está sendo encurtada, principalmente pela depreciação (real ou tecnológica) da parte fixa do capital constante. Assim, em 2007 a recessão voltou vigorosamente. Nos três anos seguintes, a economia da Coréia do Sul não enfrentou nenhum ano de taxa negativa, o menor valor registrado foi em 2009 (0,3%). A economia da Coréia do Sul está passando por um período de recuperação após a queda ocorrida a partir do final de 2007 e, em especial, no início de 2009, em razão da crise financeira internacional. A retomada do crescimento, ainda apresenta oscilação instáveis nas taxas de crescimento trimestral do PIB. Desde o primeiro trimestre de 2005, o país vinha apresentando elevação em seu produto interno bruto, com variações em função da conjuntura econômica internacional, em particular com o nervosismo da economia norte-americana. Essa dinâmica persistiu até o quarto trimestre de 2007, quando os efeitos adversos que atingiam as principais economias desenvolvidas se fizeram sentir no país asiático. A economia coreana caiu no primeiro trimestre de 2008, sofrendo nova queda no primeiro trimestre de 2009. A recuperação teve início no segundo trimestre do mesmo ano e, ao final deste, foi suplantado o pico atingido em 2007.

3. Experiências comparadas e resultados observados

No Brasil o pioneirismo industrial foi do setor têxtil e de confecções[260] cujos primeiros registros datam do começo da segunda metade do século XIX. O surgimento destas empresas

[260] Significa dizer que a industrialização brasileira começou com uma indústria velha, própria do capitalismo pioneiro britânico e incapaz naquele momento histórico de criar ou incorporar novas tecnologias. Não foi um ponto de partida auspicioso, contudo a história só se faz com os elementos disponíveis. Entretanto, cabe registrar um contra exemplo que ocorreu no final do século XIX: a Alemanha iniciou sua industrialização com as indústrias química e elétrica.

industriais, tipicamente capitalistas, em vários pontos do território nacional, não constitui, ainda, um processo consistente de industrialização. O processo industrializante só tem início efetivo nos anos trinta do século XX. Se de um lado a burguesia foi capaz de implementar um discurso ideológico a favor da indústria e contra a chamada vocação rural brasileira. Por outro, a modernização brasileira teve forte conteúdo conservador e dependeu vigorosamente do Estado em toda sua sequência. Em particular esta dependência ocorreu mais na construção dos segmentos mais dinâmicos para a acumulação de capital, com destaque para a criação do Departamento produtor de bens de produção.

A modernização brasileira acontece sob a égide de um espirito ambivalente. Duas oposições ou dualidades surgem e acompanham o desenvolvimento capitalista no Brasil: a necessidade concreta nos anos trinta de proteger e estimular o segmento agrícola (burguesia cafeeira), como forma de garantir a renda necessária para comprar as importações, tornou-se uma aliança que perdura na contemporaneidade, dado que é quase impossível separar os interesses burgueses urbanos e rurais. O poderoso agronegócio e a ausência de uma reforma agrária efetiva e abrangente confirmam esta tese. A segunda dualidade é aquela que sempre colocou de um lado agentes públicos e privados desenvolvimentistas daqueles partidários da chamada "finanças sadias" e de uma irredutível ortodoxia em teoria e em politica econômica. Esta oposição, em geral, disputa suas proposições e suas estratégias de ação não apenas na imprensa ou no parlamento, mas dentro do próprio aparelho de estado. Aquela dualidade vem ocorrendo no seio dos mais diversos governos brasileiros desde os anos trinta, sejam democráticos, autoritários, populistas ou "populares". Só para ficar em poucos e ilustrativos exemplos, esta ambivalência esquizofrênica esteve presente e atuante em Vargas, em Geisel, em Sarney e em Lula.

Outro aspecto importante na industrialização brasileira foi a repetição de um mesmo e relutante problema, pois a cada rodada substitutiva de importações, novas necessidades de acumulação de capital físico promovia necessidades de financiamentos crescentes. A possibilidade deste processo se completar, mesmo se construindo vários andares ao mesmo tempo, segundo a conhecida metáfora de Conceição Tavares, se mostrou ilusória. A condição semiperiférica foi mantida no conjunto da estratificação do moderno sistema-mundo. A aplicação do processo de substituição de importações aliada ao papel do Estado, não foi suficiente para promover uma efetiva ruptura. A explicação é de que o Estado teve sua atuação limitada por fortes condicionamentos políticos, incluindo uma conservadora aliança de classes.

A verdade é que nenhuma afirmação feita sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro pode negar o quanto o país avançou neste percurso de oitenta anos que separa o presente da "revolução de trinta". A questão principal não é do que foi conquistado, mas é o fato que a construção nacional ficou efetiva e irremediavelmente inconclusa. Este trabalho, como todos os outros é datado, significa que em algum tempo futuro o termo "irremediavelmente inconclusa" pode ser suprimido. Na atualidade, não.

Nas condições brasileiras, o momento histórico mais importante e propicio para a consecução de um desenvolvimento capitalista completo e independente ocorreu no governo do presidente Geisel, durante o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Insiste-se na tese de que como se tratava de um governo autoritário as chances eram maiores. As mesmas forças sociais que operavam desde os anos trinta inviabilizaram o projeto. Os anos setenta chegam ao fim como o "último alento" do nacional-desenvolvimentismo.

Este trabalho defende a tese de que no caso brasileiro ocorreu uma construção interrompida a partir do diagnóstico feito nos anos noventa por Celso Furtado (*Brasil – a construção interrompida*), onde o ponto mais importante levantado pelo grande economista era uma reflexão sobre a predominância de uma visão ahistorica ou anti-histórica onde tudo era mercado. Onde a destruição do que havia de Nação, também era um imperativo da vitória dos mercados e do fim da história. Recentemente, Aloizio Mercadante, um economista importante, dirigente do Partido dos Trabalhadores e membro do governo lançou um livro intitulado: *Brasil – A Construção Retomada*. Apesar da excelente retórica do economista Mercadante, este trabalho continua com o diagnóstico de Furtado.

Quando se analisa o caminho da Coréia, percebe-se que aquele país, ainda unificado, permaneceu isolado em um estado de lentidão semifeudal, uma longa duração braudeliana quase estática durante vários séculos até o começo do século XX. Entre 1910 e 1945 o país passa pela experiência de uma situação colonial extremamente tardia ao ser anexado pelo Japão. O processo de industrialização e urbanização acelerada só teve início na década de sessenta. Desse modo, aquele Estado nacional (agora Coréia do Sul) que foi tardio em todos os sentidos teve apenas cinquenta anos para alterar sua condição de extremo atraso.

Não se deve olvidar que os apoios recebidos do Japão e dos Estados Unidos dentro de uma estratégia de criar "cinturões sanitários" contra a União Soviética e o comunismo em geral

foi essencial para o sucesso político e econômico da Coréia do Sul. Pode-se afirmar que a Coréia do Sul foi contemplada com uma versão asiática do Plano Marshall.

Em grande medida, foi o Japão o responsável por introduzir o capitalismo na sociedade Coreana, mas isso se deu num processo histórico muito peculiar. Em primeiro lugar, não houve grande resistência em transformar a estrutura agrária do país em uma sociedade industrial. Em segundo, a criação dos grandes conglomerados industriais que até hoje caracterizam o país – os Chaebols – foram, em grande medida, uma criação do Estado.

Na literatura existem muitas controvérsias sobre a eficácia do governo da primeira República (1948-1960) do presidente Sygman Rhee. Entretanto é indiscutível que algumas medidas importantes foram realizadas, como a instituição de uma reforma agrária radical que expropriou e distribuiu terras de forma muito abrangente. Contudo, não foi possível realizar o "arranco" econômico nos anos cinquenta.

O período áureo do desenvolvimento econômico sul-coreano coincide com a gestão do presidente Park Chung-Hee. Em 18 anos de governo do presidente Park realizaram-se as mudanças necessárias para tirar efetivamente a Coréia do Sul do seu atraso secular. A terceira (1961-1971) e a quarta República (1972-1979) lançam a economia e a sociedade sul-coreana como "*player*" mundial e segunda potência regional da Ásia, superada apenas pelo Japão.

No período de 1963 a 1976, a economia cresceu 9,6% ao ano. Entre 1977 e 1981 etapa da crise mundial, incluindo a quebra do padrão de acumulação keynesiano-fordista que se iniciara em 1973 com o primeiro choque do petróleo, a Coréia do Sul cresce 6,1% ao ano. No período de 1982 até 1991 (a década perdida no Brasil) a economia sul-coreana voltou a apresentar um crescimento anual de 9,6%. Na etapa seguinte, isto é, de 1992 até 2000 (a década brasileira mais que perdida) o crescimento médio anual ficou em 6,8%. Na primeira década do novo século, aquela economia reduz seu crescimento para um valor centrado em torno de 4,5%. Seria bastante pertinente argumentar que uma economia que cresce a uma taxa média anual de 7,4% durante quase meio século atingiu a maturidade.

Na década de setenta quando ocorreu a inflexão do longo ciclo de Kondratieff, a Coréia do Sul aproveita para consolidar seu modelo de desenvolvimento. A resposta sul-coreana às crises dos setenta foi diferenciada e incluiu uma agressiva política de redução das taxas de juros na contramão do que era preconizado pelo Fundo Monetário Internacional, mas na mão do próprio desenvolvimento.

Os anos oitenta representaram um salto tecnológico consciente e planificado. As decisões vão desde uma política absolutamente protecionista acompanhada de contrapartida do setor privado até a garantia de compras governamentais com imposição de exigências no controle de qualidade e na incorporação de novas tecnologias.

A década de noventa, apesar de significar um ponto de inflexão na trajetória de longo prazo do desenvolvimento e consequentemente de desordenamento da economia sul-coreana, representou também, um momento de superação como mostrado acima, principalmente pela criação da *Financial Supervisory Commission* (FSC) e pela resistência de adotar por inteiro o receituário do FMI.

No período mais recente houve uma reafirmação do projeto de incorporação acelerada de tecnologia de maneira a agregar valor crescente às mercadorias e serviços. Os dados comprovam que as exportações sul-coreanas incorporam cada vez mais um altíssimo valor agregado.

A investigação realizada pelo trabalho, quando se compara as experiências de desenvolvimento dos dois países percebem-se diferenças importantes no papel do Estado Nacional. No caso brasileiro os subsídios são fornecidos apenas no intuito de ao modificar os preços relativos, e assim estimular a economia, na Coréia do Sul os subsídios "são casados" com exigências e imposição de padrões de qualidades feitas pelo Estado em relação ao setor privado.

Outro aspecto que diferencia a experiência brasileira daquela da Coréia do Sul é o nível de interferência e subordinação das políticas econômicas dos dois países em relação aos organismos internacionais. Desse modo, o sucesso econômico sul-coreano ocorreu, em um contexto bem diferente daquele recomendado pelas instituições como o FMI e a OMC, sem abertura radical dos mercados nem aos investimentos estrangeiros. Ao contrário do ocorrido em países como o Brasil e a Argentina, a abertura exterior da Coréia do Sul baseou-se essencialmente em promoção decidida das exportações industriais combinada com liberalização mais lenta das importações, portanto em forte protecionismo seletivo e substituição das importações como método principal para obter economias de escala e aumentar a competitividade nas novas indústrias, e, em vez de investimentos diretos estrangeiros, os meios de financiamento foram essencialmente a poupança nacional complementada por empréstimos tomados no exterior.

No Brasil a expansão do processo de industrialização se verificou através de empresas, muitas delas multinacionais, enfraquecendo o capital nacional. Esta desnacionalização se tornou dramática na longa década de noventa com as privatizações descontroladas e com a mudança do

conceito de capital nacional. Na Coréia do Sul este processo foi inteiramente comandado pelos *Chaebols*, conglomerados diversificados e controlados formados por capital coreano e controlados por famílias sul-coreanas.

A educação foi importante no desenvolvimento econômico brasileiro, mas dentro de uma concepção de "capital humano", isto é, como algo se agrega a uma improvável função de produção, na Coréia a educação sempre foi tratada como prioridade absoluta, seguindo-se experiências históricas exitosas como a da Alemanha.

Os níveis de educação e formação para o trabalho são maiores hoje do que eram na época da Revolução Industrial pioneira. Na Inglaterra os operários tinham origem rural ou eram irlandeses. No caso brasileiro, apesar de maior qualificação da classe operária comparativamente a outros exemplos históricos, os salários foram mantidos baixos e em diversos momentos da dinâmica econômica este foi o instrumento principal utilizado para acelerar a acumulação de capital. O crescimento dos salários reais na Coréia do Sul supera as experiências históricas mais antigas e é muito mais favorável aos trabalhadores que a experiência brasileira.

Na Coréia do Sul ocorreu um esforço importante na qualificação de produtos. A indústria evolui de produtos de baixo valor adicionado e baixa complexidade para produtos de mais alta complexidade e maior valor. As diretrizes dos órgãos governamentais foram precisas e a fiscalização rigorosa no sentido de que as empresas estrangeiras só podiam participar do mercado sul-coreano transferindo *know-how* para as empresas nacionais. No Brasil esta e outras exigências correlatas são existem e os intelectuais, políticos e empresários que defendem tal ação do Estado brasileiro são acusados de "jurássicos".

No item inovações, patentes e produção científica, se tem o, seguinte quadro. Em 1980 a Coréia do Sul apresentou 33 pedidos de patentes ao Escritório norte-americano, obtendo 8 concessões, algo em torno de 25% de sucesso. Em 2000 foram 5705 pedidos de patentes, conseguindo 3314 concessões, o que corresponde a 58% de patentes aprovadas. Quando se observa o longo período de 1980 a 2000, têm-se os seguintes resultados: o número de pedidos de patentes aumenta de 17.188%; o número de concessões faz um movimento mais exponencial e cresce de 41.325%. Em 1981, a Coréia do Sul em 1981 tem um quantitativo modesto de artigos científicos publicados em periódicos internacionais, porém evolui para 15.643 artigos em 2002, uma taxa de variação de 6.701,30%. Por outro lado, o Brasil com um começo em 1981 de 1887 artigos, alcança 11. 285, uma evolução de 498,04%.

Todas as estratégias de desenvolvimento sul-coreano convergiam para a idéia do controle da tecnologia. Não havia nenhum interesse do governo em aceitar a instalação de empresas estrangeiras no país quando não fosse possível fazer parte do acordo de transferência de tecnologia. Esta atitude faz a diferença, pois no caso dos governantes brasileiros não havia tal exigência, inclusive dava-se o contrário, a indústria externa é recebida sem nenhuma restrição e ainda é premiada com incentivos fiscais diversos goza de financiamento por bancos estatais, como o BNDES.

O papel ativo e em grande parte muito eficiente do Estado foi essencial na ascensão do país, ao aumentar em forma acelerada a competitividade internacional em produtos de cada vez maior nível tecnológico. Neste aspecto é importante compreender que, mais do que de uma concentração unilateral na promoção de exportações em suposto contraste radical com a substituição de importações típica da Índia e da América Latina, tinha-se tratado de uma combinação eficiente de ambas vertentes do desenvolvimento industrial ao usar a segunda, por meio de metas de exportação impostas às empresas industriais pela política de subvenções estatais, como um tipo de alavanca para desenvolver a primeira. Mais do que oposição entre dois modelos contrários havia, portanto, uma combinação hábil e dinâmica entre ambos, como se mostrou com a maior clareza nos anos 80, que não foram, precisamente por tais razões, uma "década perdida" para a Coréia do Sul.

As experiências de industrialização tardia são caracterizadas por um forte viés regional. Ou seja, o contexto subinternacional e seus arranjos econômicos e políticos são fundamentais nos processos de desenvolvimento. Não se trata da velha, mas, ainda atualíssima, discussão sobre difusão desigual de tecnologia, mas da difusão desigual do capital. Assim, a Coréia do Sul é um interessante e bem-sucedido caso sobre o efeito do uso de fontes externas de financiamento em países de desenvolvimento tardio. Trata-se de um caso onde a dinâmica da poupança externa foi muito mais benéfica no longo prazo do que o observado em diversas economias tardias latino-americanas, incluindo o caso brasileiro. Para analisar os efeitos da poupança externa na economia, porém, não se pode olvidar o contexto particular da Guerra Fria em que estes países eram parte do xadrez da geopolítica internacional. A Coréia do Sul, de forma diferente dos países latino americanos, incluindo o Brasil, foi fortemente beneficiada por grandes somas de ajuda externa, logo após a divisão do país em 1948, e continuou a receber recursos externos sob a forma de ajuda militar por muito tempo.

Das diversas fontes pesquisadas surge uma forte evidência de que os fatores decisivos para o desenvolvimento econômico da Coréia do Sul podem ser resumidos da seguinte forma: Em primeiro lugar, a ultrapassagem da economia sul-coreana foi obtida através de uma estreita aliança formada por um estado forte, com foco no desenvolvimento pleno e por um setor empresarial forte e comprometido. Além daquela aliança, as relações entre o estado e os empresários mudaram durante o curso do processo de desenvolvimento econômico, tornando-se cada vez mais dinâmicas. Por fim, os *Chaebols* não se limitaram à espera passiva por subsídios e proteção governamental, estes saíram à busca de novas fontes de renda extrapolando o mercado local sul-coreano.

A Coréia do Sul teve a seu favor um conjunto de estratégias que foram exitosas, tais como: políticas permanentes e consistentes desde a década de sessenta criaram fortes grupos nacionais e poderosos mecanismos de financiamento interno; políticas de desenvolvimento focadas nas exportações criaram uma economia mais competitiva e avançada tecnologicamente; os níveis de endividamento internacional ficaram muito abaixo daqueles praticados no Brasil; estabelecimento de vínculos adequados com a economia japonesa, que durante quase todo o período de análise cresceu a altas taxas. Assim, essas economias não ficaram alijadas do mercado financeiro internacional e não sofreram grandes carências de capitais para financiar seu desenvolvimento.

Uma constatação evidente é de que o planejamento econômico estatal praticado na Coréia do Sul foi muito eficiente e eficaz no processo de desenvolvimento sustentado daquela economia, pela amplitude, pois envolvia todas as estruturas econômicas, pelo caráter seletivo, na medida em que as autoridades econômicas indicavam os setores estratégicos e as empresas líderes, fornecia os insumos de Estado necessários (principalmente infraestrutura e financiamento) e exigia as contrapartidas. Ou seja, em contrapartida ao apoio efetivo, o Estado sul-coreano exigia um desempenho padrão das empresas privadas. Os subsídios nunca foram distribuídos como benesses de governo, ao contrário, foram utilizados dentro de princípios de reciprocidade.

Como visto na Coréia do Sul existem diversos órgãos responsáveis pelo planejamento econômico. Assim, o *Economic Planning Board (EPB)* que é um verdadeiro Ministério de Planejamento, compõe-se de vários comitês e núcleos de planejamento, gestão, orçamento e política industrial. O EPB conta, também, com o apoio do Instituto do Desenvolvimento da Coréia, responsável não apenas por pesquisa econômica, mas pela participação ativa em todas as

fases do planejamento. Existe, ainda, o Banco do Desenvolvimento da Coréia subordinado ao Ministério das Finanças. Além destes, a Coréia possui um Ministério da Ciência e Tecnologia.

Este trabalho mostrou que a Coréia do Sul não teria atingido o nível de desenvolvimento econômico que atingiu sem o planejamento com controle efetivo, eficiente e eficaz do Estado nacional. Dentro de uma estratégia de construção nacional de longo prazo, iniciada em 1961 e que nunca foi interrompida. A idéia norteadora era transformar uma economia agrária e rural numa economia industrial e urbana. O Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico tinha como objetivos: romper o circulo vicioso da pobreza; e construir da infraestrutura econômica. Plano a Plano os objetivos vão num crescendo até a economia do conhecimento e do avanço da competitividade internacional.

O Brasil ao contrário da Coréia do Sul não obteve sucesso em nenhuma política de integração regional, nem teve ajuda dos Estados Unidos. A partir de 1981 o país começou a vivenciar um doloroso processo de estagflação que durou praticamente toda a década de oitenta, com exceção do triênio 1984-1986. Na década de noventa, o conservadorismo econômico atrasou mais ainda a economia brasileira e impediu qualquer possibilidade de ruptura com o capital internacional. Desse modo vivia-se o pior de dois mundos: nem se conseguia uma saída nacional soberana nem se despertava o interesse do grande capital. Na ausência de programas de desenvolvimento independente não se incorporava tecnologias, não se mudava os padrões produtivos, nem se capacitava para o quadro de mudanças que acompanhou o capitalismo no último quartel do século XX. Restava a esperança de que um governo sustentado por ideais nacionalistas e populares pudessem reverter este quadro de paralisia nos anos dez do novo século. A existência de um partido político com capital eleitoral e credenciais junto aos movimentos populares era condição necessária, mas não era condição suficiente. A carta aos brasileiros foi um ato de capitulação prévia, talvez motivada pela incerteza do tamanho do capital eleitoral e pela certeza da permanência dos elementos de resistência das elites brasileiras às mudanças.

Conclusão

No decorrer deste trabalho, procurou-se apresentar uma narrativa onde os aspectos políticos, econômicos e sociais mais importantes do desenvolvimento tardo-capitalista no Brasil e na Coréia do Sul, fossem reconstituídos. Alguns pontos de rupturas e mudanças tiveram destaque especial como os governos brasileiros de Getúlio Vargas e do General Ernesto Geisel e o governo sul-coreano do General Park Chung-Hee.

Como toda narrativa que pretende possuir consistência e poder explicativo deve ser problematizada, o trabalho buscou compreender a questão posta do desenvolvimento capitalista comparado entre os dois países, enquanto uma relação entre o Estado e o processo de acumulação de capital no contexto de uma economia-mundo. Ênfase foi dada a evolução histórica daquelas nações desde o processo de formação de sociedades urbano-industriais até a atualidade, tentando identificar as políticas implementadas e seus resultados.

Há uma premissa fundamental que norteou e orientou toda a pesquisa, a saber, o desenvolvimento dos capitalismos retardatários e tardios, desde a experiência alemã só ocorreu onde o Estado tomou para si a tarefa de acelerar a acumulação de capital em defesa e em proveito de uma burguesia nacional. Tal pressuposto nega por completo as teses do capitalismo de "geração espontânea", fato que não ocorreu nem mesmo na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Por consequência nega, também, a idéia liberal dos mercados "inteligentes", auto-reguladores e sempre eficientes em todas as alocações possíveis e aceita a tese braudeliana de que Estado e capitalismo sempre andaram juntos, pode-se dizer de "mãos dadas".

Defende-se que os resultados, que foram possíveis de se obter neste trabalho, são compatíveis com o referencial teórico utilizado e com as hipóteses adiantadas. O trabalho reforça a tese de um sistema-mundo capitalista estruturado em camadas de poder, intituladas de Núcleo Orgânico, Semiperiferia e Periferia. Conclui que a mudança para cima de uma zona de estratificação para outra é possível para um ou outro elemento dos conjuntos periferia e semiperiferia, mas nunca para todo conjunto. A passagem da semiperiferia para o núcleo orgânico é mais restrita do que da periferia para a semiperiferia. Em síntese: a entrada no clube de riqueza oligárquica é individual e depende de condições especiais.

O papel do Estado aumentou consideravelmente no decorrer do século XX, em certa medida em decorrência dos avanços nos instrumentos de planejamento econômico, da matriz de insumo-produto e da teoria keynesiana. Este acréscimo de função se verificou com maior nitidez nos países tardo-capitalistas pela necessidade de aceleração da acumulação. Em geral, o Estado não se limitou a exercer uma simples tutela, mas combinou o monopólio legítimo da força contra as classes subalternas, contra setores médios e contra setores recalcitrantes das próprias classes dominantes.

É inegável que no caso brasileiro, o Estado teve papel fundamental no processo de industrialização. Contudo, não predominou um nacionalismo eficaz e eficiente no enfrentamento do desenvolvimento enquanto prioridade máxima, assim como nunca foi possível a construção de alianças que se colocassem contra os interesses hegemônicos do capitalismo internacional. Parece claro, também, e presta-se como antítese aos discursos liberais, que o Estado brasileiro foi muito além de um mero agente jurídico, pois ele atuou fortemente como grande investidor e controlador de empresas, dado a escala insuficiente do capital privado nacional. O Estado favoreceu a acumulação de capital fornecendo insumos baratos (energia elétrica, ferrovias, etc.); e bens-salários (alimentos principalmente) que desoneravam muito os custos privados de produção. Entretanto, não é demais repetir que o Estado brasileiro foi incapaz de construir um padrão de desenvolvimento capitalista pleno e independente.

O fato é que seria inaceitável qualquer argumento sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro que negasse os avanços obtidos neste percurso de oitenta anos que separa o presente da "revolução de trinta". A questão principal não é do que foi obtido, porém o fato de que a construção nacional ficou efetiva e irremediavelmente inconclusa. Fica-se com a tese de Furtado de uma "construção interrompida" contra a tese de Mercadante de uma "construção retomada". Este trabalho, como todos os outros, é datado, limitado pela capacidade de observação do sujeito e pela complexidade e mutabilidade do objeto. Significa que em algum tempo futuro o termo "irremediavelmente inconclusa" pode ser suprimido. Na atualidade, não.

No caso sul-coreano, uma constatação irrefutável é que o planejamento econômico estatal foi muito eficiente e eficaz no processo de desenvolvimento sustentado daquela economia, pela amplitude, pois envolvia todas as estruturas econômicas, pelo caráter seletivo, na medida em que as autoridades econômicas indicavam os setores estratégicos e as empresas líderes que deveriam dirigir o processo de crescimento em cada setor, quando fornecia os insumos de Estado

necessários (principalmente infraestrutura e financiamento) e exigia as contrapartidas. Ou seja, em troca do apoio efetivo, o Estado sul-coreano exigia um desempenho padrão, tanto em volume quanto em qualidade, das empresas privadas. Os subsídios nunca foram distribuídos como bônus governamentais, foram utilizados dentro de princípios de reciprocidade.

Esta tese pretende ter demostrado que a Coréia do Sul nunca teria atingido o nível de desenvolvimento econômico que atingiu sem o planejamento com controle efetivo, eficiente e eficaz do Estado nacional. Dentro de uma estratégia de construção nacional de longo prazo, iniciada em 1961 e que nunca foi interrompida. A idéia norteadora era transformar uma economia agrária e rural numa economia industrial e urbana. O Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico tinha como objetivos: romper o círculo vicioso da pobreza e construir uma robusta infraestrutura econômica. Plano a Plano os objetivos foram se realizando, num crescente até a economia do conhecimento e do avanço da competitividade internacional.

Referências bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A Ordem do Progresso*: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.

AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

AGLIETA, M. & ORLEANS, A. *A violência da moeda*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AKYÜZ, Y. *The East Asian financial crisis*; back to the future? (1998). Disponível em http://www.unctad/prasia98 . Acesso em 03 de outubro de 2011.

AKYÜZ, Yilmaz et al. *East Asian Development*: new perspectives. Bookcraft Ltd, Great Britain, 1998.

ALAM, M Shahid. *Governmets and Markets in Economic Development Strategies*: Lessons from Korea, Taiwan, and Japan. Praeger Publishers, New York, 1989.

ALBUQUERQUE, E. *Scientific infrastructure and catching up process*. Cambridge: Cambridge University, 1989.

_____. *Sistema nacional de inovação no Brasil*: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre ciência e tecnologia. In: Revista de Economia Política, Vol.16, nº 3 (63). Rio de Janeiro: Nobel, julho/setembro de 1996.

_____. *Sistemas nacionais de inovação e desenvolvimento*. In: Revista Diversa, Ano 5, Nº 10, Outubro de 2006. Disponível em: http://www.ufmg.br/diversa/10/artigo4.html

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ALESINA, A. et al (2002). *Optimal Currency Areas*. Disponível em: http://post.economics.harvard.edu/faculty/alesina/papers.html. Acesso em: 15 de agosto de 2010.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer de. *O Desenvolvimento da América Latina na Perspectiva da CEPAL dos Anos 90*: Correção de Rumos ou Mudança de Concepção? In FERRAZ, CROCCO e ELIAS (Orgs.). *Liberalização Econômica e Desenvolvimento*. Editora Futura, 2003.

ALMEIDA JUNIOR, Antônio Mendes de. *Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas*. In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira, T.III, O Brasil republicano, vol.3. Sociedade e Política, 1930-1964. Livro primeiro: Processo Político. Capítulo IV. (Livro 10 da Coleção).

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Uma frase (in) feliz?:* o que é bom para os EUA, é bom para o Brasil? Colunas do RelNet, janeiro de 2003. Disponível em: http://www.relnet.com.br/pgn/colunaaj132.lasso. Acesso em 03 de outubro de 2011.

AMIN, SAMIR. *Imperialismo e desenvolvimento desigual*. São Paulo: Vértice, 1987.

AMORIM, Celso. Palestra. *Seminário Atualidade de San Tiago Dantas*. 27 de setembro de 2004. Disponível em: http://www.acrj.org.br. Acesso em 15 de dezembro de 2011.

AMSDEN, A. *Why isn't the whole world experimenting with the East Asian model to develop?* World Development, v. 22, n. 4, 1994.

_____. "*The Rise of "The Rest*" – Challenges to the West From Late-Industrializing Economies. New York: Oxford University Press, 2001.

_____. *A difusão do desenvolvimento*: o modelo de industrialização tardia e a Grande Ásia Oriental. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Vol. 12. Nº 1 (45), janeiro-março, 1992.

_____. *Asia's Next Giant: South Korea and late industrialization*, New York: Oxford University Press, 1989.

_____. *La sustitución de importaciones en las industrias de alta tecnologia*: Prebisch renace en Asia. Revista de la CEPAL, Nº 82, 2004, pp. 75-90. Disponível em: http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/19409/lcg2220e-Amsden.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2010.

ANDERSON, P. *Balanço do neoliberalismo*. In SADER, E. & GENTILI, P. Pós-liberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, Victor Leonardo de. *A criação do BNDE e a controvérsia Lafer-Jafet*. In: http://www.sep.org.br/artigo/2_congresso/_625_ebb6148750ca395b37c96703305e6c2d.pdf. Acesso em 20 de setembro de 1911.

ARBIX, Glauco et al. *Brasil, México, África do Sul, Índia, China:* dialogo entre os que chegaram depois. São Paulo: Editora UNESP/EDUSP, 2002.

ARENDT, H. *Da revolução.* São Paulo, Ática, 1988.

ARIC Regional Monetary Cooperation in East Asia: a survey. Manila: Asia Recovery Information Center, 2000.

ARIDA, Pérsio & LARA-RESENDE, André. *Inflação inercial e reforma monetária*. In: ARIDA, Pérsio (Org.). Brasil, Argentina, Israel: inflação zero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ARIDA, Pérsio (Org.). *Brasil, Argentina, Israel*: inflação zero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural*: o Brasil diante da crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ARMSTRONG, P & GLYN, A. & HARRISON, J. *Capitalism since 1945*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim:* origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2001.

_____. *O Longo Século XX*. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Contraponto, 1996.

ASEAN+3. *Declaração Ministerial Conjunta dos Ministros das Finanças*. Reunião de Makati-Filipinas, 07/08/2003. Disponível em: http://www.aseansec.org/15032.htm . Acesso em 20 de setembro de 2010.

_____. (1977). *Memorandum of Understanding on the Asean Swap Arrangements*. Disponível em: http://www.aseansec.org/6297.htm . Acesso em 20 de setembro de 2010.

_____. *Declaração Ministerial Conjunta dos Ministros das Finanças*. Reunião de Xangai-China, 10/05/2002. Disponível em: http://www.aseansec.org/5473.htm . Acesso em 20 de setembro de 2010.

_____. *Informação à Imprensa sobre a Declaração Ministerial Conjunta dos Ministros das Finanças.* Reunião de Kuala-Lumpur, 24/08/2006. Disponível em: http://www.aseansec.org/18711.htm . Acesso em 20 de setembro de 2010.

_____. *Report Summary of Studies on "Economic Surveillance and Policy Dialogue in East Asia"*. Institute for International Monetary Affairs. March 10, 2005 Manila, the Philippines. Disponível em: http://www.aseansec.org/17889.htm . Acesso em 20 de setembro de 2010.

_____. *The Joint Ministerial Statement of the ASEAN + 3 Finance Ministers Meeting.* 10 May 2002, Shanghai, People's Republic of China. Disponível em: http://www.aseansec.org/6345.htm . Acesso em 20 de setembro de 2010.

_____. *The Joint Ministerial Statement of the ASEAN + 3 Finance Ministers Meeting*. 07 August 2003, Makati, Philippines. Disponível em: http://www.aseansec.org/15032.htm . Acesso em 20 de setembro de 2010.

_____. *Press Release on the Joint Ministerial Statement of the Ministers of Finance.* Meeting in Kuala-Lumpur. Disponível em: http://www.aseansec.org/4949.htm . Acesso em 20 de setembro de 2010.

_____. *Declaração Ministerial Conjunta dos Ministros das Finanças. Reunião de Makati City, Filipinas, 25/08/2007*. Disponível em: http://www.aseansec.org/20868.htm . Acesso em 20 de setembro de 2010.

_____. *Joint Ministerial Statement of the Ministers of Finance. Meeting of Makati City, Philippines, 25/08/2007*. Disponível em: http://www.aseansec.org/20182.htm . Acesso em 20 de setembro de 2010.

_____. *Mensagem do Presidente do Encontro da ASEAN + 3 dos Ministros dos Negócios.* Reunião de Hanói, 21 de julho de 2010. Disponível em: http://www.aseansec.org/24907.htm . Acesso em 20 de setembro de 2010.

_____. *Message from the Chairman of the Meeting of the ASEAN + 3 Ministers*. Meeting in Hanoi, July 21, 2010. Disponível em: http://www.aseansec.org/publications/AR0910.pdf . Acesso em 20 de setembro de 2010.

_____. *The Joint Ministerial Statement of the 10th ASEAN+3 Finance Ministers' Meeting.* 05 May 2007, Kyoto. Disponível em: http://www.mof.go.jp/english/international_policy/convention/asean_plus_3/as3_070505.htm. Acesso em 20 de setembro de 2010.

ASEANSEC. *Report Summary of Studies on "Economic Surveillance and Policy Dialogue in East Asia"*. Institute for International Monetary Affairs. March 10, 2005. Manila, the Philippines. Disponível em: http://www.aseansec.org/17889.htm. Acesso em: 15 de maio de 2011.

ASSIS, José Carlos (1988). *Análise da crise brasileira.* Rio de Janeiro, Forense.

BACHA, Edmar Lisboa. *Introdução à macroeconomia*: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura, 1993.

BAER, M. *O rumo perdido*: a crise fiscal do estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BALASSA, B (1962). *The Theory of Economic Integration*. London: George Allen & Unwin, 1962.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Análise do mercado de câmbio, 1998.*

_____. *Boletim, vários números*.

_____. *Diretoria de Política Econômica/Departamento Econômico*. Nota para a imprensa. Diversos números. Disponível em < http://www.bcb.gov.br >. Diversos acessos.

_____. *Relatório Anual, vários anos*.

_____. *Relatório Anual, vários números*.

BANCO MUNDIAL. *Republic of Korea*: Transition to a Knowledge Based economy. *Report nº 20346 – KO, 2000*. Disponível em http:// www.worldbank.org. Acesso em 15 de março de 2009.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. *Coréia do Sul:* a importância de uma política industrial. Estudos BNDES, nº 11. Rio de Janeiro: DEEST, 1988.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). *68 th annual Report*. Basle, 1998.

BANK OF KOREA. *Economic Statistics Yearbook, vários anos.*

BARAN, PAUL. *Economia política do subdesenvolvimento* (1952) in AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

BARBOSA, Glaudionor Gomes e CAVALCANTI, Guilherme de Albuquerque. *Investimento, poupança e crédito:* uma comparação preliminar entre as abordagens de Kalecki e Schumpeter. UFPB, 2000.

BARBOSA, Glaudionor Gomes. *O debate sobre o Imperialismo hoje*: revisitando as abordagens teóricas de Joseph Schumpeter e Hannah Arendt. In: IV Colóquio Internacional da Sociedad Latino-Americana de Economia Política y Pensamiento critico. Buenos Aires, 22-24 de outubro de 2008.

BASTOS, Pedro Paulo Zaluth. *"A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954).* Unicamp, Instituto de Economia, 2001 (Tese de Doutorado).

_____. *"Qual era o projeto econômico varguista?".* Estudos Econômicos. São Paulo, V.41, N 2, p. 345-382, abril-junho, 2011.

_____. *"Raízes do desenvolvimentismo associado*: comentários sobre sonhos prussianos e cooperação panamericana no Estado Novo (1937-1945)". *Economia Selecta*. Brasília, v. 5, nº 3, dez/2004, 285-320.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. *Novos ensaios sobre o setor externo da economia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 1988a.

_____. *Da crise internacional à moratória brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988b.

_____. *Mito e realidade na dívida externa brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *O Consenso de Washington*: A Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos. Consulta Popular, 1994.

BEKERMAN, Marta & SIRLIN, Pablo & STREB, Maria Luisa. *Política económica em experiências exitosas de Ásia:* los casos de Corea del Sur, Taiwan, Malasia y Tailandia. Documento CENES Nº 2, Abril 1995. Disponível em: http://www.worldcat.org/title/politica-economica-en-experiencias-exitosas-de-asia-los-casos-de-corea-del-sur-taiwan-malasia-y-tailandia/oclc/36910182

BELLUZZO, L. G. de M. *"Notas sobre a crise da Ásia".* Praga, estudos marxistas, n. 5. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *Ensaios sobre o capitalismo do século XX*. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. *O senhor e o unicórnio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R., org. (1982). *Desenvolvimento capitalista no Brasil:* ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense. v.2.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga & ALMEIDA, Júlio Gomes de. *Depois da queda:* a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *"Enriquecimento e produção* – Keynes dupla natureza do capitalismo". São Paulo: Revista Cebrap, Volume 23, março de 1989, pp. 120-127.

BENDESKY, Leon & GARZA, Enrique de la & MELGOZA, Javier & SALAS, Carlos. *La industria maquiladora de exportación em México*: mitos y realidades. México: Instituto de Estudios Laborales, 2003.

BERGESEN, Albert. *Regime Change in the Semiperiphery*: democratization in Latin América and Socialist Bloc. Sociological Perspectives, Vol. 35, Nº 2, Studies in the New International Comparative Political Economy, 1992, pp. 405-413. Disponível em: http://pics3441.upmfgrenoble.fr/articles/pol1/Regime%20Change%20in%20the%20Semiperipher y.pdf. Acesso em: 18 de fevereiro de 2012

BERNARDES, A. T & ALBUQUERQUE, E. *Cross-over, thresholds and interactions between science and technology:* lessons for less-developed countries. Research Policy, Volume 32, Número 5, 2003, pp. 865-885.

BETTELHEIM, Charles. *Comentários teóricos*, Volume II: 25-80. In: EMMANUEL, Arghiri. *Troca desigual*. Volumes I e II. Portugal: Estampa, 1973.

BIANCHI, Ana Maria. *Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico, Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 2 (30), p. 131-150, ago. 2007.

BIANCO, Lucien. *Asia Contemporanea*. México: Siglo XXI, 1985.

BIELCHOWSKI, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro* – o ciclo ideológico desenvolvimentista. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

_____. *Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL*, Rio de Janeiro, Record, 2000.

BIER, Vera & LIZÁRRAGA, Miguel. *Educação para a inovação*: desafios e soluções. São Paulo: Instituto UNIEMP, 2005. (Coleção UNIEMP Inovação). Disponível em: http://www.uniemp.br/livros/educacao-para-inovacao/nota-Educacacao-LIVRO-Completo.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2011.

BIONDI, Aluísio. *"O Brasil Privatizado*: entrevista", Revista Universidade e Sociedade, Brasília, a. X, (22):44-54, set., 2000.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro, 2001.

BNDES. *A economia brasileira nos anos noventa*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. Disponível em: http://www.bndes.gov.br. Acesso em 12 de abril de 2010.

_____. *Balanço da privatização no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. Disponível em: http://www.bndes.gov.br. Acesso em 19 de abril de 2010.

BONELLI, Regis. *Investimento e emprego face a desequilíbrios externos e internos*. In: ARIDA, Pérsio (Org.). Brasil, Argentina, Israel: inflação zero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORGES, André. *Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso*: O Debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*. ANPUH. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 15 a 20 de Julho de 2007.

BORÓN, Atílio. *A questão do imperialismo*. In: BORÓN, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.). A teoria marxista hoje. Buenos Aires: Editora Expressão Popular, 2006.

BORSANI. *Relações entre política e economia*: teoria da escolha pública In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro (Org.). Economia do setor público. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 103-126.

BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)* - 1975/1979, set.1974.

_____. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Indicadores Sociais. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores >. Acesso em 25 de abril de 2010.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1972.

BRENNER, Robert. *O Boom e a bolha*: os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRENNER, Robert. *The origins of capitalists development:* a critique of neo-smithian marxism. New Left Review, 1977.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. "O caráter cíclico da intervenção estatal". *Revista de Economia Política*, vol.9, no.3, julho 1989. Trabalho apresentado ao seminário patrocinado pela Universidade de São Paulo e pelo Wilson Centre, *Democratizing Economics.* São Paulo, julho 1988.

_____. "*A Reforma do Estado dos anos 90*: Lógica e Mecanismos de Controle", Cadernos do MARE da Reforma do Estado, Brasília, MARE, caderno nº 1, 1997.

_____. *Desindustrialização e doença holandesa.* Folha de São Paulo, 09 de abril de 2007. Disponível em: < http://www.bresserpereira.org.br>. Acesso em 20 de Dezembro de 2011.

_____. *Taxa de câmbio, doença holandesa e industrialização*. Cadernos FGV Projetos, Rio de Janeiro, Agosto/setembro de 2010, ano 5, nº 14, pp. 68-73. Disponível em: < http://www.bresserpereira.org.br>. Acesso em 20 de Dezembro de 2011.

BROWN, Gilbert T. *Korean pricing policies and economic development in the 1960s*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1973.

BURKE, Peter. *Sociologia e historia*. Lisboa: Afrontamento, 1980.

CALLINICOS, A. *A vingança da história*: o marxismo e as revoluções do Leste Europeu. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

_____. *"Imperialism today"*. In: *Marxism and the New Imperialism*, Bookmarks: Londres, 1994.

CAMARGO, José Márcio & RAMOS, Carlos Alberto. *A revolução indesejada*: conflito distributivo e mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.

CARDOSO DE MELLO, J. M. *A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição Latino-Americana.* In TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CARDOSO, C. F. & BRIGNOLI, H. P. *Os Métodos da História*: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica e econômica e social. Rio de Janeiro, Graal, 2002.

CARNEIRO, Dionísio Dias & MODIANO, Eduardo. *Ajuste externo e desequilíbrio interno*: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARNEIRO, Ricardo. (Org.). *A heterodoxia em xeque*. São Paulo: Bienal/Unicamp, 1988.

_____. *A política econômica no limiar da hiperinflação*. São Paulo: Bienal/Unicamp, 1990.

_____. *O retorno da ortodoxia*. São Paulo: Bienal/Unicamp, 1989.

_____. *Política econômica da Nova República*. São Paulo: Bienal/Unicamp, 1986.

_____. *Política econômica do Cruzado*. São Paulo: Bienal/Unicamp, 1987.

_____. *Desenvolvimento em Crise:* a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Unesp, 2002.

CASSIOLATO, J. E. & ELIAS. L A. *O balanço de pagamentos tecnológico brasileiro*: evolução do controle governamental e alguns indicadores. In: Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. São Paulo: Unicamp, 2003.

CASSIOLATO, José Eduardo. *A economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas*, 2002. Disponível em: http://acd.ufrj.br/~liinc/publicacoes/Lastres%20e%20Albagli%2002.pdf

CASTELLS, M. *A sociedade em rede* – a Era da informação: economia, sociedade e cultura.(Volume 1). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, A. C. & LICHA, A. & PINTO JR, H. Q. & SABÓIA, J. (Orgs.). *Brasil em desenvolvimento:* economia, tecnologia e competitividade (Volume 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Brasil em desenvolvimento:* instituições, políticas e sociedade (Volume 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CESA. Community of European Shipyards Associations. *Annual Report de 2007/2008*. Disponível em: http://www.cesa-shipbuilding.org/ . Acesso em: 10 de maio de 2011.

CHA, Myung Soo. "*The Colonial Origins of Korea's Market Economy*." In *Asia-Pacific Dynamism, 1550-2000*, edited by A.J.H. Latham and H. Kawakatsu, 86-103. London: Routledge, 2000.

_____. "*The Economic History of Korea*". EH.Net Encyclopedia, edited by Robert Whaples. March 16, 2008. In: http://eh.net/encyclopedia/article/cha.korea . Acesso em 24 de agosto de 2011.

CHANDLER JR., Alfred D. *The visible hand:* the managerial revolution in American business. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 1994.

CHANDLER, Alfred D. *Scale and Scope: The Dynamics of Industrial Capitalism*. Cambridge-Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

CHANG, H. J. *Chutando a escada*: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. *The East Asian development experience* – the miracle, the crisis and the future. Penang: Third World Network, 2006.

_____. *Bad Samaritans*: The Guilty Secrets of Rich Nations and the Threat. London: Random House-Uk, 2008.

_____. *Chutando a escada*: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *The East Asian development experience*: the miracle, the crisis and the future. Penang: Third World Network, 2006.

CHANG, Ha-Joon and EVANS, Peter. *The Role of Institutions in Economic Change*, Paper presented at Conference on "The Other Canon and Economic Development", Oslo, Norway, August, 14-15 th, 2000, pp. 1-22.

CHASE-DUNN, Chistopher & Hall, T. D. *Rise and Demise*: Comparing World-Systems. Westview, Boulder, CO, 1997.

CHASE-DUNN, Chistopher, C. *Global Formation*. Rowman & Littlefield, Lanham, MD, 1998.

CHASE-DUNN, Chistopher. Dependency and world-systems theories, 2002. Disponível em: http://www.sociologyencyclopedia.com/fragr_image/media/dependency Acesso em: 24 de dezembro de 2011.

CHOE, Chongwoo e MOOSA, Imad. *Financial system and economic growth*: The Korean Experience. World Development, Vol. 27, Nº. 6, pp. 1069-1082, 1999.

CICF. *Cadernos do desenvolvimento*. Vol. 3 (5), dezembro de 2008. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006. 280 p.

COASE, R. H. *La Naturaleza econômica de la empresa*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

CODATO, A. N. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: Hucitec, 1997.

COHEN, Benjamin. *A questão do imperialismo*. Economia política da dominação e dependência. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

COHN, Gabriel. *Problemas da industrialização no século XX*, 1963. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1969.

COLE, David C and PARK, Yung Chul. *Financial development in Korea, 1945-1978*. Massachusetts and London: Harvard University Press, 1983.

COLE, David C e LUINTEL, Kul. *Financial restraints in the South Korean miracle*. Journal of Development Economics, vol. 64, pp. 459-479, 2001.

COLE, David C. and LYMAN, Princeton N. (1971). *Korean development*: the Interplay of Politics and Economics. Harvard University Press, Massachusetts.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. In: LESSER, L. Knowledge and Social Capital: Foundations and Applications. Boston: Butterworth Heinemann, 1999.

CONANT, Charles (1896) The economic basis of imperislism. In *North American Review* Volume 167, Issue 502. Cedar Falls, Iowa: University of Northern Iowa, 1898. In: http://cdl.library.cornell.edu/cgi-bin/moa/moa-cgi?notisid=ABQ7578-0167-33. Acesso em 10 de novembro de 2007.

COPOM. Comitê de Política Monetária. *Sistema de metas para a inflação*. Ata da 130ª Reunião, p.1. Acesso em 27 de dezembro de 2011.

CORSI, F. L. *A globalização e a crise dos Estados Nacionais* in DOWBOR, L & IANNI, O & RESENDE, P. E. (Orgs.). Desafios da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal.* São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

_____. *Gramsci, um estudo sobre o seu pensamento político.* 2a ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992.

COUTINHO, Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. "Coréia so Sul e Brasil: paralelos, sucesso e desastre". In: FIORI, José Luís (Ed.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento da Nações*. Petropólis: Vozes, 2000, pp. 351-378.

COX, Robert. *Production, power and world order*. Social forces in the marking of history. New York: Columbia University Press, 1987.

COX, Robert. *Gramsci, hegemonia e relações internacionais:* um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

CROUZET, Maurice (Org.). *História Geral das Civilizações* (Volume 17). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1958.

CUNHA, A. M. *A crise asiática: para além das explicações convencionais*. Ensaios FEE, v. 20, n. 2. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, p. 159-187, 1999.

CUNHA, André Moreira. *Iniciativa de Chiang Mai*: integração financeira e monetária no pacífico asiático. Revista economia contemporânea, Rio de Janeiro, 8(1): 211-245, jan/jun, 2004. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/iniciativa_de_chiang_mai_integracao_financeira_e_monetaria_no_pacifico_asiatico.pdf

DAHLMAN, Carl & FRISCHTAK, Claudio. *Tendências da indústria mundial*: Desafios para o Brasil. – Brasília: CNI/DIREX, 2005.

DAVIDSON, P. *Money and the real world*. London: Macmillan Press, 1978.

DAVIS, Diane E. *Discipline and development* – Middle Classes and Prosperity in East Asia and Latin America, Cambridge University Press, 2004

DE DECCA, Edgar. *1930 – o silêncio dos vencidos: Memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DELFIM NETTO, Antônio. *Câmbio e juros*. Folha de São Paulo, 05 de março de 2003.

_____. *Manter o desenvolvimento e reduzir a dependência externa*. Palestra na ESG, maio de 1980.

_____. *Sextante*. Carta Capital: Política, Economia e Cultura. São Paulo, Anos VI-XVII, 2000-2012.

DIAZ-ALEJANDRO, Carlos. “Southern cone stabilization plans”, 1979. In: BRESSER-PEREIRA, (Org.). *Populismo Econômico*. São Paulo: Nobel, 1991.

DIEESE. *Dez anos de política salarial*. Estudos Sócio-Econômicos nº 3, São Paulo, ago.1975.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOLLAR, David and SOKOLOFF, Kenneth. *Patterns of productivity growth in South Korean manufacturing industries, 1963-1979*. *Journal of Development Economics* 33, no. 2 (1990): 390-27.

DOWBOR, L & IANNI, O & RESENDE, P. E. (Orgs.). *Desafios da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

EASTERLY, W. *O espetáculo do crescimento*: aventuras e desventuras dos economistas na incessante busca pela prosperidade nos trópicos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

EICHENGREEN, B. *Strengthening the international financial architecture: open issues*, Asian Concerns, 2001 Disponível em: http://emlab.berkeley.edu/users/eichengr/POLICY.HTM. Acesso em: 05 de maio de 2011.

_____. *Strengthening the international financial architecture:* where do we stand? (1999b) Disponível em: http://emlab.berkeley.edu/users/eichengr/POLICY.HTM. Acesso em: 05 de maio de 2011.

_____. *Toward a new international financial architecture*: a practical post-Asia agenda. Institute for International Economics, 1999a.

EMMANUEL, Arghiri. *Troca desigual*. Volumes I e II. Portugal: Estampa, 1973.

ENGELS. F. *As guerras camponesas na Alemanha.* São Paulo, Grijalbo, 1977.

ÉPOCA, Nº 713, 16 de janeiro de 2012. pp. 32-49.

ERBER, F. S. *O padrão de desenvolvimento industrial e tecnológico e o futuro da indústria brasileira.* Disponível em: www.mct.gov.br . Acesso em 20 de outubro de 2001.

ESCAP Bulletin on Asia-Pacific Perspectives 2002/2003: *Sustaining Growth Amidst Uncertainties. Bangkok*: United Nations Economic and Social Commission for Asia and Pacific, 2002. Disponível em: www.unescap.org. Acesso em: 05 de maio de 2011.

EVANS, Peter. *A tríplice aliança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *O Estado como problema e como solução*. In: Lua Nova. São Paulo, nº 28/29. 1993.

_____. *Class, state and dependence in East Asia*: lessons for Latin Americanists". In DEYO, Frederic 9ed.). The Political Economy of the New Asian Industries, Ithaca: Cornell University Press, 1987.

_____. *The future of developmental state*. The Korean Journal of Policy Studies, nº. 4, p. 129-146, 1989.

_____. *Autonomia e parceria* – estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

EXAME. *Melhores e maiores*. Vários números.

FAJNZYLBER, F. *La industrialización trunca de América Latina*. México: Nueva Imagen, 1983.

FAPESP. *Indicadores FAPESP*. Tecnologias de informação e comunicação (TICs) e redes digitais, 2004. Disponível em: http://www.fapesp.br/indicadores2004/volume1/cap10_vol1.pdf . Acesso em: 05 de maio de 2011.

FARO, Clóvis de (Org.). *Plano Collor*: avaliações e perspectivas. Rio de Janeiro: LTC, 1990.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. *Path dependency e os estudos históricos*. In: *XXIV Simpósio Nacional de História.* ANPUH. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 15 a 20 de Julho de 2007.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil.* 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

FEYZIOGLU, Tarhan. *Coréia:* rumo a uma economia baseada no conhecimento. IMFSurvey. IMF – Asia and Pacific Department. Vol. 35, nº 22, December, 2006. pp. 352-353. Disponível em http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/2006/121106.pdf . Acesso em 26 de janeiro de 2012.

FGV. *Conjuntura Econômica*. Retrospecto anual da economia brasileira. Vários anos.

FGV. *Estatísticas básicas*. Vários volumes.

FIANI, R. *Uma avaliação crítica da Teoria de Rent Seeking, 2003*. Disponível em: www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/uma_avaliacao_critica_da_teoria_de_rent_seeking.doc . Acesso em: 03 de agosto de 2010.

_____. *Teoria da regulação econômica*: estado atual e perspectivas futuras. Rio de Janeiro. UFRJ; IE, 1998. p. 23. (Texto para discussão). Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/grc/pdfs/teoria_da_ regulacao_economica.pdf . Acesso em 20 de outubro de 2010.

_____. *Uma avaliação crítica da Teoria de Rent Seeking*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa-dcie.php?ano=2003> Acesso em 20 de janeiro de 2012.

FIBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Vários anos.

FIBGE. *Departamento de Estudos de Indicadores Sociais*. Indicadores Sociais: tabelas selecionadas 1979.

_____. *Estatísticas históricas do Brasil*.

_____. *Pesquisa industrial mensal de emprego e salário*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/notícias/noticia. Diversos acessos.

_____. *Pesquisa Mensal de Emprego*. Vários números.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílios (PNAD).* Vários números.

FILGUEIRAS, Luiz & GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. São Paulo: Contraponto, 2007.

FIORI, J. L. (1984). *Conjuntura e ciclo na dinâmica de um Estado periférico*. São Paulo, USP. (Tese de Doutoramento).

_____. *Formação, expansão e limites do poder global*, in J.L Fiori (org), O Poder Americano. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. *O Poder americano*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. *60 lições dos 90*: uma década de neoliberalismo. Editora Record, 2002.

_____. *Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

_____. *Globalização, hegemonia e mpério*. In Poder e Dinheiro: *Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. *Introdução*: de volta à questão da riqueza de algumas nações. FIORI, José Luis. (Org.). Estados e Moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *O nó cego do desenvolvimento brasileiro*. Novos Estudos Cebrap, nº 40, Nov, 1994.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FIORI, José Luís & MEDEIROS, Carlos A. & SERRANO, FRANKLIN.(Orgs.). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FIORI, José Luís & MEDEIROS, Carlos. (Orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

FIORI, José Luis & TAVARES, Maria da Conceição. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FISCHER, Stanley. *The Asian Crisis*: A View from the IMF, Washington, D.C., January 22, 1998. Disponível em: http://www.imf.org/external/np/speeches/1998/012298.htm. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

FISHLOW, A. *O problema da dívida é um problema*. Ensaios de Opinião, nº 9, 1978.

FLEURY, A & FLEURY, M. T. L. *Aprendizagem e inovação organizacional*: as experiências do Japão, Coréia e Brasil. São Paulo: Atlas, 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Online*. Vários acessos.

_____. *Vários números*, março a setembro de 1986.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas:* o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONTANA, Benedetto. *Hegemonia e nova ordem mundial*. In: COUTINHO, Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOSTER, John Bellamy. *O redescobrimento do imperialismo*. In: BORÓN, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.). A teoria marxista hoje. Buenos Aires: Editora Expressão Popular, 2006.

FRANCO, Gustavo H. B. *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

FRIEDMAN, Milton. *O papel da política monetária*, 1968. In SHAPIRO, E. Análise Macroeconômica: Leituras selecionadas. São Paulo: Atlas, 1978.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World economic outlook database*. Setembro/outubro de 2010. Disponível em: <http://www.imf.org>. Vários acessos.

FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.*

_____. *Dialética do desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

_____. *Operação Nordeste.* Rio de Janeiro: Iseb, 1959.

_____. *Perspectiva da economia brasileira.* Rio de Janeiro: Dasp, 1958.

_____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico.* São Paulo: Editora Nacional, 1971.

_____. *Um projeto para o Brasil.* Rio e Janeiro: Saga, 1968. Disponível em: http://www.un.org/en. Acesso em 21 de setembro de 2010.

GADDIS, J. L. 2003. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro, Campus.

GERSCHENKRON, A. *El atraso economico en su perspectiva histórica.* Ediciones Ariel, Barcelona, Cap. I e Postscriptum, 1973.

_____. *El atraso econômico em su perspectiva histórica*. Barcelona: Ariel, 1966.

GIAMBIAGI, Fábio & MOREIRA, Maurício Mesquita. *A economia brasileira nos anos noventa*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GILPIN, R. *The political economy of international relations*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1987.

GILPIN, Robert. *US power and the multinational corporation*. New York: Basic Books, 1975.

GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GONÇALVES, Reinaldo. *O abre-alas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GONZALEZ, Lauro. *Crises financeiras recentes*: revisitando as experiências da América Latina e da Ásia. São Paulo: Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, SP, junho de 2007. (Tese de Doutorado).

GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. *O método comparativo e a Ciência Política*. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília. Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho, 2008.

GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF KOREA. *The Fourth Five-Year Economic Development Plan 1977-1981*. Seoul, 1976.

_____. *The Second Five-Year Economic Development Plan 1967-1971*. Seoul: Government of the Republic of Korea, 1966.

GRALEY, Mônica Villela. *Coréia do Sul é o país mais avançado em tecnologias da informação*. In: Rádio ONU, 16 de setembro de 2011. Disponível em: http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=8210. Acesso em 02 de maio de 2011

GRAMSCI, A. *II Risorgimento.* Roma, Riunite, 1971.

_____. *Maquiavél, a política e o Estado moderno.* 2a ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1976.

_____. *Quaderni del carcere.* 8ª ed. Torino: Einaudi, 2004. vol. 3.

GRONDONA, M. *Uma tipologia cultural do desenvolvimento econômico*. In: HARRISON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. *A cultura importa*: os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. *Estado e economia na Coréia do Sul* – do estado desenvolvimentista à crise asiática e á recuperação posterior. São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 30, nº 1 (117), pp. 45-62, janeiro-março/2010.

_____. *Estado, instituições e desenvolvimento*: o modelo coreano e a interpretação da crise asiática. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, vol. 17, n. 34, p. 253-269, out. 2009. Disponível em: http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/238/23816088017.pdf .Acesso em: 22 de outubro de 2011

GUIMARÃES, F. C. M. S. *A política tecnológica nos países de industrialização recente*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1986.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GURRIERI, Adolfo. (Org.). *La obra de Prebisch em la CEPAL*. México: Fondo de Cultura, 1982. (Dois Volumes).

HADDAD, Fernando. *Prefácio: Arrighi tomou o elevador*. In: ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

HAGGARD, Stephan, Byung-kook Kim and Chung-in Moon. *The transition to export-led growth in South Korea:* 1954-1966. *Journal of Asian Studies* 50, no. 4 (1991): 850-73.

HAGGARD, Stephan. *The political economy of the Asian financial crisis*. Washington: Institute of International Economics, 2000.

_____. The political economy of the Asian financial crisis. Washington, DC: Institute for International Economics, 2000. Disponível em: <http://bookstore.piie.com/book-store/107.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

HAHNEL, Robin. *Let's Review*, 2008. Disponível em: http://www.bradley.edu/campusorg/bpn/znet/april08.txt . Acesso em 15 de setembro de 2011.

HARRISON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. *A cultura importa*: os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HARRISON, L. E. *Por que a cultura é importante (Introdução)*. In: HARRISON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. *A cultura importa*: os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HARRISON, L. E. *Subdesenvolvimento é um estado de espírito*: a questão latino-americana. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

HASAN, Parvez; RAO, D. C. *Korea policy issues for long-term development*: the report of a mission sent to the Republic of Korea by the World Bank. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, Published for the Word Bank, 1979.

HAYAMI, Yujiro (Ed.). and AOKI, Masahiko (Ed.). *The Institutional Foundations of East Asian Economic Development*: Proceedings of the IEA Conference held in Tokyo, Japan. London: Macmillan Press LTD, 1998.

HAYEK, F. *O caminho da servidão.* Rio de Janeiro:

HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HEREDIA Y CERAIN, J. B. *Contradicciones de la globalización y de los modelos liberales subyacentes*. In NEAL/UNICAP/AUSJAL. Anais do seminário internacional integração latino-americana ante a globalização. Recife: Fasa, 2001.

HICKS, J. *A crise da economia keynesiana*. São Paulo: Vértice, 1987.

_____. *Uma Teoria de História Econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

HILL, C**.** *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Presença, 1985.

HIRSCHMAN, Alberto. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. México: Fondo de Cultura, 1961.

HOBBES, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores).

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*: o breve século XX – 1914/1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A Era dos Impérios*: 1875/1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Mundos do trabalho:* novos estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOCHMAN, Gilberto. *História e políticas*, Dossiê: Métodos e Explicações da Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* ANPOCS, São Paulo, Vol. 22, Nº 64.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil.* 12a ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.

HUNTINGTON, S. P. *A importância das culturas (Prefácio)*. In: HARRISON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. *A cultura importa*: os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, O. *Classe e nação.* Petrópolis, Vozes, 1986.

_____. *O ciclo da revolução burguesa.* Petrópolis, Vozes, 1984.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – IEDI. *Indústria e desenvolvimento. Uma análise dos anos 90 e uma agenda de política de desenvolvimento industrial para a década*. São Paulo: IEDI, 2000.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Análise IEDI: PIB Trimestral - O sol e a peneira, 2005. Disponível em: http://www.acionista.com.br/mercado/artigos_mercado/301105_pib.htm. Acesso em: 22 de dezembro de 2011.

INGLEHART, Ronald. *Cultura e democracia*. In: HARRISON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. *A cultura importa*: os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002.

IPEA. *Mercado de trabalho, conjuntura e análise, nº 5* – Julho de 1997.

_____. *Perspectivas da economia brasileira 1994*. Rio de Janeiro, 1993.

IPEADATA. http://www.ipeadata.gov.br/ . Vários Acessos.

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro*: ensaios sobre a globalização. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

KALECKI, Michal. *As equações marxistas de reprodução e a economia moderna*. In: MIGLIOLI, Jorge (Org.) Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. *Luta de classe e distribuição da renda nacional*. In: MIGLIOLI, Jorge (Org.) Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

KANDIR, Antônio. *A dinâmica da inflação*. São Paulo: Nobel, 1989.

KANG, David C. *Crony capitalism*: corruption and development in South Korea and the Philippines. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KANG, Kenneth H, and Vijaya Ramachandran. *Economic transformation in Korea*: rapid growth without an agricultural revolution? *Economic Development and Cultural Change* 47, no. 4 (1999): 783-801.

KANG, Kenneth H. *Why did Koreans save so little and why do they now save so much? International Economic Journal* 8 (1994): 99-111.

KANG, T. W. *Coréia: o novo Japão?* São Paulo: Maltese, 1990.

KARNAL, LEANDRO et alli. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Contexto, 2007.

KATZ, Frederico Jayme. *Questionando as teorias da dependência da financeirização*: o Brasil na encruzilhada do desenvolvimento do capitalismo. São Paulo: Plêiade, 2011.

KAUTSKY, Karl. *Ultra-imperialism*. Die Neue Zeit, 1914. Disponível em: <http://www.marxists.org/archiv/kautsky>. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

KEOHANE, Robert. *Instituciones internacionales y poder estatal*. Ensayos sobre teoria de las relaciones internacionales. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993. [Colección Estúdios Internacionales]

.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

KIM, Eun Mee. *Big business, strong State*: collusion and conflict in South Korean development, 1960-1990. Suny Press, 1997. Disponível em: http://koreaweb.ws/ks/ksr/ksr99-11.htm Acesso em 20 de dezembro de 2011.

KIM, Kwan. *The Korean miracle (1962-1980) revisited*: myths and realities in strategy and development. Working Paper # 166, University of Notre Dame, November 1991.

KIM, Kwang Suk and ROEMER, Michael. *Growth and Structural Transformation*. Cambridge, MIT: Harvard University Press, 1979.

KIM, Linsu. *Da imitação à inovação*: a dinâmica do aprendizado tecnológico da coréia. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005.

_____. *Learning and innovation in economic development. Edward Publishing, inc, 1999.*

KIMURA, Mitsuhiko. *From fascism to communism*: continuity and development of collectivist economic policy in North Korea." *Economic History Review* 52, no.1 (1999): 69-86.

_____. *Standards of living in Colonial Korea*: did the masses become worse off or better off under japanese rule?" *Journal of Economic History* 53, no. 3 (1993): 629-652.

KINDLEBERGER, Charles. *The world depression, 1929-1939*. Berkeley: University of California Press, 1973.

KOREA NATIONAL STATISTICAL OFFICE. *Statistical Handbook of Korea 2002*. Disponível em: www.kora.net. Acesso em 10 de outubro de 2011.

KOREAN OVERSEAS INFORMATION SERVICE. *Economy* – Korea Background Series. Seoul: Korean Overseas Information Service, 1973.

KRUEGER, A. O. *IMF Stabilization Programs*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2000.

KRUGMAN, Paul. *What happened to Asia?* January de 1998. Disponível em: http://web.mit.edu/krugman/www/ . Acesso em 19 de janeiro de 2012.

KURZ, Robert. *O colapso da modernidade:* da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

_____. *Os últimos combates*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

KUZNETS, Paul. *Economic growth and structure in the Republic of Korea*. London: Yale University Press, 1977.

KWON, Tai Hwan. *Demography of Korea:* Population Change and Its Components, 1925-66. Seoul: Seoul National University Press, 1977.

LACERDA, Antônio Corrêa de. *O Brasil na contramão*: reflexões sobre o Plano Real, política econômica d globalização. São Paulo: Saraiva, 2001.

LAFER, Celso. *O planejamento no Brasil*: observações sobre o Plano de Metas (1956/1961). In: MINDLIN LAFER, B. (Org.) Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LANDES, David. *Quase toda diferença está na cultura*. In: HARRISON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. *A cultura importa*: os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *A riqueza e a pobreza das nações*: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____. *Prometeu desacorrentado*: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental de 1750 até os dias de hoje. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

LASTRES, Helena & ALBAGLI, Sarita (Orgs.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LASTRES, Helena M. M., CASSIOLATO, José E. & ARROIO, Ana (Orgs.). *Conhecimento, sistema de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Contraponto, 2005. (Coleção economia e sociedade).
LEE, Chae-jin. *China and Korea*: dynamic relations. Stanford: Hoover Press Publication, 1996.

LEE, J., PARK, Y. C., SHIN, K. (2002). *A Currency Union in East Asia, 2002*. Disponível em: http://soback.kornet.net/~ycpark/ Acesso em: 02 de maio de 2011.

LEE, Chang-Soo. *"Sustainability of Growth in the Korean Manufacturing Sector".* Asia Pacific Economic Papers 279, Australia-Japan Research Centre, Crawford School, Australian National University, 1998.

LEIPZIGER, Danny M. *Industrial restructuring in Korea*. *World Development* 16 (1), pp. 121-135, 1988.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. *La literatura y el arte.* Moscou, Progresso, 1968.

_____. *O programa agrário da Social- Democracia na primeira revolução russa de 1905- 1907*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

LEOPOLDI, M. A. P. *Política e interesses*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LESBAUPIN, Ivo. *O desmonte da nação*: balanço do governo FHC. São Paulo: Vozes, 1999.

LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974/1976* – sonho e fracasso. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *Quinze anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1977.

LIMA, Marcos Costa & DAVID, Maurício Dias.(Org.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. Goiás: Verbena, 2008.

LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres: problemas de industrialização no terceiro mundo.* São Paulo: Nobel, 1988.

LLOYD, Peter. *New regionalism and new bilateralism in the Asia Pacific*. Lima: PECC Trade Forum, 2002. Disponível em: http://www.pecc.org/publications/papers/trade-papers/1_SII/12-lloyd.pdf . Acesso em 12 de abril de 2011

LOPES, Francisco. *Inflação inercial, hiperinflação e desinflação*: notas e conjecturas. Congresso da ANPEC, dez. 1984.

_____. *O choque heterodoxo*: combate à inflação e reforma monetária. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LORA, Jorge & MALLORQUIN, Carlos. *Prebisch y Furtado:* el estructuralismo. Puebla, Benemérita Universidad Autônoma de Puebla, 1999.

LUKÁCS, Gyorgy. *Introdução a uma estética marxista*. Sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUXEMBURGO, Rosa. (1912). *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

_____. (1913). *A acumulação de capital:* contribuições à explicação econômica do imperialismo Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MACEDO, Leonardo Andrade. *Os acordos stand-by do FMI.* Jornal Carta Forense de 10/03/2008. Disponível em http://www.cartaforense.com.br/Materia.aspx?id=1143. Acesso em: 05 de agosto de 2011.

MADDISON, A. *The world economy in the 20th century*. Paris: OECD Development Centre, 1989.

MADDISON, Angus "Growth and Slowdown in Advanced Capitalist Economies: Techniques of Quantitative Assessement", Journal of Economic Literature, American Economic Association, vol. 25(2), pages 649-98, June, 1987.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *A crise da democracia representativa*: o paradoxo do fim da modernidade, 2008. Disponível em: http://www.jurisite.com.br/doutrinas/Constitucional/doutconst15.htm . Acesso em: 10 de agosto de 2011.

MAGDOFF, Harry. *O imperialismo*. Um processo histórico. Lisboa: Edições Delfos, 1975.

MALAN et alli. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-1952).* Rio de Janeiro; IPEA/INPES, 1977.

MALAN, Pedro Sampaio. *Relações econômicas internacionais no Brasil (1945-1964).* In: FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira, T.III, O Brasil republicano, vol.4. Economia e Cultura, 1930-1964. Livro primeiro: Economia e Demografia. Capítulo II. (Livro 11 da Coleção).

MALDANER, Luis Felipe. *O sistema nacional de inovação*: um estudo comparado Brasil X Coréia do Sul. São Leopoldo: UNISINOS, 2004 (Dissertação de Mestrado). Disponível em:

MALDONADO FILHO, E. *A base econômica do socialismo de Marx*. Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia – ANPEC, Águas de Lindóia, São Paulo, 1996.

MALDONADO, José. *Tecno-globalismo e acesso ao conhecimento*. In: LASTRES, H. & ALBAGLI, S (Orgs.). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999, pp. 105-121.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio* (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra e outros ensaios*. Pensamento Político, Editora Universidade de Brasília, 2ª Edição, 1982.

MARANHÃO, Ricardo. *O Estado e a política "populista" no Brasil (1954-1964).* In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira, T.III, O Brasil republicano, vol.3. Sociedade e Política, 1930-1964. Livro primeiro: Processo Político. Capítulo IV. (Livro 10 da Coleção).

MARGISON, Simon. *Competition and markets in higher education*: a ´glonacal´ analysis", Policy Futures in Education, volume 2, Number 2, 2004.

MARGLIN, S. A. & SCHOR, J. B. *The golden age of capitalism*: reinterpreting the Postwar Experience. Oxford: Claredon Press, 1991.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MÁRMORA, Leopoldo & MESSNER, Dirk. *Los escombros teóricos de la investigación del desarrollo*. Una comparación entre Argentina y Corea del Sur. Nueva Sociedad, Nº 110, nov/dic, 1990, pp. 13-23.

MARTINS, C. E. (Org.). *O Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1977.

MARTINS, J. D. S. *O poder do atraso*: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, Luciano. *O Estado em Expansão*, In: "O Estado capitalista e burocracia pós 64", 2ª edição, São Paulo, Paz e Terra, 1991, pág. 41-82.

MARX K. *A burguesia e a contra-revolução.* São Paulo, Ensaio, 1987.

_____. (1867). O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. *Cartas filosóficas e outros escritos.* São Paulo, Grijalbo, 1977.

_____. *Críticas dos programas socialistas de Gotha e Erfurt.* Porto, Nunes, 1974.

MCCRAW, Thomas K. *Alfred Chandler*: ensaios para uma teoria histórica da grande empresa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MDIC. *Diagnóstico da indústria brasileira, 1998*. Disponível em: http://www.mdci.gov.br . Acesso em 03 de março de 2001.

_____. *Evolução do comércio exterior brasileiro* – 1950/2005. Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/evocoxtbrasil. Vários acessos.

MEDEIROS, C. A. *Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina*. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. L. Poder e dinheiro. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *A economia política da internacionalização sob liderança dos EUA*: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, José Luís. (Org.). *O Poder americano*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. *China: entre os séculos XX e XXI*. In: FIORI, José Luís. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. *Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico.* FIORI, José Luís & MEDEIROS, Carlos A. (Orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. *Economia política da crise e da mudança estrutural na Ásia*. Economia e Sociedade, Campinas, (17): 33-54, dezembro de 2001. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V10-F2-S17/02-Medeiros.pdf. Acesso em: 03 de fevereiro de 2011

_____. *Raízes estruturais da crise financeira asiática e o enquadramento da Coréia*. Economia e Sociedade, Campinas, (11): 151-172, dezembro de 1998.

_____. *The pioneers of development economics:* great economists on development. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 125-130, abril 2007. 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo tardio.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDES, Denise Cristina Vitale Ramos. *Representação política e participação*: reflexões sobre o déficit democrático. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 143-153 jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a02v10n2.pdf . Acesso em 12 de setembro de 2011

MERCADANTE, ALOIZIO (Org.). *Brasil:* a construção retomada. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

_____. *O Brasil pós-real*: a política econômica em debate. Campinas/São Paulo: Unicamp, IE, 1998.

MIGLIOLI, Jorge (Org.). *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINDLIN LAFER, B. (Org.). *Planejamento no Brasil.* São Paulo: Perspectiva, 1970.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO BRASIL. *Coordenação de Estatística e Indicadores.* Disponível em: www.mct.gov.br . Acesso em 18 de setembro de 2001.

_____. *Estatística de Patentes registradas e de artigos publicados em periódicos internacionais*. Disponível em: www.mct.gov.br . Acesso em 14 de setembro de 2001.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Carta de intenção referente ao novo acordo*. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br. Acesso em 10 de setembro de 2011

_____. *Política econômica e reformas estruturais*. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br. Acesso em 02 de setembro de 2011

_____. *Reformas microeconômicas e crescimento de longo prazo*. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br. Acesso em 10 de setembro de 2011

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA. *Programa de ação econômica do governo: 1964-1966.* Rio de Janeiro, 1964.

_____. *Plano Brasil de todos*: participação e inclusão. Brasília, 2003.

MINISTRY OF SCIENCE & TECHNOLOGY-MST. *Policies on Sciences and Tecnology (S&T).* Disponível em: www.korea.net. Acesso em 12 de setembro de 2011.

MINSKY Hyman. P. *Stabilizing an unstable economy*. New Haven, Yale University Press, 1986. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/11626149/Minsky-Stabilizing-an-Unstable-Economy-Complete>. Acesso em 28 de janeiro de 2012.

_____. *The financial instability hypothesis*. Working Paper nº 74 maio de 1992. Disponível em: < http://www.levyinstitute.org/pubs/wp74.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2012.

MIRANDA, J. C. *A dinâmica financeira da crise asiática*. Revista Política Externa, v. 6, n. 4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 130-150, 1998.

MIYAZAKI, Silvio (1996). *Regionalismo no pacífico asiático*: integração econômica dirigida pelo comércio exterior. Revista de Economia Política. vol.16, no. 1 (61): 129 - 141.

MODIANO, Eduardo. *A ópera dos três Cruzados*: 1985-1989. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.

MONTEIRO, Marcos Paulo & DIAS, Lilian Martins da Motta. *A tecnologia da informação no processo ensino-aprendizagem em engenharia*, 2001, pp. 329-336. In: VII Encontro Ensino de Engenharia. Disponível em: http://www.pp.ufu.br/Cobenge2001/trabalhos/NTM069.pdf Acesso em 10 de abril de 2011

MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NAKAO, S. Booming. *Asia reconsidered*. Osaka City University Review, v. 32, n. 1.2, 1997.

NEAL/UNICAP/AUSJAL. *Anais do seminário internacional integração latino-americana ante a globalização.* Recife: Fasa, 2001.

NEPOMUCENO, Eric. *Os covardes e seu medo do passado e da verdade*. CARTAMAIOR, 06 de março de 2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19703&boletim_id=1142&componente_id=18253 . Acesso em 12 de abril de 2011.

NERI, Marcelo Cortes. *Consumidores, produtores e a nova classe média*: miséria, desigualdade e determinantes das classes. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2009. Disponível em: < http://www3.fgv.br/ibrecps/cpc/CPC_textofim_neri.pdf >. Acesso em 10 de abril de 2010.

NURKSE, Ragnar. *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

O'CONNOR, James. *The fiscal crisis of the State.* New York: St Martin's Press, 1973.

_____. *USA*: a crise do estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

O'DONNELL, G. *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires: Paidos, 1972.

_____. *Anotações para uma teoria do Estado (I)*, in: Revista de Cultura e Sociedade, nº 3, nov./jan., 1981, pág. 71-93.

_____. *Anotações para uma teoria do Estado (II)*, in: Revista de Cultura e Sociedade, nº 4, fev./abr., 1981, pág. 71-82.

_____. *Poliarquias e a (In)efetividade da Lei da América Latina*. Revista Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, (51):37-61, jul., 1998.

OECD. *The impact of the newly industrializing countries in production and trade in manufactures.* Paris/ França: OCDE, 1979.

OLIVEIRA, Francisco. *Dêem Ademir e eu darei o campeonato*. In: CASTRO, A. C. & LICHA, A. & PINTO JR, H. Q. & SABÓIA, J. (Orgs.). Brasil em desenvolvimento: instituições, políticas e sociedade (Volume 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *A economia brasileira*: crítica à razão dualista. São Paulo: Brasiliense-Cebrap, 1977.

_____. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

ORTEGA Y GASSET. *Sobre la razón histórica*. Madrid: Revista do Occidente en Alianza Editorial, 1983.

PALAIS, James B. *Politics and Policy in Traditional Korea*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

PARK, C. Y. *Does East Asia need a new paradigm of development?* Seul: Korea University, 2002.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *PT 20 Anos*. Linha Direta, Porto Alegre, nº 77, fev., 2000.

_____. *Concepção e diretrizes do programa de Governo do PT para o Brasil*. Disponível em: http://www.pt.org.br. Acesso em 15 de maio de 2011.

_____. *Programa de Governo 2002*. Disponível em: http://www.pt.org.br. Acesso em 15 de maio de 2011.

PAULANI, Leda Maria. *Quando o medo vence a esperança* (um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula). Crítica Marxista. Campinas, nº 19, out. 2004.

PEMPEL, T. J. *The developmental regime in a changing world economy*. In: WOOCUMINGS, M. The developmental state. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

PEREIRA, José Matias & KRUGLIANSKAS, Isak. *Gestão de inovação*: a lei de inovação tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica do Brasil. In: RAE-eletrônica, v. 4, n. 2, Art. 18, jul./dez. 2005. Disponível em: http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1912&Secao=ARTIGOS&Volume=4&Numero=2&Ano=2005

PIERSON, P. 2004. *Politics in time:* history, institutions, and social analysis. Princeton, N.J.; Oxford, Princeton University Press.

PIMENTA, C. *Globalização, humanismo e política*. In NEAL/UNICAP/AUSJAL. Anais do seminário internacional integração latino-americana ante a globalização. Recife: Fasa, 2001.

PIRES, Hindenburgo F. *Teoria das Longas Ondas e Os Ciclos da Indústria Mundial*. São Paulo, USP, 1996, Tese de Doutoramento.

POLANYI, K. *A Grande Transformação*: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elvesier, 2000.

PORTER, M. E. *Atitudes, valores, crenças e a microeconomia da prosperidade*. In: HARRISON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. *A cultura importa*: os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002.

POSSAS, S. *Conhecimento e atividade econômica*. *Economia e Sociedade* no. 8, Campinas: UNICAMP. IE, 1997.

PREBISCH, Raul. *El desarrollo econômico de la América Latina y algunos de sus principales problemas.* In: GURRIERI, Adolfo. (Org.) *La obra de Prebisch em la CEPAL*. México: Fondo de Cultura, 1982.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

QUINN, J. B. et alii. *Innovation explosion: using intellect and software to revolutionize growth strategies.* The Free Press, New York, 1997.

RANGEL, Ignácio. *A dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

_____. *O quarto ciclo de Kondratiev*. In: Revista de Economia Política. vol.10, n.4 (40), out-dez de 1990.

_____. *Obras Reunidas*/Ignácio Rangel. Rio de Janeiro. Ed. Contraponto, 2005.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

REPUBLIC OF KOREA. *Lessons form the Asian Crisis*. Paper for Asian Development Bank Annual Meetin, April 30. 1999.

_____. *Korea at work* – forthcoming five years of development. Economic Planning Board, 1961.

_____. *Summary of the FIRST FIVE-YEAR PLAN 1962-1966*. Seoul, 1962.

_____. *The October Revitalizing Reforms*. October, 1972.

RICUPERO, Bernardo. *Celso Furtado e o pensamento social brasileiro*. *Estudos Avançados,* 19 (53), 2005.

RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso*: a nova cultura do hipercapitalismo. São Paulo: Makron, 2005.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e classe operária (1930-1964),* In: FAUSTO, Bóris (org.), "História Geral da Civilização Brasileira (tomo III)", "O Brasil Republicano 3, Sociedade e Política (1930-1964), São Paulo, DIFEL, 1981, pág. 509-555.

RODRÍGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

ROMER, Paul M. *The origins of endogenous growth*. *Journal of Economic Perspectives*, v. 8, n. 1, Winter, 1994.

ROSTOW, W. W. *A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado* (1956) in AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

SADER, E. & GARCIA, M. A. *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010.

SADER, E. & GENTILI, P. *Pós-liberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALINAS, Samuel. *O bando dos quartos*: a industrialização no sudeste asiático. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SARAIVA, Terezinha. *O exemplo da Coréia do Sul*, 2004. Disponível em: http://www.crarj.org.br/site/espaco_opiniao/arquivos/Artigo%20181%20O%20exemplo%20da%20Coreia%20do%20Sul%2004%20Nov.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2011.

SARTI, F.; SABBATINI, R. Conteúdo tecnológico do comércio exterior brasileiro. In VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. M. (Org) *Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SAYRE, Robert & LÖWY, Michael. *A corrente romântica nas ciências sociais da Inglaterra*: Edward P. Thompson e Raymond Williams. Crítica Marxista, 1995.

SCHNEIDER, Sérgio & SCHMITT, Claudia Job. *O uso do método comparativo nas ciências sociais. Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Vol. 9, p. 49-87.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

_____. *A teoria do desnvolvimento econômico.* São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

SELLERS, Charles et ali. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SEPLAN. *Programa de Ação Imediata (PAI)*. Brasília, 1993.

SEPLAN-PR. *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR).* Brasília, 1985.

_____. *Notas para o I PND da Nova República:*, diretrizes gerais de política econômica, Brasília, 1985.

SERRA, J. (1982). *Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira pós-guerra.* Revista de Economia Política, São Paulo, 2**,1**(6):546, abr./jun.

SERRANO, José Maria. *El "Consenso de Washington"*: Paradigma Económico del Capitalismo Triunfante. Papeles Cristianismo y Justícia, 1992.

SHAPIRO, E. *Análise macroeconômica*: Leituras selecionadas. São Paulo: Atlas, 1978.

SILBERT, Jaime (Ed.) *La Republica de Corea hoy*: economia, sociedad, relaciones internacionales. Córdoba: Comunicarte, 1997.

SINGER, Paul. *De dependência em dependência*: consentida, tolerada e desejada. Estudos Avançados. São Paulo, Vol. 12, nº 33, maio/agosto 1976, pp. 119-130.

_____. *A crise do "milagre":* interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

_____. *Interpretação do Brasil*. Uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Bóris (org.), "História Geral da Civilização Brasileira – III, O Brasil Republicano – Economia e Cultura (1930-1964)", São Paulo, DIFEL, 1984, pág. 209-245.

_____. *O dia da lagarta*: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SKOCPOL, T. *States & Social Revolutions*: a Comparative Analyses of France, Russia & China. Cambridge : Cambridge University, 1979.

SODRÉ, N. W. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil.* Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

_____. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

SOLNIK, Alex. *Os pais do cruzado contam por que não deu certo.* São Paulo: L&PM, 1987.

SOLOW, Robert M. *A contribution to the theory of economic growth*. *The Quarterly Journal of Economics*, v. LXX, Feb. 1956.

SOROS, G. *A crise do capitalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SOUZA, Angelita Matos. *Deus e o diabo na terra do sol*: Estado e Economia no Brasil. São Paulo: Annablume, 2009.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

STERN, Joseph J, Ji-hong Kim, Dwight H. Perkins and Jung-ho Yoo, editors. *Industrialization and the State: The Korean Heavy and Chemical Industry Drive.* Cambridge: Harvard University Press, 1995.

STIGLITZ, J. E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

SUNKEL, O & GRIFFITH- JONES, S. *O fim de uma ilusão:* as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SUSSANGKARN, C. *The Chiang Mai Initiative Multilateralization*: Origin, Development and Outlook. ADBI Working Paper 230, 2010. Tokyo: Asian Development Bank Institute.

Disponível em: http://www.adbi.org/working-paper/2010/07/13/3938.chiang.mai.initiative.multilateralisation/

SUZIGAN, Wilson. "Estado e industrialização no Brasil". *Revista de Economia Política,* vol.9, no.4, dezembro 1998.

TAVARES, M. da C. & BELLUZZO, L. G. de M. (1982). *Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil.* In; BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R., org. Desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo, Brasiliense.

TAVARES, M. da C. (1978). *Ciclo e crise*; o movimento recente da industrialização brasileira. Rio de Janeiro. (Tese para concurso de professor titular, FEA/IFRJ).

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, rio de Janeiro: Vozes, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José. *Da substituição de Importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas/São Paulo: UNICAMP, 1986.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3volumes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Org. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas, Ed.Unicamp, 2001.

_____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

TROTSKY, Leon. *The curve of capitalist development, 1923*. Disponível em: http://www.marxists.org

UNCTAD. *Handbook of international trade and development*. Nova York/ EE.UU: UNCTAD, 1988.

UNCTAD. *Trade and Development Report 1998*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, 1998. Disponível em: http://www.unctad.org. Acesso em 02 de março de 2010.

_____. *Unctad Handbook of Statistics 2002*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development – United Nations. Disponível em: http://www.unctad.org Acesso em 10 de janeiro de 2010.

_____. *World Investment Report.* Genebra: United Nations Publication, Relatórios de 1991-2007.

UNESCO. *Education Statistics/Institute for Statistics/Unesco, 2010*. Disponível em: http://stats.uis.unesco.org/unesco/ReportFolders/ReportFolders.aspx?IF_ActivePath=P,50&IF_Language=eng . Acesso em 15 de novembro de 2011.

UNITED NATIONS. *Trade and Development Report*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development – United Nations, 1998. Disponível em: http://www.un.org/en. Acesso em 20 de maio de 2009.

_____. *Trade and Development Report*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development – United Nations, 1999. Disponível em: http://www.un.org/en. Acesso em 15 de junho de 2009.

_____. *Trade and Development Report*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development – United Nations, 2000. Disponível em: http://www.un.org/en. Acesso em 20 de junho de 2009.

_____. *Trade and Development Report*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development – United Nations, 2001. Disponível em: http://www.un.org/en. Acesso em 21 de junho de 2009

VACCARO, Guilherme Luís Roehe et alli. *O Processo de inovação em tríplice hélice*: uma análise de casos da Coréia do Sul, 2011 Disponível em: http://www.ufrgs.br/cbgdp2011/downloads/9993.pdf . Acesso em 20 de junho de 2009.

VEBLEN, T. *A Teoria da Classe Ociosa*. São Paulo: Pioneira, 1965.

VIANNA, L. W. *A revolução passiva.* Rio de Janeiro, Revan, 1997.

_____. *Liberalismo e sindicato no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

VILLARES, Fábio (Org.). *Índia, Brasil e África do Sul: perspectivas e alianças*. São Paulo: Editora UNESP/IEEI, 2006.

VIOTTI, E B.; MACEDO, M. M. (Org.) *Indicadores de ciência e tecnologia e inovação no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

VISÃO. *Quem é quem na economia brasileira*. Edição Especial, várias edições.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A Coréia e as grandes potências*: Estados Unidos, China, Rússia e Japão. (2005). Disponível em http://bestbuydoc.com/pt/doc-file/4827. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

WALKER, Joe. *Black faces in limousines*: a conversation with Noam Chomsky. In: Noam Chomsky interviewed by Joe Walker, 2008. Disponível em: http://www.chomsky.info/interviews/20081114.htm. Acesso em 12 de setembro de 2011.

WARREN, Bill. *Imperialism*: Pioneer of Capitalism. Londres: NLB and Verso Editions, 1980.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1994.

_____. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEFFORT, F. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WEISS, L. *States in the global economy*: bringing domestic institutions back. In Cambridge: Cambridge University, 2003.

WESTPHAL, Larry E. *"The republic of Korea's experience with export-led industrial development,"* World Development, Elsevier, vol. 6(3), pages 347-382, 1978.

WHITE, Gordon (Ed.) et alli. *Developmental States in East Asia*. London: Macmillan Press, 1988.

WOO, Jung-en. *Race to the swift State and finance in Korean industrialization*. Studies of the East Asian Institute. New York: Columbia University Press, 1991.

WOO-CUMINGS, M. *The State, democracy, and the rReform of the Corporate Sector in Korea*. In : PEMPEL, T. J. The Politics of the Asian Economic Crisis. Ithaca- London : Cornell University, 1999.

WOO-CUMINGS, Meredith (ed). *The developmental State*. Ithaca: Cornell University, 1999.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WORLD BANK. *East Asia Update*, March. Washington: World Bank, 2001. Disponível em: http://www.worldbank.org/ Acesso em: 29 de junho de 2010.

_____. *East Asia*: recovery and beyond. Washington: World Bank, 2000b. Disponível em: http://www.worldbank.org/ Acesso em: 10 de junho de 2010.

_____. *East Asia*: the road to recovery. Washington: World Bank, 1998. Disponível em: http://www.worldbank.org/ Acesso em: 20 de junho de 2010.

_____. *Global Development Finance*, 2000. Washington: World Bank, 2000a. Disponível em: http://www.worldbank.org/ Acesso em: 17 de junho de 2010.

_____. *The East Asian miracle*. 1993.

_____. *The East Asian miracle*: economic growth and public policy. Nova York: Oxford University Press, 1993. Disponível em: http://www.worldbank.org/ Acesso em: 27 de junho de 2010.

_____. World Development Report, Cap. 4 e 5, Washington, 1987.

YOUNG Sun Ha. *Nuclearization of small atates and world order*: the case of Korea," Asian Survey, Vol. 18, No. 11, November 1978, p. 1142.

YOUNG, Alwyn. The tyranny of numbers: confronting the statistical realities of the East Asian growth experience." *Quarterly Journal of Economics* 110, no. 3 (1995): 641-80.

ZINN, Howard. *La otra historia de los Estados Unidos*. Hondarribia-Espanha: Gráficas Lizarra, 2001.